

## Introdução

Há algum tempo que vimos dedicando a nossa investigação em torno de uma figura feminina que marcou a sua época, assumindo um poder imenso, que lhe advinha do seu estatuto social e de um extenso e rico património, herdado e fruto de diversas mercês régias. Trata-se da infanta D. Brites (1429?-1506), duquesa de Viseu e de Beja, filha do infante D. João (1400-1442) e de D. Isabel de Barcelos (?-1465), de cuja vida elegemos alguns aspectos para a dissertação de mestrado que apresentámos à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa<sup>1</sup>, que posteriormente demos à estampa, reformulando capítulos e, por razões editoriais, retirando as notas, já que se pretendia levar o conhecimento da Infanta a um público mais alargado<sup>2</sup>.

Nesse trabalho, apresentámos uma visão de conjunto sobre a família donde era originária, tentando vislumbrar traços que pudessem, de algum modo, compor um retrato da Duquesa, que espelhasse, não tanto a sua aparência física (o que também seria interessante, diga-se), mas algumas das componentes da sua personalidade. Pretendíamos, assim, recuperar o ambiente em que fora nada e criada. Era um plano demasiadamente ambicioso, porquanto, mesmo que a nossa leitura fosse capaz de traduzir fielmente os símbolos, não dispúnhamos de dados para tal, já que as narrativas medievais raramente se debruçam sobre a infância e quando o fazem é para apontar breves episódios<sup>3</sup>, onde ainda mais raramente cabem mulheres. Interessou-nos também, adentro da referida pretensão, abordar o percurso de vida do marido que lhe coubera em sorte, seu primo, o infante D. Fernando (1433-1470), o que nos conduziu ao «esplendor» da Casa de Viseu-Beja.

Analisámos então os papéis desempenhados por D. Brites, já no estado de viuvez, enquanto matriarca de uma família alargada, que incluía os Bragança e enquanto diplomata, no contexto das negociações em Alcântara, em Março de 1479, que culminaram no Tratado de Alcáçovas-Toledo<sup>4</sup>, parcialmente incorporando o Tratado de Almeirim de 1432. As duas

---

<sup>1</sup> MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira, *D. Brites. Uma Mulher da Casa de Avis*. Lisboa, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada á Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004, policopiado.

<sup>2</sup> MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites. Uma Mulher da Casa de Avis*. Matosinhos: Quidnovi, 2009.

<sup>3</sup> Referimo-nos, por exemplo, à descrição da enfermidade que teria afectado o recém-nascido D. Afonso Henriques. Cf. “Crónica do Rei D. Afonso Henriques”, in *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2009, p. 11.

<sup>4</sup> Tratado assinado em Alcáçovas a 4 de Setembro de 1479, confirmado por Isabel, a Católica em Trujillo a 27 do referido mês e ratificado em Toledo, por Fernando e Isabel a 6 de Março de 1480. AN/TT, *Gaveta* 17, maço 6, doc. 16; AGS, *Patronato Real* n.º 4 089, legajo 49, doc. 44, publicado in *Documentos referentes a las*

negociações haveriam de colocar um ponto final à prolongada guerra com Castela, que fora, numa primeira fase, despoletada por uma crise que a morte do rei D. Fernando (1345-1383) carreara, face á união da sua única filha, D. Beatriz (1373-1420?), com Juan I (1358-1390)<sup>5</sup>. Não se tinham ainda calado os ecos de Aljubarrota, quando as hostilidades recomeçaram, numa segunda fase, de sentido contrário, desta vez desencadeadas pelo manifesto envolvimento de Portugal, na pessoa de D. Afonso V (1432-1481), que defendia o trono para sua sobrinha D. Juana (1462-1530), na disputa que a opunha á princesa D. Isabel (1451-1504) pela sucessão de Enrique IV (1425-1474)<sup>6</sup>. As negociações que D. Brites protagonizou e habilmente conduziu, haveriam de permitir sarar as feridas entre os dois Reinos e ser penhor de paz, através do cumprimento de uma das cláusulas do referido Tratado. Coube ainda a esta senhora, guardando em terçarias, em Moura, o infante D. Afonso (1475-1491), filho do príncipe D. João (1455-1495), futuro D. João II, e a princesa D. Isabel (1470-1498), primogénita dos Reis Católicos, garantir em suas mãos o futuro dos Reinos. Detivemo-nos também nas suas *fundações*, com particular destaque para o mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja, iniciativa que se revelou no panteão da Casa, e observámos a enigmática empresa que elegeu.

Visando agora ampliar o conhecimento da mesma biografada, decidimos continuar a pesquisa, focando-nos não apenas sobre a Infanta-duquesa, tentando acompanhar os seus passos, recuperando os caminhos que percorreu ao longo da vida, mas também, e essencialmente, aperceber a dimensão e significado da sua casa senhorial. De modo mais amplo, inserimo-la na corte régia e descortinámos a Mulher que, não hesitamos em afirmar, foi a mais poderosa e temida política do seu tempo. Não obstante, a sua memória ficou obscurecida, já que as crónicas portuguesas coevas pouco se lhe referem. Registam apenas o

---

*relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, edición preparada y anotada por Antonio de la Torre e Luis Suárez Fernández, vol. 1. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958, p. 245-284.

<sup>5</sup> De entre a vasta bibliografia sobre o tema, veja-se ARNAUT, Salvador Dias, *A crise nacional dos fins do século XV. A sucessão de D Fernando*. Coimbra: FLUC, 1960; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2005; DUARTE, Luis Miguel, *Aljubarrota. Crónica dos anos de brasa. 1383-1389*. Matosinhos: QuidNovi, 2007.

<sup>6</sup> Veja-se, entre outros, SUÁREZ-FERNÁNDEZ, Luis, *Enrique IV de Castilla. La difamación como arma política*. Barcelona: Ariel, 2002; Idem, *Los Reys Católicos. La conquista del trono*, Madrid, Ediciones Rialp, 1989; Idem, *Historia de España. Edad Media*, Madrid, Editorial Gredos, 1970, p. 557-571; AZCONA, Tarcisio de, *Isabel la Católica*, 3.<sup>a</sup> edição, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993; MENDONÇA, Manuela, *O sonho da união ibérica. Guerra Luso-Castelhana, 1475-1479*. Matosinhos: QuidNovi, 2007. *Veja-se também* o estudo de OLIVERA SERRANO, César, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento", 2005, que analisa os casos de D. Beatriz, filha e herdeira do rei D. Fernando e D. Juana, reflectindo sobre a argumentação utilizada por Portugal e Castela em torno das questões de legitimidade.

seu casamento com o infante D. Fernando, nas Alcáçovas<sup>7</sup>, assinalam o seu encontro, em Alcântara, com Isabel a *Católica*<sup>8</sup>, noticiam a sua efectiva participação nas terçarias de Moura<sup>9</sup>, recordam o seu comportamento aquando da morte do filho, o duque D. Diogo (?-484), executado às mãos do Monarca em Setúbal, a 24 de Agosto de 1484<sup>10</sup>.

Os cronistas imediatamente posteriores, Acenheiro, Damião de Góis ou Duarte Nunes de Leão, também não dão qualquer relevo à acção da Infanta-Duquesa. O primeiro, um tanto de forma quase telegráfica e pondo em relevo o facto de ter sido a mãe de um monarca, D. Manuel I (1469-1521), notifica o seu casamento, refere a Duquesa no contexto das terçarias de Moura e apresenta a data do seu falecimento, que afirma ter sido em Setembro de 1506<sup>11</sup>. Damião de Góis cita meramente D. Brites como tendo estado envolvida na feitura das pazes, sem todavia especificar o papel nelas desempenhado<sup>12</sup>; evoca ainda o seu nome, por ter dado à luz, a 31 de Maio de 1469, o futuro rei D. Manuel I e informa que a Duquesa teria morrido em 1506, nos finais de Abril ou princípios de Maio<sup>13</sup>, ou seja em completo desacordo com Acenheiro. Duarte Nunes de Leão refere essencialmente o Tratado de Alcáçovas-Toledo e as terçarias de Moura<sup>14</sup>.

E, todavia, D. Brites marcou a história do seu tempo!

Embora reconhecido o seu mérito, inteligência, sagacidade e capacidade de gerir, quer um património de dimensão apreciável, quer as adversidades com que se defrontou<sup>15</sup>, a sua

---

<sup>7</sup> PINA, Rui de, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, in *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, cap. LXXXVII, p. 698.

<sup>8</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. CCVI, p. 867.

<sup>9</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. CCVI, p. 870; cap. CCIX, p. 875-877; Idem, “Chronica de el Rey Dom Joham segundo”, in *Crónicas de Rui de Pina*, ..., cap. XII, p. 915-916; RESENDE, Garcia de, *Crónica de Dom João II e miscelânea*, nova edição conforme à de 1798, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, cap. XXI, p. 25-26; cap. XXII, p. 26; cap. XLII, p. 56.

<sup>10</sup> PINA, Rui de, “Chronica de el Rey Dom Joham segundo”, in ob. cit. cap. XVIII, p. 932; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. LIII, p. 80; cap. LV, p. 85.

<sup>11</sup> ACENHEIRO, Christóvão Rodrigues, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926, p. 252, 341.

<sup>12</sup> GÓIS, Damião de, *Chronica do príncipe D. Joam, rey que foy destes Reynos*, Lisboa Occidental: na officina da Musica, 1724, cap. CIIL, p. 391.

<sup>13</sup> GÓIS, Damião de, *Cronica do felicíssimo Rey Dom Emanuel da gloriosa memoria*. Lisboa: officina de Antonio Alvarez, 1619, cap. IV, p. 5; cap. CIII, p. 232.

<sup>14</sup> LEÃO, Duarte Nunes de, “Crónica e vida del rey D. Affonso o V” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1975, cap. LXV-LXVII, p. 994-1000

<sup>15</sup> Referimo-nos às mortes de seu genro, D. Fernando, duque de Bragança, degolado em Évora a 21 de Junho de 1483 e de seu filho, D. Diogo, que acima referimos, acusados de conspirarem contra o Monarca. Sobre o assunto veja-se MENDONÇA, Manuela, “Problemática das conspirações contra D. João II”, in *CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 5, 1984; MORENO, Humberto Baquero, “La lutte de la noblesse portugaise contre le royaume à la fin du Moyen Âge” in *Le Portugal du XVI<sup>e</sup> siècle. Actes du Colloque. Paris, 12 Mars 1987*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1989; Idem, “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média” in *Ler História*, n.º 13. Lisboa, 1988, p. 3-14.

figura ficou encoberta perante a forte personalidade e a acção determinante de D. João II, que governou o Reino *pela lei e pela grei*, bem como do seu sucessor, que a História apelidou de *Venturoso*, face aos sucessos advindos da expansão marítima, que lhe trouxeram riqueza e prestígio na Europa do seu tempo.

A imagem da Infanta, cremos porque Mulher, ficou assim oculta pelos vultos masculinos, que as crónicas, escritas por homens, privilegiaram.

Mas o fascínio que decorre de D. Brites, levou-nos a voltar ao seu convívio, como referido, tentando divisar a sua casa senhorial, seguindo a sua trajectória nas áreas da administração e condução de uma corte, de que se assumiu inteiramente senhora, após o falecimento do marido, o Infante D. Fernando, ocorrido em Setúbal, em Setembro de 1470. Deste modo, tendo em conta os itinerários da Infanta, que nos foi dado conhecer, a geografia do património e as funções que exerceu, percorremos os caminhos que nos poderiam levar a obter mais informações, relativamente à sua grandeza e à identificação dos personagens que compunham a sua corte. No trabalho, que agora submetemos à apreciação do ilustre júri, tivemos como objectivo tentar captar a faceta do efectivo poder, através da administração dos seus domínios e da sociedade que gravitava à sua volta.

Não se revelou, não se revela, tarefa fácil e estamos crente que investigações posteriores, que jamais se darão como finalizadas, poderão ainda iluminar melhor este retrato esmaecido pelo tempo, que a documentação dispersa, perdida, ou esquecida por arrumação pouco criteriosa, teima em silenciar.

Consultámos arquivos nacionais e estrangeiros, buscámos registos em cartórios de conventos e em instituições públicas, observámos de novo, atentamente, as narrativas dos cronistas régios, de ordens monásticas e outras.

Procurámos a Infanta nos autores que para ela volveram algum olhar. Não pretendendo apresentar um elenco exaustivo, o que seria fastidioso, já que as referências bibliográficas se encontram no corpo da dissertação, encontrámo-la, essencialmente, em textos que abordavam dois aspectos: a sua intervenção política e a fundação do mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja.

A dimensão política é revelada na sua presença no conselho régio, reunido no Porto, em Agosto de 1476, nas vésperas da partida de D. Afonso V para França, em busca do auxílio de Luis XI (1423-1483), tentando reverter o desastre de Toro, situação que levou Saul António Gomes a constatar a importância da Duquesa, porquanto era a única figura feminina

com assento entre os Grandes<sup>16</sup>; no envolvimento nas negociações do Tratado de Alcákovas-Toledo, bem como, sequencialmente, nas terçarias de Moura, temas de que se ocuparam D. António Caetano de Sousa, que salienta a acção de D. Brites e a afectividade entre a Duquesa e Isabel *a Católica*, Manuel de Faria e Sousa, Alexandre Proença, J. Fernandes Mascarenhas, João Paulo Oliveira e Costa, Luís Adão da Fonseca, Manuel Rodrigues Lapa, Manuela Mendonça, Paulo Drumond Braga, Visconde de Santarém<sup>17</sup>; nos confrontos com D. João II, quer no episódio em que a Duquesa intenta travar a entrada dos corregedores nas terras dos Grandes, em carta dirigida ao Monarca, minuciosamente analisada por Manuela Mendonça<sup>18</sup>, quer no caso da atribuição das Ordens Militares, de que de novo se ocuparam Luís Adão da Fonseca e Manuela Mendonça<sup>19</sup>, quer nos meandros do projecto alternativo de tomada do poder pela Casa de Viseu, tema abordado por Anselmo Braamcamp Freire, F. Augusto da Costa Cabral, Humberto Baquero Moreno, Jean Aubin, João Paulo Oliveira e Costa, Luis Adão da Fonseca e Manuela Mendonça<sup>20</sup>. Mas ainda nesta dimensão, José Marques integra-a no rol dos conselheiros de D. João II, em 1481-1482, período em que se

---

<sup>16</sup> GOMES, Saul António, *D. Afonso V o Africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 215-216.

<sup>17</sup> BRAGA, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 35-53; COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I, 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 46-48, 51-52; FERREIRA, Fernanda Lucena; MENDONÇA, Manuela, “O tratado das Alcákovas e a divisão do mundo”, in *Revista História*, n.º 14. Lisboa, 1979, p. 33-47; FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 51-54, 59, 71; GOMES, Saul António, ob. cit., p. 231-232, 234, 237; LAPA, Manuel Rodrigues, “D. Afonso V e o príncipe D. João. Ensaio sobre uma regência. Cortes de Évora e terceiras de Moura. A cabeça do duque de Bragança”, Separata de *Revista de Guimarães*, 1925; MASCARENHAS, J. Fernandes, *A herdade da Coroada e o Tratado das terçarias de Moura. Notas de história*. Lisboa, 1958; MENDONÇA, Manuela, *O sonho da união ibérica. Guerra Luso-Castelhana, 1475-1479*. Matosinhos: QuidNovi, 2007, p. 91, 102-103; Idem, *D. João II, o Príncipe Perfeito: 1481-1495*. Matosinhos: QuidNovi, p. 32; Idem, *D. João II: um percurso humano político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991, p. 148; Idem, “D. João II e o seu tempo”, in *História de Portugal*, dir. João Medina. Alfragide: Ediclube, 2004, vol. 4, p. 465-466; PROENÇA, Alexandre, *As terçarias de Moura. A herdade da Coroada. A entrada em Portugal da infanta D. Isabel de Castela*. Moura: Câmara Municipal de Moura, 2000; SANTARÉM, Visconde de, *Quadro elementar das relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarchia portuguesa até aos nossos dias*, vol. 1. Paris: J. p. Aillaud, 1842, p. 379-389; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo. 3. Coimbra: Atlântida Editora, 1947, liv., 4, p. 10-12; SOUSA, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*. Lisboa: a costa de Antonio Craesbeek, 1678, tomo 2, cap III, p. 420.

<sup>18</sup> MENDONÇA, Manuela, “Sinais de solidariedade no processo de re(construção do Estado nos finais do século XV. A acção de D. Brites, duquesa de Viseu”, in *Iacobus. Revista de los estudios jacobeos y medievales*, 13-14, Sahagún (León), Centro de Estudios del Camino de Santiago, 2002, p. 193-212.

<sup>19</sup> FONSECA, Luís Adão da Fonseca, ob. cit., p. 205-208; MENDONÇA Manuela, *João II: um percurso humano e político...*, p. 201.

<sup>20</sup> AUBIN, Jean, *D. João II devant le problème de sa succession*. Lisboa, 1991; CABRAL, F. Augusto da Costa, *Dom João II e a Renascença Portuguesa*. Lisboa: Livraria Féria, 1914, p. 100-105; COSTA, João Paulo Oliveira e, ob. cit., p. 59; FONSECA, Luís Adão da Fonseca, ob. cit., p. 61, 168; FREIRE, Anselmo Braamcamp, “As conspirações no reinado de D. João II”, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 1, n.º 11-12, Lisboa, 1903., vol. 2, n.º 1, 5-9, Lisboa, 1904; MENDONÇA, Manuela, *D. João II o Príncipe Perfeito*, p. 28-29, 37; Idem, *D. João II: um percurso humano político nas origens da modernidade em Portugal*, p. 456; MORENO, Humberto Baquero, “La lutte de la noblesse portugaise ...” in *Le Portugal du XVe siècle*. Actes du Colloque. Paris. 12 Mars 1987. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1989.

deterioram as relações do soberano com a Igreja, situação que o autor reporta á influência das opiniões emitidas pelos mesmos<sup>21</sup>. Acresce ainda referir Fina d' Armada, que já havia mencionado D. Brites quando tratou das mulheres que embarcaram nas cavarelas no período da Expansão, retomando posteriormente a mesma figura e numa base documental, envolvida no «manto diáfano da fantasia», destacou a sua acção política, considerando-a a personagem mais influente do seu tempo<sup>22</sup>. Desta importância deram sobretudo nota Manuela Mendonça, que avaliando a sua determinação para concretizar estratégias, a percebe como *mulher muito inteira*, que não vergando face às adversidades, permaneceria *firme como uma rocha*<sup>23</sup>, e Elaine Sanceau que, percorrendo o percurso político da Duquesa, a entendeu como *mulher de carácter e de cabeça*, acentuando a sua personalidade e inteligência<sup>24</sup>.

No que concerne à segunda vertente, de um modo geral, os autores para além de historiarem a fundação, mostram a Duquesa continuando a cuidar da sua obra, buscando privilégios para o mosteiro e enriquecendo-o com doações. Tal é o caso de Abel Viana, de Alfredo Saramago, de Carlos Augusto Ponces Canelas, de Frei Jerónimo de Belém, de Leonel Borrela, de Frei Manuel da Esperança, de Maria de Lurdes Rosa, Sebastiana Alves Pereira Lopes<sup>25</sup>; por sua vez Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado abordam essencialmente a instituição da capela<sup>26</sup>. Relacionado com o mosteiro, concretamente com a fundação do oratório de Santo António de Beja, condição expressa por Frei Mendo de Oliveira para se encarregar da assistência espiritual às monjas, face às divergências de

---

<sup>21</sup> MARQUES, José, “D. João II e a Igreja”, in *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 149.

<sup>22</sup> ARMADA, Fina d', *Mulheres navegantes no tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Ésquilo, 2006; p. 75-79; Idem, *O segredo da Rainha Velha*, 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Ésquilo, 2008.

<sup>23</sup> MENDONÇA, Manuela, “Sinais de solidariedade...”, p. 205.

<sup>24</sup> SANCEAU, Elaine, *D. João II*. Porto : Livraria Civilização, 1952, p. 132,

<sup>25</sup> BELÉM, Frei Jerónimo de, *Crónica seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia do nosso Serafico Padre S. Francisco*, Lisboa: no Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1753, parte segunda, p. 475-558, parte terceira, p. 503; BORRELA, Leonel, “Beja. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição”, in *Arquivo de Beja*, vol. 2, 2.<sup>a</sup> série, 1988, p. 195-210; ESPERANÇA, Frei Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: na officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 90; CANELAS, Carlos Augusto Ponces, “História dos conventos de Beja”, Beja, Minerva Comercial, 1965. Separata de *Arquivo de Beja*, 22; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *O infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*. Beja: Câmara Municipal de Beja, 2003, p. 170-171; ROSA, Maria de Lurdes, “A fundação do Mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa Dona Beatriz”, in *O tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa: Difel, 1998, p. 265-270; SARAMAGO, Alfredo, *Fé e grandeza. A boa vida de uma casa monástica: para uma história do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja. Ensaio histórico*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005; Idem, *Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*. Sintra: Colares Editora, 1994; VIANA, Abel, “Mosteiro da Conceição e palácio dos Infantes”, in *Arquivo de Beja*, série IV, n.º 1, 1º semestre de 2007, p. 123-305.

<sup>26</sup> SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastásia Mestrinho, *O espírito das misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 1999; p. 35-60; Idem; *Testamento da infanta D. Beatriz (Duquesa de Beja)*, Beja, 1988.

D. Brites com o vigário geral da Ordem de S. Francisco, a quem o mosteiro, de clarissas, estava sujeito, anota-se o registo de Frei Manuel da Esperança e de Frei João de S. Francisco<sup>27</sup>.

Outras referências foram igualmente detectadas: sobre a governação de D. Brites, enquanto tutora de seus filhos menores, tutoria que lhe fora delegada por mercê de D. Afonso V, em carta datada de Lisboa a 10 de Outubro de 1470, fala-nos João Paulo Oliveira e Costa<sup>28</sup>. José Pereira da Costa refere que a iniciativa da construção da alfândega nova do Funchal se deveu à Duquesa<sup>29</sup>; Maria Teresa Lopes Pereira que, ao estudar Alcácer do Sal, durante o período medievo, constata o poder da Duquesa, face às mercês que obtivera de D. Afonso V, em 1471, relativamente à aplicação da justiça, no caso da ocorrência de tumultos, em que poderia decretar a pena de degredo; do mesmo modo com D. João II que, por carta dada em 1479, lhe possibilitava agilizar o tráfego de mercadorias, no porto da vila, com destino ao Alentejo; a propósito dos Espatários, de quem a vila era donatária, refere também nomeações feitas por D. Brites<sup>30</sup>. A sua *empresa* foi também alvo da atenção de Carlos Augusto Ponces Canelas, Raul Proença e Vasco Freire, o primeiro e o último aventando hipóteses de interpretação<sup>31</sup>.

Abordando a assistência, surge-nos Alexandre M. Flores e Paula A. Freitas Costa, que destacam a reforma do hospital de Santa Maria de Almada e da gafaria de São Lázaro de Cacilhas, referindo os respectivos compromissos e tombos, cuja elaboração fora ordenada pela Duquesa em 1504<sup>32</sup>. Sobre o compromisso da gafaria também se pronunciaram Abrantes Raposo e Vítor Aparício<sup>33</sup>, bem como Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado, estes últimos referindo apenas a sua existência<sup>34</sup>; Fernando da Silva Correia salienta a

---

<sup>27</sup> ESPERANÇA, Frei Manuel da, ob. cit., p. 492; S. FRANCISCO, Frei João de, *Relação verdadeira das couzas dignas de memoria desta Santa Provincia dos Algarves que na Chronica geral do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco Gonzaga Arcebispo de Mântua se achão faltas e das que com falsa informação nella se escreverão e das que depois della impressa acrecentarão*, [1647]. AN/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 408, fl. 28.

<sup>28</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e, ob. cit., p. 42-44, 59.

<sup>29</sup> COSTA, José Pereira da, “A construção da alfândega nova do Funchal”, Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 26.

<sup>30</sup> LOPES, Maria Teresa Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 90, 190, 219.

<sup>31</sup> CANELAS, Carlos Augusto Ponces, ob. cit., p. 14; FREIRE, Vasco, *Livro das antiguidades da cidade de Beja e de outras particularidades dependentes dellas*. BNP, cod. 885, fl. 104; PROENÇA, Raul, “Beja”, in *Guia de Portugal*, vol. 2, *Estremadura. Alentejo. Algarve*, apresentação e notas de Sant’Ana Dionísio. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1927, p 150.

<sup>32</sup> COSTA, Paula A. Freitas; FLORES, Alexandre M, *Misericórdia de Almada. Das origens à Restauração*. Almada: Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2006, p. 33-34, 39.

<sup>33</sup> RAPOSO, Abrantes, APARÍCIO, Victor, *Os palmeiros e os gafos de Cacilhas*. Cacilhas: Junta de Freguesia, 1989.

<sup>34</sup> SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastásia Mestrinho, *O espírito das misericórdias ...*, p. 35.

existência de físico e botica no Mosteiro de Santa Maria da Conceição, por determinação da Duquesa e considerando-a, neste particular aspecto, precursora das Misericórdias<sup>35</sup>.

Aqui e ali respigámos ainda traços de D. Brites: o Conde de Sabugosa extasia-se com a descrição do rico enxoval que a mãe da então futura Duquesa, a infanta D. Isabel, lhe oferecera, enxoval que também não passaria despercebido a A. H. de Oliveira Marques<sup>36</sup>; João Silva de Sousa anota o seu casamento com o infante D. Fernando, filho adoptivo e herdeiro do infante D. Henrique, objecto de estudo do autor<sup>37</sup>, constituindo uma significativa parte do património que a Duquesa haveria de herdar; Manuel Sílvio Alves Conde regista a sua presença na administração da Ordem de Cristo, para a qual Sisto IV expedira, em 19 de Junho de 1475, o breve *Nuper carissimo*, delegando-lhe o cargo durante a menoridade do titular, seu filho, D. Diogo<sup>38</sup>: Jorge Fonseca referiu que, de entre os elementos da casa senhorial, se encontravam duas escravas<sup>39</sup>.

Neste deambular, foram-nos muito interessantes as informações que recolhemos nos fundos documentais conservados no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, nomeadamente nas chancelarias régias de D. Afonso V, de D. João II e de D. Manuel I, na colecção de *Leitura Nova* ou do *Corpo Cronológico* e nos cartórios dos extintos mosteiros de Santa Maria da Conceição de Beja, de Santa Clara do Funchal, de Nossa do Carmo de Moura, bem como nos reservados da Biblioteca Nacional e no Arquivo Distrital de Beja.

Extremamente proveitosa foi também a consulta das séries documentais, de que destacamos: *Monumenta Henricina, Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História, Arquivo da Madeira, Vereações da Câmara do Funchal e Archivo dos Açores*.

Mas igualmente nos foram preciosas as pistas que se nos abriram e o conhecimento que adquirimos analisando e reflectindo a partir dos diversos estudos publicados por eméritos historiadores de ontem e de hoje, que aplicaram a sua erudição e saber, desbravando os caminhos da Baixa Idade Média e os inícios da modernidade. De entre outros, é nos grato recordar Joaquim Veríssimo Serrão, António H. de Oliveira Marques, Humberto Baquero

---

<sup>35</sup> CORREIA, Fernando da Silva, *Origem e formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres Editor, 1944, p. 598.

<sup>36</sup> SABUGOSA, Conde de, *A rainha D. Leonor 1458-1525*. Lisboa: Portugália, 1921, p. 13-14; MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, 4.ª edição. Lisboa. Sá da Costa, 1981, p. 50-55, 57, 78-84, 89, 194.

<sup>37</sup> SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 37, 81.

<sup>38</sup> CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Tomar medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimónia, 1996, p. 60.

<sup>39</sup> FONSECA, Jorge, *Escravos no Sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*. Lisboa: Vulgata, 2002, p. 87.

Moreno, Maria Helena da Cruz Coelho, Manuela Mendonça, Maria José Azevedo Santos, Margarida Garcez Ventura e Manuela Santos Silva.

Este trabalho, solitário como todos os que se atrevem nas vias sinuosas da investigação histórica, não chegaria a bom porto sem o apoio dos mestres e amigos. Desde logo, a minha orientadora, Professora Doutora Manuela Mendonça, que me dirigiu, ensinou e guiou com os seus conselhos e a sua Amizade. Devo igualmente expressar o meu reconhecimento às Professoras Doutoradas Margarida Garcez Ventura e Julieta Araújo, docentes na minha Faculdade, que constantemente me incentivaram a prosseguir, e à Mestre Maria da Graça Vicente, que comigo viveu momentos de angústia e indecisões.

Cumpre-me ainda uma palavra de agradecimento às Dr<sup>as</sup> Dinah Martins e Paula Freitas Costa, pela forma gentil e profissional com que me atenderam no Arquivo Distrital de Beja e no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada, respectivamente.

Para a Dr<sup>a</sup> Isabel Resende, minha amiga, que se encarregou da feitura dos mapas, vai também a minha gratidão.

Ao Henrique, pilar seguro na minha estrutura, que pacientemente aguardou a recuperação do espaço que este projecto lhe vinha furtando, partilhando cumplicidade e ternura, o imenso abraço de sempre.

# I. *Eu a Infanta D. Britiz...*

## I.1. Fina-se o Duque. Eleva-se a Duquesa

Corria certamente uma leve brisa, que o Sado amenizava, nessa tarde de finais de Verão de 18 de Setembro de 1470, em Setúbal, mas os ares não difundiam senão os sons lúgubres dos sinos que dobravam a finados. Nos alvares dos seus 37 anos, o poderoso infante D. Fernando<sup>40</sup>, nascido em Almeirim a 17 de Novembro de 1433, príncipe jurado<sup>41</sup>, 2.º duque de Viseu<sup>42</sup>, 1.º duque de Beja<sup>43</sup>, 5.º Condestável do Reino<sup>44</sup>, 9.º Mestre da Ordem de Cristo<sup>45</sup>, 12.º Mestre da Ordem de Santiago de Espada<sup>46</sup>, senhor da Covilhã, de Moura, de Serpa, de Lagos, para além de um elevado número de outras vilas e lugares que, concentrando em si a maior casa senhorial no Sul do Reino<sup>47</sup>, o tornavam aos olhos dos seus contemporâneos e dos vindouros o *mayor Senhor que nunca houve em Hespanha que não fosse Rey*<sup>48</sup>, sucumbira à doença que o vinha afligindo desde há alguns meses.

---

<sup>40</sup> A projecção da grandeza de D. Fernando ultrapassou mesmo as fronteiras portuguesas, propagada pelos estrangeiros que no século XV se deslocaram a Portugal. Reportamo-nos, entre outros, a Jorge de Egingen, cavaleiro da Suábia, ao serviço do duque Alberto de Áustria, irmão do imperador Frederico III, que por volta de 1460 visitou a corte do Infante. Cf. GARCIA MERCADAL, J., *Viajes de extranjeros por España y Portugal*. Madrid: Aguilar, 1952, p. 247.

<sup>41</sup> Face à menoridade de D. Afonso V, o regente D. Pedro fizera jurar príncipe o infante D. Fernando, acautelando eventual incidente que ceifasse a vida do jovem monarca. PINA, Rui de, *Crónica do Senhor Rey D. Afonso V*, cap. V, p. 593-594.

<sup>42</sup> Sucederia a seu tio, o infante D. Henrique que fora o 1.º duque.

<sup>43</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 136v. Publicado in *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história*, publicação e prefácio de João Martins da Silva Marques, vol. 3. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1971, doc. 156, p. 240-241. Refira-se-se que a alcaidaria do castelo fora anteriormente doada pelo rei D. Duarte a D. Duarte de Meneses, que a pediu do Infante a escambou pelas lezirias e barrocais da Redinha, sitas no almoxarifado de Santarém. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 10v; IDEM, *Leitura Nova. Livro décimo da comarca da Estremadura*, fl. 299-299v.

<sup>44</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. XCIII, p. 708.

<sup>45</sup> Bula *Repetentes animo*, do Papa Pio II, datada de Roma, a 11 de Julho de 1461. AN/TT, *Bulas*, maço 68, doc. 143. Documento publicado in *Monumenta Henricina*, vol. 14, p. 158.

<sup>46</sup> D. Fernando sucedera a seu futuro sogro, falecido em 1442, no governo da Ordem. Com o beneplácito de seu tio, o regente D. Pedro, obtivera a necessária anuência do Papa Eugénio IV, conquanto contasse apenas 11 anos de idade, através da bula *Suscepti regiminis*, datada de Roma, a 23 de Maio de 1444. Certamente tendo em conta a menoridade do Infante, na mesma data o Papa emitiu a bula *Cum nos hodie* dirigida aos cavaleiros da Ordem de Santiago ordenando que reconhecessem D. Fernando como seu mestre. Documentos publicados in *Monumenta Henricina*, vol. 8, doc. 107 e 108, p. 165-169.

<sup>47</sup> FERNANDES, Hermenegildo, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, policopiado, p. 115.

<sup>48</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, livro 3, cap. VIII, p. 283. Acresce referir que D. Fernando fora ainda beneficiário do assentamento de 2 208 561 reais, pagos sobre os almoxarifados de Setúbal, Faro, Tavira e Beja, registando o *Livro dos Contos do Reino*, relativos a 1461-1469, que tal assentamento lhe conferia a *mor contia* que fora despachada até então. AN/TT, *Gaveta 2*, maço 9, doc. 7. Publicado por FARO, Jorge, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. Subsídios documentais*. Lisboa: INE, 1965, p. 198.

Antes de cerrar os olhos para os faustos do Mundo, que tanto o haviam inebriado<sup>49</sup>, teria certamente sentido o profundo pesar do irmão, o rei D. Afonso V (1432-1481), que dificilmente se resignava a aceitar mais uma investida do destino. Se bem que educado no seio da família, colhendo os ensinamentos<sup>50</sup> do tio paterno, o infante D. Pedro (1392-1449), porventura um dos infantes mais cultos do seu tempo<sup>51</sup>, que ampliara todo o seu universo ao coligir vivências recolhidas nas «sete partidas» que percorrera<sup>52</sup>, a infância do soberano fora marcada por uma prematura e dupla orfandade: vitimado pela peste o pai, o rei D. Duarte (1391-1438), não pode estar presente na sua educação<sup>53</sup>, ministrando-lhe pessoalmente muitos dos preciosos conselhos, fruto das suas reflexões, que meticulosamente ia anotando<sup>54</sup>; tão pouco a mãe que, enredada nos complexos meandros do debate que lhe contestava a regência, que assumira após o falecimento do marido<sup>55</sup>, não sobrevivera á argumentação aduzida: o facto de ser mulher, a quem não convinha tão pesado cargo que atemorizava mesmo *myutos baroens abastados de fortalleza de coraçam, e de prudência*<sup>56</sup>, de ser estrangeira e de ser irmã

---

<sup>49</sup> Sobre a biografia do Infante D. Fernando veja-se LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit..

<sup>50</sup> (...) *Nunca algum Pryncepe fora no mundo com tanto amor e em tanta perfeiçam criado, nem em manhas e custumes Reaes também ensynado* (...). PINA, Rui de, op. cit., cap. LXXXVI, p. 697.

<sup>51</sup> Sobre a figura do Regente e a cultura na corte de D. João I veja-se, entre outros, SANCTO ESTEVÃO, Gomez de, *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo*. Lisboa: António Alvarez, 1646; LANDIM, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro. Chronica Inédita*. Lisboa: Scriptorio, 1892-1894; MATOS, Luís de, “Ensino na Corte durante a dinastia de Avis”, separata de *Humanismo Português*, Lisboa. Academia das Ciências, 1988; MERÊA, Manuel Paulo de, “As teorias político-medievais no Tratado da Virtuosa Benfeitoria”, in *Revista de História*, n.º 29, Lisboa, 1919, p.5-21.

<sup>52</sup> ROGERS, Francis M., *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge-Massachussets: Harvard University Press, 1961.

<sup>53</sup> D. Duarte faleceu em Tomar na madrugada de 9 para 10 de Setembro de 1438. PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte ...*, cap. XLIII, p. 573; Idem, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...* cap. I, p. 587.

<sup>54</sup> Tais anotações foram reunidas no denominado *Livro dos conselhos del Rei D. Duarte*, também conhecido por *Livro da Cartuxa*, mas igualmente se encontram preciosos conselhos no *Livro de ensinamça de bem cavalgar toda sela*, obras que se encontram publicadas. *Vejam-se também DUARTE, Luís Miguel, D. Duarte. Requiem por um rei triste*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 197; VENTURA, Margarida Garcez, “Deambular com D. Duarte pelas casas do nosso coração”, in *CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17, 2008, p. 305-313. *Veja-se também OLIVEIRA, Maria Dalila Duarte de, D. Duarte educador: uma abordagem interdisciplinar das relações da vontade com a razão no Livro da ensinamça de bem cavalgar toda sela*, dissertação de mestrado em História e Cultura medievais apresentada à Universidade do Minho. Braga, 1998, policopiado.

<sup>55</sup> Face à menoridade do herdeiro, D. Duarte havia disposto que, em caso de seu falecimento, seria sua mulher, a rainha D. Leonor, a assumir inteiramente a regência, (...) *sem ajuda doutra pessoa ficar em solido Testamenteyra de sua alma e Titor e Curador de seus Filhos, e Regedor do Regno, e Herdeira de todo movel* (...). PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte...*, cap. XLIV, p. 575, Idem, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...*, cap. III, p. 590; Todavia cedo começaram as contestações à assunção de tal cargo pela Rainha, protagonizadas essencialmente pelos cunhados, os infantes D. Pedro e D. João.

<sup>56</sup> Parecer do conselho dado á Rainha por alguns servidores, que o cronista não identificou (PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...*, cap. III, p. 590-591), posteriormente corroborado pelo infante D. João (Idem, *ibidem*, cap. XXXVIII, p. 627). Registe-se que embora D. Leonor assumisse apenas o cargo de regente e não de monarca reinante, tais argumentos parecem reportar aos fundamentos que enformavam a Lei Sálica. *Veja-se* CONTAMINE, Phillipe, “Le royaume de France ne peut tomber en fille: fondement, formulation, et implications d’une théorie politique à la fin du Moyen Âge”, in *Perspectives Médiévales*, n.º 13, 1987, p. 67-81.

dos «perigosos» infantes de Aragão<sup>57</sup>, cujo sentimento de temor se fazia sentir em Portugal, conhecido que era o relacionamento que mantinham com Juan II, que pretendiam manietar<sup>58</sup>. Não vislumbrando solidariedades e apoios firmes que em Portugal lhe garantissem efectivamente que iria manter o poder em suas mãos, D. Leonor decidira-se a atravessar a fronteira, rumo a Castela, onde julgava poder obter o auxílio desejado. Abandonou, pois, o Reino, não sem antes, a dar inteiro crédito ao relato dos cronistas, se haver despedido num lancinante adeus<sup>59</sup> que, fossem quais fossem as palavras realmente proferidas e os gestos manifestados, não deixaria de imprimir indeléveis marcas numa personalidade em formação.

D. Afonso V perdera depois a sua jovem rainha, a tão amada D. Isabel (1432-1435)<sup>60</sup>, com quem partilhara a infância.

Vira partir as irmãs para Reinos estrangeiros,<sup>61</sup> obedecendo á política de alianças em cuja estratégia todos os casamentos entre príncipes se integravam, inscrevendo-se, conforme bem observou Cyrille Debris, como um elemento essencial de uma tática nobiliária que visava outrossim a conquista do poder, ao entrelaçar famílias reinantes<sup>62</sup>, que no caso português pretendia ainda implantar, além-fronteiras, o prestígio e a grandeza de uma jovem dinastia.

---

<sup>57</sup> Conquanto fossem na realidade castelhanos e Trastâmaras os sete filhos de D. Leonor Urraca de Castilla (1394-1435), *la ricahembra*, e de Fernando (1379-1416), *el de Antequera*, que sucedeu a Martin, *el Humano* (1365-1410) no trono de Aragão na sequência do Compromisso de Calpe (1412) ficaram conhecidos como «infantes de Aragão». De entre estes importa destacar Alfonso V (1396-1458), *el Magnânimo*, que viria a suceder ao pai na coroa aragonesa e se tornaria posteriormente também rei de Nápoles, Juan II (1398-1479), rei de Navarra e sucessor de seu irmão em Aragão e sobretudo Enrique (c. 1399-1445), mestre da Ordem de Santiago e Pedro (?-1438) que ansiando poder dispor também de um reino disputaram a coroa de Castela ao rei Juan II, então de menor idade, desencadeando continuamente acções violentas. Sobre os Infantes veja-se a obra clássica de BENITO RUANO, Eloy, *Los Infantes de Aragón*, Madrid, 1952.

<sup>58</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. XVIII, p. 606; cap. XXII, p. 610; cap. XXIX, p. 619; cap. XL, p. 629.

<sup>59</sup> Num domingo, depois da meia-noite, num pranto que não conteve antevendo porventura que não se voltariam a encontrar, (...) *fez allevantar os fylhos [Afonso e Fernando] da cama, e tomou El Rey nos braços, e com muytas lagrymas lhe dysse: Fylho e Senhor praza a Deos por sua piadade que vos guarde e vos dê vida e a mym nom leixe viva, e deseparada de vós, como o som d'El Rey meu Senhor vosso padre (...)*. PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...*, cap. LI, p. 647; LEÃO, Duarte Nunes de, ob. cit., cap. LXV, p. 997, cap. LXVI, p. 998

<sup>60</sup> A rainha, filha do Regente D. Pedro, falecera em Évora a 2 de Dezembro de 1455, das sequelas de um parto, conquanto os rumores propalasses um possível envenenamento, recuperando a memória dos manejos de D. Afonso, duque de Bragança, e tio da Rainha, que pretendia ver o monarca casado com sua neta, a infanta D. Isabel. PINA, Rui de, op. cit., cap. CXXXVII, p. 771.

<sup>61</sup> D. Leonor (1434-1467) casara em 1451 com Frederico III (1415-1493), imperador do Sacro Império Romano-Germânico, e D. Joana (1439-1475) unira-se em matrimónio, em 1455, a Enrique IV, rei de Castela.

<sup>62</sup> DÉBRIS, Cyrille, “*Tu, Félix Austria nube*”. *La dynastie de Habsbourg et sa politique matrimoniale à la fin du Moyen Âge (XIII-XVI siècles)*. Turnhout: Brepols, 2005, p. 23.

Do primitivo núcleo familiar restava-lhe, pois, apenas este irmão, D. Fernando, a quem de tal modo queria que quase nada lhe havia negado<sup>63</sup>.

Demasiados lutos em tão curta vida, que lhe voltavam a pesar nesta hora sombria!

A seu lado, a cunhada, a duquesa D. Brites, deixaria certamente rolar as lágrimas, que o burel do nojo não ocultariam. Fechava-se um ciclo, que se iniciara em Alcáçovas, em 1447, quando ainda adolescente recebera o Infante por marido<sup>64</sup>. Outro se abria agora, que não lhe iria permitir que a tristeza do momento pudesse aniquilar ou sequer interferir na vida que continuava.

D. Fernando deixava um vastíssimo património queurgia gerir, consubstanciado, desde logo nos filhos varões, ainda menores, nomeadamente o primogénito, que iria herdar os cargos e a Casa. Mas todos contavam agora com a sua protecção.

Pensaria naturalmente também nas filhas, mas estas não lhe causavam quaisquer apreensões. O Infante deixara o seu futuro assegurado, concertando habilmente matrimónios dentro da família<sup>65</sup>, reforçando o poder que já detinha com a eleição dos noivos mais ambicionados: Leonor (1458-1525), a primogénita das meninas, seria rainha de Portugal, firmado que estava o contrato de casamento com seu primo, o príncipe D. João (1455-1495), herdeiro da Coroa<sup>66</sup>; Isabel (1459-1521), ingressaria na Casa de Bragança, unindo-se

---

<sup>63</sup> Malgrado o seu desejo, D. Fernando não integrara o séquito de D. Leonor, que partira de Lisboa em direcção a Itália para celebrar a cerimónia de casamento em Roma, agora por palavras de presente, com o imperador Frederico III. Para além dos contactos que poderia fazer na Cúria Romana, teria ainda ensejo de se encontrar com Alfonso, *el Magnânimo*, que o novel casal visitou (Veja-se o detalhado relato dirigido ao rei D. Afonso V por Lopo de Almeida, seu vedor da fazenda e futuro 1.º conde de Abrantes, publicado in *Cartas de Itália*, ed. de M. Rodrigues Lapa, Lisboa: Imprensa Nacional, 1935), e quiçá herdar futuramente o reino de Nápoles, já que o tio apenas houvera um filho bastardo, Ferrante (1431-1494).

<sup>64</sup> PINA, Rui de, op. cit., cap. LXXXVII, p. 698; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, livro 3, p. 285. Os capítulos do contrato de casamento haviam sido lavrados em Évora a 10 de Outubro de 1446, e posteriormente insertos na confirmação de D. Manuel I, redigida em Alcochete, a 13 de Julho de 1496. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 47-48v. Publicados por SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 1, livro III, prova nº 45, p. 283-286.

<sup>65</sup> Tais estratégias tinham como objectivos a concentração dos bens patrimoniais e o reforço de solidariedades. Neste contexto se inseriu, logo desde o início da dinastia de Avis, o casamento de D. Afonso, bastardo de D. João I, com D. Brites Pereira de Alvim, filha do Condestável D. Nuno Álvares Pereira. MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, *O infante D. João (1400-1442). Subsídios para uma biografia*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, policopiado, p. 37; MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites...*, p. 14-16.

<sup>66</sup> Contrato lavrado em Lisboa, a 16 de Setembro de 1473. AN/TT, *Gaveta 17*, maço 1, doc. 12, fl. 1-4v. D. Afonso V, em Portalegre, a 27 de Abril de 1475, emitiria carta patente relativa à avaliação e entrega do dote da noiva, efectuado pela duquesa D. Brites. AN/TT, *Gaveta 18*, maço 4, doc. 6. Acresce referir que os cronistas relatam que D. Afonso V teria admitido o casamento do Príncipe seu filho, com uma outra sobrinha, D. Juana, matrimónio do agrado do pai, Enrique IV de Castela, e que o rei de Portugal não desdenharia, mas para confortar o irmão, «anojado e triste» com o insucesso da pretendida conquista de Tânger, acedera ao pedido que o Infante anteriormente lhe fizera. PINA, Rui de, op. cit., cap. CLIX, p. 815; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. IV, p. 4.

igualmente a um primo, D. Fernando (1430-1438)<sup>67</sup>, futuro 3.º duque de Bragança, ainda então duque de Guimarães, que ao tempo se achava viúvo de D. Leonor de Meneses (?-1452)<sup>68</sup>. As duas irmãs interligariam entre si as duas Casas marcantes do Reino: a Casa Real e a Casa de Bragança, donde aliás eram igualmente originárias<sup>69</sup>.

Em data que se ignora nascera ainda outra menina, D. Catarina, que faleceu criança, segundo D. António Caetano de Sousa<sup>70</sup>, e provavelmente já não devia existir aquando dos esponsais nas Alcáçovas, admitindo nós que também para ela haveria, pelo menos planeado ou mesmo negociado, um futuro matrimónio. Aliás, de acordo com a narrativa de Rui de Pina, o seu falecimento teria ocorrido antes da morte do pai<sup>71</sup>.

Os filhos: D. João (?-1472 ou 1473), D. Diogo (?-Setúbal, 1484), D. Duarte (?-?) e D. Manuel (Alcochete, 1469-Lisboa, 1521), esses sim, seriam motivo de preocupação, já que a sua tenra idade<sup>72</sup> não lhe permitiria ainda conduzir, com segurança, as rédeas do destino. Mas destes, inquietá-la-iam, sobretudo, os dois primeiros, porque mais próximos da linha sucessória da Casa. Não tanto D. Duarte que se encontrava junto do príncipe D. João, que o *recolheo pera sy, e criandoo em sua casa com muyta honrra e grande amor*<sup>73</sup>. A D. Brites, conquanto não tivesse este filho no seu regaço, não desagradaria tal situação que garantia a protecção do Príncipe a um menino que, cronologicamente e em teoria, se encontrava já um tanto afastado na ordem da herança pois que naturalmente se lhe iriam proporcionar proventos condignos no futuro; por outro lado, ao seu pequeno filho não iriam decerto faltar os carinhos da irmã, D. Leonor. Em data que não podemos precisar também D. Manuel se acolheria no seio da Casa Real.

---

<sup>67</sup> Casamento celebrado a 19 de Setembro de 1472. SOUSA, D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. 5, livro 6, p. 266.

<sup>68</sup> Filha de D. Pedro de Meneses, conde de Viana e de Vila Real, capitão e governador de Ceuta. SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., vol. 5, livro 6, p. 235

<sup>69</sup> Analisando vários dos casamentos celebrados na Casa Real, durante o período que estudamos (caso do infante D. João com sua sobrinha D. Isabel de Barcelos, D. Afonso V com a prima D. Isabel, D. Fernando com a prima D. Brites, D. João II com a prima D. Leonor de Lencastre), salienta-se a marcada tendência endogâmica subjacente a estas alianças, aliás frequentes no ocidente medieval, em que num quadro político de equilíbrio frágil, se pretendiam selar solidariedades e clientelas. Sobre o assunto veja-se MATTOSO, José, *Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média*. Braga: separata de *Bracara Augusta*, 1982, p. 12; THOMAZ, Luís Filipe R. F., *De Ceuta a Timor*: 2.ª edição. Lisboa: Difel, 1998, p. 104.

<sup>70</sup> SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., vol. 2, livro 3, p. 289.

<sup>71</sup> Ao referir-se aos descendentes de D. Fernando, à data do seu falecimento, escreve o cronista: (...) *Fycarom delle quatro fylhos e as duas Fylhas que já disse* [D. Leonor e D. Isabel] PINA, Rui de, ob. cit., cap. CLXI, p. 817.

<sup>72</sup> O primogénito, D. João teria então 10 anos de idade. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. 1, Porto: Portucalense Ed., 1967, p. 346, nota 2.

<sup>73</sup> D. Duarte faleceria jovem. PINA, Rui de, ob. cit. cap. CLXI, p. 817.

Para além dos referidos, haviam nascido outras crianças: D. Dinis e D. Simão, que não resistiram á endémica mortalidade infantil da época<sup>74</sup>. Desconhece-se o momento dos seus falecimentos, mas cremos que terão ocorrido ainda em vida de D. Fernando, conforme se infere de uma carta, que D. Brites iria, posteriormente, obter do rei, regulando a sucessão da Casa, a que adiante nos referiremos, e onde os seus nomes já não figuram, bem como da informação que nos foi veiculada por Rui de Pina, que aliás, omite a existência de D. Dinis<sup>75</sup>.

Não se demitiria a Duquesa do papel que poderia desempenhar junto de seus filhos, em que paralelamente com o afecto lhes poderia inculcar disciplina e orientação. E D. Afonso V correspondeu a tal vontade. Em carta datada de Lisboa, a 10 de Outubro de 1470, em que transparece, a memória de sua mãe, transplantada para o caso em apreço (...*E vemdo nom aver hii pessoa que com tamta rrazom amor e afeição deua nem possa teer carreguo delles e dos feitos e cousas a elles tocantes* (...)), não podendo também ignorar um dos últimos desejos expressos em testamento por D. Fernando, que evoca (... *pollo singullar amor que ao dito meu irmãoo tijnhamos e sua muy estremada obediência sogeição e acatamento que a nos como a seu Rey e senõr irmãoo mayor sempre teue* (...)) concedeu à Duquesa-Viúva a curadoria e tutoria das crianças, autorizando-a a (... *gouernar e aministrar a elles seus beens e cousas e pessoas e cousas que lhe pertencerem, como melhor ouuer e lhe parecer* (...)) *sem embargo de quaasquer lex canónicas ciuees grosas e openiões de doutores hordenações façanhas ou costumes de nossos regnos*<sup>76</sup>.

Colocando-nos do ponto de vista da Infanta, não nos parece que o documento emitido pela chancelaria régia se resumisse a um mero acto notarial, ou seja, quanto a nós, dissimulado no texto formal da escritura encontrava-se patente a sua opção de vida: não iria resignar-se a ser apenas uma triste e apagada viúva, tecendo amarguras e saudades e deixando que outros dirigissem o seu percurso e o dos seus. Tinha em suas mãos a total orientação da sua Casa. No diploma que fez redigir, o Rei entregou nas mãos da cunhada, em relação aos sobrinhos, um poder absoluto.

E perguntamo-nos se teria alguma vez perpassado pela mente de D. Brites a ideia de permanecer confinada no gineceu, escutando o chilrear das suas damas e dirigindo ágil e elegantemente a agulha em bordados caprichosos? Filha da Casa de Avis, em que a cultura era reconhecida como valor, teria tido uma educação cuidada e completa, não descurando

---

<sup>74</sup> PINA, Rui de, *idem*, *ibidem*; SOUSA, D. António Caetano de, *ob. cit.*, vol 2, livro 3, p. 289.

<sup>75</sup> PINA, Rui de, *idem*, *ibidem*., cap. CLXI, p. 817.

<sup>76</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 21, fl. 29v; IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 295-295v.

também, e naturalmente, as «prendas» femininas, mas poderiam estas só por si preencher os quotidianos? Seria que a Infanta até então, apesar de poder movimentar-se livremente pelo Reino<sup>77</sup>, de dispor de um séquito que dignamente a servia, não se deveria sentir uma monja numa espécie de clausura? Não a teriam realizado os cuidados a prestar às nove crianças que gerara e a gestão doméstica?

Não lhe bastaria agora a evocação da memória do defunto marido, recitando salmos, rezando as horas, regendo e fazendo cumprir escrupulosamente os aniversários, funções vocacionadas para o seu género e o seu estado, ancestralmente ditadas e sancionadas pela sociedade<sup>78</sup>, encargo que se enquadrava nas funções tradicionalmente reservadas às mulheres, que em tempos ainda recentes haviam sido recordadas à rainha D Leonor, sua sogra, em um momento algo similar, declarando-se-lhe que *bem abastara terdes cuidado da criação de vossos Fylhos, e do descargo d'alma d'ElRey (...)*<sup>79</sup>?. Regras que, a respeito da educação de crianças, em especial varões, se revelavam, todavia, controversas ao aplicarem-se, já que o olhar masculino não percepcionava com agrado a permanência dos filhos varões em sedes femininas. Temia-se uma influência considerada perniciosa, porque contaminada de «debilidade», em que avultava o primado da emotividade face ao racional. Neste sentido, se ouviram falas no contexto das Cortes reunidas em Lisboa em 1439<sup>80</sup> que decidiam da regência. Conquanto não tenham sido estas exactamente as palavras pronunciadas, reflectem toda uma doutrina do primado da virilidade: ... *a criação d'ElRey por ser em poder de molher, he a elle muy danosa, e sempre por ysso fycará fraco e feminado. Que pera qualquer pryvado he aleijam sobre todos, quanto mais pera Rey*<sup>81</sup>. Foi este o lamento de Juan II, rei de Castela que, a fazer fé no discurso narrativo, acusava sua mãe, a rainha D. Catalina de

---

<sup>77</sup> Dos itinerários de D. Brites, referentes ao tempo anterior à viuvez, apenas podemos documentar a sua estada nas Alcáçovas, no início de 1447, localidade onde foi tratado o seu casamento (PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXXVII, p. 698), e em Alcochete, localidade onde deu à luz, *no último dia de Maio de 1469*, o mais novo dos seus filhos, D. Manuel, após um parto difícil cujo feliz sucesso o cronista atribui à intervenção divina, perspectivando, na observação dos sinais, um futuro radioso ao recém-nascido GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, cap. III, p. 10. Teria, naturalmente, vivido em Alcácer do Sal, onde seus pais tinham casa, localidade onde o infante D. João viria a falecer no final de Outubro de 1442. PINA Rui de, ob. cit., cap. LXXXI, p. 688. Provavelmente esteve presente em Lisboa, nas festas celebradas em honra de sua irmã, já então rainha de Castela (Idem, *ibidem*, cap. LXXXVII, p. 698).

<sup>78</sup> ... *la veuve doit sans cesse agir pour le salut de l'âme de son défunt époux* VERDON, Jean, *La femme au Moyen Âge*, 7.<sup>a</sup> édition. Paris: Jean-Paul Gisserot, 2006, p. 51.

<sup>79</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. III, p. 591. Naturalmente que nos reportamos à similitude do estado de viuvez, contudo temos plena consciência que o caso da rainha D. Leonor era agravado pelo facto de estar em causa a regência do Reino.

<sup>80</sup> Referimo-nos ao discurso de João Gonçalves, procurador da cidade do Porto, dirigido aos vereadores da Câmara de Lisboa.

<sup>81</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. L, p. 643.

Lancaster, de lhe haver ministrado tão deficiente educação que o tornara presa fácil de qualquer oportunista<sup>82</sup>.

D. Brites, ao invés, e com a «bênção» do monarca, alheia a tais querelas, iria gerir a sua Casa, sem receios.

Estava-se, assim, perante uma dona inteligente, que sabia como resolver um qualquer problema. Aproveitou decerto todas as ocasiões que se lhe proporcionaram para apreender outros conhecimentos, que não apenas os que lhe haviam sido atribuídos. Cremos, pela sua trajectória pessoal que anteriormente abordámos, que aprendeu a governar e a tratar com criados e servidores, independentemente da sua hierarquia, decerto desde muito cedo, no tempo em que se moldam caracteres e personalidades.

De entre os ensinamentos bebidos de sua mãe não lhe teria escapado a resolução de conflitos. Provavelmente, conheceu ou ouviu contar sobre as demandas em que, enquanto senhora da vila de Almada, D. Isabel se vira envolvida com o concelho da referida vila, cujos procuradores apelaram para o rei, D. Afonso V, relatando *grandes agrauos* que vinham recebendo por parte da Infanta e dos seus oficiais, em especial do ouvidor e almoxarife, a quem aquela acobertaria. Do rol de queixas<sup>83</sup> extraímos duas relacionadas com a administração e com a justiça. Na primeira referia-se o facto do ouvidor se permitir subtrair pessoas dos ofícios que detinham, queixa que não obteve acolhimento, já que o Rei ao indeferir a pretensão por que descabida, fez notar aos procuradores do concelho que D. Isabel não incorrera em qualquer deslize, estava meramente no uso das suas prerrogativas, porquanto, na qualidade de senhoria e conforme ao regime jurídico subjacente em doação de jure e herdade, competia-lhe a jurisdição e correição sobre a vila e seu termo. Aliás, o

---

<sup>82</sup> Idem, *Ibidem*, cap. LXII, p. 661-662.

<sup>83</sup> De facto, pelo menos entre os anos de 1443 e 1460 registaram-se queixas dos procuradores referindo: que D. Isabel se recusava a pagar a quarta parte dos obreiros aos lavradores do reguengo, situação que, argumentavam, jamais se havia verificado ao tempo dos seus antecessores, desde que *a dita villa foi filhada aos mouros*; que os oficiais da Infanta partiam o pé do monte e cobravam os cachos que sempre haviam ficado aos lavradores; que cobravam aos lavradores as terras do reguengo que, por vezes, ficavam por lavrar; que «ignorando» a letra do foral que lhes havia sido dado pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, exigia pagamentos superiores aos estabelecidos, ou seja, vinha pedindo aos lavradores, que lavrassem com um jugo de bois, um moio de trigo ou de milho e de cada jeira lavrada cobrava ainda um quarteiro de trigo ou milho, consoante o cereal semeado, ao invés dos três alqueires por jeira, anteriormente determinados; que igualmente requeria o fornecimento de metade do alimento ao seu ouvidor, situação também nova, como referiam; que o ouvidor, ao vir fazer correição, tomava roupa aos pobres, tanto para si, como para seus oficiais, como para a quintã da Infanta; que o mesmo ouvidor fazia coutadas no reguengo da Infanta, mandando apregoar que o dono de todo e qualquer gado que nele fosse encontrado incorreria na coima de 500 reais; que a Infanta arrendava a chancelaria, implicando um maior encargo para os requerentes, dado que a obtenção de sentenças estava sujeita ao pagamento de dízima; que os seus oficiais se recusavam a receber as jugadas do vinho em tempo útil. AN/TT, *Leitura nova. Livro terceiro da Comarca de Odiana*, fl. 106-106; 177v-178v; IDEM, *Leitura Nova. Livro oitavo da comarca de Odiana*, fl. 1-3.

procedimento referido no caso concreto, acrescentava o monarca, encontrava-se mesmo plenamente justificado, já que a Infanta entendera até esclarecer que tudo o que se fizera respeitava o proveito das terras<sup>84</sup>.

Na segunda queixa, contestava-se abertamente a actuação do ouvidor, que não só negligenciava como violava os preceitos da aplicação da justiça, de tal forma danosa que projectava má fama sobre Almada. Os procuradores ilustravam as declarações com exemplos que consideravam relevantes, ou melhor, na sua acepção inadmissíveis: os malfeitores deslocavam-se livremente pela terra, não se vislumbrando sequer qualquer intenção, antes pelo contrário, em recuperar os presos que fugiam da cadeia. Perante tais queixumes, uma vez mais o Rei manteve a autoridade delegada na Infanta, sem todavia enjeitar responsabilidades no caso de uma eventual agravamento da situação, que poderiam pôr em causa as suas próprias prerrogativa: assim, dirigiu-se primordialmente ao ouvidor, lembrando que todo e qualquer oficial não se poderia desligar dos deveres inerentes ao seu ofício, cumprindo-lhe a sua boa e íntegra execução; mas se isso não se verificasse deveria o concelho recorrer, em primeira instância, à senhoria, pedindo que admoestasse ou substituísse o seu servidor, e só depois de esgotada tal diligência poderiam, e deveriam, apelar para o poder central, apresentando os seus argumentos e cartas probatórias.

Mas, se no caso do ouvidor o concelho não viu a sua petição atendida, outro tanto não sucedeu com a queixa referente a nomeações dos ofícios de mordomo e escrivão para as albergarias da vila, já que se apresentava uma argumentação reportada a anteriores senhorios, que acabaria por colher parecer favorável junto do soberano, sem todavia confrontar a Infanta imputando-lhe um procedimento totalmente incorrecto. Dizia o concelho que D. Isabel infringindo o antigo costume e esquecendo nomeadamente o desempenho de seu defunto marido, o infante D. João, fizera por si só nomear os referidos oficiais. O despacho do rei, cautelosamente mitigado em nosso entender, confirmava o costume, que aliás se processava igualmente nos restantes concelhos do Reino, contudo admitia que a Infanta pudesse intervir no caso de se verificarem irregularidades, quer na designação dos oficiais que poderiam não ser considerados idóneos, quer no decurso do desempenho da função. Neste mesmo sentido se pronunciou o soberano relativamente à queixa do concelho que denunciava que, contra o estipulado nas Ordenações no respeitante à nomeação para o ofício de escrivão dos órfãos, que deveria contemplar os tabeliães da vila, D. Isabel fazendo tábua rasa do estatuído dera o dito ofício a um criado de Gil Vasques, determinando que ambas as partes deveriam

---

<sup>84</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro oitavo da comarca de Odiana*, fl. 1-3.

apresentar as respectivas escrituras, e só a análise das mesmas poderia determinar a quem a razão assistiria.

Nem só o concelho apresentava queixas superiormente. Noutra ocasião, fora a vez de D. Isabel se dirigir ao Rei pedindo providências quanto aos prejuízos que ocorriam sobre as suas fazendas e direitos, pelo facto de existirem em Almada demasiados vassalos e moedeiros, petição a que o soberano iria atender, ou melhor ainda o Regente D. Pedro, tio e cunhado da Infanta, que certamente evocaria a lembrança de D. João, o irmão com quem tivera maior proximidade, no entender de muitos historiadores, baseados nas narrativas dos cronistas,<sup>85</sup> opinião que igualmente partilhamos. A sentença então dada, sujeitaram-se os primeiros ao pagamento de jugada e oitavo de pão, de vinho, ou de outro produto que houvessem, desde que filhados a partir da data de 1440, ressaltando-se os anteriores ou aqueles que preenchessem certas condições, minuciosamente definidas<sup>86</sup>. Quanto aos moedeiros, limitava-se ao número de 6 os que poderiam ser desde logo isentos, todavia previa-se que ao ocorrer vacatura, por falecimento a eleição de moedeiro para provimento do lugar exigiria a concordância do almoxarife da Infanta.<sup>87</sup>

Tais cenários não eram, naturalmente, circunscritos a Almada. Surgiam por todo o lado, explanados continuamente em capítulos de Cortes<sup>88</sup>. Não se nega que o concelho se sentisse agravado, mas até onde na realidade iria o exorbitar do poder delegado ao oficialato senhorial? Nota Armindo de Sousa, seguido por Luís Miguel Duarte, que não obstante tais «reclamações» assentarem em factos ocorridos, nelas transparecia contudo o confronto dos concelhos com os poderes senhoriais, visando a obtenção de liberdades com vista ao fortalecimento do poder local<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> Vejam-se também, entre outros, MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques, 1973, p. 29-39, 33, 38-39, 42., 54, 89, 235-236; MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, op. cit.

<sup>86</sup> (...) *todollos vassallos moradores em a dita villa que foram feitos vassallos ataa o anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e iiij<sup>c</sup> b que estes ajmda que fossem feitos por qualquer gujsa seiam liures e escusados de paguarem juguada e oitauo de pam nem de vinho nem doutra cousa que aiam e esso mesmo queremos que aiam todollos outros priuillegios e liberdades que ham os outros nossos vassallos e aquelles que depois forem filhados ataa ora e também daquj em diante se forem filhos lidemos de vassallos ou seruiram em Tanger ou sam nossos criados e da Rainha minha molher e dos Ifantes e duque meus irmãaos e tio ou dos condes meus primos que taes como estes seiam escusados de paguarem a dita jugada e oitauo e aiam em todo conpridamente os priuillegios dos nossos vassallos* (...) Carta datada de Montemor-o-Novo, a 30 de Novembro de 1443. AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 159-159v.

<sup>87</sup> Estas disposições seriam posteriormente confirmadas por D. Afonso V, em carta datada de Lisboa, a 12 de Novembro de 1448. IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 259v-260.

<sup>88</sup> SOUSA, Armindo de, *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. 1. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 518-523.

<sup>89</sup> SOUSA, Armindo de, «As cortes de Leiria-Santarém de 1433» in *Estudos medievais*, 2, 1982, p. 144-146; DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte. Requiem por um rei triste ...*, p. 160.

Conquanto com menor visibilidade, face aos então verdes anos de D. Brites e aos diferentes e específicos cenários em que se movimentava seu pai, o infante D. João, mestre da Ordem Militar de Santiago, condestável do Reino e fronteiro-mor da comarca de Entre Tejo e Odiana<sup>90</sup>, sem esquecer as intervenções por mais de uma vez manifestadas em negócios do Reino<sup>91</sup>, teria igualmente ouvido narrar ou, porventura nalguns casos, observado mesmo como o Infante actuava em situações que se lhe deparavam e como governava os homens às suas ordens.

A sua aprendizagem não se havia restringido ao núcleo familiar mais restrito. Nos salões dos palácios que frequentara ouvira negócios, detectara intrigas, observara subtilezas, aprendera a conhecer a sociedade e como lidar com ela.

Não poderia ter tido melhor «escola» prática. Os seus familiares haviam ocupado, e continuavam a ocupar, os mais altos cargos no Reino.

---

<sup>90</sup> Nomeações feitas pelo regente D. Pedro a 9 de Maio de 1440. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 127v; IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 182. Carta publicada em *Monumenta Henricina*, vol. 7, 1965, p. 107.

<sup>91</sup> Recordamos, entre outros, o parecer do infante D. João aquando do projecto da conquista de Ceuta. PINA. Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, ..., cap. XVII, p. 525-531.

## I.2. Parentesco e solidariedades

Noutro local<sup>92</sup> já nos referimos à linhagem de D. Brites, que se imbricava duplamente na Casa Real Portuguesa. Seus pais eram parentes próximos, mais precisamente tio e sobrinha: D. João fora o penúltimo filho do rei de Boa Memória; D. Isabel nascera do casamento de D. Afonso [1380-1461], então conde de Barcelos e futuro duque de Bragança, bastardo do citado soberano, com a filha única do condestável D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), conferindo a D. Brites, desde o início de vida, um estatuto social e prerrogativas que lhe permitiriam caminhar com natural facilidade pelos centros de poder. Locais que haveriam de ser reforçados pelos matrimónios de suas filhas.

Mas mesmo que tal não tivesse acontecido (ou seja, se as negociações relativas ao futuro das filhas não houvessem obtido o êxito esperado, já que no caso de D. Leonor se aludira que havia sido ainda mais uma mercê de D. Afonso V ao irmão, como anteriormente se referiu), não estaria «afastada» da Casa Real, nem tão pouco da Casa de Bragança, em que D. Brites também se enraizava. Nesta última, dispunha igualmente de bastas solidariedades, fortalecidas pela estratégia de casamentos prosseguidos, que unira os seus familiares aos Noronhas e aos Castros, também eles ainda aparentadas com a Casa Real Portuguesa e, naturalmente, procurando recuperar o poder que haviam detido.

De facto, após o falecimento de sua primeira esposa, D. Brites Pereira de Alvim, D. Afonso voltara a contrair matrimónio, em 1420, com noiva de mais alta linhagem que a anterior esposa, ao eleger D. Constança de Noronha (?-1480), filha de D. Isabel (1364-?), ilegítima do rei D. Fernando<sup>93</sup>, e de D. Alfonso Henriquez (1355-1398), conde de Gijón e Noronha<sup>94</sup>. O conde era igualmente um bastardo, fruto de uma ligação de Enrique II de

---

<sup>92</sup> MARTINS, Maria Odete Sequeira, ob. cit., p. 13-14.

<sup>93</sup> Desconhece-se a identidade da mãe de D. Isabel. Fernão Lopes, nos capítulos da crónica que dedicou ao monarca, e que se referem à Infanta, não aventa qualquer hipótese (LOPES, Fernão, *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono rei destes regnos*, introdução de Salvador Dias Arnaut, Porto: Livraria Civilização, 1979, cap. LXXXIV, p. 221, XCV, p. 257-259). Outras fontes que consultámos ocultam o nome da progenitora e os mais recentes biógrafos de D. Fernando: GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 49 e MARTINS, Armando Alberto, *D. Fernando o Formoso. 1367-1383*. Matosinhos: Quidnovi, 2009, p. 67, também não ousaram propor um rosto. Idêntica atitude encontramos em VALE, Alexandre de Lucena e, «D. Isabel de Portugal, condessa de Gijón e de Noronha», separata de *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 9. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1959.

<sup>94</sup> Segundo os cronistas, o início do relacionamento de D. Isabel com D. Alfonso não foi pacífico, por o noivo não aceitar a menoridade da nubente. *Vejase* LOPES, Fernão, ob. cit, cap. XCV, p. 257-259.

Castela ([1333]-1379) com uma senhora que segundo alguns autores seria D. Elvira Iniguez de la Veja<sup>95</sup> ou, segundo outros, Beatriz Fernández<sup>96</sup>.

Não buscaria, D. Afonso, assegurar a memória de sua Casa com esta união, já que a falecida D. Beatriz lhe havia dado dois rapazes: D. Afonso (?- 1460), conde de Ourém e futuro 1.º marquês de Valença e D. Fernando (1403-1478), conde de Arraiolos, que lhe sucederia no ducado, e uma menina, D. Isabel, mãe da infanta D. Brites. Seria a solidão que lhe pesaria adentro dos seus palácios, sem uma figura feminina que os adornasse como dona, ou uma súbita paixão que lhe arrebatasse os sentidos? Certamente que as hipóteses que intentamos gizar não enformam qualquer sustentáculo. Conhecido que era o carácter ambicioso do Duque, o interesse em voltar a contrair matrimónio consubstanciar-se-ia meramente numa estratégia, visando uma ainda maior proximidade e integração nos círculos do poder régio, conforme notou Mafalda Soares da Cunha, que entende ter sido mais um passo, integrado numa sucessão de lances, que já haviam justificado, do ponto de vista dos Bragança, a união de sua filha com o infante D. João<sup>97</sup>.

A família da noiva não teria colocado obstáculos á proposta de D. Afonso. Era um negócio que também lhe interessava, porquanto lhe permitia movimentar-se na Corte com a desenvoltura que lhe trazia um novo entrelaçar de parentesco. Mas se de D. Constança se regista pouco mais que o casamento, que aliás não originou descendência, outro tanto se não poderá dizer de seus irmãos, comprovando-se a jogada certa do duque de Bragança.

De facto, olhemos de relance a trajectória dos irmãos de D. Constança:

- D. Pedro de Noronha, seguiu a carreira eclesiástica e foi arcebispo de Lisboa. Abertamente partidário da rainha D. Leonor de Aragão, sua prima, colocou-se, desde o início da querela, ao lado dos que contestavam a regência do infante D. Pedro<sup>98</sup>, tendo sido ainda um dos protagonistas das intrigas, conduzidas pelo conde de Ourém, que sussurraram a D. Afonso V que sua mãe fora envenenada pelo regente D. Pedro, táctica usada no âmbito da estratégia última, que visava

---

<sup>95</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 5, livro 6, p. 54; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, introdução de Luís Bivar Guerra, vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 46.

<sup>96</sup> SZÁSZDI NAGY, Ádám, «Una ojeada furtiva a la realeza bajomedieval: los deudos de la mujer de Cristóbal Colón», in *Iacobus. Revista de Estudios Jacobeos y Medievales*, 19-20. Sahagún (León): Centro de Estudios del Camino de Santiago, 2005, p. 308.

<sup>97</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1438)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990, p. 34.

<sup>98</sup> PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rei D. Affonso V*, cap. XXXIII, p. 622-623; cap. XL, p. 629.

a própria tomada do trono<sup>99</sup>. Teve o prelado um filho bastardo, D. Pedro de Noronha<sup>100</sup>, que foi comendador-mor da Ordem de Santiago e mordomo-mor do rei D. João II<sup>101</sup> e uma filha, D. Isabel de Noronha, que se uniria a D. João (?-1484), marquês de Montemor, terceiro filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, e de D. Joana de Castro, filha e herdeira de D. João de Castro, senhor do Cadaval, e de sua mulher D. Leonor da Cunha<sup>102</sup>;

- D. Fernando de Noronha (?-c. 1445), camareiro-mor do rei D. Duarte, capitão e governador de Ceuta, foi 2.º conde de Vila Real por casamento com D. Brites de Meneses, filha e herdeira de D. Pedro de Meneses (?-1437), 1.º conde de Vila Real e 2.º conde de Viana e primeiro capitão e governador de Ceuta. Ligado à Casa Trastâmara, conta Rui de Pina que D. Fernando de Noronha, apiedado da difícil situação vivida pela rainha D. Leonor, abandonada á sua sorte em Toledo, já que a família não lhe prestava qualquer auxílio, mandou que a fossem visitar, socorrendo-a com uma *bõa soma douro amoedado*<sup>103</sup>. Teve o 2.º conde de Vila Real dois filhos: o primogénito Pedro (?-1499), que preferiu o apelido de Meneses, foi 1.º marquês de Vila Real, 3.º conde do mesmo título e 7.º conde de Ourém, bem como 3.º capitão donatário de Ceuta. Casou, a 6 de Agosto de 1462, com D. Beatriz de Bragança (?-1491), uma das filha dos 2.ºs duques do mesmo título;
- D. Sancho de Noronha foi 1.º conde de Odemira, adiantado, ou seja fronteiro-mor, do Reino do Algarve<sup>104</sup> e comendador da Ordem de Santiago<sup>105</sup>. Partidário da rainha D. Leonor, tal como seus irmãos, não compareceu nas

---

<sup>99</sup> PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rei D. Affonso V.*, cap. LXXXIX, p. 114, 128. A «conquista» do trono, que passava pela regência, fortemente contestada a D. Pedro, far-se-ia, por outro lado, pelo casamento do soberano com sua neta D. Isabel, afastando a prometida noiva, então já esposa, também de nome Isabel, filha do infante D. Pedro. LEÃO, Duarte Nunes de, *Cronica e vida del rey D. Affonso V de Portugal deste nome e dos reys o duodécimo*, cap. II, p. 786; PINA, Rui de, ob. cit., cap. VII, p. 595-596. Veja-se também GOMES, Saul António, ob. cit., p. 62; MORENO, Humberto Baquero, ob. cit., p. 8-9.

<sup>100</sup> Veja-se a sua biografia em MORENO, Humberto Baquero, «A conspiração contra D. João II e o julgamento do duque de Bragança», in *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Porto: Presença, 1996, p. 217-227.

<sup>101</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, livro IV, p. 73

<sup>102</sup> MELO, D. Francisco Manuel de, *D. Teodósio, duque de Bragança*, Porto: Livraria Civilização, 1944, p. 107-108; SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo 5, livro 6, p. 64. *Nobreza de Portugal*, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, vol. 2. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, p. 439; vol. 3, 1961, p. 29-30; CUNHA, Mafalda Soares da, ob. cit., p. 36. *Veja-se também* MENDONÇA, Manuela, «D. João, Marquês de Montemor» in *Almonsor. Revista de Cultura*, 13. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 1995-1996, p. 61-72.

<sup>103</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXXIV, p. 692.

<sup>104</sup> Carta de D. Afonso V dada em Évora a 12 de Março de 1459. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de extras*, fl. 165.

<sup>105</sup> SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo 3, livro 4, p. 4.

Cortes que decidiram entregar a regência ao infante D. Pedro<sup>106</sup>. Sua filha, D. Maria de Noronha que, com dispensa da Lei Mental, lhe sucedeu no título, viria a contrair matrimônio com D. Afonso (?-1483), 1.º conde de Faro, terceiro filho varão dos 2.ºs duques de Bragança;

- D. Henrique de Noronha foi capitão de gente de guerra na tomada de Ceuta<sup>107</sup>. Não casou, mas teve dois filhos bastardos: D. Nuno de Noronha, que se consorciou com Mencia de Ribadaneira, e D. Maria de Noronha, que se uniu a D. Pedro Vaz de Melo, 1.º conde de Atalaia.

Quanto aos Castros, a ligação à Família manifestou-se desde logo no casamento de D. Fernando, futuro 2.º duque de Bragança, marquês de Vila Viçosa e conde de Arraiolos, realizado em 28 de Dezembro de 1429, com D. Joana de Castro (?-1479), filha de D. João de Castro, senhor da vila do Cadaval, como atrás referimos. A mãe da noiva, D. Leonor da Cunha, filha de Martim Vaz da Cunha que passara a Castela em ruptura com D. João I<sup>108</sup>, encontrava-se então viúva do doutor João das Regras (falecido em 1404), um dos «fautores» da nova dinastia que ascendera ao trono português na sequência da morte de D. Fernando. Mas deixemos D. Leonor da Cunha, para observarmos o pai da noiva, D. João de Castro. Neste contexto é a figura que mais nos interessa, do ponto de vista que vimos abordando, porquanto a sua linhagem imbricava nos Castros da Galiza, família em que se originara D. Inês de Castro (?-1320-1355), a amada do rei D. Pedro I (1329-1367), cuja eventualidade de influência dos irmãos levava à morte da «mísera e mesquinha». De ascendência real, os Castros provinham de D. Sancho IV, rei de Castela e Leão<sup>109</sup>. Donde, a apetência pelo poder não lhes era estranha.

Não se quedavam pelo Reino, as redes familiares de D. Brites, que ultrapassavam largamente as fronteiras portuguesas.

Salientemos, desde logo, os estreitos elos que a relacionavam com a Casa Trastâmara, que detinha as coroas de Castela, Aragão e Navarra, não obstante os recentes e acesos conflitos que haviam envolvido as Famílias dos dois lados da fronteira, na disputa do trono português, disputa que a concretizar-se garantiria aos Trastâmaras a quase plena hegemonia ibérica, a quem apenas faltaria liquidar o reino mouro de Granada. Com efeito, no vizinho

---

<sup>106</sup> PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V ...*, cap. XL, p. 630.

<sup>107</sup> *Nobreza de Portugal*, dir. de Afonso Zúquete, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. 2, p. 440, 577-578; vol. 3, p. 65-66, 523-526; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra...*, vol. 1, p. 48.

<sup>108</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., ..., vol. 1, p. 162.

<sup>109</sup> SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, *D. Afonso IV (1291-1357)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 161-166.

Reino de Castela reinara a irmã mais velha de D. Brites, D. Isabel (1428-1496), que se consorciara com Juan II (1405-1454) ainda seu parente<sup>110</sup>, ao tempo viúvo de D. Maria de Aragão (1396-1454)<sup>111</sup>. Daquele matrimónio havia nascido a futura rainha Isabel *a Católica* (1453-1468), cujo nome dado nas fontes baptismais, deixando de lado o de Leonor ou de Maria que até então havia prevalecido na linhagem Trastâmara, salientava a ascendência portuguesa e a força da linha materna<sup>112</sup>. Ascendência que iria marcar igualmente a sua personalidade. Orfã de pai desde 1454, Isabel fora educada em Arévalo, numa corte rodeada de mulheres portuguesas, em que pontificavam sua mãe e sua avó, a infanta D. Isabel<sup>113</sup> que aí ocorrera aquando do nascimento do primeiro neto, o infante D. Alfonso<sup>114</sup>. D. Isabel de Barcelos acabaria por se fixar em Castela, nomeadamente para cuidar da filha, acometida de alienação mental<sup>115</sup>, governar a casa e colaborar na educação das duas crianças. Não voltaria a Portugal, mas a outra filha, que aí se encontrava, D. Brites, seria, em Arévalo, uma lembrança viva e contínua.

Por razões que não iremos desenvolver neste trabalho, o imediato sucessor de Juan II, Enrique IV (1425-1474), nascido do primeiro matrimónio de seu pai, viu-se seriamente confrontado com os bandos nobiliárquicos que tudo faziam para afastar do trono D. Juana, sua filha única nascida do casamento com D. Joana de Portugal (1439-1475), irmã de D. Afonso V, e simultaneamente cunhada e sobrinha de D. Brites, apoiando a meia-irmã do soberano, D. Isabel, proclamada princesa das Astúrias, na sequência do Tratado de Foros de Guisando, firmado em 18 de Setembro de 1468.

---

<sup>110</sup> Os noivos eram parentes em terceiro grau de consanguinidade, pelo que houve necessidade de solicitar a Roma a necessária dispensa de impedimento para celebração do matrimónio. O Papa Eugénio IV, através da bula *Percelsa dignitatis*, datada de 5 de Novembro de 1445, concederia a dispensa pretendida. AGS, *Patronato Real*, legajo 49-29; AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de reis*, fl. 53v. O diploma foi publicado in *Monumenta Henricina*, vol. 9, 1968, p. 89-90, por SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguezza*, tomo 1, livro 3, prova nº 37, p. 192-193 e por SUAREZ-FERNÁNDEZ, Luís, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Enrique, 1393-1460*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Escuela de Estudios Medievales, 1960, p. 277-279.

<sup>111</sup> Filha de Fernando, *el de Antequera*, rei de Aragão, e irmã de D. Leonor que, consorte do rei D. Duarte, cingira a coroa portuguesa.

<sup>112</sup> VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del; VALDEON BARUQUE, Julio, *Isabel la Católica, reina de Castilla*. Valladolid: Ambito, 2004, p. 13.

<sup>113</sup> MORALES CASTRO, Carmen Alicia, “Isabel de Barcelos: su importancia en la niñez de Isabel de Castilla” in, *Iacobus. Revista de Estudios Jacobeos y Medievales*, 25-26. Sahagún (Léon). Centro de Estudios del Camino de Santiago, 2009, p. 90-97; VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del, “Isabel la Católica. Una princesa ‘portuguesa’”, in, *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 37.

<sup>114</sup> VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del; VALDEON BARUQUE, Julio, ob. cit., p. 14.

<sup>115</sup> PALENCIA, Alonso de afirma que o desgosto provocado pela morte do marido desencadeou em D. Isabel uma depressão profunda, que culminou na loucura, *Crónica de Enrique IV*, Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 1975, p. 185.

O relacionamento com a princesa castelhana e futura Rainha, sua única sobrinha, filha duma irmã muito próxima a quem decerto ligariam gratas recordações de folguedos infantis e confidências de adolescente e cujo destino fora traçado no mesmo momento em Alcáçovas, segundo os indícios que as fontes nos apontam<sup>116</sup>, foi sempre de uma grande afectividade. Afectividade patenteada, por exemplo, na recepção a sua sobrinha-neta, a infanta D. Isabel, que a Duquesa viria a custodiar no quadro das Terçarias de Moura, deslocando-se à raia para a abraçar pessoalmente, na herdade da Coroadada<sup>117</sup>, e na posterior despedida *com muytas lágrimas de amor polla grande saudade*<sup>118</sup> que lhe ficava, aquando do regresso da princesa a Castela, corolário do desfazimento das Terçarias.

Outra parece ter sido a atitude tomada pela Duquesa D. Brites em relação ao pequeno príncipe D. Afonso, até então seu único neto. Narra-se que, num primeiro momento, não teria encarado, de forma manifestamente satisfatória, a ideia de o ir entregar pessoalmente aos pais, pretendendo antes que D. João II encarregasse alguém de o recolher<sup>119</sup>, acabando, porém, por decidir-se a empreender a jornada, acompanhando-o até à cidade de Évora, onde o soberano e D. Leonor o aguardavam<sup>120</sup>.

Nesta nossa observação não pretendemos afirmar que no relacionamento da avó com o pequeno príncipe estivessem ausentes os afectos, podendo antes pensar-se que, naturalmente, a possibilidade de estreitar o jovem D. Afonso, que permanecia no Reino, lhe era muito mais fácil e confortável comparada com uma necessária deslocação trans-fronteiriça, se bem que não fossem decerto as eventuais agruras da jornada que a inquietassem, mas antes algum afastamento dos negócios que permanentemente ocupavam a Duquesa. Por outro lado, embora no Tratado das Alcáçovas tivesse ficado previsto o futuro casamento de D. Afonso com uma filha dos Reis Católicos, não era completamente líquido que tal acontecesse com D. Isabel, porquanto, prevendo-se impedimento que tornasse inviável o projecto, o clausulado do

---

<sup>116</sup> Infelizmente não dispomos de correspondência particular trocada entre D. Brites e sua sobrinha D. Isabel, ou com sua irmã, para podermos afirmar com mais segurança. Assim, tivemos que lançar mão de fontes indirectas, nomeadamente de crónicas portuguesas, castelhanas e aragonesas.

<sup>117</sup> (...) *A Infanta Dona Beatriz com grande companhia a sahio a receber até hum Ribeiro, que divide os Reynos, junto a huma quinta, que chamão a Coroadada, e das mãos dos ditos senhores, e Embaixadores de Castella recebeo a dita Infanta...* LEÃO, Duarte Nunes de, ob. cit., cap. LXVII, p. 1000.

<sup>118</sup> RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. XLII, p. 56.

<sup>119</sup> Situamo-nos noutra plano, já que formalmente as crianças deveriam ser entregues aos representantes institucionais dos soberanos, e foram-no de facto, no caso presente os procuradores de D. João II e os embaixadores dos Reis Católicos.

<sup>120</sup> RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. XLII, p. 56.

Tratado inscrevia, em alternativa, uma outra infanta que, seguindo-se a ordem cronológica, seria D. Juana (1479-1575)<sup>121</sup>.

Certo é que os elos que ligavam D. Brites à Corte de Isabel e Fernando não se esgotavam na familiaridade inerente ao parentesco. Com efeito, ao tempo da estada da infanta castelhana em Portugal, no contexto das terçarias de Moura, havia-lhe sido designada para aia e camareira a fidalga D. Isabel de Sousa, que ao tempo integrava a corte da Duquesa<sup>122</sup>. Ora, a eleição desta para tal cargo, considerando a grande proximidade que mantinha com D. Brites, de quem não era apenas mais um elemento no seu séquito pois a servia como secretária<sup>123</sup>. Tais funções, a par de outras, espelhavam a confiança da Senhora, que não se coibia de tratar com a sua donzela assuntos que envolviam melindre<sup>124</sup> e quiçá segredo, em nosso entender traduziu-se em mais um lance, estrategicamente bem ordenado e sucedido. De facto, D. Isabel de Sousa acompanharia a Princesa no regresso a Castela, reentrando a Portugal, na qualidade de sua camareira-mor, por ocasião do retorno de D. Isabel, desta feita para celebrar o almejado, porém efémero, casamento com o príncipe D. Afonso<sup>125</sup>. Iria continuar a seu lado, assistir-lhe-ia num segundo casamento português, com D. Manuel I, só enfim se apartando quando a Rainha não sobreviveu às sequelas causadas pelo parto do príncipe D. Miguel da Paz. A fiel aia e camareira optou então em definitivo pela sua terra, Portugal. Mas não voltou a Beja, preferindo Lisboa. Não seriam decerto os anos que pesavam a D. Isabel de Sousa que impediriam o ingresso no círculo das damas de D. Maria de Castela (1482-1517), a nova consorte, a quem deveria conhecer bem, porquanto irmã da falecida rainha; nem tampouco

---

<sup>121</sup> D. Juana viria a contrair matrimónio com o duque Philippe, *le Beau* (1478-1506), filho de Marie de Bourgogne (1457-1482) e de Maximiliano de Habsbourg (1459-1519), bisneto da duquesa Isabel de Portugal (1397-1471), a filha legítima do rei D. João I, e neto da imperatriz D. Leonor, filha do rei D. Duarte. Na sequência do falecimento de seus irmãos: D. Juan (1478-1497) e D. Isabel (1470-1498), e de seu sobrinho D. Miguel da Paz (1498-1500), D. Juana sucedeu a Isabel *a Católica*, falecida a 26 de Novembro de 1504, sendo então proclamada Rainha de Castela e reconhecida nas Cortes de Toro realizadas a 11 de Janeiro de 1505.

<sup>122</sup> (...) *el año de mil quatrocientos y ochenta, aun en vida de su padre, la nombra el Rey D. Afonso V aya y camarera mayor de la Infanta Doña Isabel de Castilla hija de los Reyes Catolicos, quando la entregaron en Moura á la Infanta Doña Beatriz para que con el Infante Don Alonso de Portugal la tuviese en la tercera* SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, vol. 1. Madrid: Melchior Alvarez y Mateo de Lianos, 1685, p. 59; TORRES, Rui d'Abreu, «Terçarias de Moura», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1971, p. 156.

<sup>123</sup> A carta ditada por D. Brites protestando junto de D. João II contra a entrada dos corregedores nas terras dos Grandes, fora redigida por D. Isabel de Sousa. Cf. CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de apontamentos (1438-1489)*, transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 284-286.

<sup>124</sup> Referimo-nos à carta mencionada que continha uma ameaça velada dirigida ao soberano, pelo que não se revelaria um tal texto a um qualquer servidor.

<sup>125</sup> ... *E trazia a Princesa consigo noue Damas filhas de grandes e nobres homens de Castella e Aragão, e vinha por sua aya, e camareira mor dona Isabel de Sousa, Portuguesa, molher muyto fidalga, e prudente, e de muy honesta vida...* RESENDE, Garcia de, *ob. cit.*, cap. CXX, p. 165; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 132.

temeria um eventual desagrado por parte de D. Manuel I, antes cremos que deveria ter sido uma decisão de quem, finalmente, resolve gerir o resto da sua vida de moto próprio, uma vez que a missão de que fora incumbida havia sido inteiramente satisfeita, ou seja, havia sido a pessoa certa, no local certo e na hora precisa: em síntese, o penhor de confiança de D. Brites e de Isabel, *a Católica*.

Não seriam igualmente de menosprezar os contactos que uma outra donzela da Duquesa, Isabel Serrão, mantinha com os irmãos, João e Inês, que haviam integrado a Casa da rainha D. Isabel, irmã de D. Brites, na qualidade de escudeiro e donzela, respectivamente, e cuja mãe, Teresa Anes fora ama da Rainha<sup>126</sup>.

Nesta ordem de ideias digamos que a Corte castelhana, no plano afectivo, era como que uma extensão, da Casa de Viseu-Beja, não sendo igualmente de subestimar o plano político. De lado a lado se tratavam negócios, se conspirava, mas também se procurava refúgio e recordamos a carinhosa atitude de Isabel *a Católica* ao receber os jovens parentes, D. Filipe (c. 1475-?), D. Jaime (c. 1479-1532) e D. Dinis (c. 1481-1516), enviados por sua prima D. Isabel, duquesa de Bragança, logo que tomou conhecimento da prisão de seu marido, que acabaria por ser justicado na praça pública de Évora<sup>127</sup>. A D. Brites, que teria apoiado ou mesmo sugerido tal decisão, não suscitaria qualquer dúvida o envio dos netos para Castela que, para além de ficarem em segurança, seriam principescamente tratados, como de facto assim sucedeu<sup>128</sup>.

Ainda neste contexto, e embora o episódio se encontre envolto em neblina, pelo melindre que terá causado tanto na Corte portuguesa como na castelhano-aragonesa, refira-se o envolvimento sentimental do jovem duque de Viseu, D. Diogo, ao tempo em que se encontrava em Castela como penhor do Tratado das Terçarias, entre o Verão de 1481 e o de 1482, com a duquesa D. Leonor de Sottomayor e Portugal, dama da Casa de Isabel *a Católica*, mulher de D. Alfonso de Aragón (1415-1485), 1.º duque de Villahermosa, mestre

---

<sup>126</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 152v-154v.

<sup>127</sup> A sentença régia lavrada em Évora, a 20 de Junho de 1483, condenava D. Fernando a ser degolado, por traição e deslealdade, confiscando-lhe os bens que deveriam reverter para a Coroa. AN/TT, *Gaveta 2*, maço 2, doc. 2. Veja-se MORENO, Humberto Baquero, «A conspiração contra D. João II. O julgamento do Duque de Bragança» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 2. Paris, 1970, p. 47-103 e a bibliografia sobre as conspirações contra D. João II, referidas na nota 15.

<sup>128</sup> (...) *E a Raynha de Castella como muy noble, e virtuosa Princesa recolheo os filhos do Duque que erão seus sobrinhos a sua casa, e os tratou, e honrou sempre como era rezam que fosse, e fizesse a sobrinhos tão chegados a ella, que eram filhos de sua prima com irmãa, e netos do Infante dom Fernando, e da Infanta dona Beatriz, que era irmãa da Raynha de Castella sua mãy* (...) RESENDE, Garcia de, op. cit., cap. XLIII, p. 62.

da Ordem de Calatrava e meio-irmão de Fernando *o Católico*<sup>129</sup>. Desta relação havia resultado um filho, D. Afonso, que foi trazido para Portugal, provavelmente logo a seguir ao nascimento, face à delicadeza da situação da mãe. D. João II mandou-o criar, em Portel, por Antão de Faria, seu camareiro e alcaide-mor da vila, *como filho dalgum lavrador, sem se saber quem era*<sup>130</sup>, o que talvez indicie que o monarca temeria represálias por parte dos Reis Católicos, ou seja que aproveitassem o pretexto dado pela aventura galante, que manchava a honra de uma aristocrata de alta linhagem, para interferir na questão das Terçarias. Se não, porquê tantos cuidados em ocultar uma criança? Bastardos sempre os houvera! O próprio rei tinha um, D. Jorge, fruto de uma paixão por uma donzela da «Excelente Senhora». É certo que a situação não era comparável: D. Ana de Mendonça era solteira, D. Leonor de Sottomayor era casada. Mas seria só essa a única razão que presidiu à decisão do rei? Sentir-se-ia incomodado com a ofensa praticada ao mestre da Ordem de Calatrava e por extensão ao irmão, Fernando, *o Católico*? Sabe-se que D. João II era um homem norteado por princípios de rectidão e justiça e decerto não lhe agradou o «estouvado» comportamento de D. Diogo, mas dificilmente nos podemos afastar da nossa primeira hipótese. Certo é, e como que a comprovar a nossa dedução, imediatamente a seguir à morte de D. João II, D. Brites mandou que lhe trouxessem o neto, que desde então, quebrado o anonimato, ficou em sua Casa, sem rodeios. Nesta linha de raciocínio, entendemos assim que os laços, que uniam D. Brites a Isabel *a Católica*, não ficaram afectados com o reconhecimento do pequeno bastardo<sup>131</sup>. Reconhecimento, aliás, que foi inteiramente manifestado logo em 1500, ano em que D. Afonso, já então Condestável do Reino<sup>132</sup>, se consorciou com D. Joana de Noronha, filha de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real e de D. Beatriz de Bragança, estando sua avó presente no acto em que foi firmado o contrato de casamento, dote e arras, lavrado em Lisboa, a 21 de Agosto<sup>133</sup>. Apagava-se assim a mácula lançada por D. Diogo, «legitimando-se»<sup>134</sup> o seu bastardo que podia agora surgir em plena luz como *o muy illustre Senhor D. Affonso*

---

<sup>129</sup> O duque era filho bastardo de Juan II de Aragão (1397-1479) e de Leonor de Escobar. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das famílias de Portugal*, vol 1, 2.ª edição. Braga: Carvalhos de Basto, 1999, p. 490.

<sup>130</sup> GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, 1.ª parte, Lisboa: em casa de Francisco Corrêa, 1566, cap. XLV, p. 43v; SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 1, livro 3, prova nº 48, p. 296.

<sup>131</sup> Conquanto os cronistas mencionem a duquesa de Villa Hermosa como mãe do bastardo de D. Diogo não é completamente verificável tal afirmação, subsistindo dúvidas quanto à identidade da progenitora de D. Afonso. Veja-se COSTA, João Paulo Oliveira e, ob. cit., p. 57-58.

<sup>132</sup> Nomeação por D. Manuel I a 25 de Maio de 1500. GÓIS, Damião de, ob. cit., 1.ª parte, cap. XLV, p. 42-43v.

<sup>133</sup> SOUSA, D. António Caetano de, ob. cit., tomo 1, liv. 3, prova nº 49, p. 298-309.

<sup>134</sup> Apesar da nossa investigação, não localizámos a legitimação oficial de D. Afonso.

sobrinho de ElRey Nosso Senhor neto da dita Senhora [D. Brites] e Condestabre destes Regnos<sup>135</sup>.

Em Aragão, se bem que fugazmente, reinara D. Pedro (1429-1464)<sup>136</sup>, primogénito do Infante homónimo, e que não obstante ser filho do vencido de Alfarrobeira, a quem o infante D. Fernando, tal como os Bragança, não haviam apoiado<sup>137</sup>, relevados os diferendos, documenta-se a comunicação com a Casa de Viseu-Beja. Com efeito, D. Pedro parece ter esquecido os agravos, não se coibindo de suplicar ao Papa Paulo II que aceitasse a sua renúncia ao Mestrado de Avis<sup>138</sup>, empossando no cargo seu primo D. Fernando, ou um dos filhos deste, o infante D. Simão<sup>139</sup>. Para esta diligência havia igualmente solicitado os bons ofícios de D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, e de Afonso Eanes, cónego da Sé de Coimbra<sup>140</sup>. Do mesmo assunto constaria, atentando na data, o salvo-conduto emitido por D. Pedro em Barcelona a 3 de Agosto de 1464, a favor de Gaspar (da Gama?) e Juan Vallariola, a fim de se deslocarem de Valência a Barcelona para tratar de *certos negócios* relacionados com o Infante<sup>141</sup>. Provavelmente a atenta e perspicaz esposa de D. Fernando não seria alheia a tais meandros, que todavia não se iriam concretizar. Poderia, talvez, não ter tido uma intervenção efectiva, mas é certo que o Mestrado de Avis estava igualmente no horizonte da Duquesa que, posteriormente, o iria requerer para seu filho D. Manuel, conforme se comprovou pela resposta em que D. João II, que detinha o cargo desde 1468, por bula do Papa Paulo II, lhe indeferiu o pedido<sup>142</sup>.

Na Flandres, mais precisamente no ducado de Borgonha, «reinava» Charles de Valois-Bourgogne (1433-1477), dito *Le Téméraire*, fruto do casamento de Phillippe, *le Bon* (1393-

---

<sup>135</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 166.

<sup>136</sup> Na sequência do falecimento de Carlos de Trastâmara y Evreux (1421-1481), príncipe de Viana, filho e herdeiro do rei Juan II de Aragão, o Conselho dos Cem, em 1464, proclamou D. Pedro, conde de Barcelona e rei de Aragão, enquanto neto de D. Jaime e consequentemente único herdeiro da Casa de Urgel. D. Pedro viria a falecer envenenado, ao que se diz, a 30 de Junho de 1466. Sobre esta figura veja-se, por todos, FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

<sup>137</sup> BNP, *Códice* 3390, fl. 134; LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónica e vida del Rey D. Affonso o V ...*, cap. XXVI, p. 863; PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V...*, cap. XCIX, p. 714-715; MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira...*, p. 350-351.

<sup>138</sup> D. Pedro havia sucedido no Mestrado na sequência do falecimento do infante D. Henrique, cargo promovido pelo Regente seu pai e para o qual obteve a bula *Dum altri sanguinis* do Papa Eugénio IV, datada de 29 de Março de 1444. A posição do Condestável foi, todavia, contestada, nomeadamente no seio da própria Ordem liderada pelo comendador D. Fernando Rodrigues de Sequeira, sob o fundamento de que as rendas estavam a ser utilizadas na defesa da causa de D. Pedro na Catalunha. FONSECA, Luís Adão da, ob. cit., p. 104-110.

<sup>139</sup> Carta datadas de Manresa, a 5 de Março de 1465. ACA, R 22, *Intrusos*, fl. 107v.

<sup>140</sup> Cartas datadas de Castellón de Ampúrias a 25 de Março de 1465 e de Barcelona, a 6 de Setembro do mesmo ano. ACA, R 22, *Intrusos*, fl. 106v, 145.

<sup>141</sup> ACA, R. 21, *Intrusos*, fl. 109.

<sup>142</sup> CHAVES, Álvaro Lopes, ob. cit., p. 265-266; MENDONÇA, Manuela, *D. João II um percurso humano e político ...*, p. 256.

1497) com a infanta portuguesa D. Isabel, a amada filha de D. João I que, associada ao governo por seu marido, se impusera como governante nas terras do Norte, e cuja influência se estenderia mesmo ao seu Reino de origem<sup>143</sup>. Contava, pois, a Casa de Viseu-Beja com a protecção do Duque, já que se documenta o trato que D. Fernando fazia com a Flandres, expresso nomeadamente nas queixas apresentadas nas Cortes de Lisboa, em 1459, em que os procuradores se insurgiram contra os mercadores desta cidade, relativamente às marcas das pipas de mel, exportadas na nau de D. Fernando<sup>144</sup>.

O desaparecimento de Charles, na batalha de Nancy (1477)<sup>145</sup>, que esfumou os sonhos de maior grandeza da Borgonha<sup>146</sup>, não extinguiu as ligações com a Flandres. Marie, a filha única que Charles havia tido com a sua segunda mulher Isabelle de Bourbon (1467-1475), que herdou o ducado, consorciara-se com seu primo Maximiliano de Habsbourg, filho de Frederico III imperador do Sacro Império Romano-Germânico e de D. Leonor de Portugal, também ela irmã do infante D. Fernando. É conhecida a enorme afectividade de Maximiliano para com a Mãe, de tal modo intensa que, na sua autobiografia, a incluiu no rol dos bem-aventurados<sup>147</sup> e por extensão aos seus parentes da Casa Real Portuguesa. Donde, os mercados da Flandres continuaram abertos para Portugal, que exportava, entre outros produtos, o açúcar da Ilha da Madeira, tráfico que interessava particularmente à Casa de Viseu-Beja, que detinha o senhorio da Ilha.

---

<sup>143</sup> SOMMÉ, Monique, *Isabelle du Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV<sup>ème</sup> siècle*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1998, p. 377.

<sup>144</sup> As trocas comerciais com a Flandres, remontavam já ao século XII, Há notícia de uma nau portuguesa que aportou ao porto de Bruges, em 1194, transportando madeira, azeite e melaço. *Descobrimientos portugueses ...*, vol. 1, suplemento, doc. 1195, p. 580. Mas desde seguramente 1240, que os mercadores portugueses mantinham aí um comércio florescente, dispendo mesmo de uma feitoria sedeadada em Bruges, e utilizando igualmente outros portos, nomeadamente, Gand e Ypres. Exportava-se então cera, couros, grão, escarlata, sebo, azeite, figos, uvas e rubis. BUSSCHE, Émile van den, *Flandres et Portugal. Memoires sur les relations qui ont existèrent autrefois entre les Flamands de Flandres, particulièrement ceux de Bruges, et les Portugais*. Bruges, 1874, p. 47; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Maria Brandoa, a do Crisfal», in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 6, Lisboa, 1908, p. 323, MARQUES, A. H. de Oliveira, «Notas para a história da feitoria portuguesa na Flandres, no século XV», in *Studi in onore di Amintore Fanfani*, vol. 2. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1962, p. 448-449; PAVIOT, Jacques, *Bruges 1300-1500*. Paris: Autrement, 2002, p. 8; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações históricas entre Portugal e a França*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 17.

<sup>145</sup> Sobre o tema muito se tem escrito. Veja-se entre outros, COMMYNES, Philippe, *Mémoires*, présentation et traduction par Joël Blanchard. Paris: Agora, 2004, p. 354-356; BRION, Marcel, *Charles le Téméraire grand duc de l'Occident*. Paris: Tallandier, 2006; SOISSON, Jean-Pierre, *Charles le Téméraire*. Paris: Bernard Grasset, 1997.

<sup>146</sup> A rivalidade entre a França e a Borgonha desde cedo que se faziam sentir. Segundo a tradição Filipe Augusto (1165-1223) teria afirmado: *La France absorbera la Flandre ou bien sera détruite par elle*. DUMONT, Georges-Henri, *Histoire de la Belgique des origines à 1830*. Bruxelles: Le Cri, 2005, p. 92.

<sup>147</sup> LASCHITZER, Simon, «Die Genealogie des Kaisers Maximilian I», in *JbKunsthistSamml* 7, 1888, p. 1-200; WEIAAKUNING, *Nach den Dictaten und eigenhändigen Aufzeichnungen Kaiser Maximilians I*. Viena: Alvin Schultz, 1888, p. 424 *apud* KRENDEL, Peter, «O imperador Maximiliano I e Portugal», in *Relações entre a Áustria e Portugal. Testemunhos históricos e culturais*. Coimbra: Almedina, 1985, p. 53-55.

Na velha Albion, se bem que não se conheçam relações concretas, também não lhe seria difícil uma aproximação já que Edward IV (1442-1483), não obstante a sua identificação com a Casa de York, que sucedera á Casa de Lancaster, era ainda seu familiar, por via desta última dinastia, cuja entrada em Portugal se fizera através da rainha D. Filipa (1360-1415). O infante D. Fernando e o rei inglês eram ambos trinetos de Edward III (1327-1377).

A rede intrincada de parentesco da Infanta envolvia assim as casas reinantes da Europa do seu tempo, sendo em tudo semelhante à Casa Real portuguesa.

### I.3. A cultura na Casa de Beja

Em capítulo anterior referimos que D. Brites teria tido igualmente uma instrução e educação esmerada, na esteira da que fora ministrada pelos fundadores da dinastia de Avis, D. Filipa de Lencastre<sup>148</sup> e D. João I, que incutiram nos filhos o interesse e prazer pela leitura, não apenas das obras de índole religiosa, mas igualmente dos clássicos, o que aliado à aquisição de conhecimentos veiculava modelos comportamentais, como notaria D. Duarte *o leer dos boos livros (...) faz acrecentar o saber e virtudes*<sup>149</sup>. Hábitos que lhes iriam permitir novos voos, produzindo as suas próprias obras<sup>150</sup>, vertendo ou mandando verter para *linguagem*<sup>151</sup> ou encomendando livros<sup>152</sup> que iriam enriquecer os próprios e as suas bibliotecas<sup>153</sup>.

Todo este programa iria, naturalmente, ser transmitido aos seus descendentes. Assim, D. Afonso V e seu irmão D. Fernando beneficiaram da atenção e cuidado do seu tutor, o infante D. Pedro, que lhes destinou mestres de reconhecida competência: Estevão de Nápoles,

---

<sup>148</sup> Sobre a educação de D. Filipa veja-se SILVA, Manuela Santos, *Filipa de Lencastre e o ambiente cultural na corte de seu pai (1360-1387)*, in CLIO, Revista do centro de História da Universidade de Lisboa, 16/17, 2008, p. 243-258.

<sup>149</sup> D. DUARTE, “Livro de ensinança de bem cavalgar toda sela”, liv. 4, cap. XV, in *Obras dos príncipes de Avis*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981.

<sup>150</sup> D. João I foi autor do *Livro da Montaria*, tendo também redigido *Salmos certos para os finados*, D. Duarte com o *Livro de bem cavalgar toda sela* e o *Leal Conselheiro*, D. Pedro com a *Virtuosa Benfeitoria* e *Horas de Confissão* (esta última não chegou até nós, mas é referida por D. Duarte no *Leal Conselheiro*, cap. 27, bem como por PINA, Rui de, ob. cit., cap. CXXV, p. 754). Sobre o assunto veja-se DIAS, Aida Fernanda, *A Idade Média*, vol. 1 da *História crítica da Literatura Portuguesa*, dir. Carlos Reis. Lisboa: Verbo, 1998, p. 309-317. Veja-se também a introdução ao *Livro de montaria feito por El Rei D. João I de Portugal*, introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

<sup>151</sup> D. João I mandou traduzir os Evangelhos, os Actos dos Apóstolos, as Epístolas de São Paulo, as Horas de Nossa Senhora, algumas hagiografias e o poema *Confessio Amantis* de John Gower, de que foi encarregado o cónego Roberto Paim, da casa da rainha D. Filipa de Lencastre. D. Duarte verteu para linguagem a oração do *Justo judex*. D. Pedro, não se socorrendo de outrem, profundo conhecedor do latim, traduziu ele próprio *De officiis*, de Cícero, *De regimine principum*, de Frei Egidio Romano e *De re militari*, de Vegécio. A seu pedido, Vasco Fernandes de Lucena traduziu *Panegírico de Trajano*, de Plínio, o Jovem, e *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae*, de Pier Paolo Vergério. Cf. *Livro dos Ofícios o qual tornou em linguagem o infante D. Pedro*, edição crítica, prefácio, anotações e glossário de Joseph M. Piel. Coimbra, 1948; DIAS, Aida Fernanda, ob. cit., p. 310, 313; MARTINS, Mário, *Estudos de cultura medieval*, vol. 3. Lisboa: Brotéria, 1983, p. 95; Idem, *Guia geral das Horas del rei D. Duarte*, 2ª edição. Lisboa: Brotéria, 1982, p. 37; SARAIVA, António José, *História da cultura em Portugal*, vol. 1. Lisboa: Jornal do Foro, 1950, p. 436, 646, 656; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1415-1495)*, vol. 2, Lisboa: Verbo, 1977, p. 309-311.

<sup>152</sup> Satisfazendo um pedido do infante D. Henrique, Frei André do Prado compôs o *Horologium Fidei*, em que duas personagens, o autor e o Infante, debatem questões emergentes da escolástica. MARTINS, Mário, *Estudos de cultura medieval*, vol. 1. Lisboa: Verbo, 1969, p. 135-163; SARAIVA, António José, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1990, p. 275

<sup>153</sup> Permitimo-nos salientar, se bem que sumamente conhecidas, as bibliotecas do rei D. Duarte e do malogrado infante D. Fernando, esta última contando cerca de 45 volumes. Sobre o assunto veja-se NASCIMENTO, Aires Augusto, “As livrarias dos príncipes de Avis”, in *Biblos*, vol. 69, Coimbra, 1993, p. 266-287.

Mateus de Pisano e Frei Gil Lobo de Tavira<sup>154</sup>. E se a propensão e motivação do rei o levou a rodear-se de humanistas, calígrafos e iluminadores<sup>155</sup>, conduzindo-o, igualmente, a redigir também as suas próprias obras<sup>156</sup>, seu irmão, conquanto não tenha deixado memória de obra escrita (outras empresas o empolgavam, que privilegiavam as deslocações noutros universos, ao invés das viagens no interior de si mesmo, viagens que se exige a quem escreve e que implicam bastos momentos de reflexão), não foi, de modo algum, avesso a práticas da leitura. Conforme aos gostos da época apreciava romances de cavalaria e admite-se mesmo que tenha solicitado ao autor valenciano Joanot Martorell (c. 1413-1468) que lhe traduzisse a sua novela *Tirant lo Blan*<sup>157</sup>. E se D. Fernando não dedicou algum do seu tempo a compor textos puramente literários, legou-nos, todavia, registos em que se pode apreciar a educação que recebera. Assinala Aida Fernanda Dias, analisando a carta/parecer que o Infante dirigiu ao Rei, em 1460, no contexto dos debates que então se verificaram em torno do prosseguimento da política africana, que D. Fernando era senhor de um «estilo límpido, objectivo e revelador de grande poder de análise»<sup>158</sup>. Dado considerarmos da maior relevância a opinião da referida especialista, fica, pois, provada a capacidade do Infante para construir um discurso claro, coeso, íntegro, precisando as questões e demonstrando os argumentos esgrimidos a partir de um tema complexo e polémico, já que concitava diferentes entendimentos. Ora, um tal texto exigia pilares que o sustentassem: formação exigente e rigorosa, em que se inscrevia a familiaridade com os conceitos e com as regras da leitura e escrita. Neste sentido se pronunciou igualmente António Gomes da Rocha Madahil que, ao contrário do que afirmámos atrás que o Infante não teria navegado nas águas da literatura, entende mesmo que a carta de D. Fernando vem «enfileirar ao lado do *Leal Conselheiro*, da *Virtuosa Benfeitoria*,

---

<sup>154</sup> DIAS, Aida Fernanda, ob. cit., p. 318; GOMES, Saul António, ob. cit., 2006, p. 59.

<sup>155</sup> Chamou a Portugal Frei Justo Baldino com o intuito de verter para latim as crónicas de Fernão Lopes, empresa que a concretizar-se transmitiria às cortes europeias a «glória» da Casa de Avis. Infelizmente, tal não sucedeu por Frei Justo Baldino haver entretanto falecido vitimado pela peste. Veja-se MENDONÇA, Manuela «D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta, Contributos para uma biografia», in *Habent sua fata libelli*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, p. 289-300. Também a pedido de D. Fernando, e desta vez com sucesso, Mateus Pisano escreveu *De bello septensi*. DIAS, Aida Fernanda, op. cit., p. 319. Do interesse pela cultura demonstrado pelo Infante veja-se MORENO, Humberto Baquero, «Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo», in *Revista de Ciências do Homem*, vol. 3, 1ª série. Lourenço Marques, 1970, p. 177 e ss.

<sup>156</sup> *Tratado da milícia conforme o costume de batalhar dos antigos Portugueses e Discurso em que se mostra que a constelação chamada Leão Celeste consta de vinte e nove estrelas e a menor de duas*. MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana, histórica, crítica e cronológica*, 2.ª edição, vol. 1. Lisboa, 1930, p. 19.

<sup>157</sup> A hipótese colocada baseia-se na carta dedicatória de Joanot Martorell que integra a obra em causa. MARTORELL, Joanot, *Tirant lo Blan*, 2 vol. Madrid: Alianza-Editorial, 1969, p. 57-58.

<sup>158</sup> DIAS, Aida Fernanda, ob. cit., p. 319. A referida carta, de que existem cópias na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, códice 104, fl. 103 e na Biblioteca Pública de Évora, CIII/2-26, foi publicada por MADAHIL, António Gomes da Rocha, *A política de D. Afonso V apreciada em 1460. (Inéditos do infante D. Fernando, duque de Viseu, do condestável D. Pedro e do marquês de Vila Viçosa)*. Separata de *Biblos*, vol. 7. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1931, p. 20-29.

das crónicas da época, e de outras cartas políticas já conhecidas do mesmo género, positivamente enriquecendo a literatura medieval portuguesa<sup>159</sup>». Poderá ser talvez um arroubo do historiador, que na mesma «etiquetagem» engloba as cartas do condestável D. Pedro<sup>160</sup> e de D. Fernando, marquês de Vila Viçosa, futuro 2.º duque de Bragança<sup>161</sup>, mas é um facto que o aparato subjacente aos textos reflecte altos índices de cultura, mormente nas referências aos clássicos e à patrística.

Acrescentaremos que, tratando-se ou não um de um mero cargo honorífico, o infante D. Fernando foi ainda protector da Universidade, sucedendo a seu pai adoptivo, o Infante D. Henrique, sendo que intuímos também que tal distinção jamais caberia a alguém que não entendesse a valorização do Estudo e a sua importância na sociedade<sup>162</sup>.

Referimos globalmente, em breve síntese, os filhos de D. João I, em especial o rei D. Duarte e o infante D. Pedro, para passarmos logo em seguida aos netos: D. Afonso V e D. Fernando, por serem os parentes mais próximos da Duquesa, omitindo, ou melhor, deixando na sombra por não ser objecto deste trabalho, outros familiares reconhecidamente dotados, elenco em que se integra o condestável D. Pedro, que com a mesma destreza abordava prosa e verso<sup>163</sup>. Naturalmente que deveremos nomear também o pai da Duquesa, o infante D. João. É por demais conhecido, e já o escrevemos anteriormente, que era ainda menino quando sua mãe faleceu e foi então recolhido pelo irmão mais velho, D. Duarte, em cuja casa se criou. Não duvidamos que o irmão, lhe teria proporcionado uma educação cuidada, mas para avaliar o Infante, neste particular aspecto, atrevemo-nos a utilizar, *mutatis mutandis*, o mesmo modelo e idênticas palavras que nos serviram ao falar do genro. De D. João conhecem-se apenas pareceres, e um deles responde também a questões relacionadas com a política portuguesa relativamente ao Norte de África<sup>164</sup>, contudo não deixaremos de apontar a ressalva

---

<sup>159</sup> MADAHIL, António Gomes da Rocha, ob. cit., p. 6.

<sup>160</sup> Relativamente à carta do condestável D. Pedro, veja-se também, FONSECA, Luís Adão da, «Uma carta do condestável D. Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V», in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 1, 1970, p. 83-96.

<sup>161</sup> Carta publicada por MADAHIL, António Gomes da Rocha, ob. cit., p. 38-49.

<sup>162</sup> O cargo não seria transmitido a seus filhos. Na sequência do falecimento de D. Fernando, D. Afonso V, por carta de 23 de Agosto de 1476 iria empossar o bispo D. Rodrigo de Noronha, a que se seguiria D. Jorge da Costa, cardeal de Alpedrinha. À morte de D. Afonso V, D. João II tomou sobre si a responsabilidade de proteger o Estudo Geral. Cf. Mattoso, José, «A Universidade e a sociedade», in *História da Universidade em Portugal*, vol. 1 (1290-1536). Coimbra: Universidade de Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 320-321; BRANDÃO, Mário, ALMEIDA, M. Lopes de, *A Universidade de Coimbra: esboço da sua história*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, p. 124-126.

<sup>163</sup> Cf. *Obras completas do condestável Dom Pedro de Portugal*, introdução e edição diplomática de Luís Adão da Fonseca. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

<sup>164</sup> NUNES, Eduardo Alexandre Borges, «O parecer do infante D. João sobre a ida a Tânger», in *Brotéria*, n.º 66, 1958, p. 269-287.

do desconhecimento do registo escrito, uma vez que tais pareceres são-nos apenas transmitidos por Rui de Pina, que porventura poderá ter reescrito e «adornado» o discurso.

E neste ambiente cultural, onde ficavam as mulheres da ínclita geração?

Pese embora uma menor visibilidade não se ficaram como meras figurantes no teatro das letras. Foram igualmente actrizes que representaram com probidade, capacidade e interesse, tendo em evidência demonstrado a sua erudição e a sua cultura. Desde logo, e como seria expectável, as filhas do infante D. Pedro: D. Filipa de Lencastre, dita de Odivelas, versada em várias línguas não se quedou apenas na tradução<sup>165</sup>, nem se limitou a redigir pareceres de índole política<sup>166</sup> (conquanto só por si tal feito fosse de realçar, aventurando-se num espaço em que pontificava o elemento masculino), mas também de seu entendimento escreveu em prosa<sup>167</sup> e verso e nesta última categoria com tal qualidade que Carolina Michäelis de Vasconcelos e José Joaquim Nunes a consideraram a primeira poetisa portuguesa que se conhece<sup>168</sup>. Por seu lado, D. Isabel, a rainha consorte de D. Afonso V, encomendou a tradução de um tratado sobre educação das mulheres<sup>169</sup> que, porventura, não teria podido apreciar já que a morte a colheu demasiadamente jovem. Á prima de ambas, D. Catarina, filha de D. Duarte, que teve por mestre D. Jorge da Costa, o futuro cardeal, dito de «Alpedrinha», e de quem se diz que lhe eram familiares as línguas latina e grega, atribuem-se diversas obras, provavelmente todas de carácter sagrado, mas só uma tradução permaneceu, impressa posteriormente no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>170</sup>.

Ora, foi neste cenário onde as letras eram cultuadas, que a duquesa D. Brites cresceu. Património que lhe seria legado não apenas pela via paterna, mas decerto também pela via materna, considerando a análise e comentários que António Gomes da Rocha Madahil, que anteriormente referimos, teceu à carta/parecer que o irmão de sua mãe, D. Fernando, futuro

---

<sup>165</sup> Traduziu a partir do francês *Evangelhos e homilias de todo ano*, que ofereceu ao Mosteiro de Odivelas, que igualmente iluminou, e a partir do latim o *Livro da vida solitária*, composto por São Lourenço Justiniano. Cf. *História da literatura portuguesa*, dir. Albino Forjaz de Sampaio, vol. 1. Paris. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1929, p. 147; D. Manuel II, *Livros antigos Portugueses*, vol. 1. Londres: Maggs. Bros, 1929, p. 452.

<sup>166</sup> BRANDÃO, Frei Francisco, *Conselho e voto da Senhora Dona Fellipa filha do Infante Dom Pedro sobre as terçarias e guerras com Castela*. Lisboa: oficina de Lourenço de Anveres, 1643.

<sup>167</sup> *Nove estações ou meditações da Paixão, mui devotas para os que visitam as igrejas quinta-feira de endoenças*. DIAS, Aida Fernanda, ob. cit., p. 324.

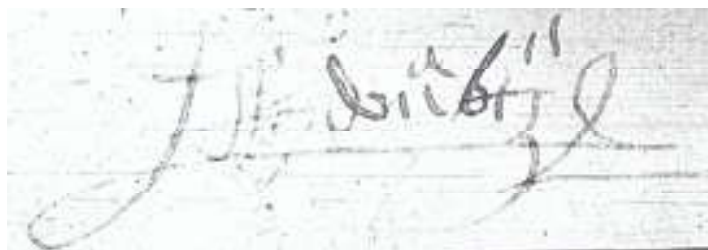
<sup>168</sup> MICHÄELIS, Carolina; BRAGA, Teófilo, *Geschichte der portugiesischen Literatur*, Strasbourg, 1892, p. 249-250, apud *História da literatura Portuguesa*, dir. Albino Forjaz de Sampaio..., p. 148.

<sup>169</sup> Tratava-se da obra de Christine de Pisan, *Livre des trois vertus*, que na versão portuguesa foi intitulado *O espelho de Cristina* e que acabaria por ser impresso em 1518, sob os auspícios da rainha D. Leonor. DIAS, Aida Fernanda, ob. cit., p. 320.

<sup>170</sup> *Livro da regra e perfeição da conversação dos monges, o qual livro foi compilado per o reverendo senhor Lourenço Justiniano primeiro patriarca de Veneza*. Cf. MENDONÇA, Manuela, *D. Jorge da Costa. Cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Colibri, 1991, p. 28; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, livro 3, p. 371.

2.º duque de Bragança, então conde de Arraiolos e marquês de Vila Viçosa, endereçou ao rei D. Afonso V. O mesmo historiador menciona também outras cartas, de teor político é certo, mas em que se patenteiam «alegorias, sentenças morais, vastas transcrições latinas dos livros sagrados ...»<sup>171</sup>. Acresce notar que D. Fernando foi o pai do 3.º duque de Bragança, de idêntico nome, genro de D. Brites.

Retornemos, então à Duquesa. Do domínio da escrita, traçada numa grafia segura e cuidada, que não se degradou com o avanço dos anos, atestam, por exemplo, os documentos seguintes:



1504

AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 8, doc. 88



1505

AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 55, doc. 1

---

<sup>171</sup> Espelha-se nas cartas uma vasta cultura, demonstrada, por exemplo, nas citações que D. Fernando faz de *O livro da vida dos príncipes*, de Boécio, e de *Espelho Historiale*, ou seja a tradução de *Speculum historiale*, redigido pelo dominicano Vincent de Beauvais para o rei S. Luís. MADAHIL, António Gomes da Rocha, ob. cit., p. 57-58. Veja-se também, a propósito da livraria do Duque, VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1902.

E se hábil no manejar da pena com que desenhava as letras, também o era igualmente na compreensão dos textos. *Assina quem sabe e lê quem pode*, afirma a historiadora Maria José Azevedo Santos<sup>172</sup> e D. Brites sabia e podia. Não se conhecem incursões no campo estritamente literário, ou porque não seria propensa, ou porque as suas múltiplas obrigações advenientes do governo da sua Casa não lhe permitissem disponibilidade para se entregar aos prazeres do espírito. Avultam então as cartas: endereçadas, em vários momentos, a D. João II e ao juiz de Moura, que Álvaro Lopes de Chaves registou<sup>173</sup>, e as diversas nomeações a que procedeu, de que trataremos mais adiante que, conquanto se tratassem de documentos oficiais de carácter probatório, redigidos pelos tabeliães ao seu serviço, que naturalmente cuidariam dos aspectos implicando o Direito, não deixam contudo de revelar o cunho da Duquesa, de que tudo se inteira.

Escrevia, pois, D. Brites! Mas que leituras faria?

Quem nos dera poder responder cabalmente a esta questão, mas da livraria ducal apenas conseguimos descortinar as menções insertas no inventário de bens que o rei D. Manuel I mandou elaborar em 1507, na sequência do falecimento de sua Mãe<sup>174</sup>. São essencialmente livros litúrgicos, que pertenceriam em primeira instância ao serviço religioso da sua capela: quatro missais, entre os quais um de letra de pena em pergaminho que pertencera ao infante D. João, outro também em pergaminho iluminado, que deveria ser tido em grande conta porquanto se encontrava forrado de chamalote de seda com registos e biqueiras de prata e um outro que se especifica ser velho e encontrar-se danificado nalgumas partes<sup>175</sup>, o que indicia uso frequente; um breviário em letra de forma, também considerado velho; seis livros de canto de órgão; doze processionais; um santoral contendo notações musicais e portanto destinado ao canto; dois oficiais, um deles da festa do Anjo com notações musicais; um livro de vésperas de pergaminho também anotado e um sacramental.

Respeitante a instrução religiosa atesta-se a existência de um catecismo, em forma portuguesa, e de um confessionário.

---

<sup>172</sup> SANTOS, Maria José Azevedo, *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

<sup>173</sup> CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit, p. 182-183, 284-286, 290-291, 298-300. A carta dirigida a D. João II, a p. 284-286, foi objecto de análise por MENDONÇA, Manuela, “Sinais de solidariedade no processo de (re)construção do Estado nos finais do século XV...”, p. 193-212 e por nós própria, ob. cit., p. 290-291.

<sup>174</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 775. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Inventário da Infanta D. Beatriz”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 9. Lisboa, 1914, p. 64-110.

<sup>175</sup> Sobre a conservação de documentos veja-se SANTOS, Maria José Azevedo, «As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (sécs. XII-XV)», in *Estudos de diplomática portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2001, p. 233-246.

Enumerámos os livros - «ferramenta», isto é os indispensáveis ao culto e á prática dos fiéis. Para além destes, e ainda adentro da formação da espiritualidade, inserindo-se na cultura e mentalidade medieval em que a Religião preenchia o universo<sup>176</sup>, surgem-nos em seguida obras piedosas, mas inerentes já a uma elite intelectual. Desde logo dois exemplares da *Vita Christi, em que estão todas as quatro partes*. Não será de estranhar o interesse pela obra de Ludolfo de Saxónia, visto que seria impressa em Lisboa em 1495, por Valentim Fernandes, a pedido da rainha D. Leonor. Seriam incunábulo os dois livros que D. Brites possuía? A ser verdade esta hipótese, tal significa que a integração dos volumes na livraria se verificara já num tempo em que a Duquesa dispunha de tranquilidade bastante para se deleitar com a leitura, já que os seus objectivos se encontravam realizados e a gestão do património do Ducado, com a subida ao trono de D. Manuel, estava agora no âmbito da Casa Real. Nesta acepção poderá ainda admitir-se que os dois exemplares constituíssem um presente da Filha. Contudo, mesmo considerando a afirmação anterior a hipótese mais plausível, e visto que apenas conhecemos um registo teremos ainda que ponderar a possibilidade de um dos exemplares, ou mesmo os dois, se reportarem a datas anteriores, o que não seria igualmente de admirar se tivermos em conta que se atribui ao rei D. Duarte a versão da obra, do latim para o português<sup>177</sup>.

Existia ainda na livraria um livro da *Contemplanção de Nossa Senhora* da autoria de São João Boaventura, um livro denominado *Genesy Alfonse*, que Mário Martins admite tratar-se da *General Estorea*<sup>178</sup>, ou seja da história universal, promovida por Alfonso X, o *Sábio* (1221-1284), inscrita em grande parte no Antigo Testamento<sup>179</sup>.

No âmbito da prosa hagiográfica dispunha a Duquesa da *Vida de Frei Angelico*, e de um exemplar de *Flos Sanctorum*, a versão quatrocentista da *Legenda Aurea*, do dominicano Jacobo de Voragine (c. de 1230-1298)<sup>180</sup>.

---

<sup>176</sup> HUIZINGA, Johan, *O declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, s.d., p. 157; MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*,... p. 151.

<sup>177</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto, “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia em português. Percursos da tradução e seu presumível responsável”, in *Euphrosyne*, nº 29, 2001, p. 125-142.

<sup>178</sup> MARTINS, Mário, *Guia geral das Horas del-Rei D. Duarte*, ..., p. 45.

<sup>179</sup> FERNÁNDEZ-ORDOÑEZ, Inés, *Las estorias de Alfonso el Sabio*. Madrid: Istmo, 1992; Idem, “El taller historiográfico alfonsí. La Estoria de España y la General Estoria en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio”, in *Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las “Cantigas de Santa Maria”*, coord. de Ana Domínguez Rodríguez y Jesús Montoya Martínez. Madrid: Complutense, 1999, p. 105-126.

<sup>180</sup> MARTINS, Mário, *Estudos de cultura medieval*. Lisboa: Verbo, 1969, p. 255-267; PEREIRA, Isaiás da Rosa, «Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais». Separata de *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, 1974, p. 114.

Ainda com o objectivo de fomentar a realização de uma vida impoluta conducente a alcançar a eternidade, integrando os eleitos aquando do juízo final, não faltava na colecção o livro da escola cartusiana intitulado sugestivamente *Das penas do Inferno e glória final*.

Exigindo um rigoroso hábito de leitura crítica, implicando inteligência e conhecimentos bastantes que permitissem uma interpretação e entendimento frutuoso do texto, aí estava a *Corte Imperial*<sup>181</sup>, obra anónima do século XIV, a que se atribui a influência de Raimundo Lulo e Nicolau de Lyra, em que perante o imperador Jesus Cristo, um rabi, um alfaqui e um filósofo gentio esgrimem, com a Igreja Militante, «a catholica reinha», argumentos filosóficos e teológicos<sup>182</sup>.

Propositadamente, deixámos para o final, deste elencar de obras, os livros de oração, por nos parecerem que seriam dilectos companheiros na viagem da vida da Duquesa, a sua verdadeira «biblioteca de mão»: um breviário em pergaminho, de letra de pena, identificado com a sua empresa, adornado com brochas de prata e forrado de chamalote alionado; um outro breviário, de letra de pena, iluminado, forrado de chamalote azul e toalha d' Holanda e apresentando chapas e brochas de prata e ouro; um livro de horas, iluminado, forrado de chamalote verde, tendo ao centro a Cruz de Cristo, ornado com brochas de prata esmaltadas de ouro; um outro livro de horas, dito diurnal por conter as orações adequadas ao quotidiano, em letra de forma, coberto por veludo preto, com doze chapas de ouro esmaltado de roxo, verde e branco, envolto num toalhete com as pontas bordadas a seda e todo o conjunto preservado numa bolsa de veludo preto, guarnecido a ouro e interiormente forrada de cetim encarnado.

Uma colecção de códices manuscritos, onde se salienta, pelo cuidado posto na sua preservação, o livro impresso. Cuidado que, provavelmente, estará relacionado com a inovação que representa, já que os demais também se distinguem. Reparemos que dois deles eram iluminados. Livros preciosos! Estamos perante obras de arte e como tal eram consideradas.

---

<sup>181</sup> Tal obra já existia na colecção do rei D. Duarte. DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte. Requiem por um rei triste...*, p. 202. Veja-se também NASCIMENTO, Aires Augusto, “As livrarias dos príncipes de Avis”, ob. cit..

<sup>182</sup> Sobre o tema veja-se MARTINS, Abílio, «A literatura árabe e a Corte Imperial». *Brotéria*, vol. 26, fascículo 1, 1938, p. 368-376; Idem, «A filosofia de Raimundo Lulo na literatura portuguesa medieval». *Brotéria*, vol. 34, fascículo 5, 1942, p. 474-482; PONTES, José Maria da Cruz, *A controvérsia com os muçulmanos e as fontes árabes do “Livro da Corte Imperial”*, sl. 1967; Idem, *Estudo para uma edição crítica do “Livro da Corte Imperial”*. Coimbra, 1957.

Todavia, a descrição não nos indica apenas que se trata de preciosidades, revela-nos também que, tal como outras mulheres da Casa Real<sup>183</sup>, também D. Brites rezava o breviário. Ora a leitura do breviário inseria-se na obrigatoriedade dos clérigos e tal costume geralmente não se estendia aos leigos, que dispunham para tal dos seus devocionários, e naturalmente muito menos a mulheres. Mas não persistem quaisquer dúvidas no que concerne à Duquesa. O seu exemplar estava claramente identificado. Não lhe bastavam, pois, os seus livros de horas. Teria sido, talvez, «herança» de sua avó D. Filipa, veiculada pelo infante D. João, património que D. Brites iria legar, tanto quanto se conhece, pelo menos a sua filha, D. Leonor<sup>184</sup>.

Relativamente a um outro item, deste último grupo, que refere um livro ricamente encadernado ostentando a Cruz de Cristo, suscita-se-nos de imediato a hipótese do códice reportar á Ordem de Cristo, de que D. Fernando, D. Diogo e D. Manuel foram mestres. E aqui imiscui-se a dúvida: a quem pertencera o livro? A D. Manuel não nos parece, pois se assim fosse certamente tê-lo-ia levado consigo. Aliás nem sequer faria sentido constar num inventário em que se descreviam bens referentes exclusivamente á Duquesa. Teria sido, então, de D. Fernando? Ou seria da própria Duquesa que, sob o manto de uma tutoria, fora igualmente Mestre da Ordem?

Admitimos ainda que D. Brites tivesse possuído outras obras, nomeadamente romances de cavalaria tão do agrado de seu marido e dos serões dos paços. São suposições que se alicerçam no facto de desconhecermos se a fonte que estudámos corresponde integralmente ao conteúdo primitivo da livraria. Seria que algumas obras estavam já nas câmaras ou guarda-roupas de seus filhos, quiçá oferecidas pela própria Infanta? Não obstante, mesmo que esta seja uma amostra, independentemente da dimensão, a biblioteca de D. Brites impõe-se. E impõe-se aos estudiosos do medievo quatrocentista português<sup>185</sup>. Assim, Mário Martins não teve qualquer dúvida em afirmar que a Duquesa «possuía uma boa biblioteca»<sup>186</sup>. Reescrevendo o filólogo, não diríamos que tinha a paixão do livro, mas *sabia ler*<sup>187</sup>.

---

<sup>183</sup> Caso, por exemplo, das rainhas D. Filipa de Lencastre (LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, vol. 2. Porto: Livraria Civilização, 1949, p. 226) e D. Leonor de Aragão, consorte de D. Duarte, que o refere expressamente no seu testamento. VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1901, p. 10.

<sup>184</sup> MARTINS, Mário, «O breviário franciscano da rainha Dona Leonor», in *Brotéria*, tomo 72. Lisboa, 1961, p. 510-522.

<sup>185</sup> MARTINS, Mário, *Guia geral das Horas del-Rei D. Duarte*, p. 44-45.

<sup>186</sup> Idem, ob. cit., p. 44.

<sup>187</sup> Analisando o perfil de intelectual do rei D. Duarte, Rodrigues Lapa escreveu: «Tinha a paixão do livro e, o que é mais e mais raro, sabia ler». LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de literatura portuguesa*, 10.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1981, p. 355.

E teria de facto lido todas as obras descritas? Ou privilegiara algumas, quedando-se outras adormecidas em estantes e testemunhando apenas o estatuto e a riqueza da Casa Ducal?

## I.4. Pelos passos da Duquesa

Muito gostaríamos de acompanhar D. Brites pelos caminhos que percorreu no Reino de Portugal e fora dele, o que poderia iluminar algumas fases da sua vida, que permanecem obscuras, mas nem sequer conhecemos a localidade onde pela primeira vez abriu os olhos para a vida. Bem que podia o infante D. João ter registado o nascimento dos filhos, procedendo como seu irmão, o rei D. Duarte<sup>188</sup>, que aliás o criara em sua casa, na sequência do falecimento da rainha D. Filipa de Lencastre! Mas tanto quanto sabemos não o fez ou, o se o fez, tal não nos chegou (pelo menos ainda não foi localizado qualquer manuscrito mencionando o regozijo pelo nascimento dos filhos, que naturalmente seria uma data marcante na sua vida).

Segundo Christóvão Rodrigues Acenheiro, D. Brites faleceu em Beja em 1506<sup>189</sup> e a crer na informação gravada sobre a campa rasa de mármore branco onde jaz, no Mosteiro de Santa Maria da Conceição, teria então 77 anos, pelo que admitimos que teria nascido em 1429. Onde terá então aberto os olhos para a vida: no paço da quintã de Azeitão<sup>190</sup>?, em Belas, nos paços doados a seu pai por seu avô o rei D. João I?<sup>191</sup>, ou em território da Ordem de Santiago de Espada, de que D. João era mestre<sup>192</sup>, e por onde este estanciava: em Alcochete<sup>193</sup>? em Estremoz? Em Palmela? em Alcáçovas, em Setúbal?<sup>194</sup> ou mais provavelmente em Alcácer do Sal, vila em que o Infante residiu a maior parte do tempo,

---

<sup>188</sup> À exceção de D. Joana, que já não pode conhecer por haver entretanto falecido, D. Duarte anotou o nascimento de todos os seus filhos. *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte.*, Lisboa: Estampa, 1982, p. 146.

<sup>189</sup> ACENHEIRO, Christóvão Rodrigues, *ob. cit.*, p. 304.

<sup>190</sup> A quintã fora do senhorio de D. João I que, por carta datada de Évora a 7 de Maio de 1421, a aforara em três vidas, a Álvaro Anes, por duas coroas anuais. AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 24. Posteriormente, a 1 de Setembro de 1427, o infante D. João adquiriu o foro, por 28 000 reais brancos e uma peça de pano, assumindo o pagamento até 1433, data em que seu irmão, o rei D. Duarte, por carta datada de Sintra a 28 de Agosto, lhe fez mercê da quintã de juro e herdade. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 46-47.

<sup>191</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 92v.

<sup>192</sup> A nomeação de D. João fora homologada pela bula *In apostolice dignitatis specula*, do Papa Martinho V, datada de 8 de Outubro de 1418. Documento publicado in *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 148, p. 303.

<sup>193</sup> É conhecida a presença do Infante em Alcochete aquando da questão da regência face á menoridade de D. Afonso V. (PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. XXII, p. 609; cap. XXVIII, p. 617.) Cremos que a localidade não deveria ser um mero ponto de passagem para a família, já que também aí D. Brites iria residir, fugindo à peste, e onde daria á luz, o último dos seus filhos, o futuro rei D. Manuel I. GÓIS, Damião de, *Cronica do felicissimo Rey Dom Emanuel da gloriosa memoria*, cap. IV, p. 5).

<sup>194</sup> Procuração do Infante, datada de 28 de Julho de 1427, aquando da celebração do contrato de casamento entre D. Duarte e D. Leonor. Documento publicado in *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 91, p. 194.

conforme se pode comprovar em muitos documentos que autenticou, em que mencionava *em Alçaçar, dentro meus paaços*<sup>195</sup>, e onde acabaria por falecer?<sup>196</sup>

Posto isto, tentámos reconstituir trajectos, a partir de narrativas nas crónicas e da documentação localizada. Crente das muitas lacunas que não nos foi possível preencher, não são os itinerários de D. Brites que se apresentam, na sua totalidade, mas alguns dos seus percursos. Daí que os denominemos meramente de caminhos.

1442

Últimos dias de Outubro. Setúbal. Falecimento do infante D. João<sup>197</sup>.

1447

Janeiro no começo do ano, Alcáçovas. Casamento de D. Brites com o infante D. Fernando. Nesta localidade se lavrou a escritura do contrato de casamento, com a «bênção» de sua mãe, a infanta D. Isabel, do rei D. Afonso V. e do regente D. Pedro. Na mesma data e local se celebrou o matrimónio de sua irmã, D. Isabel com Juan II, rei de Castela<sup>198</sup>.

1451

Agosto, Lisboa. Matrimónio da infanta D. Leonor com Frederico III, imperador do Sacro Império Romano Germânico, celebrado por procuração a 9 do referido mês. O cronista refere a presença do infante D. Fernando, tanto nas solenidades do casamento, como nas festividades, em que, nomeadamente, o Duque venceu uma das justas que se organizaram. Admitimos com uma quase certeza que também D. Brites estava então em Lisboa, como parte integrante da família e presenciando as diversas «performances» de seu marido. Não temos provas documentais, pois Rui de Pina, relativamente às mulheres, apenas se referiu vagamente, não se tendo dignado identificar senão noiva, o que era imprescindível, sua cunhada a rainha D. Isabel, precisando *que por ser prenhe e ter na emprehidam fortes accidentes se retraeo a uma Capella da Charolla onde ouvio Missa* e sua irmã, a infanta D. Joana, futura mulher de Enrique IV. Todas as outras, onde para nós se incluiria D. Brites, foram

<sup>195</sup> MENDONÇA, Manuela, «A vila de Alcácer do Sal no século XV» in *Cidades, vilas e aldeias de Portugal. Estudos de História Regional Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1995, vol. 1, p. 125; MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho, de, ob. cit., p. 115,121; PEREIRA, Maria Teresa Lopes, ob. cit., p. 75.

<sup>196</sup> LEÃO, Duarte Nunes de, ob. cit.; cap. XV, p. 827; PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXXI, p. 688.

<sup>197</sup> Não pudemos precisar com rigor o dia do passamento do Infante. O cronista refere que foi *no fym do mes*. PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXXI, p. 688, SOUSA, D. António Caetano de, in *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, livro 3, p. 89, adianta a data de 18 de Outubro, sem identificar a fonte utilizada.

<sup>198</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXXVII, p. 698.

relegadas para um fundo geral de *muitas outras donas e donzelas de grande condyçam*<sup>199</sup>.

Outubro, 25, Lisboa. Despedida da imperatriz D. Leonor, que partia ao encontro do marido, a que acorreu a Família Real e onde não faltou o infante D. Fernando, não obstante o sabor amargo de não lhe ter sido permitido acompanhar a irmã a Itália.

Mantemos a mesma hipótese acima lançada, relativamente à Duquesa<sup>200</sup>.

1457

As fontes são omissas, mas admitimos que D. Brites não se teria afastado de Beja. Estava grávida e portanto é muito provável que estivesse cuidando da sua saúde, do enxoval e dos demais preparativos para a vinda da criança que esperava.

1458

Maior, 2, Beja. Nascimento da infanta D. Leonor, futura rainha de Portugal<sup>201</sup>.

1469

Maior, 31, Alcochete. Nascimento de D. Manuel, último filho da Duquesa<sup>202</sup>.

1470

Setembro, 18, Setúbal. Falecimento do infante D. Fernando. A Duquesa assiste aos seus últimos momentos<sup>203</sup>.

Outubro, 8, Setúbal. Carta de D. Brites informando os fidalgos, cavaleiros, escudeiros, juizes, vereadores, procurador e homens bons da Ilha da Madeira, da parte do Funchal e Machico, que o infante D. Fernando havia falecido e comunicando que novo senhorio era seu filho primogénito, o duque D. João<sup>204</sup>.

1471

Janeiro, 22, Setúbal. Casamento do príncipe D. João com a infanta D. Leonor, a que certamente assistiu D. Brites, mãe da nubente, embora o cronista não o registre ao

---

<sup>199</sup> Idem, *Ibidem*, cap. CXXXII, p. 760.

<sup>200</sup> Idem, *Ibidem*, cap. CXXXII, p. 761.

<sup>201</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, livro 3, p. 289.

<sup>202</sup> GÓIS, Damião de, *ob. cit.*, cap. IV, p. 5.

<sup>203</sup> PINA, Rui de, *ob. cit.*, cap. CLXI, p. 817.

<sup>204</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 27, p. 56.

referir-se à cerimónia que, face ao recente luto do pai da noiva e tio do noivo, não se revestiu dos festejos que noutras circunstâncias seriam naturalmente luzidios<sup>205</sup>.

Novembro, 1, Lisboa. Carta de D. Brites dirigida aos juizes, oficiais e homens bons da Ilha da Madeira, determinando que todos os homens bons deveriam servir nos officios do concelho<sup>206</sup>.

Registe-se que a Corte se encontrava então em Lisboa, donde justificar-se a deslocação da Duquesa, enquanto membro e familiar da Casa Real<sup>207</sup>.

1472

Janeiro, ?, Beja. Presença de D. Brites na vila, ao tempo em que o príncipe D. João e sua mulher D. Leonor tomaram sua casa na referida localidade<sup>208</sup>.

Janeiro, 21, Tomar. Carta de D. Brites, dirigida a a João Gonçalves da Câmara e Tristão Vaz Teixeira, capitães donatários do Funchal e do Machico, respectivamente, com conhecimento a todos os juizes e justiças, oficiais e moradores na Ilha, interditando a entrada do bispo de Tânger na Ilha da Madeira, porquanto considerando tal atitude como violação dos direitos da Ordem de Cristo, que detinha a espiritualidade da Ilha<sup>209</sup>.

Junho, 28, Tomar. Carta de D. Brites autorizando o contador João Afonso, estante na Ilha da Madeira, a deslocar-se ao Reino e á Ilha de Santiago<sup>210</sup>.

Julho, 24, Beja. Escritura da compra de umas casas de morada, que D. Brites adquirira a Nuno de Góis e a sua mulher, Beatriz Gomes<sup>211</sup>.

Novembro, 19, Beja. Carta de D. Brites comunicando ao capitão, fidalgos, cavaleiros, juizes, oficiais do concelho e homens bons da Ilha da Madeira que iria enviar o contador Diogo Afonso, a fim de tomar posse da Ilha por seu filho D. Diogo, que sucedera no Ducado, na sequênciã do falecimento do duque D. João<sup>212</sup>.

Novembro, 23, [Beja]. Alvará da Duquesa, que devia ser presente aos capitães, juizes, justiças, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e povo da Ilha da Madeira, a favor do

---

<sup>205</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. CLXI, p. 817.

<sup>206</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 29, p. 58.

<sup>207</sup> GOMES, Saul António, ob. cit., p. 304.

<sup>208</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. CLXX, p. 826; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. VII, p. 6.

<sup>209</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 31, p. 59-60.

<sup>210</sup> Idem, doc. 32, p. 61-62.

<sup>211</sup> AN/TT, OFM. *Convento de Santa Maria da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 33.

<sup>212</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 34, p. 66.

contador Diogo Afonso, que se iria deslocar à Ilha para dela tomar posse, em representação do duque D. Diogo<sup>213</sup>.

1473

Fevereiro 18, Beja. Alvará de D. Brites declarando que adquirira umas casas sitas na vila, anteriormente pertencentes à aposentadoria<sup>214</sup>.

Março, 15, Beja. Carta de D. Brites dirigida aos fidalgos, cavaleiros, oficiais e povo da Ilha da Madeira, da parte do Funchal, acusando a recepção das notícias que reportavam à cerimónia de posse da Ilha e referindo-se à pretensão apresentada de que todos os estrangeiros fossem expulsos da Ilha, a Duquesa recomendava «temperança» no tratamento do caso, com vista a prevenir os riscos de generalização<sup>215</sup>.

Maior, 23, Beja. Carta de crença emitida pelo Duquesa a favor do contador Luís de Atouguia, que se dirigia à Ilha da Madeira, a fim de tratar de negócios da Casa Ducal<sup>216</sup>.

Lisboa, 31 de Agosto. Carta de D. Brites dirigida aos juizes, vereadores, procurador e homens bons da Ilha da Madeira, dando conta do arrendamento da saca do trigo, ao mercador genovês Batista Lomelino<sup>217</sup>.

Constata-se a ausência da Corte em Lisboa, que na referida data se encontrava em Tentúgal<sup>218</sup>. A Duquesa saíra de Beja certamente por causa dos negócios que tratava com o mercador Lomelino, e cuja escritura do arrendamento deveria ter sido lavrada na capital, onde o mesmo estanciava.

Beja, 31 de Dezembro. Carta de D. Brites endereçada aos fidalgos, cavaleiros, oficiais e homens bons da da vila do Funchal, referindo que decidira nomear outros estimadores do açúcar para a região do Campanário, que deveriam ser seleccionados pelo contador Diogo Afonso<sup>219</sup>.

1474

---

<sup>213</sup> Idem, *Ibidem*, doc. 35, p. 67.

<sup>214</sup> AN/TT, OFM. *Convento de Santa Maria da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 35.

<sup>215</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 37, p. 68-69.

<sup>216</sup> Idem, doc. 35, p. 67.

<sup>217</sup> Idem, doc. 44, p. 73-74.

<sup>218</sup> GOMES, Saul António, ob. cit., p. 305.

<sup>219</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol.15, doc. 45, p. 74.

Fevereiro, 17, Évora. D. Brites emite carta a Álvaro Martins de doação da capitania da Praia, sita na Ilha Terceira, no arquipélago dos Açores<sup>220</sup>.

Março, 10, Évora. A Duquesa faz doação da capitania de São Miguel, no arquipélago dos Açores, a Rui Gonçalves da Câmara<sup>221</sup>.

Abril, 02, Évora, D. Brites faz doação da capitania de Angra, na Ilha Terceira, do Arquipélago dos Açores, vaga por morte de Jácome de Bruges, a João Vaz Corte Real<sup>222</sup>.

Maió, 12, Évora. D. Brites emite carta a João Soares de doação da capitania da Ilha de Santa Maria, no arquipélago dos Açores<sup>223</sup>.

Maió, 20, Lisboa. Carta de D. Brites endereçada aos juizes, vereadores, procurador e homens bons da vila do Funchal, autorizando que se tomasse uma terra na Ponta do Sol, para construção de uma ermida sob a invocação de Santa Maria dos Anjos<sup>224</sup>.

Outubro, 27, Lisboa. D. Brites confirma a Rui Teixeira, morador na Ilha da Madeira, a doação da Ribeira dos Acorridos, que fora feita a sua mulher Branca Ferreira, pelo avô desta<sup>225</sup>.

Novembro, 8, Lisboa. D. Brites faz mercê de 2 000 coroas, para casamento, a Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo da casa do duque D. Diogo<sup>226</sup>.

1475

Maió, 18, Lisboa. Nascimento do infante D. Afonso, filho do príncipe D. João e de D. Leonor, no paço da Alcáçova<sup>227</sup>.

---

<sup>220</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I*, liv. 4, fl. 72. Publicado in *Colecção de documentos relativos ao descobrimento dos Açores*, precedidos de um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda, Ponta Delgada, 1932, p. 163-165; *Archivo dos Açores*, vol. 4. Ponta Delgada, 1882, p. 213-215.

<sup>221</sup> *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores...*, p. 166-172.

<sup>222</sup> Publicada in *Archivo dos Açores*, vol. 4, p. 158-160.

<sup>223</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 1-1v.

<sup>224</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 46, p. 75.

<sup>225</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 13.

<sup>226</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 149v-150v.

<sup>227</sup> As fontes que consultámos não são unânimes quanto ao dia do nascimento do Infante. PINA, Rui de, *ob. cit.*, cap. CLXXVI, p. 831 refere 3 de Maio, enquanto RESENDE, Garcia de, *ob. cit.*, cap. VIII, p. 7, anota 18. Por seu turno, GÓIS, Damião de, *Crónica do príncipe D João*, edição crítica e anotada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. XLVIII, p. 116 relata que o menino nasceu a 17. Optámos pelo dia 18 considerando uma carta enviada pela princesa D. Leonor comunicando o evento à Ilha da Madeira, em que se lê: *a nosso Senõr aprouue de nos alomjar de hum filho oje que sam xbiij dias de mayo. Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 47, p. 75. Sobre D. Afonso veja-se BRAGA, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. ... ob. cit.*

Seria possível que D. Brites não tivesse acompanhado a filha, que dava à luz pela primeira vez?. Um parto era motivo de alegria pela vinda ao mundo de mais uma criança, mas também de muita preocupação. Frequentemente as mulheres não resistiam<sup>228</sup>, como aliás fora o caso da rainha D. Isabel, avó do recém-nascido. Ademais, o pai do menino não pudera compartilhar os anseios e alegrias por se encontrar em Arronches<sup>229</sup>, junto de D. Afonso V, que preparava a entrada em Castela, visando garantir a sucessão de Enrique IV em sua filha D. Juana.

1476

Fevereiro, 20, Bragança. Carta de D. Brites, endereçada aos fidalgos, cavaleiros, escudeiros e homens bons da Ilha da Madeira, escusando-se a edificar uma fortaleza no Funchal<sup>230</sup>.

Que faria D. Brites em Bragança, cidade tão afastada do seu paço alentejano? Que motivos a levariam a deslocar-se a uma cidade sita numa comarca estranha aos seus senhorios? Por essa altura D. Afonso V estava em Zamora, no contexto da tentativa de sentar D. Juana no trono de Castela, acatando o pedido que lhe fizera Enrique IV, que via no monarca português a única via possível para poder sentar sua filha no trono. Vejamos, a princesa D. Leonor encontrava-se então em Miranda do Douro, aguardando o desfecho da batalha de Toro, onde o príncipe D. João se lhe juntou, vindo de Castela<sup>231</sup>. Admitimos, pois, que a Duquesa houvesse acompanhado a filha, mas assinale-se todavia que D. Brites se encontrava nas terras do Duque de Bragança e que não se conhece a estada da princesa nessa localidade. Dissemos que a comarca lhe era estranha, mas se é certo que não detinha o seu senhorio, não se sentiria, todavia, estrangeira. Estava no domínio da família materna e da família do seu genro, o duque D. Fernando. Teria deixado o seu paço de Beja, atravessando quase todo o reino, a fim de visitar tais familiares?, porventura sua filha D. Isabel, mulher do duque, ou iria contactar sua sobrinha Isabel, *a Católica*, através da fronteira do Norte? E nesta hipótese, com que intuito? Estavam ainda longe os diferendos que a levariam a opor-se frontalmente ao príncipe D. João, futuro D. João II, mas não menosprezamos esta ideia, já que se conhece o estreito relacionamento que sempre dedicou à família castelhana, esfera que a Casa de Bragança igualmente apoiava.

<sup>228</sup> VERDON, Jean, ob. cit., p. 44.

<sup>229</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. CLXXVI, p. 831; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. VIII, p. 7; BRAGA, Paulo Drumond, ob. cit., p. 25.

<sup>230</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 48, p. 76.

<sup>231</sup> RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. XIII, p. 16.

Agosto, 1-7, Porto. A Duquesa acorre à cidade a fim de integrar o conselho de D. Afonso V que, na sequência a batalha de Toro, aprestava-se a seguir para França, tentando obter o auxílio de Luís XI, para o seu projecto, que ainda não considerava como perdido<sup>232</sup>. Refira-se que a Corte está na cidade de 1 a 7 do referido mês<sup>233</sup>.

Agosto, 11, Lisboa. D. Brites, vinda do Porto, pousa na capital<sup>234</sup>.

Outubro, 30, Beja. Carta de D. Brites dirigida ao capitão, fidalgos, cavaleiros e homens bons da Ilha da Madeira, comunicando que havia nomeado Frei Nuno Gonçalves, capelão do duque D. Diogo, para vigário do Funchal, desejando que ao mesmo fosse dado bom acolhimento<sup>235</sup>.

Dezembro, 30, Beja. Carta de D. Brites endereçada aos juízes, fidalgos, cavaleiros e homens bons da Ilha da Madeira, recomendando o mercador Batista Lomelino, servidor da Casa Ducal, que não deveria ser tratado como estrangeiro, mas como natural destes Reinos<sup>236</sup>.

1477

Março, 15, Beja. Carta de D. Brites dirigida ao contador Luís de Atouguia, estante na Ilha da Madeira, regulamentando o bom arrecadamento de rendas e direitos<sup>237</sup>.

Maió, 1, Évora. Carta endereçada aos fidalgos, cavaleiros, escudeiros, juízes, oficiais e homens bons da Ilha da Madeira, requerendo que se não pusessem entraves ao regimento que enviara, por intermédio de Luís de Atouguia, relativamente à arrecadação de rendas e direitos<sup>238</sup>.

Uma vez mais a Duquesa acompanha a Corte nos seus itinerários<sup>239</sup>.

Outubro, 10, Santarém. Alvará de D. Brites declarando que doara o Ilhéu Bravo, sito no arquipélago da Madeira, a João Gonçalves da Câmara<sup>240</sup>.

A Duquesa continua a seguir os percursos da Corte<sup>241</sup>.

1478

---

<sup>232</sup> GÓIS, Damião de, *Crónica do príncipe D. João ...* cap. LXXXVIII, p. 183, cap. LXXXIX, p. 183; PINA, Rui de, *ob. cit.* cap. CXCIII, p. 851.

<sup>233</sup> GOMES, Saul António, *ob. cit.*, p. 306.

<sup>234</sup> PINA, Rui de, *ob. cit.*, cap. CXCIV, p. 851; GOMES, Saul António, *ob. cit.*, p. 219.

<sup>235</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 50, p. 77-78.

<sup>236</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 51, p. 78.

<sup>237</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 52, p. 79-88.

<sup>238</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 53, p. 88-89.

<sup>239</sup> GOMES, Saul António, *ob. cit.*, p. 306.

<sup>240</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 91-91v.

<sup>241</sup> GOMES, Saul, António, *ob. cit.*, p. 306.

Fevereiro, 21, Lisboa. Carta de D. Brites para a Ilha da Madeira comunicando que N deveria ser assentado no rol dos vizinhos<sup>242</sup>.

A 20 de Fevereiro a Corte encontrava-se em Lisboa.

Setembro, 28, Lisboa. Nesta data mandou a Duquesa redigir duas cartas: uma dirigida aos juízes da Ilha da Madeira, ordenando devassa sobre todos homicídios ocorridos ou a ocorrer nas vilas do Funchal e do Machico e seus termos e outra endereçada a João Gonçalves da Câmara, capitão na parte do Funchal, e a Tristão Vaz Teixeira, capitão no Machico determinando que não fosse dado crédito a quaisquer documentos apresentados com o objectivo de suprir a inexistência de testamentos. Também nesse mesmo dia, a Duquesa deu regimento a Luís Godinho que, ao serviço da Duquesa, se deslocava á Ilha da Madeira<sup>243</sup>.

1479

Março, 18-23, Alcântara (Castela). Conferência entre D. Brites e sua sobrinha a rainha Isabel, *a Católica*, preliminares do Tratado de Alcáçovas-Toledo, que poria fim á guerra que vinha devastando Portugal e Castela, e que viria a ser firmado em Alcáçovas a 4 de Setembro de 1479, confirmado em Trujillo a 27 do mesmo mês, apenas por Isabel, já que seu marido se encontrava em Aragão a fim de assumir a respectiva Coroa, por falecimento de seu pai Juan II (ocorrido em Barcelona, a 19 de Janeiro) e ratificado em Toledo, por ambos os Reis Católicos a 6 de Março de 1480<sup>244</sup>. Segundo as informações contidas em documento em que a parte castelhana relata as negociações, a Duquesa teria chegado a Alcântara na tarde de 18 de Março, a uma quinta-feira, no dia seguinte descansaria da jornada, mas logo no sábado iniciaria propriamente a missão que aí a levava, entabulando as conversações com a rainha de Castela, conversações que se prolongariam pela segunda-feira, terminando

---

<sup>242</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 54, p. 89-90. A pessoa a quem o documento se refere não é passível de identificação, porquanto o documento está fragmentado, faltando-lhe os fólhos iniciais.

<sup>243</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 56-58, p. 91-94.

<sup>244</sup> AN/TT, *Gaveta* 18, maço 8, doc. 16, AGS, *Patronato Real*, nº 4089, legajo 49, doc. 44, publicado in, *Documentos referente a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, edicion preparada y anotada por Antonio de la Torre e Luis Suárez Fernández, vol. 1. Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958, p. 245-284; LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónica e vida del rey D. Affonso o V*, cap. LXV, p. 995; PINA, Rui de, ob. cit, cap. CCVI, p. 867-870; PULGAR, Fernando del, *Crónica de los Reys Católicos*, edición y estudio por Juan da Mata Carriazo, vol. 1. Madrid: Espasa-Calpe, 1943, p. 380. Sobre a matéria veja-se também MENDONÇA, Manuela, *D. João II, Um percurso humano e político...*, p. 145-149; Idem, «Sequelas do Tratado das Alcáçovas: os refugiados das duas Coroas em Portugal e Castela», in *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994; Idem, FERREIRA, Fernanda Lucena, ob. cit. p. 33-47.

já de noite<sup>245</sup> Face ao adiantado das horas, D. Brites só deveria ter encetado a viagem de retorno, no mínimo, no dia seguinte.

Abril, 1, Avis. D. Brites encontra-se vila, onde se deslocou a pedido do príncipe D. João, a fim de dar conta das negociações entabuladas com Isabel, *a Católica*<sup>246</sup>.

Julho, 25, Lisboa. Carta de D. Brites dirigida ao capitão, fidalgos, cavaleiros, oficiais e homens bons da Ilha da Madeira, notificando que havia sido lançado um pedido régio para custear os encargos advenientes da guerra com Castela, que no caso da Ilha orçava em 1 milhão e 200 mil reais<sup>247</sup>.

Outubro, 10, Évora. D. Brites aceita o estipulado no Tratado das Tercerias, relativamente às seguranças a tomar para firmeza da paz entre Portugal e Castela<sup>248</sup>.

Outubro, 15, Lisboa. Carta de D. Brites dirigida aos capitães, juízes, vereadores, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e povo da Ilha da Madeira, referindo-se de novo ao pedido régio<sup>249</sup>.

Outubro, 27, Lisboa. Carta de D. Brites endereçada aos capitães, fidalgos, cavaleiros, juízes, oficiais, escudeiros e homens bons da Ilha da Madeira, rogando que fosse dado crédito a João Vaz, que iria transmitir conversações havidas consigo<sup>250</sup>.

1480

Fevereiro, 11, Beja. A duquesa emite alvará referindo-se a doações ao mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja<sup>251</sup>.

Março, 30, Beja. Carta de D. Brites dirigida ao capitão, oficiais do concelho e homens bons da Ilha da Madeira, mandando que os procuradores da Ilha viessem ao Reino, para consigo examinarem alguns capítulos do regimento que anteriormente havia dado<sup>252</sup>.

---

<sup>245</sup> AGS, *Patronato Real*, n.º 4130, legajo 49, doc. 99. Publicado in *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, ...vol.1, p. 179-185.

<sup>246</sup> GOMES, Saul António, *ob. cit.*, p. 232.

<sup>247</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 61, p. 96-97.

<sup>248</sup> AGS, *Patronato Real*, n.º 4095, legajo 49, doc. 71. Referido in *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*..., vol. 1, p. 378.

<sup>249</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 63, p. 100-101.

<sup>250</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 64, p. 101-102

<sup>251</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades*..., liv. 11, fl. 69.

<sup>252</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 65, p. 102.

Julho, 08, Beja. Alvará de D. Brites sobre doações ao mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja<sup>253</sup>.

Agosto, 02, Beja. Carta de D. Brites dirigida aos juizes da Ilha da Madeira, da parte do Funchal, referindo um chão salgado, sito na Ponta do Sol, que Rodrigo Eanes aforara e que o concelho do Funchal reclamava como seu<sup>254</sup>.

Agosto, 28, Moura. Carta de D. Brites endereçada aos capitães, juizes, vereadores, procurador e homens bons da Ilha da Madeira, definindo a metodologia a usar para a cobrança do pedido régio<sup>255</sup>.

Finais de Novembro, Moura. O príncipe D. João manda entregar o infante D. Afonso, que se fazia acompanhar de D. João de Melo, bispo de Silves, e por D. João da Silveira, barão de Alvito, no castelo de menagem, onde ficaria sob a custódia de D. Brites, no cumprimento das cláusulas do Tratado das Terçarias<sup>256</sup>.

1481

Janeiro, 11, Moura – Coroada - Moura. D. Brites desloca-se à herdade da Coroada, situada a 7ma légua de Moura, a fim de receber a infanta D. Isabel, primogénita dos Reis Católicos, que, segundo o texto do Tratado, acima referido, deveria ficar em terçarias<sup>257</sup>.

Na mesma ocasião, seguindo instruções do príncipe D. João, seguiu para Castela o infante D. Manuel<sup>258</sup>, que iria substituir seu irmão, o duque D. Diogo, a quem prioritariamente cumpriria permanecer durante um ano, como refém, na Corte dos

<sup>253</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades...*, liv. 11, fl. 69

<sup>254</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 17, doc. 298, p. 463-465.

<sup>255</sup> *Idem, Ibidem*, vol. 15, doc. 69, p. 106.

<sup>256</sup> Admitimos que o infante D. Afonso tivesse chegado a Moura, na terceira semana de Novembro, por o cronista referir que ocorrera logo a seguir á tomada de hábito da princesa D. Juana, a «Excelente Senhora», indicando que se realizara a 15 de Novembro. PINA, Rui de, ob. cit., cap. CCVIII, p. 874, cap. CCIX, p. 875. Refira-se que também nesta data os cronistas não concordam. RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. XXI, a p. 25, escreveu que tal se verificou *no fim do ano*. Tendo em conta a idade dos cronistas ao tempo dos acontecimentos, preferimos a versão de Rui de Pina, que aliás a precisa minuciosamente. Acresce ainda referir o parecer de D. Filipa de Lencastre, dita de Odivelas, insurgindo-se contra a entrega do menino, por considerar que, dada a sua tenra idade, lhe seria prejudicial a educação ministrada por D. Brites. BRANDÃO, Frei Francisco, *Conselho e voto da Senhora Dona Felippa filha do Infante Dom Pedro sobre as Terçarias, e guerras de Castela*, 1643, p. 10. Veja-se o texto do Tratado em AN/TT, Gaveta 18, maço 8, doc. 16. Publicado in *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos ...*, vol. 1, p. 284-327; SITGES, J. B., *Enrique IV y la excelente señora, llamada vulgarmente doña Juana la Beltraneja, 1425-1530*. Madrid: Sucesores de Rivadeneira, 1912, p. 409-463.

<sup>257</sup> Veja-se a escritura da entrega de D. Isabel, lavrada na mesma data. AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 1, doc. 36. Sobre o comportamento de D. Brites aquando da chegada de D. Isabel à herdade da Coroada, refere-se MASCARENHAS, J. Fernandes, ob. cit., p. 7.

<sup>258</sup> AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 1, doc. 33; *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos, ...*, p. 244.

Reis Católicos, condição que não pudera satisfazer por se encontrar debilitado, devido a questões de saúde, conforme D. Brites informara Isabel, *a Católica*<sup>259</sup>. D. Manuel partiria, pois, para Castela, não sem antes a Rainha Católica se haver assegurado que o jovem sucederia no Ducado, na eventualidade de D. Diogo sucumbir à doença<sup>260</sup>. Da entrega de D. Manuel a D. Alfonso de Cárdenas, mestre da Ordem de Santiago de Castela<sup>261</sup>, representando os Reis Católicos, foram também testemunhas D. Fernando, duque de Bragança, D. Afonso, conde de Faro, D. Álvaro de Bragança, chanceler-mor, D. João de Melo, bispo de Silves, D. João da Silveira, barão de Alvito, e ainda Rui de Pina, na qualidade de escrivão da câmara do príncipe D. João<sup>262</sup>.

Janeiro, 17, Moura. Lavra-se, no castelo de menagem, instrumento público, com a presença da Duquesa, dos representantes de D. Afonso V e do príncipe D. João (o bispo de Silves, e o doutor Fernando Rodrigues) e dos embaixadores dos Reis Católicos, D. Juan da Vega, bispo de Cória e Frei Hernando de Talavera, prior de Santa Maria do Prado<sup>263</sup>, referindo que D. Brites aceitava actuar como mediadora, com vista a dirimir eventuais diferendos que pudessem ocorrer entre Portugal e Castela<sup>264</sup>.

Junho,?, Moura. D. Brites emite carta de crença a Frei António, que se deslocava a Castela, para tratar de assuntos das terçarias com Isabel, *a Católica*<sup>265</sup>.

---

<sup>259</sup> AGS, *Patronato Real*, n.º 4113, legajo 49, doc. 72; IDEM, *Ibidem*, n.º 4126, legajo 49, doc. 78; IDEM, *Ibidem*, n.º 4125, legajo 49, fl. 77. Documentos publicados in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, p. 106, 108, 118.

<sup>260</sup> AGS, *Patronato Real*, n.º 4124, legajo 49, doc. 73; IDEM, *Ibidem*, n.º 4127, legajo 49, doc 95; *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos...*, vol. 2, p. 120, 123-127. Neste último documento a rainha Isabel, em instruções endereçadas ao bispo de Cória, demonstrando desconfiança relativamente aos governantes portugueses, afirma que no caso de D. Manuel não suceder no Ducado, apenas aceitaria a entrega de dois reféns: o dito D. Manuel e o primogénito do Duque de Bragança.

<sup>261</sup> D. Alfonso de Cárdenas era portador de carta de procuração de Isabel, a Católica, para poder receber o refém. AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 1, doc. 38.

<sup>262</sup> AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 1, doc. 36; PINA, Rui de, ob. cit., cap. CCIX, p. 876-877; cap. CCXI, p. 878; *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 145-152; SANTARÉM, Visconde de, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, vol. 1. Paris, 1852, p. 387-388.

<sup>263</sup> Frei Hernando de Talavera, confessor dos Reis Católicos, presenciara, a 15 de Outubro de 1479, a profissão de D. Juana, a *Excelente Senhora*, no mosteiro de Santa Clara de Coimbra. PINA, Rui de, ob. cit., cap. CCVIII, p. 873-874; GOMES, Saul António, ob. cit., p. 243; LAPA, Manuel Rodrigues, «D. Afonso V e o príncipe D. João. Ensaio sobre uma regência», in *Revista de Guimarães*, n.º 34. Guimarães, 1924, p. 220-222.

<sup>264</sup> AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 1, doc. 37. Publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 152-154.

<sup>265</sup> AGS, *Consejo de Estado. Castilla*, legajo 1-2, fl. 18. Publicada in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 167. A carta não se encontra datada, todavia na colectânia documental que referimos, propõe-se, em nota de rodapé 1, a data indicada

Junho, ?, Moura. D. Brites, através do seu mensageiro Diogo da Silva de Meneses, informa a Rainha de Castela, entre outros assuntos relacionados com os cuidados a prestar aos reféns nomeadamente com a hipótese de mudança das terçarias de Moura para Beja ou Serpa face à insalubridade do lugar no Estio, que seu filho D. Diogo já se encontrava restabelecido, pelo que poderia cumprir-se o acordado, ou seja, a partida de D. Diogo para Castela<sup>266</sup>. Assim, a 22 de Agosto, D. Diogo é entregue, em Fregenal de la Sierra, a D. Alfonso de Cárdenas, a quem a Rainha de Castela incumbira de tal missão, por carta de poder dada em Saragoça, a 25 de Junho do referido ano. Foram testemunhas do acto, pela parte portuguesa, Fernão da Silveira, coudel e aio do Duque, e João Correia, comendador na Ordem de Santiago<sup>267</sup>.

Tornou-se, pois, desnecessária a presença de D. Manuel, que em Madrid se despediu do irmão, regressando a Portugal<sup>268</sup>.

1482

A Duquesa não se desloca de Moura, continuando a custodiar as crianças que lhe haviam sido confiadas.

Refira-se que, por carta datada de Viana-a-par de Alvito, a 13 de Março, D. João II acordava com a sogra o número dos oficiais que estariam ao serviço do príncipe D. Afonso, especificando as respectivas funções<sup>269</sup>.

Setembro, 8, Moura. Na sequência do regresso de D. Diogo, que cumprira em Castela o tempo estabelecido pelos acordos, D. Manuel, que ao tempo andava na Corte<sup>270</sup>, volta a ser invocado, uma vez que as Terçarias dispunham que se seguiria ao irmão. É, pois, entregue a D. Pedro de Aranda, bispo de Calahorra, em cerimónia que contou com a presença de sua Mãe, estando a parte portuguesa representada por Rodrigo Afonso de Atouguia, cavaleiro da Casa Real e membro do conselho régio, Duarte Furtado, Álvaro de Almeida, comendador de Entradas na Ordem de Santiago,

---

<sup>266</sup> AGS, *Patronato Real*, n.º 4102, legajo 49, doc. 51. Documento publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 167-174. Idêntica situação ocorre quanto à datação da carta, propondo-se a referida, em nota de rodapé 2, p. 167.

<sup>267</sup> AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 1, doc. 38. Documento publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 185-186, 202-203.

<sup>268</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. CCXI, p. 878.

<sup>269</sup> CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit., p. 78-80. Quanto aos servidores da infanta castelhana, em que se incluía a camareira, D. Isabel de Sousa, que atrás referimos, veja-se *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. 2, p. 255-259, BRAGA, Paulo Drumond, ob. cit., p. 45.

<sup>270</sup> CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit., p. 82.

Garcia de Melo, fidalgo da casa ducal e alcaide-mor de Serpa, Leonel Rodrigues, tesoureiro das terçarias e o doutor Gonçalo de Azevedo<sup>271</sup>.

Setembro, 10, Moura. Lavra-se a escritura referente à entrega de D. Manuel, tendo Duarte Furtado redigido um requerimento ao bispo de Cória, com vista a certificar a referida entrega<sup>272</sup>. Contudo, D. Manuel não chegou a partir. Foi acordado entre os representantes de ambas as Coroas que o Infante poderia permanecer em Moura, na condição de partir de imediato, se a Rainha de Castela assim o exigisse<sup>273</sup>.

1483

Janeiro a Maio 24, Moura. Continuou D. Brites a custodiar as crianças no castelo de Moura, até ao desfazer das terçarias, cujo acordo foi assinado entre D. João II e o representante dos Reis Católicos, Frei Hernando de Talavera, prior do Prado, em Avis a 15 de Maio<sup>274</sup>. A 24, chegaram a Moura os procuradores de D. João II e dos Reis Católicos, que se avistaram com a Duquesa. O Príncipe foi então oficialmente entregue a D. João Galvão, arcebispo de Braga, e ao conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses. A infanta D. Isabel iria igualmente regressar a Castela, pelo que foi entregue ao prior do Prado<sup>275</sup>.

D. Brites, não obstante preferir quedar-se nas suas terras, ou dirigir-se à raia levando a infanta castelhana<sup>276</sup>, acabou por ter de satisfazer a vontade de D. João II, que não admitiria decisão contrária, conforme expressou em instruções remetidas ao

---

<sup>271</sup> AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 1, doc. 30-32. Publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 243-248. Referido in *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, prefácio, compilação e notas de Joaquim Veríssimo SERRÃO. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993, p. 77.

<sup>272</sup> SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., vol. 1. Paris, 1852, p. 387-388; SERRÃO, *Itinerários de El Rei D. João II ...*, p. 77.

<sup>273</sup> AGS, *Patronato Real*, n.º 4142, legajo 50, doc. 7. Documento publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 253-254; DE LA TORRE, António, «D. Manuel de Portugal y las tercerias de Moura», in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. 5, 1951, p. 411-417; COSTA, João Paulo de Oliveira e, ob. cit., p. 54.

<sup>274</sup> AGS, *Patronato Real*, n.º 4143, legajo 50, doc. 8, IDEM, *Patronato Real*, n.º 4144, legajo 50, doc. 14. Documentos publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos ...*, vol. 2, p. 262-273. Referido em *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 103; SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., vol. 1, p. 389.

<sup>275</sup> CHAVES, Álvaro Lopes de, op. cit., p. 97-98; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. XLII, p. 56. Refira-se a carta de poder dada aos mesmos por D. João II, emitida em Avis, a 14 de Maio do referido ano. *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 103; SANTARÉM, Visconde de, ob. cit., vol. 1, p. 389.

<sup>276</sup> D. Isabel seria então acompanhada até à fronteira pelo duque de Viseu D. Diogo que, volvendo, ainda alcançou o séquito que levava o príncipe a Évora. RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. XLII, p. 56; PINA, Rui de, *Chronica de Dom Joham II*, in *Cronicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, cap. XII, p. 916.

Arcebispo de Braga e ao Conde de Vila Real<sup>277</sup>, e acompanhou o príncipe D. Afonso no seu reencontro com os pais. Encetou-se então, de imediato, a viagem, que a terminaria em Évora.

Maio, 24, Vera Cruz. A comitiva, que acompanhava o pequeno príncipe, parou na localidade para pernoitar<sup>278</sup>.

Maio, 25, Portel. A comitiva voltou a parar, *por o recebimento, festas e banquetes que lhe fez o Duque de Bragança*» e só no dia seguinte prosseguiram o trajecto<sup>279</sup>.

Maio, 26, Torre de Coelheiros. Quase às portas de Évora, aí se quedou de novo a comitiva para descansar e pernoitar<sup>280</sup>. Teriam com certeza ficado no paço dos Cogominhos, família que detinha o morgado de Coelheiros, da qual ressalta Nuno Fernandes Cogominho, fidalgo da casa de D. Afonso IV, e seu chanceler<sup>281</sup>.

Maio, 27, Évora. O Príncipe, a Duquesa e demais acompanhantes chegam ao destino, onde foram efusivamente recebidos pelo soberano<sup>282</sup>.

1484

Agosto, 26-28, Palmela. A Duquesa e seu filho, D. Diogo, no auge da conspiração contra D. João II, encontravam-se aposentados na vila. O Duque, implicado na conjura, seria chamado a Setúbal a 28, onde morreria às mãos do monarca<sup>283</sup>.

---

<sup>277</sup> Infere-se do texto das cartas de D. João II que a Duquesa não tencionava deslocar-se a Évora. De facto, através de Fernão Martins Mascarenhas, D. Brites informara o soberano que se limitaria a entregar o Príncipe aos procuradores. D. João II responde *que ella no lo ouvesse de trazer e de sua mão no lo entregar por nos parecer assj cousa honesta e razoada e por nosso contentamento mais que se hauer de entregar a outrem e que porem lhe rogamos mujto e pedimos que o assj fazer porque nos e a Rainha disto seremos mais contentes, e satisfeitos que doutra cousa nem auemos rezão porque o assj nom faça..* CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit., p. 100-101.

<sup>278</sup> PINA, Rui de Pina, ob., cit., cap. XIII, p. 916; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. XLIII, p. 57.

<sup>279</sup> RESENDE, Garcia de, *idem*, ibidem; PINA, Rui de, *idem*, ibidem.

<sup>280</sup> RESENDE, Garcia de, *idem*, ibidem; PINA, Rui de, *idem*, ibidem.

<sup>281</sup> FONSECA, Francisco da, *Évora gloriosa*. Roma, 1728, p. 72; SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, ob. cit., 2005, p. 60. Ao tempo a a família estava nas boas graças do soberano que, por carta dada em Viana, em Março de 1482, autorizou a coutada da quinta de Coelheiros a Nuno Fernandes Cogominho. AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 43.

<sup>282</sup> RESENDE, Garcia de, *idem*, ibidem; PINA, Rui de, ob. cit., cap. XIII, p. 916-917.

<sup>283</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. XVIII, p. 929, 932; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. LIII, p. 80, cap. LV, p. 85; . Atente-se que Garcia de RESENDE refere que o Duque foi assassinado a 23 de Agosto, enquanto Rui de Pina menciona o dia 28, data que Joaquim Veríssimo SERRÃO em *Itinerários de El Rei D. João II...*, p. 158 refere. Assim, e seguindo a esteira do historiador, entendemos que tal acontecimento teria ocorrido na data indicada por PINA. Aliás, notemos que CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit., a p. 153, em que inicia o relato da deposição do cadáver de D. Diogo na Igreja de Santa Maria de Setúbal, escreve que o evento se dera *em fim do mes d'Agosto*.

1485

Não temos notícia de percursos que a Duquesa terá feito durante este ano, pelo que presumimos que não terá saído de Beja. Notemos, por outro lado, a presença de D. João II na vila desde 3 de Março a 5 de Abril<sup>284</sup>.

1486

D. Brites não se terá deslocado de Beja.

1487

Maio, 19, Beja. D. Brites compra umas casas sitas na vila a Fernão Eanes e sua mulher, Teresa Vaz<sup>285</sup>.

1488

Agosto, 07, Beja. A Duquesa adquire a Afonso da Costa e sua mulher, Isabel de Sousa, a parte que lhes coubera por herança na herdade da Arruda<sup>286</sup>.  
A Corte passa em Beja todo o mês de Dezembro<sup>287</sup>.

1489

Atesta-se a presença de D. João II em Beja, desde o dia 1 de Janeiro a 9 de Junho, pelo que a Duquesa não se iria ausentar da vila. Joaquim Veríssimo Serrão admite ainda que a Corte aí tenha passado a festa de Todos os Santos, que como se sabe ocorre a 1 de Novembro<sup>288</sup>.

1490

Junho, 17, Beja. Alvará de D. Brites, confirmando a mercê de um bacelo, sito em Vale de Mourelas, termo de Almada, a João Rodrigues Galo, que fora escudeiro de sua irmã D. Filipa, cujo bacelo seria transmissível ao filho, João Galo<sup>289</sup>.

1495

Setembro, 30, Viana a par de Alvito. D. Brites reúne-se com suas filhas, a rainha D. Leonor e D. Isabel, duquesa viúva de Bragança.

---

<sup>284</sup> *Itinerários de El Rei D. João II...*, p. 178-181.

<sup>285</sup> AN/TT, OFM. *Convento de Santa Maria da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 79.

<sup>286</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 82.

<sup>287</sup> *Itinerários de El Rei D. João II...*, p. 326-329; MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um percurso humano e político ...*, p. 464.

<sup>288</sup> *Itinerários de El Rei D. João II...*, p. 330-345, 355.

<sup>289</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 25; IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro da comarca da Beira*, fl. 42v.

Nesta localidade, teria havido conversação entre as três, tentando D. Brites e D. Isabel convencer a Rainha a aceitar o bastardo D. Jorge na Corte, não a demovendo, todavia, da atitude que esta tomara, após o falecimento do príncipe D. Afonso<sup>290</sup>. No entanto, em Alcáçovas a 29 do mesmo mês, o monarca, já muito doente, na presença do seu confessor Frei João da Póvoa, ditara o seu testamento, definindo o herdeiro da Coroa: D. Manuel, duque de Beja<sup>291</sup>. Partira em seguida para Monchique, em busca de alívio para asqueixas.

Outubro, 26, Viana a par de Alvito. D. Brites escreve uma carta ao sobrinho, D. João, filho do Marquês de Vila Real, dando conta de que o Rei *estaa mal*, e receando que outrens se apoderassem da “Excelente Senhora”, pelo que recomenda a sua guarda<sup>292</sup>. Perante o texto da missiva, Elaine Sanceau interrogava-se se a Duquesa receava que os partidários do bastardo D. Jorge tomassem D. Juana, como penhor, com vista a obter o apoio de Castela<sup>293</sup>.

Outubro, 26<sup>294</sup>, Alcácer do Sal. A Duquesa conjuntamente com a Rainha e o duque D. Manuel, estantes na vila, tomam conhecimento que a doença não poupara D. João II<sup>295</sup>, acabando por falecer em Alvor, a 25<sup>296</sup>.

Outubro, 27. Alcácer do Sal. O duque D. Manuel é levantado como Rei de Portugal<sup>297</sup>.

1496

*Na entrada da Quaresma até á Pascoa, Setúbal,* D. Brites reúne-se com seus filhos: o rei D. Manuel I, D. Leonor e D. Isabel, a quem se juntariam, logo após, os netos, filhos da Duquesa de Bragança, que haviam regressado de Castela.

<sup>290</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXIV, p. 1022; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. CCIII, p. 272.

<sup>291</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXVI, p. 1023-1024; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. CCVIII, p. 274-275. Documento publicado in SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da da Casa Real Portuguesa*, prova 28. Sobre algumas disposições testamentárias veja-se também COELHO, Maria Helena da Cruz, «O senhor do pelicano, da lei e da grei» in, *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 177-180.

<sup>292</sup> BPE, Cod. CIII/1-26, fl. 33-33v.

<sup>293</sup> SANCEAU, Elaine, ob. cit., p. 426.

<sup>294</sup> Admitimos que D. Brites acompanhasse as filhas em Alcácer do Sal, onde se lhes juntara D. Manuel, face á determinação de D. João II que, de partida para o Algarve, ordenara que sua mulher e o Duque aguardassem o seu regresso, na referida localidade. PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXVII, p. 1024.

<sup>295</sup> Sobre a doença que vitimou o monarca, veja-se MENDONÇA, Manuela, «O veneno que matou D. João II», in *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 359-374; SABUGOSA, Conde de, *A rainha D. Leonor. 1458-1525*. Lisboa: Portugália, 1921, p. 234-243.

<sup>296</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXXI, p. 1029; RESENDE, Garcia, ob. cit., cap. CCXIII, p. 287.

<sup>297</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. LXXXIII, p. 1033; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. CCXV, p. 287.

Conjectura o Conde de Sabugosa, tentando perceber o que Damião de Góis resguardou, ao aflorar que neste encontro haviam sido tratados negócios relacionados com o monarca, que o clã houvesse abordado a questão do casamento de D. Manuel I com a princesa D. Isabel, viúva do príncipe D. Afonso<sup>298</sup>.

1497

Outubro, Valência de Alcântara. Casamento de D. Manuel I com a princesa D. Isabel<sup>299</sup>.

Estaria D. Brites ausente da cerimónia de um matrimónio tão do seu agrado?

Novembro, 13 Évora. O casal régio instala-se inicialmente em Évora<sup>300</sup> e aí decerto a

Duquesa teria ocorrido. Teria seguido a Corte que posteriormente, se deslocara para Lisboa?

1498

Outubro, Lisboa. D. Brites pousa nos Paços Reais. D. Manuel I, regressado de Castela, a

9 do mesmo mês, decide habitar provisoriamente nas casas do escrivão da fazenda Pero de Alcáçova, á porta da Alfafa<sup>301</sup>.

1499

Janeiro, 11, Lisboa. Alvará da Duquesa declarando que vendera a João da Fonseca, cavaleiro da Casa do rei D. Manuel I e seu escrivão da fazenda, 5 000 florins, retirados do cômputo de 20 000 que D. Brites herdara de D. Filipa, sua irmã<sup>302</sup>.

Fevereiro 25, Lisboa. Carta de D. Brites dirigida á comendadeira do Mosteiro de Santos de Lisboa, declarando que desistia da demanda que mantivera contra o Mosteiro,

---

<sup>298</sup> GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, cap. XIII, p. 10v; SABUGOSA, Conde de, ob. cit., p. 249.

<sup>299</sup> Segundo ZURITA, Jerónimo, *Historia del Rey Don Hernando el Católico, de las empresas y ligas de Itália*, Saragoça, ed. Angel Canellas Lopez, 1989, vol. 2, cap. XXIII, as negociações tiveram início logo em 1496, conduzidas por D. Fernando de Meneses e Diogo da Silva de Meneses, mas ao tempo os Reis Católicos propunham em vez de D. Isabel, sua filha segundogénita D. Maria. Seria D. Álvaro de Bragança a conseguir o enlace, AN/TT, Gaveta 17, maço 7, doc. 3. Publicado in, *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3. 1963, p. 12-15. As capitulações para o matrimónio seriam firmadas em Burgos, a 30 de Novembro do mesmo ano. AN/TT, Gaveta 17, maço 5, doc. 15. Documento publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3, p. 1-8.

<sup>300</sup> Carta de D. Isabel dirigida ao pai, dando noticias da vida na Corte portuguesa. AGS, *Patronato Real*, n.º 4168, legajo 50, doc. 31. Publicada in, *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3, p. 20-21.

<sup>301</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Crítica e História*, Lisboa, 1910, p. 295, 323, 348; SABUGOSA, Conde de, ob. cit., p. 271.

<sup>302</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 257-257v.

relativamente à constante entrada que o concelho de Coina, cujo senhorio pertencia á instituição monástica, fazia no termo de Almada, permitindo doravante o seu uso<sup>303</sup>.

Agosto, 13, Lisboa. D. Brites afora, a Rodrigo Afonso de Atouguia, seu vedor da fazenda, por 40 000 reaes brancos, a vila de Belas, com toda a sua jurisdição e rendas, casas, paços, terras de pão, pomares, azenhas e vinhas, ressaltando o padroado da Igreja de Belas, de que fizera doação ao Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja, e a mina sita no monte do Suímo, donde se extraíam pedras semi-preciosas, que a Duquesa reservava para si própria<sup>304</sup>. O aforamento incluía ainda um casal na Chantaria e outro em Loures, sitios no termo de Lisboa, 13 covas de «encovar» pão, uma courela, um bacelo e umas casas de morada, bens estes sitios em Carnide<sup>305</sup>.

Agosto, 19, Lisboa. A Duquesa adquire a D. Isabel de Sousa, umas casas de morada sitas em Beja<sup>306</sup>.

1500

Janeiro, 29, Beja. Mandado do rei D. Manuel I, datado de Lisboa, determinando que Luís de Góis entregasse quatro côvados de cetim azul a D. Brites, estante a Duquesa na vila<sup>307</sup>.

Março, 01, Beja. Carta de D. Brites dirigida ao soberano, lamentando a perda da nau «Anunciada»<sup>308</sup>.

Agosto, 21-27, Lisboa. D. Brites esteve presente e assinou o contrato de casamento, dote e arras, entre seu neto D. Afonso, bastardo de D. Diogo, e D. Joana de Noronha, filha de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, e de D. Beatriz, filha dos 2.ºs duques de Bragança, lavrado no paço do rei D. Manuel I<sup>309</sup>.

---

<sup>303</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 99-99v.

<sup>304</sup> Considerando a importância da jazida, D. Brites legá-las-ia a seu filho, o rei D. Manuel. CARDOSO, Padre Luís, *Dicionario Geographico ou Noticia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve com todas as cousas raras, que nellas se encontrão, assim antigas, como modernas*, tomo 2. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1751, p. 135; PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, *Diccionario histórico, chorographico, heráldico, biographico, bibliographico, numismático e artistico. Portugal*, vol. 2. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1904, p. 269.

<sup>305</sup> AN/TT, OFM. *Convento de Santa Maria da Conceição de Beja*, maço 5, doc. 105; IDEM, *Leitura Nova. Livro décimo terceiro da comarca da Estremadura*, fl. 189-190v.

<sup>306</sup> AN/TT, OFM. *Convento de Santa Maria da Conceição de Beja*, maço 5, doc. 106.

<sup>307</sup> IDEM, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 5, doc.5.

<sup>308</sup> IDEM, *Ibidem*, parte 2, maço 55, doc.165.

<sup>309</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 166; SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, prova nº 49, p. 298-309.

Outubro, 30, Alcácer do Sal. Casamento de D. Manuel I, viúvo de D. Isabel, com a infanta D. Maria, sua cunhada<sup>310</sup>, realizado nas casas de Rui Gago<sup>311</sup>. É-nos difícil pensar que D. Brites não tivesse comparecido à cerimónia e aos festejos. Os noivos permaneceram em Alcácer do Sal até ao dia 3 de Novembro. Partiriam depois para Almada, onde já se encontravam no dia 9, aguardando que em Lisboa se preparasse «o aposentamento»<sup>312</sup>.

Seguiria D. Brites no séquito régio ou esperá-los-ia na capital?

Novembro, 20-24, Lisboa. Documenta-se a estada de D. Brites na Corte, conjuntamente com toda a Família, que provavelmente terá acompanhado todo o trajecto do novel casal, desde que deixaram Alcácer.

O castelhano Ochoa de Isasaga, que viera no séquito de D. Maria como seu tesoureiro, traçou um cenário de uma certa cumplicidade entre sogra e nora, mas não isenta de acentuado ritual: *La señora reyna suele estar asentada en una camita (...) y quando viene la ynfanta [D. Brites], se abaxa de la camita, y asientanse anbas arrimadas a ella; y quando no esta alli la ynfanta no se abaxa a nadie*<sup>313</sup>. Este relacionamento tão marcado por uma rígida etiqueta, estaria ainda afectado pelo facto de D. Maria não haver privado com sua tia em criança, como fora o caso de sua irmã.

Dezembro, 24-25, Lisboa. É de novo o criado castelhano que relata o Natal passado em família: na véspera da Natividade, D. Brites presenteia a nora com *ciertos platos de fruta de sarten*. No dia seguinte, logo á saída da missa matinal que ouvira no seu oratório, D. Maria *encontró con la ynfanta doña Beatris, que le venia a ver y a dalle buenas pascuas (...) e hizieron la una a la outra sendas reverencias, bien baxas, y fueron de mano a mano, la señora reyna a la man drecha y la ynfanta a la man izquierda, y a la entrada de la puerta rogavanse la una a la outra, y entraron casi a*

---

<sup>310</sup> Capítulos para o matrimónio, negociado por Rui de Sande, firmados em Lisboa a 12 de Abril de 1500 e ratificados em Sevilha a 20 de Maio de 1500. AN/TT, *Gaveta 17*, maço 7, doc. 6; AGS, *Patronato Real*, n.º 4178, legajo 50, doc.32. Documentos publicados in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3, p. 30-32, 35-43. Os capítulos seriam ainda ratificados em Granada a 19 de Setembro de 1500. AN/TT, *Gaveta 17*, maço 7, doc. 23. Publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3, p. 53-54.

<sup>311</sup> GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, cap. LXII, p. 153.

<sup>312</sup> Carta do bacharel Palma dirigida a Alfonso de Morales, tesoureiro e membro do conselho dos Reis Católicos. AGS, *Consejo de Estado*, legajo 367, fl. 7. Documento publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3, p. 64-66.

<sup>313</sup> Carta de Ochoa de Isasaga endereçada aos Reis Católicos, dando notícias da vivência de D. Maria na Corte portuguesa. AGS, *Consejo de Estado*, legajo 367, doc. 17. Publicada in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3, p. 66-69.

*la par (...) e fueronse a sentar a la camita, donde estovieron hablando y holgando.* Mais tarde, e já também com a presença de D. Isabel, duquesa de Bragança, voltou a Duquesa ao convívio com a Rainha *y asentaronse ella y la señora reyna en almoadas arrimadas a la camita (...) y estovieron asi hasta las ocho oras de la noche, esperando que se adreçasen los momos y las seys damas que avian de salir a la francesa*<sup>314</sup>.

1501

Julho, 13. Lisboa. A duquesa faz mercê da sua vila de Colares, a D. Brites de Lara, filha de seu neto, D. Afonso, doação que, extensiva a outros bens que não especifica, deveriam entrar na posse da bisneta, após o falecimento da doadora<sup>315</sup>. Tais outros bens seriam discriminados no testamento da Duquesa, a que D. Manuel I se refere, em alvará datado de Sintra, a 18 de Agosto de 1509, em que ao mandar executar as disposições testamentárias menciona as rendas da vila de Serpa e 15 mil florins assentados no almoxarifado de Setúbal, montante que deveria servir para aquisição de joias de ouro e prata, que constituiriam enxoval de casamento de D. Brites de Lara<sup>316</sup>.

1502

Maior, 06, Beja Alvará de D. Brites declarando que legava ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição o senhorio da vila de Belas, a herdade da Lobata, a herdade de Valbom, com sua horta, a horta da Calça, metade da herdade da Gravia, todas sitas no termo de Beja e quatro moradas de casas localizadas em Serpa<sup>317</sup>.

Junho, 7, Lisboa. Nascimento do príncipe D. João, no paço da Alcáçova<sup>318</sup>.

---

<sup>314</sup> AGS, *Consejo de Portugal*, legajo 367, doc. 19. Carta publicada in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos...*, vol. 3, p. 77-80.

<sup>315</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro décimo terceiro da comarca da Estremadura*, fl. 59v-60v.

<sup>316</sup> IDEM, *Núcleo antigo*, n.º 776.

<sup>317</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 72-72v.

<sup>318</sup> Num traslado de uma carta enviada a Castela, D. Manuel I escreve: *Terça feira passada amanhecete que foram sete dias deste mes de Junho as duas horas depois da mea noyte pouco mais ou menos prouue a Nosso Senhor alomyar a Rainha ...* (AN/TT, *Gaveta 20*, maço 6, doc. 7. Publicado in *As gavetas da Torres do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. 10, p. 466-467), mas refira-se que o dia anterior, *especificando dia 6 segunda feira*, é mencionado em GÓIS, Damião de, *op. cit.*, cap. LXII, p. 153; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Potuguesa*, tomo 3, livro 4, p. 283; SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, vol. 1. Lisboa: Sá da Costa, 1938, p. 3. Admitimos pois, que os dois últimos autores, desconhecendo o documento que ora se conserva na Torre do Tombo, tenham transmitido a informação veiculada por Damião de GÓIS.

Junho, 9, Lisboa, D. Brites assiste á representação do *Auto da Visitação* ou *Monólogo do Vaqueiro*, de Gil Vicente, representado no paço da Alcáçova.

Junho, 15, Lisboa, Baptizado do príncipe D. João, tendo como madrinhas sua avó, D. Brites, e sua tia, a rainha viúva D. Leonor<sup>319</sup>.

1503

Dezembro, 04, Beja, D. Brites emite alvará, redigido por seu neto, o condestável D. Afonso, doando a Leonel Rodrigues, seu vedor da fazenda, 6 moios de trigo, assentados no reguengo de Serpa<sup>320</sup>.

1504

Março, 14, Beja. Alvará da Duquesa comunicando ao recebedor da Casa das Carnes de Lisboa, que o Rei lhe desembargara 1 216 080 reaes de seu assentamento, devendo o dinheiro ser-lhe entregue através de Pero de Aguiar<sup>321</sup>.

Outubro, ?, Beja. Falecimento de D. Afonso, condestável do Reino, neto de D. Brites<sup>322</sup>. Seria sepultado no Mosteiro de Santa Maria da Conceição, junto da urna de seu avô, o infante D. Fernando.

1505

Outubro, 1, Beja, Alvará de D. Brites referindo que o Rei lhe fizera mercê de privilegiar oficiais destinados à Câmara de Beja, pelo que nomeia João Afonso, pedreiro, morador na vila, solicitando á Instituição que o mesmo seja registado no respectivo livro<sup>323</sup>.

Outubro, 10, Beja, Alvará de D. Brites aprovando os tombos que mandara elaborar à gafaria de São Lázaro de Almada e à albergaria de Santa Maria da mesma vila<sup>324</sup>.

Outubro, 15, Beja, D. Brites celebra com Soror Maria de Santo António, abadessa do Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja, contrato de instituição de capela própria no Mosteiro<sup>325</sup>.

---

<sup>319</sup> GÓIS, Damião de, ob. cit., cap. LXII, p. 154; SOUSA, Frei Luís de, ob. cit., p. 5.

<sup>320</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Escrituras*, liv. 1, fl. 60-61.

<sup>321</sup> AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 2, maço 8, doc. 88.

<sup>322</sup> GÓIS, Damião de, ob. cit., cap. LXXXII, p. 193.

<sup>323</sup> ADBEJA, *Câmara Municipal de Beja Livro de registo de alvarás*, liv. 1, fl. 5.

<sup>324</sup> AHSCMA. *Tombo do compromisso de S. Lázaro*, fl. 70v; IDEM, *Tombo de Santa Maria de Almada*, fl. 60v

<sup>325</sup> AN/TT, OFM. *Convento de Santa Maria da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842; ADBEJA, *Convento da Conceição. Escrituras*, liv. 1, fl. 62-65.

Março, 11, Beja, Alvará de D. Brites especificando bens que legara ao Mosteiro de Santa Maria da Conceição: a saboaria de Beja; uma herdade, em Baleizão, que pertencera a Fernão Pereira; uma herdade em Brinches, que fora do contador Rui da Fonseca; a horta da Faleira; o padroado da igreja de Belas; o senhorio da vila de Belas; a parte que a Duquesa detinha na igreja do Salvador de Beja; a herdade da Lobata, sita no termo de Serpa; a horta da Calça, no termo da mesma vila; a herdade de Val Bom, localizada no no termo de Beja, conjuntamente com a horta que se encontrava mística; quatro moradas de casas, sitas no termo de Serpa; uma arroteia de terras no sítio das Magorras; uma terra de pão, com seus matos, sita no Ribeiro do Louredo; um ferragial de pão; outra arroteia de pão e matos, que haviam sido pertença de Beatriz Quaresma; umas terras e um pomar dito do Louredo; a herdade de Odiarça; um quinhão na herdade do Fuseiro; a horta de Apolinária com suas courelas, olival e vinha, sitos no termo de Beja e a herdade da Arruda, sita no termo de Beja<sup>326</sup>.

Julho, 15, Beja. Mandado de D. Manuel I ordenando a Luís de Góis que fizesse entregar 20 côvados de cetim ou damasco de cores para sua Mãe, que se encontrava em Beja<sup>327</sup>.

Julho, 20, Beja, D. Brites emite alvará nomeando João Godins, fidalgo da casa real, como guarda-mor<sup>328</sup>.

Setembro, 30, Beja. Morre a duquesa D. Brites, sendo sepultada no Mosteiro de Santa Maria da Conceição, conforme determinara na escritura de instituição da capela, em campa rasa, situada na claustro, *junto ao patamar da porta por onde se entra* para o coro de baixo. O rápido desaparecimento do epitáfio, escrito em letra gótica, onde se encontrariam *as letras que sua senhoria deixou dito que lhe pusesse*<sup>329</sup>, deveu-se ao facto da sepultura se encontrar em local de passagem das monjas<sup>330</sup>. As palavras epigrafadas, que desconhecemos se expressarão a vontade da Duquesa, reportam-se ao século XVIII e mencionam meramente o ano do passamento e a idade da finada.

<sup>326</sup> ADBEJA, *Convento da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 69.

<sup>327</sup> AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 5, doc.106.

<sup>328</sup> ADBEJA, *Câmara Municipal de Beja, Livro de registo de alvarás*, liv. 1, fl. 3.

<sup>329</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 775. Documento publicado por Freire, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 9, p. 66.

<sup>330</sup> ADBEJA, *Convento da Conceição, Colecção de escrituras*, liv. 2, fl. 226v.

Note-se que Acenheiro indica o mês de Dezembro, sem especificar o dia<sup>331</sup> e Damião de Góis refere finais de Abril ou princípios de Maio<sup>332</sup>, mas não temos dúvidas que neste particular os cronistas se equivocaram na identificação do mês, já que o Mosteiro celebrava a missa de requiem pela Duquesa a 30 de Setembro, visitando processionalmente a jazida. E se bem que tardia, a memória do evento foi inscrita na legenda de uma tela, que pertenceu ao Mosteiro: «ESTE HE O RETRATO DA NOSSA INFANTA A SENHORA D. BRITES E VIVEO 77 ANOS E FALECEO A 30 DE SETEMBRO DE 1506 E A MANDOU RETRATAR PELO ORIGINAL A MUITO REVERENDISSIMA SENHORA ABBADESSA D. IZABEL CLARA DO CEO FILHA DE ABOIM PASSANHA EM 1742<sup>333</sup>».

São as terras alentejanas, nomeadamente a sede do Ducado, que mais guardam os traços dos percursos da Duquesa, como se verifica, bem como as terras da Ordem de Santiago, com especial ênfase para Setúbal. Notemos que anteriormente à ascensão de seu filho ao trono, D. Brites desloca-se da sua Casa, é certo, esporadicamente para acompanhar a Corte (em Évora, em Santarém, em Lisboa), em missão diplomática (em Alcântara, em Avis, em Moura), para vigiar a conjura contra o soberano (Palmela), para tratar de negócios atinentes ao governo da Ordem de Cristo (caso de Tomar). Observando ainda as deslocações, cremos que a maior permanência nas terras do Ducado ou nas da Ordem de Santiago, se bem que cedo houvesse perdido o mestrado, se inscreviam ainda numa garantia de segurança junto de homens que lhe continuavam a ser fiéis, como iremos demonstrar. A partir de 1495, ou seja, após o falecimento de seu genro, D. João II, torna-se mais assídua a sua presença em Lisboa. Não restando já quaisquer entraves, extintas as «guerrilhas» que empreendera, assumia também deste modo o novo estatuto que conquistara: o de «Rainha-Mãe».

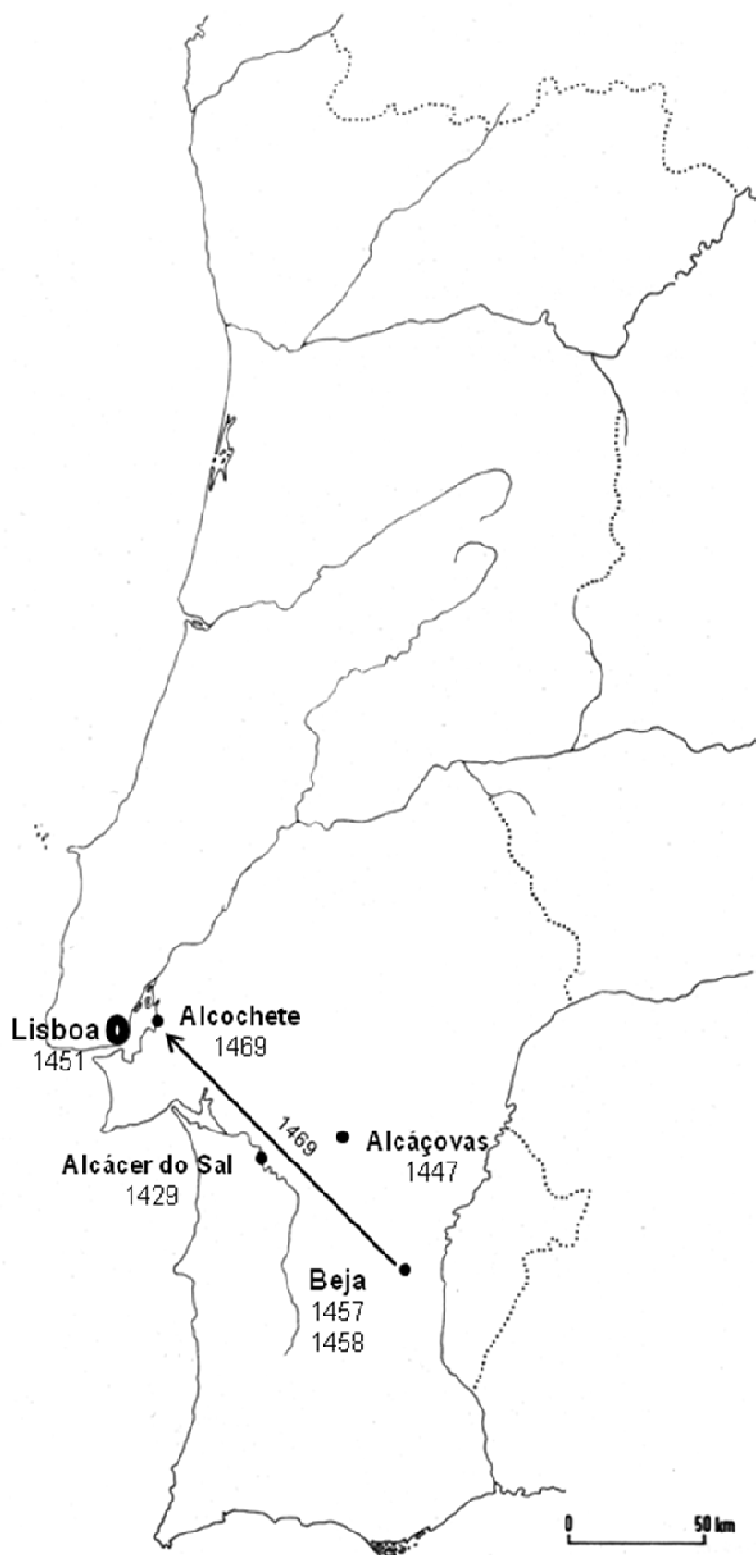
---

<sup>331</sup> ACENHEIRO, Christóvão Rodrigues, ob. cit., p. 341. Quem terá razão? Pese embora as ressalvas que colocamos, inclinamo-nos para a proposta das religiosas, conquanto o retrato fosse pintado à distância de dois séculos do acontecimento, parece-nos que a proximidade vivida entre D. Brites e o Mosteiro dariam a este dados mais seguros e precisos.

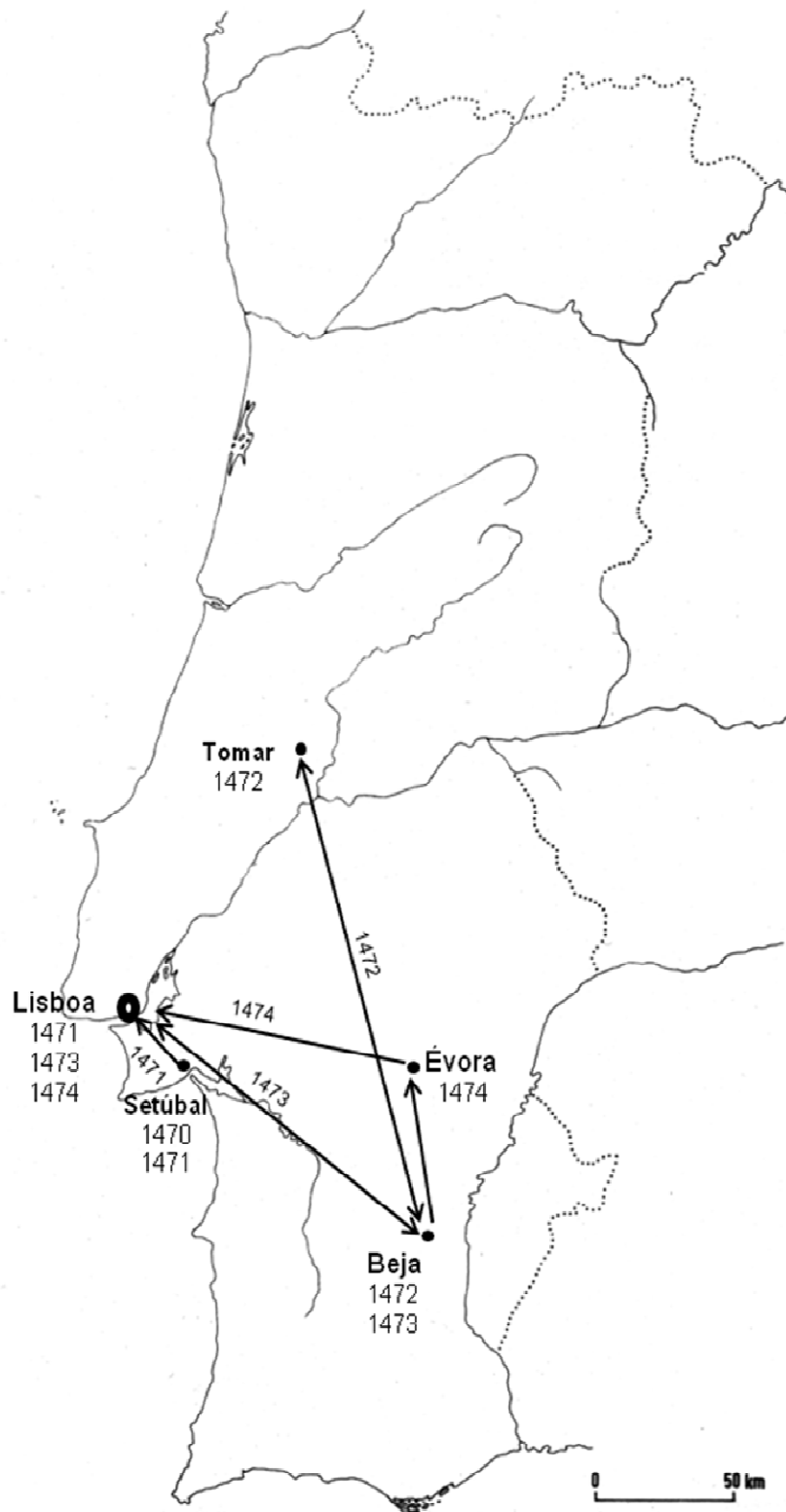
<sup>332</sup> GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, cap. CIII, p. 232.

<sup>333</sup> BL, *Manuscripts*, Add 20 789, fl. 30-32, COSTA, Marçal do Avelar da, *Historia de Beja oferecida ao Infante D. Pedro duque de Beja*, 1650. Deste mesmo equívoco se deu conta VIANA, Abel, «Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes», in *Arquivo de Beja*, série IV, nº1, 1º semestre de 2007, p. 300, ao contestar a afirmação de Damião de Góis.

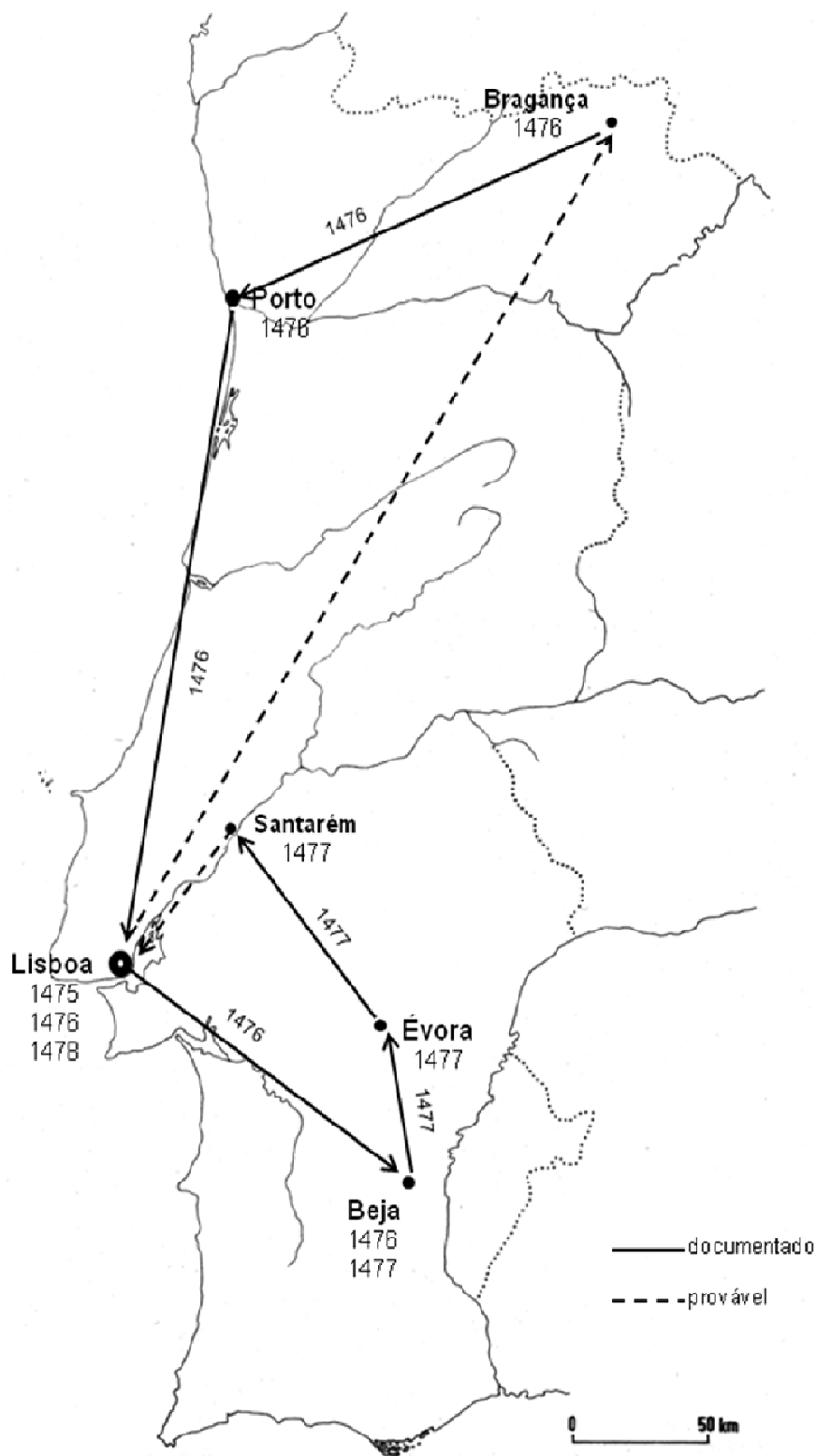
## Percursos de D. Brites



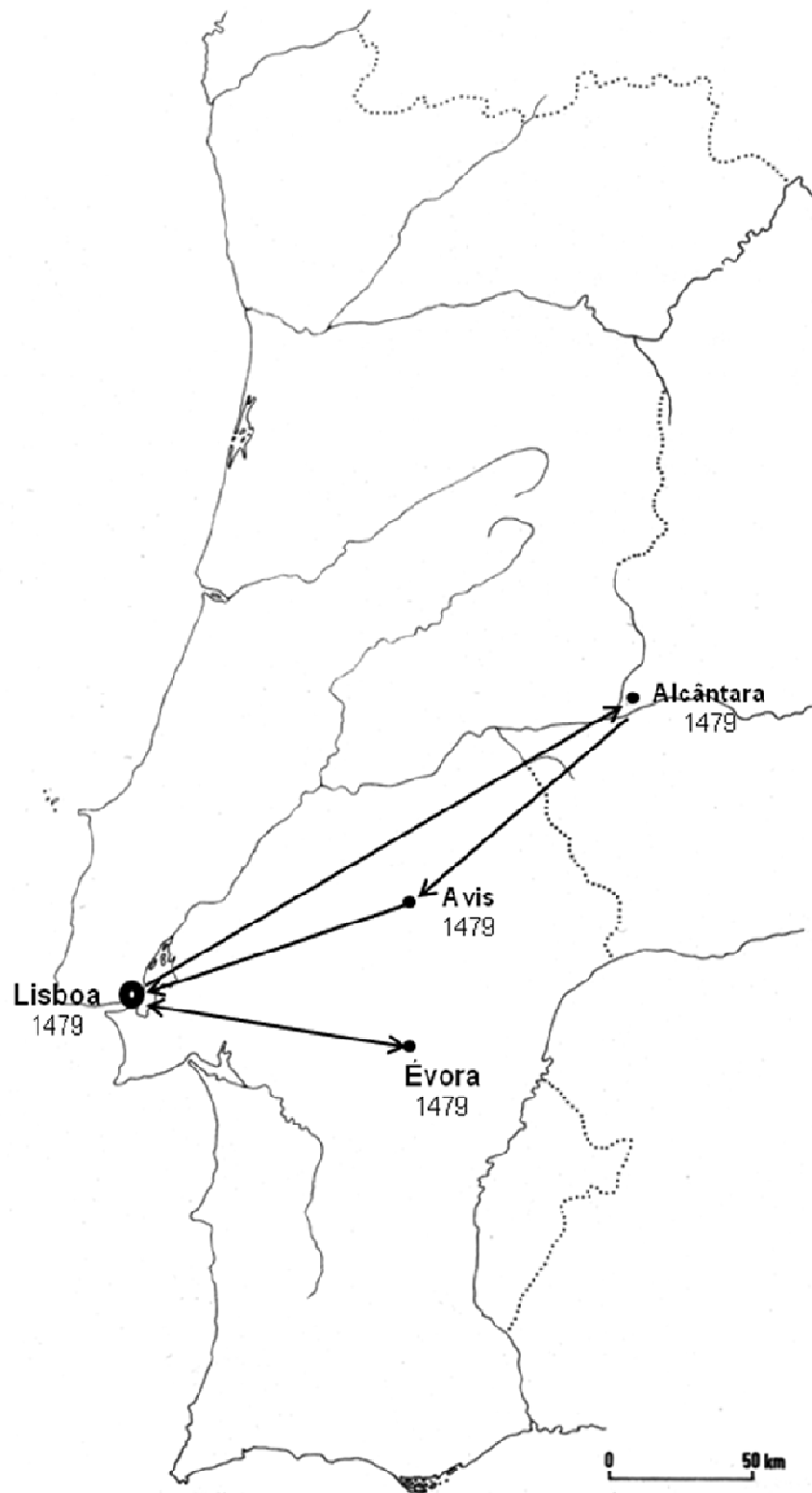
1459-1458



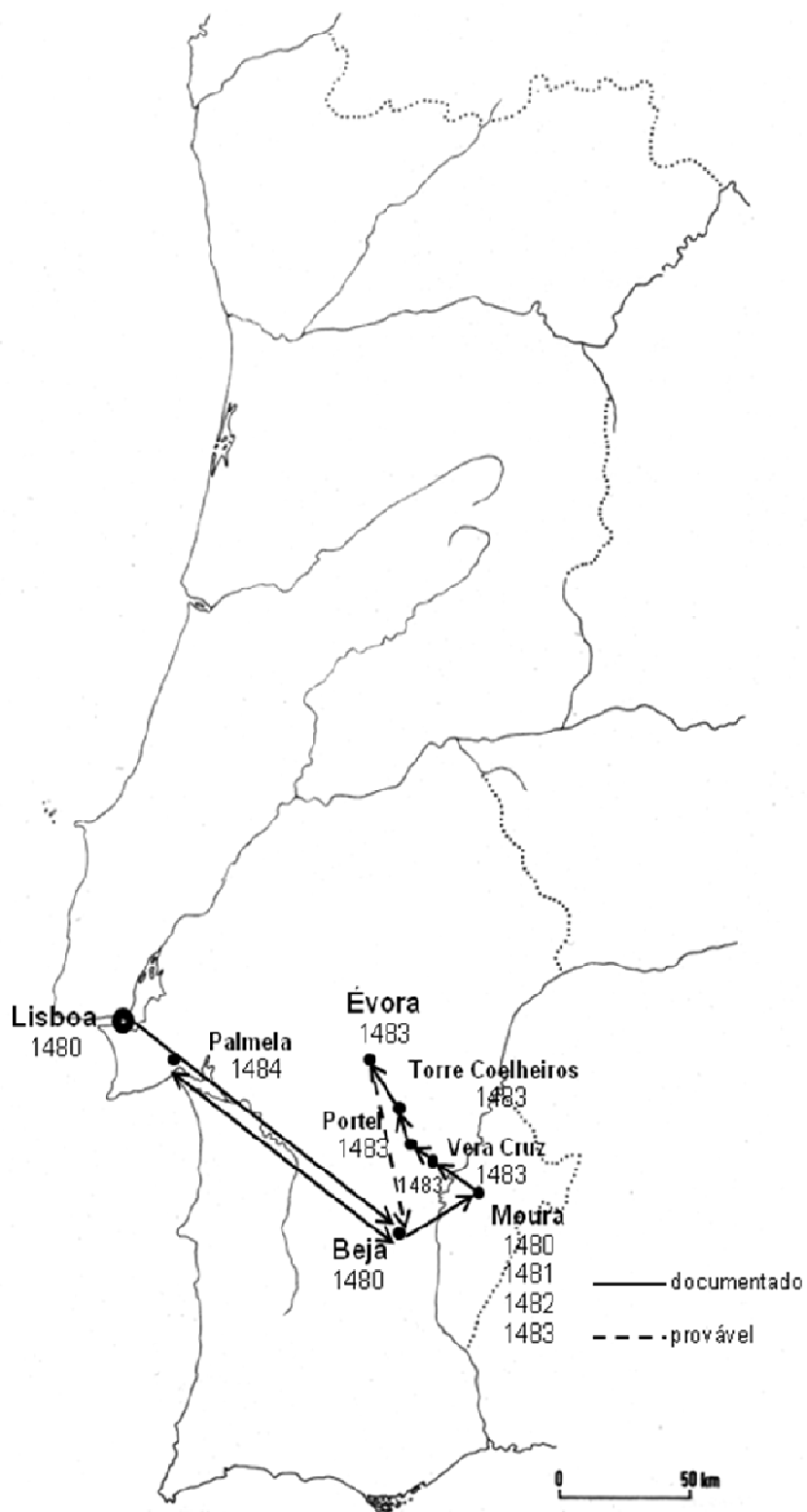
1470-1474



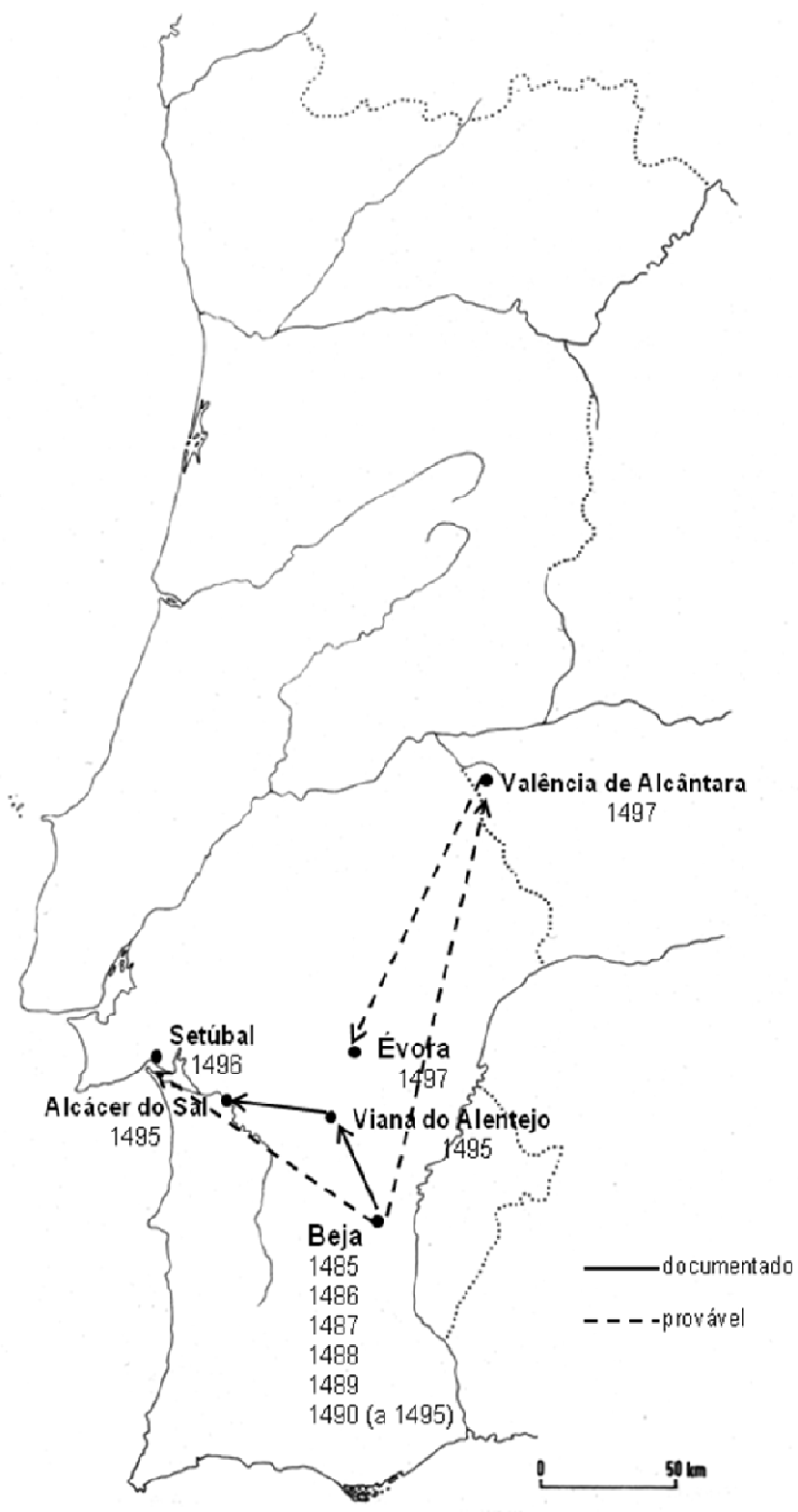
1475-1478



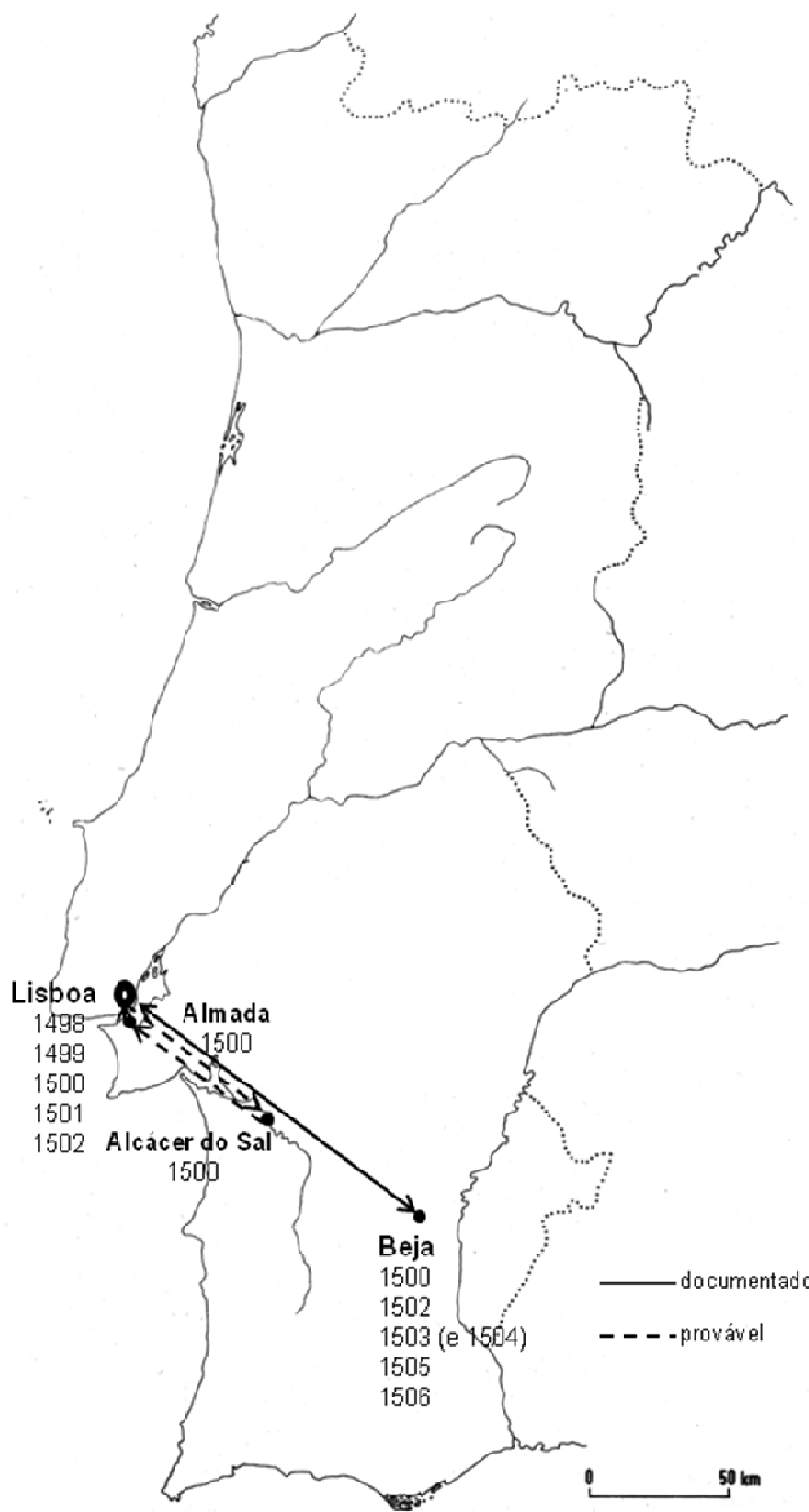
1479



1480-1484



1485-1497



1498-1506

## II. Tutora e curadora

### II. 1. Garantir os títulos e os cargos

Assegurou a Duquesa, meticulosamente, os interesses da sua linhagem, pugnando pela manutenção e prestígio da Casa. Neste sentido, a primeira medida que deveria ser tomada prendia-se com a salvaguarda da sucessão e, sem perda de tempo, D. Brites solicitou e obteve do monarca, com concordância do príncipe D. João, uma carta, dada em Lisboa, a 4 de Agosto de 1471<sup>334</sup>, que a sossegaria de preocupações, quanto ao futuro imediato. De facto, o diploma permitia que em caso de falecimento do duque D. João, primogénito da Casa de Viseu-Beja, sem deixar descendência, pudesse habilitar-se como seu legítimo herdeiro o irmão que lhe seguira na ordem do nascimento, ou seja D. Diogo.

Tal disposição implicava a dispensa do cumprimento da Lei Mental que, não obstante D. Afonso V haver satisfeito a pretensão da cunhada, que invocando os filhos lhe recordaria mais uma vez o recente desaparecimento do irmão, o soberano fez questão de frisar que o diploma que assinara se tipificava numa mercê especial, segundo se infere do texto que não deixa de referir as disposições que regiam as heranças, entendidas estas em bens patrimoniais e eventuais cargos ou títulos, ou seja, na ausência de descendentes em linha direita, «*se deueria tornar aa dita coroa de nossos regnos e nom poderia viir a alguum de seus irmãos por seerem a elle colleteraaes*».

Observando a redacção da carta, nomeadamente o trecho referido, julgamos que na sua elaboração terá pairado já a génese da futura orientação política do Príncipe Perfeito, visando a centralização do poder, em contraste com a dispersão que ia engrossando o património dos Senhores, com todas as consequências daí advenientes. Aliás, a mercê do monarca, a que nos vimos referindo, não fora de modo algum um acto único, uma excepção á Lei consignada num presente especial dado aos sobrinhos, outras dispensas se haviam anteriormente proferido, algumas das quais mesmo em tempo do rei D. Duarte, «ironicamente» o soberano que promulgara tal diploma, envolvendo, entre outras pessoas, familiares dos agora beneficiados<sup>335</sup>.

---

<sup>334</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 293v-294.

<sup>335</sup> Estão neste caso a Infanta D. Isabel e seus irmãos (D. Afonso, conde de Barcelos e 4.º conde de Ourém e D. Fernando, conde de Arraiolos), respectivamente avó e tios dos filhos de D. Brites. Cf. AN/TT, *Leis*, maço 1, doc. 158; IDEM, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 6-7v; 26v-27v; IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 38, fl. 99v; IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 19v-20v; *Livro terceiro de místicos*, fl. 201. Publicado por SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real*, tomo 3, liv. 6,

O tempo iria provar que não eram vãs, nem extemporâneas, as providências tomadas por D. Brites. O duque D. João mal tivera tempo de entender e saborear os cargos e os títulos que lhe haviam sido outorgados, tais fossem o governo das Ordens de Cristo e de Santiago, a segurança das comarcas de Antre Tejo, além Odiana e do reino do Algarve enquanto fronteiro-mor, o senhorio das ilhas do Atlântico, ou ainda o privilégio de poder dispor de 100 besteiros de cavalo<sup>336</sup>. Cedo ocorreu o seu falecimento e, se é certo que a Duquesa voltara a ser «perdedora» ao nível dos afectos, o Ducado nada teria a temer, de momento. Sem mais delongas, e com a segurança e tranquilidade que o diploma régio lhe havia cometido, D. Diogo asseguraria a continuidade da «dinastia».

Poderia parecer que a Duquesa estava agora confiante e aquietada, uma vez que o diploma anterior lhe garantira uma sucessão sem percalços. Deixaria então que as coisas corressem ao sabor do destino? Até onde poderia este ser controlado? Poderia a grandeza da sua Casa soçobrar numa qualquer tempestade que arrastasse os seus herdeiros?

Tal deve ter sido o pensamento de D. Brites que, estratégica e prudentemente, precavendo-se contra outra infelicidade, voltou a requerer ao monarca que tornasse extensível a sucessão aos outros seus filhos, considerada a ordem cronológica.

Uma vez mais D. Afonso V lhe deferiu o pedido, em carta firmada na cidade do Porto, a 7 de Agosto de 1476<sup>337</sup>, e tal como a anterior com a concordância do príncipe D. João. Por sobre a memória do infante D. Fernando, que o soberano começa por invocar, decorria o amor e respeito que devia ao sobrinho, o duque D. Diogo, o que justificava a mercê. Todavia, a graça concedida não se alicerçava apenas na lembrança de um defunto e D. Afonso V, em seguida, dirige-se á cunhada de quem refere *os grandes mereçimemtos (...) lembrando-me da vomtade com que sempre sse despoem a me aver de seruir primçipaalmente neste tempo despoys que nos meos regnos de Castella entrey assy com sua pessoa e fazemda como com a gemte do dito seu filho de que ora he titor e curador. As quaaes coussas nom ssem rezam os virtuosos primçipes deuem rreconheçer e por elle fazer merçee aos taes vassallos que com grande amor lealdade e boa vomtade fiellmente seguem as cousas de seu sseruiço*. Voltando a afirmar que no despacho exarado se congregavam as figuras do jovem duque e [d]a dita

---

doc. n.º 43, p. e in *Monumenta Henricina*, vol. 5, Coimbra, 1963, p. 82-83. Relativamente a outros beneficiados veja-se MORENO, Humberto Baquero, «Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média», in *Exilados, marginais e contestatários na sociedade Portuguesa medieval. Estudos de História*. Lisboa: Presença, 1989, p. 22-24.

<sup>336</sup> Cartas de D. Afonso V, dadas em Santarém a 22 e 23 de Março de 1471. AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 10-10v; IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 22, fl. 114. PINA, Rui de, *op. cit.*, cap. CLXI, p. 817.

<sup>337</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 19-19v.

*yffante sua madre*, o monarca estabelece, com dispensa da Lei Mental, que a sucessão da Casa de Viseu-Beja, no caso do duque «reinante» falecer sem deixar descendentes, recairia, sucessivamente, num dos seus irmãos, até ao derradeiro. Não se fechando na doutrina, o diploma, com vista a neutralizar quaisquer dúvidas que pudessem ser suscitadas em algum tempo, clarificaria o despacho, identificando as pessoas abrangidas: D. Duarte e D. Manuel, sendo este o mais jovem e último filho dos Infantes.

Obtém, assim, D. Brites, uma carta de sólida e total segurança. Na manutenção do Ducado, jogou tudo, não apenas com o Rei, mas com a roda da fortuna, muito mais imprevisível. Se a adversidade viesse, haveria sempre alguém a escorar as paredes da Casa, evitando a sua queda.

Não duvidamos das intenções do monarca para com estes sobrinhos, que lhe prolongavam o irmão desaparecido, mas haveria certamente defronte dos despachos que firmava as contínuas solicitações da cunhada, solicitações que não raras vezes são mencionadas nos diplomas. Assim aconteceu, por exemplo, aquando da percepção, por D. Diogo, da renda de dez contos, assentada nos direitos de Beja e Moura, mercê anteriormente concedida a D. Fernando. Uma vez mais, o soberano aquiesceu, em carta datada de Arronches a 8 de Maio de 1475<sup>338</sup>, colocando todavia uma cláusula: a referida renda seria auferida até perfazer 14 anos de idade, momento em que mandaria então verificar se de facto a ela teria direito, acrescentando que, no caso de não existirem quaisquer objecções a renda ser-lhe-ia mantida, independentemente do assentamento a definir, igualmente a partir da mesma data. Ou seja, D. Diogo atingiria a maioridade e deveria ter casa própria. Certo é que, sendo então menor, a mãe conseguiu que a renda lhe fosse atribuída, independentemente de se averiguar do possível direito que lhe assistiria.

Observando a data destes diplomas não poderemos deixar de notar a eficácia da acção de D. Brites em tratar dos negócios que lhe convinham e aos seus. Assim, gere e rentabiliza o tempo e o espaço, não deixando escapar as oportunidades. Notamos que o documento a que aludimos, datado de Arronches a 8 de Maio de 1475, inscreve-se nos despachos que D. Afonso V faz enquanto prepara a entrada em Castela, onde iria desposar sua sobrinha, D. Juana. Sabendo de antemão que tal decisão iria carrear embates com os bandos nobiliárquicos que apoiavam a princesa Isabel, igualmente sua parente, o soberano estaria naturalmente apreensivo, contudo, não deixa de atender, e despachar favoravelmente, o pedido da cunhada que não pode/não quer aguardar o desfecho da aventura castelhana.

---

<sup>338</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 220v.

Quanto ao documento com data de 7 de Agosto de 1476, inscreve-se noutro momento marcante na vida do monarca. É firmado na cidade do Porto e reconhece-se o tempo da estada nesta cidade, em que D. Afonso V reuniu conselheiros para auscultar o seu parecer, nas vésperas da partida para França, em busca do apoio de Luís XI, com vista a reverter o resultado de Toro. D. Brites, integrando os membros do concelho, também aí compareceu, e uma vez mais não iria deixar fugir a ocasião de conseguir a carta que deixaria a sucessão da Casa fluir sem percalços. O Rei podia partir atrás de uma qualquer ilusão, que se saldaria por êxito ou fracasso, mas fosse qual fosse o desfecho da empresa o próximo soberano seria o *Príncipe Perfeito*, que já vinha dando mostras de não pactuar com a ambição desmesurada da nobreza. Importava pois agir rapidamente e no momento certo.

E do ponto de vista do monarca? As palavras endereçadas á Duquesa, insertas no trecho do documento que atrás transcrevemos, em nosso entender, veiculam um «contrato» estabelecido tacitamente entre ambos. A um favor corresponderia outro, ou seja D. Afonso V, que continua a perseguir o projecto castelhano, inscreve em escritura o apoio que a cunhada deveria prestar á sua empresa, *assy com sua pessoa e fazemda como com a gemte do dito seu filho*.

Dissemos que este último documento fora firmado no Porto, onde o Rei então se encontrava. Na cidade estava igualmente D. Brites, onde iria participar no conselho, então agendado. Refere o cronista<sup>339</sup> que o mesmo integrava os Grandes do Reino, e não identifica qualquer outro elemento feminino para além da Duquesa. É evidente que a Duquesa, pela sua linhagem se incluía no restrito grupo dos Grandes, mas quanto a nós, não nos parece que a sua presença fosse apenas resultante do facto de deter um estreito elo de parentesco com a Casa Real. Não era meramente a viúva do infante D. Fernando, nem a mãe de seus filhos, tão altamente colocados na hierarquia que encabeçavam as precedências<sup>340</sup>, que se apresentava nessa reunião restrita. Era D. Brites a quem se pretendia ouvir, donde já então se havia imposto ao clã familiar, ou seja, se a indicação da tutoria e curadoria dos filhos menores não fora propriamente uma atenção privilegiada para com D. Brites, porquanto outros casos houvera em que o mesmo fora concedido, conquanto fosse um reconhecimento da sua competência e sagacidade, uma vez que estava em causa a gestão não apenas do vasto património, mas da influência que poderia transmitir na formação dos filhos varões, outro

---

<sup>339</sup> PINA, Rui de, ob. cit., cap. CXCIII, p. 851.

<sup>340</sup> Todos os filhos da Duquesa, mesmo os que não detinham um título nobiliárquico precediam em assentamentos e cerimónias ao Duque de Bragança e a seu filho, D. Fernando, duque de Guimarães. CHAVES. Álvaro Lopes de, op. cit., p. 138-141.

tanto se não poderá dizer do reconhecimento do seu estatuto enquanto alguém a quem se convoca para pedir um parecer. Quão longe estamos agora do procedimento que fora adoptado para com a sogra da Duquesa, a rainha D. Leonor! É certo que as situações não eram equivalentes, agora não estava em causa o regimento do Reino, mas tratava-se de tomar uma decisão que, afinal, envolvia, ou poderia envolver, os destinos do mesmo, decisão em que se continha a quota-parte de cada conselheiro.

Saul António Gomes, ao abordar a questão, constata que os cronistas, que relatam o evento, omitem por completo as razões que poderiam explicar a entrada da Duquesa numa reunião em que pontuava o sexo masculino, mas quanto a si, não tem qualquer dúvida em afirmar que a presença de D. Brites se fundamenta na percepção que já então havia de que se estava perante uma personalidade que marcava no panorama político e que importava não afrontar, mas antes conservar do lado do poder central, opinião que vem de encontro á leitura que fizemos do diploma anteriormente referido.

O historiador salienta ainda não só o facto de seu filho D. Diogo, então com cerca de 11 anos, ser potencial herdeiro dos mestrados das Ordens de Santiago e de Cristo, as quais poderia fazer intervir em algum momento (e lembramos que ao tempo, dada à menoridade de D. Diogo, era a Duquesa quem na realidade as governava, com natural facilidade até porque os seus membros lhe eram afectos desde há muito<sup>341</sup>, integrando muitos deles a sua Casa), mas destaca igualmente a relação de grande proximidade que D. Brites mantinha com os Bragança, seus próximos familiares, e nomeadamente com a esfera castelhana. Na eventualidade de não se reunirem recursos e vontades bastantes que fizessem ressurgir o projecto castelhano na sua inteireza, ir-se-ia perfilar, a médio prazo, uma solução negociada, em que o apoio da Duquesa se revelaria indispensável<sup>342</sup>. (Tal veio de facto a suceder e foi primordial o papel que D. Brites desempenhou nas conferências de Alcântara, que permitiram a assinatura do Tratado de Alcáçovas-Toledo, fechando o ciclo da guerra entre os dois Reinos). Corroborando Saul António Gomes, diríamos que D. Brites, sendo «prima inter pares» era já uma figura simultaneamente reconhecida e temida.

Mas retornemos ao Ducado. Resolvida que estava a sucessão, a total contento da Duquesa, importava em seguida arrolar os senhorios e demais títulos que haviam sido pertença do infante D. Fernando.

---

<sup>341</sup> Nasceria e crescerá D. Brites junto da Ordem Militar de Santiago. Seu pai fora mestre, cargo que, na sequência do seu falecimento, seria transmitido a seu marido. Viveu nos paços da Ordem. Nada lhe era estranho.

<sup>342</sup> GOMES, Saul António, *ob. cit.*, p. 216.

Tal como referido, anteriormente, ao seu primogénito, D. João, haviam-lhe sido transmitidos todos os títulos e cargos<sup>343</sup>, que D. Fernando detivera, a que acresceu o senhorio e jurisdição, com ressalva da alçada, de Anafé<sup>344</sup>, cidade que o pai conquistara em 1469, numa das suas surtidas ao Norte de África<sup>345</sup>. Mas D. Diogo, 4.º duque de Viseu e 3.º duque de Beja, não seria contemplado de forma idêntica. De facto, o cargo de Condestável foi então outorgado a seu primo D. João, marquês de Montemor, que viu assim satisfeita uma pretensão de há muito reclamada pela Casa de Bragança, que se arrogava de natural sucessora de D. Nuno Álvares Pereira. Perdeu também o mestrado de Santiago, que o monarca entregou ao príncipe D. João.

Outro tanto não sucedeu com o cargo de fronteiro-mor, provisoriamente concedido a D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, por carta dada em Portalegre a 27 de Abril de 1475<sup>346</sup>. Não sentimos que nesta nomeação se procurasse reduzir ou de algum modo «beliscar» a Casa ducal, antes se elegera um perfil adequado à conjuntura então vivida. O rei preparava-se para entrar em Castela, no contexto do desenvolvimento do projecto de conquista da respectiva coroa, corporizada no casamento com sua sobrinha D. Juana, a que anteriormente nos referimos. Ora, o bispo D. Garcia de Meneses, conquanto membro do clero secular e erudito humanista<sup>347</sup>, era também um guerreiro, e tornava-se necessário guarnecer e fortificar as fronteiras, prevenindo os mais que expectáveis ataques<sup>348</sup>. Assim também o terá entendido a infanta D. Brites, que não se mostrou melindrada com a nomeação, talvez porque teria acordado com o soberano que a indicação de D. Garcia de Meneses era meramente uma questão pontual, episódica. É o que nos leva a crer o diploma de D. Afonso V esclarecendo que o cargo seria empossado em D. Diogo, logo que este atingisse a maioridade.

Não era todavia este, o caso das Ordens Militares. É certo que a D. Diogo não se negava o governo temporal da Ordem de Cristo, aliás delegado em sua mãe, durante a

---

<sup>343</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 292.

<sup>344</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fl. 136.

<sup>345</sup> PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. CLX, p. 816; Sobre a cidade de Anafé veja-se GODINHO, Vitorino Magalhães, *História económica e social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra Editora, 1947, p. 81-82.

<sup>346</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 68.

<sup>347</sup> Recordamos a oração que proferiu em Roma, a 31 de Agosto de 1481 perante o Papa Sisto IV, louvando o rei D. Afonso V. Veja-se a versão para português em RAMALHO, Américo Costa, *Latim Renascentista em Portugal. Antologia*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, p. 3-5.

<sup>348</sup> D. Garcia de Meneses tomara parte na batalha de Toro, integrando a retaguarda da ala do príncipe D. João. Em 1479 encabeçou as tropas portuguesas que em Mérida se confrontaram com D. Alfonso de Cárdenas, mestre de Santiago, que atacava as fortalezas pertencentes à condessa de Medellin, D. Beatriz Pacheca, apoiante de D. Afonso V e em 1480, foi-lhe confiado o comando da armada que deveria auxiliar o rei de Nápoles, que havia organizado a recuperação de Otranto, tomada pelos Turcos. PINA, Rui de, op. cit., cap. CXCII, p. 848-849, cap. CCV, p. 866-867; cap. CCX, p. 877-878.

menoridade do titular, conforme breve *Nuper carissimo*, de 19 de Junho de 1475, que o Papa Sisto IV dirigiu à Duquesa<sup>349</sup>, que diga-se dispunha de poderosos apoios na sede da Igreja, contando desde logo com a solicitude do cardeal D. Jorge da Costa<sup>350</sup>, personalidade muito próxima da sua Casa e benquisto o Papa, mas o «desvio» da Ordem de Santiago para outras mãos, mesmo que estas fossem as do príncipe real, significava uma redução, melhor dizendo uma diminuição nos pergaminhos da Casa. D. Brites, que nascera e crescera no seio da Ordem de Santiago, deve ter-se sentido espoliada de um bem precioso que talvez cresse que «de direito» lhe pertencia. Não perdeu, contudo, a esperança de recuperar, aguardando uma oportunidade favorável, mitigada embora por uma Ordem também de igual prestígio. Assim, no momento em que D. João deixou de ser príncipe para passar a ser rei, logo D. Brites requereu o mestrado da Ordem de Avis, igualmente na posse de D. João II<sup>351</sup>, para o filho mais moço, D. Manuel. Escusando-se com o depauperamento do Reino, o monarca recusou o pedido<sup>352</sup>.

Não seriam, contudo, tais vezes que iriam abater a Duquesa, que continuava a encabeçar uma das mais poderosas, senão a mais poderosa, Casa senhorial. Mais tarde, na sequência da traição de D. Diogo, perderia o senhorio de Serpa e Moura, emergindo então o ducado de Beja, maculado que fora o título de Viseu. Mas o tempo se encarregaria de demonstrar que a Casa não seria abatida, antes enaltecida com a ascensão de D. Manuel ao trono português.

---

<sup>349</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 118v; IDEM. *Leitura Nova. Livro de mestrados*, fl. 153-153v; IDEM. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro 312, fl. 27. Documento publicado por DINIS, A. J. Dias, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, Coimbra, 1960, p. 502-503.

<sup>350</sup> A biografia do prelado foi tratada por MENDONÇA, Manuela, *D. Jorge da Costa. Cardeal de Alpedrinha.*, ob. cit.

<sup>351</sup> D. João sucedera a seu primo D. Pedro no governo da Ordem de Avis, para o que obtivera o sancionamento do Papa Paulo II, através da bula *Cessant nuper* de 10 de Setembro de 1468. AN/TT, *Ordem de Avis*, doc. 30. Veja-se também FONSECA, Luís Adão da, «Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV», in *Jornadas sobre Portugal medieval*. Leiria: Câmara Municipal, 1983, p. 300; PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal, 2002, p. 54.

<sup>352</sup> CHAVES, Álvaro Lopes, ob. cit., p. 265-266; MENDONÇA, Manuela, *D. João II...*, p. 256.

## II. 2. Manter a Casa emteyra e juntamente

No diploma de 7 de Agosto de 1476, a que anteriormente nos referimos, D. Afonso V declarava a sua intenção em manter a Casa de Viseu-Beja *emteyra e juntamente*, sempre acrescentada e nunca diminuída. Ora, em nosso entender, tais palavras vinham de encontro ao verdadeiro objectivo que a Duquesa perseguia, que não se esgotava na manutenção do Ducado na sua linhagem, mas pretendia o seu engrandecimento.

Tal objectivo, aliás transversal a toda a trajectória da Casa de Viseu-Beja, não se permitia ócios, conforme se demonstra pela carta de segurança, datada de Lisboa, a 2 de Julho de 1471, em que D. Afonso V, satisfazendo um requerimento apresentado pela cunhada, afiançava que não faria doação, nem tomaria para si as terras de Penalva, Gulfar, Tarouca, Larim, Bem Viver, terra de Sul, Reriz e Seia, sitas na comarca da Beira, que vinham por direita sucessão ao duque D. João, as quais em vida do Infante D. Henrique haviam sido dadas a alguns fidalgos e outras pessoas, como penhor de dívidas ou como objecto de negócio<sup>353</sup>. Mais tarde, em 1473, ao fazer doação ao duque D. Diogo, em sua vida, das ilhas do Porto Santo e Deserta, na sequência do falecimento do duque D. João, o monarca volta a referir que *nom deuermos tirar nem deminujr daquellas coussas que o duque sseu jrmaão que deus aja de nos auia*<sup>354</sup>. Seriam palavras compensatórias de quem havia retirado da Casa Ducal o mestrado de Santiago?

O património material da Casa Ducal estendia-se pelas comarcas da Beira, da Estremadura, do Alentejo e do Algarve, abarcando as ilhas recém-descobertas dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde, bem como em África, a cidade de Anafé. Poderia ainda vir a aumentar com eventuais novas terras, caso fosse encontrada uma ilha que a Duquesa tinha intenção de mandar buscar, ilha de que seu marido tivera conhecimento e que ao tempo ainda não se encontrara, desde que o Rei dela fizesse mercê a seus filhos. Sobre o caso, mais uma vez D. Afonso V satisfaria o pedido da cunhada, deferindo-lhe a pretensão, por carta datada de Évora, a 12 de Janeiro de 1473<sup>355</sup>, na condição de que a descoberta se fizesse a expensas da Duquesa, ou de seus filhos, considerando ainda que a outorgava *pera cada huu dos dictos sseus filhos assy como o duque seu filho nosso muyto amado e prezado sobrinho de Nos tem as outras ylhas*. Tratava-se, pois, em nosso entender, de uma doação

<sup>353</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 292.

<sup>354</sup> Carta de D. Afonso V dada em Évora a 11 de Janeiro de 1473 (AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 33v; IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 290; *Descobrimientos Portugueses*, livro 3, doc. 90, p. 123-124).

<sup>355</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 33v; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 3, doc. 91, p. 124.

ambígua, ou seja, na carta de mercê das ilhas do Porto Santo e Deserta, ao duque D. Diogo, feita a 11 de Janeiro de 1473, declarava-se expressamente que esta vigoraria apenas em sua vida, sem se prever transmissão a descendentes.

A importância da detenção dos senhorios das ilhas do Atlântico não se quedava unicamente no cômputo dos bens patrimoniais, se bem que transmitissem prestígio e grandeza espelhada na «identificação» dos seus possuidores, mas interessava igualmente as rendas e tributos que as ilhas proporcionavam, em particular a Madeira, que não era de menosprezar.

Os bens de raiz, que compunham o património, provinham, da parte da Duquesa, da herança de seus antepassados, herança que fora adquirindo por direito de sucessão dos familiares directos: seus irmãos D. Diogo, falecido em 1443, solteiro e sem geração<sup>356</sup> e D. Filipa, que também não tomou estado<sup>357</sup>. É certo que a primeira herdeira de D. Diogo seria, e era, D. Isabel, a irmã maior, mas esta era rainha de Castela, pelo que D. Afonso V entendeu comprar-lhe a herança por 60 mil florins de ouro do cunho de Aragão<sup>358</sup>, evitando o seu desvio para futuras mãos castelhanas, com todo o perigo daí adveniente, oferecendo-a a seu irmão como dote de casamento, que o mesmo é dizer recairia na posse de D. Brites. A doação régia incluía<sup>359</sup>:

- a vila de Almada<sup>360</sup>;
- a vila de Loulé e seus termos, com as rendas e direitos, incluindo os tributos de mouros e cristãos que lavrassem no reguengo<sup>361</sup>. Em contrapartida das rendas da mouraria de Loulé, D. Manuel I, por carta dada em Lisboa, a 22 de Março de 1498, fazia doação a sua mãe da dízima nova dos pescados de Sesimbra<sup>362</sup> e por carta de

---

<sup>356</sup> PINA, Rui de, *op. cit.*, cap. LXXXII, p. 689; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, liv. 3, p. 91.

<sup>357</sup> Diz-se que lhe fora contratado casamento com seu tio, D. Afonso, marquês de Valença, mas o alegado noivo falecera entretanto. LEÃO, Duarte Nunes de, *op. cit.*, cap. XIII, fl. 48. A realizar-se o enlace, adentro da mesma lógica endogâmica que caracterizara outras uniões, estava-se cada vez mais a enovelar os descendentes de D. João I e do seu bastardo.

<sup>358</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 18-18v, 47-48v; *Livro quarto de místicos*, fl. 83-85v.

<sup>359</sup> Os documentos que se referem ao afirmado na nota anterior não especificam os bens relativos à herança, pelo que nos baseámos na informação constante em SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, p. 17-23, cruzada com as cartas régias de confirmação posteriormente solicitadas e obtidas por D. Brites. Igual metodologia foi utilizada por LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 29.

<sup>360</sup> Confirmação de D. João II, dada em Sintra, a 2 de Dezembro de 1485, reconfirmada por D. Manuel I em Alenquer, a 21 de Outubro de 1496. AN/TT, *Livro primeiro de místicos*, fl. 19v-21.

<sup>361</sup> Carta de D. João II, dada em Sintra, a 3 de Dezembro de 1485 e confirmada por D. Manuel I em Setúbal a 21 de Junho de 1496. IDEM, *Ibidem*, fl. 40v-41.

<sup>362</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 85-86v.

27 de Março do mesmo ano, ainda sob o mesmo propósito, far-lhe-ia mercê de 22 454 reais de tença, assentados na vintena da Guiné<sup>363</sup>:

- as terras e julgados de Lousada e de Paiva<sup>364</sup>;
- o montado de Campo de Ourique, com todo o direito do cardo e do verde<sup>365</sup>;
- a quintã e paço de Belas, com todas as suas rendas, foros, tributos e igrejas<sup>366</sup>. Aí se encontravam as minas do Suímo, designação tomada, por extensão, do monte onde se localizavam, donde se extraíam pedras semi-preciosas, nomeadamente jacintos<sup>367</sup>;
- a quintã denominada «dos Senhores do Infantado» e respectivo paço em Azeitão<sup>368</sup>;

---

<sup>363</sup> AN/TT, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 84-84v. A tença seria legada pela Duquesa ao Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja, aquando da instiuição da capela no cenóbio. AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>364</sup> Confirmação de D. João II, dada em Sintra, a 2 de Dezembro de 1485, reconfirmada por D. Manuel I em Alenquer, a 21 de Outubro de 1496. AN/TT, *Livro primeiro de místicos*, fl. 19v-21.

<sup>365</sup> Confirmação de D. João II, dada em Sintra, a 7 de Dezembro de 1485, e reconfirmada por D. Manuel I, na quinta de Barra a Barra, a 4 de Julho de 1496. IDEM, *Ibidem*, fl. 45v-46. A primeira carta de D. João II seria ainda reconfirmada em Sintra a 31 de Dezembro de 1485. IDEM, *Ibidem*, fl. 21-23v.

<sup>366</sup> A quintã e paço de Belas inscreviam-se numa mercê de D. João I a seu filho, o infante D. João, como dote de casamento. Tais bens haviam pertencido inicialmente a Diogo Lopes Pacheco, um dos implicados no assassinato de D. Inês de Castro, e então confiscados por D. Pedro I, mas que voltariam à sua posse, face á reabilitação do mesmo, em 1372, por D. Fernando (AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 109v). A mercê seria confirmada por D. João I, por cartas dadas em Coimbra, a 15 de Abril de 1385 e em Santarém, a 1 de Setembro do mesmo ano (AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 135-135v, 85-85v, respectivamente). Passariam depois á posse do filho do beneficiado, João Fernandes Pacheco, guarda-mor do rei, mas a quem haveriam de ser posteriormente retirados por haver tomado o partido de Castela (LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, edição prefaciada por António Sérgio, vol. 1. Porto: Livraria Civilização, 1945, cap. XCIII, p. 221, cap. CXVI, p. 226-228, cap. CLXI, p. 346; cap. CLXVII, p. 365-366; cap. CLXXXIII, p. 394), tendo então o soberano, por carta lavrada no Porto a 10 de Abril de 1398, feito doação a Gonçalo Pires, vedor da fazenda régia (AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 142-143v). Entendendo dotar o filho homónimo, por ocasião do seu casamento, D. João I adquirira a quintã e paço a Maria Anes, viúva do anterior beneficiado (AN/TT, *Gaveta 13*, maço 4, doc. 12), fazendo mercê ao Infante. (AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 42v). D. João II confirmou a mercê, por carta dada em Sintra, a 1 de Dezembro de 1485. Seria posteriormente reconfirmada por D. Manuel, em Setúbal, a 17 de Junho de 1494. AN/TT, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 45-45v.

<sup>367</sup> Os jacintos, pedras preciosas compostas por quartzo, foram muito apreciados na época pela variedade de cores que podiam apresentar, sendo a principal o alaranjado.

<sup>368</sup> O senhorio pertencera a D. João I que, por escritura lavrada em Évora, a 7 de Maio de 1421, o aforara em três vidas a Álvaro Anes, por duas coroas de ouro anuais (AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 24). O infante D. João adquirira o foro por 28 000 reaes brancos e uma peça de pano, obtida a autorização de venda e emprazamento do monarca, em 4 de Setembro de 1427, tendo iniciado a construção dos primeiros edifícios (MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, ob. cit., p. 110). Em 1433, por carta lavrada em Sintra a 28 de Agosto, o rei D. Duarte, doaria a quintã ao irmão, em regime de juro e herdade. Carta inserta na confirmação de D. João II dada em Sintra, a 7 de Dezembro de 1485 e reconfirmada por D. Manuel I em Alcochete, a 24 de Julho de 1496. AN/TT, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 46-47. Refira-se que, a partir do século XVII, a quinta foi conhecida com o epíteto «da Bacalhoa», aludindo a D. Maria de Mendonça e Albuquerque, casada com D. Jerónimo Manuel, por alcunha *o Bacalhau*. D. Maria de Mendonça era descendente de Brás de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque, que em 1528 adquirira a quinta e o paço aos 3.ºs marqueses de Vila Real, D. Pedro de Meneses e D. Brites de Lara, bisneta da Duquesa de Beja. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 203, 205-206.

- o reguengo e lugar de Colares<sup>369</sup>;
- as rendas e direitos de Serpa<sup>370</sup>;
- a quinta de Alagoa Alva, coutada com todas as herdades, ribeiras e águas, sita no termo de Santarém<sup>371</sup>.

A este património, já de si extenso, juntavam-se as doações que haviam sido feitas ao infante D. Fernando, quer por seu irmão, o rei D. Afonso V, quer pelos tios: o infante D. Henrique, que perfilhara o sobrinho<sup>372</sup>, e o infante D. Fernando, que de acordo com Rui de Pina, também o havia perfilhado<sup>373</sup>.

No elenco que a seguir apresentamos, não iremos incluir a doação feita a 19 de Novembro de 1464 da vila e castelo de Lagos, com seu termo, rendas, direitos, jurisdição do cível e do crime, ressalvadas a correição e alçadas e a dízima nova, por haverem constituído dote de casamento de D. Leonor<sup>374</sup>:

- o senhorio da vila de Beja, de juro e herdade, com jurisdição do cível e do crime, rendas e direitos reais<sup>375</sup>;
- o senhorio da vila de Serpa, de juro e herdade, incluindo o castelo, direitos e jurisdição cível e crime, *mero e misto império*, ressalvando a correição e alçada<sup>376</sup>;

<sup>369</sup> O reguengo e lugar de Colares, com todas as suas rendas, foros e jurisdições, havia sido uma doação que D. Afonso, conde de Ourém, por escritura lavrada em Coimbra, a 7 de Novembro de 1424, fizera a sua irmã, D. Isabel, extensível a seus herdeiros, por ocasião do casamento desta com o infante D. João. A posse de Colares havia pertencido a D. Afonso por carta testamentária de partilha de bens feita pelo avô de ambos, o condestável D. Nuno Álvares Pereira. Cf. SOUSA, D. António Caetano de, *op., cit.*, tomo 2, p. 88; Idem, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 1, livro 3, prova nº 35, p. 182-187. O documento, que integra também o acordo e consentimento do outro irmão, D. Fernando, bem como a outorga por parte do pai, D. Afonso, ainda então conde de Barcelos, foi confirmado por D. João I, em Coimbra a 4 de Novembro de 1424. D. João II confirmaria a mercê, por carta dada em Sintra, a 1 de Dezembro de 1485, reconfirmada por D. Manuel I, em Alcochete, a 29 de Julho de 1496. AN/TT, *Leitura nova, Livro primeiro de místicos*, fl. 44-45.

<sup>370</sup> Confirmação de D. João II, por carta dada em Sintra, a 1 de Dezembro de 1485. A mercê seria reconfirmada por D. Manuel I, por carta datada de Setúbal, a 17 de Junho de 1494. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 45-45v.

<sup>371</sup> AN/TT, *Leitura nova. Livro segundo de místicos*, fl. 201-201v.

<sup>372</sup> Alvará e primeiro testamento lavrado em Estremoz, a 7 de Março de 1436, e confirmado pelo rei D. Duarte, no mesmo local e data. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118v; IDEM, *Leitura nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 56v. Documento publicado in, *Monumenta Henricina*, vol. 5, p. 205-207, vol. 14, p. 108-109.

<sup>373</sup> Narra o cronista que foi a tática usada pelo Infante, bem como por seu irmão, D. Henrique, para envolver a rainha D. Leonor, como cúmplice, a fim de obter a anuência do rei à passagem a África, visando a conquista de Tânger (PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. XIII, p. 520).

<sup>374</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 51; IDEM, *Leitura nova. Livro segundo de místicos*, fl. 76v; SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 1, livro 2, p. 224-230.

<sup>375</sup> Confirmação dada em Beja a 10 de Agosto de 1480. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26, fl. 136v; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 3, doc. 156, p. 240-241.

- o senhorio da vila de Moura<sup>377</sup>, de juro e herdade, em conformação com a Lei Mental;

Relativamente às três vilas, refira-se a confirmação régia, dada a 30 de Maio de 1480, a solicitação de D. Brites<sup>378</sup>.

- a alcaidaria do castelo de Beja<sup>379</sup>;
- a vila de Gouveia, com todas as suas rendas, direitos, foros, jurisdição do cível e do crime, mero e misto império<sup>380</sup>;
- a alcaidaria da cidade de Viseu, com suas rendas e direitos, ressalvando-se apenas as sisas gerais, a imposição dos vinhos e o serviço novo dos judeus<sup>381</sup>;
- o senhorio da Covilhã<sup>382</sup>;
- as terras de Penalva, Gulfar, Tarouca, Lalim, Sul de Reriz, Seia<sup>383</sup>, Lafões, Vila Cova de Valezim, Matança, Folhadal, Aldeia das Lageas, Quinta de Calvos, Terra de Sá,

---

<sup>376</sup> Carta de 18 de Fevereiro de 1457. AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 21v., publicada in, *Monumenta Henricina*, vol. XII, p. 187. Não obstante a data do documento, admite LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., a p. 40-41 que a doação de Serpa se tenha verificado logo em 1453, baseando-se na narrativa de Rui de Pina que refere a doação conjunta das três vilas em 1455, bem como a referência a senhor de Serpa em carta datada de 9 de Novembro de 1455 emitida por Alfonso, *el Magnânimo*, tio do Infante, ao recomendar-lhe o seu emissário Vasco de Gouveia.

<sup>377</sup> Doação feita na sequência do regresso do Infante de uma surtida ao Norte de África, para a qual não havia obtido o consentimento do Rei. PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CXXXIV, p. 767.

<sup>378</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fl. 131.

<sup>379</sup> Obtida por escambo celebrado entre o infante D. Fernando e D. Duarte de Meneses, levando este as lezírias e barrocais da Redinha, sitas no almoxarifado de Santarém, com todas as rendas e direitos. AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 223v-224.

<sup>380</sup> Carta régia de 6 de Maio de 1460, reportando-se ao facto do senhorio da vila se encontrar vago, por morte de Mossem Vasco de Gouveia, membro do conselho régio. AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 229v. Publicada por DINIS, António Joaquim Dias, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, Coimbra, 1960, p. 443-444. A vila pertencera anteriormente ao Infante D. Henrique, de juro e herdade. D. Afonso V adquirira-a, por escambo de direitos reais e rendas de terras localizadas desde a foz de Silves até Lagos, doando-a a Vasco de Gouveia em compensação de parte de uma tença prometida por casamento e que ainda não fora paga. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 46; livro 27, fl. 17v; IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 155v; *Livro quarto de místicos*, fl. 155; *Monumenta Henricina*, vol. 7, doc. 231, p. 340-344; vol. 13, doc. 38, p. 57-58.

<sup>381</sup> Carta régia de 7 de Fevereiro de 1471; AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 249v.

<sup>382</sup> Não foi localizada a carta de doação a D. Fernando, da vila da Covilhã, que pertencera ao infante D. Henrique, situação de que também se deram conta MENDONÇA, Manuela, «A integração da Covilhã no património do infante D. Henrique. Um problema histórico», in *Cidades, vilas e aldeias de Portugal...*, p. 139-149; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do infante D. Henrique ...*, p. 91-92). Contudo, não subsistem quaisquer dúvidas de que integrava o património da Casa Ducal, não só pela constante intitulação do Infante e seus descendentes, como também pelo facto de em várias cartas régias se fazer menção do senhorio, como por exemplo, na carta de privilégio dada por D. Afonso V, a 24 de Maio de 1463, para a exploração da ferraria no Teixoso, em que se menciona expressamente que a mesma se localizava no termo da sua vila da Covilhã. Documento publicado por VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Artes e industrias metallicas em Portugal. Minas e mineiros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904, p. 32-33.

<sup>383</sup> AN/TT, *Leitura nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 292.

- S. Romão, Agualva, Besteiros, Celorico e Valdigem, Linhares e os coutos da Guarda e de Celorico da Beira<sup>384</sup>;
- a vila de Salvaterra de Magos, a lezíria de Romão e os direitos régios de Sacarabotão<sup>385</sup>;
  - o serviço real e novo dos judeus de Santarém e seu termo, o relego das vinhas da vila e seu termo e o direito dos mouros da sua mouraria<sup>386</sup>;
  - a exploração das saboarias brancas e pretas do Reino, em monopólio do fabrico e venda do sabão<sup>387</sup>;
  - a exploração de uma ferraria, sita no Teixoso, termo da Covilhã<sup>388</sup>;
  - o arquipélago dos Açores: ilhas de São Luís (depois denominada Faial), São Dinis (nome dado à ilha do Pico, na fase henriquina), São Jorge, São Tomás e Santa Iria (posteriormente denominadas Flores e Corvo, respectivamente), Jesus Cristo (depois denominada Terceira), Graciosa, São Miguel e Santa Maria, com seus rendimentos, direitos, jurisdição cível e crime<sup>389</sup>;
  - o arquipélago da Madeira: ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta<sup>390</sup>;

<sup>384</sup> IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fl. 17; liv. 27, fl. 7; IDEM, *Leitura nova. Livro segundo de místicos*, fl. 106v.

<sup>385</sup> Estes bens haviam pertencido ao infante D. Fernando, tio do duque de Beja (AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 126; IDEM, *Leitura nova. Livro quarto de místicos*, fl. 139). Na escritura que contem o testamento elaborado por ocasião da partida para o Norte de África, o Infante elenca exaustivamente os legados a diversas entidades, não especificando a doação ao sobrinho, referindo apenas que «*herde de meus bens moveis e de rays todo o que sobejar*». SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real*, tomo 1, liv. 3, prova n. 38, p. 219. *Veja-se também* DINIS, António Joaquim Dias, *Em torno dos testamentos do Infante Santo*. Lisboa, 1970.

<sup>386</sup> Carta régia de 15 de Janeiro de 1468. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 51.

<sup>387</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 249v.

<sup>388</sup> A ferraria deveria ser de dimensão significativa, porquanto o soberano concedia ao Infante licença para contratar os mineiros que entendesse, até ao limite de 50. Mais tarde, a 26 de Março de 1489, D. João II iria isentar o duque D. Manuel do pagamento de sisa, ou outro tributo, que incidisse sobre a venda do ferro proveniente da jazida. AN/TT, *Leitura Nova, Livro segundo de místicos*, fl. 102v-103; *Livro terceiro de místicos*, fl. 37. Sobre o assunto *veja-se também* CASTRO, Armando de, «Ferrarias», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, p. 559-561; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 67; MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 52, 57, 114, 120, 143, 147; VITERBO, Francisco Marques de Sousa, ob. cit., p. 37-38.

<sup>389</sup> As ilhas Graciosa e Jesus Cristo integraram o património ducal por doação do infante D. Henrique ao afilhado, feita a 22 de Agosto de 1460, com reserva da espiritualidade e da vintena para a Ordem de Cristo, e confirmada por D. Afonso V a 26 do mesmo mês. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118; IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 155v. Documento publicado in *Monumenta Henricina*, vol. 13, p. 336-338; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, doc. 450-451, p. 575-576. A 3 de Dezembro de 1460, D. Afonso V reconfirmaria a doação das referidas ilhas e faria mercê de todo o arquipélago. AN/TT, *Leitura nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 58v-59.

<sup>390</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 58v.

- as ilhas de S. Tiago, S. Filipe, Maia, S. Cristóvão, Sal, Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Santa Luzia e Santo Antão, e os ilhéus Branco e Raso, no arquipélago de Cabo Verde<sup>391</sup>;
- o senhorio de Anafé, em regime de juro e herdade, de mero e misto império, com toda a sua jurisdição civil e criminal e sem reserva de alçada para o rei<sup>392</sup>.
- umas casas, sitas em Lisboa, na Rua de D. Maria, defronte das carniçarias velhas<sup>393</sup>.

Para além das mercês especificadas, o soberano, concedia ainda:

- as minas de ouro, prata ou outro qualquer metal que fossem descobertas nas suas terras, que se poderiam abrir, lavrar e extrair os metais, com isenção do pagamento de quaisquer direitos<sup>394</sup>;
- o direito à ilha avistada por Gonçalo Fernandes, ao regressar das pescarias do Rio do Ouro, que se localizava a noroeste das Ilhas Canárias e da Ilha da Madeira<sup>395</sup>.

<sup>391</sup> IDEM, *Leitura nova. Livro segundo de místicos*, fl. 152-152v; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 3, doc. 22, p. 33-34.

<sup>392</sup> Carta régia dada em Óbidos, a 3 de Julho de 1472, ao duque D. João. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 122; IDEM, *Livro segundo de místicos*, fl. 72. Documento publicado in, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 3, doc. 85, p. 115. No texto do documento o monarca justifica a doação recordando que Anafé fora «filhada» por seu irmão D. Fernando e referindo o grande desejo que o mesmo sempre demonstrara em prosseguir a guerra contra os infiéis.

<sup>393</sup> AN/TT, *Leitura nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 59-59v. Na carta régia de doação das referidas casas, alude-se à utilização que D. Fernando delas faria: serviriam para aí colocar «*cousas de seu serviço*», as quais «*cousas*» não são reveladas no documento. Cremos, na esteira de LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. *cit.*, p. 31, que nas ditas casas se iriam armazenar produtos ou artefactos ligados às suas actividades comerciais. Por outro lado, e considerando que o Infante dispunha, pelo menos, de uma nau que comerciava com a Flandres, gozando de privilégios, e que essa mesma nau, ou outra, navegava com frequência no Mediterrâneo, entregando-se a actividades de corso, era de toda a vantagem deter um posicionamento em pontos de interesse. Oras as carniçarias velhas localizavam-se na freguesia da Madalena, junto da Ribeira de Lisboa, vizinhando com as ruas onde estanciavam preferencialmente os mercadores. Acresce ainda referir o empenhamento de D. Fernando no descobrimento de novas terras, que iria culminar na obtenção do senhorio das ilhas de Cabo Verde. Cf. *Documentos das chancelarias reaes anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, publicados por Pedro de Azevedo, vol. 2, p. 669, 687, 694; ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. CXIX, p. 282; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, doc. 392, p. 41; Idem, *Suplemento ao vol. 1*, doc. 1195, p.80. *Monumenta Henricina*, vol. 12, doc. 121, p. 121; CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. A Ribeira de Lisboa*, Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1879, vol. 2, p 104; vol. 3. p. 173, 186; COELHO, António Borges, *Ruas e gentes na Lisboa quinhentista*. Lisboa: Caminho, 2006, p. 67; FONSECA, Luís Adão da, *Navegación y corso en el Mediterráneo Occidental: los Portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona. Universidad de Navarra. Faculdade de Filosofia y Letras, 1978, p. 12, 17-18; GONÇALVES, Iria, «Na ribeira de Lisboa em finais da Idade Média», in *1383-1385 e a Crise geral dos séculos XIV e XV. Jornadas de História Medieval*. Lisboa: História & Crítica, 1985, p. 59-67.

<sup>394</sup> Carta de D. Afonso V dada em Lisboa, a 15 de Setembro de 1473. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 200.

<sup>395</sup> Carta datada de 29 de Outubro de 1462. AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 155. O infante D. Fernando invocara então a carta régia de 10 de Novembro de 1457 (AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118v; IDEM, *Leitura nova. Livro segundo de místicos*, fl. 156v. Publicado in, *Descobrimientos Portugueses*, em que seu irmão, o Rei, prometia conceder-lhe, para si e seus descendentes, qualquer ilha que

Poder-nos-ia parecer que havíamos esgotado o inventário dos bens móveis e de raiz, mas havia ainda artigos a mencionar. Lamentando que não nos fosse possível localizar a chancelaria e o testamento da Duquesa, que trariam informação mais completa, socorremo-nos dos documentos do cartório do Mosteiro de Santa Maria da Conceição<sup>396</sup>, instituição monástica de sua fundação e de quem que seria a grande beneficiária, onde pudemos comprovar que a Duquesa aumentara o património, que já detinha. Assim, acrescentar lhe-ia, pelo menos, os seguintes bens, todos localizados no Alentejo:

- umas casas de morada sitas em Beja, no arrabalde de Santiago, *no cabo da Corredoura*, que confrontavam de uma parte com casas de João Gonçalves, ferrador, e da outra parte com Estevão Fernandes, carnicheiro da Duquesa, entestando com o Rocio da Corredoura<sup>397</sup>;
- umas casas de morada com seu quintal, sitas dentro da cerca da vila de Beja, adquiridas a Nuno de Góis e sua mulher, por 70 mil reais brancos<sup>398</sup>;
- umas casas, sitas também em Beja, na Rua do Touro, que anteriormente haviam pertencido à aposentadoria, adquiridas por 4 400 reais brancos<sup>399</sup>;
- umas casas, *as quais são quatro e um corredor*, sitas dentro da cerca da vila de Moura, à porta de Mértola, adquiridas a Fernão Anes e a sua mulher, Teresa Vaz, pelas quais pagou 11 000 reais brancos<sup>400</sup>;

---

por si, ou por seus servidores, fosse avistada, com todos os poderes, ressaltando a alçada crime que implicasse morte ou talhamento de membros.

<sup>396</sup> ADEJA, *Convento da Conceição. Coleção de Escrituras*; IDEM, *Tombo dos bens, propriedades, foros e rendas do Real Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Beja*; AN/TT, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*.

<sup>397</sup> AN/TT, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842. Tratava-se de uma doação feita à Duquesa por D. Manuel, conforme a mesma refere, em data que não pudemos apurar, por não havermos localizado o documento, não obstante a investigação, tanto quanto possível exaustiva, levada a efeito. Constaram as casas dos legados de D. Brites ao Mosteiro de Santa Maria da Conceição, ao instituir a sua capela, conforme documento (traslado) referido. Outros traslados idênticos foram localizados: ADBEJA, *Convento da Conceição. Coleção de escrituras*; liv. 1, fl. 84v-98; liv. 2, fl. 1-16; BNP, RES Cod. 8402. Documento publicado por BELÉM, Frei Jerónimo de, *Crónica seráfica da Santa Província dos Algarves da regular observancia do nosso Serafíco Padre S. Francisco*, parte terceira. Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1755, p. 486-498 e por SALGADO, Anastásia Mestrinho; SALGADO, Abílio, *Testamento da Infanta D. Beatriz (Duquesa de Beja)...*;1988; Idem, *O espírito das Misericórdias ...*, p. 39-60, que transcrevem a cópia custodiada na Biblioteca Nacional, acima referida.

<sup>398</sup> Escritura lavrada em Beja a 24 de Julho de 1472. As referidas casas partiam de uma parte com o Mosteiro de Santa Maria da Conceição, da outra com casas dos vendedores, entestando por detrás com casas do citado Mosteiro e pela parte da frente com a Rua dos Mercadores. AN/TT, *OFM. Província do Algarve. Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 33.

<sup>399</sup> Alvará da Duquesa emitido em Beja a 19 de Fevereiro de 1473. IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 35.

<sup>400</sup> Escritura lavrada em Beja a 19 de Maio de 1487. IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 79.

- quatro casas de morada, sitas na vila de Serpa: aforadas a Henrique Vaz, cristão-novo, a João Rodrigues, genovês, a Lopo Álvares e a Paio Rodrigues, os quais pagavam de foro uma arroba de cera, sendo que o último mencionado pagava meia arroba<sup>401</sup>;
- umas casas de morada, sitas em Beja, junto ao Mosteiro de Santa Maria da Conceição, que haviam pertencido a Pero Godinho<sup>402</sup>;
- o reguengo do termo de Beja<sup>403</sup>;
- uma herdade sita em Albernoa, termo de Baleizão, que pertencera a Fernão Pereira, fidalgo da casa do Duque de Bragança e alcaide-mor da vila de Borba e a sua mulher Leonor de Brito, recebida por escambo pela saboaria de Elvas, sendo a respectiva escritura lavrada em Moura, no castelo de menagem, a 5 de Abril de 1483. O diploma refere que aí se encontravam o príncipe D. Afonso e a infanta D. Isabel<sup>404</sup>, donde se comprova que os negócios atinentes às Terçarias não desviavam a Duquesa dos seus próprios interesses;
- uma herdade localizada em Brinches, no termo de Beja, adquirida ao contador Rui da Fonseca, avaliada em 4 000 reais<sup>405</sup>;
- a herdade da Arruda, sita no termo de Beja, que partia *de longuo* com herdade de Rui Dias Bocarro e que com terras que haviam pertencido a Rodrigo Toscano e entestava com terras de Vale de Pegas, pelo sesmo do reguengo e pela ribeira de Quintos, adquirida a Afonso da Costa e sua mulher Isabel Matos, por 18 000 reais brancos, por escritura lavrada em Beja a 7 de Agosto de 1488<sup>406</sup>. Sabendo que a herdade andava aforada a Fernão Eanes e sua mulher Margarida Fernandes, por um moio de trigo anual, a liquidar no dia de Santa Maria de Agosto, a Duquesa, no dia anterior, havia comprado o foro por 19 000 reais brancos<sup>407</sup>;

<sup>401</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 22, doc. 842; ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Tombo dos bens, foros e propriedades ...*, liv. 11, fl. 72-72v.

<sup>402</sup> AN/TT, *Leitura Nova, Livro segundo de místicos*, fl. 119-120. Mercê de D. João II à Duquesa, por carta dada em Beja, a 17 de Março de 1485, que satisfazia o desejo de D. Brites em ampliar a área do Mosteiro.

<sup>403</sup> Doação de D. Manuel, enquanto duque de Beja, dada em Setúbal, a 10 de Setembro de 1483 e posteriormente confirmada a 1 de Julho de 1496. IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 34-34v.

<sup>404</sup> O instrumento de posse da herdade foi lavrado, no termo de Beja, a 15 de Julho do mesmo ano., IDEM, *OFM. Província dos Algarves. Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 67. Seria igualmente legada ao Mosteiro de Santa Maria da Conceição.

<sup>405</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 22, doc. 842.

<sup>406</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 82.

<sup>407</sup> Escritura lavrada em Beja a 6 de Agosto de 1488. IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 81.

- a herdade da Lobata, sita no termo de Serpa, sobre a Ribeira de Odiana, que confrontava em três partes com D. Isabel de Meneses, viúva de D. Fernão Pereira, e por outra parte com caminho público que vinha da dita vila para a barca, a qual rendia cerca de vinte e cinco moios de pão<sup>408</sup>;
- a herdade de Odiarça, confrontando com herdades pertencentes aos moradores do sítio do Chafariz, com a herdade do Fuseiro e com terras de Afonso Anes Travanca, que rendia quatro moios de trigo, adquirida a João Godins, filho de Francisco de Brito<sup>409</sup>;
- a herdade do Paço do Baleizão, sita no termo da vila e metade da horta localizada junto à referida herdade, comprada a Nuno Pereira, fidalgo da casa real, morador em Serpa, e a sua mulher D. Isabel de Góis<sup>410</sup>;
- a herdade de Vale Bom, localizada no termo de Beja, com sua horta, que rendia 7 000 reais, a qual partia da parte do comprimento com a Ribeiro da Faleira, entestava com a herdade da Rotea, propriedade de Fernão Rodrigues Barroso, confrontava da outra parte com herdade do Estudo de Lisboa, donde ia partindo com herdade da Fonte da Rata, até chegar ao vale que vinha de Entradas, indo o confronto finalizar, vale abaixo, no pomar da herdade do Estudo<sup>411</sup>. A herdade encontrava-se aforada a Nuno Velho, por moio e meio de trigo, pagos anualmente<sup>412</sup>;
- metade da herdade da Gravia, sita no termo de Beja, que rendia cerca de 3 moios de trigo, adquirida a um filho de Francisco de Brito<sup>413</sup>;
- um quarto da herdade do Vale do Mosteiro, sita igualmente no termo de Beja<sup>414</sup>;
- a horta da Calça, localizada no termo de Serpa, partindo de uma parte com João de Almada e com bens de João Cerejo e entestando com caminho que ia para a barca, e

<sup>408</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 22, doc. 842.

<sup>409</sup> IDEM. *Ibidem*.

<sup>410</sup> Escritura lavrada em Beja a 28 de de Agosto de 1488. IDEM, *Ibidem*, maço 17, doc. 568. D. Isabel de Góis faria a outorga, por escritura lavrada em Serpa na mesma data acima referida. IDEM, *Ibidem*, maço 16, doc. 551.

<sup>411</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 22, doc. 842.

<sup>412</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades...*, liv. 11, fl. 69.

<sup>413</sup> AN/TT. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842; ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades...*, liv. 11, fl. 72.

<sup>414</sup> AN/TT. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

da outra parte com horta de Diogo Gonçalves Laço, adquirida ao contador Rui da Fonseca. A horta rendia, em 1505, 4 000 reais<sup>415</sup>;

- a horta da Faleira, sita no termo de Beja<sup>416</sup>;
- a horta denominada «Apolinária», sita no termo de Beja à Fonte do Sem Vinho, com suas courelas anexas, um olival e umas vinha místicas, que partia de uma parte com uma terra da viúva e herdeiros de João Moura, que fora escrivão da câmara, de outra parte com vinhas pertencentes ao convento de S. Francisco e da outra com terras dos herdeiros de João Afonso Tomé<sup>417</sup>;
- uma terra de pão, denominada «Carrascosa», sita no termo de Beja, que partia com terras que haviam pertencido a Vasco Moniz Raposo e com vinhas de João Afonso<sup>418</sup>;
- um ferragial de pão, localizado em Magorras, comprado a João Rodrigues e a seu irmão Diogo, o qual por ser órfão e menor, foi representado pelo tutor Rui Pires<sup>419</sup>;
- um ferragial, sito junto ao poço de Aljustrel, que partia com ferragial de António Fernandes, cereeiro, e com Paulo Alves, marchante, adquirido a Pero Rodrigues e sua mulher Ana Afonso<sup>420</sup>;
- uma courela de pão com seus matos, sita no Ribeiro de Louredo, adquirida a Gil Vaz Raposo<sup>421</sup>;
- um pomar, sito no termo da vila de Beja, dito do Louredo<sup>422</sup>;
- uma arroteia e terras de pão e mato, sitas no termo de Beja, em área conhecida como Magorras, adquiridas aos herdeiros de João Freire;
- uma arroteia com suas terras de pão, também localizada no sítio das Magorras, que fora pertença de Beatriz Quaresma, viúva de Martim Rodrigues Basto<sup>423</sup>;

---

<sup>415</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 22, doc. 842.

<sup>416</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>417</sup> IDEM, *Ibidem*; ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades...*, liv. 11, fl. 69.

<sup>418</sup> AN/TT. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>419</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>420</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades...*, liv. 11, fl. 69.

<sup>421</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>422</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>423</sup> AN/TT. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

- uma arroteia localizada no termo da referida vila de Beja, que partia com terras de Lopo Álvares e entestava com caminho que conduzia a Aljustel<sup>424</sup>;
- umas terras de matos, sitas no termo de Beja, que a Duquesa houvera de sesmaria, que partiam com caminho que conduzia a Faro do Alentejo e com caminho que ia para Mértola e com terras de Gonçalo Caldeira<sup>425</sup>;
- uma terra denominada do Mouro, sita em Baleizão, que partia com caminho que levava à Vargem do Meirinho, entestava em Odiana, e ia subindo a ribeira até entestar na herdade que a Duquesa adquirira a Fernão Pereira. A referida terra havia sido uma doação que o couteiro Afonso Valente fizera à Duquesa<sup>426</sup>.

Acresce ainda referir os bens que haviam pertencido a Adella Barzom ou Barzano, mouro forro, capelão da comuna dos mouros de Santarém, morador na referida vila, na Mouraria, junto do postigo pequeno<sup>427</sup>, que os perdera por se haver ausentado para o termo de Castela, sem a necessária licença régia, doados à Duquesa por D. Afonso V<sup>428</sup>.

Por carta datada de Santiago de Cacém, a 29 de Julho de 1485, D. Afonso V far-lhe-ia também mercê de toda a artilharia, biscoitos e armazéns que o infante D. Fernando havia emprestado ao irmão, com vista às armadas, nomeadamente as que se dirigiam a Arzila<sup>429</sup>.

Também, seu filho, D. Manuel, enquanto duque, fazia doações à mãe: as rendas das saboarias de sabão branco e preto da vila de Beja<sup>430</sup>, bem como da saboaria do sabão branco da vila de Almada<sup>431</sup>.

D. Brites, do seu próprio património tinha ainda 1 200 reais anuais, assentados na vintena da Guiné, *pera soportamento de seu estado*<sup>432</sup>, para além do estabelecido na escritura, datada de Setúbal, a 11 de Março de 1457, que lavrou a adição ao contrato de casamento de

<sup>424</sup> IDEM. *Ibidem*, maço 22, doc. 842. Igual situação ocorre à descrita na nota 345.

<sup>425</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades...*, liv. 11, fl. 69.

<sup>426</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>427</sup> BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 93.

<sup>428</sup> Carta dada em Santarém, a 23 de Abril de 1468. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 32v.

<sup>429</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 121v.

<sup>430</sup> Carta dada em Setúbal a 10 de Setembro de 1484. Doação confirmada posteriormente na Quinta de Barra a Barra, a 5 de Julho de 1496. AN/TT, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 34.

<sup>431</sup> Carta dada em Sintra, a 3 de Dezembro de 1485 e confirmada na Quinta de Barra a Barra a 4 de Julho de 1496. IDEM, *Ibidem*, fl. 33-33v.

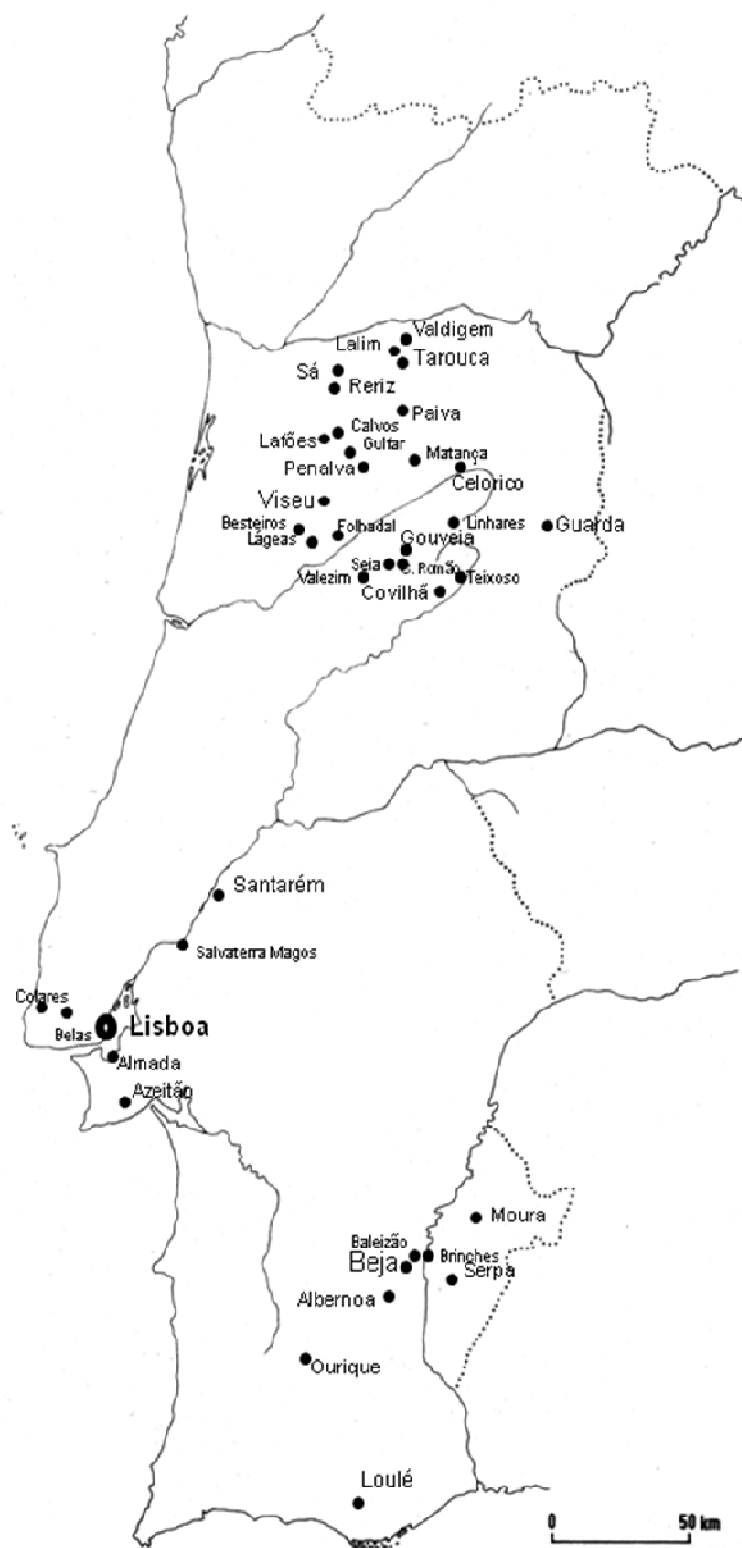
<sup>432</sup> D. Manuel, ainda enquanto duque de Beja, por carta dada em Lisboa, a 31 de Março de 1492, determinaria que o pagamento fosse prioritário, relativamente a outras pessoas. Reconfirmaria a mercê, posteriormente, por carta dada na Quinta de Barra a Barra, a 4 de Julho de 1496. IDEM, *Ibidem*, fl. 25v-26.

casamento celebrado entre D. Brites e o infante D. Fernando<sup>433</sup>, que lhe dariam direito à percepção de arras no valor de 15 000 florins de ouro do cunho de Aragão, caso a Duquesa ficasse viúva, quantia que, contudo, seria descontada dos 30 000 florins *em que a herança que ade vir a dita Infante segundo dispçoziçom do Condestabre, seu vizavo, per morte de sua madre, he obrigada ao dito Infante D. Fernando, ou a seus herdeiros, como mais compridamente he contheudo nos ditos trautos de seu cazamento, e na renunciação, e trespassassom que fez a Senhora D. Izabel Rainha de Castella, na dita Senhora Infante D. Beatriz sua Irmã.*

---

<sup>433</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 288v; SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealogica da Casa Real Portugueza*, prova n.º 46, p. 287.

## Locais do património da Casa de Beja



No Reino



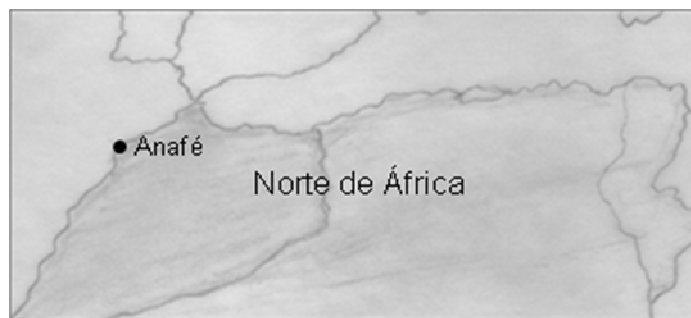
Arquipélago dos Açores



Arquipélago da Madeira



Arquipélago de Cabo Verde



A cidade de Anafé

### II.3. Gerir e administrar

Mulher e jovem viúva, com filhos varões menores, a quem cabia a sucessão do Ducado, D. Brites empenhou a sua energia em bem administrar, defendendo o património a seu cargo, enquanto tutora e curadora. O olhar atento da Duquesa dirigiu-se, pois, para as suas terras, sem esquecer a população que a compunha, quer fossem os fidalgos da sua «entourage», quer fossem os criados ou servidores. Não ignorava D. Brites a mais-valia que comportava o assegurar de clientelas e solidariedades, pelo que mais que uma vez a vemos a interceder pelos seus «súbditos».

Junto dos monarcas solicitou e obteve privilégios para servidores seus: o físico, mestre Abraão, que foi dispensado do uso de sinal, a estrela amarela de seis pontas que o identificava como judeu, sempre que precisasse de viajar e durante os dois primeiros dias nos lugares onde pousassem<sup>434</sup>; o alfaiate, Isaac Gabay, autorizado a deslocar-se por todo o Reino de besta muar de sela e freio<sup>435</sup>; o sapateiro, João Afonso, insentado do pagamento de impostos e encargos ao concelho, de acompanhar presos e dinheiros, de ser tutor e curador, de ser posto por besteiro do conto, de comparecer em alardos e do direito de pousada<sup>436</sup>, o carnicheiro que foi igualmente escusado do pagamento de peitas, fintas, talhas e dos serviços requeridos pelos concelhos, bem como do direito de pousada<sup>437</sup>, o recebedor do montado de Campo de Ourique, que para além de ser isento do direito de pousada, apenas poderia ser recrutado para servir *por mar ou terra* se o Rei assim o designasse<sup>438</sup>; o montaraz, escrivão, juízes, jurados e oficiais do montado de Campo de Ourique, dispensados do pagamento de peitas, fintas, empréstimos, de serviços concelhios, bem como de serem tutores, fiadores, ou de servirem de correios, transportando dinheiro ou cartas<sup>439</sup>; Gonçalo Gil, morador em Castro Verde, acontiado em cavalos e armas, que obteve autorização para poder aposentar-se antes de completar 70 anos de idade, bem como da isenção de servir o Rei, tanto por mar como por guerra, de ir com presos e dinheiros ou de ser designado tutor e curador<sup>440</sup>; os seus capelães, que puderam adquirir casas para residência, ficando assim dispensados do cumprimento da lei

---

<sup>434</sup> Carta régia dada em Santarém a 19 de Maio de 1473. AN/TT, *Chancelaria de de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134.

<sup>435</sup> Carta régia dada em Viana do Alentejo a 10 de Fevereiro de 1480. IDEM, *Ibidem*, liv. 32, fl. 82v.

<sup>436</sup> Carta régia dada em Lisboa a 8 de Outubro de 1473. IDEM, *Ibidem*, liv. 33, fl. 222.

<sup>437</sup> Carta régia dada em Beja a 4 de Abril de 1485. IDEM, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 33.

<sup>438</sup> Carta régia dada em Santiago de Cacém a 4 de Julho de 1485. IDEM, *Ibidem*, fl. 39-40.

<sup>439</sup> Carta régia dada em Sintra a 2 de Dezembro de 1485. IDEM, *Ibidem*, fl. 42-42v.

<sup>440</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 91.

estatuída por D. Dinis, em 10 de Julho de 1285 e confirmada pelo monarca então reinante<sup>441</sup>, a possibilidade de nomear oficiais mecânicos, por privilégio que lhe fora dado por seu filho, D. Manuel I, conforme ela própria refere em alvará datado de 1505<sup>442</sup>.

Visando mais longe e demonstrando o seu poder, também D. Brites recorreu ao Sumo Pontífice, então o Papa Sisto IV, intercedendo a favor de Diogo Lourenço, bacharel em decretos, reitor da igreja de São Tiago de Pinhão, na diocese de Lamego, sobre a obtenção de benefícios eclesiásticos<sup>443</sup>. Deva dizer-se que o estreito relacionamento com a Santa Sé era familiar ao Ducado, que, ainda em vida do infante D. Fernando, atendia pedidos formulados, nomeadamente quanto a apresentação de párocos ou atribuição de comendas<sup>444</sup>. Saliente-se ainda a bula *Digne ageie credimus*, expedida a 17 de Março de 1456, pelo Papa Calisto III, que concedera ao infante D. Fernando e a D. Brites privilégio para que os capelães, chantres e demais clérigos, ao seu serviço, pudessem auferir os proventos relativos aos benefícios, sem obrigatoriedade de morada precisa, ou seja quer estivessem junto dos Duques, quer deslocados na Cúria Romana, quer residissem num Estudo Geral<sup>445</sup>.

Mas talvez mais significativa foi a intervenção da Duquesa junto do Papa Sisto IV facilitando o desejo de Frei João da Póvoa que erguia o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Matosinhos<sup>446</sup>. Ora o franciscano era confessor de D. João II, tendo sido mesmo quem lhe redigiria o testamento. Porque não recorreu directamente ao Rei, que decerto lhe não negaria o seu apoio? Pensamos que a resposta não pode ser outra senão a de que a chave que abriria as portas da Santa Sé estava na posse da Duquesa.

Tais acções, que espelhavam uma face da gestão dos recursos humanos, integravam-se na inteira tarefa que a Duquesa se propôs realizar.

---

<sup>441</sup> Carta régia dada em Évora a 16 de Março de 1490. IDEM, *Ibidem*, fl. 28-28v; IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 92v.

<sup>442</sup> ADBEJA, *Câmara Municipal de Beja, Livro de registo de alvarás*, liv. 1, fl. 5.

<sup>443</sup> Súplica de 4 de Setembro de 1472. Documentos publicados in *Chartularium Universitatatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. 7. Lisboa: INIC, 1978, doc. 2450-2451, p. 113-116.

<sup>444</sup> Bula de Calisto III, datada de 23 de Março de 1456, concedendo a igreja paroquial de São Paulo de Salvaterra de Magos, da qual o infante D. Fernando era padroeiro, ao clérigo João de Elvas, reitor da igreja de Santa Maria de Aveiras; bula de Sisto IV, datada de 25 de Agosto de 1471, mandando conferir em comenda o mosteiro de S. João de Tarouca, a favor de Pedro Lourenço, licenciado em decretos, conselheiro do Infante; bula de Pio II, datada de 23 de Julho de 1463, concedendo benefícios eclesiásticos a Frei Luís de Beja, bacharel em teologia, confessor do Infante; bula de Pio II, mandando perceber a João Afonso, clérigo de Lisboa, estudante em Siena, por quem o Infante intercedera, pensões anuais sobre as igrejas de S. Tiago de Beja e de Santa Maria das Alcôvas, Documentos publicados in *Chartularium Universitatatis Portugalensis ...*, vol. 6, doc. 1805, 2047, 2057, p. 27-28, 284, 295; vol. 7, doc. 2366, p. 33-34.

<sup>445</sup> Documentos publicado in *Chartularium Universitatatis Portugalensis ...*, vol. 6, 1974, doc. 1801, p. 22-23.

<sup>446</sup> *Memórias soltas e inventários do oratório de S. Clemente das Penhas e do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Matosinhos dos séculos XIV e XV, por Fr. João da Póvoa e outros*. Manuscrito quincentista do Arquivo Distrital do Porto, com uma breve introdução de A. de Magalhães Basto. Porto, 1940, p. 34.

### II. 3. 1. No Reino

Logo em Julho de 1471, menos de um ano do desaparecimento de D. Fernando, perante queixas que relatavam um certo clima de insegurança sentido nas vilas de Alcácer do Sal, Moura e Serpa, onde frequentemente *se alevantam aroydos e sse fazem muitos males de que algumas oras veem mortes d'omees e de pequenas cousas vêem grandes dapnos (...)*, e considerando que (...) *sse deue prouer per alguma maneira tall que o rremedio em semelhantes cassos venha asy prestyes que seja castiguo aos que mal husaram e a outros emxemplo*, a Duquesa obteria de D. Afonso V o privilégio de poder administrar a justiça, nele se incluindo a possibilidade de aplicar a pena de degredo, se assim o entendesse<sup>447</sup>. Não podemos afirmar se D. Brites usou alguma vez desta última prerrogativa, e mais uma vez lamentamos a carência de documentação, mas não duvidamos que o despacho régio que lhe concedia amplos poderes de decisão muito lhe teria agradado, já que vinha de encontro ao seu objectivo: uma célera aplicação da justiça e um castigo modelar que, simultaneamente, penalizasse os culpados e constituísse um sério aviso aos potenciais infractores. De facto, era importante controlar a situação, já que pululavam os bandos, muitos deles nobiliárquicos que, rivalizando entre si, buscando impor uma supremacia, semeavam a violência e não raras vezes procediam a extorsões junto de uma população fragilizada, pelo baixo estatuto que detinha, pelas carências económicas que não lhe permitiam uma subsistência descuidada, quanto mais a aquisição de armamento capaz. Na região de Serpa e Moura, eram frequentes as acções cometidas por tais bandos, envolvendo os fidalgos João de Melo, Rui Dias, Nuno Castelo Branco e Álvaro de Moura<sup>448</sup>. Naturalmente que não seriam os nobres implicados em tumultos que cairiam na alçada de D. Brites, tais agravos teriam que ser expostos ao soberano e eram, mormente em Cortes, mas a Duquesa podia julgar as malfeitorias praticadas nos seus domínios. Poderia também agir contra os perturbadores da ordem pública que, estando ou não ligados aos referidos bandos, não eram objecto de especial protecção, ou seja, no caso de integrarem os bandos, quem comandava poderia não estar interessado em fazer-lhe cobertura, num determinado momento. Como bem notou António Manuel Hespanha<sup>449</sup>, corroborado por Hermenegildo Fernandes<sup>450</sup>, o controlo do exercício da justiça constituía o nódulo central de um senhorio, que no caso da Casa de Beja, foi primordial. Relembramos que a Casa Ducal detinha, em Beja, o castelo, a jurisdição cível e crime, os direitos reais e as rendas.

---

<sup>447</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 46, fl. 127v; LOPES, Maria Teresa Pereira, op. cit., p. 219.

<sup>448</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 205.

<sup>449</sup> HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, p. 300-301.

<sup>450</sup> FERNANDES, Hermenegildo, ob. cit., p. 114.

Ainda nesta dimensão, com vista a agilizar a justiça que pretendia fazer, D. Brites obteve autorização do soberano, que para tal lhe emitiu carta datada de Sintra a 7 de Fevereiro de 1472, para trazer em sua casa continuamente o bacharel João Fernandes, ouvidor da Casa da Suplicação, outorgando-lhe o mesmo poder e jurisdição dos ouvidores da Corte, prerrogativa que poderia usar em todas as terras do Ducado *a que a dicta minha jrmã por sseu serujço e dos dictos seus filhos enujar*<sup>451</sup>. Posteriormente, por carta dada em Évora, a 12 de Janeiro de 1478, o monarca autorizaria a Duquesa, por carta dada em Sintra, a 2 de Dezembro de 1485, a recorrer directamente à Casa do Cível em Lisboa, sempre que necessitasse de desembargar quaisquer demandas<sup>452</sup>.

No ano seguinte, a 21 de Janeiro, o príncipe D. João ordenaria às justiças de Alcácer do Sal que desembargassem sem quaisquer delongas as demandas que fossem apresentadas por sua sogra, à similitude do procedimento adoptada para as demandas régias<sup>453</sup>.

O apaziguamento dos seus territórios era indispensável para poder administrar, com maior disponibilidade, o património que o olhar da Duquesa não descurou. Considerando a importância do montado de Campo de Ourique, que lhe permitia não só poder fruir dos rendimentos que fornecia, mas igualmente dos direitos de passagem dos rebanhos transumantes que sazonalmente, atravessavam a fronteira, vindos de Castela, onde em Segóvia se localizava um dos maiores centros de produção de lã merino<sup>454</sup>, fugindo aos rigores climáticos e buscando melhores pastos<sup>455</sup>, D. Brites obteve do soberano, a 13 de Setembro de 1473, a confirmação dos antigos usos e costumes<sup>456</sup>, que permitiam arrecadar os impostos referentes à passagem e à utilização do montado, bem como a garantia de que os animais poderiam entrar livremente no Reino. Igualmente garantiu idênticas condições para os rebanhos que se dirigiam para a Serra da Estrela<sup>457</sup>.

---

<sup>451</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 89. Diploma publicado in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537) ...*, vol. 7, doc. 2411, p. 80.

<sup>452</sup> IDEM, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 38-38v.

<sup>453</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 38v-39.

<sup>454</sup> ARAÚJO, Julieta, “Relações de fronteira na Idade Média. A transumância”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas das IV Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*, vol. 1. Porto, 1998, p. 232. Veja-se também COSTA, Mário Alberto Nunes, *O montadigo em Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2006.

<sup>455</sup> O montado de Campo de Ourique correspondia inteiramente às necessidades dos gados transumantes, pela extensão e excelente qualidade das áreas de pastagem. BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. 9, Lisboa: Sá da Costa, 1954, p. 196.

<sup>456</sup> Sobre o pagamento devido pelo gado transumante, vejam-se, por exemplo, os forais de Aljustrel (1255) e Mértola (1254), in *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, vol. 1, p. 646, 637.

<sup>457</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 179v.

Ora a arrecadação das rendas e tributos era, naturalmente, uma questão primordial para a manutenção da grandeza da Casa, contudo nem sempre as diligências para a cobrança decorriam com fluência. Atenta, D. Brites obteria o poder, que lhe foi dada por D. Afonso V para que os seus almoxarifes pudessem obrigar os rendeiros e tratantes a satisfazer o pagamento nos prazos estipulados, sob pena de incorrerem em sanções, que poderiam incluir a penhora e arrematação dos bens dos devedores<sup>458</sup>. Nem sempre os rendeiros sentiriam que haviam sido tratados justamente, mas nesses casos cabia ainda à Duquesa a decisão final, já que D. João II, por carta dada em Sintra a 2 de Dezembro de 1485 determinaria que as apelações e agravos apresentados pelos queixosos aos almoxarifes deveriam ser remetidos ao ouvidor da Senhora<sup>459</sup>.

Com vista à boa cobrança dos tributos, em tempo útil, e com a anuência do monarca, foi-lhe tornado extensível o privilégio anteriormente concedido por D. João I a seu avô, o condestável D. Nuno Álvares Pereira, para que os pescadores e barqueiros da sua vila de Almada aí pudessem descarregar, pagando *in loco*, o respectivo dízimo<sup>460</sup>.

Sabemos que D. Brites também deteve o seu olhar na indústria têxtil e mineira. Neste sentido, obteve de D. Afonso V autorização para construir, por todo o Reino e seus senhorios, moinhos e engenhos de moer e pisar pastel<sup>461</sup>, planta que interessava à tinturaria por produzir uma tonalidade azul muito apreciada. Considerando a dimensão e a densidade populacional do termo de Beja e a inexistência de pisões na zona, D. Brites promove a sua introdução, iniciativa que contou com o despacho favorável de D. João II<sup>462</sup>, fomentando a produção de buréis ou estamenhas, tecido que fazia parte do vestuário da peonagem e igualmente muito utilizado como manifestação pública de luto.

É certo que a implementação e dinamização de tais actividades concita de imediato a percepção de alguém que, alargando o horizonte, se inscrevia já na modernidade. Não o negamos, todavia interrogamo-nos quanto à verdadeira motivação da Duquesa. Estaria na sua

---

<sup>458</sup> Carta de D. Afonso V, com a participação do príncipe D. João, dada em Évora, a 3 de Agosto de 1476. IDEM, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 36v-37v.

<sup>459</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 29v-30v.

<sup>460</sup> Carta régia dada em Sintra a 1 de Dezembro de 1485 e confirmada por D. Manuel I na Quinta de Barra a Barra a 5 de Julho de 1496. IDEM, *Ibidem*, fl. 24-24v.

<sup>461</sup> Carta dada em Santarém a 20 de Maio de 1468. IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 129.

<sup>462</sup> Carta dada em Évora a 1 de Março de 1490. IDEM, *Leitura nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 56-56v. A Duquesa seria isenta de pagamento de foro referente ao pisão que mandara fazer no reguengo de Beja. Cartas do duque D. Manuel de Viana do Alentejo, 1 de Setembro de 1490; de D. João II, de Évora a 19 de Abril de 1491 e de D. Manuel I dea Quinta de Barra a Barra a 2 de Julho de 1496. IDEM, *Ibidem*, fl. 51-51v.

mente uma ideia de progresso ou antes uma forma de aumentar proventos? De facto, D. Brites conseguiu que o monarca declarasse a seu favor o monopólio da exploração do papel<sup>463</sup>.

E neste sentido, importava igualmente rentabilizar os seus domínios. Assim, e certamente porque Belas não se tornara residência habitual ou sequer momentânea, já que os itinerários que traçámos não referem qualquer deslocação para aí, em 1499, a Duquesa iria aforar a quintã e os paços ao seu vedor da fazenda, Rodrigo Afonso de Atouguia, por 40 000 reais de foro anuais, cujos bens em Outubro de 1505 estavam na posse de Pero Correia, filho do vedor, entretanto falecido, mantendo-se o mesmo pagamento á senhoria<sup>464</sup>. O aforamento prosseguiu<sup>465</sup>, consituiu-se em morgado<sup>466</sup> e permaneceu na família do vedor<sup>467</sup>. Ressalva-se, todavia, o direito e senhorio da vila, bem como o padroado da igreja, dos quais D. Brites, quase no final da sua vida, faria doação à capela que instituía no Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja<sup>468</sup>. O aforamento excluía ainda as minas do Suímo que, considerando a eventual importância da jazida, seriam legadas por D. Brites a seu filho, o rei D. Manuel I<sup>469</sup>.

A Pedro Dias, de alcunha «Beguino», sujeito ao pagamento de um moio de trigo anual, aforaria as casas de morada, onde este fizera a sua residência, sitas no arrabalde de Santiago, em Beja, ao final da Corredoura, bem como uma arroteia de pão, localizada no termo da vila, junto á Pia Quebrada, uma terra de pão no sítio da Carrascosa e um quarto da herdade de Vale do Mosteiro, bens igualmente localizados no termo de Beja<sup>470</sup>.

---

<sup>463</sup> Carta de D. João II dada em Almeirim a 19 de Novembro de 1484 e confirmada por D. Manuel I em Setúbal a 21 de Julho de 1496. IDEM, *Ibidem*, fl. 34v-35. Refira-se que o Infante D. Henrique já detivera tal monopólio (cf. SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do Infante D. Henrique ...*, p. 25, que contudo não integrou a herança transmitida ao seu filho adoptivo. Sobre o pastel veja-se também AZEVEDO, Maria Antonieta Sousa de, «Pastel», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol.5, p. 12.

<sup>464</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 72-72v; AN/TT. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>465</sup> AHS, *Marqueses de Belas*, B/I/10, fl. 798v; CARDOSO, Padre Luís, *Dicionário Geográfico ou Notícia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeãs, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas*, tomo 2, Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1751, p. 135.

<sup>466</sup> AHS, *Marqueses de Belas*, B/I/10, fl. 799.

<sup>467</sup> A quintã e paço de Belas foi posteriormente integrada na Casa dos Condes de Pombeiro, de que foi primeiro titular, por carta de 6 de Abril de 1662, D. Pedro de Castelo Branco da Cunha, filho de D. António de Castelo Branco da Cunha, 11.º senhor de Pombeiro, e de D. Maria da Silva, 6.ª senhora de Belas. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, liv. 26, fl. 163v. Os condes de Pombeiro seriam elevados ao marquesado, por decreto de D. João VI, então príncipe regente, datado de 17 de Dezembro de 1801, a favor de D. Maria Rita de Castelo Branco Correia e Cunha, 6.ª condessa de Pombeiro, dama da rainha D. Maria I. Cf. BENEVIDES, Francisco da Fonseca *Rainhas de Portugal*. Lisboa, 1878, p. 491; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra, ...*, p. 192; *Nobreza de Portugal*, vol. 2, p. 410, vol. 3, p. 152; SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses*, 2.ª edição. Lisboa: Instituto do Património Arquitectónico, 2002, p. 124.

<sup>468</sup> AN/TT. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842; ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 72-72v.

<sup>469</sup> CARDOSO, Padre Luís, op. cit., p. 135; PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *ob. cit.*, vol. 2, p. 269.

<sup>470</sup> AN/TT. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

Aforará ainda a Duquesa as quatro moradas de casas que tinha em Serpa: a Henrique Vaz, cristão-novo, uma morada, sita no espaço onde se encontrava a judiaria, por uma arroba de cera anual; a João Rodrigues Jenoco, outra morada, localizada certamente em espaço contíguo á judiaria, porquanto entestava com casas que haviam sido da sinagoga, pelo foro de uma arroba de cera anual; a Lopo Álvares, outra morada, partindo igualmente com casas da extinta sinagoga, por meia arroba de cera anual; e finalmente a Paio Rodrigues, por meia arroba de cera anual<sup>471</sup>. Atentando no tipo de pagamento, admitimos que os foreiros tenham sido colmeeiros, ofício muito corrente na região. Aliás, documenta-se que ao tempo existia na vila de Beja uma rua denominada exactamente Rua dos Colmeeiros<sup>472</sup>.

No senhorio de Almada, fez D. Brites mercê ao fidalgo Diogo Vaz da Veiga, por carta passada na Romeira Velha, termo da vila de Almada, a 19 de Junho de 1495, a título de sesmaria, de um esteio pequeno com seu juncal e areal, onde o fidalgo pretendia fazer um moinho, ficando o mesmo a pagar de pensão oito alqueires de trigo anuais<sup>473</sup>.

Uma última palavra para referir a actuação de D. Brites no campo da assistência. Da nossa investigação cremos poder afirmar que esta dimensão não lhe interessou particularmente. É certo que protegia engeitados, que mandava criar<sup>474</sup>, mas não existem registos que refiram a sua acção junto do hospital de Santa Maria da Piedade de Beja, cuja fundação alguns autores atribuem ao infante D. Fernando<sup>475</sup>, o que não conseguimos comprovar, já que no tombo mandado fazer por D. Manuel, e datado de 1490, não há qualquer menção, embora a «crença» seja perfeitamente plausível.

Também na área da sua vila de Almada existiam duas instituições: o hospital de Santa Maria, sito na vila, e a gafaria de São Lázaro, localizada perto do porto de Cacilhas, no extremo sudoeste da capela de São Lázaro.

---

<sup>471</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>472</sup> ADBEJA, SCMB, *Tombo do hospital de Santa Maria da Piedade*, fl. 30.

<sup>473</sup> AHCMA, *Pergaminhos*, doc. 6. Publicado por OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, «A colecção de pergaminhos do Arquivo Histórico Municipal de Almada», in *Anais de Almada*, 7/8. Almada: Câmara Municipal, 2006, p. 71-72. Refira-se que na ocasião foi D. Brites representada por Rodrigo Afonso de Atouguia, seu vedor da fazenda, e pelo seu almoxarife e sesmeiro em Almada, Pero de Lisboa.

<sup>474</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Inventário da Infanta D. Beatriz”, p. 66

<sup>475</sup> COSTA, Américo, *Diccionario Chrographico de Portugal Continental e Insular*, vol. 3, Porto: Livraria Civilização, 1932, p. 466; LEMOS, Maximiliano, “Beja” in *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*, p. MESTRE, Joaquim Figueira, *Olhares sobre a cidade*. Beja: Câmara Municipal, 1991, p. 35; VIANA, Abel, “O tombo do hospital de Beja”. Separata da Revista *Brotéria*, vol. XXXVIII, fasc. 4, 1943, p. 13.

A gafaria, então composta por três casas térreas, rodeadas por um terreno murado, remontava, ao que se crê, ao século XIV, desconhecendo-se os seus fundadores<sup>476</sup>, estando, todavia, sob a jurisdição dos senhores de Almada. Protegida pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira integrar-se-ia, por sucessão, nos domínios da Duquesa. Acolhia gafos da região: Almada, Sesimbra, Azeitão, Setúbal, Palmela, Coina, Alhos Vedros, e respectivos termos, sendo que em 1504 se atestou a existência de quatro doentes<sup>477</sup>. Adentro do movimento de reforma da saúde, encetado por seu filho, D. Manuel I<sup>478</sup>, tomou então a Duquesa as providências requeridas, e considerando que a gafaria *nam tinha tonbo algũu de sua erança e por mingua della muyta da dita erança andaua emalheada e por mal cabo a qual se nam podia cobrar nem auer*, ordenou em 1504, ao escudeiro Pascoal Nunes, escrivão da Casa do Cível e provedor pela Duquesa na dita instituição, que elaborasse o respectivo tombo. Dando cumprimento ao requerido, Pascoal Nunes, acompanhado por Estevão Martins, mestre-escola, cónego da Sé de Lisboa e provedor do Hospital Real de Todos-os-Santos, elaborou novo compromisso<sup>479</sup> e procedeu ao inventário dos bens, colocando marcos *com este sinal* †, tanto *nas eranças do termo*, como nas casas, sendo que nestas o sinal era inscrito numa pedra e aposto sobre a porta<sup>480</sup>, e identificando os respectivos foreiros. Os bens, relativamente reduzidos, localizavam-se em Almada, em Azeitão, em Sesimbra e em Palmela, e respectivos termos, tendo registado oitenta e nove propriedades, essencialmente rurais constituídas por vinhas e terras de pão. Por alvará datado de Beja a 10 de Outubro de 1505, D. Brites aprovaria o tombo<sup>481</sup>. Acresce referir a presença dos tabeliães da Duquesa, Pero Eanes, Estevão da Maia e Pero de Coimbra, que lavraram escrituras de aforamento ou tomaram posse de doações, durante os anos de 1471 e 1476<sup>482</sup>.

O hospital de Santa Maria, localizado entre o castelo e a praça nova de Almada, existente já no início do século XIV<sup>483</sup>, e regido por uma hospitaleira, acolhia peregrinos e enfermos pobres, que aí adoecessem, não podendo contudo permanecer aí mais de três dias, após recuperarem a saúde. Os pobres não poderiam ficar mais de dois dias, excepto os que

---

<sup>476</sup> FLORES, Alexandre M.; COSTA, Paula A. Freitas, *Misericórdia de Almada. Das origens à Restauração*. Almada: Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2006, p. 26.

<sup>477</sup> AHSCMA, *Tombo e compromisso de São Lázaro*, 1504, fl. 63v.

<sup>478</sup> Sobre o tema veja-se MENDONÇA, Manuela, “A reforma da saúde no reinado de D. Manuel”, in *Actas das I.ª Jornadas do Direito Hispânico*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004.

<sup>479</sup> Existiam anteriormente esboços de compromissos datados de 1463 e 1486, face ao desaparecimento do primitivo. FLORES, Alexandre M.; COSTA, Paula A. Freitas, op. cit. p. 28-29, 32.

<sup>480</sup> AHSCMA, *Tombo e compromisso de São Lázaro*, fl. 2v.

<sup>481</sup> IDEM, *Tombo e compromisso de São Lázaro*, 1504, fl. 60v. O texto integral do compromisso foi publicado por FLORES, Alexandre M.; COSTA, Paula A. Freitas, ob. cit. p. 178-185.

<sup>482</sup> IDEM, *Escrituras dos bens da albergaria de São Lázaro*, fl. 16-25v.

<sup>483</sup> FLORES, Alexandre M.; COSTA, Paula A. Freitas, ob. cit. p. 39.

fossem equiparados a mestres, em ofícios mecânicos, que poderiam prolongar a estadia, em troca de pousada e dormida<sup>484</sup>. D. Brites mandou igualmente a Pascoal Nunes, que elaborasse compromisso e tombo dos bens que o hospital detinha. Assim se procedeu, empregando-se a mesma metodologia, tendo inventariado 14 propriedades, todas sitas em Almada e seu termo, constituídas por casas de moradas, terras de pão e vinhas. D. Brites aprovaria o tombo, na mesma data do referente à gafaria<sup>485</sup>. Esta actuação, claramente formal, cria-nos, como referimos, a convicção que D. Brites não foi sensível a esta área.



Tombo e compromisso da gafaria de São Lázaro de Cacilhas, 1504, fl. 1  
Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada

<sup>484</sup> AHSCMA, *Tombo e compromisso do Hospital de Santa Maria de Almada*, 1505, fl. 47. O texto integral do compromisso foi publicado por FLORES, Alexandre M.; COSTA, Paula A. Freitas, ob. cit, p. 185-198.

<sup>485</sup> AHSCMA, *Tombo e compromisso do Hospital de Santa Maria de Almada*, 1505, fl. 70v.

### II. 3. 1.2. No governo das Ordens Militares

Ao contrário do que ocorreu com a assistência, a sua marca ficou bem visível no governo das Ordens Militares.

De entre a tutoria que lhe havia sido delegada, inscrevia-se a Ordem Militar de Cristo, governo que lhe havia sido autorizado pelo Papa Sisto IV, conforme anteriormente referimos, enquanto o duque D. Diogo não atingisse a maioridade. Enquanto se aguardava que a Cúria Romana sancionasse o provimento, foi responsável pela Ordem Frei Antão Gonçalves, cavaleiro, comendador e alcaide-mor de Tomar<sup>486</sup>, personalidade que havia pertencido à casa do Infante D. Henrique, de quem terá sido guarda-roupa. Mas logo que as letras papais chegaram ao Reino, a Duquesa assumiu as funções atribuídas.

Alguns autores consideram que D. Brites não teve qualquer influência no governo da Ordem, que seria regida na sua plenitude pelo Vigário, sendo a Duquesa um mero nome num registo necessário, porque o estatuído exigia a nomeação de um Mestre, que no caso de não haver ainda atingido a maior idade seria representado por um tutor. Mas então como se poderá interpretar o facto de D. Brites haver solicitado a D. Afonso V traslado de antigas escrituras relativas à Ordem, que se encontravam nas chancelarias régias? (E sabe-se que o soberano aquiesceu<sup>487</sup>, encarregando Gomes Eanes de Zurara, comendador da mesma Ordem, cronista do Reino e guarda-mor da Torre do Tombo, de procurar as escrituras e proceder ao respectivo traslado. A 16 de Agosto de 1473, dando por finda a tarefa, foi remetido à Duquesa uma cópia de um diploma do rei D. Fernando, datado de Santarém, a 8 de Março da era de 1411). Como se explica que tenha enviado a Badajoz o vigário Frei Pedro de Abreu, a fim de obter cópias das directrizes e ordenanças em vigor no reino vizinho, já que entendia que Portugal *carecia de algunas leys e constituciones e ordenanças e la regla de la dicha Orden...*<sup>488</sup>? Porque seria então que apenas no tempo de D. Brites a Ordem de Cristo se dera conta que os seus arquivos deveriam conter a documentação portuguesa que a enformava e que igualmente era pertinente conhecer as regras por que se regiam as suas congéneres? É nossa convicção que houve uma ordem efectiva da Duquesa.

E podíamos continuar a reflectir, agora sobre a oposição veemente de D. Brites à pretensão do Bispo de Tânger, que pretendia anexar a Ilha da Madeira à sua diocese, e aí se

---

<sup>486</sup> SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique...*, p. 271, 291; LOPES, Sebastiana Pereira, ob. cit. p. 88, 99.

<sup>487</sup> BNP, *Reservados*, Códice 738, *Livro de escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*, 4.ª parte, fl. 3-6.

<sup>488</sup> PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2002.

sedear, exercendo o seu apostolado. Teria D. Brites extravasado as suas competências, já que a bula explicitava que lhe era apenas atribuída a dimensão temporal? Certo é que ao tomar conhecimento da pretensão do Bispo, apressou-se a emitir uma carta datada de Tomar, ou seja da sede da Ordem, a 21 de Janeiro de 1472<sup>489</sup>, dirigida a João Gonçalves da Câmara e Tristão Vaz Teixeira, capitães donatários do Funchal e do Machico, respectivamente, com conhecimento a todos os juízes e justiças, oficiais e moradores na Ilha, em que se declarava em tom «ameaçador» que ao prelado, ou a *qualquer alguun outro*, estava completamente defeso tentar *husar de toda jurdiçam como se a elle dyreitamente pertencesse*. Invocava, como seria de esperar e a tática aconselhava, a questão da espiritualidade da Ordem, referindo que ao seu Vigário havia sido atribuída, pelo Papa, tal dimensão, pelo que esta era suficiente razão para ninguém se intrometer, a menos que houvesse obtido autorização da Ordem, o que não era o caso. Clarificadas assim as possíveis questões que poderiam dar azo a contestação por parte do Bispo, o que aliás, dificilmente poderia ocorrer porquanto outra carta fora emitida de Tomar, desta vez por Frei Pedro de Abreu, vigário e comendador mor, em nome de toda a comunidade, com data adequadamente anterior com vista a extinguir quaisquer dúvidas, isto é, firmada quatro dias antes da carta da Duquesa, de idêntico teor<sup>490</sup>. Em unísono as vozes das duas esferas enfrentavam o Bispo de Tânger, que retrocedeu.

Mas seriam, de facto, dois planos distintos? Recordemos que o Infante D. Henrique, a quem seu irmão, o rei D. Duarte, havia feito mercê das Ilhas, por carta dada em Sintra a 26 de Setembro de 1443<sup>491</sup>, não pretendendo «partilhá-las», solicitou e obteve monarca, por carta dada no mesmo dia, a atribuição *de todo ho spiritual das nossas ilhas da Madeira e do Porto Sancto e da jlha Deserta* à Ordem de Cristo, de que o Infante era regedor e governador<sup>492</sup>, ou seja ambas as dimensões cabiam assim nas competências de um único e mesmo senhor. Acresce referir que, por carta dada em Beja, a 30 de Outubro de 1476, a Duquesa anunciava ao capitão, fidalgos, cavaleiros e homens bons da Ilha da Madeira que iria enviar frei Nuno Gonçalves, capelão do duque D. Diogo, como vigário da parte do Funchal, esclarecendo que o

---

<sup>489</sup> *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, prefácio e notas de José Pereira da Costa. Funchal; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 36.

<sup>490</sup> (...) *a nos he dicto que per o bispo de Tangere fora ou he enpetrada hũa letera per corte per a quall se chama e põe em sy ser bjspo das dictas Jlhas entitulandose em ellas da quall cousa nom entendemos que asy o santo padre como el Ry noso Senhor nom lhe poderia ser dado tall consentimento saluo per enformaçom nom deujda porque sendo per outra guisa a ordem seria defraudada e pereceria de sua liberdade e djreito.*

<sup>491</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 18. Publicada in *Descobrimientos Portugueses.*, vol. 1, doc. 258, p. 272 e por VIEIRA, Alberto, ob. cit., p. 100.

<sup>492</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 18; Publicado in *Descobrimientos portugueses.*, vol. 1, 1988, doc. 258, p. 273 e por VIEIRA, Alberto, *O Infante e as Ilhas. Dúvidas e certezas*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994, p. 99. Curiosamente, embora o diploma se destine prioritariamente a endereçar a gestão da espiritualidade, D. Duarte reserva para a Coroa o foro e o dízimo de todo o peixe que aí se pescar.

nomeado era pessoa de respeito, *muyto criado do ymfante meu Senõr que Deoa aja e meu*<sup>493</sup> pelo que deveria ser bem acolhido, mas salientando que esse bom acolimento se fizesse *em maneyra que elle conheça que por ser meu o recebe*<sup>494</sup> *asy de vos*<sup>495</sup>.

Atenta aos diversos interesses da Ordem de Cristo, a sua acção não se pautou exclusivamente na busca de papéis, se bem que importantes, ou na resolução de conflitos. A seu pedido, o Rei, por carta datada de Évora, a 8 de Agosto de 1477, concede privilégio a Idanha-a-Velha para criar couto de homiziados<sup>496</sup>, com os mesmos privilégios que, em 1378, o rei D. Fernando havia outorgado ao couto de Marvão<sup>497</sup>. Aninhada junto à raia castelhana, a sobrevivência da vila, enquanto célula activa do Reino de Portugal, dependia da existência de uma população bastante que a pudesse garantir e defender. Era essa a condição *sine qua non* das terras de fronteira<sup>498</sup>. Daí a intercessão da Duquesa, promovendo a estabilidade de uma terra que integrara já o condado portugalense.

Quanto à Ordem de Santiago, ao tempo em que o seu primogénito, o duque D. João, sucedera ao pai, na administração e governo, não obstante a Duquesa não ter tido aval do Papa, também, enquanto tutora de seu filho, se intrometeu na comunidade. Em documento datado de Alcácer do Sal, a 1 de Dezembro de 1471, menciona-se que João Afonso, fora nomeado tabelião, substituindo o anterior titular Gonçalo Vaz, *per autoridade da Senhora Iffante*<sup>499</sup>. Com a morte do duque D. João o mestrado da Ordem transitou para o príncipe D. João, não tendo tido a Duquesa possibilidade de protagonismo.

---

<sup>493</sup> Sublinhado nosso.

<sup>494</sup> Sublinhado nosso.

<sup>495</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.50, p. 77-78.

<sup>496</sup> AN/TT, *Leitura nova. Livro primeiro da comarca da Beira*, fl. 36v; IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 173v.

<sup>497</sup> Carta de 25 de Julho de 1378. AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 34-34v.

<sup>498</sup> Sobre o assunto veja-se VENTURA, Margarida Garcez, «Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo», in *Revista da Faculdade de Letras*, p. 601-625.

<sup>499</sup> AN/TT, *Tombo das Comendas da Ordem de Santiago*, cx. 4, doc. 16, fl. 10-11. Citado por LOPES, Maria Teresa Pereira, *ob. cit.*, p. 219.

## II. 3. 2 Nas Ilhas Atlânticas

### II. 3. 2. 1. Madeira

Desde o início da sua descoberta<sup>500</sup> que a Ilha da Madeira foi considerada uma excelente plataforma, não só com vista à conquista das Canárias, objectivo perseguido desde há muito pelos reis portugueses que durante séculos travaram um acoso conflito pela sua posse com Castela, que só viria a ser dirimido pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo assinado pelas duas potências em 4 de Setembro de 1479<sup>501</sup>, mas ainda como entreposto para aguada dos navegantes que se atreviam no mar-oceano em busca de novas rotas.

Povoada entre 1420 e 1425, por ordem do rei D. João I<sup>502</sup>, sob os auspícios do Infante D. Henrique que para tal designara João Gonçalves Zarco<sup>503</sup>, a quem foi dado um regimento especificando a forma da distribuição das terras, que seriam *dadas forras sem penção algũa aquelles que de maior qualidade e a outros que posansas tiuerem para as aproueitem, e aos de menor que viuão de seu trabalho e de cortar e talhar madeiras e das criações de gado e as terras serão repartidas pellos capitamis e as aproueitarão em des annos, e somente lhe sera dada a terra que rezoadamente elles nos ditos des annos aproueitem*<sup>504</sup>, foi então o arquipélago dividido em três capitánias: Funchal e Machico, sitas na Ilha da Madeira,

---

<sup>500</sup> O descobrimento das Ilha da Madeira e Porto Santo tem sido objecto de debates conduzidos por historiadores que da leitura das várias fontes atribuem o facto aos portugueses, nomeadamente na pessoa do piloto Afonso Fernandes (“Relação do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1998-1999, p. 25-28), ao inglês Robert Machim (GASPAR, Fructuoso, *Saudades da Terra*. Funchal, 1873, p. 329-429; LANDI, Giulio, “A lenda de Machim. Une découverte bibliographique à la bibliotheque Musée du Palais Ducal de Bragança à Vila Viçosa (Portugal)” in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*, vol 3. Lisboa, 1961, p. 197-238) ou mesmo a castelhanos. Não entraremos nesta polémica, porquanto não é propósito deste trabalho. Veja-se sobre o assunto, entre outros, VIEIRA, Alberto, “O Infante a Madeira: Dúvidas e certezas”, in *O Infante e as Ilhas*. Região Autónoma da Madeira. Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994, p. 75-92.

<sup>501</sup> Cf. MENDONÇA, Manuela, «Sequelas do Tratado das Alcáçovas: os refugiados das duas Coroas em Portugal e Castela», in *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, [1994], p. 22-23; MENDONÇA, Manuela, FERREIRA, Fernanda Lucena, ob. cit., p. 33-47.

<sup>502</sup> Carta de doação aos primeiros povoadores, AN/TT, *Provedoria da Fazenda do Funchal*, liv. 1150, fl. 101. Publicada in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. 1, Lisboa: Ática, 1937, p. 290; *Descobrimientos Portugueses*. Suplemento ao vol. 1, doc. 82, p. 109; *Monumenta Henricina*, vol. 3, p. 150-151.

<sup>503</sup> (...) *podia haver cincoenta e sete anos, pouco mais ou menos, que a essa Ilha fora João Gonçalves Zarco, capitão que fora nessa ilha, levando consigo sua mulher e filhos e outra gente....* Extracto de sentença do duque D. Diogo, datada de Moura, a 6 de Fevereiro de 1483. AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 20.

<sup>504</sup> Capítulo de uma ordenação sobre a concessão de terras aos primeiros povoadores, inserto em carta de confirmação datada de 7 de Maio de 1493, em que se transcreve o regimento dado a João Gonçalves Zarco. AN/TT, *Alfândega do Funchal*, doc. 1150, fl. 101. Publicado in, *Descobrimientos Portugueses*, suplemente ao volume 1, doc. 82, p. 109-110 e por VIEIRA, Alberto. ob. cit., p. 96-97.

entregues a João Gonçalves Zarco<sup>505</sup> e Tristão Vaz Teixeira<sup>506</sup>, respectivamente, então escudeiros do mesmo Infante. Este último, também conhecido por Tristão da Ilha, viria a integrar a casa senhorial do infante D. Fernando, na sequência do falecimento de D. Henrique, sendo então designado como cavaleiro<sup>507</sup>; quanto à ilha de Porto Santo seria concedida a Bartolomeu Perestrelo, fidalgo da casa do infante D. João, conquanto na carta de doação emitida pelo infante D. Henrique este se-lhe refira como cavaleiro da sua casa<sup>508</sup>, o que pressupõe que poderá tê-lo servido na sequência da morte do irmão. Não cremos, todavia, que os elos que o ligavam á Casa deste último se tivessem desvanecido, até porque, como se sabe, seria o genro de D. João, o infante D. Fernando, a herdar o património de D. Henrique.

Aliás, neste sentido, se pode entender a hipótese de Rui Carita, a propósito da doação da capitania de Porto Santo a Bartolomeu Perestrelo, de que D. João, mestre da Ordem de Santiago de Espada desde 1418<sup>509</sup>, teria competido com D. Henrique na orientação da expansão marítima, argumentando que ao invés da Ordem de Cristo, cujas possessões se localizavam principalmente no interior do Reino, em zonas manifestamente rurais<sup>510</sup>, os Espatários, embora detivessem o senhorio de vastas regiões no Baixo Alentejo, dominavam igualmente as margens costeiras a Sul do Tejo, pelo que estariam muito mais vocacionados, e interessados, para tal empreendimento<sup>511</sup>. Neste cenário, a designação de Bartolomeu

---

<sup>505</sup> Carta de doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco feita pelo Infante D. Henrique, na sua vila de [Sagres] a 1 de Novembro de 1450. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 52v. Publicada in *Descobrimientos Portugueses...*, vol. 1, doc. 385, p. 483-485 e por VIEIRA, Alberto, ob. cit., p. 113-115. A mesma seria confirmada por D. Afonso V, por carta datada de Lisboa, a 25 de Novembro de 1451. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 52v; Publicada in *Descobrimientos Portugueses* ., vol. 1, doc. 389, p. 488-489 e por VIEIRA, Alberto, op. cit., p. 115-116.

<sup>506</sup> Carta de doação da capitania do Machico a Tristão Vaz Teixeira, feita pelo Infante D. Henrique, datada de Santarém, a 8 de Maio de 1440. AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 21-22v; IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 152. Publicada in *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, doc. 318, p. 403-404 e por VIEIRA, Alberto, ob. cit., p. 102-103.

<sup>507</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 95.

<sup>508</sup> (...) eu dou carrego a Brertollameu Perestrello caualeiro de mjnha casa da mjnha hilha do Porto Santo.... Carta de doação da capitania feita pelo infante D. Henrique, na sua vila de [Sagres] a 1 de Novembro de 1446. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 85. Publicada in *Descobrimientos Portugueses*, op. cit., vol. 1, doc. 353, p. 449-450 e por VIEIRA, Alberto, op. cit., p. 105-107.

<sup>509</sup> Acedendo à súplica encaminhada por D. João I ao Papa Martinho V, o pontífice, através da bula *In apostolice dignitatis specula*, de 8 de Outubro de 1418, nomeou o infante D. João no cargo de Mestre da Ordem Militar de Santiago, esclarecendo que os respectivos rendimentos deveriam ser utilizados, fundamentalmente, na guerra justa contra os sarracenos e, conseqüentemente, em prol da dilatação da fé cristã. (*Monumenta Henricina*, vol. 2, p. 303-306 e referida e sumariada por WITTE, Charles Martial de, “Les bulles pontificales et l’ expansion portugaise au XV<sup>e</sup> siecle”, in *Revue d’ Histoire Éclesiastique*, t. 48, Lovaina, 1953, p. 686, 696.

<sup>510</sup> Herdeira da Ordem do Templo, que se sedeou em Portugal em data anterior a 1128, a Ordem de Cristo, criada a 15 de Março de 1319, pela bula *Ad ea ex quibus* dada pelo Papa João XXII, a rogo do rei D. Dinis, sedeava-se essencialmente no centro do país, em Tomar. Sobre o assunto veja-se MENDONÇA, Manuela, “As Ordens de Cristo e Santiago nos primórdios da expansão portuguesa (séculos XIV-XV)”, in *Amar, sentir e viver a História. Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. 2. Lisboa, Colibri, 1995, p. 859-884.

<sup>511</sup> CARITA, Rui, *A arquitectura militar na Madeira, séculos XV-XVII*, Lisboa. Funchal, 1993, p. 32.

Perestrelo teria, pois, como objectivo marcar uma posição, ou seja afirmar que se continuava na corrida.

Que interesses moveriam o infante D. João e a Ordem de Santiago, para assim pretenderem manter-se como parceiros na expansão marítima? Relativamente às ilhas atlânticas não era a dilatação da fé cristã que norteava, já que as ilhas eram desertas, donde outras eram razões. A possibilidade de alargamento de mercados, que a expansão iria permitir, estaria decerto nos planos estratégicos do Infante, num tempo em que o Reino se procurava evadir do «emparadamento» entre o Atlântico e Castela, que a sua localização geográfica e o curso da História lhe impusera. D. João não havia fantasiado. A Ilha da Madeira, não só se bastaria a si própria, como iria proporcionar elevados réditos, nomeadamente através da exportação da cana-do-açúcar.

Foi, pois, esta a herança que recaiu na Casa de Beja. Não nos deteremos na governação do infante D. Fernando, a quem a Ilha mereceu os seus cuidados, mormente no que se reportava á questão económica<sup>512</sup>. Estabelecida que estava a sucessão da Casa, logo após o seu falecimento, o rei D. Afonso V, por carta datada de Alenquer, a 16 de Outubro de 1470, dirigiu-se aos fidalgos, cavaleiros, escudeiros e povo da Ilha comunicando o sucesso e anunciando o novo donatário: o duque D. João, primogénito do falecido, tutelado por sua mãe, enquanto fosse de menor idade. Ordenava o Rei que todos os mandados emanados da Duquesa fossem obedecidos na íntegra, tal como anteriormente haviam procedido perante o anterior donatário. Mais comunicava que, a fim de proceder às formalidades da tomada de posse, para aí seguiria Gonçalo Godinho, cavaleiro da casa senhorial, representando o novel Duque<sup>513</sup>.

Partiu, pois, Gonçalo Godinho, sendo portador de duas missivas: a do soberano e uma outra de D. Brites, escrita em Setúbal, a 17 de Outubro do referido ano, que deveria ser presente á elite da Ilha, da parte do Funchal e do Machico, como se fazia questão de referir, já que a Madeira se encontrava atribuída a dois capitães donatários. O texto, similar ao do monarca, mandava tomar posse de todas as suas *ilhas e terras*, creditando o referido Gonçalo Godinho para cumprir tal desempenho<sup>514</sup>.

---

<sup>512</sup> Vejam-se, por exemplos os documentos datados de: 7 de Novembro de 1466, 7 e 17 de Agosto de 1468, 14 de Julho de 1469, 12 de Janeiro de 1470, 31 de Março de 1470, 8 de Junho de 1470, 18 de Julho de 1470, publicados in *Arquivo Histórico da Madeira, Série documental*, vol. 15, sob os n.ºs 13, 15- 17, 19-21, 23, a p. 36-40, 42-47, 49-53.

<sup>513</sup> *Vereações da Câmara do Funchal, Século XV*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 15 e in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, 1972, doc. 26, p. 55.

<sup>514</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 27, p. 56.

Ambas as cartas foram apresentadas e publicitadas em sessão convocada para o efeito, por João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão donatário da vila do Funchal, e realizada a 21 de Novembro, que após se haver ajoelhado e beijado as referidas cartas, manifestando simbolicamente no objecto a reverência e respeito, que enquanto vassalo eram devidos próprios, logo entregou a vara da justiça ao representante do senhorio, reconhecendo assim que apenas a este competia, por direito, tal função maior<sup>515</sup>.

Mais tarde, em 1472, face ao falecimento de D. João, seria o contador Diogo Afonso, a representar o duque D. Diogo, na tomada de posse da Ilha<sup>516</sup>.

A administração da Duquesa cedo se fez sentir. A 20 de Julho do ano seguinte, pretendendo a Câmara do Funchal eleger novos vereadores, solicitou-se permissão à Infanta<sup>517</sup>. A 1 de Novembro, ordenou D. Brites, através de carta transportada por Álvaro Eanes, escudeiro do Duque, que todos os homens bons, servissem nos pelouros dos oficiais dos concelhos, anulando quaisquer alvarás anteriores, que eventualmente possuísem. Do encargo apenas escusava o contador Diogo Afonso<sup>518</sup>. Do clamor que se ouviu na sessão da Câmara, realizada a 31 de Janeiro do ano seguinte de 1472<sup>519</sup>, ao se pretender proceder à eleição após a leitura do diploma, presumimos que as regras então introduzidas constituíam uma novidade, rompendo privilégios considerados adquiridos. A voz do escudeiro Rui Lopes, que detinha um alvará emitido pelo infante D. Fernando, confirmado pela Duquesa, conforme referiu, expressou a indignação sentida pelos atingidos<sup>520</sup>. Acusou Álvaro Eanes de não ter defendido os seus interesses, como era seu dever, transportando para a Ilha uma decisão contida numa *carta de molher*<sup>521</sup>. Fora de si, Rui Lopes esgrimiou ainda outras razões, estas pessoais, que justificavam a sua escusa: era analfabeto e se, ignorando tal condição, a Câmara o obrigasse a integrar qualquer ofício, tampouco se vergaria, porquanto *nunca auia de seruir beem em nenhũa cousa*. Ora, atentando na primeira parte da argumentação aduzida, quanto a nós, não era apenas o teor da carta que chegara do Reino que se contestava, mas a mão que a

---

<sup>515</sup> Para além de João Gonçalves da Câmara, estiveram presentes seus irmãos, os fidalgos Rodrigo Gonçalves e Garcia Rodrigues, Diogo de Teive, Rodrigo Lopes, Pero Lourenço, Mendo Afonso, Pero Álvares, escudeiros, Gonçalo Anes, escrivão, João Preto, escrivão, Afonso Lopes, tabelião, João do Porto, sapateiro, Antão Gonçalves, João do Porto, barbeiro, Pero Gonçalves, Gonçalo Jara, João de Sintra, sapateiros, e muitos outros COSTA, José Pereira da, *op. cit.*, p. 14-16.

<sup>516</sup> Cartas de D. Brites, datadas de Beja a 19 e 23 de Novembro de 1472. *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 34-35, p. 66-67.

<sup>517</sup> *Vereações da Câmara do Funchal* ..., p. 19.

<sup>518</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 29, p. 58 e por COSTA, José Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 28-29.

<sup>519</sup> *Vereações da Câmara do Funchal* ..., p. 28-31.

<sup>520</sup> Nestes se incluía Mendo Afonso, que invocou possuir um alvará emitido pelo infante D. Henrique, confirmado posteriormente por D. Fernando e por D. Brites.

<sup>521</sup> *Vereações da Câmara do Funchal* ..., p. 29.

assinara, ou seja, dificilmente se reconhecia, ou melhor, se aceitava um governo feminino, agravado no caso presente por decretar medidas que abalavam o status quo. Note-se que, em vida de D. Fernando o concelho já se havia queixado relativamente aos pedidos de escusa, tendo o Infante respondido que *hos aluaraaes que tenho dado sam tam poucos que hos nam emtemdo britar em nemhuãa maneyra*<sup>522</sup>. Faltou a coragem ao Infante, que sobrou a sua Mulher? Era, afinal, também e ainda a velha questão da virilidade no desempenho de funções que estava em causa. O conflito acabou por ser dirimido, em consonância com as disposições da Duquesa, em sessão realizada a 5 de Fevereiro, cuja convocatória previa uma multa de cinco mil reais a quem se não apresentasse. Os recalcitrantes haviam sido derrotados pela sombra da Duquesa.

As gentes da Ilha iriam perceber que D. Brites iria assumir o governo por inteiro, decidindo consoante o que achava adequado a cada momento. Atentemos no indeferimento que mereceu uma representação dos moradores da Ilha da Madeira, que pretendiam autorização para edificar uma fortaleza para segurança dos seus portos. A Duquesa, em carta datada de Bragança a 20 de Fevereiro de 1476, não a concedeu justificando que tal obra iria onerar a sua fazenda, ao momento sobrecarregada com despesas. Quanto á questão da segurança que se alegava, também não era fundamento bastante, por ser de fácil solução, bastando que os portos fossem «afortalezados». Terminava a missiva, de forma incisiva, recomendando o empenhamento dos requerentes com vista a uma boa gestão, pois que *com vosa ajuda despoemdo vos a ysso asy como he rezam e de vos se deue esperar que ho fares todo se remedeara prazemdo a Deos*<sup>523</sup> Não nos cumpre especular sobre se a sanidade das finanças da Duquesa poderiam arcar com tal obra, nem se as razões avocadas eram de facto reais. É certo que a casa senhorial, mormente a corte que o ducado mantinha, exigia gastos vultosos, mas seriam apenas estas as verdadeiras razões? E se eram, haveria outros gastos que ultrapassavam a gestão corrente? Ou D. Brites estava absorvida por outros negócios, não dispensando demasiada atenção a um pedido que entendeu não ser pertinente?

No que respeitava á administração, manifestavam-se por diversas vezes arruídos, de que os moradores, vindos do Reino, acusavam os estrangeiros, mormente canários, havendo solicitado a total expulsão, posição que encontrara eco durante a gestão de D. Fernando. Não foi esse o entendimento da Duquesa que entendeu que a economia da região se iria ressentir por faltas de braços que laborassem nas lavouras. Assim o fez saber, através de carta datada

---

<sup>522</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 13, p. 39.

<sup>523</sup> IDEM, *Ibidem*, doc. 48, p. 76.

de Beja, a 15 de Março de 1473, enviada através do contador Luís de Atouguia, recomendando «*temperança*» nos procedimentos a usar<sup>524</sup>. Provavelmente a eleição de um local, sito na Ponta do Sol, sobre terra de galegos para se edificar uma ermida dedicada a Santa Maria dos Anjos, com base em milagres aí ocorridos, conteria veladamente o desejo de pôr em prática o afastamento dos estranhos. Não o podemos afirmar com clareza, mas parecemos transparecer na resposta dada pela Duquesa<sup>525</sup> ao imprescindível pedido de autorização, em que se requeria a afectação da totalidade da área à ermida, que D. Brites leria para além das entrelinhas: assim, concedia a licença pretendida, mas circunscrita ao espaço necessário para a construção do edifício e para o sustento do ermitão, designadamente uma cerca, um pomar, uma latada, mas a restante área continuaria na posse dos galegos, que seriam reembolsados da perda sofrida, pelo concelho, na quantia resultante da avaliação feita por dois homens bons ajuramentados.

Todavia, é certo que o ambiente na Ilha não era pacífico, verificando-se mesmo casos de homicídio, que não deveria ser em número insignificante, uma vez que a Duquesa, por carta datada de Lisboa, a 28 de Setembro de 1478<sup>526</sup>, que deveria ser publicitada na Câmara, mandou aos juizes da vila do Funchal e do Machico que procedessem a devassa sobre qualquer caso que ocorresse, cujo traslado lhe deveria ser presente, no prazo máximo de três meses. O incumprimento da decisão incorria na coima de dez cruzados de ouro, quantia que D. Brites haveria de determinar onde fosse despendida. Para maior firmeza, redigiu um regimento<sup>527</sup>, feito na mesma data, que entregou a Luís Godinho, referindo, para além dos casos de homicídio, a questão dos falecidos abintestados, cujos bens deveriam ser acautelados, segundo o Direito.

Parte integrante da gestão, o plano administrativo não poderia escapar ao olhar da Duquesa, mas outrossim lhe interessavam outros negócios, que convinha controlar. Pensamos no açúcar, que atraía mercadores à Ilha e que marcava presença nos mercados nacionais e internacionais. Mas pensamos também noutros produtos, ou seja falamos de economia, dimensão que naturalmente não poderia ser descurada. Daí que D. Brites tivesse sentido necessidade de redigir um regimento, que enviaria ao contador Luís de Atouguia. O documento, lavrado em Beja 15 de Março de 1477, identifica criteriosamente todas as questões, definindo as medidas a tomar a fim de corrigir desmandos e negligências: apenas os

---

<sup>524</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.36-37, p. 68-69.

<sup>525</sup> Carta datada de Évora, a 20 de Maio de 1474. *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.46, p. 75.

<sup>526</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.56, p. 91-92.

<sup>527</sup> IDEM, *Ibidem*, doc.58, p. 93-94.

homens bons do Funchal, designados previamente, deveriam estimar cuidadosamente os canaviais de toda a região, duas vezes por ano, nos meses de Março e Maio, sem a presença do proprietário, analisando e registando os títulos de posse e as respectivas delimitações, prevendo-se a perda das plantações, em caso de infracção; deveriam igualmente anotar os eventuais danos ocorridos nos canaviais, revertendo o quarto ao proprietário ou seus rendeiros; interditava-se a dádiva de canas com vista a novas plantações, evitando-se assim a existência de canaviais sem a devida autorização; na venda das canas pertenceria ao senhorio metade das mesmas ou o seu valor em açúcar ou dinheiro, devendo também o comprador pagar o quarto do açúcar; os arrendamentos deveriam criteriosamente ser controlados pelos tabeliães, sob pena de perderem os cargos, a fim de que a dízima que pertencia ao senhorio não ser sonegada; outrossim no caso em que alguém se recusasse a pagar o quarto ou outros direitos e rendas deveriam ser os respectivos bens penhorados, atempadamente e sem delongas; idêntico procedimento se deveria aplicar a quem não satisfizesse as dívidas contraídas por compra de pão, vinho ou outras coisas das que os rendeiros haviam das rendas pertencentes ao senhorio; sem se pouparem as elites, admoestavam-se os capitães, oficiais, vigários e capelães que, *escolhemdo do mjlor*, tomavam pão, vinho, açúcar ou outras coisas das casas dos lavradores ou noutros lugares, alegando que prestariam posteriormente contas, o que não sucedia, pelo que o Regimento estabelecia que apenas deveriam recolher, nos celeiros e adegas, aquilo que lhe competia, prescrevendo que no caso de as ditas coisas serem tomadas à força, ser-lhes-à descontado, em dobro, no que haviam de ter por direito. Determinava ainda o Regimento a criação de alfândega, a fim de as mercadorias carregadas e descarregadas poderem ser realmente avaliadas, controlando todo o movimento dos navios, a fim de que se pudessem conhecer e arrecadar os respectivos direitos. A alfândega, que deveria dispor de mesa e balança, sedear-se-ia no Funchal, tendo como juiz o contador, devendo igualmente vigiar o movimento dos navios que, por logística, fossem ancorar a outros portos da Ilha. Se, porventura, os oficiais alfendegários encontrassem situações que correspondessem a carregamentos ilegais, a respectiva mercaria seria apreendida e considerada perdida a favor do Ducado, prevendo-se que os rendeiros pudessem reter metade da mercadoria, se assim fosse justo e o demandassem. O Regimento previa ainda a possibilidade de se criar uma delegação no Machico<sup>528</sup>.

---

<sup>528</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.52, p. 79-88.

Em consonância com as ordens da Duquesa, foi efectivamente criada, em 1477, a primeira alfândega do Funchal, sita no Largo do Pelourinho<sup>529</sup>.

O Regimento de que fizemos menção, dava indicações precisas, não admitindo negligências na sua aplicação, mas no decorrer dos anos verificaria a Duquesa, que nem tudo na sua Ilha da Madeira se passava tal como havia ordenado. Assim, por carta dada em Évora a 1 de Maio de 1477<sup>530</sup>, D. Brites informava os fidalgos, cavaleiros, escudeiros, juizes, oficiais e homens bons, que Fernão Gomes da Mina, a quem arrendara as rendas da Ilha, lhe enviara dizer que pretendia proceder a encampação, argumentando que lhe era penoso o arrecadamento dos respectivos direitos, mormente dos quartos do açúcar, referindo-se ao descuidado serviço prestado pelos estimadores que se conluiavam com os moradores, o que lhe acarretava grande prejuízo. Face ao exposto, e comunicando que não aceitara a encampação, lembrava o texto do Regimento, em que se não admitia *nihũa torua nem ympidimento*.

Não era apenas a lavra do açúcar que interessava á Duquesa. Assim, arrendara os direitos da saca do trigo ao mercador de origem genovesa Batista Lomelino<sup>531</sup>, arrendamento que comunicaria aos juizes, vereadores, procuradores e e homens bons da Ilha da Madeira, da parte do Funchal, por carta datada de Lisboa, a 31 de Agosto de 1473<sup>532</sup>. Baptista Lomelino e seu irmão Urbano, interessados igualmente no comércio do açúcar, haviam-se fixado na vila de Santa Cruz, jurisdição de Machico, negociando, para além do açúcar, vinhos, meles e conservas, que colocavam em nos mercados do Reino e nos mercados externos, principalmente na Flandres, em Génova e em Veneza<sup>533</sup>. O relacionamento de Batista Lomelino com a Ilha não foi inteiramente pacífico, pelo que a Duquesa teve necessidade de remeter uma carta, escrita em Beja a 30 de Dezembro de 1476, chamando a atenção que o mercador estava ao seu serviço, lhe merecia inteira confiança, e como tal deveria ser tratado<sup>534</sup>, o que indicia rivalidades entre mercadores, em convivência com os senhores dos engenhos. Todavia, em 1474, D. Brites havia denunciado o contrato com Batista Lomelino, relativamente ao trato do trigo, mandando fazer o transporte do cereal através da sua própria

---

<sup>529</sup> VIEIRA, Alberto, *Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, p. 410.

<sup>530</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.53, p. 88-89.

<sup>531</sup> Proveniente de uma família de mercadores genoveses que estanciava em Portugal no primeiro quartel do século XV, obteve carta de natural «destas partes», datada de 27 de Novembro de 1471. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 53v. Documento publicado por RAU, Virgínia, “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini”, in *Estudos de História*. Lisboa: Verbo, 1968, p. 46-48.

<sup>532</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.44, p. 73-74

<sup>533</sup> RAU, Virgínia, ob. cit., p. 33-34.

<sup>534</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.51, p. 78.

caravela, ordenando que á chegada ao Reino, fosse imediatamente levado para Beja. Estava-se num ano de fome, e da distribuição seria encargo do mosteiro de Santa Maria da Conceição<sup>535</sup>.

Se a Duquesa se dirigiu amiudadas vezes á Ilha, também, naturalmente, a Ilha a ela recorria, em situações de menor ou maior monta. Nesta última acepção, referiremos a peita lançada por D. Afonso V, nas Cortes reunidas em Évora em Fevereiro de 1475<sup>536</sup>, para acorrer às despesas da guerra que ocorreria da sua entrada em Castela, no contexto da pretensão de afirmar sua sobrinha D. Juana no trono do Reino vizinho, o que no caso presente importava em um milhão e duzentos mil reais<sup>537</sup>. Intentou a Madeira que não fosse taxada, como o soberano mencionou em carta datada de Évora, a 18 de Julho de 1479<sup>538</sup>, em que voltava a insistir, pela contribuição, malgrado os argumentos aduzidos: grandes trabalhos e necessidades passadas pelos primeiros povoadores, privilégios liberdades e franquezas concedidos, muitas despesas com a defesa da Ilha, bem como *serujços* prestados ao monarca e seu filho em dinheiro e em açúcar, considerando que todo o Reino entendera que se tratava de um negócio de tal importância, que ninguém se eximira. Não temos dúvidas de que subjacente às razões invocadas pela Ilha, estava a posição assumida pela Duquesa relativamente à satisfação do pedido régio. De facto, sete dias depois, D. Brites enviaria carta para a Ilha<sup>539</sup> referindo que requerera ao Rei tal isenção, invocando *todo ho que me pareceo que pera vossa liberdade e escussa de tall tributo se deuya alegar*, não conseguindo, porém, demover o soberano. Assim, aconselhava que se procedesse ao pagamento, tendo o cuidado de afirmar que o fariam de bom grado, obtendo assim a graça régia, de forma que *nũca mais vos seja lançado pedido nem emprestido nem njhum outro serujço de dinheiro*. A esta missiva responderam os capitães, fidalgos, cavaleiros e homens bons, a 23 de Agosto do referido ano<sup>540</sup>, recolocando nas mãos da Duquesa a esperança da escusa, já que o pedido, que os inscrevia no rol de *judeus peyteiro* era demasiadamente gravoso, para quem isolado e sem socorro do Reino, tinha não só que laborar, para garantir sustento dos próprios e rendas

---

<sup>535</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, « Le problème du pain dans l'économie portugaise XV-XVI siècles ». Separata da *Revista de Economia*, 1959, p. 19 ; SARAMAGO, Alfredo, *Fé e grandeza. A boa vida de uma casa monástica...*, p. 43.

<sup>536</sup> Sobre o assunto veja-se GONÇALVES, Iria, *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1964.

<sup>537</sup> Carta régia, dirigida à Ilha da Madeira, datada de Évora, a 18 de Junho de 1479. *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.60, p. 95-96.

<sup>538</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.60, p. 95-96.

<sup>539</sup> Carta datada de Lisboa, a 25 de Julho de 1479. I *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.61, p. 96-97.

<sup>540</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 14-15. Publicado in *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.62, p. 98-100.

devidas ao senhorio, mas igualmente proteger a costa, frequentemente atacada por corsários, ou, como na presente ocasião, por navios da armada castelhana. Lembravam ainda que em devido tempo haviam emprestado 4 000 arrobas de açúcar a D. Afonso V e ao príncipe D. João. Ou seja, a Coroa só se lembrava da existência da Ilha para a agravar e jamais para a auxiliar nas suas carências. Não foram vãs as aspirações da Ilha. Moveu D. Brites todas as influências e a questão arrastou-se. Finalmente, a 12 de Junho de 1481, chegou a boa nova. O Rei restringia o solicitado ao montante de 800 000 reais, determinando a imediata liquidação de 600 000 reais e o restante *aveemos por beem que os nom paguees por aguora*<sup>541</sup>. No braço de força entre os dois interlocutores, a Duquesa vencera.

### II. 3.2.2 Açores

Ao tempo em que D. Brites, tomou em suas mãos o governo da casa senhorial, na Ilha Terceira de Jesus Cristo lavrava uma guerra surda entre Jacome de Bruges, o capitão donatário, e Álvaro Martins, que não se havia conformado com o facto de o território da Ilha não ter sido dividido, pretendendo naturalmente ficar com uma das partes. A questão que se vinha arrastando e cujo mal-estar se repercutia no viver quotidiano, chegaria ao conhecimento da Duquesa.

Ora, correndo rumores que Jacome de Bruges teria falecido, já que deixara de enviar notícias, a Duquesa contactou sua mulher, pedindo a confirmação do alegado evento. Findo o prazo que concedera para a resposta e não tendo havido retorno, e tendo ainda em conta que o matrimónio não originara descendência varonil, que pudesse suceder, D. Brites considerou a capitania vaga<sup>542</sup>. Apresentava-se então o momento oportuno para derimir o conflito. No seu palácio existia uma «pintura», que pertencera a seu marido, representando a Ilha Terceira, e em que este lançara mesmo algumas linhas prevendo a partilha. Sobre esta «carta corográfica», após obter informações mais precisas sobre as reais possibilidades da divisão, a Duquesa traçou uma mediana, estabelecendo os limites de duas capitánias: a de Angra e a da Praia, limites que especificou para que não subsistissem dúvidas, no que caberia a cada um

---

<sup>541</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc.73, p. 109-111.

<sup>542</sup> (...) *havendo eu por informação estar ora vaga a capitania da Ilha Terceira de Jesus Christo, do dito Senhor meu filho por se afirmar ser morto Jacome de Bruges, que até ora teve, do qual há muito que alguma nova se não há, posto que já muitas vezes mandei sua mulher, que a verdade dello soubesse, e me certificasse, assignando-lhe para isso tempo dum anno, e depois mais; a qual em alguma maneira com todallas diligencias que nisso fizesse, me não trouve dello certidão alguma....* Carta de doação da capitania de Angra a João Vaz Corte Real. Publicada in, *Archivo dos Açores*, vol. 4, Ponta Delgada, 1882, p. 159-160.

dos futuros capitães: (...) *parto polla Ribeira Sequa que he aquem da Ribeira de Frey João ficando a Ribeira de Frey João a parte de Angra e da dita Ribeira Sequa pela metade da dita Ilha, até a outra banda, como se vai do Noroeste ao Sueste*<sup>543</sup>.

Em seguida consultou, em primeira instância, João Vaz Corte Real, fidalgo da casa do duque D. Diogo, dando-lhe o direito de escolha, o qual se decidiu pela capitania da Ilha Terceira, da parte de Angra, tendo-lhe sido passada carta, datada de Évora a 2 de Abril de 1474<sup>544</sup>. Então, e ponderando os serviços que Álvaro Martins já prestara á Casa de Beja e os gastos que despendera na Ilha, ofereceu-lhe a capitania da parte da Praia, para si e seus descendentes, estabelecendo que a sucessão no cargo se faria, como era de regra, pela linha direita e varonil, não deixando de esclarecer que no caso de algum dos herdeiros não houvesse ainda atingido a maioridade, o senhor da Ilha providenciaria alguém que entretanto a administrasse. Álvaro Martins, e seus herdeiros, teriam ainda, em nome do duque, a jurisdição do cível e do crime, sobre a capitania, ressaltando a pena de morte ou talhamento de membros que, pela sua natureza, competiam ao senhorio. Para que nada ficasse omissivo ou sujeito a interpretações, estabelecia-se que, sem embargo da dita jurisdição, todos os mandados do Duque e correição deveriam ser integralmente cumpridos, como «coisa própria sua». D. Brites fazia deste modo acentuar que, conquanto a Ilha se situasse longe da sede do ducado, não se demitia da sua governação.

O diploma constitui-se como uma carta de poder dada a Álvaro Martins. Assim, definem-se especificamente os direitos que lhe eram cometidos Assim, estabelece o monopólio mitigado dos moinhos de pão existentes ou a construir na sua capitania, defendendo que só poderiam existir outros se ele assim o permitisse, exceptuando, contudo, a mó de braço que poderia ser feita por qualquer pessoa, desde que para sua exclusiva subsistência. Poderia também cobrar o tributo de um marco de prata, pago anualmente, ou o seu certo valor, ou duas tábuas cada semana, da madeira que se serrasse nas serras de água<sup>545</sup>

---

<sup>543</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I*, livro 4, fl. 72. Publicada em *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, precedida por um ensaio crítico, por Manuel Monteiro Velho Arruda. Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1932, e em *Arquivo dos Açores*, vol. 4 p. 213-215; *Descobrimientos Portugueses*, ob. cit., vol. 3, doc. 105, p. 138-140. De referir que o registo da Chancelaria de D. Filipe I, acima mencionado, insere a confirmação da carta pelo duque D. Diogo datada de 26 de Março de 1483, dada a Antão Martins, por falecimento de seu pai Álvaro Martins, e a confirmação régia a este último já de 10 de Outubro de 1529.

<sup>544</sup> *Arquivo dos Açores*, vol. 4, p. 159-160. A referida carta seria confirmada pelos duques D. Diogo e D. Manuel, a 3 de Maio de 1483 e 6 de Abril de 1488, respectivamente.

<sup>545</sup> As serras mecânicas movidas a energia hidráulica, cuja primeira referência, data de 1411 (AZEVEDO, Pedro de «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico», in *O Archeólogo Português*, vol. 19, 1914, p. 75-76), foram amplamente utilizadas nas ilhas atlânticas. Cf. *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, doc. 353, 385, 404, 429, p. 450, 484, 515, 549; Suplemento ao vol. 1, doc. 133-134, p. 172-173; vol. 3, doc. 105, 172, p. 139, 260.

que aí se fizessem, pagando ao senhorio o respectivo dízimo. O mesmo se aplicaria a todo e qualquer moinho, com excepção de vieiros de ferrarias ou doutros quaisquer metais. Concedia-se igualmente monopólio sobre todos os fornos de pão em que houvesse poias, não embargando, todavia, quem pretendesse fazer fornalhas para cozer o seu próprio pão. Também lhe pertenceria ainda o direito de vender sal, se acaso o tivesse, ao preço de meio real de prata o alqueire ou o seu valor *e mais não*. Contudo, permitia-se que, se acaso não dispusesse de sal para vender, quem o tivesse poderia fazê-lo livremente. Ainda se concedia a Álvaro Martins que de toda a renda que o Duque tivesse na capitania, o donatário poderia arrecadar á razão de dez por um, constituindo uma renda para transmitir a seu filho ou descendente que lhe viesse a suceder, por linha direita. Poderia ainda aforar as terras da dita capitania a quem entendesse, num prazo de 5 anos, que poderia ser reduzido se se verificasse que as terras não estavam a ser aproveitadas, dando então lugar a novo aforamento. Os vizinhos e moradores poderiam vender as suas herdades livremente. O gado bravo poderia ser morto pelos vizinhos sem haver outra proibição, conforme licença do capitão e almoxarife, reservando-se algum lugar cerrado em que o lançasse o senhorio. Quanto ao gado manso, poderia pastar por toda a capitania, desde que convenientemente vigiado, de molde a não causar quaisquer danos; mas se tal acontecesse, pagar-se-iam as coimas definidas nas posturas do concelho. Em jeito de post-scriptum a Duquesa, com vista a evitar conflitos e demandas, por ter conhecimento que Álvaro Martins havia anteriormente construído alguns moinhos situados na agora capitania de Angra, determinava que deviam os mesmos reverter para João Vaz Corte Real, sob condição que este mandasse construir outros tantos na parte da Praia, ou pagasse a Álvaro Martins o montante que, homens bons, na qualidade de avaliadores, considerassem justo.

Na carta concedida a João Vaz Corte Real concedia-se a jurisdição do cível e crime, feita em nome do Duque, ressalvando-se as penas de morte ou de talhamento de membros. Estabelecia-se igualmente o monopólio das serras de água, de atafonas e de construção de moinhos, que só eram permitidos a outrem com a anuência do donatário. Tal como no caso de Álvaro Martins, também João Vaz Corte Real deveria permitir a mó de braço a quem quisesse, desde que servisse unicamente para a própria subsistência.

Parecia, pois, que a questão se encontrava totalmente solucionada e a contento das partes, mas eis que a mercê feita a Álvaro Martins e seus decendentes foi posta em causa, em

data que admitimos situar-se por volta de 1482<sup>546</sup>, por Pero Gonçalves, natural de Ourense, que se dizia filho legítimo do anterior donatário e de sua mulher Inês Gonçalves. Argumentando que Jacome de Bruges havia falecido abintestado, situação que conduzia a que não fosse chamado de imediato á herança, reclamava a capitania da Ilha Terceira, da parte da Praia, área em que Jacome de Bruges se havia sedado. Por esta altura a requerida capitania estava provida em Antão Martins Homem, sucessor de seu pai, Álvaro Martins, também já defunto. A demanda que, naturalmente, chegou ao Ducado terminou numa sentença dada em Moura a 17 de Março de 1483, assinada pelo duque D. Diogo, que considerava infundamentada a pretensão de Pero Gonçalves, uma vez que o reclamante não fizera prova do que afirmava, mantendo portanto as nomeações anteriores<sup>547</sup>. Refira-se a propósito que os historiadores açorianos apenas identificam um filho de Jácome de Bruges: Gabriel de Bruges, que residiu na ilha do Faial e faleceu sem deixar descendência, admitindo que se estaria perante um oportunista ou um filho natural, não reconhecido<sup>548</sup>. Que buscaria Pero Gonçalves? Naturalmente prestígio, mas também os réditos que lhe garantiriam a capitania, que não eram dispiciendos. De facto desde o início do povoamento que as ilhas açorianas apresentavam nos mercados produtos competitivos: o trigo, cultura de enorme interesse para o Reino face á carência desde sempre sentida, a cana-de-açúcar, a urzela e o pastel. Tais culturas atraíam às ilhas mercadores nacionas, mas igualmente estrangeiros, que colocavam na Flandres o pastel e a urzela, procurados pelos tintureiros pelos corantes que proporcionavam.

### II. 3. 2. 3. Cabo Verde

As ilhas de Cabo Verde: Santiago, Fogo, Sal, Boavista e Maio, haviam sido reconhecidas pelo navegador António da Noli, que se encontrava então ao serviço do infante D. Fernando, que posteriormente o nomeou capitão donatário de Santiago<sup>549</sup>. D. Afonso V havia concedido privilégio á Ilha de Santiago, ainda em vida de seu irmão, com vista ao povoamento<sup>550</sup>.

---

<sup>546</sup> Por desconhecermos a carta de Pero Gonçalves, a data que indicamos foi deduzida a partir da sentença com que culminou o processo.

<sup>547</sup> Sentença publicada in *Archivo dos Açores*, vol. 4, p. 28-33.

<sup>548</sup> *Archivo dos Açores*, vol. 4, p. 32-33.

<sup>549</sup> DINIS, António Joaquim Dias, *Estudos henriquinos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, vol. 1, p. 483 e ss.; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 88-95.

<sup>550</sup> AN/TT, *Gavetas* 3, maço 10, doc. 8

Relativamente ao arquipélago, não temos notícia precisa do envolvimento da Duquesa na sua administração. Acresce, contudo, referir que, por carta dada em Sintra a 8 de Fevereiro de 1472, o soberano insurgir-se-ia-se contra o capitão da dita ilha, que havia armado uma caravela destinada à Guiné, e não o poderia fazer, porquanto esta havia sido arrendada pelo soberano ao mercador Fernão Gomes<sup>551</sup>.

---

<sup>551</sup> Idem, *Leitura nova. Livro das Ilhas*, fl. 2v-4.

### II.3.3. Em África: Anafé

A cidade no Norte de África, que o infante D. Fernando conquistara, seria também objecto da atenção de D. Brites. Com o intuito de a povoar, entrou em negociações com alguns mouros daí naturais, com vista a promover a sua fixação na cidade, recebendo a Duquesa, o respectivo tributo. Para o efeito, intercedeu, uma vez mais, junto de D. Afonso V, a quem deu conta das diligências efectuadas, e obteve do monarca uma carta de anuência à pretensão, dada em Torres Vedras a 22 de Dezembro de 1473<sup>552</sup>, em que se concedia aos habitantes e estantes em Anafé idênticas liberdades, graças e privilégios que haviam sido outorgadas aos moradores das cidades de Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila.

---

<sup>552</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 50v; IDEM, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 30v-31. Publicada in *Descobrimientos Portugueses*, vol. 3, doc. 103, p. 135-136.

### III. A Corte da Senhora

#### III. 1. Familiares e parentes

Se bem que não possamos inteiramente, e com propriedade, designar os familiares da Infanta, como membros integrantes da sua corte, já que muitos deles dispunham das suas próprias, certo é que gravitavam também à sua volta. Desde logo, os Bragança, nomeadamente a duquesa, sua filha D. Isabel, a quem, por ocasião do desaparecimento do marido, o duque D. Fernando justicado na praça pública de Évora acudiu, com desvelos de mãe, mas igualmente com o tacto diplomático e a urgência que o caso requeria enviando os netos para junto de sua sobrinha Isabel, *a Católica*, onde ficariam em segurança, aguardando que as densas nuvens que se haviam abatido sobre as suas cabeças se desvanecessem. Naturalmente que as crianças, sangue do seu sangue, lhe mereciam os seus desvelos, mas estava também subjacente o envolvimento da Casa de Viseu-Beja nesta primeira conjura. De facto, não poderemos olvidar o relacionamento amistoso, mas igualmente cúmplice, de D. Brites com o próprio duque D. Fernando. No emaranhado das teias políticas, ambos se entendiam no destrinçar dos fios mais aptos para alcançar objectivos, buscando contrariar as opções advogadas pelo «Príncipe Perfeito». Recordamos a posição enérgica da Duquesa, em nome da Família alargada, ao confrontar o Rei a propósito da entrada dos corregedores nas terras dos Grandes<sup>553</sup>. Recordamos também a proximidade das duas Casas, em conluio com os Reis Católicos, nomeadamente no contexto das terçarias de Moura, proximidade que se pretendia subtil, mas cuja evidência foi percebida por D. João II, levando-o a envidar todas as diligências para o desfazimento das mesmas<sup>554</sup>. Recordamos por último, mais precisamente, a dar crédito aos documentos, a correspondência trocada entre D. Brites e o Duque de Bragança. As ligações entre as duas Casas far-se-iam ainda através de Gil Vaz ou Gil Vaz da Cunha, cavaleiro da Ordem de Santiago, que havia sido fidalgo da Casa de Beja, e passara ao serviço da duquesa D. Isabel, em 1484, como governador<sup>555</sup>.

---

<sup>553</sup> CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit., p. 234-236.

<sup>554</sup> Enviou D. João II, aos Reis Católicos, três embaixadas, apenas surtindo efeito a última, em que o soberano lançou a carta mais forte, que detinha: – a «Excelente Senhora», rainha sem reino, mas que fazia estremecer os governantes de além-fronteira. De facto, aquela a quem se negara a coroa de Castela, por dúvidas de legitimidade com o defunto monarca, era simultaneamente o grão na engrenagem da pretensa legitimidade da tomada do poder por Isabel, a Católica. Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho, *D. Brites. Uma mulher da Casa de Avis*, p. 52-53.

<sup>555</sup> Carta de D. João II, dada em Santarém, a 24 de Abril de 1484 AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 62v; *Itinerários de ElRei D. João II*, ..., p. 141.

Não apenas o Duque, mas igualmente seus irmãos fariam parte dos convivas do Ducado. Vejamos as noivas que elegeram: D. João, marquês de Montemor, ao desposar D. Isabel de Noronha, tornar-se-ia genro do arcebispo D. Pedro de Noronha, cujas ligações a Castela eram conhecidas, como anteriormente se referiu; D. Afonso, 1.º conde de Faro e 2.º conde de Odemira, casaria com D. Maria de Noronha, filha de D. Sancho de Noronha. D. Beatriz encerraria o círculo ao casar com D. Pedro de Meneses, marquês de Vila Real, filho de D. Fernando de Noronha. Tais matrimónios, imbricavam-se num círculo de intrincados e estreitos parentescos, uma vez que os pais dos nubentes: D. Pedro de Noronha, D. Sancho de Noronha e D. Fernando de Noronha eram irmãos.

Ainda na esfera dos Bragança, e concomitantemente ao redor da Casa de Viseu-Beja, encontramos os Meneses: os irmãos D. Fernando e D. Garcia, este último bispo de Évora, filhos de D. Duarte de Meneses, 3.º conde de Viana do Alentejo e 2.º conde de Viana da Foz do Lima. Ambos os irmãos constaram no rol dos conspiradores contra D. João II e como tal foram julgados e condenados. Ora, o primogénito dos Meneses, D. Henrique, casara com D. Guiomar de Bragança, irmã do genro da Duquesa que vimos estudando. D. Henrique de Meneses não fora implicado na conjura, mas os irmãos escutariam com interesse os segredos sussurrados nas cortes paralelas, considerando nós que, afastados da sucessão do título, procurariam obter privilégios e, preferencialmente, um título nobiliárquico.

Encontramos ainda os Ataídes: D. Álvaro e D. Pedro. Filho e neto, respectivamente, de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia<sup>556</sup>, que fora aio do rei D. Afonso V e do infante D. Fernando<sup>557</sup>, e que apoiara o monarca e o Duque de Bragança, aquando do confronto entre estes e o infante D. Pedro, confronto que, como se sabe, culminou nos campos de Alfarrobeira. D. Álvaro de Ataíde iria consorciar-se duas vezes. Interessa-nos apenas referir a primeira esposa, D. Leonor de Melo<sup>558</sup>, de quem houve o filho D. Pedro. D. Leonor era neta de D. Henrique de Noronha, irmão dos citados D. Pedro, D. Sancho e D. Fernando de Noronha. Reparámos como os elos se concentram na mesma Família, mas observamos também que se plasma uma situação idêntica anterior, ou seja D. Álvaro de Ataíde também

---

<sup>556</sup> Carta de D. Afonso V, dada em Lisboa a 17 de Dezembro de 1448. AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 110.

<sup>557</sup> Havia sido alcaide do castelo de Monforte do Rio Livre e regedor e governador da casa do infante D. Pedro, que o nomeou aio dos sobrinhos, afastando Nuno Martins da Silveira. AN/TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 12v; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 34; liv. 34, fl. 3v; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 81-82; MORENO, Humberto Baquero, «La noblesse portugaise pendant le regne d'Alphonse V» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 26. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 155.

<sup>558</sup> Filha de D. Pedro Vaz de Melo, 1º conde de Atalaia, e de D. Maria de Noronha.

não era o filho primogénito. A sucessão da Casa de Atouguia iria recair, e recaiu, em seu irmão, D. Martinho, que também não viu o seu nome envolto em aventuras. Aventuras em que embarcaram D. Álvaro de Ataíde e seu filho, planeando conjuntamente com D. Diogo, duque de Viseu e de Beja, o assassinato de D. João II<sup>559</sup>.

---

<sup>559</sup> Na sentença régia, dada em Portel a 9 de Agosto de 1485, especificava-se a pena que lhe deveria ser aplicada: degolação e confisco de bens para a Coroa. (AN/TT, *Gavetas* 2, maço 2, doc. 3). Não foi inteiramente executada, por entretanto haver fugido para Castela, só regressado a Portugal após a subida ao trono de D. Manuel I. A mesma sorte não teve seu filho, D. Pedro de Ataíde, que foi degolado e esquartejado em Setúbal. RESENDE, Garcia de, *ob. cit.*, cap. LIV, p. 82.

### III. 2. As gentes da Casa Senhorial

Importante seria conhecer a chancelaria do infante D. Fernando e de D. Brites, mas a documentação, que decerto existiu não foi localizada. Assim, tivemos que recorrer a fontes indirectas, nomeadamente, aos registos nas Chancelarias Régias ou cópias posteriores organizadas na colectânea conhecida como *Leitura Nova*. Aí nas nomeações, doações, cartas de perdão ou promessas de dotes, vislumbra-se a sociedade que integrou o seu séquito. Rodeou-se de gente que na sua grande parte detinham importantes cargos nas esferas político-económicas, permitindo-lhe coordenar e supervisionar todo um Reino. Da investigação que efectuámos, tão exaustiva quanto possível, já que não ignoramos que uma pesquisa jamais se poderá ter por finalizada, dada a dispersão de documentação e o uso que dela se foi fazendo ao longo dos séculos, que todavia nos levam por vezes a gratas surpresas<sup>560</sup>, foi-nos sendo revelada uma sociedade complexa, adentro de uma corte fechada, em que as solidariedades e procura de poder, alicerçado em cargos e em património, se consubstanciavam através das alianças matrimoniais entre os seus membros, muitas delas concertadas pela Duquesa, constituindo verdadeiras «dinastias» ao serviço da Casa Ducal. Assim, identificámos os seguintes casos, que atestam a existência de redes familiares que, frequentemente se interpenetravam:

|          |   |
|----------|---|
| Almeida  | Álvaro de Almeida, fidalgo, vedor da fazenda da casa ducal, e sua filha D. Isabel de Almeida, donzela de D. Brites. Tio materno de D. Isabel de Sousa, secretária de D. Brites, de D. Leonor da Silva, donzela da Duquesa e de Rui de Sousa, igualmente fidalgo da casa ducal.  |
| Atouguia | Rodrigo Afonso de Atouguia e seu filho, Cristóvão Correia, marido sucessivamente de duas donzelas de D. Brites: D. Branca ou D. Brízida de Almada e D. Catarina de Ataíde, que, pelo segundo casamento o iria ligar à família Góis, já que D. Catarina era filha de Estevão de Góis.  |
| Brito    | Estevão de Brito, alcaide-mor de Beja, seu filho Artur de Brito, que lhe sucederia na alcaidaria e seu sobrinho Mem de Brito. Mem de Brito casaria com D. Catarina de Sottomayor, filha de uma irmã de D. Álvaro de Lima, abaixo referido, (D. Inês de Sottomayor). Estevão de Brito e Artur de Brito ligar-se-iam à também à família Freire de Andrade, como a seguir se dirá. |

<sup>560</sup> Recordamos, por exemplo, a emoção do Professor Harvey Scharer ao encontrar um fragmento das cantigas de D. Dinis, inserto na encadernação de um códice notarial. Sobre o assunto veja-se HARVEY, L. Scharer, «The discovery of seven cantigas d'amor by Dom Dinis with musical notation» in *Hispania*, vol. 74, n.º 2, Maio, 1991, p. 459-461.

|                   |  |
|-------------------|--|
| Câmara            | João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão donatário da da Ilha da Madeira da parte do Funchal e Rui Gonçalves da Câmara, 3.º capitão donatário da Ilha de S. Miguel, nos Açores, filhos de João Gonçalves Zarco; João Rodrigues da Câmara, 4.º capitão donatário da Ilha de São Miguel, bastardo de Rui Gonçalves da Câmara. João Rodrigues da Câmara seria marido da donzela de D. Brites, D. Inês da Silveira.   |
| Coutinho          | No séquito de D. Brites constavam três donzelas da família Coutinho: D. Joana e D. Maria , filhas de D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marialva e D. Guiomar, filha de D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva.   |
| Fogaça            | D. Brites tinha duas donzelas da família Fogaça: Isabel Fogaça, filha de João Fogaça, comendador de Sesimbra e Violante Fogaça, filha de Diogo Fogaça.   |
| Freire de Andrade | Estevão de Brito casou em 1.ªs núpcias com D. Joana Coutinho ou D. Joana Freire, filha de Gomes Freire de Andrade, senhor de Bobadela e em 2.ªs núpcias com D. Guiomar Freire, filha de Nuno Fernandes Freire e neta de Gomes Freire de Andrade. De referir que Nuno Fernandes Freire fora casado em 1.ªs núpcias com D. Helena de Brito, filha de Artur de Brito e em 2.ªs núpcias com D. Isabel de Almeida, bastarda de Álvaro de Almeida, acima referido. |
| Góis              | Francisco de Góis, alcaide-mor de Mértola, e sua irmã Catarina de Ataíde, donzela de D. Brites, filhos de Estêvão de Góis, que fora alcaide-mór de Mértola.  |
| Lima              | D. Álvaro de Lima, monteiro-mor de D. Fernando e D. Maria de Lima, sua irmã, donzela de D. Brites, filhos de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira. D. Maria de Lima casaria com Vasco Fernandes Coutinho, senhor de Celorico de Basto, também fidalgo da casa ducal.   |
| Mascarenhas       | Martim Vaz Mascarenhas e Nuno Vaz Mascarenhas, filhos de Martim Vaz Mascarenhas; João de Mascarenhas, filho de Nuno Vaz de Mascarenhas. Isabel de Ataíde, donzela de D. Brites, filha de Nuno Vaz de Mascarenhas.  |
| Melo              | Garcia e Henrique de Melo, filhos de João de Melo, copeiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Serpa, e Diogo de Melo e D. Joana da Silva, donzela de D. Brites, filhos de Garcia de Melo.   |
| Moniz             | Diogo Gil Moniz, filho de Gil Aires, escrivão da puridade do condestável D. Nuno Álvares Pereira e irmão de Isabel Moniz, mulher de Bartolomeu Perestrelo. Diogo Gil Moniz casaria com D. Leonor da Silva, ligando-se aos Silvas e aos Almeidas.   |
| Silva             | Referimos esta família, ao abordarmos os Almeida, quando dissemos que João da Silva, D. Isabel de Sousa e D. Leonor da Silva, eram sobrinhos de Álvaro de Almeida. De facto, a mãe dos referidos irmãos era D. Branca de Almeida, 1.ª mulher de Rui Gomes da Silva, senhor de Chamusca, Mação, Vila Nova de Foz  |

|          |   |
|----------|---|
|          | Coa e Ulme.   |
| Silveira | Silveira: dois dos filhos de D. João Fernandes da Silveira, 1.º barão de Alvito: Fernão da Silveira e D. Filipe de Sousa. Fernão da Silveira casaria com Brites de Sousa, irmã de Garcia de Melo e D. Filipe com D. Filipa da Silva, filha de Gil Vaz da Cunha, igualmente fidalgo da casa ducal. |

Nota: As referências documentais relativamente a este quadro encontram-se no apêndice.

Classificámos acima a corte de Beja como uma estrutura fechada, que todavia penetrava, por via de muitos dos seus membros, na própria Corte e noutras casas senhoriais, quer através de elos familiares, quer por via de cargos na administração central. Vejamos então os cargos detidos e as ligações á Corte:

- Álvaro de Almeida, a que acima nos referimos, ao mencionarmos o núcleo constituído pela sua família no seio da casa ducal. Importa agora dizer que, filho do rico-homem Diogo Fernandes de Almeida, alcaide-mor de Abrantes, meio irmão de D. Lopo de Almeida, figura grada da Corte de D. Afonso V, que o nobilitaria como 1.º conde de Abrantes, por carta de 13 de Junho de 1476:
- Afonso Vides, escudeiro, juiz das sisas de Portalegre <sup>561</sup>
- Aires da Gama, cavaleiro, juiz dos mouros e judeus de Elvas e seu termo <sup>562</sup>;
- Álvaro da Cunha, fidalgo, fronteiro-mor do Algarve, juiz dos direitos reais da Covilhã, estribeiro-mor de D. Afonso V e de D. João II <sup>563</sup>;
- Álvaro Dias, escrivão da câmara da infanta D. Brites, tabelião geral do Reino <sup>564</sup>;
- D. Álvaro de Lima, filho de D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira <sup>565</sup>;
- Diogo Gil Moniz, sua filha D. Francisca da Silva foi a 1.º mulher de D. Sancho de Noronha, futuro 3.º conde de Odemira <sup>566</sup>;
- Diogo de Oliveira, escudeiro, juiz dos órfãos em Beja <sup>567</sup>.

<sup>561</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 155; liv. 34, fl. 152v.

<sup>562</sup> Carta dada em Arévalo, a 6 de Outubro de 1475. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 17.

<sup>563</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 143.

<sup>564</sup> Carta dada em Santarém, a 14 de Março de 1466. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 38-38v.

<sup>565</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 256, 259

<sup>566</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 344

<sup>567</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 9v

- Estêvão de Brito, a mãe da sua 1.<sup>a</sup> esposa, D. Isabel Coutinho, era meia-irmã de D. Vasco Fernandes Coutinho, 1.<sup>o</sup> conde de Marialva, marechal e meirinho-mor do Reino<sup>568</sup>.
- D. Fernando de Meneses, fidalgo, membro do conselho de D. Afonso V e senhor das saboarias pretas de Lisboa<sup>569</sup>;
- Fernão Cardoso, cavaleiro, em 1473 foi nomeado para os cargos de meirinho de Entre-Douro e Mondego, vedor das pontes do arcediago do Vouga, bem como de todas as respectivas obras<sup>570</sup>;
- Fernão Lobo, fidalgo, sua mulher Leonor Dantas, era filha de Vasco Dantas, cavaleiro da casa de D. Afonso V<sup>571</sup>.
- Fernão de Mascarenhas, sua mulher, D. Isabel da Silva era filha de João da Silva, camareiro do rei D. Afonso V<sup>572</sup>;
- Fernão da Silveira, fidalgo, integrou os conselhos de D. Afonso V e de D. João II e foi coudel-mor do Reino<sup>573</sup>;
- Garcia de Melo, fidalgo, membro do conselho de D. João II<sup>574</sup>;
- Gonçalo Gomes de Valadares, cavaleiro, vedor dos panos da alfândega de Lisboa<sup>575</sup>;
- Gonçalo Vaz de Castelo Branco, fidalgo, vedor da fazenda, governador da Casa do Cível e membro do conselho de D. João II<sup>576</sup>;
- Henrique de Albuquerque, fidalgo, alcaide-mór de Marvão, contador dos gados que de Castela entravam pelo porto de Marvão<sup>577</sup>;
- Henrique Pereira, fidalgo, membro do conselho de D. João II<sup>578</sup>;
- Jordão Nunes, escudeiro, escrivão das pescarias régias<sup>579</sup>;

<sup>568</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 55.

<sup>569</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 215v-216; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 89, 07

<sup>570</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 218.

<sup>571</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 1-11

<sup>572</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 297

<sup>573</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro de extras*, fl. 147; SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 3, liv. 4, p. 28

<sup>574</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 255v; *Itinerários de El-Rei D. João II*, p. 224

<sup>575</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 90, 99.

<sup>576</sup> BNP, cod. 1105, fl. 65; *Itinerários de El-Rei D. João II*, p. 102

<sup>577</sup> Carta dada em Évora, a BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 2, fl. 23v-24; *Itinerários de El-Rei D. João II*, p. 72.

<sup>578</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 3, liv. 4, p. 62.

- Lopo Afonso Ichoa, juiz das sisas de Tavira<sup>580</sup>;
- D. Martinho de Ataíde, 2.º conde de Atouguia, casado com D. Filipa de Azevedo, filha de Luís Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda régia<sup>581</sup>;
- D. Rodrigo de Castro, bastardo de D. Álvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto, membro do conselho de D. João II<sup>582</sup>;
- Rui da Fonseca, contador, juiz dos órfãos na vila de Serpa<sup>583</sup>.

Por outro lado, verificamos que vários dos servidores da casa ducal, independentemente de deterem cargos ou títulos, beneficiaram de mercês régias, o que traduz o bom acolhimento que tinham junto dos soberanos, a que não seria alheia a influência da Duquesa. A seguir apresentamos a informação recolhida:

| <b>Beneficiado</b>            | <b>Mercê</b>  |
|-------------------------------|---|
| Abraão Galafi, fisico         | Isenção do uso de sinal, uma estrela amarela de seis pontas, que o identificaria como judeu quando em viagem e durante os dois primeiros dias nas localidades onde pousasse, como anteriormente referido <sup>584</sup> |
| Afonso de Badilho, cavaleiro  | Recebeu os bens móveis e de raiz penhorados a João Rodrigues Novais, recebedor e almoxarife régio, que contraíra dívidas para com o soberano <sup>585</sup> .   |
| Afonso de Carvalho, fidalgo   | Tença anual de 14 196 reais brancos, correspondente ao que teria direito de moradia e cevada <sup>586</sup>   |
| Afonso Vasques, cavaleiro     | Quartos das azenhas, denominadas de Estevão Alvo, de João Rico e de Gonçalo Arrais, sitas em Tavira <sup>587</sup> .  |
| Aires Pires Vilela, escudeiro | Um torreão e um muro que partiam com as suas casas, sitas em Évora, à entrada da mancebia, a fim de redimensionar a sua residência <sup>588</sup>   |

<sup>579</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 156.

<sup>580</sup> Carta datada de Viana a par de Alvito, datada de 26 de Março de 1482. IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 6-7; IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 24v.

<sup>581</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 214.

<sup>582</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca da Beira*, fl. 135.

<sup>583</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 310v; *Itinerários de El-Rei D. João II...*, p. 217.

<sup>584</sup> Carta dada em Santarém, a 19 de Maio de 1473. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134.

<sup>585</sup> Carta datada de Évora, a 17 de Março de 1470. IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 28-28v.

<sup>586</sup> Carta datada de Sintra, a 24 de Outubro de 1454. IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 112

<sup>587</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 210

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Álvaro Barreto, fidalgo  | Coutada de uma herdade sita junto à Ribeira de Pecena, entre o termo de Évora e o de Portel <sup>589</sup> . Renovação do aforamento de uma azenha, localizada na Ribeira de Córdova, termo de Palmela, pertencente á Ordem de Santiago, pagando de foro uma galinha e 2/3 do real de prata de oito reais a onça <sup>590</sup> . |
| Álvaro da Cunha, fidalgo | Doação do lugar de Fornos, no almoxarifado de Viseu <sup>591</sup> e da terra de Penajoia <sup>592</sup> .  |
| Aparício de Cordovelos   | Administração de um hospital, sito em Salvaterra de Magos, que lhe ficara de seu pai <sup>593</sup>   |
| Diogo de Figueiredo      | Recebeu bens confiscados a Cid Rodrigues <sup>594</sup> .   |
| Diogo Pires              | Privilégio para usar de porte de arma e isenção de servir por mar e terra em tempo de paz ou de guerra, salvo se fosse requisitado pelo monarca, pelo Príncipe ou pelo Duque, do pagamento de diversos impostos, de encargos concelhios, de acompanhar presos, de ir com dinheiros e do direito de pousada <sup>595</sup> .       |
| Diogo Pires              | Privilégio para para administrar e usufruir dos bens de uma capela sita na Igreja de Santa Maria de Setúbal, instituída por seu bisavô Estêvão Lourenço, não obstante as disposições testamentárias que obrigavam o administrador a ser clérigo de missa <sup>596</sup> .   |
| Fernão Lobo              | Privilégio para que o vendeiro que estivesse nas suas vendas sitas em Silveiras ou Landeira, termo de Montemor-o-Novo, quer fosse natural do Reini ou estrangeiro, pudesse gozar de de todos os privilégios, liberdades e franquezas que eram outorgadas aos vassallos régios, na situação de aposentados <sup>597</sup> .        |

<sup>588</sup> Carta dada em Estremoz a 10 de Julho de 1458. IDEM, *Ibidem*, fl. 96v. BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha, *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 49

<sup>589</sup> Carta datada de Évora, a 17 de Março de 1470. AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 222-223v.

<sup>590</sup> Carta dada em Santarém, a 20 de Junho de 1484. IDEM, *Ibidem*, fl. 27-28; BNP, *Fundo geral, Cod. 1105*, fl. 290; *Itinerários de El-Rei D. João II*, p. 154

<sup>591</sup> Venderia a Luís de Cáceres por autorização régia dada em Évora a 8 de Julho de 1487. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca da Beira*, fl. 71-72.

<sup>592</sup> Carta dada em Santarém a 15 de Novembro de 1487. AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 272v-273.

<sup>593</sup> Carta datada de Toro, a 26 de Abril de 1476. AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 291v-292; IDEM, *Ibidem, Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 180v-181.

<sup>594</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 22.

<sup>595</sup> Carta datada de Lisboa, a 17 de Julho de 1471. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 134.

<sup>596</sup> Carta dada em Lisboa a 22 de Janeiro de 1455. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl.

<sup>597</sup> IDEM, *Leitura Nova, Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 139-139v

|   |  |
|---|--|
| D. Filipe de Sousa, fidalgo                             | Reverteram para D. Filipe a doação das jugadas de pão e aves da cidade de Coimbra, e seu termo, que D. João II concedera a seu pai, D. João Fernandes da Silveira <sup>598</sup> . |
| Garcia de Melo, fidalgo                                 | Tença anual de 5 000 reais e alcaidaria do castelo de Serpa <sup>599</sup> .   |
| Gonçalo Falcão, cavaleiro                               | Privilégio para coutar uma terra sita em Alvarando, termo de Évora <sup>600</sup>  |
| Gonçalo Fernandes, escudeiro                            | Instituição de uma capela na Igreja de Vila Nova de Alvito <sup>601</sup> .  |
| Gonçalo Vaz de Castelo Branco, fidalgo                  | Doação de Vila Nova de Portimão. Privilégio para coutar uma terra denominada Salgueiro, Lorpio e Paio Alvarinho, sita no termo de Castelo Branco <sup>602</sup> .                  |
| Henrique de Albuquerque, fidalgo, alcaide-mor de Marvão | Privilégio para coutar a herdade denominada de Maria Viegas, sita no termo de Marvão. Tença de 20 000 reais <sup>603</sup>   |
| Isaac Gabay, alfaiate de D. Brites                      | Privilégio para se poder deslocar em besta muar de sela e freio, através de todo o Reino <sup>604</sup> .  |
| João Chaves, escudeiro                                  | Privilégio para coutar o paul de Chacoteca, sito no termo de Samora Correia <sup>605</sup>   |
| João de Mascarenhas, fidalgo                            | Privilégio para coutar a herdade de Escaroupim, sita entre o termo de Alcáçovas e o termo de Montemor-o-Novo <sup>606</sup>  |
| João de Melo, fidalgo                                   | Autorização para edificar umas casas sobre o muro quebrado da cerca velha da cidade de Évora, junto de outros que haviam pertencido a sua mãe <sup>607</sup> .                     |

<sup>598</sup> Carta dada em Abrantes a 24 de Setembro de 1483, IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 26, fl. 91v; IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 213-213v. Mercê confirmada por D. Manuel I, a 4 de Junho de 1498. IDEM, *Leitura Nova. Livro décimo primeiro da comarca da Estremadura*, fl. 105-105v.

<sup>599</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 255v; *Itinerários de ElRei D. João II*, p. 224.

<sup>600</sup> Confirmação dada em Viana a par de Alvito a 22 de Março de 1482 AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 230-232; IDEM, *Livro sétimo da comarca de Odiana*, fl. 132-132v.

<sup>601</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 209; IDEM, *Leitura Nova, Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 157-158v

<sup>602</sup> Cartas dadas em Toro a 10 de Abril de 1476 e em Santarém a 15 de Abril de 1472, respectivamente. AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 196-197; IDEM, *Livro segundo da comarca da Beira*, fl. fl. 2-2v.

<sup>603</sup> Cartas dadas em Santarém a 23 de Março de 1472 e em 12 de Maio de 1474. AN/TT, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 29-29v; IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 12; respectivamente.

<sup>604</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 129.

<sup>605</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 20.

<sup>606</sup> Carta datada de Torres Vedras a 20 de Dezembro de 1473. IDEM, *Ibidem*, fl. 28.

<sup>607</sup> Cartas de 16 de Março de 1464 e 3 de Junho de 1482. IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 28-28v.

|                                |   |
|--------------------------------|---|
| João de Sousa, fidalgo         | Rendas da judiaria da Guarda <sup>608</sup>   |
| Lopo Gonçalves, capelão        | Licença para poder adquirir bens móveis e de raiz, desde que por seu falecimento os legasse a pessoa leiga <sup>609</sup> |
| Nuno Fernandes Freire, fidalgo | Doação de umas casas, sitas em Évora, que confrontavam com outras, que já detinha <sup>610</sup>                          |
| Pero Dias, capelão             | Administração de uma capela, instituída em Santiago de Cacém <sup>611</sup>   |

De entre os membros constata-se a existência de gente ligada à nobreza e às Ordens Militares de Cristo e de Santiago de Espada. Com efeito, e se bem que a Ordem dos Espatários não tivesse sido atribuída a seu filho D. Diogo, contrariando o seu desejo, muitos dos seus membros mantiveram-se na sua órbita, como foi o caso de Álvaro de Almeida, comendador de Entradas e de Padrões<sup>612</sup>; Álvaro Dias de Frielas, escrivão do cartório e posteriormente tabelião geral<sup>613</sup>; Cristóvão Correia, comendador de Colos, Alvalade e Vila Nova de Milfontes<sup>614</sup>; Diogo Álvares, tabelião<sup>615</sup>; Diogo Fidalgo, tabelião<sup>616</sup>; Diogo Salema, cavaleiro da Ordem<sup>617</sup>; Estêvão da Gama, comendador do Cercal do Alentejo<sup>618</sup>; Estêvão de Góis, comendador de Mértola<sup>619</sup>; Fernão de Mascarenhas, comendador de Aljustrel<sup>620</sup>; Gil Vaz da Cunha, cavaleiro<sup>621</sup>; Henrique Pereira, comendador-mor<sup>622</sup>; João de Lisboa, escrivão das sisas e dos dízimos da Ordem de Santiago<sup>623</sup>; e Rui Lopes de Vasconcelos, comendador<sup>624</sup>. Refira-se ainda que a mulher de D. Álvaro de Lima, D. Violante Nogueira, era filha de Pedro Barreto, comendador de Castro Verde<sup>625</sup>; que Isabel Fogaça, donzela de

<sup>608</sup> Carta datada de Évora, de 5 de Abril de 1475. IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 167v-168.

<sup>609</sup> Carta de 26 de Maio de 1469. IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 71v.

<sup>610</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 70-70v.

<sup>611</sup> Carta dada em Santarém a 5 de Novembro de 1470. IDEM, *Ibidem, Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 32-32v.

<sup>612</sup> IDEM, *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fl. s. n..

<sup>613</sup> IDEM, *Ibidem, Convento de Palmela*, maço 2, doc. 73; IDEM, *Ibidem, Visitação da Comenda de Mértola*, 1487, fl. 2.

<sup>614</sup> DUTRA, Francis A., “As Ordens Militares”, in *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel, 1998, p. 234.

<sup>615</sup> AN/TT, *Leitura Nova Livro terceiro de místicos*, fl. 288v.

<sup>616</sup> IDEM, *Ordem de Santiago. Convento de Palmela, documentos particulares*, maço 3, doc. 17.

<sup>617</sup> IDEM, *Ibidem, Livro dos Copos*, fl. 331v.

<sup>618</sup> DUTRA, Francis A., ob. cit., p. 235

<sup>619</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago. Visitação da Comenda de Mértola 1482*, fl. [13].

<sup>620</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 297

<sup>621</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago. Livro dos Copos*, fl. 209v-210.

<sup>622</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 12, p. 181; SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 3, livro 4, p. 62.

<sup>623</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago, Livro de suplementos*, fl. 13; IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 3

<sup>624</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 178-178v.

<sup>625</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das famílias de Portugal*, vol. 2, p. 457.

D. Brites, era filha de João Fogaça, comendador de Sesimbra<sup>626</sup>, que D. Isabel de Meneses, donzela da Duquesa, era neta de D. Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem<sup>627</sup>.

No que concerne á Ordem de Cristo, atesta-se a presença de Antão de Oliveira, cavaleiro, escrivão da fazenda de D. Brites<sup>628</sup>; Duarte Sodré, comendador<sup>629</sup>; Fernão de Sousa, comendador de Salvaterra de Magos<sup>630</sup>, Garcia de Melo, comendador de Longroiva<sup>631</sup>; Frei Gonçalo Velho Cabral, comendador<sup>632</sup>, Leonel Rodrigues, cavaleiro<sup>633</sup>; Frei Pedro de Abreu, capelão do duque D. Diogo, e vigário da Ordem<sup>634</sup>; Pedro Afonso, contador no mestrado<sup>635</sup>. Salientemos ainda o caso de Antão de Oliveira, cavaleiro da Ordem de Cristo, escrivão da fazenda da Duquesa e provedor da capela que D. Brites instituíra no Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja. Da confiança que a Duquesa manifestava para com o seu servidor e do estatuto em que o colocava fala-nos a sua enquanto testemunha do casamento celebrado em 1500, que uniu D. Afonso, bastardo de D. Diogo, e D. Joana de Noronha.

---

<sup>626</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 114;

<sup>627</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, op. cit., vol. 2, p. 455, vol. 7, p. 163.

<sup>628</sup> AN/TT, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>629</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 284v.

<sup>630</sup> BNP, cod. 1105, fl. 290.

<sup>631</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 255v; *Itinerários de ElRei D. João II*, p. 224.

<sup>632</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 108v-109.

<sup>633</sup> IDEM, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 28.

<sup>634</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 122.

<sup>635</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 141, p. 324; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 104.

### III. 2.1. Damas e donzelas

As senhoras que integravam o seu séquito, de que conseguimos apurar um total de 11 damas e 17 donzelas, que damos especificamente conta em apêndice, na generalidade pertenciam a uma elite cuja origem, provinha de fidalgos ou servidores da Casa Real. De entre estas, salientaremos D. Guiomar Coutinho, filha de D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva e 2.º conde de Loulé, e de sua segunda mulher D. Beatriz de Meneses que, rejeitando um casamento sugerido por D. Brites<sup>636</sup> com o viúvo D. Álvaro de Ataíde<sup>637</sup>, filho de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º conde de Atouguia, acabaria por contrair matrimónio em Março de 1530 com o infante D. Fernando (1507-1534), duque da Guarda, filho de D. Manuel I.

Não terá a Duquesa concertado plenamente este casamento. Os anos avançavam e, se bem que continuasse activa e enérgica, D. Brites envelhecia usufruindo da tranquilidade que lhe advinha da corte régia, de que agora era também senhora. Mas noutros tempos, no tempo em que era mister governar o Ducado, a Duquesa, como aliás era de regra, tratou do futuro das suas donzelas, procurando-lhes maridos que, conjuntamente com independência e desafogo económico, tivessem interessantes posições na sociedade, nomeadamente e sobretudo, que tivessem uma palavra dizer na política ou na administração. Na maior parte das vezes, como acima referimos, as uniões processavam-se entre membros da casa senhorial, o que fortalecia os laços de dependência com D. Brites, que desta forma poderia, pelo menos em teoria, continuar a influenciar e a controlar. De entre estas, destacamos:

D. Branca ou Brízida de Almada, filha de D. Vasco de Almada, que contrairá casamento com Cristovão Correia, veador da rainha D. Leonor, filho de Rodrigo Afonso de Atouguia, vedor da fazenda de D. Brites<sup>638</sup>;

Catarina de Ataíde, filha de Estevão de Góis, alcaide-mor do castelo de Mértola, e de D. Isabel de Ataíde, a quem coube em sorte o viúvo de D. Branca de Almada. A Duquesa concedeu-lhe um padrão de 2 000 coroas para casamento<sup>639</sup>;

---

<sup>636</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI* anotada e comentada por José Hermano Saraiva. Lisboa: Publicações Europa-América, p. 69.

<sup>637</sup> Viúvo de D. Leonor de Melo, voltaria a contrair casamento com D. Violante de Távora, filha de D. Pedro de Sousa, 1.º senhor do Prado e de D. Maria Pinheiro. SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. 12, parte 2, p. 239.

<sup>638</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *ob. cit.*, vol. 1, p. 244; vol. 4, p. 443.

<sup>639</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 38v-39.

D. Catarina Henriques, filha de D. Fernando Henriques, 2.º senhor das Alcáçovas, e de Branca de Melo, que contrairia casamento com Henrique de Albuquerque, alcaide-mor de Marvão. D. Brites e D. Fernando haviam-lhe concedido um padrão de 2 500 dobras<sup>640</sup>;

D. Inês de Sousa, casou com Diogo de Bairos, adail-mor do Reino do Algarve e membro do conselho do rei D. Afonso V<sup>641</sup>;

D. Isabel de Ataíde, filha de Nuno Vaz de Mascarenhas e de Catarina de Ataíde. Casou com Estevão de Góis, alcaide-mor de Mértola;

D. Isabel de Almeida, filha bastarda de Álvaro de Almeida, fidalgo da casa ducal, casou com Nuno Fernandes Freire, igualmente fidalgo da casa ducal, neto de D. Nuno Freire, mestre da Ordem de Cristo, de quem foi 2.ª esposa. A Duquesa concedeu-lhe 2 000 coroas para o seu casamento<sup>642</sup>;

Isabel Fernandes, criada de D. Brites, casou com Gonçalo Cardoso, escudeiro fidalgo da casa ducal, tendo a Duquesa concedido 1 000 coroas para o casamento<sup>643</sup>;

D. Isabel de Meneses, filha de Gonçalo Nunes Barreto, senhor do morgado de Quarteira e de Isabel Pereira, neta materna de D. Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem de Santiago. Casou com Gil de Magalhães, fidalgo da casa ducal<sup>644</sup>;

D. Joana da Silva, filha de Garcia de Melo, alcaide-mor de Serpa, e de D. Filipa da Silva. Casou com Vasco Eanes Corte Real (c. 1465-1537), cavaleiro da casa real, membro do conselho de D. João II, alcaide-mor de Tavira e irmão do navegador Gaspar Corte Real. A Duquesa concedeu-lhe 2 000 coroas para casamento<sup>645</sup>;

Margarida de Vilhena, filha do fidalgo Martim Afonso de Melo, alcaide –mor de Olivença, e de D. Margarida de Vilhena. Casou com Rui Dias Lobo, fidalgo da Casa Real, 4.º senhor de Alvito<sup>646</sup>. De referir que sua irmã, D. Maria de Vilhena, casada

---

<sup>640</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 139v-140; IDEM, *Ibidem, Livro quarto de místicos*, fl. 57v-58.

<sup>641</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 51.

<sup>642</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 49-49v; IDEM, *Ibidem, Livro quarto de místicos*, fl. 52.

<sup>643</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 156-156v.

<sup>644</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 63-63v; IDEM, *Ibidem, Livro sexto de místicos*, fl. 54v; IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 58.

<sup>645</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 25v-26

<sup>646</sup> AN/TT, *Leitura Nova, Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 130; IDEM, *Ibidem, Livro terceiro de místicos*, fl. 229v-230.

com Fernão Teles de Meneses, 4.º senhor de Unhão, foi aia de D. Leonor, filha da Duquesa, e futura Rainha de Portugal;

D. Maria Coutinho. Casou com D. Martinho de Meneses<sup>647</sup>.

De entre os matrimónios negociados pela Duquesa, o mais interessante foi o caso de D. Inês da Silveira, filha de Rui Dias Pereira, alcaide-mor de Moura, e de Maria de Melo. Casou com João Rodrigues da Câmara, bastardo de Rui Gonçalves da Câmara, 3.º capitão donatário da Ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores. Este casamento foi minuciosamente tratado por D. Brites, que selou todas as hipóteses que porventura viessem a ser desfavoráveis à sua donzela. As providências tomadas relacionavam-se com o facto de Rui Gonçalves da Câmara, conquanto não houvesse descendentes do matrimónio que realizara com Maria de Bettencourt, ser pai de diversos bastardos. O contrato que a Duquesa lavrou declarava expressamente que o negócio exigiria que o noivo fosse legitimado, a fim de poder suceder a seu pai na capitania, condição que apenas poderia ser anulada se Rui Gonçalves da Câmara ainda viesse a ter filhos legítimos, o que não se encarava como provável. Contudo, se tal sucedesse, após realizado o casamento entre seu filho e D. Inês, Rui Gonçalves da Câmara obrigar-se-ia a doar a João Rodrigues 800 000 reais brancos, em satisfação de não haver cobrado a capitania. Por outro lado, o noivo declarava que, por sua morte, D. Inês teria direito ao dote e arras e à herança de seus pais, bem como metade de todos os bens que ambos viessem a adquirir<sup>648</sup>.

Nem todas as suas donzelas contraíram matrimónio De entre as que permaneceram solteiras deparamo-nos com uma que se iria salientar não sendo através de um casamento tacticamente realizado. Retomamos o caso de D. Isabel de Sousa, filha de Rui Gomes da Silva<sup>649</sup>. Talvez com base nos significativos bens que possuía em Beja, Jorge Cardoso refere que teria nascido na vila, informação que não pudemos confirmar, já que as fontes que compulsámos não mencionam a sua naturalidade. Se bem que o conhecimento deste registo se revele interessante ao elaborar-se uma biografia, pelas eventuais projecções que lhe possam estar atinentes, no caso presente não foi decerto esse o motivo para ter ingressado na corte da Duquesa. Ao invés tal decisão teria estado relacionada com a proximidade que a sua família

---

<sup>647</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 215-215v.

<sup>648</sup> IDEM, *Ibidem Livro das Ilhas*, fl. 52v-55.

<sup>649</sup> Adiante agregaremos mais informações sobre esta figura, na micro-biografia que apresentamos de D. Isabel de Sousa.

mantivera<sup>650</sup> e mantinha nos círculos da esfera régia, já que seu pai, que havia pertencido à Casa do Infante D. Henrique<sup>651</sup>, transitara para servidor da Casa Real, após a morte do Infante. Cremos, pois, que um dos factores que julgamos haver sido preponderante para a eleição de D. Isabel de Sousa para donzela da Duquesa D. Brites, estará exactamente relacionado com o percurso de seu pai, ou seja com o facto de muitos dos servidores do Infante D. Henrique, na sequência do seu desaparecimento, haverem encontrado nova Casa junto do Infante D. Fernando<sup>652</sup>. E se Rui Gomes da Silva foi servir o Rei, que a esse tempo já era viúvo, parece lógico que para sua filha fosse requerida a protecção da esposa do irmão dilecto de D. Afonso V, arrecadando, simultaneamente, toda uma mais-valia que o ingresso numa Casa poderosa projectava.

Mas a Duquesa cobrou essa protecção da melhor maneira, ao colocar a sua donzela em lugar destacado no séquito da Princesa e futura Rainha D. Isabel, desde logo em Moura, momento em que longe da mais próxima Família agradariam à adolescente, mimos e enlevos, que lhe devem ter sido pródigos levando-a de tal modo a afeiçoar-se à sua camareira, que esta a iria acompanhar no seu percurso de vida, como acima referimos.

---

<sup>650</sup> O avô paterno, Diogo Gomes da Silva integrara a expedição a Ceuta, onde fora armado cavaleiro e pertencera à casa senhorial do Infante D. Henrique. Cf. Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 128.

<sup>651</sup> ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. C; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 131; SOUSA, João Silva de, *A Casa senhorial do Infante D. Henrique*, p. 120.

<sup>652</sup> SOUSA, João Silva de, ob. cit., p. 393, e passim.

### III.2.2. As Minorias

As minorias estavam igualmente presentes. Documentam-se os hebreus: os físicos Abraão Galafi<sup>653</sup> e Mestre António de Bom Dia<sup>654</sup>, os alfaiates Isaac Gabay<sup>655</sup>, Meier Abraão<sup>656</sup>, e o servidor Jorge de Oliveira, judeu converso, genro de Mestre António de Bom Dia. De entre os hebreus que avulta Abraão Galafi, que para além do privilégio, acima referido, emprestou 4 mil reais, ao soberano, em data que não foi possível precisar com rigor, mas que se situa entre 1478 e 1479, momento em que fora lançado um pedido de empréstimo para custear as despesas da guerra com Castela<sup>657</sup>. Também o seu alfaiate, Isaac Gabay, almotacé dos judeus<sup>658</sup>, emprestou 5 mil reais<sup>659</sup>. Refira-se ainda o caso de Jorge de Oliveira, posteriormente escudeiro da casa real e recebedor da chancelaria de D. Manuel I, que o soberano privilegia declarando que lhe não seriam aplicáveis, nem a si nem á sua família, quaisquer ordenações, referentes aos cristãos novos, porquanto se anulava toda e qualquer mancha que por causa de *sua nação contra elles se possa alegar*<sup>660</sup>. Também em relação a mestre António de Bom Dia, o soberano fazia mercê de que umas casas, sitas em Beja, na Rua do Touro, que o mesmo havia aforado, em fatiota, ao hospital de Santa Maria da Piedade da referida vila, lhe não fossem *tiradas nem mudadas em pessoas*<sup>661</sup>.

Relativamente aos mouros, se bem que não nos foi possível identificá-los, temos notícia do relevamento de dez açoites, em 1470, a que havia sido condenado o colação da Infanta<sup>662</sup>.

Há ainda notícia de oito escravas, uma delas especificadamente de raça branca<sup>663</sup> e 3 escravos, dois dos quais forros<sup>664</sup>.

---

<sup>653</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 129; liv. 33, fl. 134

<sup>654</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842

<sup>655</sup> IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 2, fl. 70

<sup>656</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2,9 fl, 31v

<sup>657</sup> FARO, Jorge, *Receitas e despesas ...*, p. 269.

<sup>658</sup> Carta régia de 29 de Março de 1490. AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fl. 70; MORENO, Humberto Baquero, “Bandos nobiliárquicos em Olivença”, in *Exilados, marginais e contestários...*, p. 161.

<sup>659</sup> FARO, Jorge *Receitas e despesas...*, p. 270.

<sup>660</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 90.

<sup>661</sup> ADBEja, Santa casa da Misericórdia de Beja, *Tombo do hospital de Santa Maria*, fl. 19-20

<sup>662</sup> *O livro dos recebimentos de 1470*, título de Março, p. 25.

<sup>663</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Inventário da infanta D. Beatriz”, p. 81, 83-84, 103

<sup>664</sup> IDEM, *Ibidem*. Documento publicado por FREIRE, Anselmo, Braamcamp, ob. cit., p. 104, 106

## Conclusão

Assente num extenso património, resultante da acumulação de bens provindos da estratégia de centralização prosseguida desde o início pela dinastia de Avis, o Ducado de Beja atingiu uma projecção que decerto não previra D. João I, ao casar o seu bastardo, D. Afonso, com D. Brites Pereira de Alvim, única filha sobrevivente do condestável D. Nuno Álvares Pereira, estratégia que seria prosseguida com a união do infante D. João com a sobrinha, D. Isabel de Barcelos. Pretendia o Rei recuperar, ou seja, devolver à Família Real<sup>665</sup> parte dos avultados bens<sup>666</sup> que havia doado ao seu Condestável, como gratificação pelos altos serviços prestados, que lhe permitiram a ascensão ao trono.

Os seus descendentes seguiram na mesma esteira, nomeadamente D. Duarte que aprovou e confirmou os legados dos irmãos, os infantes D. Fernando e D. Henrique<sup>667</sup>, a seu filho D. Fernando, que os mesmos haviam perfilhado. Via com bons olhos, tanto a possibilidade da constituição facilitada da casa do jovem<sup>668</sup>, como também o facto dos bens que, não se pulverizando (já que admitimos que não fossem doados a um único beneficiário, mesmo que para tal fosse concedido desembargo da Lei Mental) continuariam nas mãos dos membros da família, assim se perspectivando como garantia de solidariedade, ou seja, de coesão do poder régio.

Quanto a D. Afonso V, como atrás referimos, pensamos que não era essa completamente a sua preocupação, mas antes, um misto de «paternalismo» eivado da grande afectividade que dedicava ao irmão mais novo, a quem praticamente nada recusou. Esse procedimento, prolongando a sua memória, tornou-o extensivo á viúva, tutora dos sobrinhos

---

<sup>665</sup> Recordamos a inquietação de D. João I, manifestada nas Cortes de Évora de 1408 (AN/TT, *Aditamento de Cortes*, fl. 104) quando necessitou de dar Casa a seus filhos, transmitida igualmente pelo cronista «... *paecia que nam tinha que partir com elles, seguundo a sua homrra pertemcia...*» (Lopes, Fernão, op. cit., cap. CLII, p. 333. Sobre o assunto veja-se também MORENO, Humberto Baquero, «La lutte de la noblesse portugaise contre la royauté à la fin du Moyen Âge», ..., p. 52.

Usamos propositadamente a palavra Família, porque ao tempo não estavam ainda definidos os limites entre res pública e bens do Rei.

<sup>666</sup> ...*tinha a metade do Regnno em terras e remdas e outras dadivas* LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, cap. CLII, p. 332.

<sup>667</sup> Note-se que segundo o cronista as razões que levaram os dois irmãos a eleger como herdeiro o sobrinho D. Fernando, não se deveu, pelo menos de início, a um sentimento de particular afectividade, mas inscreveu-se na estratégia urdida em conluio com a rainha D. Leonor, para convencer D. Duarte a autorizar a projectada partida para o Norte de África, visando a conquista de Tânger, empresa que o Rei não se mostrava disposto a apadrinhar. PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. XIII, p. 518-520. Sobre o assunto veja-se também DINIS, António Joaquim Dias, *Em torno dos testamentos do Infante Santo*, p. 2-3; SOUSA, João Silva de, *A Casa senhorial do Infante D. Henrique*, p. 29.

<sup>668</sup> SOUSA, João, Silva de, *D. Duarte, infante e rei e as casas senhoriais*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1991, p. 12.

agora órfãos. Não viu, ou não quis crer/ver, que a grandeza da casa senhorial de Viseu/Beja, constantemente acrescida por rendas, tenças e privilégios, lhe proporcionara um gradual e concertado afastamento, levando-a a gizar um caminho próprio<sup>669</sup> que, perigosamente, rivalizava com a própria Casa Real.

E nesse caminhar, detendo as rédeas da condução do Ducado, revela-se D. Brites como a hábil e sagaz administradora do património. Vemo-la em todos os cenários: dominando arruídos, aplicando a justiça com mão de ferro, velando pela arrecadação de rendas e tributos, intervindo nas Ordens Militares de Santiago e de Cristo, dialogando com a Cúria Romana e regendo destramente uma corte alternativa, que englobava gente com ligações ao poder central e às Ordens militares. Tudo adentro de uma estratégia que, num momento propício, poderia guindar a sua Família à mais alta instância. Mesmo depois de abatido o Ducado de Viseu, o Ducado de Beja permaneceria um esteio de poder e prestígio.

Dissemos no início que, neste trabalho, não iríamos abordar a faceta política da Duquesa e, de facto, apenas referimos o seu protagonismo enquanto diplomata nas conversações havidas em Alcântara com sua sobrinha Isabel *a Católica*. Apercebemo-la também nos itinerários que, até onde nos foi possível, recuperámos, pois, na realidade, toda a actuação da nossa biografada se inscreve, essencialmente, no campo político. O nosso estudo conduziu-nos à apreensão global do horizonte em que se revia, que não se confinava ao papel de mãe atenta aos interesses dos filhos, mas antes, desembaraçando-se do vestido de tutora, D. Brites agiu principalmente enquanto Duquesa «reinante». À similitude do seu parente Charles *le Téméraire*, a coroa de Duquesa era ainda diminuta para a sua ambição Mas, ao contrário do primo, a roda da fortuna haveria de lhe ser favorável, e permitir-lhe- ia atingir os objectivos que traçara e que perseguira: a Casa de Beja, que mantivera *emteyra e juntamente*, ornar-se-ia com a Coroa de Portugal!

---

<sup>669</sup> O príncipe medieval procurava antes de tudo o reforço do poder, o que passava pela procura de aliados e pela acumulação de terras e de capitais, que lhe dariam uma maior margem de acção. Tornar-se mais poderoso possibilitava-lhe um mais fácil acesso a níveis mais elevados. DEBRIS, Cyrille, ob. cit., p. 24.

## Apêndice

### A composição da Casa Senhorial

**Abraão Galafi**, físico de D. Brites

Por carta régia dada em Santarém, a 19 de Maio de 1473, obteve o privilégio de isenção do uso de sinal, sempre que necessitasse de viajar, e durante os dois primeiros dias nas localidades onde pousasse<sup>670</sup>. Emprestou 4 000 reais a D. Afonso V<sup>671</sup>, na sequência do pedido apresentado pelo Monarca nas Cortes de Évora de 1475, para custear as despesas da guerra com Castela.

**Afonso (Frei)**, confessor de D. Brites

A Duquesa legou-lhe, em testamento 20 mil reais, 8 côvados de tecido de Ypres e uma peça de pano de veludo branco<sup>672</sup>.

**Afonso Álvares**, deão da capela de D. Brites

Na sequência do falecimento da Duquesa entregou a Luís de Atougua, que se encarregara do inventário dos bens ainda não distribuídos, as seguintes peças: duas mesas de gonços grandes: uma de bordos e outra de vinhático, compostas por três pés; um púlpito de madeira que servia na capela; um arcaz em que estavam os livros, que se guardavam na sacristia; duas arcas encoiradas de cabelo e duas arcas encoiradas, de cor preta, forradas; 22 peles de pergaminho; um martelo de orelhas; duas tesouras velhas de espevitar e uma vestimenta de cetim amarelo de feição de brocado<sup>673</sup>.

**Afonso de Badilho**, cavaleiro

Encontrava-se já ao serviço do infante D. Fernando e permaneceu na casa ducal. Por carta datada de Almeirim, de 14 de Fevereiro de 1514, o rei D. Manuel dou-lhe para si e seus descendentes o casal do Queimado, sito no termo da Golegã<sup>674</sup>.

**Afonso de Carvalho**, fidalgo

Morador em Évora. Foi tesoureiro de D. Fernando<sup>675</sup>.

**Afonso Eanes**, mestre da nau de D. Fernando

Estante no Porto. Referido numa carta de quitação a Gonçalo Pacheco, dada a 21 de Março de 1456<sup>676</sup>.

---

<sup>670</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134.

<sup>671</sup> FARO, Jorge, *Receitas e despesas...*, p. 269.

<sup>672</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 106.

<sup>673</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, *ob. cit.*, p. 69, 110

<sup>674</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro décimo terceiro da comarca da Estremadura*, fl. 120v-121.

<sup>675</sup> BPE, *Colecção Manizola*, cod. 595, fl. 2-2v, 9, 11; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 88, 93.

<sup>676</sup> *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos...*, vol. 2, doc. 19, p. 669; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 88, 93.

**Afonso Eanes do Campo**, escudeiro

Almoxarife da Ilha de Cabo Verde, pelo menos nos anos de 1491 a 1493. Aí recebia os quartos das caravelas que os moradores da Ilha armavam para irem à Guiné<sup>677</sup>.

**Afonso Lopes**, escrivão público

O início da actividade está documentada a partir de 1470, data em que exerceu o cargo, em substituição de Álvaro Afonso. Redigiu, nesta qualidade, diversas escrituras referente a doação de terras na Ilha da Madeira<sup>678</sup>. Em 1475 surge-nos como tabelião geral para a vila do Funchal<sup>679</sup>.

**Afonso Lopes**, escudeiro

Casou com Teresa Falcão, filha de Rui Falcão e de Maria de Abreu. O duque D. Manuel, por carta dada em Montemor-o-Novo a 24 de Janeiro de 1485, confirmou-lhe uma tença de 5 000 reais, a liquidar anualmente, relativa ao montante de 500 coroas que Nuno Fernandes Freire havia trespassado a Rui Falcão, as quais eram parte das 2 000 concedidas pelo infante D. Fernando, por seu casamento. Posteriormente, Maria de Abreu iria doar a referida tença, a sua filha, a título de dote<sup>680</sup>.

**Afonso Vasques ou Afonso Vasques da Costa**, cavaleiro<sup>681</sup>.

**Afonso Viles**, escudeiro

Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique. Desempenhou os cargos de juiz das sisas de Portalegre e, por nomeação de 1450, foi escrivão da coudelaria de Penalva, Satão, Rio de Moinhos, Gulfar e seus termos<sup>682</sup>.

**Aires da Gama**, cavaleiro

Nomeado juiz dos mouros e judeus de Elvas e seu termo, por carta régia dada em Arévalo, a 6 de Outubro de 1475<sup>683</sup>.

---

<sup>677</sup> Carta de quitação, datada de Montemor a 19 de Fevereiro de 1496. AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 68-68v.

<sup>678</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 11, 12; *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua História*, vol. 3, doc. 59, p. 84-85; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 88, 93.

<sup>679</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 14, 15.

<sup>680</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 48v.

<sup>681</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 210.

<sup>682</sup> Idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 155, liv. 34, fl. 122v, 124v; *Monumenta Henricina*, vol. 10, p. 252, 309-310, Idem, *Ibidem*, p. 270, 290; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 88, 93; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do Infante D. Henrique ...*, p. 397; Idem, *Senhorias laicas beirãs no século XV*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 70.

<sup>683</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 17.

**Aires Gonçalves**, escrivão em Moura

Nomeado para o cargo pelo infante D. Fernando, em substituição de Rui Vaz<sup>684</sup>. D. Afonso V por carta dada em Santarém, a 22 de Março de 1451, concedeu-lhe licença para usar de sinal público nas escrituras que pertencessem ao seu ofício<sup>685</sup>. A 29 de Junho do mesmo ano, por carta régia emitida em Lisboa, foi nomeado para o cargo de escrivão da coudelaria da vila de Moura, pelo período de 5 anos<sup>686</sup>. Redigiu uma escritura relativa à divisão da água da herdade da Pipa, sita no termo da referida vila<sup>687</sup>.

**Aires Pires Vilela**, escudeiro

Morador em Évora. Em 1471 foi alcaide da confraria do Corpo de Deus de Santo Antoninho<sup>688</sup>.

**Alda Mendes**, aia de D. Brites

Irmã do bispo da Guarda. D. Brites nomeou-a capitoa do Machico, com obrigatoriedade de mandar vir trigo da Ilha da Madeira com destino a Beja, a suas expensas, sempre que se verificassem situações de fome, por anos danosos na agricultura, que afectassem a vila<sup>689</sup>.

**Álvaro Afonso**, escudeiro e escrivão do almoxarifado da Ilha da Madeira

Vassalo do rei. Tabelião geral para a vila do Funchal<sup>690</sup>.

**Álvaro de Almeida**, fidalgo da Casa dos duques D. Diogo e D Manuel

Filho de Diogo Fernandes de Almeida, rico-homem, vedor da fazenda de D. João I e de D. Duarte, alcaide-mor de Abrantes e senhor do Sardoal, e de sua 4.<sup>a</sup> mulher, Brites de Góis, bastarda de D. Frei Nuno Gonçalves de Góis, prior do Crato<sup>691</sup>. Irmão de D. Branca de Almeida, primeira mulher de Rui Gomes da Silva, 2.<sup>o</sup> senhor de Chamusca e Ulme. Meio-irmão de Lopo de Almeida, futuro 1.<sup>o</sup> conde de Abrantes. Foi vedor do Infante D. Fernando. Casou com D. Filipa Pereira, da qual

---

<sup>684</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 84; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 88, 93.

<sup>685</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 6v.

<sup>686</sup> IDEM, *Ibidem*, liv. 11, fl. 86v.

<sup>687</sup> IDEM, *Convento do Carmo de Moura*, liv. 8, fl. 48v; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 88, 93.

<sup>688</sup> ADÉVORA, *Arquivo da Misericórdia, Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho*, fl. 41v; BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, *ob. cit.*, p. 639.

<sup>689</sup> BNP, *Reservados. Cartórios das Ordens Religiosas. Arquivo da Conceição*, caderno 3; IDEM, *Ibidem.*, cx. 13, papéis sem classificação. SARAMAGO, Alfredo, *Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição ...*, p. 66-67; Idem, *Fé e grandeza. A boa vida de uma casa monástica...*, p. 50.

<sup>690</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 6, 8, 11, 12; *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*. vol. 15, doc. 7, p. 26; *Descobrimientos Portugueses ...*, vol. 3, doc. 11, p. 18, doc. 21, p. 32-33, doc. 32, p. 50, doc. 59, p. 84-85; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 88, 93-94; MACHADO, Maria Anita Teixeira, *A Família e a Casa de João Gonçalves Zarco*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, texto policopiado, p. 150.

<sup>691</sup> *Livro de linhagens do século XVI ...*, p. 285.

não houve geração. Teve uma filha bastarda, D. Isabel de Almeida, donzela de D. Brites, que casou com Nuno Fernandes Freire<sup>692</sup>.

Foi perfilhado por Isabel Gonçalves, viúva de Estêvão Dias de Almeida, que não dispunha de herdeiros, por escritura lavrada em Tomar a 15 de Dezembro de 1480, deixando-lhe todos os bens<sup>693</sup>. Herdou igualmente todos os bens de sua mãe, Brites de Góis, legados por esta, já então viúva, por escritura lavrada também em Tomar, a 18 de Julho do ano seguinte<sup>694</sup>.

Foi comendador das Entradas e Padrões da Ordem de Santiago. Nesta qualidade integrou o cabido geral da Ordem, realizado a 18 de Maio de 1481, sob a presidência de D. João II<sup>695</sup>.

#### **Álvaro Anes**, escrivão

Redigiu em Évora, a 12 de Maio de 1474, a carta em que a Duquesa, enquanto tutora de seu filho D. Diogo, nomeou João Soares como capitão donatário da Ilha de Santa Maria, no arquipélago dos Açores<sup>696</sup>.

#### **Álvaro Barreto**, fidalgo

Casado com Beatriz da Costa<sup>697</sup>. Uma sua filha, Mécia da Grã, contraiu matrimónio com Gonçalo ... fidalgo da mesma Casa, de que não conseguimos obter mais identificação.

Beatriz da Costa, no estado de viúva, doou a sua filha Mécia, para si e seus sucessores, por escritura lavrada em Portel a 21 de Dezembro de 1498, diversos bens, a saber: três aradas com dois assentamentos de casas, sítos nas Pecenas, a herdade da Ciosa, junto das Pecenas, umas casas de morada sitas no sapal de Setúbal, uma azenha localizada na Ribeira de Córdova e o foro de 6 reais de umas casas de morada, sitas em Évora, à entrada da Rua do Raimundo, a satisfazer por Catarina Gomes, viúva de Fernão Vaz, tosador<sup>698</sup>.

#### **Álvaro da Cunha**, fidalgo

Filho de Luís Álvares, mestre-sala e de sua mulher, D. Teresa de Albuquerque<sup>699</sup>.

Fronteiro-mor do Algarve. Juiz dos direitos reais da Covilhã. Morador em Alpedrinha.

Foi também estribeiro-mor de D. Afonso V e de D. João II.

---

<sup>692</sup> Idem, p. 290; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 347-551.

<sup>693</sup> Confirmação de D. Afonso V dada em Santarém, a 21 de Janeiro de 1480. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 20v-21; IDEM, *Leitura Nova. Livro sétimo da comarca da Estremadura*, fl. 21-22.

<sup>694</sup> Confirmação de D. João II dada em Santarém, a 4 de Maio de 1484. AN/TT, *Livro sexto da comarca da Estremadura*, fl. 232-233.

<sup>695</sup> IDEM, *Livro dos Copos*, fl. s.n..

<sup>696</sup> Confirmação de D. Afonso V dada em Santarém, a 13 de Julho de 1474, com outorga e consentimento do príncipe D. João. AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 1-1v.

<sup>697</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro oitavo da comarca de Odiana*, fl. 95v.

<sup>698</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro oitavo da comarca de Odiana*, fl. 95v-96v.

<sup>699</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., vol. 3, p. 143.

Em 1486, por razões que não podemos apurar esteve preso, tendo fugido da cadeia refugiando-se no castelo de Linhares, onde foi novamente preso por Brás Afonso Correia, ouvidor das terras do Duque, na comarca da Beira<sup>700</sup>.

Aforou para si e seus descendentes, por escritura lavrada em Tavira, a 8 de Maio de 1480, um esteiro de água salgada, onde pretendia fazer uns moinhos, sito junto de uma sua quintã, denominada Magalacra, por 100 reais de foro anuais<sup>701</sup>.

Representando o ducado, aforou, em três vidas, a Pero Anes, ferreiro, e sua mulher Inês Luís, moradores em Aldeia Nova do Cabo, uma courela de souto, pelo valor de 50 reais e um frangão, pagos pelo Natal<sup>702</sup>. Aforou igualmente, em nome do duque D. Manuel, em três vidas, a Rodrigo Anes e sua mulher, por escritura feita no Fundão a 24 de Agosto de 1495, um pedaço de chão do couto de Alcambar, termo da Covilhã, no sítio denominado Fonte do Almeno, por 200 reais e um bom cabrito, a satisfazer pelo Natal e pela Páscoa<sup>703</sup>.

#### **Álvaro Dias**, criado

Foi com uma nau do Infante D. Fernando a Alcácer Ceguer<sup>704</sup>.

#### **Álvaro Dias**, escrivão da câmara da infanta D. Brites

Integrou a casa senhorial do Infante D. Henrique<sup>705</sup>. Nomeado para o ofício de tabelião geral do Reino, por carta de D. Afonso V dada em Santarém, a 14 de Março de 1466<sup>706</sup>.

Poderá ser a mesma pessoa que ainda é referida em 1466 como escrivão do tesouro e rendição da arca da piedade em Ceuta e que foi almoxarife de Viseu e escrivão das sisas da portagem de Leiria<sup>707</sup>.

#### **Álvaro Dias de Frielas**, escudeiro

Escrivão do cartório da ordem de Santiago, tabelião geral e notário apostólico e público. Participou no cabido geral realizado na Sé de Silves, a 2 de Maio de 1482<sup>708</sup>.

Por mercê do infante D. Fernando, a partir de 1482 administrou uma capela instituída por João Pinheiro na vila do Torrão, Por sua morte, o encargo passaria a seu filho Jorge da Costa<sup>709</sup>. A 29 de Abril de 1483, em Santarém, lavrou a escritura

---

<sup>700</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 3, fl. 862v; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 210.

<sup>701</sup> Confirmação de D. Afonso V por carta dada em Vila Viçosa, a 8 de Junho de 1480. AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 57-57v.

<sup>702</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 284v-286.

<sup>703</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 286-287.

<sup>704</sup> ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. CXIX, p. 212; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 88, 94.

<sup>705</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 141, p. 324; SOUSA, João Alves de, *A casa senhorial...*, p. 270, 291.

<sup>706</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 38-38v.

<sup>707</sup> ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. CIX; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit. p. 94.

<sup>708</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago. Visitação da Comenda de Mértola*, 1482, fl. 2; IDEM, *Ibidem, Convento de Palmela*, maço 2, doc. 73; IDEM, *Ibidem, Livro dos Copos*, fl. 209, 226.

<sup>709</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 98.

do morgado, designado dos Teles de Santarém, instituído por D. Maria de Vilhena, aia da futura rainha D. Leonor, filha de Martim Afonso de Melo, guarda-mor de D. Afonso V, e de D. Margarida de Vilhena. D. Maria de Vilhena era à época já viúva de Fernão Teles de Meneses, 4.º senhor de Unhão, fidalgo da casa ducal<sup>710</sup>.

**Álvaro Eanes ou Álvaro Eanes de Ruas**, escudeiro

A 6 de Agosto de 1468, em Alcochete, redigiu a sentença de D. Fernando que colocava Câmara de Lobos sob a jurisdição do Funchal<sup>711</sup>. Estabeleceu-se posteriormente no Funchal, onde foi chanceler para a Ilha da Madeira e primeiro tesoureiro dos estimos. Fez testamento a 16 de Setembro de 1471. Foi sepultado na capela alpendrada de São Sebastião, propriedade do Senado do Funchal, junto do altar de Santo Elói, que edificara para «*jazimento seu e de seus herdeiros*»<sup>712</sup>. Poderá ser a mesma pessoa que foi escudeiro do Infante D. Henrique, juiz dos resíduos do julgado de Lafões e tabelião do Infante no julgado de Viseu e que surgiu como vereador da Câmara do Funchal<sup>713</sup>.

**Álvaro Fernandes**, escudeiro

Tabelião público de notas e escrivão do almoxarifado de Almada<sup>714</sup>. Morador em Alcochete. Casou com Inês Dias. Por carta régia de 14 de Outubro de 1461 foi-lhe concedida licença para perfilhar Jorge Martins e Antão Martins, filhos de um anterior casamento de sua mulher<sup>715</sup>.

**Álvaro Fernandes Andorinho**, escudeiro

Referido numa carta de perdão concedida a Lopo Vaz de Sequeira<sup>716</sup>.

**Álvaro Gonçalves**, regatão

Após o falecimento de D. Brites, conduziu as escravas Leonor Pereira, Leonor Fernandes e Guiomar Leitoa para junto da rainha D. Leonor<sup>717</sup>.

**D. Álvaro de Lima** (c. 1403-1495), monteiro-mor do infante D. Fernando

Filho de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e de D. Filipa da Cunha, filha de D. Álvaro da Cunha, 3.º senhor de Pombeiro, e consequentemente descendente da rainha D. Leonor Teles<sup>718</sup>. Casou com D.

<sup>710</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Estremadura*, fl. 290-295: FREIRE, Anselmo Braamcamp, *ob. cit.*, vol. 1, p. 421, 532; Idem, vol. 2, p. 75-76.

<sup>711</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 14, p. 41-42; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 88, 94.

<sup>712</sup> SARMENTO, Alberto Artur, *História do açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, 1945 p. 21.

<sup>713</sup> SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial ...*, p. 270, 291.

<sup>714</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 63-63v.

<sup>715</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 72v-73v.

<sup>716</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 85v. Publicado in *Documentos das chancelarias reaes ...*, vol. 2, doc. 399, p. 438; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 88, 94.

<sup>717</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz»..., p. 81.

<sup>718</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 79-80.

Violante Nogueira, filha de Pedro Barreto, comendador de Castro Verde, e de Catarina Nogueira<sup>719</sup>.

**Álvaro Lopes**, tabelião

Tabelião público no Funchal. A 22 e 23 de Janeiro de 1462, no Funchal lavrou as escrituras de doação de terras feita por João Gonçalves Zarco, também conhecido por João Gonçalves da Câmara de Lobos, e sua mulher Constança Rodrigues, para dote de seu filho João Gonçalves da Câmara, casado com D. Maria ou Mécia de Noronha, filha de D. João Henriques de Noronha, meio-irmão do arcebispo D. Pedro de Noronha, e de Beatriz, senhora de Mirabel<sup>720</sup>.

**André**, carpinteiro

D. Brites legou-lhe, por testamento, 3 mil reais<sup>721</sup>.

**André de Abreu**, fidalgo

O duque D. Manuel, por carta dada em Beja a 25 de Março de 1486, concedeu-lhe uma tença de 10 000 reais brancos anuais, para casamento, pagos a partir de 1485<sup>722</sup>.

**André Lopes**, alfaiate<sup>723</sup>

**Antão Álvares**, escrivão

Redigiu uma carta remetida por D. Brites a João Gonçalves da Câmara, capitão donatário da Ilha da Madeira, confirmando a doação da ribeira dos Acorridos, que João Ferreira fizera a sua neta, Branca Ferreira, mulher de Rui Teixeira<sup>724</sup>.

**Antão Gonçalves (Frei)**, cavaleiro

Comendador da Ordem de Cristo e alcaide-mor da vila de Tomar.

Regedor da casa do regente D. Pedro que o nomeou como aio de D. Afonso V e de D. Fernando. Foi provedor das capelas da Ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, encarregadas de sufragar a alma do Infante D Henrique. Ao serviço do Infante foi enviado à costa da Guiné, em 1441, de onde trouxe os primeiros cativos.<sup>725</sup>

---

<sup>719</sup> *Livro de linhagens do século XVI ...*, p. 260-261; *Nobreza de Portugal*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, vol. 3. Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, p. 505-506; Gayo. Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de família de Portugal*, vol. 2, p. 457.

<sup>720</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 5-6.

<sup>721</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 103.

<sup>722</sup> Confirmação régia dada em Évora, a 20 de Março de 1497. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 140-140v.

<sup>723</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 78-79.

<sup>724</sup> AN/TT, *OFM. Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 13.

<sup>725</sup> ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*. Porto: Livraria Civilização, 1973, p. 68-71; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 3, doc. 7, p. 13; doc. 18, p. 30; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 81; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 88-94; MORENO, Humberto Baquero, «La noblesse portugaise pendant le regne d' Alphonse V» ..., p. 155; ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal*,

### **Antão Martins Homem**

Capitão donatário da Ilha Terceira, da parte da Praia, sucedendo a seu pai, Álvaro Martins, falecido em 1482<sup>726</sup>.

### **Antão de Oliveira**, fidalgo, criado de D. Brites

Cavaleiro da Ordem de Cristo. Escrivão da fazenda da Duquesa e provedor da capela que a Duquesa instituíra no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja<sup>727</sup>.

Em data que não foi possível determinar, D. Brites concedera-lhe um padrão de 10 mil reais de tença obrigatória por mil coroas que havia adquirido a João Afonso de Beja e sua mulher, conforme se regista na confirmação da mercê feita por D. Manuel, em Tomar a 8 de Março de 1507<sup>728</sup>.

Testemunhou, em Lisboa a 27 de Agosto de 1500, conjuntamente com a Duquesa, a assinatura e outorga do contrato de casamento celebrado entre o condestável D. Afonso e D. Joana de Noronha<sup>729</sup>.

D. Manuel I, na sequência do falecimento de sua mãe, encarregou-o de executar as disposições testamentárias de D. Brites, que ainda não haviam sido cumpridas<sup>730</sup>, sendo então identificado como cavaleiro<sup>731</sup>.

### **Antónia**, escrava negra

Servia na câmara de D. Brites<sup>732</sup>.

### **António (Mestre) de Bom Dia**, físico e cirurgião

Para além de seu físico pessoal, D. Brites, na escritura de instituição da sua capela, que fez lavrar em Beja a 15 de Outubro de 1505, encarregou-o de cuidar da assistência na doença às religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja<sup>733</sup>. Aforou em Beja, na Rua do Touro, ao hospital de Santa Maria, em fatiota, um assentamento de casas, constituído por uma casa dianteira, com cinco divisões, um sótão e uma estrebaria, por 420 reais pagos pelo Natal. Por alvará régio, estes bens não lhe poderiam ser tirados, nem alteradas as pessoas referidas na escritura de aforamento<sup>734</sup>.

---

*séculos XIV-XV*. Lisboa; Estampa, 1995, p. 153; THOMAZ, Luís Filipe, «Le Portugal et l’Afrique au XV siècle: les debuts de l’expansion» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 26. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 213.

<sup>726</sup> *Arquivo dos Açores*, vol. 4, p. 29-33.

<sup>727</sup> AN/TT, OFM, *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>728</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 29v-30.

<sup>729</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 1, liv. 3, prova n.º 49, p. 307.

<sup>730</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz»..., p. 64.

<sup>731</sup> IDEM, OFM, *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>732</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 81, 84.

<sup>733</sup> AN/TT, OFM, *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>734</sup> ADBEJA, *Santa Casa da Misericórdia de Beja, Tombo do hospital de Santa Maria*, fl. 19-20.

Depois da morte da Duquesa, satisfazendo parte dos trinta mil reais que lhe eram devidos, recebeu um pano de armar de rás representando um rei de ceptro na mão, uma bacia de latão e uma mesa de gonços marchetada<sup>735</sup>.

#### **António Couca**

Redigiu em Setúbal uma carta do Infante D. Fernando<sup>736</sup>.

#### **António da Noli**, navegador

Oriundo de Noli, Liguria, reconheceu com licença do infante D. Henrique, as ilhas de Cabo Verde descobertas por Cadamosto, a saber: Santiago, Fogo, Sal, Boavista e Maio, de que tomou posse em nome do Infante. Regressou a Cabo Verde, como capitão donatário de Santiago, ao serviço do infante D. Fernando<sup>737</sup>.

#### **Aparício de Cordovelos**, cavaleiro da Casa do duque D. João<sup>738</sup>.

#### **Artur de Brito**, fidalgo da Casa de D. Fernando, e posteriormente dos duques D. João e D. Diogo

Filho de Estevão de Brito, *o Velho*.

Alcaide-mor do castelo de Beja, depois de 1465, conforme se depreende do texto de uma escritura, feita a 9 de Maio de 1467, que abaixo referiremos, em que se menciona o cargo e se precisa que o diploma era redigido no castelo de menagem.

Casou com D. Catarina de Almada ou Ferreira, filha de João Vaz de Almada<sup>739</sup>.

A 11 de Setembro de 1465 o casal adquiriu a João Lourenço Papudo e sua mulher Mor Martins, a sexta parte de uma herdade encabeçada, sita na Ribeira do Freixo, termo de Beja, por 7 000 reais brancos<sup>740</sup>. Dois anos mais tarde, a 9 de Maio de 1467, Artur de Brito comprou, a vários moradores no termo de Beja, três quinhões numa herdade de lavrar pão com suas casas, sita na mesma Ribeira do Freixo<sup>741</sup>, onde já tinha propriedades. A 26 de Outubro de 1478, por escritura lavrada no castelo de menagem, adquiriu ao lavrador João Branco, um quinhão que ele e seus filhos possuíam numa herdade, sita na Ribeira do Freixo, termo de Beja, por 8 mil reais brancos<sup>742</sup>. A 3 de Outubro de 1479, em escritura de novo lavrada no castelo de menagem, Artur de Brito e sua mulher, fizeram escambo de bens com o lavrador Rui Pires Fialho, residente em Viana a par de Alvito, em que os primeiros receberam a herdade do Freixo e os segundos a herdade do Mosteiro, sita no termo de Oriola e 12 mil reais brancos<sup>743</sup>.

<sup>735</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 108.

<sup>736</sup> *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, doc. 24, p. 54; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 88-95.

<sup>737</sup> DINIS, António Joaquim Dias, *Estudos henriquinos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, vol. 1, p. 483 e ss.; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 88-95.

<sup>738</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca da comarca da Estremadura*, fl. 291v-292

<sup>739</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 361.

<sup>740</sup> AN/TT, OFM. *Provincia dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 26.

<sup>741</sup> IDEM. *Ibidem*, maço 2, doc. 29.

<sup>742</sup> IDEM. *Ibidem*, maço 2, doc. 49.

<sup>743</sup> IDEM. *Ibidem*, maço 3, doc. 56.

Sua filha, D. Helena, casou com Nuno Fernandes Freire<sup>744</sup>.

**Bartolomeu da Costa**, criado do duque D. Diogo

Testemunhou uma escritura lavrada em Beja a 2 de Maio de 1480, relativa a uma morada de casas comprada por D. Isabel de Sousa, donzela de D. Brites<sup>745</sup>.

**Bartolomeu Perestrelo**, cavaleiro

Criado da casa do Infante D. João<sup>746</sup>. Participou na redescoberta da Ilha de Porto Santo<sup>747</sup>, de que foi 1.º capitão donatário a partir de 1446.

Casou em primeiras núpcias com Brites Furtado de Mendonça e em segundas núpcias com Isabel Moniz<sup>748</sup>. Desta última nasceu Filipa Moniz, que se iria consorciar com o futuro almirante das Índias, Cristóvão Colombo<sup>749</sup>.

**Beatriz Álvares**, covilheira<sup>750</sup>

**Beatriz Gomes**, escrava

Na sequência do falecimento de D. Brites, deslocou-se a Almeirim, por ordem da rainha D. Maria, para varrer as casas do príncipe D. João. D. Manuel I, por alvará de 3 de Março de 1507, concedeu-lhe 6 000 reais em satisfação de seus serviços<sup>751</sup>.

**Beatriz Pinheira**, dama de D. Brites<sup>752</sup>

**D. Branca** ou **Brízida de Almada** donzela de D. Brites

Filha de D. Vasco de Almada, alcaide-mor de Almada, e de Isabel de Mascarenhas. Casou com Cristovão Correia<sup>753</sup>, veador da rainha D. Leonor, filho de Rodrigo Afonso de Atouguia, e comendador de Colos e de Vila Nova de Milfontes na Ordem de Santiago<sup>754</sup>, de quem foi a 1.ª esposa. O casal teve apenas uma filha, que foi religiosa<sup>755</sup>.

<sup>744</sup> *Livro de Linhagens do século XVI*, p. 268

<sup>745</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 58.

<sup>746</sup> ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*, introdução, anotações e glossário de José de Bragança, cap. LXXX, p. 346.

<sup>747</sup> Idem, *Ibidem*, cap. LXXX, p. 346-347; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 55; *Descobrimientos Portugueses ...*, vol. 3, p. 126; Lopes, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 88-95; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial ...*, p. 174, 183.

<sup>748</sup> CORDEIRO, António, *História Insulana ...*, p. 64-65; FRUCTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, liv. 2, p. 21-25.

<sup>749</sup> SZÁSZDI NAGY, Ádám, ob. cit., p. 312, 318.

<sup>750</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 142.

<sup>751</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 83, 103.

<sup>752</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 95.

<sup>753</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias portuguesas*, vol. 1, p. 244; vol. 4, p. 443.

<sup>754</sup> DUTRA, Francis A., ob. cit., p. 234.

<sup>755</sup> BARBOSA, Isabel Lago, “A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média” in, *Analecta Ordinum Militarium*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1998, p. 152.

**Brás Afonso Correia**, ouvidor nas terras do ducado na comarca da Beira

D. Afonso V confirmou em Santarém, a 23 de Maio de 1481, uma carta de perdão a João Tavares, comendador de São Vicente da Beira a 21 de Abril de 1480, e a seus criados João de Sousa, Lopo Tavares e Diogo Lopes, acusados de terem tirado uma presa<sup>756</sup> a Brás Afonso Correia<sup>757</sup>.

Em 1486, o ouvidor prendeu Álvaro da Cunha, fidalgo da Casa de Beja, morador em Alpedrinha, que fugira da cadeia e se encontrava refugiado no castelo de Linhares<sup>758</sup>.

**D. Briolanja de Sousa**, dama de D. Brites

Foram-lhe dados, na sequência do falecimento da Duquesa, a título de liquidação de parte dos vinte mil reais que lhe eram devidos pelos seus corregimentos, quatro mil, oitocentos e cinquenta reais, um cobertor de escarlate de dois panos, cinco varas de tecido de Holanda e uma bacia de barbeiro pequena<sup>759</sup>.

**Catarina**, escrava de D. Brites

D. Manuel consignou-lhe, por alvará datado de 3 Março de 1507, três mil reais por satisfação de seus serviços<sup>760</sup>.

**Catarina de Ataíde**, donzela de D. Brites

Filha de Estêvão de Góis e de Isabel de Ataíde. Foi a 2.<sup>a</sup> esposa de Cristóvão Correia<sup>761</sup>, viúvo de D. Branca ou Brízida de Almada, que fora igualmente donzela de D. Brites. A Duquesa concedeu-lhe um padrão de duas mil coroas para casamento, à razão de vinte mil reais de tença, pagos anualmente, até perfazer o montante do padrão.

Cristóvão Correia voltou a enviuvar. Desconhecemos a data do falecimento de D. Catarina, mas sabe-se que pelo menos em 1507 já não existia, pelo que o marido e os seus herdeiros solicitaram e obtiveram o cumprimento da promessa, que seria sancionada por carta régia datada de Tomar a 5 de Março do referido ano<sup>762</sup>.

**D. Catarina Henriques**, dama de D. Brites

Filha de D. Fernando Henriques, 2.<sup>o</sup> senhor das Alcáçovas e de Branca de Melo, senhora de Barbacena. Casou com Henrique de Albuquerque, senhor de Angeja, de

---

<sup>756</sup> Temos dúvidas se o manuscrito se refere a um escravo, ou escrava, ou a alguém que o ouvidor aprisionara, já que o texto não é absolutamente explícito.

<sup>757</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 82; BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 3, fl. 862v.

<sup>758</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 3, fl. 862v; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 196.

<sup>759</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 107.

<sup>760</sup> IDEM, *Ibidem*. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 103.

<sup>761</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 4, p. 473; vol. 5, p. 526; MORAES, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, vol. 3, p. 86.

<sup>762</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 38v-39. Refira-se que Cristóvão Correia voltaria a contrair matrimónio mais duas vezes. Seria sua terceira esposa D. Isabel de Eça, filha de D. Pedro de Eça, alcaide-mor de Moura, e de Leonor de Camões, e quarta esposa D. Maria de Castro, filha de João Rodrigues de Vasconcelos, 5.<sup>o</sup> senhor de Figueiró, e de D. Guiomar de Castro. Destes matrimónios não houve descendência.

Pinheiro, das terras e reguengo de Figueiredo e da aldeia de Sequins, no almoxarifado de Aveiro, que haviam pertencido a seu pai, João de Albuquerque<sup>763</sup>. Henrique de Albuquerque requereu ao duque D. Manuel o pagamento de duas mil e quinhentas dobras correspondentes ao dote de D. Catarina, prometido por seus pais. D. Manuel, já então rei de Portugal, por carta dada em Santarém, a 4 de Março de 1496, prometeu satisfazer o pagamento à razão de cem reais a coroa e enquanto o montante não fosse atingido teria por ano vinte e cinco mil reais brancos. A 28 de Fevereiro de 1497, o monarca confirmou o padrão a D. Catarina, que se encontrava viúva<sup>764</sup>.

**D. Catarina de Melo**, donzela de D. Brites

Filha de João de Melo e de sua segunda esposa D. Leonor de Meneses<sup>765</sup>.

Por carta de 23 de Maio de 1480, D. Afonso V concedeu-lhe uma tença anual de 8 moios de trigo para seu mantimento, a partir de Janeiro do ano em apreço<sup>766</sup>.

**D. Catarina de Sousa**, dama de D. Brites

O infante D. Fernando emitiu em Beja, a 6 de Junho de 1462, uma carta concedendo-lhe duas mil coroas para casamento, pagáveis através de uma tença anual de vinte mil reais brancos. O padrão seria confirmado pelo duque D. Manuel, por carta passada em Santiago de Cacém, a 19 de Junho de 1485<sup>767</sup>.

**Corte Real**, moço do monte do infante D. Fernando<sup>768</sup>

**Cristóvão Vaz**, escudeiro

D. Afonso V, por carta dada em Palmela, a 9 de Agosto de 1470, aprovou a legitimação de uma filha, de nome Filipa, que Cristóvão Vaz houvera de Maria Gonçalves, moça solteira<sup>769</sup>.

**Diogo Afonso**, cavaleiro

Contador na Ilha da Madeira<sup>770</sup>. Poderá ser a mesma pessoa que por mandado do Infante achou ilhas no arquipélago de Cabo Verde, sendo então identificado como

---

<sup>763</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Estremadura*, fl. 152; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 1, liv. 2, p. 153; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 153-154; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias portuguesas*, vol. 6, p. 101; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 222.

<sup>764</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 139v-140; *Livro quarto de místicos*, fl. 57v-58.

<sup>765</sup> CUMBRE, José Pavia, *Os Melo: origens, trajetórias familiares e percursos políticos, séculos XII-XV*, tese de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, policopiado, p. 176.

<sup>766</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 158v.

<sup>767</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 177v-179.

<sup>768</sup> (O) *Livro dos recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara*, ed. de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1971, p. 70; Lopes, Sebastiana, Alves Pereira, ob. cit., p. 88-95.

<sup>769</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de legitimações*, fl. 76.

<sup>770</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, doc. 19, p. 49; *Descobrimientos Portugueses ...*, vol. 3, doc. 39; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 88-95.

escudeiro<sup>771</sup>. Neste sentido, poderá também ser a mesma pessoa que foi criado do infante D. Henrique e escrivão das sisas de Sosa e da coudelaria da Redinha<sup>772</sup>.

**Diogo Álvares**, tabelião geral do mestrado de Santiago pelo infante D. Fernando

Esteve presente na elaboração da escritura lavrada em Setúbal, correspondente ao aditamento do contrato de casamento do Infante com D. Brites<sup>773</sup>. A 1 de Dezembro de 1472, também em Setúbal, no adro da igreja de São Gião, presenciou a apresentação de uma carta do mesmo Infante, emitida em Palmela a 24 de Novembro do ano anterior, na qualidade de regedor e governador da Ordem de Santiago, comunicando aos representantes da vila de Aljezur que, tal como acontecia nas terras da Ordem, era interdito qualquer lançamento de postura, costume novo ou taxa, sem a prévia aprovação do comendador, incorrendo em penalidades declaradas se tal fosse infringido<sup>774</sup>.

**Diogo Fidalgo**, tabelião geral da Ordem de Santiago pelo infante D. Fernando

Lavrou uma escritura em Alcácer do Sal, a 9 de Junho de 1465, referente à compra de um moinho de pisão, por Estêvão de Góis, sito em Rio de Moinhos, termo de Torrão<sup>775</sup>, e uma outra de emprazamento, feita em Alcácer a 29 de Dezembro de 1470<sup>776</sup>.

**Diogo de Figueiredo**, escudeiro

Em 1471, por doação de D. Afonso V, recebeu bens que haviam sido confiscados a Cid Rodrigues<sup>777</sup>.

**Diogo Gil Moniz**, cavaleiro

Vedor da fazenda e reposteiro-mor do infante D. Fernando

Filho de Gil Aires, escrivão da puridade do condestável D. Nuno Álvares Pereira<sup>778</sup>. Irmão de Isabel Moniz, mulher de Bartolomeu Perestrelo, 1º capitão donatário da Ilha de Porto Santo. Casou com D. Leonor de Sousa ou da Silva, filha de Rui Gomes da Silva e irmã de D. Isabel de Sousa, donzela da duquesa D. Brites. Sua filha D. Francisca da Silva foi a 1.ª mulher de D. Sancho de Noronha, futuro 3.º conde de Odemira<sup>779</sup>.

---

<sup>771</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 156v.

<sup>772</sup> SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial ...*, p. 271, 291; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 88-95.

<sup>773</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 288v; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 88-95.

<sup>774</sup> IDEM, *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fl. 211.

<sup>775</sup> IDEM, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 1, doc. 24.

<sup>776</sup> IDEM, *Ordem de Santiago. Convento de Palmela, documentos particulares*, maço 3, doc. 17.

<sup>777</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 22; *Descobrimientos Portugueses...* vol. 3, doc. 66, p. 91; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89-96.

<sup>778</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. João III*, livro 7, fl. 197.

<sup>779</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 344.

Recebeu de D. Fernando bens que haviam pertencido a João Fernandes Pacheco, a saber: os quartos do Lumiar, a quinta de Carnide, os casais de Loures e outros bens no termo de Lisboa<sup>780</sup>.

A 19 de Fevereiro de 1461, em Linhares, fez uma carta de empraçamento, em nome do infante D. Fernando, a Gonçalo Mendes e sua mulher Branca Gonçalves, moradores em Linhares, referente a um prazo denominado «os lagares», pelo foro de 9 alqueires de centeio ou trigo a pagar pelo São João<sup>781</sup>.

Integrara a casa do Infante D. Henrique e serviu em Ceuta<sup>782</sup>.

**Diogo Gonçalves**, escrivão no almoxarifado da Ilha da Madeira<sup>783</sup>

**Diogo Gonçalves do Mel**, besteiro de cavalo

Morador em Évora. Foi privilegiado por carta de D. Afonso V, dada em Santarém, a 15 de Maio de 1452, recebendo-o de novo como besteiro do ducado de Viseu<sup>784</sup>.

**Diogo Leitão**, cavaleiro

Tesoureiro de D. Brites. Teve também o cargo de estribeiro<sup>785</sup>. D. Manuel, por mandado datado de Tomar, a 20 de Março de 1507, fez-lhe mercê da mula parda velha, bem como da sela e arca de andilhas com suas pertenças, objectos que haviam pertencido à Duquesa D. Brites<sup>786</sup>.

**Diogo Lourenço**, marinheiro

Serviu na galeota do Infante D. Fernando, comandada por Vicente Simões, que se perderia em Castela. Recebeu uma carta de perdão a 28 de Janeiro de 1455<sup>787</sup>.

**Diogo Lourenço**, escudeiro do duque D. Diogo e recebedor dos direitos da aposentadoria de Beja

Foi testemunha na escritura da venda de uma vinha, lavrada em Beja a 26 de Abril de 1479<sup>788</sup>.

---

<sup>780</sup> AN/TT, *Livro primeiro da comarca da Estremadura*, fl. 226; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 52; *Monumenta Henricina*, vol. 10, p. 119, LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit. p. 88-95; MORENO, Humberto Baquero, «O infante D. Henrique e Alfarrobeira» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 1. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 74, Idem, *A batalha de Alfarrobeira* ..., p. vol. 1, p. 537, vol. 2, p. 892; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial* ..., p. 408.

<sup>781</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 292v-293.

<sup>782</sup> *Documentos das chancelarias reaes*..., vol. 2, doc. 19, p. 692; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial*..., p. 409.

<sup>783</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 14.

<sup>784</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 172v.

<sup>785</sup> IDEM, *Livro sexto de místicos*, fl. 98-98v; IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 50.

<sup>786</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 66-67.

<sup>787</sup> *Documentos das chancelarias reaes* ..., vol. 2, doc. CCXLII, p. 203; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit. p. 88, 96.

<sup>788</sup> AN/TT, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 52.

**Diogo de Melo**, fidalgo

Com seu irmão Pero Álvares, testemunhou uma escritura lavrada na aldeia do Barreiro, a 3 de Abril de 1462, relativa ao aforamento de um alpendre por Nuno da Cunha<sup>789</sup>.

**Diogo Nunes**, tabelião pelo duque D. Diogo

Redigiu em Serpa, a 19 de Dezembro de 1478, uma escritura referente a Inês Anes, viúva de Lourenço Vaz da Fonseca, em que se declarava que a mesma vendia o foro da horta da Calça, ao contador Rui da Fonseca e sua mulher<sup>790</sup>.

**Diogo de Oliveira**, escudeiro

Juiz dos órfãos em Beja<sup>791</sup>.

**Diogo Pereira**, fidalgo da Casa ducal

Filho de Fernão Martins do Carvalhal, escudeiro da Casa do infante D. João, e neto de Martim Gonçalves, tio do Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Por carta dada em Sintra, a 26 de Setembro de 1450, D. Afonso V confirmou-lhe a herança que lhe vinha de seus antepassados, a saber: os quartos, quintos, oitavos e direitos na vila de Tavira e seu termo, bem como da alfândega e relego<sup>792</sup>.

**Diogo Pires**, espingardeiro

Morador em Lisboa<sup>793</sup>.

**Diogo Pires**, moço da câmara de D. Brites<sup>794</sup>.

**Diogo Rodrigues**, carniceiro<sup>795</sup>

**Diogo Rodrigues**, serralheiro

Foram-lhe pagos 60 reais, a 10 de Novembro de 1506, por fazer três chaves e correger umas arcas<sup>796</sup>.

**Diogo Salema**, cavaleiro da Casa de D. Diogo e seu ouvidor

---

<sup>789</sup> IDEM, *Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 40.

<sup>790</sup> IDEM, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 50.

<sup>791</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 9v.

<sup>792</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 273-274. Diogo Pereira obteve confirmação de D. João II, dada em Sintra a 15 de Março de 1486 e de D. Manuel I dada em Évora a 27 de Junho de 1497. IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca de Odiana*, fl. 254-256.

<sup>793</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 134.

<sup>794</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 10v; IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 161v-162.

<sup>795</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 105.

<sup>796</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 80.

Cavaleiro da Ordem de Santiago. Testemunhou em Beja, a 30 de Julho de 1473, o traslado do foral de Mértola<sup>797</sup>.

**Diogo da Silva de Meneses**, fidalgo (? - 1504)

Filho de Rui Gomes da Silva, alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela e de D. Isabel de Meneses, bastarda do conde D. Pedro de Meneses<sup>798</sup>. Casou com D. Maria de Ayala, filha de Diogo Garcia de Herrera e de D. Inês de Peraça, senhores das Ilhas Canárias<sup>799</sup>. Foi governador da casa ducal, aio de D. Manuel<sup>800</sup>, seu mordomo-mor, vedor da fazenda e escrivão da puridade<sup>801</sup>. Por alvará de D. Manuel I, dado em Lisboa, a 6 Fevereiro de 1498, foi elevado a conde de Portalegre, de que foi o primeiro titular<sup>802</sup>.

**Diogo Taborda**, escudeiro<sup>803</sup>

**Diogo Vaz**, tabelião<sup>804</sup>

**Diogo Vilarinho**, escudeiro

Escrivão do almoxarifado de Silves e das sisas e feitos da cidade, por nomeação feita em 1458. Integrou a casa do Infante D. Henrique, tendo sido escrivão das sisas de Lagos<sup>805</sup>.

---

<sup>797</sup> IDEM, *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fl. 331v.

<sup>798</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 18-19; *Documentos das chancelarias reais*, vol. 1, doc. 318, p. 365 e ss...

<sup>799</sup> BARROS, João de, *Décadas da Ásia*, Lisboa: Sá da Costa, 1944; vol. 1, cap. XII, p. 16v; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 22-23.

<sup>800</sup> D. João II ao dar casa ao duque, designou o seu aio. PINA, Rui de, *Crónica de D. João II*, cap. II, p. 52.

<sup>801</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 3, liv. 4, p. 123; COSTA, João Paulo Oliveira e, ob. cit., p. 35, 50, 53, 61, 63; LOPES, Sebastiana, Alves Pereira, op. cit., p. 89.

<sup>802</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 94v-96. Foi basta a generosidade do Venturoso para com o seu aio. Na mesma carta em que lhe confere o título de conde de Portalegre, dar-lhe-ia D. Manuel, de juro e herdade, as alcaidarias mores do castelos de Portalegre e de Assumar, com todas suas rendas, foros, tributos, padroados de igrejas e dízimas de sentenças, pensões e quaisquer outras rendas que o monarca aí tivesse. A 30 de Março do mesmo ano concedeu-lhe, de juro e herdade, a dízima nova do pescado e dos lugares de São João da Foz de Matosinhos (AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 183-183v). Far-lhe-ia ainda doação das vilas de Celorico, Gouveia, São Romão, da sexta parte do montado da Serra da Estrela, de Valezim e Vila Cova da colheita de Santa Marinha de juro e herdade, com todos os seus termos, padroados de igrejas, honras, foros, tributos, matos rotos e por romper, fontes, rios, entradas e saídas, pelos serviços feitos ao rei D. Afonso V, a D. João II e ao Infante D. Fernando, nas guerras de Castela e África, nomeadamente em Tânger, bem como na conquista das Ilhas Canárias, onde fora por capitão. (AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 93v-94); SOUSA, João Silva de, *Senhorias laicas da Beira*, p. 66, 131. Ainda a 27 de Novembro teria um padrão de 10 000 reais de tença, para si e seus descendentes, em satisfação da judiaria da vila de Celorico (AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 97v-98). Anteriormente, a 27 de Novembro de 1497, havia obtido, para si e seus descendentes, um padrão de 61 066 reais e 7 negros, em satisfação das rendas da judiaria de Portalegre (AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 98-98v).

<sup>803</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14., doc. 151; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 96.

<sup>804</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 81, p. 222; *Descobrimentos Portugueses*, vol. 3, doc. 7, p. 14; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 88, 96.

<sup>805</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 95v, liv. 16, fl. 22, liv. 28, fl. 87, 103v, 105; *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 154, 156, p. 350; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 96; SOUSA, João Alves de, *A casa senhorial...*, p. 271, 283.

**Duarte Afonso Amigo**, escudeiro

Morador em Palmela. Filho de Afonso Amigo e de Catarina Anes, solteira. Legitimado por carta de D. Afonso V, dada em Palmela a 2 de Agosto de 1470<sup>806</sup>.

**Duarte Amado**, escudeiro

Deslocou-se à Ilha da Madeira como procurador do infante D. Fernando<sup>807</sup>.

**Duarte Leitão**, escravo forro

Por ordem de D. Manuel, na sequência do falecimento de sua mãe, com base num alvará de Antão de Oliveira datado de 25 de Novembro de 1506, foi enviado para o hospital de Beja, visto já ser idoso<sup>808</sup>.

**Duarte Mourinho**, cavaleiro<sup>809</sup>

**Duarte Negro**, escravo forro

Por ordem de D. Manuel, na sequência do falecimento de sua mãe, com base num alvará de Antão de Oliveira datado de 25 de Novembro de 1506, foi enviado para o hospital de Beja, por já ser idoso<sup>810</sup>.

**Duarte Pestana**, cavaleiro

Genro de Catarina Gonçalves da Câmara, filha de João Gonçalves Zarco. Referido como procurador do concelho do Funchal para o ano de 1468<sup>811</sup>.

**Duarte Sodré**, escudeiro

Comendador da Ordem de Cristo. Morador em Tomar. Integrou a casa ducal, desde o tempo do infante D. Fernando<sup>812</sup>. Posteriormente foi vedor da casa do duque D. Manuel e alcaide-mor de Seia<sup>813</sup>. D. João II, por carta dada em Santarém, a 10 de Maio de 1486 legitimou-lhe os filhos Leonor e João, este último filho de Mécia Gil, solteira<sup>814</sup>. A 12 de Novembro de 1496, obteve de D. Manuel I, por carta dada em Montemor-o-Novo, a legitimação dos filhos Francisco Sodré e Manuel Sodré, havidos em Catarina Nunes, solteira<sup>815</sup>. Em 1466, havia sido referido numa carta de perdão, datada de 6 de Junho, por haver estado envolvido numa rixa, em Santarém, ocorrida no ano anterior<sup>816</sup>.

---

<sup>806</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de legitimações*, fl. 75v-76.

<sup>807</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 17, p. 46; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 89, 96.

<sup>808</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 104.

<sup>809</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 20-20v.

<sup>810</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 104.

<sup>811</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 14-15, p. 41, 43; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 96; MACHADO, Maria Anita Teixeira, op. cit., p. 88, 111, 196.

<sup>812</sup> ANA/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 77v.

<sup>813</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 284v.

<sup>814</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de legitimações*, fl. 235v.

<sup>815</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 124-124v.

<sup>816</sup> DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 324.

**Estêvão Bernardes**, escudeiro<sup>817</sup>

**Estêvão de Brito**, fidalgo

Alcaide-mor de Beja.

Filho de Artur de Brito e de D. Catarina de Almada. Casou em 1.ªas núpcias com D. Joana Coutinho ou D. Joana Freire, filha de Gomes Freire de Andrade, senhor de Bobadela e de D. Isabel Coutinho, filha de um segundo casamento de seu pai, Vasco Fernandes Coutinho, senhor do couto de Leomil, com D. Joana de Albuquerque, e meia-irmã de D. Vasco Fernandes Coutinho, marechal e meirinho mor do Reino e 1.º conde de Marialva. Voltaria a casar em 2.ªas núpcias com D. Guiomar Freire, filha de Nuno Fernandes Freire e de D. Isabel de Almeida<sup>818</sup>. O duque D. Manuel, por alvará dado em Montemor-o-Novo, a 4 de Fevereiro de 1485, concedeu-lhe duas mil coroas para casamento, tendo de tença, até à satisfação do padrão, vinte mil reais brancos por ano, a partir de 1 de Janeiro de 1485<sup>819</sup>.

Sua filha Margarida Freire ou Margarida de Brito contrairia matrimónio com D. Pedro de Sousa, senhor de Beringel, meirinho-mor do príncipe D. João e 1º conde do Prado, viúvo de D. Mécia Henriques, filha de Fernão da Silveira, senhor de Sarzedas e Sobreira Formosa.

**Estêvão Eanes**, ouvidor

Rendeiro do quarto dos açúcares da parte do Machico, nos anos de 1493 e 1494<sup>820</sup>. Mencionado na carta de perdão concedida a João Martins, morador em Almodovar<sup>821</sup>. Redigiu em Setúbal, a 7 de Julho de 1467, uma carta do infante D. Fernando, para a Ilha da Madeira, relativamente à restituição da água a Nuno da Cunha, que lhe havia sido tirada por Dinis Eanes da Grã<sup>822</sup>.

**Estêvão Fernandes**, carniceiro de D. Brites<sup>823</sup>

**Estêvão da Gama**, cavaleiro

Casou com Isabel Sodré. Foi pai dos navegadores Vasco da Gama e Paulo da Gama<sup>824</sup>. Cavaleiro da Ordem de Santiago<sup>825</sup>. Foi portador de uma carta de D.

<sup>817</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 120.

<sup>818</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 41, 206v-207; *Livro de linhagens do século XVI*, p. 361-362; FREIRE, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 215-216; *Livro de Linhagens do século XVI*, p. 268; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *ob. cit.*, vol. 1, p. 144; vol. 3, p. 144.

<sup>819</sup> Confirmação de D. Manuel I em Setúbal, a 4 de Maio de 1496. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 132. D. Manuel I, em Beringel, a 25 de Janeiro de 1500, desembargará a D. Joana Freire 2 000 dobras, da herança que lhe coubera de sua mãe, correspondentes ao padrão que a mesma tivera por casamento. AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 247-247v.

<sup>820</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 64v.

<sup>821</sup> *Documentos das chancelarias reaes...* vol. 2, doc. CLXIX, p. 177; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 89-97.

<sup>822</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 9; *Descobrimentos Portugueses...* vol. 3, doc. 40; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 89-97.

<sup>823</sup> IDEM. OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

Brites dirigida a D. João II, no contexto do Tratado das Terçarias de Moura, a que o monarca respondeu por carta datada de Viana a par de Alvito a 14 de Março de 1482<sup>826</sup>.

**Estêvão de Góis**, fidalgo.

Cavaleiro. Comendador Alcaide-mor do castelo de Mértola<sup>827</sup>.

Bastardo de D. Frei Nuno Gonçalves de Góis, prior do Crato, que apoiara a Rainha D. Leonor e a seguiu no exílio castelhano<sup>828</sup>.

Casou dom D. Isabel de Ataíde, filha de Nuno Mascarenhas e Catarina de Ataíde<sup>829</sup>. A 9 de Junho de 1465, por escritura lavrada em Alcácer do Sal, o casal adquiriu um moinho de pisão, com sua casa, sito em Rio de Moinhos, termo do Torrão<sup>830</sup>, e logo a 13 de Julho do mesmo ano fizeram lavrar escritura relativa à compra da horta da Calça, até então em posse de Lourenço Vaz e sua mulher<sup>831</sup>.

Explorou as saboarias das vilas de Olivença, Mourão e Monsaraz, posteriormente doadas por D. Manuel a seu filho, Francisco de Góis<sup>832</sup>.

**Estêvão Lourenço**, escudeiro do duque D. Diogo

Testemunha em Beja, a 4 de Dezembro de 1483, uma escritura comprovativa da doação que Isabel da Costa e Mor Ichoa, filhas de Martim Ichoa e de Estevainha Gomes de Brito, freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, fizeram ao dito Mosteiro, de uma quintã, denominada Coutada, sita no termo de Tavira<sup>833</sup>.

**Estêvão Vasques ou Vaz**, tabelião em Serpa

Lavrou em Serpa, a 13 de Julho de 1465 a escritura referente à compra da horta da Calça, adquirida por Estêvão de Góis e Isabel de Ataíde, sua mulher<sup>834</sup>.

**Fernando** (mestre), cirurgião<sup>835</sup>

**Fernando**, escravo

D. Brites legou-lhe, em testamento, três mil reais<sup>836</sup>.

---

<sup>824</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 5, p. 497.

<sup>825</sup> DUTRA, Francis A., ob. cit., p. 235.

<sup>826</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 99; BNP, Cód. 443, fl. 26v; CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit., p. 80; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 51-52; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit. p. 89, 97.

<sup>827</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago. Visitação da Comenda de Mértola. 1482*, fl. [13]; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit. 89-97.

<sup>828</sup> PINA, Rui de, *Chronica de D. Afonso V*, cap. LIX, p. 659; cap. LXXIV, p. 675; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 5, p. 526.

<sup>829</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 5, p. 526.

<sup>830</sup> Compra efectuada a Pero Vaz e Isabel Coelho, sua mulher. AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 1, doc. 24.

<sup>831</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 1, doc. 25.

<sup>832</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sétimo da comarca da Estremadura*, fl. 78; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 97; ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal ...*, p. 180.

<sup>833</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 69.

<sup>834</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 1, doc. 25.

<sup>835</sup> IDEM, *Ibidem*; Idem, *Ibidem*, p. 106.

**Fernando Aires**, escudeiro

Escrivão dos órfãos em Moura<sup>837</sup>.

**Fernando Álvares Peto**, escudeiro

Morador em Cachoeiras, Alenquer. Mencionado numa carta de perdão a Fernão Álvares<sup>838</sup>.

**D. Fernando de Meneses**, fidalgo

Filho de D. Martinho de Meneses, 2.º senhor de Cantanhede e de Teresa Vasques Coutinho. Foi senhor de Cantanhede, Melres, Gestaçô, Penajoia e Mira. Pertenceu ao conselho de D. Afonso V. Foi ainda senhor das saboarias pretas de Lisboa Tomou parte nas expedições a Alcácer Céguer e Safim, em 1461 e 1463, respectivamente<sup>839</sup>.

**Fernão de Braga**, porteiro da câmara de D. Brites

Foi assassinado<sup>840</sup>.

**Fernão Cardoso**, cavaleiro<sup>841</sup>.

**Fernão Godins**, cavaleiro

Por carta de D. Afonso V, dada em Lisboa, a 5 de Agosto de 1478, legitimou um filho, Martinho, havido em Margarida Fernandes<sup>842</sup>.

**Fernão Gonçalves**, escudeiro

Comandava uma nau de D. Fernando no Mediterrâneo<sup>843</sup>.

**Fernão de Leiria**, criado do duque D. Diogo

Testemunhou a 3 de Maio de 1480, em Beja, uma escritura relativa ao aforamento de umas casas por D. Isabel de Sousa<sup>844</sup>.

---

<sup>836</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 104.

<sup>837</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, 28, fl. 82v.

<sup>838</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 59v; *Documentos das chancelarias reais*, vol. 2, doc. 375, p. 426; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 97.

<sup>839</sup> AN/TT, *Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 215v-216; CRUZ, Abel dos Santos, *A nobreza portuguesa em Marrocos*, p. 212, 228; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 97; MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira ...*, vol. 2, p. 881-883; SOUSA, João Silva de, *Senhorias laicas beirãs ...*, p. 66.

<sup>840</sup> O acusado do homicídio, João Gonçalves, escudeiro de Rui de Melo, obteve carta de perdão de D. Afonso V, dada em Arévalo a [3] de Setembro de 1475, na condição de estar 2 anos no coto da vila de Olivença, até conseguir o perdão das partes. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 49.

<sup>841</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 218.

<sup>842</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de legitimações*, fl. 274.

<sup>843</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 13, doc. 121, p. 192; Fonseca, Luís Adão da, *Navegación y curso en el Mediterraneo Ocidental...* p. 19; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 97.

<sup>844</sup> AN/TT, OFM. *Provincia dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 59.

**Fernão de Leiria**, capelão de D. Brites

Testemunhou em Lisboa, a 19 de Agosto de 1499, a escritura de venda de umas casas, sitas em Beja, adquiridas por D. Brites a D. Isabel de Sousa<sup>845</sup>.

**Fernão Lopes Barriga**, cavaleiro

Morador em Beja. Recebedor das obras que se fizeram nos Mosteiros de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Clara, sitos em Beja, bem como das obras da câmara e terreiro ordenadas por D. Brites<sup>846</sup>.

**Fernão Lobo**, fidalgo

Morador em Montemor-o-Novo. Casado com Leonor Dantas, filha de Vasco Dantas, cavaleiro da casa de D. Afonso V<sup>847</sup> Incluído na lista de 1472, relativa ao «Livro de Moradias de D. Afonso V»<sup>848</sup>.

**Fernão Martins**, escudeiro

Morador em Alhos Vedros. Casado com Margarida Esteves, que fora casada em 1.<sup>as</sup> núpcias com Lopo Gonçalves, criado de D. Afonso V. Perfilhou os enteados Cristóvão e Guiomar, por escritura lavrada em Lisboa a 7 de Julho de 1477.

**Fernão de Mascarenhas**, fidalgo

Filho de Martim Vaz de Mascarenhas, comendador de Aljustrel<sup>849</sup>. Casou com D. Isabel da Silva, filha de João da Silva, camareiro de D. Afonso V. O duque D. Manuel, por carta dada em Odemira a 18 de Maio de 1485, concedeu-lhe duas mil coroas para casamento, lembrando ainda os serviços que fizera a seu pai<sup>850</sup>.

**Fernão Mendes**, despenseiro

Também exercia as funções de comprador<sup>851</sup>.

**Fernão Moreno**, besteiro<sup>852</sup>

**Fernão Pereira**, fidalgo

Filho de Diogo Pereira, comendador de Samora Correia e da Arrábida<sup>853</sup>.

**Fernão Pereira**, moço de estrebeira

---

<sup>845</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 5, doc. 106.

<sup>846</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto de místicos*, fl. 98-98v.

<sup>847</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 1-11.

<sup>848</sup> FARO, Jorge, *Receitas e despesas ...*, p. 211; SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* tomo 2, p. 23-48; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 89, 97.

<sup>849</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 297.

<sup>850</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 212v-213; BNP, *Alcobacenses*, cod. 118, p. 183v; *Itinerários de ElRei D. João II ...* p. 182.

<sup>851</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 70, 102-104.

<sup>852</sup> *O Livro dos recebimentos ...*, p. 104; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 98.

<sup>853</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago. Livro dos Copos*, fl. 211.

D. Brites legou-lhe, em testamento, três mil reais<sup>854</sup>.

#### **Fernão Salgado, escrivão**

Integrou a casa senhorial do Infante D. Henrique, de quem foi escrivão da câmara e por sua autoridade, notário público nas suas terras. Passou para a casa de D. Fernando em 1461<sup>855</sup>.

#### **Fernão da Silveira, fidalgo**

Filho de Nuno Martins da Silveira, alcaide-mor de Castelo de Vide, senhor da casa e quinto da Silveira, de Terena, dos reguengos de Mugem e das rendas da mouraria de Évora e de D. Leonor de Abreu. Pertenceu ao conselho de D. Afonso V e de D. João II. Foi coudel-mor do Reino, por cartas dadas em Évora a 15 de Junho de 1460 e em Beja, a 29 de Abril de 1490<sup>856</sup>. Esteve presente nas justas que se realizaram em Évora, por ocasião das festas de casamento do príncipe D. Afonso com a infanta D. Isabel de Castela<sup>857</sup>.

#### **Fernão da Silveira, fidalgo**

Filho de D. João Fernandes da Silveira, 1.º barão de Alvito, e de sua 1.ª mulher, Violante Pereira<sup>858</sup>.

Casou com D. Brites de Sousa, filha de João de Melo e de sua 2.ª mulher Mécia de Sousa, a qual levou em dote a vila de Pavia, que era de seu pai<sup>859</sup>. Implicado na conjura contra D. João II, foi sentenciado a morte, esquartejamento e exposição pública do corpo e confisco de bens para a Coroa<sup>860</sup>. Fugiu inicialmente para Castela, tendo seguido depois para França, onde foi assassinado em Avinhão, a 8 de Dezembro de 1489, pelo conde de Palhais<sup>861</sup>.

#### **Fernão de Sousa, 1484**

Comendador-mor da Ordem de Cristo e alcaide de Salvaterra de Magos<sup>862</sup>.

---

<sup>854</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 103.

<sup>855</sup> AN/TT, *Manuscritos da livraria* n. 516, fl. 3; IDEM, *Ordem de Cristo*, liv. 233, fl. 170; liv. 235, fl. 24; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 89, 98; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial ...*, p. 272, 293.

<sup>856</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro de extras*, fl. 147; SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 3, liv. 4, p. 28.

<sup>857</sup> RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. CXXVIII, p. 187.

<sup>858</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 307

<sup>859</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 197; *Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 47v-48.

<sup>860</sup> Sentença dada em Portel, a 10 de Junho de 1485. AN/TT, *Gavetas 2*, maço 1, doc. 47.

<sup>861</sup> PINA, Rui de Pina, *Chronica d'ElRey D. João II*, cap. XVIII, p. 930-931; RESENDE, Garcia de, ob. cit., cap. LIV, p. 82-83; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 453; MENDONÇA, Manuela, "Problemática das conspirações contra D. João II"... VENTURA, Margarida Garcez, «Fernão da Silveira perante D. João II: o direito à resistência» in *Jacobus. Revista de estudios jacobeos y medievales*. 13-14. Sahagún (Léon): Centro de Estudios del Camino de Santiago, 1996, p. 169-191.

<sup>862</sup> BNP, códice 1 105, fl. 290; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 154.

**Fernão Teles de Meneses**, fidalgo

Sacador do infante D. Fernando. Faleceu a 1 de Abril de 1477.

Filho de Aires Gomes da Silva e de D. Beatriz de Meneses. Mordomo-mor da rainha D. Leonor. Alcaide do castelo de Sintra e 4.º senhor de Unhão. Casou com D. Maria de Vilhena, donzela da rainha D. Isabel, filha de Martim Afonso de Melo, alcaide-mor de Olivença e de D. Margarida de Vilhena<sup>863</sup>. O pai da noiva prometeu de dote 8 000 coroas<sup>864</sup>.

**Fernão de Ulmo**, cavaleiro

Capitão na Ilha da Madeira, pelo duque D. Manuel<sup>865</sup>.

**Filipe Fernandes**, escudeiro do duque D. Diogo

Testemunhou em Beja a 24 de Outubro de 1479, o testamento de Gil Vaz Raposo<sup>866</sup>.

**D. Filipe de Sousa**, fidalgo

Comendador de São Martinho de Sande.

Filho de D. João da Silveira, barão de Alvito, e de sua 2.ª mulher D. Maria de Sousa Lobo, filha de Diogo Lopes Lobo, senhor de Alvito<sup>867</sup>. Casou em 1.ª núpcias com Francisca Pereira de Sá, senhora do prazo do Corval, e em 2.ª núpcias com Filipa da Silva.

**Fossem**, confeiteiro

A Duquesa legou-lhe quatro mil reais, por testamento<sup>868</sup>.

**Francisca**, escrava negra

Servia na botica<sup>869</sup>.

**Francisca de Miranda**, dama de D. Brites

Após a morte da Duquesa, recebeu, por conta dos dez mil reais que lhe eram devidos por seu corregimento, um cobertor de papa usado, um travesseiro de penas da Flandres também usado, uma alcatifa do Levante de cor amarela, uma bacia de latão pequena e quatrocentos e sessenta e dois reais e meio em dinheiro<sup>870</sup>.

---

<sup>863</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *ob. cit.*, vol. 4, p. 153, vol. 9, p. 391. PONTES, Luís Filipe Monteiro, “A memória da guerra em epitáfios de cavaleiros. 1400-1521”, in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*, vol. 2, p. 351

<sup>864</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 274.

<sup>865</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 114.

<sup>866</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 155v

<sup>867</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 307-308; BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias histórico genealógicas dos duques portugueses no século XIX*, Lisboa, 1883, p. 398.

<sup>868</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 103.

<sup>869</sup> IDEM, *Ibidem*; Idem, *Ibidem*, p. 84.

<sup>870</sup> IDEM, *Ibidem*; Idem, *Ibidem*, p. 107-108.

**Francisco de Góis, fidalgo**<sup>871</sup>

Fidalgo da Casa de D. Fernando, permaneceu na Casa ducal<sup>872</sup>. Alcaide-mor de Mértola. Filho de Estêvão de Góis e de Isabel de Ataíde<sup>873</sup>. Casou em 1.<sup>as</sup> núpcias com D. Beatriz, cuja filiação não é completamente clara na documentação consultada, admitindo Sebastiana Alves Pereira Lopes que fosse filha de Diogo Fogaça e de sua segunda mulher Inês Bobadilho<sup>874</sup>. Voltou a casar em 2.<sup>as</sup> núpcias com D. Branca de Sousa, filha de Álvaro de Moura, fidalgo da casa real, membro do conselho de D. Afonso V e guarda-mor dos portos da comarca de Entre Tejo e Odiana e de Leonor de Sousa, neta materna de João Falcão, alcaide-mor de Mourão<sup>875</sup>.

Obteve doação das saboarias das vilas de Olivença, Moura, Mourão, Monsaraz e Portalegre, por carta do duque D. Manuel, dada em Santarém, a 4 de Maio de 1487<sup>876</sup>.

**Francisco de Meira, fidalgo**<sup>877</sup>

**Francisco Pinel, alfaiate**<sup>878</sup>

**Francisco Rodrigues, reposteiro**<sup>879</sup>

**Francisco Soares, escudeiro**

Coudel de Castelo Branco<sup>880</sup>.

**Frolentim, cozinheiro-mor**

Morador em Beja. Aposentado em casas que a Duquesa possuía na vila<sup>881</sup>.

**Garcia Afonso, recebedor**<sup>882</sup>

<sup>871</sup> Privilégio de fidalgo dado por D. João II a 12 de Agosto de 1495. AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 37.

<sup>872</sup> IDEM, *Convento do Carmo de Moura*, liv. 8, fl. 73-75.

<sup>873</sup> Informação fornecida no documento mencionado na doação das saboarias; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 97.

<sup>874</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 198.

<sup>875</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 76; IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 30; CHAVES, Álvaro Lopes de, ob. cit.,..., p. 52-53; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 284; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 7, p. 537-538; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 124-127; MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira...*, vol. 2, p. 896.

<sup>876</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro sétimo da comarca de Odiana*, fl. 78-78v.

<sup>877</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 21v.

<sup>878</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 74-75.

<sup>879</sup> IDEM, *Ibidem*, n. 776; Idem, *ibidem*, p. 81.

<sup>880</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 66.

<sup>881</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 66-70.

<sup>882</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca de Odiana*, fl. 190.

### **Garcia Álvares**, tabelião pelo duque D. Manuel

Lavrou em Beja, a 25 de Março de 1485, uma escritura comprovativa da compra que Leonel Rodrigues e sua mulher Catarina Fernandes haviam feito a Luís Godinho e a sua mulher Brites Dias, de umas casas de morada, com seu quintal, e um pardieiro existente entre o dito quintal, tudo sito na Rua dos Mercadores, por quarenta mil reais brancos<sup>883</sup>.

### **Garcia de Melo**, fidalgo

Comendador de Longroiva na Ordem de Cristo. Membro do conselho de D. João II. Alcaide-mor do castelo de Serpa. O monarca fez-lhe mercê de cinco mil reais de tença anual, com a referida alcaidaria<sup>884</sup>.

Filho de João de Melo, copeiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Serpa, e de D. Isabel da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade. Casou com D. Filipa Pereira da Silva, filha de Henrique Pereira da Silva, comendador da Ordem de Santiago, e de D. Isabel Pereira. Voltaria a contrair novo matrimónio, em 2.<sup>as</sup> núpcias, com D. Joana de Sousa, filha de Diogo Lopes de Sousa, mordomo-mor de D. Afonso V, do conselho de D. João II e de D. Manuel I, e de D. Isabel de Noronha, donzela da Casa da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V.

Tivera por parte do infante D. Fernando um padrão de duas mil coroas, que este não satisfez, pelo que o duque D. Manuel, por carta dada em Évora a 12 de Maio de 1490, desembargou-lhe mil coroas, que seriam pagas por Fernão Lourenço, tesoureiro da Mina, ficando as restantes consignadas em carta de padrão no valor de dez mil reais de tença<sup>885</sup>.

Sua filha Isabel Pereira casou com Henrique da Silveira, filho de Diogo da Silveira, escrivão da puridade de D. Afonso V<sup>886</sup>.

### **Gil** (mestre), cirurgião de D. Brites, 1473

Substituiu o doutor mestre Fernando, físico e cirurgião do Rei, como examinador de candidatos a exercer medicina e cirurgia. Face ao seu parecer positivo, foram emitidas cartas régias de licença aos mestres Pedro<sup>887</sup>, Josepe Romeiro, morador em Lisboa<sup>888</sup>, Joane, morador em Lisboa<sup>889</sup>, João, morador em Portalegre<sup>890</sup> e Jacob Toby, morador na Guarda<sup>891</sup>.

<sup>883</sup> AN/TT, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 77.

<sup>884</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 255v; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 224. Posteriormente integrou o conselho de D. Manuel I AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 52-52v.

<sup>885</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 182.

<sup>886</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 168, 170, 303; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 4533; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *ob. cit.*, vol. 10, p. 40, 285-286.

<sup>887</sup> Carta datada de Tomar a 17 de Março de 1469, dando licença para usar da sua arte para curar hérnias e quebraduras. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 20v. Documento publicado in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. 6, doc. 2 258, p. 482.

<sup>888</sup> Carta datada de Lisboa, a 22 de Outubro de 1471, autorizando-o exercer a arte da cirurgia. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 55v; Documento publicado in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. 7, doc. 2 382, p. 53-54.

**Gil Afonso**, ouvidor pelo duque D. Diogo  
Ouvidor nas terras da Beira<sup>892</sup>.

**Gil Álvares**, escrivão

Redigiu em Beja, a 20 de Julho de 1506, um alvará de D. Brites nomeando o fidalgo João Godins no cargo de guarda-mor<sup>893</sup>.

**Gil Fernandes**, tabelião, 1487

Morador na Ilha da Madeira<sup>894</sup>.

**Gil de Magalhães**, fidalgo da casa do duque D. Manuel

Filho de João de Magalhães, senhor de Ponte da Barca, e de D. Isabel de Sousa. Casou em 1.<sup>as</sup> núpcias com D. Maria da Silva, filha de Rui Gomes da Silva, alcaide-mor de Campo Maior e em 2.<sup>as</sup> núpcias com D. Isabel de Meneses, donzela de D. Brites<sup>895</sup>.

**Gil Martins**, almoxarife de D. Fernando, em Alcácer do Sal

O infante D. Fernando, por carta emitida em Montemor-o-Novo a a 17 de Novembro 1445, encarregou-o de um emprazamento, em Alcácer, relativo à herdade de São Martinho, feito a Afonso Martins e sua mulher Catarina Lourenço, em três vidas, pagando de foro o quarto e o dízimo, duas galinhas e uma dúzia de bolos. Posteriormente, a 19 de Junho, em Évora, deu-lhe conhecimento da doação que fizera do moinho da Anissa, a Nuno Mascarenhas, cavaleiro do mesmo Infante<sup>896</sup>.

**Gil Serrão**, escudeiro

Morador em Alvito. Havia sido escudeiro e criado do infante D. Fernando<sup>897</sup>.

---

<sup>889</sup> Carta datada de Lisboa a 1 de Novembro de 1471, autorizando-o exercer a arte da cirurgia. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 101v; Documento publicado in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. 7, doc. 2 383, p. 54.

<sup>890</sup> Carta datada de Lisboa, a 4 de Dezembro de 1471, permitindo-lhe exercer a arte da cirurgia. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 15. Documento publicado in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. 7, doc. 2 394, p. 62.

<sup>891</sup> Carta datada de Beja, a 3 de Novembro de 1473, permitindo-lhe o exercício da arte da cirurgia. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 44. Documento publicado in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. 7, doc. 2 526, p. 187.

<sup>892</sup> Referido numa carta de perdão concedida a João Coelho, escudeiro de Rui Pereira. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fl. 86v-87. Documento publicado in *Chartularium Universitatis Portugalensis ...*, vol. 7, doc. 2 710, p. 388; DUARTE, Luis Miguel, ob. cit., p. 318.

<sup>893</sup> ADBEJA, *Câmara Municipal de Beja, Livro de registo de alvarás*, fl. 3.

<sup>894</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 22.

<sup>895</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 63-63v; *Livro sexto de místicos*, fl. 54v; IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 58; *Livro de linhagens do século XVI*, p. 343

<sup>896</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fl. 212-213; IDEM, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 1, doc. 21.

<sup>897</sup> Carta régia datada de Viana a par de Alvito, nomeando-o escudeiro, datada de 6de Abril de 1482. BPMP, *Papéis de Lousada*, cod. 854, fl. 37; *Itinerários del rei D. João II*, p. 55.

### **Gil Vaz ou Vaz da Cunha**, fidalgo da casa ducal<sup>898</sup>

Filho de Fernão de Sá, senhor de Sever, e de sua mulher Filipa da Cunha, senhor do morgado de Monfalim e da quinta do Calhariz. Casou com D. Isabel da Silva<sup>899</sup>, a quem D. Afonso V, por carta dada em Santarém, a 20 de Fevereiro de 1468, fizera doação de umas casas sitas ao postigo da cerca velha da cidade de Lisboa, aforadas a Mosteiro de São Vicente de Fora, anteriormente pertença de Álvaro Eanes, homem do tesouro do Rei, que falecera. Posteriormente, a 3 de Setembro de 1470, iria aforar um chão de barbacã, com uma torre, a fim de acrescentar as casas que já possuía, tapando o postigo, pagando de foro, anualmente, trezentos e sessenta reais da moeda nova<sup>900</sup>.

Teve por casamento, por mercê de D. Fernando, duas mil coroas, tendo Gil Vaz pedido ao duque D. Manuel que as mesmas fossem trespassadas a sua filha D. Filipa da Silva, a título de dote, casada com D. Filipe de Sousa. D. Manuel acedeu, por carta feita em Aldegavinha, a 23 de Março de 1493<sup>901</sup>.

Esteve presente, em 1480, enquanto cavaleiro da Ordem de Santiago, em situações de regularização de aforamentos<sup>902</sup>. Nesta qualidade, e a título de visitador, participou no cabido geral realizado na Sé de Silves, em que se avaliaram a situação das igrejas de São Salvador de Alcoutim, de São Tiago de Estombar e suas capelas, de Santa Maria de Tavira, de Santa Maria de Faro e de São Clemente de Loulé, onde haviam sido encontradas irregularidades que punham em causa a relação entre a Ordem e o Cabido. Tal situação haveria de ser dirimidas no referido cabido<sup>903</sup>.

Passou ao serviço da Casa de Bragança, conforme carta de D. João II, datada de Santarém, a 24 de Abril de 1484, que o confirmou no cargo *da governança da duquesa de Bragança*, com a tença anual de vinte mil reais<sup>904</sup>.

### **Gomes Martins**, moço da estrebeira

Acusado de homicídio do reposteiro Pedro Afonso e do escudeiro Pero Gomes, D. Afonso V conceder-lhe-á carta de perdão, lavrada em Lisboa, a 20 de Setembro de 1456, no âmbito do perdão geral, sob condição de durante 3 anos estar degredado em Ceuta<sup>905</sup>.

### **Gonçalo Anes Barbosa**, escudeiro

Morador em Beja. Casou com Mor Gonçalves, viúva de João da Costa, escudeiro e juiz dos órfãos em Beja. Por escritura lavrada a 28 de Março de 1461, perfilhou um enteado, de nome Luís<sup>906</sup>.

<sup>898</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 23v.

<sup>899</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 9, p. 329.

<sup>900</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca da Estremadura*, fl. 45-45v; *Livro oitavo da comarca da Estremadura*, fl. 28v-29v.

<sup>901</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 213-213v.

<sup>902</sup> IDEM, *Ordem de Santiago. Convento de Palmela, documentos particulares*, maço 3, doc. 21-22.

<sup>903</sup> IDEM, *Ibidem, Livro dos Copos*, fl. 209v-210.

<sup>904</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 62v; *Itinerários de ElRei D. João II*, ..., p. 141.

<sup>905</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 27.

<sup>906</sup> IDEM, *Leitura nova. Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 51v-52v.

A 26 de Março de 1477, em Beja, vendeu a D. Isabel de Sousa, por dois mil reais brancos, dois pardieiros, sítos dentro da cerca da vila, sendo um isento e outro aforado em fatiota à albergaria de São Brás<sup>907</sup>.

Nos finais de 1497 já era defunto, como se comprova pela escritura de venda, ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, representado pela abadessa D. Leonor de Azevedo e demais freiras, de umas casas sitas na Rua do Touro, que partiam com casas da duquesa D. Brites e com quintal de D. Isabel de Sousa. Na escritura, feita pela sua viúva em Beja, a 15 de Novembro de 1497, declarava-se que a aquisição importou em quatro mil reais brancos<sup>908</sup>.

**Gonçalo Cardoso**, escudeiro fidalgo da casa de D. Diogo e depois de D. Manuel Contador nas terras da Beira<sup>909</sup>. Morador em Lamego. Por carta régia dada em Santarém, a 20 de Maio de 1484, foi nomeado coudel de Lamego e seus termos, pelo período de 3 anos<sup>910</sup>. Casou com Isabel Fernandes, em matrimónio concertado por D. Brites dando por dote mil coroas, assentadas nas rendas dos canais do Rio Douro, termo de Valdigem, segundo carta de D. Diogo dada em Santarém, a 28 de Maio de 1484. O duque D. Manuel confirmaria o padrão, por carta datada de Évora, a 18 de Maio de 1485<sup>911</sup>.

Ainda em 1484, em nome do duque D. Diogo emprazou a João Álvares e sua mulher, em três vidas, uns moinhos que o Duque tinha na Ribeira do Couto, entre o Fundão e Alcongosta, com sua terra, herdade e árvores e um souto, sítio em Piçarra, pelo foro de quarenta alqueires de trigo e metade de centeio, feito em dois pagamentos, em dia de Santa Maria e pelo Natal, bem como um capão, entregue anualmente<sup>912</sup>.

**Gonçalo de Chaves**, moço de estrebeira

Degredado pela acusação de assassinato de Pedro Dantas. D. Afonso V perdoou-lhe o degredo de três anos, na sequência do indulto geral concedido a quem servira na armada de Ceuta<sup>913</sup>.

**Gonçalo Eanes de Velosa**, escudeiro

Morador na Ilha da Madeira. Procurador do povo da Madeira<sup>914</sup>.

Erigiu uma capela e um hospital, legando a estas fundações todos os seus bens, por não ter descendentes, tendo obtido a prévia licença do infante D. Fernando, dada em Tomar a 24 de Março de 1459. D. Brites iria confirmar a carta em Lisboa, a 21 de Agosto de 1473. Gonçalo Eanes legou á sua capela e hospital as suas casas de

---

<sup>907</sup> IDEM, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 43.

<sup>908</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 98.

<sup>909</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca da Beira*, fl. 128-129.

<sup>910</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 438; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 144.

<sup>911</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 156-156v.

<sup>912</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca da Beira*, fl. 3v-4.

<sup>913</sup> CRUZ, Abel dos Santos, *ob. cit.*, p. 231; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 90-99.

<sup>914</sup> *Descobrimientos portugueses*, vol. 3, doc. 10; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 7, p. 26, doc. 9, p. 31, doc. 11, p. 34; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *op. cit.*, p. 90-99.

morada sita no Funchal, com sua terra, um engenho de açúcar e um moinho «*de fazer pam*», uma latada, duas terras de canavial, uma terra denominada da Várzea, outra dita A caça, uma outra chamada Flamengo, outra referida como Abegoaria e ainda outra localizada «*de trás da Ilha*». A solicitação da Duquesa, D. Afonso V confirmaria a licença em Lisboa, a 1 de Setembro de 1473<sup>915</sup>.

#### **Gonçalo Falcão**, cavaleiro

Morador em Évora. Obteve privilégio para poder coutar uma terra sita em Alvarando, termo de Évora, conforme confirmação de D. João II, dada em Viana a par de Alvito, a 22 de Março, de 1482<sup>916</sup>.

#### **Gonçalo Fernandes**, escudeiro

Casado com Domingas Domingues.

A 23 de Maio de 1487, em Santarém, D. João II confirmou a instituição, pelo casal, de uma capela na Igreja de Vila Nova de Alvito, á qual legaram: a herdade da Ferra, sita no termo da vila; uma vinha e uma herdade, localizadas em Marmelar; a herdade de Vale de Marianes; uma herdade e dois figueirais sitos no caminho de Ferreira do Alentejo; um figueiral no caminho das Alcáçovas; uma vinha e um lagar de vinho aos Pelamos, que trazia de foro Gonçalo Lourenço por cem reais, três alqueires de azeite, duas dúzias de ovos, duas galinhas e um almude de milho; outra vinha aforada ao Saramago por duzentos e cinquenta e cinco reais, duas galinhas, duas requeifas e um almude de vinho; outra vinha aforada a João Afonso por quinhentos e cinquenta reais; duas vinhas, sitas ao Vale da Silva e ao Vale de Grou; uma terra de pão, sita no caminho de Viana a par de Alvito; casas em Beja e em Cuba; e ainda a herdade de Vale da Silva<sup>917</sup>.

Poderá ser o navegador que, ao serviço de D. Fernando, avistou uma ilha, cujo direito o Infante obteve de seu irmão, o Rei<sup>918</sup>.

#### **Gonçalo Fernandes de Sequeira**, escudeiro

Sesmeiro na Covilhã<sup>919</sup>.

#### **Gonçalo de Freitas**, monteiro-mor

Passou á Ilha da Madeira, instituindo a sua casa em Santa Cruz, na capitania do Machico<sup>920</sup>.

<sup>915</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 95-96.

<sup>916</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 230-232; *Livro sétimo da comarca de Odiana*, fl. 132-133v.

<sup>917</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 209; IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 157-158v.

<sup>918</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118v; IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 155; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, Suplemento, doc. 23, p. 24; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 90-99.

<sup>919</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 150, p. 340; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 90-99.

<sup>920</sup> NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico das Famílias que passarão a viver nesta Ilha da Madeira que foi no ano de 1420*. Câmara Municipal do Funchal, tomo 2, 1844, p. 53. LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit. p. 90-99.

**Gonçalo Godinho**, cavaleiro

Morador em Beja, onde fez um aforamento em 1467<sup>921</sup>. Passou à Ilha da Madeira, sendo ouvidor de D. Fernando e seu representante no Funchal<sup>922</sup>. Em 1470, conforme instruções de D. Brites, tomou posse da Ilha em representação do duque D. João<sup>923</sup>.

**Gonçalo Gomes da Silva**, fidalgo

D. Fernando fizera-lhe doação, para casamento, de mil e quinhentas coroas, que lhe não foram satisfeitas. O duque D. Manuel, em Sintra, a 19 de Outubro de 1485, confirmaria o padrão, fazendo-lhe mercê de uma tença quinze mil reais brancos, anuais, contados a partir de 1 de Janeiro do ano em causa<sup>924</sup>.

**Gonçalo Gomes de Valadares**, cavaleiro

Comendador da Bemposta, Mogadouro e Penajoia. Vedor dos panos da alfândega de Lisboa<sup>925</sup>.

**Gonçalo Martins**, servidor<sup>926</sup>

**Gonçalo Nunes**, alfaiate<sup>927</sup>

**Gonçalo Pinto**, escudeiro<sup>928</sup>

**Gonçalo Pires Pinto**, tabelião em Beja

A 3 de Setembro de 1463, em Beja, lavrou uma escritura referente à doação que João Freire de Andrade, fidalgo da Casa Real e senhor de Almodovar, fez ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, do foro de umas casas, sitas na Rua do Touro, pelas quais Isabel Gonçalves Corça pagava duzentos reais brancos, por dia de Natal<sup>929</sup>. A 4 de Novembro de 1475, confirmou o testamento feito por João Martins, morador em Beja<sup>930</sup>. Redigiu em Beja, a 30 de Setembro de 1479, uma escritura em que Brites Fernandes, viúva de Filipe de Bragança, escudeiro do rei, fez doação a seu primo Garcia Rodrigues de uma courela de vinha, sita no Canal Grande, termo de Beja<sup>931</sup>.

---

<sup>921</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 80-81v.

<sup>922</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 90-99; MACHADO, Maria Anita Teixeira, ob. cit. p. 111, 195.

<sup>923</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 26-27, p. 55-56.

<sup>924</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 42v-43.

<sup>925</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit. p. 90, 99.

<sup>926</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 117; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit. p. 90-99.

<sup>927</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 74-75.

<sup>928</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca de Odiana*, fl. 252-252v.

<sup>929</sup> IDEM, *OFM. Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 1, doc. 22.

<sup>930</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 40.

<sup>931</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 55.

**Gonçalo Vaz**, recebedor do hospital de Beja<sup>932</sup>

**Gonçalo Vaz**, escravo forro

Após o falecimento da Duquesa, ingressou no hospital de Beja, por ser já idoso<sup>933</sup>.

**Gonçalo Vaz de Castelo Branco**, fidalgo cavaleiro

Senhor de Vila Nova de Portimão<sup>934</sup>, vedor da fazenda, governador da Casa do Cível e membro do concelho de D. João II<sup>935</sup>.

Filho de Lopo Vaz de Castelo Branco e de Catarina Passanha. Casou com Brites Valente<sup>936</sup>. Por carta de D. João II, dada em Santarém, a 7 de Fevereiro de 1486, legitimou dois filhos, Pedro e António, moradores em Portalegre, havidos no estado de solteiro com Isabel Fernandes, também solteira<sup>937</sup>.

Morador em Portalegre, onde em 1468, testemunhou o aforamento da Fonte da Erra e de um pedaço de chão para se fazer um tanque, feito a Martim Afonso, pobre da ermida de São Sebastião<sup>938</sup>. Ainda em 1468, aforou um esteiro de água salgada em Companheira, termo de Vila Nova de Portimão<sup>939</sup>. Em 1472, por carta de D. Afonso V, dada em Santarém, a 15 de Abril, obteve mercê de coutada para uma terra denominada Salgueiro, Lorpio e Paio Alvarinho, sita no termo de Castelo Branco, que declarou haver-lhe sido doada por D. Fernando, a fim de a povoar<sup>940</sup>.

Terá sido um dos principais assassinos de Duarte Cerveira, fidalgo da casa real, ocorrido em Alcochete, em 1461 ou 1462, embarcando para Marrocos, e perdoado por D. Afonso V, em 1464<sup>941</sup>. Em 1468 obteve nova carta de perdão por ter obrigado um judeu, morador em Portalegre, a converter-se<sup>942</sup>. Não se ficou por aqui o relacionamento que manteve na esfera da justiça. Por carta de 7 de Fevereiro de 1484, D. João II perdoou-lhe a pena de degredo por 4 anos para Arzila, por ter injuriado e ameaçado o juiz de fora da vila de Portalegre, atendendo aos serviços

---

<sup>932</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 104.

<sup>933</sup> IDEM, *Ibidem*; Idem, *Ibidem*, p. 104.

<sup>934</sup> Doação de D. Afonso V, em Toro, a 10 de Abril de 1476, em reconhecimento de haver estado nas guerras com Castela, nomeadamente na batalha de Crasto Queimado, levando consigo «muyta gemte». Confirmação de D. João II, em Évora, a 6 de Outubro de 1482. AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 196-197. A herança recai em seu filho primogénito, D. Martinho de Castelo Branco, por confirmação de D. Manuel I, em Estremoz, a 31 de Dezembro de 1497. IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 251v-252v.

<sup>935</sup> BNP, cod. 1105, fl. 65; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 102.

<sup>936</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, op. cit., vol. 4, p. 226.

<sup>937</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de legitimações*, fl. 234; BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 105v-106; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 208.

<sup>938</sup> IDEM, *Leitura Nova, Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 24v-26v.

<sup>939</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 111v-112v.

<sup>940</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 2-2v.

<sup>941</sup> MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira...*, vol. 2, p. 789, 926; DUARTE, Luis Miguel, ob. cit., p. 471; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit. p. 90-99.

<sup>942</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 121; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 442.

que Gonçalo Vaz de Castelo Branco prestara a D. Afonso V no reino de Castela<sup>943</sup>, em que fora um dos participantes na batalha de Toro.

**Frei Gonçalo Velho Cabral**, cavaleiro

Filho de Fernão Velho, senhor de Veleda, e de Maria Álvares Cabral.

Comendador da Ordem de Cristo nos Açores. 1.º capitão donatário das Ilhas de Santa Maria e de S. Miguel. Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique<sup>944</sup>.

**D. Guiomar Coutinho**, donzela de D. Brites

Filha de D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva e 2.º conde de Loulé, e de sua mulher D. Brites de Meneses. D. Guiomar Coutinho contrairia matrimónio, em Março de 1530, com o infante D. Fernando (1507-1534), duque da Guarda, filho de D. Manuel I, após se haver dirimida a questão colocada por D. João de Lancastre, marquês de Torres Novas e futuro duque de Aveiro, que declarava que D. Guiomar era sua esposa legítima, pois haviam casado, se bem que clandestinamente.

Do matrimónio com o infante D. Fernando não houve descendência.

Faleceu, a 9 de Dezembro de 1534, sendo sepultada em Abrantes, na Igreja de São Domingos<sup>945</sup>. Seu marido, havia igualmente falecido no mesmo ano, a 7 de Novembro.

**Guiomar Leitoa**, escrava

Na sequência do falecimento da Duquesa passou ao serviço da rainha D. Leonor<sup>946</sup>.

**Guiomar Rodrigues**, merceeira

Moradora na Ribeira de Santarém. D. Afonso V, por carta dada em Lisboa, a 23 de Julho de 1461, aforou-lhe, em três vidas, um pardieiro sito no referido lugar, junto com as casas régias, onde se faziam as saboarias, isentando-a do pagamento, em sua vida, do foro de duas galinhas *boas*<sup>947</sup>.

**Heitor de Melo**, cavaleiro fidalgo

Casou com Brites Pereira, filha de Gonçalo de Figueiredo e neta de Álvaro Barreto<sup>948</sup>.

<sup>943</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 105; *Documentos inéditos de Marrocos...*, doc. 87, p. 99; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 136; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 90-99.

<sup>944</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 108v-109; *Descobrimientos portugueses...*, vol. 1, p. 425, 569, 570; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 90-99; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial...*, p. 174, 184.

<sup>945</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI* anotada e comentada por José Hermano Saraiva. Lisboa: Publicações Europa-América, p. 69.. *Nobreza de Portugal*, vol. 1, p. 385; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 3, liv. 4, p. 236-240; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 347-348, 393-395, 401, BRANCO, Camilo Castelo, *O Marquês de Torres Novas*, 2.ª edição. Porto: F.G. da Fonseca, 1858; PINHEIRO, Bernardino, «Dona Guiomar Coutinho» in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, vol. 4, Lisboa, 1865.

<sup>946</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 81.

<sup>947</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca da Estremadura*, fl. 160-161.

<sup>948</sup> IDEM, *Convento de Santa Joana de Lisboa*, maço 10, doc. 288.

Perfilhado por João Martins Cabaço e sua mulher Mor Rodrigues, em escritura lavrada em Évora, a 2 de Abril de 1459, por não terem filhos, nem herdeiros directos<sup>949</sup>. Em Novembro desse mesmo ano, esteve presente no combate de Anexamez, onde foi ferido<sup>950</sup>.

#### **Henrique de Albuquerque**, fidalgo

Casou com D. Catarina Henriques<sup>951</sup>.

Alcaide-mor de Marvão. Obteve privilégio para coutar uma herdade, denominada de Maria Viegas, sita no termo de Marvão, por carta de D. Afonso V, dada em Santarém, a 23 de Março de 1474<sup>952</sup>. D. João II, por carta dada em Évora, a 7 de Agosto de 1482, nomeou-o contador dos gados que de Castela entravam em Portugal pelo porto de Marvão<sup>953</sup>. Nomeado capitão da vila de Marvão, por carta régia datada de Santarém, a 17 de Abril de 1484<sup>954</sup>. Por carta de 12 de Maio de 1484, D. João II concedeu-lhe uma tença de vinte mil reais, a partir de Janeiro do ano em apreço<sup>955</sup>.

#### **Henrique de Melo**, fidalgo

Filho de João de Melo, alcaide-mor de Serpa e de sua primeira mulher Isabel da Silveira, donzela da rainha D. Leonor. Casou com Brites Pereira, filha de Nuno Pereira de Lacerda, alcaide mor de Portel, e de D. Brites Henriques, sendo neta por via materna de D. Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas<sup>956</sup>.

Em carta datada de Sintra, a 2 de Novembro de 1485, o duque D. Manuel refere que Henrique de Melo tinha um padrão de duas mil coroas para casamento, dado por D. Brites, que confirmou *auendo eu respeito aos seruiços que a dita Senhora delle recebeo*.<sup>957</sup> Terá sido mestre sala de D. Manuel I<sup>958</sup>.

#### **Henrique Pereira**, fidalgo

Escrivão da puridade do infante D. Fernando, seu chanceler-mor e vedor das suas terras. Comendador da Ordem de Santiago<sup>959</sup>. Casado com Isabel Pereira, donzela da Casa da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V. O Rei doou à noiva, a título de dote e arras duas mil e oitocentas coroas. Tinha Isabel Pereira mais mil e

<sup>949</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 137v-138.

<sup>950</sup> CRUZ, Abel dos Santos, ob. cit., p. 214; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91-100.

<sup>951</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 139v-140.

<sup>952</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 29-29v.

<sup>953</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 2, fl. 23v-24; *Itinerários de ElRei D. João II*, ..., p. 72.

<sup>954</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 23, fl. 34v; *Itinerários de ElRei D. João II* ..., p. 139-140; SOUSA, José Maria Cordeiro de, «Documentos para a biografia dos filhos de João de Albuquerque» in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 3. Lisboa: 1951, p. 104-105.

<sup>955</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 12; *Itinerários de El-Rei D. João II* ..., p. 143.

<sup>956</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 6, p. 209, 635; SÃO PAYO, Manuel de Meneses de Mello; Luís de Mello Vaz de, *O parágrafo segundo: a Casa de Ribalonga*. Lisboa, 1984, p. 19-21, 27.

<sup>957</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 153v-154.

<sup>958</sup> AFREIXO, José Maria da Graça, *Memória histórico-económica do concelho de Serpa*, introdução de José Mariz. Serpa: Câmara Municipal, 1984, p. 156-158.

<sup>959</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 12, p. 181; *Documentos das chancelarias reais*, vol. 2, doc. 267, p. 275; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91-100; MORENO, Humberto Baqueo, *A batalha da Alfarrobeira* ..., vol. 2, p. 921.

quinhentas dobras, da parte de sua mãe, pagas em ouro, prata e dinheiro, que recebeu por ela seu irmão Vasco Pereira de Sampaio. Por parte de Henrique Pereira deveria ter de arrasar duas mil dobras, mas porque não detinha bens que satisfizessem o valor, D. Afonso V responsabilizou-se pelo pagamento, se entretanto ele falecesse, e não lhas tivesse liquidado<sup>960</sup>.

Teve um papel preponderante nos acontecimentos que opuseram o regente D. Pedro à rainha D. Leonor de Aragão, acompanhando-a a Alenquer, servindo de intermediário entre ambas as partes. Combateu em Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V<sup>961</sup>.

#### **D. Inês de Melo ou da Silveira**, donzela de D. Brites

Filha de Rui Dias Pereira, alcaide-mor de Serpa e de sua 2.<sup>a</sup> mulher Maria de Melo. Neta paterna de Diogo Nunes Pereira de Lacerda, senhor do Sardoal, e de Brites Rodrigues de Abreu e neta materna de João de Melo e de Isabel da Silveira<sup>962</sup>.

Casou com João Rodrigues da Câmara, bastardo de Rui Gonçalves da Câmara, 3.<sup>o</sup> capitão donatário da Ilha de S. Miguel, nos Açores. João Rodrigues da Câmara sucedeu a seu pai, tornando-se deste modo o 4.<sup>o</sup> capitão donatário da Ilha.

D. Inês, enviuvando, e deixando na Ilha o filho primogénito, Rui Gonçalves da Câmara, embarcou para Portugal, em 1510, acompanhada de quatro filhos tendo todos falecido no mar, por o barco que os transportava haver naufragado<sup>963</sup>.

#### **D. Inês de Sousa**, dama de D. Brites

Casou com Diogo de Bairros, adail-mor do Reino do Algarve e membro do conselho do rei D. Afonso V<sup>964</sup>.

#### **Isaac Gabay**, alfaiate de D. Brites

Almotacé dos judeus<sup>965</sup>. Em 1479 contribui com um empréstimo de cinco mil reais, referente ao pedido de D. Afonso V, votado nas Cortes de 1478, para defesa do Reino, na sequência da batalha de Toro<sup>966</sup>, quantia que provavelmente adquirira na sua outra actividade, enquanto mercador<sup>967</sup>.

<sup>960</sup> Contrato de casamento entre Henrique Pereira e Isabel Pereira. AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 181v-183.

<sup>961</sup> MORENO, Humberto Baquero; FREITAS, Isabel Vaz de, *A Corte de D. Afonso V...*, 2006, p. 305-306.

<sup>962</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit, vol. 3, p. 233, vol. 6, p. 208, 631; *Miscelânea Histórica de Portugal*, feita, ilustrada e apresentada por António Albuquerque de Sousa Lara, vol. 5, Lisboa, 1983, p. 26, 51; MORAES, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. 3. Porto: Liv. Fernando Machado, 1943, p. 289.

<sup>963</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 52v-55, 133v; *Livro primeiro de místicos*, fl. 49-49v; *Livro sexto de místicos*, fl. 14; IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 70v-71.

<sup>964</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 51.

<sup>965</sup> IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 70.

<sup>966</sup> FARO, Jorge, *Receitas e despesas da fazenda real...*, p. 270; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 182.

<sup>967</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 156; AZEVEDO, João Lúcio de, *História dos cristãos novos portugueses*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1975, p. 45; BARROS, Henrique da Gama, *História da administração...*, tomo 10, p. 234; FARIA, Aida Gisela, *Análise sócio-económica das comunas judaicas em Portugal (1439-1496)*, dissertação de licenciatura, Lisboa: Faculdade de Letras, 1963, p. 49; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os judeus em Portugal...*, p. 285.

Por carta régia dada em Viana a 10 de Fevereiro de 1480, obteve privilégio para se poder deslocar em besta muar de sela e freio, através de todo o Reino<sup>968</sup>. A mercê, que lhe fora concedida, estaria, provavelmente, relacionada com tal actividade, bem como com o facto de ser almotacé, qualidade em que se encontrava em Olivença, por ocasião dos conflitos, desencadeados em 1489, que opuseram o alcaide Manuel de Melo, de quem Isaac Gabay seria partidário, aos Gamas e Lobos<sup>969</sup>.

#### **D. Isabel Fogaça**, donzela de D. Brites

Filha de João Fogaça, comendador da vila de Sesimbra. Perfilhada por Rui Mendes de Vasconcelos, seu tio, por este não ter filhos, nem herdeiros directos, por escritura lavrada em Sesimbra, a 22 de Dezembro de 1465, legando a D. Isabel a administração da capela instituída por Estêvão Anes na igreja de Santiago de Cacém, metade da tença que o rei lhe havia doado por seu casamento e todos os bens que ficassem à data do seu falecimento<sup>970</sup>.

#### **D. Isabel de Almeida**, dama de D. Brites

Bastarda de Álvaro de Almeida<sup>971</sup>.

Casou com Nuno Fernandes Freire, de quem foi a segunda esposa. O marido, 3.º senhor de Bobadela, era filho de Gomes Freire e neto de D. Nuno Freire, mestre da Ordem de Cristo. Em 1490 ainda viviam em Beja, em casa dada pelo duque D. Manuel<sup>972</sup>.

Por escritura lavrada em Odemira, a 15 de Maio de 1485, o Duque assumiu o pagamento das duas mil coroas, que sua mãe havia prometido para o casamento de D. Isabel de Almeida, e enquanto não lhe fosse satisfeita a totalidade, auferiria uma tença de vinte mil reais brancos anuais<sup>973</sup>.

#### **Isabel de Ataíde**, donzela de D. Brites

Filha de Nuno Vaz Mascarenhas e de Catarina de Ataíde. Neta paterna de Fernão Martins Mascarenhas e de Beatriz Rodrigues. Neta materna de Nuno Gonçalves de Ataíde, senhor de Gaião, e de Mécia de Meira<sup>974</sup>.

Casou com Estêvão de Góis, alcaide-mor de Mértola. D. Fernando, por carta dada em Beja a 3 de Março de 1461, concedera-lhe 5 000 reais brancos de tença, até perfazer as 500 coroas para casamento, pagáveis a partir de 1461<sup>975</sup>.

---

<sup>968</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 129; liv. 32, fl. 82v.

<sup>969</sup> Isaac Gabay acusou Abraão Pintado, que apoiava a facção dos Gamas e Lobos, de o ter agredido. AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 70; MORENO, Humberto Baquero Moreno, «Bandos nobiliárquicos em Olivença» in, *Exilados, marginais e contestatários*, ...p. 161.

<sup>970</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 114; IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 7-7v.

<sup>971</sup> *Livro de Linhagens do século XVI...*, p. 290.

<sup>972</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 252.

<sup>973</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 49-49v; *Livro quarto de místicos*, fl. 52; BNP, *Alcobacenses*, cod. 118, fl. 248.

<sup>974</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 1, p. 505; vol. 5, p. 526; vol. 6, p. 573.

<sup>975</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 214v-215.

**Isabel Fernandes**, criada

Casou com Gonçalo Cardoso, escudeiro fidalgo da casa ducal<sup>976</sup>.

**Isabel Fernandes**, borladeira<sup>977</sup>

**Isabel Gomes**, criada

D. Brites concedera-lhe um padrão de doze mil reais e um moio e meio de trigo<sup>978</sup>.

**Isabel Lopes**, encarregada da botica de D. Brites<sup>979</sup>

**Isabel de Lucena**, donzela de D. Brites

Filha do doutor Vasco Fernandes, notário, e de Violante d' Alvim. Suas irmãs, Leonor da Silva e Beatriz de Azevedo, por escritura feita em Triana, arrabalde da vila de Alenquer, a 21 de Julho de 1459, fizeram-lhe doação de todos os bens móveis e de raiz, frutos novos, rendas, direitos, prata, ouro e dinheiro, que por morte dos pais lhes pertenceriam por herança, e bem assim da tença que o pai tinha do rei D. Afonso V<sup>980</sup>.

Na sequência do falecimento da Duquesa, recebeu vinte mil reais, que lhe eram devidos pelo seu corregimento<sup>981</sup>.

**D. Isabel de Menezes**, donzela de D. Brites

Filha de Gonçalo Nunes Barreto, senhor do morgado de Quarteira e de Isabel Pereira, neta materna de D. Diogo Pereira comendador-mor da Ordem de Santiago<sup>982</sup>.

Casou com Gil de Magalhães, fidalgo da casa ducal. D. Brites, por escritura lavrada em Tomar, a 25 de Junho de 1472. D. Brites fez-lhe doação de duas mil coroas para o seu casamento, a satisfazer por uma tença anual de vinte mil reais brancos, pagáveis a partir de Janeiro do ano em apreço<sup>983</sup>.

**Isabel Serrão**, donzela de D. Brites

Filha de Afonso Lopes e de Teresa Anes, que fora ama de D. Isabel, rainha de Castela, por casamento com Enrique IV. Também seus irmãos, João Serrão e Inês Serrão, se encontravam ao serviço da mesma Senhora, enquanto escudeiro e donzela, respectivamente. Por escritura lavrada em Lisboa a 9 de Junho de 1447, os irmãos doaram a Isabel, por ocasião do casamento desta com João Sodrê, filho de

<sup>976</sup> IDEM. *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 156-156v.

<sup>977</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 75-76, 78-80.

<sup>978</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 80v.

<sup>979</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 68, 84.

<sup>980</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca da Estremadura*, fl. 168-169.

<sup>981</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 107.

<sup>982</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 2, p. 455; vol. 7, p. 163; MORAES, Cristóvão Alão de, ob. cit., vol. 3, p. 307.

<sup>983</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 58; IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 63-63v.

Fernão Sodré, cavaleiro da Casa de D. Afonso V e almoxarife do armazém da cidade de Lisboa<sup>984</sup>, a título de dote, todas as terras, vinhas, casais, rendas e direitos e os demais bens de raiz e proveitos que deveriam herdar por morte de sua mãe, os quais se localizavam em Alcácer, Almada, Lisboa, Mafra e seus termos e em Montemor-o-Novo<sup>985</sup>.

**D. Isabel de Sousa**, (c. 1447-1518), donzela de D. Brites e sua secretária

Filha de Rui Gomes da Silva, senhor de Chamusca, Mação, Vila Nova de Foz Coa<sup>986</sup> e Ulme, no termo de Santarém<sup>987</sup>, e de sua 1.<sup>a</sup> mulher D. Branca de Almeida, a quem D. Afonso V fizera doação de mil coroas de ouro, para o seu casamento, a satisfazer em pagamentos de dez mil reais de tença, assentes no almoxarifado de Viseu<sup>988</sup>. Neta por via paterna de Diogo Gomes da Silva, senhor das terras de Mação e Vila Nova de Foz, e de Isabel Vasques de Sousa, filha de Vasco Martins de Sousa, chanceler-mor e 1.<sup>o</sup> senhor de Mortágua, e de sua mulher Inês Dias.

Era seu avô materno Diogo Fernandes de Almeida, rico homem, vedor da fazenda, alcaide-mor de Abrantes e senhor do Sardoal<sup>989</sup>. Nesta linha, D. Isabel de Sousa era sobrinha de D. Lopo de Almeida, nobilitado com o título de conde de Abrantes<sup>990</sup>.

Do primeiro casamento de seu pai, nasceram seus irmãos: João da Silva que viria a contrair matrimónio, em 3.<sup>as</sup> núpcias, com D. Joana Henriques, filha de D. Fernando Henriques e de D. Branca de Melo, senhora de Barbacena; D. Leonor da Silva, a quem adiante nos referiremos, e D. Filipa, mulher de Nuno de Melo, senhor de Povolide.

Falecida D. Branca, seu pai voltaria a contrair matrimónio com D. Brites da Silva, filha de D. Pedro de Castro, senhor de Roriz, de quem nasceram Gonçalo da Silva e Fernão da Silva. Voltou novamente Rui Gomes da Silva a casar, em 3.<sup>a</sup> núpcias, com D. Filipa de Andrade, filha de Lopo Afonso, prioste e prebendário da Sé de Viseu, cuja união originou o irmão mais jovem de D. Isabel, Rui de Sousa da Silva<sup>991</sup>, que virá a ser seu testamenteiro e herdeiro de muitos dos seus bens<sup>992</sup>.

Foi posteriormente aia e camareira-mor da princesa D. Isabel de Castela, no contexto das Terçarias de Moura, cargo que manteve acompanhando toda a vida da princesa. Nesta condição, regressou a Portugal, integrada no séquito de D. Isabel,

<sup>984</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 152v-154v.

<sup>985</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 152v-154v.

<sup>986</sup> Carta do regente D. Pedro datada de 12 de Janeiro de 1440, confirmada por D. Afonso V a 10 de Janeiro de 1450. IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 175; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, p. 131.

<sup>987</sup> AN/TT, *Leitura Nova, Livro décimo terceiro da comarca da Estremadura*, fl. 48v; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *idem, ibidem*. Rui Gomes da Silva iria residir prioritariamente no sítio da Chamusca, localizado nos limites de Ulme. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *ob. cit.*, vol. 2, p. 131.

<sup>988</sup> Carta datada de Évora, a 4 de Janeiro de 1450. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 165.

<sup>989</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *ob. cit.*, p. 347-348.

<sup>990</sup> Carta régia dada em Miranda do Douro, a 13 de Junho de 1476. PINA, Rui de, *Crónica do senhor Rey D. Afonso*, p. 566. Veja-se a biografia de Lopo de Almeida em *Nobreza de Portugal*, vol. 2, p. 203-204.

<sup>991</sup> BNP, *Reservados, códice* 13 125, vol. 2, fl. 384; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *ob. cit.*, vol. 2, p. 138.

<sup>992</sup> AN/TT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, fl. 13. Rui de Sousa da Silva, tal com sua irmã, elegerá para sua sepultura a Igreja de Santa Cruz do Castelo, sendo inumado na capela de Nossa Senhora do Pópulo, conjuntamente com sua mulher D. Leonor de Noronha. CARDOSO, George, *Agiológico Lusitano*, vol. 3, p. 790.

que também voltava, para casar com o príncipe D. Afonso. Após a morte de D. Afonso, D. Isabel ficou-se na sua companhia, retornando uma vez mais, aquando do casamento da princesa viúva com o rei D. Manuel I. Deixou, assim, o Alentejo pela capital do Reino.

Enquanto viveu em Beja, D. Isabel residiu em morada própria, sita perto da Duquesa na Rua do Touro. As suas casas localizavam-se igualmente na área do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, fundado por D. Brites e que esta procurou ampliar, pelo que por contrato efectuado em Novembro de 1498, D. Isabel cedeu as suas casas da vila ao Mosteiro, recebendo em compensação, por parte do rei D. Manuel I, 10 moios de pão miúdo, assentados e pagos na renda da cavalaria de D. Teresa Gil, sita no reguengo de Barcarena, e a liquidar a partir do mês de Janeiro do ano seguinte<sup>993</sup>. Nesta transacção poderemos ainda ver a mão da duquesa D. Brites, conquanto D. Isabel já delas não necessitasse para si, pois desde a morte da rainha D. Isabel, primeira esposa de D. Manuel I, que optara por viver em Lisboa, em casas também próprias, sitas ao Castelo. Estava então dedicada a reedificar a Igreja de Santa Cruz, elegendo para sua sepultura a capela-mor, instituindo uma missa quotidiana e vinculando diversos bens<sup>994</sup>, a administrar pelo reitor do Convento de Santo Elói.

A donzela de D. Brites acumulou diversos bens de raiz, que foi adquirindo ao longo da vida, paralelamente com tenças e privilégios, advindos de doações. Assim, por escritura lavrada a 6 de Novembro de 1479, D. Isabel comprou um lagar de azeite, em Beja, à viúva Teresa Afonso, por três mil reais brancos. A 10 de Janeiro de 1484, adquiriu uma herdade encabeçada, denominada Fonte dos Cantos, sita no caminho de Brinches, termo de Beja a Lançarote Rodrigues e sua mulher, Brites Lopes, por cento e quarenta e cinco mil reais brancos<sup>995</sup>. A 26 de Março de 1477, comprou a Gonçalo Anes Barbosa e a sua mulher Mor Gonçalves, por dois mil reais brancos, dois pardieiros, sitos dentro da cerca da vila de Beja, sendo um isento e outro aforado em fatiota à Albergaria de São Brás<sup>996</sup>. Provavelmente serão estes dois pardieiros de que D. Isabel faria escambo, por escritura lavrada em Beja, a 28 de Março de 1477, com Leonor Fernandes (ou Esteves, uma vez que a escritura apresenta, alternadamente, ambos os nomes), viúva de Luís Gonçalves Barbosa, a qual lhe cederia um forno de cozer pão, com seu quintal, sito na cerca da vila<sup>997</sup>. A 2 de Maio de 1480, em escritura lavrada em sua casa, adquiriu a Brites Lopes, ausente em Alcoutim e representada por seu irmão Fernão Lopes Barriga, umas casas de morada, sitas na Rua do Touro, foreiras ao Mosteiro de Santa Clara e à Igreja de Santa Maria, pelo valor de sete mil reais brancos, pagáveis em moeda de

---

<sup>993</sup> Carta datada de Sintra, a 22 de Novembro de 1498. IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 192v-193.

<sup>994</sup> Por carta régia datada de Évora, a 14 de Julho de 1497, D. Manuel autoriza que a capela possa haver e ter bens de raiz e renda até ao valor de 20 000 reais anuais, sob condição das ditas rendas não fossem obtidas em propriedades foreiras ao soberano ou sitas nos reguengos. AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 28, fl. 53v.

<sup>995</sup> AN/TT, OFM. *Provincia dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 43.

<sup>996</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 43.

<sup>997</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 44.

ouro e de prata<sup>998</sup>. E logo no dia seguinte, ordenou nova escritura em que constava que aforara, em três vidas, pelo foro de noventa reais pagos no dia de São Martinho, duas casas, *uma alevantada e coberta e outra que já é fora e alpendrada*, e onde ela então vivia, sitas na Rua do Touro, as quais haviam pertencido a Lopo Fernandes Barriga, sendo foreiras à Igreja de Santa Maria<sup>999</sup>.

A 10 de Junho de 1482, por carta dada em Évora, D. João II atribuiu-lhe uma tença<sup>1000</sup>. A duquesa D. Brites, por carta dada em Beja, a 28 de Março de 1486, atribuir-lhe-ia também uma tença anual no valor de trinta mil reais<sup>1001</sup>.

**D. Jaime**, fidalgo da casa de D. Manuel

Por carta datada de Beja, a 19 de Março de 1485, o duque D. Manuel doou-lhe duas mil coroas, para casamento, pelos serviços que fez a seu pai, a satisfazer em tença de vinte mil reais anuais<sup>1002</sup>.

**D. Joana Coutinho**, donzela de D. Brites

Filha de D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marialva e de Beatriz de Melo. Casou com Rui Lopes, filho de Lopo Afonso de Couros e D. Filipa Coutinho. Sua filha Filipa Coutinho contrairia casamento com Rui Gonçalves da Câmara, filho de João Gonçalves da Câmara, e de D. Inês da Silveira, atrás mencionada<sup>1003</sup>.

**Joana Dias**, criada<sup>1004</sup>

**Joana Fróis**, criada

Filha de Álvaro Eanes, escrivão das vintenias da Guiné pelo duque D. Manuel. Casou com João Gago, cavaleiro da Casa do rei D. Manuel I<sup>1005</sup>.

**D. Joana da Silva**, donzela de D. Brites

Filha de Garcia de Melo, alcaide mor de Serpa e D. Filipa da Silva. Casou com Vasco Eanes Corte Real), cavaleiro da casa real, membro do conselho de D. João II e alcaide mor de Tavira<sup>1006</sup>, filho de João Vaz Corte Real e de Maria Abarca. Irmão do navegador Gaspar Corte Real<sup>1007</sup>.

A duquesa D. Brites concedeu à sua donzela duas mil coroas para casamento, pagáveis á razão de uma tença de vinte mil reais, por ano<sup>1008</sup>.

<sup>998</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 58.

<sup>999</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 59.

<sup>1000</sup> IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 64.

<sup>1001</sup> IDEM, *Leitura Nova, Livro primeiro de místicos*, fl. 50v.

<sup>1002</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 152v-153.

<sup>1003</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 3, p. 233; vol. 4, p. 11, 21.

<sup>1004</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 41v-42.

<sup>1005</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 30.

<sup>1006</sup> Carta de D. Manuel I, dada em Toledo a 13 de Maio de 1498. IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 274v.

<sup>1007</sup> SOARES, Eduardo de Campos de Azevedo, *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. 1. Porto, 1944, p. 75.

<sup>1008</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 25v-26.

**D. Joana de Sousa**, dama de D. Brites

Depois do falecimento de D. Brites, com vista a satisfazer o pagamento de vinte mil reais devidos por seus corregimentos, recebeu uma colcha de nabal, um almofreixe pequeno e velho, um cofre de Flandres, um enchimento de almofada de camilha cheio de penas, dois açafates do Algarve, sete varas de Holanda e sete mil e trezentos e cinco reais<sup>1009</sup>.

**Mestre Joane**, criado

Morador em Sesimbra. Aforou a quinta do Calhariz, sita no termo de Palmela, que pertencera a Gil Vaz da Cunha<sup>1010</sup>.

**João de Abreu**, cavaleiro

Por carta régia datada de Santarém a 18 de Agosto de 1487 foi-lhe perdoada a pena de 2 anos de degredo para Ceuta, em que havia incorrido por injúrias que dirigira ao ouvidor do mestrado de Cristo e também por haver fugido da prisão. D. João II perdoou-lhe mediante o pagamento de trezentos reais para as despesas da Relação<sup>1011</sup>.

**João Afonso**, capelão do duque D. João

Prior da aldeia de Joane. Por escritura lavrada em Santarém, a 8 de Maio de 1472, foram-lhe legitimados dois filhos, Joane e António, filhos de Branca Lopes, solteira<sup>1012</sup>.

**João Afonso**, escudeiro do duque D. Diogo

Testemunhou o instrumento de posse, lavrado a 15 de Julho de 1483, no termo da vila de Beja, comprovativo do escambo que a duquesa D. Brites fizera com Fernão Pereira, fidalgo da Casa do Duque de Bragança, com procuração de sua mulher, Leonor de Brito. João Afonso cedeu então a herdade da Albernoa, sita no termo de Baleizão, pela saboaria da vila de Elvas<sup>1013</sup>.

Testemunhou em Beja, a 4 de Dezembro de 1483, uma escritura comprovativa da doação que Isabel da Costa e Mor Ichoa, filhas de Martim Ichoa e de Estevainha Gomes de Brito, freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Conceição, fizeram ao cenóbio, de uma quintã, denominada Coutada, sita no termo de Tavira<sup>1014</sup>.

Deverá ser o mesmo que foi escudeiro do duque D. Manuel e notário público na vila de Tomar, em 1493<sup>1015</sup>.

---

<sup>1009</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 107.

<sup>1010</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 282; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 103.

<sup>1011</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fl. 171; *Documentos inéditos de Marrocos ...*, doc. 241, p. 250-251; *Itinerários del-rei D. João II*, p. 277.

<sup>1012</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de legitimações*, fl. 128.

<sup>1013</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 67.

<sup>1014</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 69.

<sup>1015</sup> AN/TT, *Ordem de Cristo*, liv. 235, fl. 97v.

**João Afonso**, apontador<sup>1016</sup>

**João Afonso**, despenseiro<sup>1017</sup>

**João Afonso**, sapateiro de D. Brites

Por carta régia dada em Lisboa, a 8 de Outubro de 1473, foi isento do pagamento dos impostos e encargos concelhios, de ser tutor, curador, de ser posto por besteiro do conto, de comparecer em alardos, bem como do direito de pousada<sup>1018</sup>.

**João de Almeida**, fidalgo, cavaleiro<sup>1019</sup>

**João Borges**, almoxarife nas terras da Beira<sup>1020</sup>

**João de Brito**, fidalgo

Por carta datada de Odemira, a 9 de Maio de 1485, o duque D. Manuel declarou que lhe concedia mil e quinhentas coroas, respeitante às duas mil que tinha por doação de D. Brites e que não haviam sido satisfeitas, pagáveis através de uma tença anual de quinze mil reais. Quanto às quinhentas coroas que completariam o montante inicial nada havia que assumir, porquanto João de Brito, com permissão da Duquesa, havia-as vendido a Leonel Rodrigues<sup>1021</sup>.

**João de Chaves**, escudeiro

Morador em Lisboa. Por carta de D. Afonso V, datada de Benavente, a 14 de Maio de 1474, obteve privilégio para coutar o paul de Chacoteca, sito no termo de Samora Correia, que possuía em conjunto com mestre Pedro, enxalmador<sup>1022</sup>, mestre Pedro, boticário do rei e os mercadores João Franco e Antão de França<sup>1023</sup>.

**João Correia**, fidalgo

Comendador de Aljezur. Esteve presente no cabido geral da Ordem de Santiago, celebrado em Santarém, a 18 de Maio de 1484<sup>1024</sup>.

**João da Costa**, escrivão

---

<sup>1016</sup> *O livro dos recebimentos da chancelaria da Câmara*, p. 49; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 95.

<sup>1017</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit, p. 107.

<sup>1018</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 222.

<sup>1019</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, p. 23-48; FARO, Jorge, *Receitas e despesas ...*, p. 207; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91.

<sup>1020</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, p. 88, 229; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91; SOUSA, João Silva de, *Senhorias laicas beirãs ...*, p. 63-72.

<sup>1021</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 228-228v.

<sup>1022</sup> Curandeiro.

<sup>1023</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 20.

<sup>1024</sup> IDEM, *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fólio não numerado.

Redigiu em Lisboa, a 1 de Novembro de 1471 uma carta de D. Brites, dirigida á Ilha da Madeira, ordenando que todos os homens bons da Ilha servissem nos officios do concelho<sup>1025</sup>.

**João Dias**, escudeiro de D. Brites

Testemunhou em Beja, a 17 de Junho de 1489, a doação de umas casas, sitas na vila, feita por Afonso Valente, cavaleiro da casa de D. João II e comendador de Santa Maria da Feira de Beja, a Inês Cerveira<sup>1026</sup>.

**João Fernandes do Arco**, fidalgo

Procurador do povo da Madeira<sup>1027</sup>.

**João Galvão**, escudeiro

Filho de Álvaro Galvão, clérigo de missa e cónego da Sé de Évora., e de Isabel Afonso, solteira<sup>1028</sup>.

**João Gomes**, escudeiro

Integrou a casa do infante D. Henrique D. Henrique, onde foi pajem do livro. Residiu na Madeira depois da morte deste, onde serviu a casa ducal. Tomou parte das vereações da câmara do Funchal como homem-bom, almotacé e juiz ordinário. Foi igualmente vereador das obras da Sé do Funchal e produtor de açúcar<sup>1029</sup>.

**João Gonçalves**, escudeiro

Representou D. Manuel no acto de entrega de uma carta de sesmaria, dada pelo duque a Pero Esteves, lavrador, em representação de João Godins, couteiro, morador na *terra a que chamam Longoirão*, sita na Ribeira de Quintos<sup>1030</sup>.

**João Gonçalves da Câmara ou da Câmara de Lobos**<sup>1031</sup> (c. 1435-1501), cavaleiro fidalgo

Filho de João Gonçalves Zarco e de Constança Rodrigues. Casou em 1.<sup>as</sup> núpcias com D. Mécia ou Maria de Noronha<sup>1032</sup>, filha de D. João Henriques de Noronha e

<sup>1025</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 29, p. 58.

<sup>1026</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca de Odiana*, fl. 60v-61.

<sup>1027</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 120; ARM, *Registo geral da Câmara do Funchal*, tomo 1.º, fl. 249; *Descobrimientos Portugueses ...*, vol. 3, p. 290-291; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 177-178.

<sup>1028</sup> Carta de legitimação dada em Évora a 17 de Fevereiro de 1467. AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de legitimações*, fl. 104.

<sup>1029</sup> GONÇALVES, Ernesto Baltazar, «Os homens bons do concelho do Funchal em 1471» in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 28, 1958, p. 73; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91, 100; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do Infante D. Henrique*, p. 175,185.

<sup>1030</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 94.

<sup>1031</sup> Tomou o nome de Câmara de Lobos ao ser-lhe concedida carta de armas: em escudo preto, uma torre de prata ladeada por dois lobos de ouro. IDEM, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 56v-57.

<sup>1032</sup> Escritura do dote de casamento lavrada no Funchal a 22 de Janeiro de 1462. IDEM, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. doc. 5-6.

de Beatriz, senhora de Mirabel. Enviuvando, voltou a contrair matrimónio com Isabel Lopes<sup>1033</sup>.

2.º capitão donatário da Ilha da Madeira, da parte do Funchal, pelo infante D. Fernando<sup>1034</sup>. Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique<sup>1035</sup>. Participou nas campanhas militares de Marrocos<sup>1036</sup>. Era membro do conselho de D. João II. D. Brites, por carta dada em Santarém, a 10 de Outubro de 1477, fez-lhe doação do Ilhéu Bravo<sup>1037</sup>. Em 1487, por carta datada de Santarém a 5 de Março, o duque D. Manuel fez-lhe doação da Ilha Deserta e da sua jurisdição e em 1490, por carta dada em Évora, a 11 de Janeiro de 1490, doou-lhe o Ilhéu das Cabras, em sua vida, o qual até então estivera de posse da mãe do agraciado<sup>1038</sup>. Por escritura lavrada no Funchal, a 28 de Maio de 1495, João Gonçalves da Câmara doou, em nome do duque, a Pero Rodrigues, morador na Ponta do Sol, uma água que este tirara por uma levada na Ribeira de Água de Alto, a fim de alimentar os canaviais de açúcar<sup>1039</sup>.

#### **João Gonçalves de Castanheda**, meirinho-mor

Escudeiro da casa de D. Afonso V. Combateu ao lado do soberano em Alfarrobeira. Foram-lhe doados os bens de Fernão da Fonseca, escudeiro do Regente D. Pedro<sup>1040</sup>.

#### **João de Lamego**, criado

Escrivão da ribeira da alfândega de Lisboa. A 1 de Março de 1460, D. Afonso V aforou-lhe umas casas, em Lisboa na Rua das Carniçarias Velhas, pelo foro de quarenta libras da moeda antiga<sup>1041</sup>.

#### **João de Lisboa**, criado

Escudeiro. Escrivão das sisas e dos dízimos da Ordem de Santiago<sup>1042</sup>.

#### **João da Maia**, tabelião em Beja, pelo duque D. João, passando posteriormente para o serviço do duque D. Diogo

Das escrituras que lavrou por força da sua actividade, apurámos as seguintes: a 24 de Julho de 1472, o contrato de venda de umas casas de morada, com seu quintal,

<sup>1033</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit. vol. 3, p. 231.

<sup>1034</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro de místicos*, fl. 56v; *Livro das Ilhas*, fl. 44; IDEM, *Gaveta 7*, maço 3, doc. 16; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 4, p. 11; *Descobrimientos Portugueses...*, vol. 3, doc. 41, p. 61.

<sup>1035</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91-100; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial*, p. 175, 186.

<sup>1036</sup> FONSECA, Luís Adão da, *Portugal entre dos mares*, Madrid: Mapfre, 1993, p. 309.

<sup>1037</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 57v-58. O ilhéu passou a seu filho primogénito, Simão Gonçalves da Câmara, conforme confirmação de D. Manuel I em 1501. IDEM, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 91-91v.

<sup>1038</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 45-47, 58-58v, 91-91v, 95-95v.

<sup>1039</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 51-51v.

<sup>1040</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca de Odiana*, fl. 101-107; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 95, 100-101; MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira*, vol. 2, p. 1039.

<sup>1041</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca da Estremadura*, fl. 201-202.

<sup>1042</sup> IDEM, *Ordem de Santiago, Livro de suplementos*, fl. 13; IDEM, *Ibidem*, cx. 142, maço 4, doc. 3; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 86; PEREIRA, Maria Teresa Lopes, ob. cit., p. 175.

feita por Nuno de Góis a sua mulher, Beatriz Gomes, à duquesa D. Brites<sup>1043</sup>; a 19 de Fevereiro de 1473, um alvará em que D. Brites declarava que adquirira, por quatro mil e quatrocentos reais, uma morada de casas, sitas na Rua do Touro, anteriormente pertencentes à aposentadoria<sup>1044</sup>; em 1475, o testamento de João Martins, morador em Beja<sup>1045</sup>; a 3 de Junho de 1476, no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, o emprazamento da herdade da Charnequinha, sita no termo de Beja, que o referido mosteiro, representado pela abadessa D. Beatriz do Azinhal e demais freiras, fizera, em três vidas, a Álvaro Mendes e Olinda Anes, sua mulher, pelo foro de vinte alqueires de trigo e quatro galinhas<sup>1046</sup>; a 26 de Março de 1477, a compra de dois pardieiros, sitos dentro da cerca da vila, adquiridos por D. Isabel de Sousa a Gonçalo Anes Barbosa e sua mulher Mor Gonçalves<sup>1047</sup>; a 28 de Março de 1477, em Beja, nas casas de morada de D. Isabel de Sousa, o escambo que a mesma fez com Leonor Esteves ou Fernandes, dando D. Isabel dois pardieiros e a outra parte um forno de cozer pão, com seu quintal<sup>1048</sup>; a 7 de Abril de 1478, a compra de um olival, sito no termo de Beja, foreiro ao Convento de São Francisco, por um alqueire e meio de azeite, que o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, representado pela Abadessa D. Leonor de Azevedo, adquiriu ao lavrador João Gago e a sua mulher Brites Pires, por quatro mil reais brancos<sup>1049</sup>; a 26 de Outubro de 1478, no castelo da menagem de Beja, a compra de um quinhão numa herdade sita na Ribeira do Freixo, termo da vila, adquirida por Artur de Brito ao lavrador João Branco<sup>1050</sup>; a 24 de Maio de 1479, a venda que Brites Gomes, viúva do cavaleiro Rui Gomes Torneiro, Luís Martins Galiardo e sua mulher Teresa Vaz fizeram a Mor Gomes Raposa, filha de Estevão Gomes Torneiro, cónego da Sé de Lisboa e prior da Igreja de São João de Beja, da herdade do Pombal, sita no caminho para Lisboa, pelo valor de oitenta mil reais brancos<sup>1051</sup>; em Beja, a 3 de Outubro de 1479, o escambo entre Artur de Brito e sua mulher, por uma parte, e Rui Pires Fialho, em que o primeiro recebeu a herdade do Freixo, em troca da herdade do Mosteiro, sita no termo de Oriola e doze mil reais brancos<sup>1052</sup>; em Beja, a 2 de Maio de 1480, a aquisição que D. Isabel de Sousa fizera a Brites Lopes, representada por Fernão Lopes Barriga, de umas casas, sitas na Rua do Touro, foreiras ao Mosteiro de Santa Clara e à Igreja de Santa Maria, por sete mil reais brancos<sup>1053</sup>; a 3 de Maio desse mesmo ano, o aforamento que D. Isabel de Sousa fizera à Igreja de Santa Maria de umas casas sitas na Rua do Touro, por noventa reais pagos por dia de São Martinho<sup>1054</sup>; 12 de Fevereiro de 1481, a doação que D. Leonor da Silva, viúva de

---

<sup>1043</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 33.

<sup>1044</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 35.

<sup>1045</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 40.

<sup>1046</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 42.

<sup>1047</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 43.

<sup>1048</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 44.

<sup>1049</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 47.

<sup>1050</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 49.

<sup>1051</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 54.

<sup>1052</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 56.

<sup>1053</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 58.

<sup>1054</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 59.

João Freire de Andrade<sup>1055</sup>, fez ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de uns pardieiros, sitos em Beja, na Rua do Touro<sup>1056</sup>; a 15 de Julho de 1483, no termo da vila de Beja, o instrumento de posse comprovativo do escambo que a duquesa D. Brites fizera com Fernão Pereira, fidalgo da casa do duque de Bragança, com procuração de Leonor de Brito, sua mulher, de uma herdade em Albernoa, termo de Baleizão, pela saboaria da vila de Elvas<sup>1057</sup>; a 11 de Agosto de 1483, em Beja, o certifica uma procuração apresentada por Gil Lourenço, escudeiro e criado de Estêvão de Góis, morador em Alcácer do Sal, emitida por sua mulher Leonor Pires e sua sogra Catarina Vaz, em que se declarava que estava autorizado a poder aforar ou arrendar todas as terras de pão que as mesmas detinham em Beja, ressalvando uma courela, sita na herdade da Alagoa<sup>1058</sup>; a 4 de Dezembro de 1483, lavra a doação que Isabel da Costa e Mor Ichoa, filhas de Martim Ichoa e de Estevainha Gomes de Brito, freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, fizeram ao dito Mosteiro de uma quintã, denominada Coutada, sita no termo de Tavira<sup>1059</sup>; a 2 de Fevereiro de 1485, em Beja, a doação que João Fernandes e sua mulher Inês Gonçalves fizeram ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de umas casas de morada sitas na vila<sup>1060</sup>; a 6 de Agosto de 1488, a compra do foro da herdade da Arruda, sita no termo de Beja, que a duquesa D. Brites adquirira a Fernão Eanes e sua mulher Margarida Fernandes, pelo valor de dezanove mil reais brancos<sup>1061</sup>; a 7 de Agosto de 1488, em Beja, a compra que D. Brites fez a Afonso da Costa e a sua mulher Isabel de Sousa, da parte que lhes coubera por herança na herdade da Arruda, de que a Duquesa pagou dezoito mil reais brancos<sup>1062</sup>; a 5 de Setembro de 1488, em Beja, a doação de um ferragial, que Inês Gonçalves, viúva de João Martins, também já defunto, fizera ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição<sup>1063</sup>; a 22 de Abril de 1489, o emprazamento, em três vidas, que o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, representado pela Abadessa D. Leonor de Azevedo, fizera a Simão Fernandes e sua mulher Iria Fernandes, moradores em Ferreira do Alentejo, relativamente a quatro courelas de pão, sitas em Ferreira, em Figueira e em Vale Bom<sup>1064</sup>; a 28 de Agosto de 1488, em Beja, a compra da herdade do Paço do Baleizão e horta anexa, que a Duquesa adquirira a Nuno Pereira, fidalgo da casa real, e a sua mulher, D. Isabel de Góis<sup>1065</sup>; a 17 de Junho de 1489, a doação de umas casas sitas em Beja, feita por Afonso Valente a Inês Cerveira<sup>1066</sup>.

---

<sup>1055</sup> João Freire de Andrade fora senhor e alcaide-mor de Alcoutim. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 2, nota 1, p. 252.

<sup>1056</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 61.

<sup>1057</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 67.

<sup>1058</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 68.

<sup>1059</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 69.

<sup>1060</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 76.

<sup>1061</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 81.

<sup>1062</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 82.

<sup>1063</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 83.

<sup>1064</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 88.

<sup>1065</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 17, doc. 568.

<sup>1066</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca de Odiana*, fl. 60v-61.

### **João de Mascarenhas**, fidalgo

Segundogénito de Nuno Vaz de Mascarenhas e de Catarina de Ataíde. Neto de Fernão Mascarenhas, cavaleiro e comendador da Ordem de Santiago. Irmão de D. Fernão Martins Mascarenhas, 1.º senhor de Lavre e Estepa, fidalgo da casa de D. João II, capitão dos ginetes e alcaide mor da vila de Alcácer do Sal<sup>1067</sup>. Casou em 1.ªs núpcias com Maria Ribeiro, contraindo posteriormente segundo casamento com D. Joana de Noronha, filha de Nuno de Noronha, bastardo de D. Henrique de Noronha, e de Mencia de Ribadaneira<sup>1068</sup>.

Morador em Alcácer do Sal. Por escritura lavrada nesta vila a 13 de Julho de 1476, o pai nomeou seu testamenteiro e administrador da capela que instituíra na quintã de Porches, sita no termo de Alcácer<sup>1069</sup>. Obteve privilégio para coutar uma herdade denominada Escaroupim, localizada entre o termo das Alcáçovas e o termo de Montemor-o-Novo, declarando-se na carta régia datada de Torres Vedras a 20 de Dezembro de 1473, que quem ousasse danificar a propriedade cortando lenha, madeira ou apascentando gados incorria numa multa de seis mil soldos<sup>1070</sup>.

### **João de Meira**, cavaleiro fidalgo

Criado<sup>1071</sup>.

### **João de Melo**, fidalgo

1.º alcaide-mor de Serpa, copeiro-mor de D. Afonso V e membro do conselho do monarca e do seu sucessor<sup>1072</sup>.

Filho de Martim Afonso de Melo, *o moço*, senhor de Arega e Barbacena e de D. Briolanja de Sousa. Casou em 1.ªs núpcias com Isabel da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, senhor de Terena e escrivão da puridade, e de Leonor Falcão. Voltou a contrair matrimónio com D. Mécia de Sousa, filha de Diogo Lopes Lobo, 3.º senhor de Alvito e Oriola, e de D. Isabel de Sousa<sup>1073</sup>.

Por carta régia dada a 3 de Junho de 1482, obteve confirmação de um alvará dado por D. Afonso V a 16 de Março de 1464, para edificar umas casas na cidade de Évora sobre o muro quebrado da cerca velha, junto de outras que pertenciam a sua mãe, D. Briolanja de Sousa<sup>1074</sup>.

---

<sup>1067</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro oitavo da comarca de Odiana*, fl. 98; IDEM, *Ordem de Santiago*, livro 1 de Suplementos, fl. 62-62v.

<sup>1068</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 6, p. 582; MORAES, Cristóvão Alão de, ob. cit., vol. 3, p. 65.

<sup>1069</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 120-121.

<sup>1070</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 28.

<sup>1071</sup> Incluído no rol dos moradores da Casa Real publicado por SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, p. 23-48; *Receitas e despesas...*, p. 203; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 91, 155-158.

<sup>1072</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de extras*, fl. 87v. IDEM, *Leitura Nova, Livro terceiro de místicos*, fl. 27; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 3, liv. 4, p. 23; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 98.

<sup>1073</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 91v-92; GAYO, Manuel José da costa Felgueiras, ob. cit., vol. 6, p. 631; vol. 10., p. 585.

<sup>1074</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 28-28v.

O duque D. Manuel, por carta dada em Beja a 24 de Maio de 1485, concedeu a sua filha, D. Beatriz de Sousa, para casamento com o coudel Fernão da Silveira, duas mil e novecentas coroas, a liquidar através de uma tença anual de vinte e cinco mil reais, que vigoraria a partir de 1 de Janeiro do ano em apreço<sup>1075</sup>.

**João de Morais**, contador<sup>1076</sup>

Residiu na Ilha da Madeira.

**João Pereira de Berredo**, fidalgo cavaleiro

O duque D. Manuel concedeu-lhe duas mil dobras para casamento. Cunhado de Diogo da Fonseca, cavaleiro da casa de D. João II e seu servidor da toalha<sup>1077</sup>.

**João Pires**, contador

Participou ao lado de D. Fernando na conquista de Alcácer Ceguer<sup>1078</sup>.

**João Pires Leitão**, escudeiro

Juiz do mestrado de Cristo em Tomar<sup>1079</sup>.

**João do Porto**, escudeiro

Por carta de perdão de 15 de Dezembro de 1456 foi-lhe transferida a pena que lhe tinha sido atribuída por crime de bigamia e adultério, para serviço em Ceuta<sup>1080</sup>. Poderá ser o mesmo que D. João II, por carta datada de Santarém, a 19 de Maio de 1486, nomeou para juiz e contador dos resíduos e provedor das capelas, hospitais e gafarias da Ilha da Madeira<sup>1081</sup>.

**João Ribeiro**, moço da estrebeira de D. Brites<sup>1082</sup>

**João Rodrigues**, tabelião na Terra de Besteiros<sup>1083</sup>

**João Rodrigues**, bacharel e ouvidor da casa de D. Diogo, 1473

A 6 de Fevereiro de 1483, em Moura, lavrou a sentença do duque D. Diogo relativa a uma contenda entre a Igreja de Santa Maria do Calhau, sita na Ilha da Madeira, e Afonso Anes<sup>1084</sup>.

---

<sup>1075</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 66v-67.

<sup>1076</sup> *Livro das vereações da Câmara do Funchal*, fl. 14; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91.

<sup>1077</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 61, 77-78v.

<sup>1078</sup> ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. XL, p. 129; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91.

<sup>1079</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 151, p. 342; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91.

<sup>1080</sup> *Documentos das chancelarias reaes ...*, vol. 2, doc. DCXLIII, p. 634; CRUZ, Abel dos Santos, p. 165; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91.

<sup>1081</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 4, fl. 17; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 221; PEREIRA, Fernando Jasmins, *Índices de documentos sobre o Funchal (1470-1823) existentes no Arquivo Regional da Madeira*. Redondo: Patrimónia, 1994, p. 74.

<sup>1082</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 81.

<sup>1083</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 62; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91.

### **João Rodrigues da Câmara, fidalgo**

Filho bastardo de Rui Gonçalves da Câmara, capitão donatário da Ilha de S. Miguel, e de Catarina Gonçalves, solteira, natural das Ilhas Canárias. Sucedeu a seu pai na capitania. Legitimado por escritura feita em São Miguel a 10 de Abril de 1496<sup>1085</sup>. Casou com D. Inês da Silveira, donzela de D. Brites. Sucedeu a seu pai na capitania.

### **João da Silva, fidalgo**

Filho primogénito de Rui Gomes da Silva e de D. Branca de Almeida. Foi 3.º senhor da Chamusca e Ulme<sup>1086</sup>. Casou em 1.ª núpcias com D. Briolanja Soares, bastarda de Fernão Soares, irmão de Diogo Soares, aio de D. Afonso V e em 2.ª núpcias com D. Inês de Portugal e em 3.ª núpcias com D. Joana Henriques, filha de D. Fernando Henriques, 2.º senhor das Alcáçovas, e de D. Branca de Melo, senhora de Barbacena<sup>1087</sup>. D. Brites concedera-lhe duas mil coroas para casamento, conforme carta do duque D. Manuel, datada de Sintra, a 16 de Agosto de 1485<sup>1088</sup>. Em 1475, solicitou a D. Afonso V que lhe fossem outorgados os reguengos de Nespereira, Riba de Vouga, Mação e Vila Nova de Foz Côa, que haviam pertencido a seu pai, entretanto falecido, a que o monarca acedeu por carta dada em Zamora, a 25 de Outubro de 1475<sup>1089</sup>. Na comarca da Beira, para além dos referidos bens de raiz possuía ainda Orgéns e Vila Cova<sup>1090</sup>.

### **João Soares, cavaleiro**

Obteve a capitania da ilha de Santa Maria, dada por D. Brites, por carta lavrada em Évora a 12 de Maio de 1474, com confirmação de D. Afonso V e outorga e consentimento do príncipe D. João, a 13 de Julho do mesmo ano<sup>1091</sup>.

### **João Soares, tabelião<sup>1092</sup>**

### **João de Soure, vedor das obras de D. Brites<sup>1093</sup>**

---

<sup>1084</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago. Livro dos Copos*, fl. 329-331; IDEM, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 20.

<sup>1085</sup> Confirmação de D. Manuel I, em Setúbal, a 4 de Junho de 1496. IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de legitimações*, fl. 203v.

<sup>1086</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro décimo terceiro da comarca da Estremadura*, fl. 48v-49; MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira...*, p. vol. 2, p. 953.

<sup>1087</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 130; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 9, p. 406; MORAES, Cristóvão Alão de, ob., cit., vol. 2, p. 458.

<sup>1088</sup> AN/TT, *Leitura Nova, Livro primeiro de místicos*, fl. 153-153v.

<sup>1089</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca da Beira*, fl. 234v-235.

<sup>1090</sup> SOUSA, João Silva de, *Senhorias laicas da Beira...*, p. 66.

<sup>1091</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 1-1v.

<sup>1092</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 2, fl. 55v.

<sup>1093</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 104.

### **João de Sousa, fidalgo**

Capitão de ginetes do infante D. Fernando. Filho de Martim Afonso de Sousa, 2.º senhor de Mortágua, comendador de Ferreira, Alvalade e Represa da Ordem de Santiago, e de Violante Lopes de Távora. Casou com D. Branca de Ataíde, filha de João de Ataíde, 2.º senhor de Penacova e camareiro-mor do infante D. Pedro<sup>1094</sup>.

A 17 de Abril de 1455, já então integrado na casa de Viseu-Beja, D. Afonso V fez-lhe mercê do serviço real e novo dos judeus da Guarda<sup>1095</sup>. Combateu ao lado de D. Fernando no escalamento de Tânger, em 1464<sup>1096</sup>. Por escritura lavrada a 7 de Abril de 1470 comprou a Brites Pereira, viúva de Heitor de Melo, umas casas e uns pardieiros, que haviam pertencido a Álvaro Barreto, sitas em Beja<sup>1097</sup>. Por carta datada de Évora, a 5 de Abril de 1475, referindo-se aos muitos serviços que dispensara a D. Fernando, D. Afonso V fez-lhe mercê das rendas da judiaria da Guarda e D. Manuel I, por carta datada de Évora a 28 de Novembro de 1497, far-lhe-ia mercê, para si e sua mulher, extensível ao filho primogénito, Manuel de Sousa, por falecimento de ambos, de uma tença anual de vinte mil reais, assentada no rendimento das sisas de Ferreira do Alentejo, em satisfação da judiaria<sup>1098</sup>.

Participou nas festas realizadas em Évora, por ocasião do casamento do príncipe D. Afonso<sup>1099</sup>. Faleceu cerca de 1513, estando sepultado na igreja de Ferreira do Alentejo, junto a sua mulher<sup>1100</sup>.

### **João Vaz Corte Real, fidalgo**

Integrou a casa senhorial do infante D. Fernando<sup>1101</sup>, continuando a servir o Ducado.

Capitão donatário de Angra, na Ilha Terceira, por carta da duquesa D. Brites emitida em Évora, a 2 de Abril de 1474<sup>1102</sup>.

### **Jordão Nunes, escudeiro de D. Brites**

Escrivão das pescarias régias. Obteve carta de privilégio dada em Évora a 26 de Fevereiro de 1475, permitindo-lhe colocar um homem no seu ofício<sup>1103</sup>.

### **Jordão Ribeiro, escrivão<sup>1104</sup>**

---

<sup>1094</sup> *Livro de Linhagens do século XVI ...*, p. 35; SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. 12, 2.ª parte, p. 270; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 227; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *ob. cit.*, vol. 10, p. 570.

<sup>1095</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 148.

<sup>1096</sup> PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, cap. CLIII, p. 805; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 91, 101.

<sup>1097</sup> AN/TT, *Convento de Santa Joana de Lisboa*, maço 10, doc. 288.

<sup>1098</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 167v-168.

<sup>1099</sup> RESENDE, Garcia de, *ob. cit.*, cap. CXXVIII, p. 180; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 142-143.

<sup>1100</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 229.

<sup>1101</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 91.

<sup>1102</sup> *Arquivo dos Açores*, vol. 4, p. 159-160; *Descobrimientos portugueses...*, vol. 3, p. 342.

<sup>1103</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 156.

<sup>1104</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 79.

**Jorge Fernandes**, escudeiro de D. Brites

Casado com Isabel Pinto.

Morador em Beja. A 4 de Janeiro de 1500, também na qualidade de procurador de D. Isabel de Sousa, aforou parte de um lagar de azeite, sito na vila de Moura, a Álvaro Dias e sua mulher Leonor Rodrigues<sup>1105</sup>.

**Jorge de Macedo**, escudeiro

Morador na Ribeira de Santarém. Por escritura lavrada em Santarém, a 5 de Maio de 1466, aforou um pardieiro, que havia sido residência de Catarina Miguéis, padeira, para fazer umas casas, pelo foro de quarenta reais brancos, pagos pela Páscoa, ao almoxarife de Santarém<sup>1106</sup>.

**Jorge de Oliveira**, servidor de D. Brites

Judeu converso. Genro de mestre António de Bom Dia. Escudeiro da casa real e recebedor da chancelaria de D. Manuel I<sup>1107</sup>. Obteve carta de privilégio do soberano, para si, sua mulher e filhos, em que se declarava que não poderiam ser alvos da aplicação de quaisquer ordenações, crimes, cíveis, posturas, pregões e costumes referentes aos cristãos novos, nem sequer mencionados como tal, anulando-se assim «*toda e quallquer macula que por causa de sua naçença contra elles se possa alegar*»<sup>1108</sup>. Apesar da diligência do soberano, Jorge de Oliveira não se livrou de satíricas trovas dos contemporâneos<sup>1109</sup>.

**Jorge Rodrigues**, moço da estrebeira<sup>1110</sup>

**Justa Rodrigues**, ama do duque D. Manuel<sup>1111</sup>

Manceba de D. João bispo da Guarda e irmã de Isabel Rodrigues, mulher de Pedro Álvares Pimentel e de Brites Rodrigues, mulher de Nuno da Cunha. Fundou o Convento de Jesus de Setúbal em 1494, onde se recolheu e jaz sepultada<sup>1112</sup>.

**Lançarote Rodrigues**, cavaleiro da casa de D. Diogo

Morador em Beja. Casado com Brites Lopes.

---

<sup>1105</sup> IDEM, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, liv. 1, fl. 37v.

<sup>1106</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 76v; IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca da Estremadura*, fl. 134-135v.

<sup>1107</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 494.

<sup>1108</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 90.

<sup>1109</sup> RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro geral*. Porto: Centro de Estudos Românicos, Porto, 1970, cantiga 620, p. 172-176.

<sup>1110</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 81.

<sup>1111</sup> BL, *Manuscripts*, Add 20 953, *Lembrança das amas e amos de príncipes*, fl. 145; VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Amas, amos e collaçõs de pessoas reaes e personagens illustres*. Porto. 1914, p. 21-22.

<sup>1112</sup> GOIS, Damião de, *Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel*, vol. 1.p. 5-5v; BNP, Reservados, cod. 11 404, *Tratado da antiga e coriosa fundação do convento de Jesu de Setuval*, composto pella madre Soror Leonor de S. João religiosa do dicto convento e abadessa, anno de 1630; SOLEDADE, Frei Fernando da, *Historia Seráfica Cronológica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, parte III. Lisboa: Officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, 1720, p. 552; FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra ...*, vol. 3, p. 10, 25.

O casal detinha, pelo menos, uma herdade encabeçada, denominada Fonte dos Cantos, sita no termo de Beja, no caminho que conduzia a Brinches, de que fizeram venda a D. Isabel de Sousa, por cento e quarenta e cinco mil reais brancos, por escritura lavrada em Beja a 10 de Janeiro de 1484<sup>1113</sup>.

A 12 de Setembro do referido ano, também em Beja, lavrou a escritura comprovativa da venda de umas casas, sitas na Rua do Touro, que Fernão Martins, carpinteiro, e sua mulher Catarina Anes, fizeram ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, por nove mil reais brancos<sup>1114</sup>.

#### **Lançarote Teixeira ou Lançarote da Ilha**, fidalgo

Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique e tomou parte em diversas expedições à Guiné<sup>1115</sup>.

**Leonel Rodrigues**, cavaleiro da Ordem de Cristo. Escudeiro do Infante D. Fernando e seu guarda-roupa<sup>1116</sup>. Posteriormente vedor da fazenda de D. Brites<sup>1117</sup>.

Morador em Beja. Casou, em 1.<sup>a</sup>s núpcias com Catarina Fernandes, donzela de D. Isabel, duquesa de Bragança. D. Fernando, então ainda duque de Guimarães, havia feito mercê a Catarina Fernandes de dez mil reais de tença, *para seu suportoamento*, por alvará datado de 25 de Abril de 1475<sup>1118</sup>. Enviuvando, Leonel Rodrigues passou a 2.<sup>as</sup> núpcias com Catarina Gomes.

Foi testamenteiro de Leonor Afonso, viúva de Gomes Lourenço de Alenquer, moradora em Serpa, que fez redigir as últimas vontades a 17 de Setembro de 1461, doando setecentos reais brancos ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja<sup>1119</sup>.

A 28 de Outubro de 1466, por escritura lavrada em Beja, vendeu umas vinhas, sitas em Serpa, a sua irmã Mécia Vaz<sup>1120</sup>. A 29 de Julho de 1480, também em Serpa, fez lavrar uma escritura referente a um olival, que lhe ficara por herança da mulher<sup>1121</sup>. Por escritura lavrada em Beja, a 25 de Março de 1485, comprou a Luís Godinho e a sua mulher Brites Dias, umas casas de morada, com seu quintal, e um pardieiro existente entre o dito quintal, tudo sito na Rua dos Mercadores, por quarenta mil reais brancos<sup>1122</sup>. Por escritura lavrada em Sintra, a 5 de Outubro de 1485, o duque D. Manuel concedeu-lhe cinco mil reais de tença, a pagar anualmente<sup>1123</sup>. Por escritura lavrada, em Beja, a 13 de Outubro de 1488, adquiriu um chão a Fernão

<sup>1113</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 43.

<sup>1114</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 85.

<sup>1115</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 49v; liv. 27, fl. 74, 141v; *Descobrimientos portugueses...*, vol. 1, p. 425-426; *Arquivos Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 8, p. 30. LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91, 101; SOUSA, João Pereira de, *A casa senhorial...*, p. 175, 186.

<sup>1116</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 28.

<sup>1117</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sétimo da comarca de Odiana*, fl. 31v.

<sup>1118</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 273.

<sup>1119</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 1, doc. 19.

<sup>1120</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 28.

<sup>1121</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 60.

<sup>1122</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 77.

<sup>1123</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 56.

Vieira e sua mulher Inês Pais, pelo valor de trezentos reais brancos<sup>1124</sup>. Por escritura lavrada em Beja, a 20 de Setembro de 1497, comprou umas casas, sitas dentro da cerca da vila, a Fernão da Palma, castelhano, morador em Beja<sup>1125</sup>. Por testamento lavrado em Beja, a 2 de Novembro de 1509, deserdou todos os parentes, e legou os seus bens ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, onde instituiu capela de missa quotidiana de requiem por sua alma e pelas almas de suas mulheres e dos seus *benfeitores*: D. Fernando e D. Brites<sup>1126</sup>.

**Leonor Fernandes**, escrava de D. Brites

Passou para a casa da rainha D. Leonor, após o falecimento de D. Brites<sup>1127</sup>.

**Leonor Pereira**, escrava de D. Brites

Integrou a casa da Rainha D. Leonor, após o falecimento de D. Brites<sup>1128</sup>.

**Leonor da Silva**, donzela de D. Brites

Filha de Rui Gomes da Silva e de D. Branca de Almeida Casou com Diogo Gil Moniz<sup>1129</sup>.

**Lisuarte Gil**, notário

Lavrou em Setúbal uma escritura a Nuno da Cunha, referente à aquisição de um alpendre<sup>1130</sup>.

**Lopo** (mestre), boticário

Para além de seu boticário pessoal, D. Brites, na escritura de instituição da sua capela, que fez lavrar em Beja a 15 de Outubro de 1505, encarregou-o de cuidar da assistência na doença às religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja<sup>1131</sup>. Depois da morte da Duquesa, foram-lhe pagos dez mil e duzentos reais referentes às mezinhas que elaborou e, em pagamento de dez mil reais que lhe eram devidos, recebeu um almofariz grande com suas mãos, um lagar pequeno de tirar óleo, um graal de pedra, dois bacios de latão, um berneo pardo, uma colcha de naval e um enchimento de almofada de estrado<sup>1132</sup>.

---

<sup>1124</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 86.

<sup>1125</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 97.

<sup>1126</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 156-159; IDEM, *Ibidem, Escrituras*, liv. 2, fl. 227.

<sup>1127</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 81.

<sup>1128</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 81.

<sup>1129</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 52v.

<sup>1130</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 40.

<sup>1131</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 22, doc. 842.

<sup>1132</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 105, 108.

**Lopo Afonso Ichoa**, cavaleiro, 1459 - 1482

Morador em Tavira. Juiz das sisas de Tavira, por carta régia datada de Viana a par de Alvito, de 26 de Março de 1482, referindo D. João II que sucedia no cargo a seu pai<sup>1133</sup>.

**Lopo Chainho**, cavaleiro

Tendo incorrido na pena de 1 ano de degredo para o couto de Sabugal, por haver causado ferimentos a Lopo Afonso, tecelão, a Lopo Eanes, tecelão, a João, filho de Lopo Afonso e a Diogo Afonso, moradores em Évora, foi abrangido pelo perdão geral outorgado aos homiziados que haviam servido na armada e conquista da vila de Arzila e cidade de Tânger, obtido o perdão das partes, por carta dada em Évora, a 4 de Janeiro de 1473<sup>1134</sup>.

Por carta régia de 1 de Setembro de 1475, foram-lhe legitimados dois filhos: Joane e Garcia, que houvera de Catarina Farpado e Guiomar Esteves, respectivamente<sup>1135</sup>.

**Lopo Gonçalves**, tabelião em Beja, pelo duque D. Diogo

Localizámos as seguintes escrituras que lavrou no âmbito da sua actividade: a 26 de Abril de 1479, a compra de uma vinha<sup>1136</sup>; a 31 de Abril do mesmo ano, a doação de uma morada de casas, sitas na vila, que Brites Fernandes, viúva de Filipe de Bragança, fez a João Mendes, deão de Silves e prior da Igreja do Salvador de Beja<sup>1137</sup>; a 13 de Outubro de 1488, a compra de um chão que Leonel Rodrigues e sua mulher Catarina Fernandes adquiriram a Fernão Vieira e sua mulher Inês Pais, pelo valor de trezentos reais brancos<sup>1138</sup>.

**Lopo Gonçalves**, capelão de D. Brites

A 26 de Maio de 1469, por carta dada em Lisboa, por D. Afonso V, foi-lhe concedida autorização para poder adquirir bens móveis e de raiz, até ao valor de trinta e seis reais da moeda corrente, à razão de trinta e cinco libras o real, desde que, por seu falecimento, os legasse a pessoa leiga.<sup>1139</sup> A 22 de Dezembro de 1489, em Beja, na qualidade de procurador do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, tomou posse, em nome da Instituição da horta de Nossa Senhora do Pé da Cruz<sup>1140</sup>.

<sup>1133</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quarto da comarca de Odiana*, fl. 6-7; IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 24v; BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 3, fl. 124-124v; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 53.

<sup>1134</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 13v-14.

<sup>1135</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de legitimações*, fl. 290.

<sup>1136</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 52.

<sup>1137</sup> IDEM, OFM. *Ibidem*, maço 3, doc. 53.

<sup>1138</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 86.

<sup>1139</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 71v.

<sup>1140</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Autos de posse*, maço 18, cx. 11.

**Lopo Vaz**, escudeiro

Morador em Alcochete. Recebeu carta de perdão do crime de morte de Mendes Afonso, invocando que havia combatido em Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V<sup>1141</sup>.

**Lourenço Anes**, tabelião

Morador em Moura. Referido numa escritura de emprazamento, datada de 25 de Fevereiro de 1456.<sup>1142</sup>

**Lourenço Gonçalves**, escudeiro<sup>1143</sup>

**Lourenço Martins**, almoxarife em Manteigas

Referido numa escritura datada de 10 de Agosto de 1462, celebrada entre Lourenço Martins e D. Garcia Rodrigues de Sequeira, comendador da Ordem de Avis<sup>1144</sup>.

**Lourenço Rodrigues**, moço de estrebaria<sup>1145</sup>

**Lucena** (Licenciado), físico de D. Brites

Por carta dada em Setúbal, a 10 de Setembro de 1484, o duque D. Manuel fez mercê a D. Brites de quarenta mil reais anuais, assentados na vintena da Guiné, e contados a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte, para pagamento do físico. A mercê seria confirmada a 4 de Julho de 1496<sup>1146</sup>.

**Luís de Atouguia**, cavaleiro

Contador na Ilha da Madeira<sup>1147</sup>. A 17 de Novembro de 1468 redigiu a sentença dada por D. Fernando a favor de Nuno da Cunha, sobre uma contenda com Dinis Eanes da Grã, referente a uma questão de águas na Ilha da Madeira<sup>1148</sup>.

**Luís de Azevedo**, servidor<sup>1149</sup>

**Luís Barradas**, escudeiro de D. Brites

Casado com Inês Dias.

Testemunhou em Beja, a 6 de Agosto de 1488, a escritura da compra do foro da herdade da Arruda, sita no termo de Beja, que a duquesa D. Brites adquirira a Fernão Eanes e sua mulher Margarida Fernandes, pelo valor de dezanove mil reais

---

<sup>1141</sup> *Documentos das chancelarias reaes...* vol. 2, doc. CXXXIX, p. 146; Lopes, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91, 102.

<sup>1142</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro sexto da comarca de Odiana*, fl. 94v; IDEM, *Convento do Carmo de Moura*, liv. 8, fl. 49v; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91, 102.

<sup>1143</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 44v.

<sup>1144</sup> IDEM, *Ordem de Avis*, maço 10, doc. 848; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 91, 102.

<sup>1145</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 81.

<sup>1146</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 50-50v.

<sup>1147</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 79-79v; *Arquivo Históricos da Madeira*, vol. 15, doc. 25, p. 55; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 102.

<sup>1148</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 10.

<sup>1149</sup> IDEM, *Leitura nova. Livro quarto de místicos*, fl. 130-130v.

brancos<sup>1150</sup>. Testemunhou ainda, a 7 de Agosto de 1488, em Beja, a escritura de compra que D. Brites fez a Afonso da Costa e a sua mulher Isabel de Sousa, da parte que lhes coubera por herança na herdade da Arruda, pagando a Duquesa dezoito mil reais brancos<sup>1151</sup>. A 5 de Setembro de 1488, em Beja, em seu nome e como procurador de Pedro Eanes, clérigo de missa e testamenteiro de Inês Gonçalves, viúva de João Martins, também já defunto, procede à doação de um ferragial ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição<sup>1152</sup>. A 19 de Agosto de 1499, em Lisboa, representou D. Brites na escritura da aquisição de umas casas, sitas em Beja, que haviam sido pertença de D. Isabel de Sousa<sup>1153</sup>. A 20 de Março de 1506, em Beja, apresentou um alvará de D. Brites em que se especificam doações ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da referida vila<sup>1154</sup>.

#### **Luís de Beja**, escrivão

Redigiu, no termo de Beja, uma carta de sesmaria, dada pelo duque D. Manuel, representado pelo escudeiro João Gonçalves, a Pero Esteves, lavrador, em representação de João Godins, couteiro, morador na «terra a que chamam Longoirão», sita na Ribeira de Quintos<sup>1155</sup>.

#### **Luís Fernandes**, contador, 1470

<sup>1156</sup>

#### **Luís Godinho**, escudeiro, 1473

Testemunhou a escritura de um aforamento feito em Beja, a 30 de Julho de 1473<sup>1157</sup>. Poderá ser o mesmo que foi reposteiro de D. Brites<sup>1158</sup>.

#### **Luís Gomes**, alfaiate de D. Brites<sup>1159</sup>

#### **Luís Gonçalves**, tabelião em Alcácer do Sal, pelo infante D. Fernando

A 11 de Abril de 1453, lavrou em Alcácer do Sal, uma escritura relativa à encapação de uns moinhos e terras de pão anexas, sitos na Ribeira de Nisa, termo da vila de Alcácer do Sal, que Nuno Mascarenhas aforara a João Esteves<sup>1160</sup>.

#### **Luís Gonçalves**, escudeiro

D. Brites legou-lhe por testamento doze mil reais<sup>1161</sup>.

<sup>1150</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 81.

<sup>1151</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 82.

<sup>1152</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 4, doc. 83.

<sup>1153</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 5, doc. 106.

<sup>1154</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 69.

<sup>1155</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 94.

<sup>1156</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de extras*, fl. 54-54v.

<sup>1157</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro sétimo da comarca de Odiana*, fl. 28v-29.

<sup>1158</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 57v-58.

<sup>1159</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 71, 75-79, 105.

<sup>1160</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 12.

<sup>1161</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776. FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit, p. 106.

**Luís Mendes de Vasconcelos**, fidalgo, 1485

Procurador do povo da Madeira<sup>1162</sup>.

**Luís Pereira**, fidalgo

Acusado de haver agredido e ofendido António Vasques, juiz, morador em Setúbal, obteve carta de perdão de D. Afonso V datada de Lisboa, a 27 de Setembro de 1473, uma vez que também já havia conseguido o perdão das partes, mediante o pagamento de mil e quinhentos reais brancos, que seriam destinados à a arca da piedade<sup>1163</sup>.

**Luís da Rosa**, escudeiro

Morador em Setúbal. Beneficiou do indulto geral de 14 de Junho de 1464, concedido aos homiziados que haviam servido na armada em Ceuta<sup>1164</sup>.

**Manuel Afonso**, almoxarife na Ilha da Madeira

Terá casado com Maria Ribeiro, perfilhada por João Afonso Milheiro e sua mulher Catarina Pires, moradores no Funchal, perfilhação confirmada por carta régia dada em Santarém a 6 de Maio de 1474, os quais lhe deram, a título de dote, toda a terra que haviam adquirido a João Garcia, duas camas de roupa, uma taça de prata dourada, cinco mil reais e a tença que tinham por mercê do infante D. Fernando<sup>1165</sup>. Referido como almoxarife em vários documentos<sup>1166</sup>, nomeadamente numa carta de sentença do duque D. Diogo, datada de Moura, a 6 de Fevereiro de 1483, relativa a uma contenda entre a Igreja de Santa Maria do Calhau e Afonso Anes<sup>1167</sup>.

**Manuel Afonso Sanha**, escudeiro

Residente na Ilha da Madeira, na capitania do Machico<sup>1168</sup>.

**Manuel Álvares**, escudeiro

Testemunhou em Beja, a 30 de Junho de 1473, o traslado do foral de Mértola, perante Pero Coelho, notário apostólico<sup>1169</sup>.

**Manuel Calado**, cavaleiro

Residente em Alcácer do Sal<sup>1170</sup>.

---

<sup>1162</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, ..., vol. 15, doc. 95, p. 147-156; *Itinerários del rei D. João II* ..., p. 167.

<sup>1163</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 190-190v.

<sup>1164</sup> CRUZ, Abel dos Santos, op. cit., p. 238; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 92, 102.

<sup>1165</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 25v-26.

<sup>1166</sup> IDEM, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 19; *Descobrimientos portugueses*, vol. 3, doc. 6, p. 13; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 4, p. 13; *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 65, p. 186; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 102.

<sup>1167</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 20.

<sup>1168</sup> NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da História da diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, 1996, fl. 101; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93.

<sup>1169</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago. Livro dos Copos*, fl. 331v.

<sup>1170</sup> BPE, cod. 595, fl. 13v; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob., cit., p. 92, 102.

**Manuel da Cunha**, moço de estrebeira<sup>1171</sup>

**Marcos Lopes**, criado

Escrivão das sisas dos panos, portagem e contagem dos armazéns em Évora<sup>1172</sup>.

**Margarida de Vilhena**, donzela de D. Brites

Filha de Martim Afonso de Melo, alcaide-mor de Olivença, fidalgo da casa real, membro do conselho de D. Afonso V e seu guarda-mor<sup>1173</sup>, e de D. Margarida de Vilhena. Neta paterna de Martim Afonso de Melo, senhor de Arega e Barbacena, e de Beatriz Pimentel, filha de Juan Alfonso Pimentel, 1.º conde de Benavente. Neta materna de Rui Vaz Coutinho, senhor de Ferreira de Aves e de D. Branca Manuel de Vilhena, bastarda de D. Henrique Manuel de Vilhena<sup>1174</sup>, conde de Seia. Casou com Rui Dias Lobo, fidalgo da casa real, 4.º senhor de Alvito<sup>1175</sup>.

Prometeu o infante D. Fernando, à donzela de sua mulher, duas mil e quinhentas dobras, para casamento, mas tendo dificuldade de satisfazer o pagamento *e a elle Ruy Dias comuinha logo soportar os carreguos do dito casamento porque tomaria sua casa com a dita D. Margarida* assentou-lhe vinte mil reais de tença, a liquidar anualmente, mas como também não a podia pagar, fez-lhe mercê da saboaria preta de Olivença, que fora doação do rei D. Afonso V ao Infante. Os pais da noiva adiantaram então duas mil dobras, a saber: quinhentos em corregimentos de casa e mil e quinhentos em ouro, prata e dinheiro<sup>1176</sup>.

**D. Maria Coutinho**, dama de D. Brites

Casou com D. Martinho de Meneses. Em carta datada de Sintra, a 22 de Novembro de 1486, o duque D. Manuel declarou que vira um padrão assinado por ambos os seus pais, prometendo três mil coroas a D. Maria Coutinho, para casamento, as quais não haviam sido satisfeitas. Nesta data, D. Maria Coutinho encontrava-se já viúva, pelo que o duque, até lhe ser liquidado na totalidade o referido montante, confirmou-lhe a renda dos moinhos da vila de Soure, que ela tinha por alvará de D. Fernando, emitindo mandato ao contador do mestrado de Cristo, a cuja Ordem a vila pertencia, e ao almoxarife de Soure<sup>1177</sup>.

<sup>1171</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit., p. 81.

<sup>1172</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 2, fl. 12.

<sup>1173</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da casa real Portuguesa*, tomo 3, liv. 4, p. 22.

<sup>1174</sup> Filho bastardo de D. Juan Manuel (1282-1348), príncipe de Villena e de D. Inês de Castañeda, passou a Portugal no séquito de sua meia-irmã D. Constança Manuel, mulher de D. Pedro I. aqui casou com Brites de Sousa. Em 1386 havia já regressado a Castela. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra...*, p. 6-8; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 6, p. 542; MORAES, Cristóvão Alão de, ob. cit., vol. 1, p. 671; *Nobreza de Portugal...*, vol. 3, p. 366.

<sup>1175</sup> D. Afonso V, por carta de 7 de Maio de 1460 fizera-lhe mercê das rendas das boticas existentes na praça de Évora e da renda dos açougues (... *ataa auer de nos outra cousa de que com rrazom deua seer comtemte* ) Logo no dia seguinte prometeu-lhe 2 800 coroas de ouro, por casamento, a satisfazer através do pagamento de uma tença anual de 28 000 reais brancos. AN/TT, *Leitura Nova, Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 130; IDEM, *Ibidem, Livro terceiro de místicos*, fl. 229v-230.

<sup>1176</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos* fl.157-157v; *Livro segundo de místicos*, fl. 77-80v, *Livro primeiro de místicos*, fl. 144-144v; IDEM, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 27, fl. 8; liv. 29, fl. 100.

<sup>1177</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 215-215v.

**Maria Anes**, guarda-roupa de D. Brites<sup>1178</sup>

**Maria Godins**, dama de D. Brites<sup>1179</sup>

**D. Maria de Lima**, dama de D. Brites<sup>1180</sup>

Admitimos que fosse filha de Fernão de Lima, alcaide-mor de Guimarães e copeiro-mor de D. João II, e de Constança da Silva de Andrade. Se a nossa hipótese estiver correcta, casou com Francisco ou Fernão Lopes Tinoco, filho de Lourenço dos Guimarães e de Catarina Lopes Tinoco. Mas poder-se-á antes tratar-se de sua tia, de idêntico nome, filha de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e de Filipa da Cunha. Neste caso o marido escolhido foi Vasco Fernandes Coutinho, filho de Fernão Coutinho e de D. Maria da Cunha, 3.ª senhora de Basto.

**D. Maria Teles Coutinho**, donzela de D. Brites

Filha de D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marialva, e de Beatriz de Melo. Neta por via materna de Martim Afonso de Melo e de D. Briolanja de Sousa. Casou com Lourenço Pires de Távora, 1.º senhor do morgado de Caparica, filho de Álvaro Pires de Távora, 2.º senhor de Mogadouro, e de Leonor da Cunha<sup>1181</sup>.

Prometera-lhe o infante D. Fernando três mil coroas, para casamento, e enquanto lhas não liquidasse na totalidade, trinta mil reais de tença, pagos anualmente, situação que se não concretizou, arrastou-se e seria retomada pelo duque D. Manuel, que a tal se refere em carta dada em Avis, a 18 de Março de 1488<sup>1182</sup>.

**Marta**, escrava branca de D. Brites

Servia na câmara da Duquesa<sup>1183</sup>.

**Martim Afonso**, tabelião em Serpa pelo duque D. Diogo

Lavrou em Serpa, a 31 de Dezembro de 1475, a escritura comprovativa da venda da horta da Calça, sita no termo a vila, feita por Inês Eanes, viúva do cavaleiro Lourenço Vaz da Fonseca, ao cavaleiro Rui da Fonseca<sup>1184</sup>. A 29 de Julho de 1480, em Serpa, lavrou a escritura de partilhas de Leonel Rodrigues, referente a um olival, que lhe ficara por herança da mulher<sup>1185</sup>.

<sup>1178</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 57; IDEM, AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 84.

<sup>1179</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 52.

<sup>1180</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 67-67v.

<sup>1181</sup> SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 12, parte 1, p. 197-198; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 4, p. 11, vol. 7, p. 521; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 86-87.

<sup>1182</sup> Ainda em 1496, a situação se mantinha, conforme carta de D. Manuel I, dada em Évora a 19 de Maio. AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de misticos*, fl. 62-62v.

<sup>1183</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 84.

<sup>1184</sup> IDEM, *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 41.

<sup>1185</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 3, doc. 60.

**Martim Afonso**, comprador<sup>1186</sup>

**Martim Calado**, cavaleiro

Residente em Alcácer do Sal<sup>1187</sup>.

**Martim Ferreira**, fidalgo

Filho de Aires Ferreira, 5.º senhor da Casa de Cavaleiros e de D. Genebra Pereira de Sampaio. Sucedeu a seu pai como 6.º senhor da Casa. Casou em 1.ª núpcias com Leonor Pinheiro e em 2.ª núpcias com Brites de Carvalhal. Uma das suas filhas, havidas do primeiro casamento, D. Catarina Ferreira, foi donzela da Casa de D. Isabel, duquesa de Bragança<sup>1188</sup>.

Por carta dada em Tomar, a 12 de Abril de 1469, o infante D. Fernando havia-lhe concedido mil e quinhentas coroas para casamento, pagas através de uma tença anual de quinze mil reais brancos, a partir de 1470, tença que o duque D. Manuel iria confirmar aos herdeiros (Estevão Ferreira, D. Genebra Pereira, D. Isabel Pereira, D. Guiomar Ferreira, D. Inês Ferreira e D. Catarina Ferreira, todos filhos do primeiro matrimónio), por carta dada em Évora a 2 de Maio de 1492<sup>1189</sup>.

**Martim Gonçalves**, escudeiro<sup>1190</sup>

**Martim Luís**, *o moço*, tabelião em Serpa

Lavrou, a 17 de Setembro de 1461, o testamento de Leonor Afonso, viúva de Gomes Lourenço de Alenquer, moradora na vila<sup>1191</sup>. A 25 de Outubro de 1463, encarregou-se da escritura em que o lavrador João de Arouche e sua mulher declaravam que vendiam umas casas sitas, em Serpa, a Gomes da Silva, comendador de Noudar<sup>1192</sup>.

**Martim Mendes de Vasconcelos**, fidalgo

Morador na Ilha da Madeira. Por carta dada em Estremoz a 26 de Julho de 1483, o duque D. Diogo confirmou-lhe a doação de uma levada de água<sup>1193</sup>.

**Martim Pita**, escudeiro<sup>1194</sup>

---

<sup>1186</sup> Carta de quitação de D. Manuel, *Archivo Historico Portuguez*, vol. 4, p. 442-443; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 102.

<sup>1187</sup> BPE, , cod. 595, fl. 13v. LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 102.

<sup>1188</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 5, p. 252.

<sup>1189</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 82-83; *Livro quinto de místicos*, fl. 155; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob., cit., p. 92, 103.

<sup>1190</sup> *O livro de recebimentos de 1470 ...*, p. 75; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 103.

<sup>1191</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 1, doc. 19.

<sup>1192</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 1, doc. 23.

<sup>1193</sup> IDEM, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 19; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 14, p. 4; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 103.

<sup>1194</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 52-52v.

**D. Martinho de Ataíde**, fidalgo, mordomo-mor de D. Fernando

Filho de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º conde de Atouguia, e de D. Guiomar de Castro. Neto por parte materna de D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval. Sucedendo a seu pai no título, foi 2.º conde de Atouguia.

Casou com em 1ª núpcias com a prima D. Catarina de Castro, filha de D. Fernando de Castro, e irmão de sua mãe, governador da casa do infante D. Henrique. Deste matrimónio não houve geração. Voltaria a contrair matrimónio com D. Filipa de Azevedo, filha de Luís Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda régia<sup>1195</sup>.

**Mateus da Cunha**, tabelião

Morador em Beja<sup>1196</sup>.

**Mem de Brito**, fidalgo

Filho de Luís de Brito, senhor do morgado de Santo Estêvão de Beja e de sua primeira mulher D. Isabel da Cunha. Casou com D. Guiomar de Melo, filha de Estêvão Soares de Melo, 6.º senhor de Melo e de Teresa Freire de Andrade<sup>1197</sup>. O duque D. Manuel desembargou-lhe duas mil coroas para casamento, por carta dada em Lisboa, a 24 de Janeiro de 1492<sup>1198</sup>.

**Mem Rodrigues de Vasconcelos**, fidalgo

Residia na Madeira<sup>1199</sup>.

**Meier Abraão**, alfaiate<sup>1200</sup>

**Mendo de Almeida**, fidalgo cavaleiro<sup>1201</sup>

**Miguel**, (mestre), confessor de D. Brites

Também exercia as funções de pregador. Depois da morte da Duquesa recebeu vinte mil reais e ypre preto, que a Duquesa lhe legou, para fazer uma vestimenta, e mais cinco mil reais que lhe eram devidos de sua moradia respeitantes ao ano de 1506, uma vestimenta de cetim aveludada azul, franjada de retrós de cores com estola, um manípulo, uma alva de lenço de naval e amito comprida, com cordões de linhas de Flandres, e um bordão<sup>1202</sup>.

---

<sup>1195</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 214.

<sup>1196</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 60, fl. 55v.

<sup>1197</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 3, p. 582.

<sup>1198</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 124v.

<sup>1199</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 11, p. 34; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 103.

<sup>1200</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 31v; *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531* ..., vol. 2, doc. 467, p. 489; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 103.

<sup>1201</sup> FARO, Jorge, *Receitas e despesas da fazenda* ..., p. 239; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 103.

<sup>1202</sup> IDEM, *Ibidem*, Idem, *Ibidem*, p. 106.

**Nuno Afonso**, ouvidor

Emprazou, em Lisboa, a 10 de Novembro de 1470, em nome de D. Fernando, a Vicente Gonçalves e sua mulher Maria Anes, em três vidas, duas courelas de mortórios de vinhas, foreiras ao Infante e à Ordem de Santiago, sitas em Telhada, termo de Alcácer do Sal, pelo foro de vinte reais brancos e uma galinha, a pagar por dia de S. Miguel<sup>1203</sup>.

**Nuno Álvares**, tabelião

Lavrou em Beja, a 28 de Outubro de 1466, a escritura comprovativa da venda de umas vinhas, sitas em Serpa, que Leonel Rodrigues fez a sua irmã, Mécia Vaz<sup>1204</sup> e a 13 de Setembro de 1467 elaborou o testamento contendo as últimas vontades de Vasco Afonso<sup>1205</sup>.

**Nuno de Atouguia**, escudeiro

Escreveu uma carta de D. Fernando, datada de Beja, em que dava autorização a Martinho Eanes Boa Viagem para carregar açúcar na Ilha da Madeira<sup>1206</sup>. Testemunhou o instrumento de posse, lavrado a 15 de Julho de 1483, no termo da vila de Beja, comprovativo do escambo que a Duquesa D. Brites fizera com Fernão Pereira, fidalgo da Casa do Duque de Bragança, com procuração de sua mulher, Leonor de Brito, cedendo este a herdade da Albernoa, sita no termo de Baleizão, pela saboaria da vila de Elvas<sup>1207</sup>.

**Nuno da Cunha**, camareiro-mor de D. Fernando

Casou com D. Catarina de Albuquerque<sup>1208</sup>.

Pertenceu ao conselho de D. Afonso V. Envolveu-se em conflito com Dinis Eanes da Grã, por causa de uma questão de divisão de águas na Ilha da Madeira, o que motivou uma sentença do infante D. Fernando, a favor de Nuno da Cunha, dada em Alcochete, a 17 de Novembro de 1468<sup>1209</sup>.

**Nuno Fernandes Freire**, fidalgo

Filho de Gomes Freire de Andrade, 3.º senhor de Bobadela, e de D. Isabel Coutinho. Casou em 1.ªs núpcias com D. Helena de Brito, filha de Artur de Brito, alcaide-mor de Beja e de D. Catarina de Almada, e em 2.ªs núpcias com D. Isabel de Almeida, donzela de D. Brites<sup>1210</sup>. Morador em Beja.

Por carta datada de Évora, a 4 de Fevereiro de 1490, D. João II doou-lhe umas casas na vila que partiam com outras que Nuno Fernandes Freire já detinha<sup>1211</sup>. O

<sup>1203</sup> IDEM, *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fl. 213.

<sup>1204</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 28.

<sup>1205</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 30ª.

<sup>1206</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 20, p. 50: LOPES, Sebastiana Alves pereira, ob. cit., p. 92, 103.

<sup>1207</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 3, doc. 67.

<sup>1208</sup> IDEM, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 29.

<sup>1209</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 1, doc. 8,9.

<sup>1210</sup> GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 1, p. 144.

<sup>1211</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo da comarca de Odiana*, fl. 70-70v.

infante D. Fernando prometeu-lhe duas mil coroas para casamento, das quais vendeu quinhentas a Rui Falcão *por praziment*» de D. Brites<sup>1212</sup>. Por carta dada em Odemira, a 15 de Maio de 1485, o duque D. Manuel fez mercê de vinte mil reais de tença anuais, a D. Isabel de Almeida, a propósito das duas mil coroas que D. Brites lhe prometera por casamento<sup>1213</sup>.

**Nuno Martinho**, moço da câmara de D. Brites<sup>1214</sup>

**Nuno Mascarenhas**, fidalgo

Integrou a casa de D. Fernando, permanecendo na casa ducal. O duque D. Manuel, por carta dada em Santiago de Cacém, a 27 de Julho de 1485, reportando-se nomeadamente aos serviços que Nuno Mascarenhas fizera a seu pai, concedeu-lhe duas mil coroas para casamento, pagáveis a partir de Janeiro do referido ano, através de uma tença anual de vinte mil reais<sup>1215</sup>.

**Nuno Pereira**, *Cara de Anjo*, fidalgo

Morador em Serpa. Terá sido casado com D. Guiomar de Brito<sup>1216</sup>. Obteve carta de coutada da herdade da Figueira, sita no termo de Serpa, emitida pelo infante D. Fernando e confirmada por D. Brites<sup>1217</sup>.

**Nuno Velho**, contador

Morador em Beja. Numas casas térreas sitas á Porta de Mértola tinha umas atafonas. Possuía ainda umas casas de morada, localizadas no mesmo local, aforadas, em 1490, a Jão Gonçalves, escudeiro, por 70 reais, pagos pelo Natal<sup>1218</sup>.

**Pedro**, escravo de D. Brites

Servia na botica. A Duquesa deixou-lhe, em testamento, três mil reais<sup>1219</sup>.

**Frei Pedro de Abreu**, capelão-mor do duque D. Diogo

Vigário de Tomar e das Ilhas na Ordem de Cristo. D. Afonso V, a pedido de D. Brites, por carta datada de Portalegre, a 24 de Abril de 1475, nomeou-o, bem como a Frei Antão Gonçalves, alcaide-mor da vila de Tomar, para os cargos de regedores e governadores do Mestrado, na menoridade de D. Diogo<sup>1220</sup>.

<sup>1212</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 289v-290; *Livro quarto de místicos*, fl. 48v.

<sup>1213</sup> BNP, *Alcobacenses*, cod. 118, fl. 248; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 182.

<sup>1214</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 101v.

<sup>1215</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 153; BNP, *Alcobacenses*, cod. 118, fl. 129; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 186.

<sup>1216</sup> BNP, cod. 983: D. António de Lima, *Nobiliário dos senhores reis de Portugal famílias que delles descendem e outras ilustres no mesmo reino*, fl. 924; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 165.

<sup>1217</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 97v-98.

<sup>1218</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de extras*, fl. 54-54v; ADBEJA, *Tombo do hospital de Santa Maria da Piedade*, fl. 16-17.

<sup>1219</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 106.

<sup>1220</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 122.

**Pedro Afonso**, contador no mestrado de Cristo<sup>1221</sup>

**Pedro Afonso**, reposteiro de D. Brites

Terá sido assassinado cerca de 1456, conjuntamente com o escudeiro Pero Gomes. Foi considerado culpado do duplo homicídio Gomes Martins, moço da estrebaria da Duquesa<sup>1222</sup>.

**Pedro Afonso**, carniceiro<sup>1223</sup>

**D. Pedro de Castro**, fidalgo

Casado com D. Leonor Coutinho. Em 1485 apresentou ao duque D. Manuel uma carta do infante D. Fernando, datada de Tomar a 23 de Março de 1468, em que este lhe prometera duas mil coroas para casamento, solicitando ao duque a respectiva confirmação<sup>1224</sup>.

**Pedro Lourenço**, escrivão

Procurador do povo do Funchal. Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique<sup>1225</sup>.

**Pero de Andrade**, fidalgo

Por carta dada em Sintra, a 29 de Setembro de 1486, o duque D. Manuel fez-lhe doação da alcaidaria e portagem da cidade de Viseu<sup>1226</sup>.

**Pero de Beja**, apresentador

Nomeado por carta de D. Afonso V, dada em Lisboa, a 2 de Novembro de 1468, para o cargo de alcaide pequeno da vila de Tavira, em substituição de Lopo Álvares, que fora destituído por ter deixado fugir certos presos do castelo da vila<sup>1227</sup>.

**Pero de Barcelos**, escudeiro

Recebedor da vintena da Guiné<sup>1228</sup>.

---

<sup>1221</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 141, p. 324; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 104.

<sup>1222</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 27.

<sup>1223</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 104.

<sup>1224</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 56v.

<sup>1225</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 104; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial ...*, p. 276, 298.

<sup>1226</sup> AN/TT. *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca da Beira*, fl. 242-242v. Por carta régia dada em Lisboa, a 16 de Março de 1498, D. Manuel I iria conceder-lhe uma tença anual de 14 000 reais, em satisfação das rendas da judiaria de Viseu. IDEM, *Leitura Nova, Livro primeiro de místicos*, fl. 177v-178.

<sup>1227</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 119v.

<sup>1228</sup> IDEM, *Manuscritos da livraria*, n.º 516, fl. 19v; *Descobrimientos portugueses*, vol. 3, doc. 5, p. 12; *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 67, p. 190; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 92, 104; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial...*, p. 286-28.

**Pero de Cerveira**, moço da câmara  
Residente em Azinhaga<sup>1229</sup>.

**Pero Dias**, capelão do infante D. Fernando  
Prior de Santa Maria de Setúbal. Por carta régia dada em Santarém, a 5 de Novembro de 1470, foi-lhe feita mercê de administração de uma capela instituída por Martim Vinagre e Urraca Martins, na vila de Santiago de Cacém<sup>1230</sup>.

**Pero Eanes**, escudeiro<sup>1231</sup>

**Pero Esteves**, cavaleiro<sup>1232</sup>

**Pero Fernandes**, escudeiro<sup>1233</sup>

**Pero Fernandes**, cozinheiro de D. Brites  
Faleceu em data anterior a 1490<sup>1234</sup>.

**Pero Gomes**, escudeiro.  
Assassinado por Gomes Martins, moço da estrebaria da Duquesa, conforme carta de perdão concedida ao infractor, datada de 20 de Setembro de 1456<sup>1235</sup>.

**Pero Gonçalves**, escudeiro  
Residente em Setúbal. O infante D. Fernando em 1470 arrendou-lhe os meles dos açúcares da Ilha da Madeira<sup>1236</sup>.

**Pero de Lisboa**, escudeiro, escrivão  
Residente em Alcácer do Sal<sup>1237</sup>.

**Pero de Lisboa**, almoxarife e sesmeiro em Almada  
A 19 de Junho de 1459, no sítio da Romeira Velha, termo de Almada, deu em sesmaria, de acordo com mandado de D. Brites, um esteio pequeno com seu juncal e areal sito junto ao mar, ao fidalgo Diogo Vaz da Veiga<sup>1238</sup>.

---

<sup>1229</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 1, p. 328; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *opb cit.*, p. 92, 104.

<sup>1230</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 32-32v.

<sup>1231</sup> *O livro dos recebimentos ...*, p. 30; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 92, 104.

<sup>1232</sup> AN/TT, *Leitura Nova, Livro terceiro da comarca de Odiana*, fl. 289v.

<sup>1233</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 99v-100.

<sup>1234</sup> ADBEJA, *Tombo do hospital de Santa Maria da Piedade*, fl. 16.

<sup>1235</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 27.

<sup>1236</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 41, p. 61; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 92, 104.

<sup>1237</sup> BPE, *Colecção Manizola*, cod. 595, fl. 12; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *ob. cit.*, p. 92, 104.

<sup>1238</sup> AHCMA, *Pergaminhos*, doc. 6; OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, «A colecção de pergaminhos do Arquivo Histórico Municipal de Almada», in *Anais de Almada*, 7/8. Almada: Câmara Municipal, 2006, p. 71-72.

**Pero Lopes**, confeitoiro e criado de D. Brites<sup>1239</sup>

**Pero Lourenço Esteiro**, tabelião  
Residente em Mértola<sup>1240</sup>.

**Pero Machado**, fidalgo

Casou com Inês de Góis, filha de D. Frei Pedro de Góis, que transmitiu à filha as terras da Lousã, com dispensa da Lei Mental<sup>1241</sup>.

**Pero de Quadros**, escrivão na comarca da Beira<sup>1242</sup>

**Pero Rebelo**, escudeiro

Almoxarife na comarca da Beira<sup>1243</sup>.

**Pero Vaz**, escudeiro

D. Afonso V nomeou-o escrivão dos fornos de biscoito de Lisboa, em substituição de seu pai, Gonçalo Vaz<sup>1244</sup>.

**Rodrigo Afonso de Atouguia**, vedor da fazenda de D. Brites

Casou com Brites Correia.

Membro do conselho de D. João II e capitão donatário da Ilha de Santiago, da parte do Norte, por carta do duque D. Manuel dada em Montemor-o-Novo, a 14 de Janeiro de 1485. Exactamente no dia anterior havia obtido doação, em sua vida, das rendas, direitos, foros e tributos da vila de Salvaterra de Magos e seu termo, da lezíria do Romão, da horta sita a par dos paços do duque e da renda de três courelas de terra de lavrar pão, localizadas também no termo de Salvaterra, cujos bens por falecimento de Rodrigo Afonso, passariam a seu filho, Pêro Correia<sup>1245</sup>. O duque D. Manuel, por carta dada em Évora, a 31 de Maio de 1490, concedeu-lhe ainda, em sua vida, a doação do gado bravo da Ilha da Boa Vista<sup>1246</sup>. D. Brites concedeu-lhe quarenta mil reais anuais de tença, enquanto lhe não fossem pagas duas mil coroas, de que lhe fizera mercê por casamento<sup>1247</sup>.

---

<sup>1239</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Escrituras*, liv. 2, fl. 287v.

<sup>1240</sup> BPE, Coleção Manizola, cod. 595, fl. 11v; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 92, 104.

<sup>1241</sup> MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira*, vol. 2, p. 822-823; Idem, *La lutte de la noblesse...*, p. 59; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 92, 104.

<sup>1242</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 14, doc. 88, p. 229; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 92, 104.

<sup>1243</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 214v.

<sup>1244</sup> *Descobrimientos portugueses...*, vol. 1, doc. 384, p. 482; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, op. cit., p. 93, 104.

<sup>1245</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 251-251v.

<sup>1246</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 45v-46.

<sup>1247</sup> Rodrigo Afonso trespassou por prazer da dicta senhora 10 000 reais a Joana Fróis. AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto de místicos*, fl. 27v-28.

A 19 de Junho de 1459, no sítio da Romeira Velha, termo de Almada, representando a Duquesa, entregou em sesmaria um esteio pequeno com seu juncal e areal sito junto ao mar, ao fidalgo Diogo Vaz da Veiga<sup>1248</sup>.

**Rodrigo Álvares**, carcereiro da prisão de D. Fernando  
Residente em Setúbal<sup>1249</sup>.

**D. Rodrigo de Castro**, fidalgo

Filho bastardo de D. Álvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto<sup>1250</sup>. Foi senhor de Valhelas e Almendra e alcaide-mor da Covilhã. Integrou o conselho de D. João II<sup>1251</sup>.

**Rodrigo Eanes**, escudeiro

Testemunhou, a 6 de Agosto de 1488, a escritura da compra do foro da herdade da Arruda, sita no termo de Beja, que a duquesa D. Brites adquirira a Fernão Eanes e sua mulher Margarida Fernandes, pelo valor de 19 000 reais brancos<sup>1252</sup>.

**Rui de Brito Patalim**, fidalgo

Casou com D. Catarina de Lima, neta de D. Álvaro de Lima<sup>1253</sup>. O duque D. Manuel concedeu-lhe mil e quinhentas coroas para casamento, por carta dada em Évora, a 8 de Fevereiro de 1490<sup>1254</sup>.

**Rui Carvalhal**, tabelião em Beja

Lavrou em Beja, a 4 de Março de 1462, a escritura de perfilhação de Paio Rodrigues, filho de Lopo Martins, escudeiro de D. Afonso V e seu servidor da toalha, feita por Rui Mendes Cerveira<sup>1255</sup>. A 11 de Setembro de 1465 lavrou uma escritura referente à compra, por Artur de Brito e sua mulher, da sexta parte de uma herdade encabeçada, sita na ribeira do Freixo, termo de Beja<sup>1256</sup>.

**Rui Faleiro**, Juiz em Serpa

A 6 de Setembro de 1481 autenticou o treslado de uma pública-forma pedida pelos malhadenses, relativamente ao foral suplementar para os maninhos, dado por D. Dinis<sup>1257</sup>.

<sup>1248</sup> AHCMA, *Pergaminhos*, doc. 6; OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, ob. cit., p. 71-72.

<sup>1249</sup> *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531...*, vol. 2, doc. 527, p. 540; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 105.

<sup>1250</sup> *Livro de linhagens do século XVI*, p. 16; GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 4, p. 275; MORAES, Cristóvão Alão de, ob. cit., vol. 2, p. 396.

<sup>1251</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro da comarca da Beira*, fl. 135.

<sup>1252</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 81.

<sup>1253</sup> *Livro de linhagens do século XVI...*, p. 260.

<sup>1254</sup> AN/TT, *Leitura Nova, Livro quarto de místicos*, fl. 198v-199.

<sup>1255</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 48v.

<sup>1256</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 26.

<sup>1257</sup> Denominava-se malhadense o encarregado do tratamento das abelhas. Uma malhada era o conjunto composto por uma cerca para resguardo das colmeias e pela casa de habitação do malhadense. AFREIXO, José

### **Rui da Fonseca**, cavaleiro

Criado de D. João II. Contador em Serpa, onde residia. Por carta régia datada de Santarém, a 14 de Abril de 1486, foi nomeado juiz dos órfãos da vila de Serpa<sup>1258</sup>.

Casou com Isabel Gomes.

A 31 de Dezembro de 1475, em Serpa, adquiriu a Inês Eanes, viúva do cavaleiro Lourenço Vaz da Fonseca, seu tio a horta da Calça, aforada a Estêvão Rodrigues Cerejo e Brites Rodrigues, sua mulher, por sete mil reais brancos<sup>1259</sup>. Três anos depois, a 19 de Dezembro, Inês Eanes declararia, por escritura pública, que o foro que havia vendido ao casal, apenas tinha validade em suas vidas<sup>1260</sup>.

### **Rui Gonçalves da Câmara**, fidalgo cavaleiro

Filho de João Gonçalves Zarco e de Constança de Almeida ou Constança Rodrigues de Sá<sup>1261</sup>. Casou com D. Maria Bettencourt, filha de Maciot de Bettencourt, de quem não teve descendência.

Capitão donatário na Ilha de S. Miguel, nos Açores.

A 4 de Março de 1475 ele e sua mulher venderam a João Gonçalves da Câmara, irmão de Rui, uma terra de pão, sita na Ilha da Madeira, junto à Ribeira Seca<sup>1262</sup>.

### **Rui Lopes**

Integrou a casa do infante D. Henrique. Residiu no Funchal, onde tomou parte nas vereações como homem bom<sup>1263</sup>. Sebastiana Lopes Pereira admite que possa ter sido o marido de D. Joana Coutinho, donzela de D. Brites<sup>1264</sup>.

### **Rui Lopes de Vasconcelos**, fidalgo cavaleiro

Comendador da Ordem de Santiago. D. Fernando concedeu-lhe mil e quinhentas coroas para casamento, pagáveis através de uma tença de quinze mil reais brancos, anuais, por carta datada de Lisboa, a 1 de Julho de 1464<sup>1265</sup>. Por carta de D. Afonso V, datada de Évora, a 2 de Fevereiro de 1473, legitimou dois filhos: Rodrigo de Vasconcelos e Diogo de Vasconcelos, havidos de uma relação com Beatriz Rodrigues, solteira ao tempo em que as crianças nasceram<sup>1266</sup>.

---

Maria da Graça, *Memória histórica-económica do concelho de Serpa*, 2.ª edição facsimilada. Serpa: Câmara Municipal, 1984, p. 243-245.

<sup>1258</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 1, fl. 310v; *Itinerários de El-Rei D. João II ...*, p. 217.

<sup>1259</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 41.

<sup>1260</sup> IDEM, *Ibidem*, maço 2, doc. 50.

<sup>1261</sup> Segundo o *Livro de Linhagens do século XVI* seria Constança de Almeida, segundo GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, ob. cit., vol. 3, p. 233, Constança Rodrigues.

<sup>1262</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 15.

<sup>1263</sup> IDEM, *Chancelaria de Afonso V*, liv. 25, fl. 192v; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial ...*, p. 176, 186.

<sup>1264</sup> LOPES, Sebastiana Alves Pereira, obp. cit., p. 93, 105.

<sup>1265</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de místicos*, fl. 178-178v.

<sup>1266</sup> IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 74.

**Rui Mendes**, escrivão<sup>1267</sup>

Tomar.

**Rui Mendes Cerveira**, servidor, 1465

Morador em Beja. Casado com Leonor Pires<sup>1268</sup>.

**Rui de Oliveira**, escudeiro, 1481

Vedor dos vassallos régios da vila de Tomar<sup>1269</sup>.

**Rui Pais**, porteiro da câmara

Almojarife de Beja<sup>1270</sup>. Na sequência do falecimento de D. Brites entregou dois gatos-de algália e um papagaio vermelho, que tinha em seu poder, pertença da Duquesa<sup>1271</sup>.

**Rui Pereira de Berredo**, fidalgo

Casou com Catarina de Andrade e Meneses, filha de Luís Freire de Andrade e Mécia da Cunha.

O duque D. Manuel, por carta datada de Santarém, a 17 de Março de 1486, concedeu-lhe mil reais anuais de moradia e mil coroas para casamento, pagáveis através de uma tença de dez mil reais, paga anualmente<sup>1272</sup>.

**Rui Pires**, criado, escudeiro

Filho de Pero Coimbra, sobrejuiz da Casa do Cível e de Leonor Rodrigues, moça solteira<sup>1273</sup>. Testemunhou em Beja, a 24 de Julho de 1472, enquanto escudeiro do duque D. João, a escritura da venda de umas casas feita por Nuno de Góis e sua mulher Beatriz Gomes, á duquesa D. Brites<sup>1274</sup>. Foi também vedor das obras realizadas no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja<sup>1275</sup>.

**Rui Reixa**, escudeiro

Morador em Lagos. Havia sido escudeiro e criado do infante D. Fernando. Por carta dada em Viana a par de Alvito, a 14 de Março de 1482, D. João II fez-lhe mercê do ofício de sesmeiro da vila de Lagos<sup>1276</sup>.

---

<sup>1267</sup> *Documentos das chancelarias reais ...*, vol. 2, doc. 9, p. 16; *Descobrimientos portugueses*, vol. 3, doc. 9, p. 15; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 4, p. 11, doc. 6, p. 26, LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 105.

<sup>1268</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quinto da comarca de Odiana*, fl. 48v-49v.

<sup>1269</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*. liv. 26, fl. 99.

<sup>1270</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, ob. cit, p. 65.

<sup>1271</sup> IDEM, *Ibidem*. Idem, *Ibidem* p. 83-84.

<sup>1272</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 51v-52; BNP, *Alcobcenses*, cód. 118, fl. 126v.

<sup>1273</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro primeiro de legitimações*, fl. 298.

<sup>1274</sup> IDEM, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 2, doc. 33.

<sup>1275</sup> IDEM, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 65-66.

<sup>1276</sup> BBFS, *Sumários de Lousada*, parte 3, fl. 597; *Itinerários de ElRei D. João II ...*, p. 51.

**Rui de Sousa**, fidalgo

O duque D. Diogo, por carta datada de Moura, a 5 de Abril de 1483, concedeu-lhe duas mil coroas para casamento, pagáveis através de uma tença anual de vinte mil reais brancos.

**Rui Teixeira**, cavaleiro

Morador na Ilha da Madeira. Casado com Branca Ferreira. Por carta datada de Lisboa, a 27 de Outubro de 1475, D. Brites confirmou-lhe a doação da Ribeira de Acorridos, feita pelo avô da mulher, João Ferreira<sup>1277</sup>.

**Sebastião**, criado

Casou com Beatriz Furtado, emprazando bens em nome de sua mulher, por escritura lavrada em Serpa a 11 de Fevereiro de 1427<sup>1278</sup>.

**Sebastião Afonso**, escudeiro

Escrivão da fazenda e da chancelaria de D. Fernando. Notário público. Escreveu em Alcácer do Sal a carta para a Ilha da Madeira comunicando que o Infante enviava para aí o seu ouvidor Dinis Eanes da Grã, bem como o contrato de D. Fernando sobre o quarto do açúcar<sup>1279</sup>.

**Sebastião Rodrigues**, reposteiro

Recebeu de Luís de Atouguia seiscentos reais para seu mantimento, por se ter deslocado de Peroguarda a Lisboa, a fim de receber o dinheiro referente ao terceiro quartel de 1506<sup>1280</sup>.

**Silvestre Nunes**, tabelião em Beja

Lavrou, a 6 de Maio de 1502, um alvará da Duquesa em que se especificam doações da mesma ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente, o senhorio da vila de Belas<sup>1281</sup>; a 1 de Março de 1505, redigiu um alvará em que D. Brites declarava que seu filho, o rei D. Manuel I, lhe fizera privilégio para nomear oficiais mecânicos para a Câmara de Beja<sup>1282</sup> e a 11 do mesmo mês e ano, um alvará da Duquesa, em que novamente se especificavam doações ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja<sup>1283</sup>.

---

<sup>1277</sup> AN/TT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, doc. 13.

<sup>1278</sup> AN/TT, *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fl. 84v-85.

<sup>1279</sup> *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1534*, vol. 2, doc. 6, p. 13; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 10-11, p. 33-35; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 106.

<sup>1280</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776; FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 81.

<sup>1281</sup> ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 72-72v.

<sup>1282</sup> ADBEJA, *Câmara Municipal de Beja, Livro de registo de alvarás*, fl. 5.

<sup>1283</sup> IDEM, *Convento de Nossa Senhora da Conceição, Tombo dos bens, foros e propriedades*, liv. 11, fl. 69v-70v.

**Simão Gomes**, tabelião

A 13 de Abril de 1489, em Beja, lavrou uma escritura comprovativa da venda de umas casas, sitas na Rua do Touro, que Vicente Anes e sua mulher Margarida Esteves, faziam ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, pelo valor de quatro mil reais brancos<sup>1284</sup>.

**Tristão da Cunha**, camareiro-mor do duque D. Diogo

Filho de Nuno da Cunha. Casou com D. Antónia Gonçalves, filha de Pedro Gonçalves, secretário de D. Afonso V<sup>1285</sup>.

**Tristão Vaz Teixeira ou Tristão da Ilha**, fidalgo cavaleiro

Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique. Foi um dos primeiros a povoar a Ilha da Madeira, concedendo-lhe então o infante D. Henrique, por carta dada em Santarém, a 8 de Maio de 1440, para si e seus descendentes, uma parte da Ilha, desde o Rio de Caniço dez passos para o rio acima até á ponta do Tristão<sup>1286</sup>. Passou depois à casa do infante D. Fernando tendo sido seu capitão donatário na Ilha da Madeira, da parte do Machico<sup>1287</sup>. Casou com Branca Teixeira, oriunda da casa de Vila Real<sup>1288</sup>. Faleceu com oitenta anos, em Silves, onde tinha ido tratar de negócios<sup>1289</sup>.

**Urbano Álvares**, escrivão

Redigiu em Évora a 19 de Junho de 1453 um mandato do infante D. Fernando, dirigido a Gil Martins, seu almoxarife, em que aquele lhe dava conhecimento da doação do moinho da Anissa a Nuno Mascarenhas<sup>1290</sup>.

**Vasco Afonso**, escudeiro, 1461

Fundou uma capela em Alcochete, onde residia com sua mulher<sup>1291</sup>.

**Vasco Delgado**, fidalgo

Morador em Lagos. Por carta régia dada em Ceuta a 29 de Dezembro de 14[63], foi-lhe legitimada uma filha, de nome Violante, havida de um relacionamento com Leonor Ferreira, mulher solteira<sup>1292</sup>.

<sup>1284</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 4, doc. 87.

<sup>1285</sup> *Livro de Linhagens do século XVI...*, p. 144.

<sup>1286</sup> Doação confirmada por D. Afonso V, em Lisboa a 8 de Janeiro de 1452. AN/TT. *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 21-22v; IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 152; BNP, *Alcobacenses*, cód. 118, fl. 126; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários del-rei D. João II*, p. 167; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do infante D. Henrique*, p. 176, 186.

<sup>1287</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro das Ilhas*, fl. 95; *Arquivo Histórico da Madeira*. Vol. 15, doc. 11, p. 34; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 106.

<sup>1288</sup> FRUCTOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, liv. 2, p. 55

<sup>1289</sup> CORDEIRO, António, *História Insulana das ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental*. Lisboa: 1866, vol. 1, p. 80.

<sup>1290</sup> AN/TT, OFM. *Província dos Algarves. Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maço 1, doc. 21.

<sup>1291</sup> IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 96.

<sup>1292</sup> IDEM, *Ibidem*, liv. 8, fl. 1.

**Vasco Fernandes**, criado, 1462

Procurador da gente da Ilha da Madeira. Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique<sup>1293</sup>.

**Vasco Fernandes Coutinho**, fidalgo

Casou com D. Maria de Lima, filha de Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira e alcaide-mor de Ponte de Lima, e de D. Filipa da Cunha<sup>1294</sup>. D. Brites, por carta dada em Lisboa, a 8 de Novembro de 1474, concedeu-lhe duas mil coroas para casamento, pagáveis através uma tença anual de vinte mil reais brancos<sup>1295</sup>.

**Vasco Gonçalves**, escudeiro

Morador em Setúbal. Por carta régia datada de Viana a par de Alvito, a 12 de Abril de 1482, foi-lhe concedido perdão da pena de degredo de 5 anos para Ceuta, a que tinha sido condenado por homicídio, tendo em conta os serviços que prestara na expedição a Arzila e na tomada de Anafé. Tendo sido novamente preso em Setúbal, o rei perdou-lhe todas as faltas mediante o pagamento de seiscentos reais para as despesas da Relação<sup>1296</sup>.

**Vasco Martins**, vedor da fazenda

Almoxarife de Loulé. Coudel de Albufeira. Integrou a casa senhorial do infante D. Henrique<sup>1297</sup>.

**Vasco Queimado**, escudeiro

Filho de Vasco Queimado de Vila Lobos, fidalgo da casa de D. Afonso V e de Helena Fernandes, solteira, foi legitimado por escritura lavrada a 24 de Abril de 1473, por Diogo Álvares, tabelião geral nas terras do mestrado de Santiago<sup>1298</sup>.

**Vicente Rodrigues**, escrivão do almoxarifado de Alcácer do Sal

**Vicente Simões**, patrão de uma galeota do infante D. Fernando

Referido numa carta de perdão dada a Diogo Lourenço, datada de 28 de Janeiro de 1455<sup>1299</sup>.

---

<sup>1293</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 15, doc. 13, p. 36; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 106; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do infante D. Henrique ...*, p. 176, 187, 278, 298.

<sup>1294</sup> *Livro de linhagens do século XVI ...*, p. 256.

<sup>1295</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro quarto de místicos*, fl. 98-98v.

<sup>1296</sup> IDEM, *Chancelaria de D. João II*, liv. 2, fl. 69-70: *Documentos inéditos de Marrocos...*, vol. 1, doc. 23, p. 24-25; *Itinerários de El Rei D. João II ...*, p. 56; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 106.

<sup>1297</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 12, doc. 32, p. 67; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 106; SOUSA, João Silva de, *A casa senhorial do infante D. Henrique...*, p. 278, 299.

<sup>1298</sup> AN/TT, *Leitura Nova. Livro segundo de legitimações*, fl. 219v; IDEM, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 97v; IDEM, *Leitura Nova. Livro segundo de místicos*, fl. 84.

<sup>1299</sup> *Documentos das chancelarias reaes ...*, vol. 2, doc. 242, p. 251; LOPES, Sebastiana Alves Pereira, ob. cit., p. 93, 106.

**Violante Fogaça**, donzela de D. Brites<sup>1300</sup>  
Filha de Diogo Fogaça e de Isabel de Brito

**Violante Rodrigues**, criada de D. Beatriz  
Servia na botica<sup>1301</sup>

Os quantitativos:

|                     |    |
|---------------------|----|
| Fidalgos            | 71 |
| Cavaleiros          | 35 |
| Escudeiros          | 73 |
| Aia                 | 1  |
| Ama                 | 1  |
| Damas               | 11 |
| Donzelas            | 17 |
| Guarda-roupa        | 1  |
| Covilheira          | 1  |
| Criadas             | 5  |
| Criados             | 10 |
| Servidores          | 4  |
| Camareiros-mor      | 2  |
| Monteiro-mor        | 1  |
| Moço do monte       | 1  |
| Capelão-mor         | 1  |
| Capelães            | 4  |
| Deão da capela      | 1  |
| Confessores         | 2  |
| Estribeiro-mor      | 1  |
| Moços de estribeira | 7  |
| Meirinho-mor        | 1  |
| Almoxarifes         | 8  |
| Ouvidores           | 7  |
| Contadores          | 8  |
| Carcereiro          | 1  |

---

<sup>1300</sup> *Monumenta Henricina*, vol. 9, p. 95.

<sup>1301</sup> AN/TT, *Núcleo Antigo*, n. 776. Documento publicado por FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da Infanta D. Beatriz», p. 66; ADBEJA, *Convento de Nossa Senhora da Conceição. Escrituras*, liv. 2, fl. 289.

|                       |    |
|-----------------------|----|
| Reposteiro-mor        | 1  |
| Reposteiros           | 3  |
| Vedores da fazenda    | 4  |
| Tesoureiros           | 2  |
| Vedor das obras       | 1  |
| Tabeliães             | 27 |
| Escrivães             | 18 |
| Escrivão da câmara    | 1  |
| Porteiros da câmara   | 2  |
| Moços da câmara       | 3  |
| Apontador             | 1  |
| Apresentador          | 1  |
| Besteiro              | 1  |
| Besteiro de cavalo    | 1  |
| Espingardeiro         | 1  |
| Físicos               | 3  |
| Cirurgiões            | 2  |
| Boticário             | 1  |
| Encarregada da botica | 1  |
| Alfaiates             | 6  |
| Borladeira            | 1  |
| Cozinheiro-mor        | 1  |
| Cozinheiro            | 1  |
| Confeiteiros          | 2  |
| Dispenseiros          | 2  |
| Carniceiros           | 3  |
| Comprador             | 1  |
| Recebedores           | 2  |
| Regateiro             | 1  |
| Carpinteiro           | 1  |
| Sapateiro             | 1  |
| Serralheiro           | 1  |
| Merceeira             | 1  |
| Mestre de nau         | 1  |
| Navegadores           | 2  |
| Marinheiro            | 1  |
| Escravas              | 8  |
| Escravos              | 5  |

## **Documentos**

### **Critérios de transcrição**

Seguindo os ensinamentos do Padre Avelino de Jesus Costa propostas em *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.ª edição. Coimbra, 1933 e do nosso saudoso Professor, Doutor António Joaquim Ribeiro Guerra mantivemos fidelidade ao texto, considerando ainda as seguintes normas:

- Respeitámos todas as variantes ortográficas;
- Desenvolvemos as abreviaturas;
- Nos casos de nasalação, mantivemos o critério utilizado nos diferentes documentos;
- Modernizámos:
  - o uso de maiúsculas e minúsculas;
  - utilizámos pontuação sempre que se tornou indispensável à compreensão do texto;
  - utilizámos apóstrofes no caso de elisões e crases;
  - separámos as enclíticas por hífen.

### **Resumo**

#### **Doc. 1**

1470, Outubro, 10, Lisboa

Confirmação e aprovação de D. Afonso V da tutoria de D. Brites a seus filhos.

#### **Doc. 2**

1473, Dezembro, 22, Torres Vedras

D. Afonso V, a requerimento de D. Brites, faz mercê aos moradores da cidade de Anafé das mesmas graças, liberdades, franquezas e privilégios outorgados aos moradores de Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila

#### **Doc. 3**

1474, Fevereiro, 17, Évora

Doação a Álvaro Martins da capitania de Angra, sita na Ilha Terceira.

#### **Doc. 4**

1474, Maio, Évora

Doação da capitania da Ilha de Santa Maria a João Soares

**Doc. 5**

1476, Fevereiro 20, Bragança

Carta de D. Brites indeferindo o pedido da construção de uma fortaleza no Funchal.

**Doc. 6**

1478, Setembro, 28, Lisboa

Regimento dado por D. Brites a Luis Godinho, que enviara à Ilha da Madeira, a fim de se informar dos homicídios aí ocorridos.

**Doc. 7**

1506, Março, 11, Beja

Treslado de um alvará da infanta D. Brites confirmando e fazendo novas doações á capela que instituiu no Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja.

**Doc. 8**

1520, Sintra

D. Manuel faz mercê da vila de Colares a D. Brites de Lara, filha e herdeira do condestável D. Afonso.

Inserir carta de D. Brites, datada de Lisboa, a 13 de Julho de 1501, doando a vila a seu neto D. Afonso

## Documento 1

### *Confirmação e aprovação de D. Brites como tutora de seus filhos*

Dom Affomssso cetera fazemos saber aos que esta presentemte carta virem que comssiramdo nos em como dos filhos do iffamte meu irmãoo que Deos aja meus muijto amados e prezados sobrinhos e sua criação e governança aquelle carreguo e cuydado deuemos teer que de nossos proprios fariamos pollo singullar amor que ao dito meu irmãoo tijnhamos e sua muy estremada obediência sogeiçam e acatamento que a nos como a seu Rey e senõr irmãoo mayor sempre teue E vemdo nom auer hii pessoa que com tamta rrazom amor e afeiçam deua nem possa teer carreguo delles e dos feitos e cousas a elles tocantes como a Iffamte dona Briatiz minha mujto amada e prezada irmãa sua madre o que claramente conhecemdo o dito meu irmãoo a ella em seu testamento cometeo o carreguo e tutoria delles e todas suas cousas cujo juizo e desposiçom em esto grandemente louuamos. De nosso moto proprio certa ciemçia e poder absolluto aprouamos rretificamos e confirmamos a tutoria e governança que assy em o dito seu testamento o dito Iffamte meu irmãoo deu e leixou aa dita Iffamte dos ditos seus filhos e de todas cousas que lhe pertemcer possam. E do dito nosso moto proprio e certa çiemçia e poder absolluto soprimos em a dita tutoria testamentaria quallquer cousa que de direito ou de feito se deue ou pode polla ventura rrequerer e seia comprydoira per a dita tutoria ser valliosa e auer effeito compridamente. E abillitamos pera ello a pessoa da dita iffamte pera poder como titor governar e amjnistrar as pessoas e cousas dos ditos nossos sobrinhosse e emquamto alguuma cousa necessária e expediente he pera a dita tutoria que assy a ella he leixada aver comprido effecto e vigor e de nouo se neçessario hesso maes perfecto modo e forma que podemos damos a dita Iffamte minha irmãa por titor as pessoas beens e negócios dos ditos nossos sobrinhos. E que possa governar e aministrar a elles seus beens e cousas e todo o seu como por melhor ouuer e lhe parecer e mamdamos que assy em juizo como fora delle em quaaesquer feitos negocios e cousas posto que taaes sejam que delles se deua em esta nossa carta expressa meemçam e imdiuidua ella seja auida trautada e obedecida como titor testamemteyra ou datiuua dos ditos seus filhos no modo que for mais expediente e valhoso e que melhor podesse ser feito per quallquer titor que aos ditos nossos sobrinhos seus beens e cousas ou em testamento leixado ou em outra maneyra dado fosse sem embargo de quaaesquer lex canonicas ciuees grosas e openiões de doutores hordenações façanhas ou costumes de nossos rregnos as quaaes todas de nosso moto proprio certa ciemçia poder absolluto quanto a este caso soamente pertemce e he compridouro derogamos e auemos por derogadas posto que taaes algumas sejam que comtenham em ssi clausulla derogatoria ou de

direito irritante e que dellas em espeçiall e em particullar e nom per clausulla jeerall se ouesse de fazer derogaçam e meemçam de clausulla nom ostante tall ley capitullo hordenaçam costume ou façanha. Domde huuns e outros all nom façades sob pena da nossa indignaçom. Dada em a nossa muy noble e sempre leal cidade de Lixboa dez dias d'outubro Amtam Gomçalluez a fez anno de nosso señor Jhu Xpo de mill e quatro cemtos e setemta.

*AN/TT, Leitura Nova. Livro terceiro de místicos, fl. 295-295v*

## Documento 2

*D. Afonso V, a requerimento de D. Brites, faz mercê aos moradores da cidade de Anafé das mesmas graças, liberdades, franquezas e privilégios, outorgados aos moradores de Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila*

Dom Afonso cetera A quantos esta carta virem fazemos saber que a Iffamte dona Briatiz minha mujto prezada e amada irmãa nos emviou dizer que ella tem comçertado com algunns mouros d'Anaffee pera auerem de povorar e nella averem de viuer seendo tributários do duque seu filho nosso muito preçado e amado sobrinho E por que ella esperaua ora a Deus querendo mandar logo aalem quem em a dita cidade esteuesse por o dito seu filho Nos pedia por merçee que esguardassemos quanto esto era em seruiço de Deus e nossa homrra e bem e proueito de nossos regnos quisessemos a ello dar todo fauor que com rrazom podessemos e lhe outorgassemos pera ello aquellas graças liberdades framquezas priuillegios que dados teemos aos nossos luguares do nosso rregno do Algarue daalem mar. E comssiramdo nos seu rrequerimento e a cousa que quejamda he e quanto he seruiço de Deus e nosso e assy por o grande amor que a ella e ao duque seu filho auemos a nos praz e teemos por bem que os que esteuerem e morarem na dita cidade d'Anafee ajam todallas liberdades graças priuillegios e fauores que ham os que estam e moram nos nossos luguares silicet Cepta Alcaçer Tamjer e Arzilla. E por o conseguimte o alcayde e capitam que em ella esteuer aja aquella meesma liberdas e poder que teemos dado aos outros nossos capitaães dos ditos lugares por que nossa merçee e vomtade he se fazer assi a dita cidade e com ella se teer a rregra modo e maneyra que sse tem com os sobreditos polla em todo fauorecermos e darmos todo aazo a sse bem pouorar e manteer. E porem mamdamos a todollos corregedores juízes e justiças a que esto pertemcer que assy o cumpram e guardem como aqui he comtheudo e declarado e nom himdo comtra ello em alguuma parte porque assy he nossa merçee se fazer sem outro embargo que a ello ponhaaes. Dada em Torres Vedras a 22 de Dezembro de mill e quatrocentos e setemta e tres.

AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 50v; IDEM, *Leitura, Nova, Livro das Ilhas*, fl. 30v-31. Publicada in *Descobrimentos Portugueses*, vol. 3, doc. 103, p. 135-136

### Documento 3

#### *Doação da capitania de Angra, na Ilha Terceira, a Álvaro Martins*

Eu a Iffante donna Briatiz tutor e curador do señor duque meu filho cetera. Faço saber a quantos esta minha carta virem e o conhecimento della pertencer per qualquer guiza que seia que comsirando eu como antre Jacome de Bruges e Alvaro Martins capitão da sua Ilha Terceira de Jhu Xpo sempre houve alguns debates por a terra da dita ilha não terem de todo partida e ora por me ser certificado o dito Jacome de Bruges ser morto e a sua capitania ficar deuoluta ao dito senhor meu filho por elle não ter filho lidimo barão segundo forma da sua carta fiz mercê della a João Vaz Corte Real fidalgo de sua casa e por querer escusar amtre o dito João Vaz e Alvaro Martins os ditos debates ouue por bem repartir a dita Ilha pera cada um auer em sua capitania a metade della segundo a tenção do iffante meu senhor, que Deos aja hera. E conformamdome com uma pintura que della foy trazida ao dito meu señor e em a qual elle tinha começado a riscar a partilha, e também avendo informação per homens da dita Ilha, que por alli melhor, que per outra parte se podia partir a parto polla Ribeira Sequa que he a quem da Ribeira de Frey João ficando a Ribeira de frei João à parte de Angra e da dita Ribeira Sequa pela metade da dita Ilha, até a outra banda, como se vai do Noroeste ao Sueste e partida a dita ilha pela dita maneira mandei ao dito João Vaz que escolhesse e elle escolheu na parte de Angra e deixou a parte da Praia em que o dito Jacome de Bruges tinha feito seu assento e agora querendo eu em nome do dito Senhor meu filho fazer mercê ao dito Alvaro Martins, por conhecer quanta despesa tem feita na dita ilha e pelo seruiço que tem feito ao dito meu Senhor, e conhecendo sua boa disposição para reger a dita ilha em direito e justiça, e fazer crecer a povoação della, como a serviço de Nosso Senhor cumpre, lhe faço mercê da dita capitania da parte da Praia, e me praz que elle dito Alvaro Martins a mantenha pelo dito Senhor meu filho em Justiça e Direito. E que morrendo elle, que isso mesmo fique ao seu filho primeiro, ou segundo se tal for que tenha o carreguo pela guisa suso dita: e assy de decendente em decendente per linha direita, e sendo em tal idade o dito seu filho que não possa reger, o dito Senhor ou seus erdeiros porão ahí quem a reja até que elle seja em idade para a reger. Item me praz que elle tenha na dita ilha a jurisdição pelo dito Senhor meu filho e em seu nome do cível e crime reservando morte ou talhamento de membro que disto venha presente o dito Senhor; porem sem embargo da dita jurisdição a mim praz que todos os mandados do dito Senhor, e correição sejam hy compridos como em cousa própria sua e outro sy me praz que o dito Alvaro Martins aja pera sy todos os moynhos de pão que ouver na parte de sua capitania, e que ninguém faça hy moinhos senão elle, ou quem a elle quizer, e isto não se entenda em mó de braço, que a faça quem quizer, não moendo a outrem; nem atafona não tenha outrem senão elle ou quem elle prouuer. Item me praz que aja de todas as serás de agoa, que se hy fizerem de cada huma hum marco de prata em cada hum anno, ou seu certo valor ou duas taboas cada semana das que hy se costumarem serrar, pagando porem ao señorio o dizimo de todas as ditas serras segundo pagão das outras cousas que serrar a dita serra e isto aja também o dito Alvaro Martins de qualquer moinhoque se hy fizer, tirando viheyros de ferrarias, ou doutros metaes. Item me praz que todos os fornos de pão em que ouver poya sejam seus, porem não embarguem quem quizer [fazer] fornalhas pera seu pão que as faça e não pera outro algum. Item me praz que tendo elle sal per vender o não possa vender outrem

somente elle dandoo elle a rezam de meio real de prata o alqueire ou sua direita valia, e mais não; e quando o não tiver que os da dita ilha o possão vender à sua vontade até que elle o tenha. Outro sy me praz que de todo o que o dito Senhor meu filho ouver de renda na dita ilha, que elle aja de dez hum, de maneira que as rendas e direitos que se contem em o foral que pera ella mandei fazer por esta guisa me praz que aja esta renda seu filho [ou] outro descendente per linha direita, que o dito carego tiver. Item me praz que elle possa dar per suas cartas as terras da dita ilha forras pelo foral della a quem lhe aprouver, com tal condição, que aquelles a quem elle der a dita terra a aproveitem até cinco annos, e não a aproveitando, que a possa dar a outrem, e depois que aproveitada for, e a deixar por aproveitar até outros cinco annos, que isso mesmo a possa dar, e isto não embargando ao dito Senhor que se hy ouver terra pera aproveitar que não seja dada, que elle a possa dar a quem sua mercê for; e assy me praz que a dê seu filho e erdeiros e descendentes, que o dito carego tiver. Item me praz que os visinhos e moradores da dita ilha possam vender suas erdades aproveitadas todas a quem lhe prouver. Outrosim me praz que os gados brabos possam matar os visinhos da dita ilha sem aver hy outra defesa e isto por licença do capitão e almoxarife, reservando algum lugar cerrado em que o lance o senhorio; e isso [mesmo] me praz que os gados mancos pacem por toda a ilha trazendoos com guarda que não fação dano e se o fizerem que o paguem a seu donno, e as coimas segundo as posturas do concelho e por certidão dello, e de sua segurança lhe mandei dar esta carta assynada por mym e aselada do meu sello a qual peço ao dito Senhor meu filho, que depois de ser em idade a aja por boa e a confirme. Feita na cidade d' Evora a xbij dias do mez de Fevereiro. Rodrigo Alvares a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatro centos Lxxiiij annos. E por que o dito Alvaro Martins tinha feito ceros moynhos na parte de Angra os quaes agora devem ficar ao dito Joham Vaz, prazme que seja com tal condição que elle faça ao dito Alvaro Martins outros tantos e taes na parte da Praya ou lhe pague aquillo que per juramento de homens boõs for alvidrado que nos ditos moynhos o dito Alvaro Martins poderia despende.

AN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 4, fl. 72.

Publicada in *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, precedida por um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda. Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, 1932, p. 163-165; *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 213-215

## Documento 4

### Doação da Ilha de Santa Maria a João Soares

Eu a yffamte dona Briatiz titor e curadordo Senhor Duque meu filhoe cetera faço saber a quamtos esta minha [carta] virem e o conhecimento dello perteemçer que eu dou carrego a Joham Soarez caualleyro de sua casa na ylha de Santa Maria que elle seia capitam em ella assy e pella guysa que o he em a sua ylha da Madeira Joham Gomçalluez E que elle a mantenha pollo dito senõr em justiça e em dereytoe morremdo elle a mym praz que seu filho primeiro ou segundo tenha este carrego pella guysa suso dita e assy de deçemdente em deçemdente pela linha dereyta e sendo em tall ydade o dito seu filho que a nom possa rreger que o dito seõr ou seus herdeyros poeram hy quem a rreja atee que elle sera em tall ydade pera a rreger E me praz que elles tenham em esta sobredita terra a jurdiçam per o dito seõr meu filho do çiuell e crime rresaluamdo morte ou talhamento de membro que per apellaçom venha ao dito seõr porem sem embargo da dita jurdiçom me praz que os mandados todos do dito seõr e correyçam seiam hy compridos assy como em cousa sua propria. Outrossy me praz que o dito Joham Soarez aja pera ssy todos os moynhos que ouuer em esta ylha de que lhe assy dou carrego E que ninguem nom faça hy moynho se nom elle ou quem a elle aprouuer e em esto se nom emtemda moo de braço que a faça quem quiser nom moendo outrem nella e nom façom hy atafona. Item me praz que todollos fornos de pam em que ouuer poya seiam seus. E porem nom embargue quem quiser fazer fomalha pera seu pam que a faça e nom pera outro nemnhuum. Item me praz que teemdo elle sall pera vemder que o nom possa hy vemder outrem damdo elle a rrezam de meo leall de prata o alqueyre e mays nom e quamdo ho nom teuer que o veemdam os da ylha aa sua voomtyade atee que o elle tenha. Outrossy me praz que de todo o que ouuer de rremda na dita ylha o dito seõr que elle aja de dez huum e que o dito senhor ha d'auer em a dita ylha he comtheudo no forall que pera ella mandey fazer. E per esta meesma guysa me praz que aja esta rremda seu filho ou outro seu deçemdente de linha dereyta que o dito carrego teuer. Item me praz que elle possa dar per suas cartas a terra desta ylha forra pollo foral da dita ylha a quem lhe prouuer com tall comdiçom que aquelle a quem der a dita terra a aproueyte atee çimquo annos e nom a aproueytamdo que a possa dar a outrem e despoys que aproueytada for se a leixar por aproueytar atee outros çimquo annos que yssso mesmo a possa dar a outrem e esto nom embargue ao dito seõr que sse ouuer terra pera aproueytar que nom seia dada que a possa dar a quem sua merçee for E assy nos praz as dee o seu filho ou erdeyro e desçemdentes que o dito carrego teuerem. E mays me praz que os vizinhos possam vemder suas herdades aproueytadas a quem lhe prouuer E se se quiserem hyr de huuma ylha pera outra que sse vão sem lhe poerem nemnhum embargo. E se fezer maleficio alguum homem em cada huuma das ditas ylhas que mereça de ser açoutado e fogyr pera outra ylha que seia entregue omde fez o maleficio se rrequerido for e poder ser preso pera sse fazer delle comprimento de dereyto. Outrossy me praz que os moradores da dita ylha se aproueytem dos guados brauos que em ella amdarem segumdo lhes ordenaraa o dito Joham Soarez e os que depos elle por o dito seõr e por seus erdeyros ho carrego teuerem rresaluamdo os guados que amdarem nas ylhas ou em outros lugares çarrados que o dito seõrio hy lamçe. E yssso meesmo me praz que os guados mansos paaçam assy em huuma parte como em outra trazemdoos por mão que nom

façom dampno e se o fezerem que paguem seu dano. Fecta em a cidade d' Euora ha doze dias  
de mayo Alvaro Anes a fez anno de nosso señor Jhu Xpo de mill e iiij Lxxiiij

AN/TT, *Leitura Nova, Livro da Ilhas*, fl. 1-1v

## Documento 5

*D. Brites indefere o pedido de edificação de uma fortaleza no Funchal, alegando indisponibilidade financeira*

Carta da Jmfamta açerqua da fortaleza e guarda dos portos

Fidalgos cavalleyros escudeyros e homens boons Eu, a Ymfamte Dona Breatiz cetera vos envio muyto saudar. Vi a carta que me per Joham Fernamdes emviastes sobre ha fortalleza que vos parece neçesaria apomtando ho lugar e desposiçam delle em que dizes que se podera fazer segumdo mays compridamente per vosa carta vy e em palaura me disse o dito portador e visto per mym todo aynda que certo em todo ho que bem podesse folgaria sempre de vos fazer favor e merçee neste casso porem agora as cousas a que ora sam vymdos a estas partes que muyto contradizem nijsto poder emtemder e asi as grandes despessas que tenho feytas e desposiçam de mynha fazemda que nam daria a esto por ora lugar segumdo todo falley ao sobredicto. Porem eu vos emcomemdo muyto e rogo que posto que a dita fotalleza por ora se nam faça vos façaes de gujssa que os portos desa ylha tenhaes asy fortallezados que per elles vos segures porque segumdo a desposiçam delles bem creo que com vosa ajuda despoemdo vos a isso asy como he rezam e de vos se deve esperar que ho farees todo se remedeara prazemdo a Deos. E de asy o fazerdes como eu espero muyto vollo gradecerey e teerei em servjço. De Bragamça xx de Fevreyro. Joham da Costa a fez no anno de 1476.

*ARM, Camara Municipal do Funchal, Registo geral, Tombo 1, fl. 148-148v. Publicado in Arquivo Histórico da Madeira, vol. 15. Funchal, 1972, doc. 48, p. 76*

## Documento 6

*Regimento dado por D. Brites a Luis Godinho, que enviara à Ilha da Madeira, a fim de se informar dos homicidios aí ocorridos e de abintestados.*

Regimento da ymfante pera Luys Gudioho quoamdo veeo a esta ylha

Lujs Gudioho esta he a maneyra que vos mamdo que tenhaees em a ylha da Madeyra homde vos ora emvio por meu seruiço.

Primeyramente tamto que em a dita ylha fordes tirarees huña ymquiriçam devassa sobre a morte de Luys da Rosa e tomarees hum tabaliam se espream cõvosco nom for per meu mamdado o quall tabaliam Seia sem sospeyta aas partes e tamto que tirada for me trazerees segundo dello leuaaes meu mamdado. Requieres da mjnha parte aos juyzes e tabaliaãees asy do Fumchall como de Machiquo que vos entreguem todallas deusasas que se tirarom pellos juyzes em cada hũ anno da era de setemta annos a esta parte asy de mortes como de todollos outros mallefiços e quoamto aas deusasas que se nam tirarom vos emformaee dos juyzes que entam eram e lhes fazee pergunta por que as nom tirarom e todoo espreee. Requieres que vos entreguem todollos proçesos que forem feytos e hordenados sobre has mortes que forem cometidas na dita ylha em que nam ouuer livramemto. Requieres aos tabaliaães que vos entreguem a [tre]lado de todollos testametos em que pode aveer residoo e se algũus resydos se arecadarom vos emformaee por que pessoas e com que autoridade e o que se reçebeo delles e a quem foy entregue e todo venha bem decrarado. Requieres que vom dem o trellado de todallas pennas que des o dito tempo de satemta a esta parte per mjn foram postas e asy pellos capitaães e juyzes e almotaçees e per quallqueer ofiçiall que pera ello tenha poder e em ellas emcorreram decramdo os que ouveram releuamemto dellas e per quem. Pregumtarees se ha hy beës dalguũs bemtestados e quem hos tem e como he de posse delles e de quoamto tempo e per cujo mamdado e autoridade. Tyreres hũa emqujriçam devasa jeerall asy na villa do Fumchall como de Machico e requereres aos juyzes que vos dem papell pera ella a custa do comçelho e ma trazerees segundo vos mandado tenho e mamdo aos capita~es da dita ylha e juyzes e taballiaãees que compram e gardem este meu regimemto sem a elle poerem algum embargo. Feyto em a çidade de Lixboa aos xx biiij dias de Setembro de iiijc annos

*ARM, Camara Municipal do Funchal, Registo geral, Tombo 1, fl. 138v8-139. Publicado in Arquivo Histórico da Madeira, vol. 15. Funchal, 1972, doc. 58, p. 93-94*

## Documento 7

### *D. Brites confirma e faz novas doações à capela que instituiu no Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja*

Eu a Iffante Dona Briatriz fasso saber a quamtos este meu aluara virem e o conhecimento delle pertencer que eu dotei a capella do Iffante meu Senhor que Deus aja e minha e de nossos filhos que esta estituida na capella mor do mosteiro de Nossa Senhora da Comceição desta villa de Beja alguns foros e varias propriedades emtre os quais para se comprirem as missas e outras cousas ja ordenadas e asemtadas na minha estituição do mez de Outubro de 1505 por escritura feita antre mim e a abadesa e donas do dito mosteiro que lhe fiz pura e antre vivos sempre valledoura doação da saboaria desta villa de Beja e da herdade que foi de Fernão Pereira em Balleizão e de outra herdade em Brinches termo de Serpa que foi do contador Rui da Fonseca e a horta chamada da Faleira termo desta villa de Beja e a igreja de Bellas que era do meu padroado e foi anexa ao dito mosteiro e da parte que teem na igreja de São Saluador da dita villa e do dereito senhorio da mesma villa de Bellas que fica em par da cidade de Lixboa de que me pagava para sempre Rodrigo Afonso meu vedor da fazemda corenta mil reis e mais 22 454 reis que tinha de juro e hera de el rey meu senhor e filho assentes na vintena do ouro e a minha herdade da Lobata termo de Serpa e huma outra que chamam a Calsa termo da mesma villa e a herdade de Val Bom termo desta villa de Beja com a horta que tem demtro e hum moio de pão com herdade de hum filho de Francisco de Brito e do meu pizão que esta no meu reguengo desta villa do qual me pagava moio e meio de trigo de foro cada ano Nuno Velho e quatro moradas de casas que tinha na villa de Serpa e huma arroteia e terras ao sitio das Magorras termo desta villa e huma terra de pão com seus matos ao Ribeiro de Loredo e hum farrigal (sic) de pão que huve de compra de João Rodrigues e Rui Pires mouro e outra arroteia de terra de pão e matos que comprei a Beatris Quaresma e antes da dita einstituição já lhe havia dado humas terras e matos no termo desta villa que huve de sesmaria que partem com caminhos de Faro e com caminhos de Mertola e com Gonçalo Caldeira e hum pomar que esta no termo desta villa a que chamam de Loredo. E na mesma minha estituição da dita capella lhe doei huma minha herdade em Odiarsa que foi de Rodrigo Afonso dos Portos e hum quinhão na herdade do Fuzeiro limite de Odiarsa e tambem huma aorta chamada Apollinaria termo desta villa com suas courellas anexas e hum ollival e huma vinha misticos no termo desta villa a Fonte do Sem Vinho pera mantimento e sustentação do provedor que for da dita minha capella como melhor vai decrarado na minha instituição as quais doaçõis não so constam pella dita minha instituição mas por outros mais alvaras que hum foi de 11 de Fevreiro do ano de 1480 e outro de 8 de Julho do mesmo ano de 1480 e outro mais

de 6 de Maio de 1502. E porque na dita minha instituição fis promessa de mais alguma cousa pera acrecentamento da renda da dita minha capella pera seguridade e inteiro comprimento de meus legados fasso outrosim pura e nova doação pera todo o sempre valledoura amtre vivos a dita minha capella e mosteiro da minha herdade chamada da Arrudam termo desta villa em o reguengo de Sua Alteza e parte ao longuo com herdade de Rui Dias Bocarro e com terra que foi de Rodrigo Toscano e emtesta com a terra de Val de Peguas e pelo sesmo do dito reguengo e pella ribeira de Quintos pello meio d'agua a qual huve por compra feita a Afonso da Costa e sua mulher Isabel de Matos e mais outra minha herdade que huve de Fernão Pereira alcaide mor de Borba e sua mulher Leonor de Brito que he em Balleizão termo desta villa de Beja que parte com passo dos hesteios e com a Albernoa e com João do Monte a qual tem ahi anexa huma terra chamada do Mouro que me deu o couteiro Afonso Valente e parte com caminho qur vai para a vargem do Meirinho e vai a emtestar em Odiana e vai ribeira arriba athe emtestar em herdade que huve de Fernão Pereira. E assim mais humas arroteias que huve por titulo de sesmaria e estão no reguengo de Sua Alteza na freguezia de Balleizão do termo desta villa de Beja e mais hum farregial junto ao posso de Aljuster (sic) por compra a Pero Rodrigues e sua mulher Anna Afonso e parte com farrigal (sic) de Antonio Fernandes sereeiro e com Paulo Alves marchante das quais propriedades agora aqui nomeadas faso pura doação para todo o sempre ao dico mosteiro de Nossa Senhora da Conceição e capella que nelle tenho instithuido para que unidas as mais que tenho ja anexado pera comprimento dos meus legados como na minha instituição tenho declarado fique mais firme e duravel tudo o que tenho disposto e por mais avondanha e seguridade da dita capella e mosteiro de Nossa Senhora da Conceição hei por bem que logo tome posse de todas as propriedades que novamente vão doadas neste meu alvara como nelle ordeno pello qual encomendo e recomendo muito e mando as justiças a que o conhecimento dello pertencer que logo que este lhe for amostrado lhe deem a posse das ditas fazendas e propriedades que aqui novamente vão dadas e lhas leixem haver livres e desembarguadas que na verdade são e ficão sendo e lhe nam ponhão duvidas ou embarassos alguns. E de agora por diante hajão totalas novidades e fruitos que as ditas fazendas forem dando por que assim me apras por esta doação que lhe outorguei muito a meu prazer e conhecida vontade. E se nella faltar alguma pallavra ou clauzulla ou comdição ou qualquer outra cousa para ser firme e valliosa eu as hei aqui por postas como se dellas fizesse menção e quero que este meu alvara valha como se fosse carta asellada e pasada pela xancellaria. Feito em Beja em 11 de Março Silvestre Nunes a fez de 1506 Iffante dona Brites

*ADBEJA, Convento da Conceição. Tombo dos bens foros e propriedades que pertencem ao mosteiro de Nossa Senhora da Conceição desta cidade de Beja, o qual fez o licenciado Amancio Rebello Coelho por provizão de Sua Magestade sendo abadessa do dito convento a Senhora Dona Isabel de La Cerda, fl. 79v-70v*

## Documento 8

Doação da vila de Colares a D. Brites de Lara

Dom Manuel cetera A quantos esta nossa carta uirem fazemos saber que por parte de dona Briatris minha muito prezada e amada sobrinha nos foy apresetada esta doaçam do comdestabre seu pay meu sobrinho que Deus aja da qual ho teor de uerbo a uerbo he o seguinte: Eu a Iffamte dona Briatriz faço saber a quantos esta nossa carta de doaçam virem e ho conhecimento della pertemcer que ell Rey meu Senhor e filho por fazer merçee a mym e aho comdestabre seu sobrinho meu muito prezado e amado neto ouue por bem de per meu falleçimento a minha villa de Collares e outras algũas remdas minhas virem a elle e as herdar e auer por meu falleçimento assi e de juro e herdade como as eu tenho e as ouue ho comdestabre dom Nuno Alvarez Pereira que Deus tem meu visavoo de que has eu socech (sic) e assi pello dicto rrey meu Senhor foy comçedido e outorgado que viessem aho dicto comdestabre meu neto no contracto de seu casamento que per autoridade e mandado do dicto Senhor rey foy feito. E posto que pella com chçam delle eu auia de ter a dicta minha villa em minha vida per algũas justas rezoes que me a ello moueram e porque em todo queria ajudar ho dicto comdestabre meu neto e lhe fazer merçee a mjm praz sem mo elle requerer soomente pello dicto respecto e pello dicto rrey meu Senhor auer por bem e lhe aprazer de lho assi fazer des agora pera adiante lhe fazer doaçam da dicta villa de Collares com todas suas remdas dereitos foros e trebutos que eu nella tee qui ouue e mjlor e mais compridamente per alguuma maneira me pertencer com dereicto e assi da jurdiçam da dicta villa e termo çiuell e crime tam jnteiramente como o eu tenho e nas doações do dicto comdestabre que Deus tem he contheudo e por ellas dereictamente virem a seus herdeiros. E me praz e quero que ho dicto comdestabre meu neto por quem lhe aprouuer possa mandar tomar posse da dicta villa e remdas e jurdiçam e aja as remdas deste dia de Sam Joham Baptista que hora passou da era pressemte de mill e quinhentos e huum em diante e as possa mandar arremdar e receber e fazer dellas como de coussa sua propria e assi possa hussar e mandar hussar da jurdiçam da dicta villa e fazer juizes e poer taballiaães e ouuidor e fazer todo aquello que a jurdiçam pertemcer porque d'oje por diamte eu trespasso todo nelle e posto que ho ouuesse d'auer por meu fallecimento me apraz que ho aja logo. Eporem mando a hos meus ofiçiaaes da dicta villa e a quaes quer outras que pertencer que metam ho dicto comdestabre ou seu procurador de posse da dicta villa e remdas e jurdiçam della assi e tam ymteiramente como eu todo tinha por que assi he minha vomtade e me apraz de se fazer e por sua seguramça e firmeza dello lhe mandei dar esta carta assignada per mim e aseellada do sello das minhas armas. Dada em a

cidade de Lixboa a xiiij de Julho Siluestre Nunez a fez de mill e quinhentos e huum annos. Pedimdo-nos a dicta dona Briatriz que lhe confirmassemos a dicta carta de doaçam e nos visto seu dizer e pedir e asi pollo mujto diuido e rrezam que ella comnosco tem como pollos mujtos e mui asinados seruiços que temos rrecebidos de todos aquelles de que ella vem e decemde e queremdo lhe fazer graça e merçee de nosso próprio moto certa sciência poder absoluto auemos por boa e verdadeira a dicta doaçam e lha confirmamos e auemos per confirmada assi e na maneira que se nella comtem com tall emtemdimento e decraração que a dicta villa e remdas della nam auemdo hi filho baraão a herde e aja a filha mais velha que da dicta dona Briatis ficar e assi ha herdem di em diante pera sempre a mingoa de filhos baroões acedemtes e decendemtes e colateraaes sem embargo da ley mentall a quall auemos por nenhũa em este casso. E sendo casso que per dereicto se ache nam valer a dicta doaçam da dicta villa por ser emcorporada na coroa dos nossos regnos ou por nos pertemçer como herdeiro legitimo que somos da Senhora Iffamte minha madre ou per quall quer outra maneira que seia fazemos de nouo pura e yrreougauell doaçam della a dicta dona Briatiz nossa sobrinha com todallas clausollas e comdições e denegações da ley mentall que se contem na doaçam do comdestabre dom Nuno Aluares Pereira e duque dom Afomssso dos quaes socedeo e herdou a dicta senhora Iffamte minha madre que sancta gloria aja soprindo pera ello qualquer defecto assi de dereicto como de pessoa que contra ysto allegar se possa porque queremos e he nossa vomtade que a dicta dona Briatiz aja assi e tam ynteiranente como hos seus antecessores a ouueram e mjllhor se poder sem embargo de quaaes quer lex grosas e opiniões de doutores e ordenações feictas e por fazer que contra a dicta doaçam e confirmaçam se possam allegar has quaaes em este casso de nosso moto proprio poder absoluto certa sçiência auemos por derogadas assi e propriamente como se fossem aqui expressas e decraradas E porem mandamos ahos ofiçiaes da dicta villa de Collares e a quaaesquer outras nossas justiças ofiçiaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e ho conhecimento della pertemcer que cumpram e guardem e façam em todo muy inteiramente cumprir e guardar como nella he contheudo sem nenhuma duuida que a ello ponham. E em testemunho e firmeza dello lhe mandamos dar esta per nos assignada e assellada do nosso sello pendemte. Dada em Simtra ao primeiro dia de Septembro de mjll e quinhentos e vinte annos. E quanto aho pomto que acima diz que a mingoa de filhos ou filhas herdem a dicta villa e remdas della emtender-se-a as tranuersaaes e collateraaes que seia aquelles que della dicta dona Briatiz decemderem.

AN/TT, *Leitura Nova. Livro décimo terceiro da comarca da Estremadura*, fl. 59v-60

## **Siglas e Abreviaturas**

ACA – Archivo de la Corona de Aragón

ADBEJA – Arquivo Distrital de Beja

ADÉVORA – Arquivo Distrital de Évora

AGS – Archivo General de Simancas

AHCMA – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada

AHS – Arquivo Histórico de Sintra

AHSCMA – Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada

AN/TT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo

BBFS – Biblioteca Braamcamp Freire de Santarém

BL – British Library

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPE – Biblioteca Pública de Évora

Cap. – capítulo

Cf. – confira

dir. – direcção de

fl. – fôlio

liv. – livro

ob. cit., – obra citada

OFM – Ordem dos Frades Menores

n. – número

p. – página

s. d. – sem data

s. l. – sem lugar

v – verso

vol. – volume

# Fontes e Bibliografia

## Fontes manuscritas

### Portugal

#### Arquivo Distrital de Beja

*Convento da Conceição*

*Escrituras*, liv. 1-3, 40

*Tombo dos bens foros e propriedades que pertencem ao mosteiro de Nossa Senhora da Conceição desta cidade de Beja, o qual fez o licenciado Amancio Rebello Coelho per provizão de Sua Magestade sendo abadessa do dito convento a Senhora Dona Isabel de La Cerda*

*Convento de São Paulo de Serpa*, liv. 1

*Câmara Municipal de Beja. Livro de registo de alvarás*, liv. 1

*Santa Casa da Misericórdia de Beja, Tombo do hospital de Santa Maria da Piedade*, 1490

#### Arquivo Distrital de Évora

*Arquivo da Misericórdia, Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antonino*

#### Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada

*Pergaminhos*

#### Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada

*Tombo e compromisso de São Lázaro*, 1504

*Tombo e compromisso do hospital de Santa Maria de Almada*, 1505

*Escrituras dos bens da albergaria de São Lázaro*

#### Arquivo Histórico de Sintra

*Marqueses de Belas*, B/I/10

#### Arquivo Nacional/Torre do Tombo

*Aditamento de Cortes*

*Alfândega do Funchal*

*AHMF, Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*

*Bulas*, maço 13

*Cartas missivas*, maço 1

*Chancelarias régias:*

*Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1

*Chancelaria de D. João I*, liv. 1, 2, 3, 4

*Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, 2, 3

*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 46

*Chancelaria de D. João II*, liv. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 16, 22, 23, 26, 27

*Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, 2, 15, 17, 27, 28, 29, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 42, 46

*Chancelaria de D. João III*, liv. 7

*Chancelaria de D. Filipe I*, liv. 4

*Chancelaria de D. Afonso VI*, liv. 26

*Corpo Cronológico:*

parte 1, maço 1, maço 3, maço 11, maço 111

parte 2, maço 1, maço 8

*Corporações Religiosas:*

*Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, liv. 1

*Convento do Carmo de Moura*, liv. 8

*Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, maços 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

*Convento de Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, maço 2

*Convento de Santa Clara do Funchal*, maços 1, 9

*Convento de Santa Joana de Lisboa*, maço 10

*Convento de Santos o Novo de Lisboa*, maço 1, maço 10

*Cortes*, maço 3

*Gavetas:*

2, maços 1, 2, 9;

3, maço 10

7, maço 3

13, maço 4;

14, maço 8

15, maço: 5, 6, 9, 12

16, maço 1

17, maços: 1, 5, 6, 9

18, maços: 4, 8.

20, maço 6

*Leis*, maço 1

*Leitura Nova:*

*Além Douro*, livro 1

*Beira*, livros 1, 2, 3

*Odiana*, livros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

*Estremadura*, livros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

*Místicos*, livros 1, 2, 3, 4, 5

*Ilhas*, livro único

*Extras*, livro 1

*Legitimações*, livros 1, 2, 3

*Reis*, livro 1

*Manuscritos da livraria* n. 408, 516, 525, 703-704, 708, 1127, 1163, 1226, 2096

*Núcleo Antigo* n. 177, 176, 186, 776

*Ordens Militares:*

*Ordem de Avis*, maço 10

*Ordem de Cristo*, livros 233, 235

*Convento de Tomar*, livro 312

*Ordem de Santiago*

*Convento de Palmela, documentos particulares*, maços 2-4

*Livro dos Copos*;

*Livro de Suplementos*

*Tombo das Comendas da Ordem de Santiago*

*Visitação da Comenda de Mértola*

**Biblioteca Braamcamp Freire de Santarém**

*Sumários de Lousada*

**Biblioteca Nacional de Portugal**

*Reservados*

Códices n. 118, 443, 648, 738, 885, 983, 1105, 3390, 8018, 8402, 8844, 11404, 13125

*Cartórios das Ordens Religiosas. Arquivo da Conceição*

**Biblioteca Pública de Évora**

Codice *CIII/2-26*

*Colecção Manizola, codice n. 595*

**Biblioteca Pública Municipal do Porto**

Codice n. 854

## **Espanha**

### **Archivo de la Corona de Aragón**

*Intrusos*, R-21, R 22

### **Archivo Historico Nacional**

*Sección Nobreza. Archivo de los Duques de Osuna*, CP 233D15

## **Inglaterra**

### **British Library**

*Manuscripts*, Add. 20 789, 20 953

## **Fontes impressas**

ACENHEIRO, Christóvão Rodrigues, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Colecção de inéditos de História Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926

ALMEIDA, Lopo de, *Cartas de Itália*, edição de M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1935

ÁLVARES, Frei João, “Trautado da vida e feitos do muito virtuoso senhor Ifamte Dom Fernando” in *Obras*, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, vol. 1, Coimbra, 1960

*Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista. Istorias e ditos galantes que sucederão e se disserão no Paço*, Edição de Christopher C. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980

*Archivo dos Açores*, direcção Ernesto do Canto, vol. 1-4. Ponta Delgada, 1873-1882

*Arquivo Histórico da Madeira, Série documental*, Boletim do Arquivo Histórico do Funchal, direcção de António de Aragão, vol. 15-17. Funchal, 1972-1973

BAIÃO, Padre José Pereira, *Portugal Glorioso e Ilustrado*, Lisboa, 1727

BARBOSA, Domingos Caldas, *Descripção da grandiosa quinta dos senhores de Bellas e notícia do seu melhoramento*, Lisboa, Typographia Regia Silviana, 1799

BARROS, João de, *Décadas da Ásias*, vol. 1. Lisboa; Sá da Costa, 1944

BELÉM, Frei Jerónimo de, *Crónica seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia do nosso Serafico Padre S. Francisco*, partes segunda e terceira. Lisboa: no Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1753-1755

BRANDÃO, Frei Francisco, *Conselho, e voto da Senhora Dona Felippa filha do Infante Dom Pedro sobre as terçarias e guerras com Castela*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anveres, 1643

- CÁCEGAS, Frei Luís, *Segunda parte da História de São Domingos*, Lisboa, 1767
- CARDOSO, George, *Agiológico Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*, Lisboa: na officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1652-1666
- *Relação da fundação do convento da Madre de Deus*, Lisboa, 1629
- CARDOSO, Padre Luís, *Dicionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelle se encontrão, assim antigas, como modernas*, tomo 2. Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1751
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, *Inéditos da Crónica da Ordem de Cristo de Frei Bernardo da Costa*. Santarém: Assembleia Distrital, 1980
- CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: na officina Patriarcal de Francisco Luiz Amaro, 1762
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, ed. de A. Moreira de Sá e Francisco da Gama Caeiro, vol. 6-7. Lisboa: INIC, 1978
- CHAVES, Álvaro Lopes, *Livro de apontamentos*, códice 443 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional, transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983
- Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, precedida de um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda. Ponta Delgada, 1932
- COMMYNES, Philippe, *Mémoires*, présentation et traduction par Joël Blanchard. Paris: Agora, 2004
- CORDEIRO, António, *História Insulana das ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental*, 2 vol. Lisboa, 1866
- Crónica anónima de Enrique IV de Castilla, 1454-1474 (Crónica castellana)*, edição crítica de María Pilar Sánchez- Parra, Madrid, Ed. de la Torre, 1991
- Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, preparação do texto e introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972
- Crónica del halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete (hasta ahora inedita)*, edición y estudio por Juan da Mata Carriazo, Madrid: Espasa-Calpe, 1946
- Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2009
- Cuentas de Gonzalo de Baeza, tesorero de Isabel la Catolica*, edición preparada por Antonio de la Torre y E. A. de la Torre. Madrid, 1975
- D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, edição crítica e anotada por J. M. Piel. Lisboa. Bertrand: 1942
- D. MANUEL II, *Livros antigos portugueses*, vol. 1. Londres: Maggs. Bros. 1929
- DE LA MARCHE, Olivier, *Mémoires*, édition de Henri Beaune et J. d'Arbaumont, tomo 2. Paris, 1883
- DE VALERA, Mosén Diego, *Cronica de los Reyes Catolicos*, Madrid, 1927
- Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, vol. 1 e suplemento, vol. 3. Lisboa: INIC. 1988

- Ditos portugueses dignos de memória*, ed. de José Hermano Saraiva. Lisboa: Europa-América, s. d.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis*, vol. 1-3. Lisboa, 1955-1959
- Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, publicados por Pedro de Azevedo, tomos 1-2. Lisboa: Academia das Ciências, 1915-1934
- Documentos históricos da cidade de Évora*, edição de Gabriel Pereira, Évora, 1885-1891
- Documentos inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, publicados por M. P. Laranjo Coelho. Lisboa: Academia das Ciências, 1943
- Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, edición preparada y anotada por Antonio de la Torre y Luis Suarez Fernandez, 3 vol, Valladolid, 1958
- Documentos sobre a expansão portuguesa*, prefácio e notas de Vitorino Magalhães Godinho, vol. 3. Lisboa: 1946
- ESPERANÇA, Frei Manuel da, *História Seráfica dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Lisboa: na oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666
- FARO, Jorge, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. Subsídios documentais*. Lisboa: INE, 1965
- FONSECA, Francisco da, *Évora gloriosa*, Roma, 1728
- FLOREZ, Frey Henrique, *Memorias de las Reynas Catholicas*, vol. 2, 2ª edição, Madrid, Antonio Marin, 1770
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Inventário da Infanta D. Beatriz”, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 9, Lisboa, 1914, p. 64-110
- “Inventário da guarda - roupa de D. Manuel” in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 2, Lisboa, 1904, p. 381-417
- FRUCTUOSO, Gaspar, *Saudades da terra*. Funchal, 1673
- GARCIA MERCADAL, J., *Viajes de extranjeros por España y Portugal*. Madrid: Aguilar, 1952
- (As) Gavetas da Torre do Tombo*, edição de J. Silva Rego. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960
- GÓIS, Damião de, *Chronica do Principe Dom Ioam, rey que foy destes Reynos*. Lisboa Occidental: na officina da Musica, 1724
- *Crónica do príncipe D. João*, edição crítica e anotada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova, 1977
  - *Chronica do Serenissimo Principe D. João*, Coimbra, na Real Officina da Universidade, 1790
  - *Cronica do felicissimo Rey Dom Emanuel da gloriosa memoria*. Lisboa: Officina de António Alvarez, 1619
- História florestal, aquícola e cinegética*, edição de Carlos Manuel L. Baeta Neves, vol 4. Lisboa, Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. Secretaria de Estado das Florestas. Direcção-Geral das Florestas, 1983

- LANDIM, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro. Chronica inédita*. Lisboa: Scriptorio, 1892-1894
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1975
- *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa, 1610
  - *Genealogia verdadeira de los Reys de Portugal con sus elogios e sumarios de sus vidas*. Lisboa, 1590
- LEITE, Jerónimo Dias, *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, introdução e notas de João Franco Machado. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947
- Livro antigo de cartas e provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, Porto, 1940
- Livro de leis e posturas*, edição de Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito, 1971
- Livro de linhagens do século XVI*, introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1956
- Livro dos Conselhos de El Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática, transcrição de João José Alves Dias, introdução e revisão de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1982
- Livro de montaria feito por El Rei D. João I de Portugal*, introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça. Ericeira: Mar de Letras, 2003
- Livro dos ofícios o qual tornou em linguagem o infante D. Pedro*, edição crítica, prefácio, anotações e glossário de Joseph M. Piel. Coimbra, 1948
- (O) *Livro do Recebimento de 1470 da Chancelaria da Câmara*, edição de Damião Peres: Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1971
- Livro verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XVI)*, leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1940
- «Livro vermelho do Senhor Rey D. Affonso V», in *Collecção de livros inéditos de Historia Portugueza nos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pçor José Corrêa da Serra. Lisboa: na officina da mesma Academia, 1793, p. 393-541
- LOPES, Fernão, *Crónica de el rei D. João I*, edição de M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, 2 volumes, Porto, Livraria Civilização, 1949
- *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono rei destes regnos*, introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1979
- MARIANA, João de, *História General de España*, Toledo, 1601
- MARTORELL, Joanot, *Tirant lo Blan*, Madrid: Alianza-Editorial, 1969
- MARIZ, Pedro de, *Diálogos de vária História em que se referem os senhores reys de Portugal*, Lisboa, na Officina de Manoel da Sylva, 1749
- Memorias soltas e inventários do Oratório de S. Clemente das Penhas e do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Matozinhos dos séculos XIV e XV, por Frei João da Póvoa e outros*,

- (manuscrito quinhentista do Arquivo Distrital do Porto), com uma breve introdução de A. de Magalhães Basto. Porto, 1940
- MELO, D. Francisco Manuel de, *D. Teodósio, duque de Bragança*. Porto: Livraria Civilização, 1944
- MENESES, D. Fernando de, Conde da Ericeira, *Vida e acções de El Rei D. João I*, Lisboa, 1677
- Monumenta Henricina*, vol. 1-14, edição de António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1968
- Monumenta Portugaliae Vaticana*, edição de António Domingues de Sousa Costa. Porto: Editorial Franciscana, 1968
- NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário genealógico das famílias que passaraão a viver nesta Ilha da Madeira que foi no ano de 1420*. Funchal, 1844
- *Memorias seculares e eclesiásticas para a composição da História da diocese do Funchal na Ilha da Madeira, transcrição e notas de Alberto Vieira*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996
- Obras completas do condestável Dom Pedro de Portugal*, introdução e edição diplomática de Luís Adão da Fonseca. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975
- Ordenações Afonsinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica de Eduardo Borges Nunes, livro 2. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984
- Ordenações Manuelinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, 1984
- OSÓRIO, D. Jerónimo, *Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel*, Porto, Livraria Civilização, 1944
- PALENCIA, Alonso de, *Cronica de Enrique IV*. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 1975
- PEREZ DE GUZMÁN, Fernão, *Crónica del Senõr Rey don Juan Segundo*, Valência, 1779
- PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Colecção Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmão, 1977
- PIZAN, Christine de, *O livro das tres vertudes: a insinança das damas*, edição crítica de Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Caminho, 2002
- PORTUGAL, D. José Miguel J., marquês de Valença, *Elogio das rainhas mulheres dos cinco reis de Portugal do nome de João*, Lisboa, 1747
- Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle (1384-1482)*. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes, édition présentée et commentée par Jacques Paviot, Lisboa. Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995
- Portugaliae Monumenta Africana*, vol. 2, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995
- Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, dir. Alexandre Herculano, vol. 1. Lisboa, 1856
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, edição do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Portuguesa, coordenação de José Pedro Paiva, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002

- PRIETO CANTERO, Amalia, *Casa y descargo de los Reyes Católicos*. Valladolid, 1969
- Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais*, edição de Aires Augusto do Nascimento, Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Cosmos, 1972
- PULGAR, Fernando del, *Crónica de los Reys Católicos*, edición y estudio por Juan da Mata Carriazo, vol. 1. Madrid: Espasa-Calpe, 1943
- Recueil des chroniques de Flandres*, ed. J. J. de Smet, vol. 4, Bruxelles, 1865.
- Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel*, introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, 1966
- RESENDE, Garcia, *Crónica de Dom João II e miscelânea*, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973
- *Cancioneiro geral*. Porto: Centro de Estudos Românicos, 1970
- SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, vol. 1. Madrid: Melchior Alvarez y Mateo de Lianos, 1685
- SALGADO, Anastásia Mestrinho, SALGADO, Abílio José, *Testamento da Infanta D. Beatriz (Duquesa de Beja)*, Beja, 1988
- *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 1990
- SANTA MARIA, D. Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, na Officina de Ioam da Costa, 1668
- SANCTO ESTEVÃO, Gomez de, *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1646
- SANTOS, Frei Manuel dos, *Oitava parte da Monarquia Lusitana*, Lisboa, 1727
- SILVA, José Soares da, *Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo de El Rei D. João I, do ano 1383 até ao ano de 1433*, Lisboa, 1743
- SOLEDADE, Frei Fernando da, *Historia Seráfica Cronológica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, parte III. Lisboa: Officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, 1720
- SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomos 1 e 2, Lisboa Occidental, na Officina Sylviana da Academia Real, 1739-1742
- SOUSA, Frei Luís de, SOUSA, *Anais de D. João III*, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, vol. 1. Lisboa: Sá da Costa, 1938
- *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello, 1977
- SOUSA, Manuel de Faria e, *África Portuguesa*. Lisboa: a costa de Antonio Craesbeeck, 1681
- *Europa Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa: a costa de Antonio Craesbeeck, 1678
- SUÁREZ-FERNANDEZ, Luis, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Enrique, 1393-1460*. Madrid: Consejo Superior de Investigación Científica. Escuela de Estudios Medievales, 1960

- VASCONCELOS, Agustin Manuel y, *Vida y acciones del Rey Don Juan el Segundo, decimotercio de Portugal*. Madrid: Imprenta de Maria de Quiñones, 1639
- VASCONCELOS, Basílio de, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer (excertos)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932
- Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, leitura, prefácio e notas de José Pereira da Costa. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995
- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução facsimilada com nota de apresentação de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, 1988
- *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978
  - *Crónica de Guiné*. Porto: Livraria Civilização, 1973
  - *Crónica da tomada de Ceuta*, introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Clássica Editora, 1965
- ZURITA, Jerónimo, *Historia del Rey Don Hernando el Católico, de las empresas y ligas de Italia*. Zaragoza: ed. Angel Canellas Lopez, vol. 2, 1989

## Outras fontes

- AZEVEDO, Pedro de «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico», in *O Archeólogo Português*, vol. 19, 1914
- BARBOSA, Domingos Caldas, *Descrição da grandiosa quinta dos senhores de Bellas e noticia do seu melhoramento*. Lisboa, 1799
- BARBOSA, D. José, *Catálogo chronológico, historico, genealogico e crítico das Rainhas de Portugal*. Lisboa Occidental, na officina de José António da Silva, 1727
- Catálogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Muzeu Britânico*, edição de Frederico Francisco Figanière, Lisboa, 1883
- Itinerários del Rei D. João II*, prefácio, compilação e notas de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975
- MENDONÇA, Manuela, *Chancelaria de D. João II. Índices*, 2 vol. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1994
- NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico das Famílias que passarão a viver nesta Ilha da Madeira que foi no ano de 1420*. Câmara Municipal do Funchal, tomo 2, 1844
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.<sup>a</sup> parte. Lisboa, 1882
- PEREIRA, Fernando Jasmins, *Índices de documentos sobre o Funchal (1470-1823) existentes no Arquivo Regional da Madeira*. Redondo: Patrimónia, 1994
- RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Cronológicas e críticas sobre a História da Jurisprudência Eclesiástica e Civil em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências 1810-1836

SANTARÉM, Visconde de, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portuguesa até aos nossos dias*, vol. 1. Paris: J. P. Aillaud, 1842

## Dicionários e Enciclopédias

COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. 3, Porto: Livraria Civilização, 1932

*Diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico. Portugal*, direcção de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Lisboa, João Romano Torres Editores, 1904

*Diccionario de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, vol. 1-2

*Diccionario de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1964-1971, 4 vol.

*Dictionnaire Encyclopédique du Moyen Âge*, dir. A. Vauchez. Paris: Ed. du Cerf. 1997

*Encyclopedia Portuguesa ilustrada. Diccionario universal*, dir. Maximiliano de Lemos. Porto: Lemos & Co., 1900

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra: Atlântida Editora, 2 vol. 1965-1967

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, *Diccionario histórico, chorographico, heráldico, biographico, bibliographico, numismático e artístico. Portugal*, vol. 2. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1904

SERRÃO, Joel, *Cronologia geral da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 3ª edição, 2 vol., Lisboa – Porto, 1965-1967

WALSH, Michael, *Diccionario de Papas*, Edições 70, 2007

## Obras de carácter geral

BARROS, Henrique da Gama, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª edição, dirigida e anotada por Torquato de Sousa Soares, 11 vol. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954

CARVALHO, Augusto da Silva, *História da lepra em Portugal*. Porto, 1932

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. 2. Coimbra: Imprensa Académica, 1910

- *História de Portugal*, vol. 2, Coimbra 1924

- AMEAL, João, *História de Portugal*, 5ª edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1962
- DIAS, Pedro, *História da Arte em Portugal*, vol. 4 *O gótico*, Lisboa, Alfa, 1986
- ESPANCA, Túlio, *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Beja. Zona Norte*, 2 vol. Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1992
- FONSECA, Quirino da, *Os Portugueses no mar. Memórias históricas e arqueológicas das naus de Portugal*, 2.ª edição. Lisboa, 1926
- GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das famílias de Portugal*, 2.ª edição, vol. 1-12. Braga: Carvalhos de Basto, 1999
- HESPANHA, António Manuel, *Poder e instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1992
- *História das Instituições (época medieval e moderna)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982
- História crítica da Literatura Portuguesa*, dir. Carlos Reis, vol. 1 *A Idade Média*, por Aida Fernanda Dias. Lisboa: Verbo, 1998
- História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. 1. Lisboa: Ática, 1937
- História da Literatura Portuguesa*, dir. Albino Forjaz de Sampaio, vol. 1. Paris. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1929
- História da Literatura Portuguesa*, dir. Carlos Reis, vol. 1. *Das origens ao Cancioneiro Geral*. Lisboa, Alfa, 2001
- História das Mulheres. A Idade Média*, dir. Christiane Klapish-Zuber. Lisboa: Edições Afrontamento, [1993]
- História de Portugal*, coordenação de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009
- História de Portugal*, dir. João Medina, vol. 4. Alfragide: Ediclube, 2004
- História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2-3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993
- História de Portugal*, direcção de José Hermano Saraiva, Lisboa, Alfa, 1983
- História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 2-3. Barcelos: Portucalense Editora, 1929-1932
- História da Universidade em Portugal*, apresentação de António Ferrer Correia. vol. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997
- LAFUENTE, Modesto, *História general de España*, Madrid, 1850-1867
- LOBO, António de Sousa Silva Costa, *História da sociedade em Portugal no século XV*, prefácio de José Mattoso, Lisboa, Edições Rolim, [1984]
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1879
- MORAES, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943
- Nobreza de Portugal*, direcção de Afonso Zúquete, vol. 1-3. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960
- Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. 3, *Portugal em definição de fronteiras, do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. de Maria Helena

da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996; vol. IV, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1987; vol. 5, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. de João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1998

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1. Coimbra: Quadrante, 1947

RAMALHO, Américo Costa, *Latim Renascentista em Portugal. Antologia*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985

SARAIVA, António José, *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1950

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. 1-3. Lisboa: Verbo, 1977-1978

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomos 1-12. Coimbra: Atlântida Editora, 1946-1954

SUÁREZ-FERNANDÉZ, Luis, *Historia de España. Edad Media*, Madrid, Editorial Gredos, 1970

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, vol. 4. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982

## Estudos

AFREIXO, José Maria da Graça, *Memória histórico-económica do concelho de Serpa*, introdução de José Mariz. Serpa: Câmara Municipal, 1984

ALBUQUERQUE, Luís de, “Os corsários no tempo de D. Henrique”, in *Crónica de História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1987, p. 33-38

- *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1982

ALBUQUERQUE, Martim, *O poder político no Renascimento português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968

ALMEIDA, M. Lopes de; BRANDÃO, Mário, *A Universidade de Coimbra: esboço da sua história*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937

ALVAR EZQUERRA, Alfredo, *Isabel La Católica. Una reina vencedora, una mujer derrotada*. Madrid: Temas de Hoy, 2002

ALVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel, “Una divina retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana” in *A guerra e a sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, vol. 1. Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobaça, Batalha, 2009, p. 35-55

- “Relations between Portugal and Castile in the late Middle Ages (13<sup>th</sup>-16<sup>th</sup> centuries)”, in *Journal of Portuguese History*, vol. 1, nº 1, summer 2003, p. 1-18

ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d.

- “A etiqueta de corte no período manuelino”, in *Nova História*, nº1, (Século XVI). Lisboa: Estampa, 1985

- *Iconologia do poder real no período manuelino; à procura de uma linguagem perdida*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985
- AMEAL, João, *D. Leonor, princesa perfeitíssima*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1943
- ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, “Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão” in, *Revoltas e revoluções*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, p. 25-160
- APARÍCIO, Víctor, RAPOSO, Abrantes José, *Os palmeiros e os gafos de Cacilhas*. Cacilhas: Junta de Freguesia, 1989
- ARAÚJO, José Rosa de, “De Beja”, in *Arquivo de Beja*, vol. 28, 1965, p. 251-264
- ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida, *Portugal e Castela (1431-1475). Ritmos de uma paz vigilante*, dissertação de doutoramento em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004, policopiado,
- “Relações de fronteira na Idade Média. A transumância”, in *As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas das IV Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*, vol. 1. Porto, 1998, p.229-240
- ARMADA Fina d’, *O segredo da Rainha Velha*. Lisboa: Ésquilo, 2008
- *As mulheres navegantes no tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Ésquilo, 2006
- ARNAUT, Salvador Dias, *A arte de comer em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986
- *A crise nacional dos fins do século XV. A sucessão de D Fernando*. Coimbra: FLUC, 1960
- ARTEAGA DE ALCÁZAR, Almudena de, *La Beltraneja: El pecado oculto de Isabel La Católica*, s. l., La Esfera de los Libros, 2001
- AZEVEDO, João Lúcio de, *Elementos para a história económica de Portugal. Séculos XIII a XVIII*, Lisboa, INAPA, 1990
- *Épocas do Portugal económico. Esboços de história*, 4ª ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1978
- *História dos cristãos novos portugueses*, 2ª ed. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1975
- AUBIN, Jean, *D. João II devant le problème de sa succession*. Lisboa, 1991
- AYALA MARTINEZ, Carlos, “Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)” in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, 1998, vol. 2, p. 1288-1302
- AZCONA, Tarsício de, *Isabel la Católica*, 3.ª edición. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993
- AZEVEDO, Maria Antonieta Sousa de, “Pastel” in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. 5. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1964, p. 12
- AZEVEDO, Pedro de, “As Ilhas perdidas”, in *Archivo Historico Portuguez*, dir. Anselmo Braamcamp Freire, vol. 2, 1904, p. 53-62

- AZEVEDO, Rui de, “Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. António Baião, vol. 1. Lisboa: Ática, 1937
- BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses do século XIX*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1883
- BARATA, António Francisco, “Últimos anos do viver de D. João II” in, *Arquivo Histórico Português*, 1905, vol. 3, p. 365-371
- BARATA, Filipe Themudo, *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2001
- BARBOSA, Isabel Lago, “A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média” in, *Analecta Ordinum Militarium*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1998, p. 93-288
- BARRACLOUGH, Geoffrey, *Os Papas na Idade Média*. Lisboa: Verbo, 1972
- BARROS, Henrique da Gama, “Comunas de judeus e comunas de mouros”, in *Revista Lusitânia*, vol. 34. Lisboa, 1936, p. 161-238
- BEARD, Mary, *Woman as force in History: a study in tradition and realities*. New York: Collier, 1973
- BECEIRO PITTA, I, “Modelos de conducta y programas educativos para la aristocracia femenina (siglos XII-XV)” in LÓPEZ BÉLTRAN. M. T., *De la Edad Média a la Moderna: mujeres, educación y familia en el ámbito rural y urbano*. Málaga, 1999, p. 39-72
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. JNICT, 1995
- *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1878
- BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989
- BENITO RUANO, Eloy, *Los infantes de Aragón*. Madrid: C.S.I.C., 1952
- BÉRIAC, Françoise, *Histoire des lépreux au Moyen Âge. Une société d'exclus*, Paris, Éditions Imago, 1988
- BERGSTRÖM, Magnus, “Culpas de amor do Príncipe Perfeito”, in *Alcovas de antano*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d, p. 137-193
- BIRMINGHAM, David, *A concise history of Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993
- BORRELA, Leonel, “Beja. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição”, in *Arquivo de Beja*, vol. 22, 2.<sup>a</sup> série, 1983-1985, p. 195-210
- BRAGA, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*. Lisboa: Colibri, 2008
- *Setúbal medieval (séculos XIII a XV)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1991, policopiado
- *Uma fidalga portuguesa dos finais da Idade Média: D. Catarina de Albuquerque*. Guimarães, 1990

- “Itinerários do príncipe D. João herdeiro do trono português. 1477-1478” in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, n.º 5. Lisboa, 1990, p. 7-19
- “A ‘Excelente Senhora’, D. Joana, em Portugal (1479 – 1530). Dados para um estudo” in *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense*, vol. 4, Porto, 1989, p. 247-254
- BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico* Lisboa: Difel, 1989
- BRANCO, Camilo Castelo, *O Marquês de Torres Novas*, 2.ª edição. Porto: F.G. da Fonseca, 1858
- BRANDÃO, Mário; ALMEIDA, M. Lopes de, *A Universidade de Coimbra: esboço da sua história*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937
- BRASÃO, Eduardo, *Présence du Portugal en Belgique (de Philippe d’Alsace à Léopold I<sup>er</sup>)*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1970
- BRION, Marcel, *Charles le Téméraire grand duc de l’ Occident*. Paris: Tallandier, 2006
- BUSSCHE, Émile van den, *Flandres et Portugal. Mémoire sur les relations qui ont existèrent autrefois entre les Flamands de Flandres, particulièrement ceux de Bruges, et les Portugais*, Bruges, 1894
- CABRAL, F. Augusto da Costa, *D. João II e a Renascença Portuguesa*. Lisboa: Livraria Ferin, 1914
- CAETANO, Marcello, *A crise nacional de 1383-1385*. Lisboa: Verbo, 1985
- CALMETTE, Joseph, *Louis XI, Jean II et la Révolution Catalane (1461-1473)*. Bibliothèque Méridionale, 2.ª série, tom. 8. Toulouse, 1903
- CANELAS, Carlos Augusto Ponces, *História dos conventos de Beja*. Beja: Minerva Comercial, 1965. Separata de *Arquivo de Beja*, 22
- CARDINI, Franco, *Europa 1492*. Lisboa: Verbo, 1991
- CARITA, Rui, *História da Madeira, 1420-1566*. Funchal: Secretaria de Estado da Educação, 1999
- *A arquitectura militar na Madeira, séculos XV-XVII*, Lisboa. Funchal, 1993
- CASSOTTI, Marsilio, *Infantas de Portugal. Rainhas em Espanha*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. A Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1879
- CASTRO, Armando de, “Ferrarias”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, p. 559-561
- CAVACO, Cláudio Filipe de Almeida, “Senhorios jurisdicionais laicos e movimentos anti-senhoriais em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Arqueologia do Estado*, vol. 1, Lisboa: Sociedade Portuguesa de independência de Portugal, 1988, p. 271-290
- CEPEDA, Isabel Vilares, “Os livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11 352 da Biblioteca Nacional”. Lisboa, 1987. Separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, 2
- COELHO, António Borges, *Ruas e gentes na Lisboa quinhentista*. Lisboa: Caminho, 2006
- *Questionar a História*. Lisboa: Caminho, 1986
- *A revolução de 1383*, 3.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1977

- “D. João II e a construção do Estado Moderno. Mitos e perspectivas historiográficas”, in *Arqueologia do Estado. Actas das I<sup>as</sup> Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, História & Crítica, 1988, p. 649-667
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o de Boa Memória 1385-1433*. Matosinhos: QuidNovi, 2009
- *D. João I o que re-colheu Boa Memória*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005
  - “O senhor do pelicano, da lei e da grei” in, *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 159-180
  - “Les relations du savoir et du pouvoir dans le Portugal médiéval” in *Bochum*, s. n., 2004, p. 313-314
  - “A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 36. Coimbra, 2002-2003, p. 41-70
  - “O Infante D. Pedro, duque de Coimbra”, in *Biblos*, vol. 69, 1993, p. 15-57
  - *História Medieval de Portugal. Guia de estudo*. Porto: Universidade Portucalense, 1991
  - *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, 2 vol. Lisboa: Livros Horizonte, 1990
  - “Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de quatrocentos”, *Revista Portuguesa de História*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo 25. Instituto de História Económica e Social, Coimbra, 1990, p. 235-289
  - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1983
- COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina, “Vataça: uma dona na vida e na morte”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. 1. Porto, 1987, p. 159-193
- “A mulher como um bem e os bens da mulher”, in *A mulher na sociedade portuguesa, visão histórica e perspectivas actuais*, vol. 1, Coimbra: Faculdade de Letras, 1985, p. 51-90
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes*. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade dos Açores. Ponta Delgada, 1997, policopiado
- *Tomar medieval: o espaço e os homens*. Cascais: Patrimónia, 1996
  - “Subsídios para o estudo dos gafos de Santarém (séculos XIII-XV)”, *Estudos Medievais*, n.º 8, Porto, 1987, p. 99-170
- CONTAMINE, Philippe, “Le royaume de France ne peut tomber en fille: fondement, formulation, et implication d’une théorie politique à la fin du Moyen Âge”, in *Perspectives Médiévales*, 13, 1987, p. 67-81
- CÓRDOVA MIRALLES, Álvaro Fernández de, *La Corte de Isabel I. Ritos y ceremonias de una reina (1474-1504)*. Madrid: Dykinson, 2002
- CORREIA, Fernando da Silva, *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres Editor, 1944
- *A Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Médica, 1942
- COSTA, Padre Avelino de Jesus da, *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, 1983

- “Relações de D. Afonso IV com Castela e Aragão em 1460”, separata de *Cenáculo*, Braga, 1952
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005
- COSTA, José Pereira da, *A construção da Alfândega Nova do Funchal*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978
- COSTA, Mário Alberto Nunes da, *O montadigo em Portugal nos séculos XII a XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2006
- COSTA Paula A. Freitas; FLORES, Alexandre M, *Misericórdia de Almada. Das origens á Restauração*. Almada: Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2006
- CRUZ, Abel dos Santos, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995
- CUMBRE, José Mário Pavia, *Os Melos. Origens, trajectórias familiares e percursos políticos*. Dissertação de mestrado apresentada á Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, policopiado
- CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990
- CUNHA, Maria Cristina; PIMENTA, Maria Cristina Gomes, “A Casa senhorial do Infante D. Henrique: organização social e distribuição regional”, separata da *Revista da Faculdade de Letras*, 2.<sup>a</sup> série, vol. 12, Porto, 1995, p. 113-123
- CUNHA, Mário R. de Sousa, “O infante D. João administrador de Santiago. História de uma procuração” in *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991, p. 171-172
- DE LA TORRE, António, “D. Manuel de Portugal y las tercerias de Moura”, Separata da *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. 5, 1951
- DEBRIS, Cyrille, “*Tu, Félix Austria, nube*”. *La dynastie de Habsbourg et sa politique matrimoniale à la fin du Moyen Âge (XIII-XVI siècles)*. Turnhout, Brepols, 2005
- DELGADO, Manuel Joaquim, *Ensaio monográfico, histórico, biográfico, linguístico e crítico acerca de Beja e dos bejenses mais ilustres*. Beja, 1973
- DIAS, Urbano de Mendonça, *História dos Açores*, 2.<sup>a</sup> edição. Vila Franca do Campo, 1942
- DINIS, António Joaquim Dias, *Em torno dos testamentos do Infante Santo*. Lisboa, 1970
- *Estudos Henriquinos*, tomo 1, Coimbra, 1960
- DOMINGUES, Mário, *D. João II. O Homem e o Monarca*. Lisboa: Romano Torres, 1960
- DUARTE, Luís Miguel, *Aljubarrota. Crónica dos anos de brasa. 1383-1389*. Matosinhos: QuidNovi, 2007
- *D. Duarte. Requiem por um rei triste*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005
- *Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: FCG-FCT [1999]
- “História das mentalidades (algumas sugestões de leitura)”, 1986. Separata de *Cadernos de Ciências Sociais*, n. 4

- DUARTE, Luís Miguel, MOTA, Eugénia Pereira, “Percurso na burocracia régia”, in *A memória da Nação*, org. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 403-423
- DUMONT, Georges-Henri, *Histoire de la Belgique des origines à 1830*. Bruxelles: Le Cri, 2005
- DUTRA, Francis A., “As Ordens Militares”, in *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel, 1998, p. 229-241
- EERLER, Mary, KOWALESKI, Maryanne, *Women and power in the Middle Ages*. Atenas, Georgia-Londres: University of Georgia Press, 1988
- ENTWISTLE William J., RUSSEL, Peter E., “A Rainha D. Filipa e a sua corte” in *Memórias e comunicações. Congresso do Mundo Português*, vol. 2. Lisboa: 1940, p. 319-346
- FAGEL, R., “La cultura de Corte en España y los Países Bajos al redor de 1500”, in *Torre de los Lujanes*. Madrid, 44, (2001), p. 27-41
- FARIA, Aida Gisela, *Análise sócio-económica das comunas judaicas em Portugal (1439-1496)*, dissertação de licenciatura, Lisboa: Faculdade de Letras, 1963, dactilografado
- FEIO, Maria, *Rainha D. Filipa de Lencastre*, Porto, s. d.
- FERNANDES, Hermenegildo, “A organização do espaço rural em torno de um centro urbano do Sul – o exemplo de Beja”, in *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. 4, Alfragide: Ediclube, 2004, p. 226-229
- *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1991, policopiado
- “Sociedade e economia nos séculos XII a XIV. O exemplo de Beja”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. 3, Carnaxide, Ediclube, 1998, p. 197-231
- FERNÁNDEZ-ORDOÑEZ, Inés, “El taller historiográfico alfonsí. La Estoria de España y la General Estoria en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio”, in *Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las “Cantigas de Santa Maria”*, coord. de Ana Domínguez Rodríguez y Jesús Montoya Martínez. Madrid: Complutense, 1999, p. 105-126
- *Las estorias de Alfonso el Sabio*. Madrid: Istmo, 1992
- FERRAZ, Maria de Lourdes Pimenta Baptista Esteves dos Santos Freitas, *Povoamento e economia da Madeira no século XV*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. Separata
- *A Ilha da Madeira sob o domínio da casa senhorial do Infante D. Henrique e seus descendentes*. Funchal, 1986
- FERREIRA, Fernanda Lucena; MENDONÇA, Manuela, “O tratado das Alcáçovas e a divisão do mundo” in *Revista História*, n.º 14, Lisboa, 1979, p. 33-47
- FICALHO, Conde de, “O infante D. Fernando de Serpa” in *Notas históricas acerca de Serpa*, Lisboa, 1904, p. 99-107
- FERRO, Maria José Pimenta ver TAVARES, Maria José Pimenta Ferro
- FLORES, Alexandre M.; COSTA Paula A. Freitas, *Misericórdia de Almada. Das origens à Restauração*. Almada: Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2006
- FONSECA, Jorge, *Escravos no Sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, [Lisboa], Vulgata, 2002

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005

- “Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV”, in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0, 2003, p. 53-61

- *Portugal entre dos mares*, Madrid: Mapfre, 1993

- “Una elegia inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Península Ibérica a mediados del siglo XV” in *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona, vol. 16, 1986, p. 449-463

- “Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV” in *Jornadas sobre Portugal Medieval*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1983, p. 276-311

- *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: INIC, 1982

- *Navegación y corso en el Mediterráneo Occidental: los Portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: Universidad de Navarra. Faculdade de Filosofia y Letras, 1978

- “Uma carta do condestável D. Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 1, 1970, p. 83-96

FONTES, João Luís Inglês, *Percursos e memória. Do Infante D. Fernando ao «Infante Santo»*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999, policopiado

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, 3 vol. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973

- *Crítica e História. Estudos*, vol. 1, Lisboa, 1910

- “Maria Brandoa, a do Crisfal” in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 6. Lisboa, 1908, p. 293-442; vol. 7. Lisboa, 1909, p. 196-208, 320-326

- “As conspirações no reinado de D. João II” in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 1, n.º 11-12, Lisboa, 1903; vol. 2, n.º 1, 5-9. Lisboa, 1904

FREITAS, Isabel Vaz de, MORENO, Humberto Baquero, *A Corte de D. Afonso V. O tempo e os homens*. Somonte: Ediciones Trea, 2006

GARCIA, José Manuel, “D. Leonor e a ‘grande desavença’” in *Oceanos*, n. 18, Lisboa, CNCDP, 1994, p. 114-118

GIMÉNEZ SOLER, Andrés, *La Edad Media en la Corona de Aragón*, Barcelona, Labor, 1930

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal no começo do século XVI: Instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cá Masser” in *Revista de História Económica e Social*, n.º 4. Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 75-88

- *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Arcádia, 1975

- “Le problème du pain dans l’économie portugaise. XV-XVI siècles”. Separata da *Revista de Economia*, 1959

- *História económica e social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra Editora, 1947

- GOES, Manuel Lourenço Casteleiro de, *Beja, XX séculos de História de uma cidade*. Beja: Câmara Municipal de Beja, 1998
- GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005
- “Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII” in - *A construção das fronteiras* in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 4, Guimarães: Câmara Municipal, 1996, p. 283-295
  - *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Linda-a-Velha: Difel, 1995
- GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006
- GONÇALVES, Ernesto Baltazar, “Os homens bons do concelho do Funchal em 1471”, in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 28. Funchal, 1958
- GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989
- *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988
  - “Na ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”, in *1383-1385 e a Crise geral dos séculos XIV e XV. Jornadas de História Medieval*. Lisboa: História & Crítica, 1985, p. 59-67
  - *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção Geral de Contribuições e Impostos, 1964
- GONZALEZ JIMÉNEZ, Manuel, “Las relaciones entre Portugal y Castilla en el siglo XV (1411-1474)” in *El Tratado de Tordesillas y su época. Actas do Congresso Internacional de História*. Madrid: Sociedad del V Centenario del Tratado de Tordesillas/CNDTCP, 1995, vol. 2, p. 781-791
- GOODOLPHIM, Costa. *As Misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897
- GRAÑA, Maria del Mar, *Las sabias mujeres: educación, saber y autoría (séc. III-XVII)*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1994
- GREGÓRIO, Rute Dias, *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 2001
- GUERRERO NAVARRETE, Yolanda, Los bandos nobiliários durante el reinado de Enrique IV, in *Hispania*, nº 130, 1975
- GREEN, V. H. H, *Renascimento e Reforma*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984
- Guia de Portugal, Generalidades, Lisboa e arredores*; vol. 1-2, *Estremadura, Alentejo, Algarve*, apresentação e notas de Sant’Ana Dionísio. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924-1927
- HARVEY, L. Scharrer, “The discovery of seven cantigas d’amor by Dom Dinis with musical notation” in *Hispania*, vol. 74, n.º 2, Maio, 1991, p. 459-461
- HEERS, Jacques, *El occidente durante los siglos XIV e X*. Barcelona: Ediciones Labor, 1968
- HELENO, Manuel, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, Lisboa, 1933
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *Portugal nos fins da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

- HEERS, J., *La ville au Moyen Âge en Occident, paysages, pouvoirs et conflits*. Paris: Fayard, 1990
- HUIZINGA, Johan, *O declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, s.d.
- JUROMENHA, Visconde de, *Cintra pinturesca ou memoria descritiva da villa de Cintra, Collares, e seus arredores*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1838
- KLEIN, Julio, *La Mesta, 1273-1836*, Esp. C. Muñoz, Madrid, 1936
- KING, Margaret L., *A mulher do Renascimento*. Lisboa, Presença, 1994
- KRENDEL, Peter, “O imperador Maximiliano I e Portugal”, in *Relações entre a Áustria e Portugal. Testemunhos históricos e culturais*. Coimbra: Almedina, 1985
- LABORGE, Margaret, *La mujer en la Edad Media*, 1989
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel, *La España de los Reyes Católicos*. Alianza Editora: Madrid, 1999
- LANDI, Giulio, “A lenda de Machim. Une découverte bibliographique à la bibliothèque Musée du Palais Ducal de Bragança à Vila Viçosa (Portugal)”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. 3. Lisboa, 1961, p. 197-238
- LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval*, 10.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1981
- “D. Afonso V e o Príncipe D. João. Ensaio sobre uma regência. Cortes de Évora e Terceiras de Moura. A cabeça do Duque de Bragança”. Separata de *Revista de Guimarães*, vol. 35, 1925
- LAURENCE, Anne, *Women in England. 1500-1786. A social history*, 3.<sup>a</sup> edição. Londres: Phoenix Press, 2002
- LE GOFF, Jacques, *Mercadores e banqueiros da Idade Média*, Lisboa: Gradiva, 1980
- *A civilização do Ocidente medieval*, 2 vol, Lisboa: Estampa, 1983
- LAYNESMITH, J. L., *The last medieval queens*, Oxford, Press University, 2004
- LEITE, José Guilherme Reis, “O povoamento dos Açores. A comenda inicial”, in *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa/Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. 2., p. 337-442
- LIBERT, Louise-Marie, *Dames de pouvoir. Régentes et gouvernantes des anciens Pays-Bas*. Bruxelles, Racines, 2005
- LIVERMORE, H. V., *A new history of Portugal*, 2.<sup>a</sup> edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1976
- LOMAX, Derek W., *Las órdenes militares en la Península Ibérica durante la Edad Média*. Salamanca: Instituto de História de la Teología Española, 1976
- LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *O infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453 – 1470)*. Beja: Câmara Municipal de Beja, 2003
- LOPEZ, Carmelo Luis, «Lucha por la herencia» in *La aventura de la Historia*, n. 30, Abril de 2001, p. 51-55

- LOUDA, Jirí, MACLAGAN, Michael, HARMIGNIE, Roger, *Lines of succession: heraldry of the royal families of Europe*, London: Orbis Publishing, 1981
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, “O domínio senhorial da Casa das Rainhas (1642-1781): património, estado e poder”, in *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. 2, Lisboa, Colibri, 1995, p. 985-1004
- MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s, d.
- “Mulheres e política no século XV português”, in *Oceanos*, n.º 21, Janeiro-Março, 1995
- MACEDO, Jorge Borges de, RAU, Virgínia, *O açúcar na Ilha da Madeira: análise da produção dos fins do século XV*. Lisboa, 1961
- MACHADO, J. T. Montalvão, *Dom Afonso, primeiro duque de Bragança: sua vida e sua obra*. Lisboa: edição do autor, 1964
- MACHADO, Maria Anita Teixeira, *A Família e a Casa de João Gonçalves Zarco*, dissertação de mestrado apresentada á Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, policopiado
- MACHADO, Mariana Ginestal, *D. Filipa de Odivelas*, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, Coimbra, Faculdade de Letras, 1945, dactilografado
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A política de D. Afonso V apreciada em 1460 (Inéditos do infante D. Fernando, duque de Viseu, do condestável D. Pedro e do marquês de Vila Viçosa”. Separata de *Biblos*, vol. 7. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1931.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de, “A Ilha da Madeira e a economia atlântica no tempo do Infante D. Henrique” in *O Infante e as Ilhas*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994, p. 15-34
- “Os régios protagonistas do poder” in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 3, Lisboa: Estampa, 1993, p. 513-573
- MARAÑÓN, Gregorio, *Ensayo biológico sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*, 9ª edição, Madrid, Espasa - Calpe, 1960
- MARQUES, António Henrique de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa, Presença, 1986
- *Guia do estudante de História Medieval Portuguesa*, 3.ª edição. Lisboa: Estampa, 1983
- *A sociedade medieval portuguesa*, 4.ª edição. Lisboa: Sá da Costa, 1981
- *Guia do estudante de História Medieval Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Estampa, 1979
- *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Edições Ágora, 1972
- “Notas para a história da feitoria portuguesa na Flandres”, in *Studi in onore di Amintore Fanfani*, vol. 2, Milano: Dott. A. Giuffrè, 1962
- *A Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959
- MARQUES, José, “D. João II e a Igreja”, in *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 119-156

- *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, [Braga}, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994
  - “A geração de Avis e a Igreja, no século XV” in *Revista de Ciências Históricas. Actas do Congresso ‘A geração de Avis na historiografia, sécs. XV – XX’*, vol. 9. Porto, Universidade Portucalense, 1994, p. 105-133
  - “Relações Luso - Castelhanas no Século XV” in *La Península Ibérica en la era de los Descubrimientos 1391 - 1492. Actas das III Jornadas Hispano - Portuguesas de Historia Medieval*, Sevilla, 1991, p. 1717-1734
  - “A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média”, in *Revista de História*, IX, Porto, 1991, p. 9-22
- MARTIN, José Luis, “Castilla entre dos bandos” in *La aventura de la Historia*, n. 30, Abril de 2001, p. 46-50
- MARTINEZ, Pedro Soares, *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986
- MARTINÉZ FERRANDO, Jesus, *Pere de Portugal, “rei dels catalans”. Esquema biografic*. Barcelona, 1960
- “Nuevas noticias acerca del gobierno de Dom Pedro de Portugal en Cataluña, siglo XV” in *Congresso do Mundo Português*, vol. 5, tomo 3, Lisboa, 1940, p. 71-84
- MARTINS, Abílio, “A filosofia de Raimundo Lulo na literatura portuguesa medieval”. *Brotéria*, vol. 34, fascículo 5, 1942, p. 474-482
- “A literatura árabe e a Corte Imperial”. *Brotéria*, vol. 26, fascículo 1, 1938, p. 368-376
- MARTINS, Armando Alberto, *D. Fernando o Formoso, 1367-1383*. Matosinhos: QuidNovi, 2009
- *Guerras fernandinas. 1369.1382*. Matosinhos: QuidNovi, 2008
  - “D. Beatriz (1373-1420?). Uma rainha esquecida na História de Portugal?”, in *CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série 16/17, 2008, p. 315-330
- MARTINS, Fernando Carlos Rodrigues, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D Isabel de Sousa*, dissertação de mestrado em História Medieval. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, policopiado
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães Editores, 1993
- *O Príncipe Perfeito*, Lisboa, Guimarães & C<sup>a</sup> Editores, 1954
  - *Vida de Nuno Álvares. História do estabelecimento da dinastia de Avis*, Lisboa, 1893
- MARTINS, José António de Jesus, *Lagos medieval*. Lagos, 2006
- MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites. Uma Mulher da Casa de Avis*. Matosinhos: QuidNovi, 2009
- MARTINS, Mário, *Estudos de cultura medieval*, vol.1, Lisboa: Verbo, 1969; vol. 2, Braga: Magnificat, 1972, vol. 3, Lisboa: Brotéria, 1983
- *Guia geral das Horas del rei D. Duarte*, 2<sup>a</sup> edição. Lisboa: Brotéria, 1982
  - “O breviário franciscano da rainha Dona Leonor”, in *Brotéria*, tomo 72. Lisboa, 1961, p. 510-522

- MARTINS, Rui Cunha, *Património, parentesco e poder: o mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992
- MASCARENHAS, J. Fernandes, *A herdade da Coroada e o Tratado das terçarias de Moura. Notas de História*, Lisboa, s. n., 1958
- MATA, Joel da Silva Ferreira, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago. A comenda de Santos em finais do século XV e no século XV. Um estudo religioso, económico e social*, dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, policopiado
- MATOS, Luís de, “Ensino na Corte durante a dinastia de Avis”, separata de *Humanismo Português*, Lisboa, Academia das Ciências, 1988
- “Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Parísio Sículo” in *A Cidade de Évora*, vol. 11, n.º 35-36, Évora, 1954, p. 1-13
- MATTOSO, A G., “D. Fernando” in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 8, Lisboa, Verbo, col. 604-605
- MATTOSO, José, *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lisboa, IN-CM, 1985
- “A nobreza e a Revolução de 1383” in *Actas das Jornadas de História Medieval, 1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV*. Lisboa, *História & Crítica*, 1985
  - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XIII*. Lisboa: Guimarães Editora, 1982
  - “Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média”, separata de *Bracara Augusta*, 1982
- MECO, José, *O azulejo em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1989
- MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, *O infante D. João (1400-1442) Subsídios para uma biografia*, dissertação de mestrado em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, policopiado
- MENDONÇA, Manuela, *D. João II. O Príncipe Perfeito 1481-1495*. Matosinhos: QuidNovi, 2009
- *O sonho da união ibérica. Guerra Luso-Castelhana, 1475-1479*. Matosinhos: QuidNovi, 2007
  - “O veneno que matou D. João II”, in *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 359-374
  - *Guerra Luso-Castelhana, século XV*. Matosinhos: QuidNovi, 2006
  - “D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta, Contributos para uma biografia”, in *Habent sua fata libelli*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, p. 289-300
  - “A reforma da saúde no reinado de D. Manuel”, in *Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas do Direito Hispânico*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004
  - “D. João II e o seu tempo” in *História de Portugal*, direcção de João Medina, vol. 4. Alfragide: Ediclube, 2004, p. 451-477
  - “Sinais de solidariedade no processo de re(construção do Estado nos finais do século XV. A acção de D. Brites, duquesa de Viseu”, in *Iacobus. Revista de los estudios jacobeos y medievales*, 13-14, Sahagún (León), Centro de Estudios del Camino de Santiago, 2002, p. 193-212
  - “O franciscanismo dos monarcas do século XV” in *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas. Convento da Arrábida, 1994*, [Lisboa], Fundação Oriente, 1996, p. 139-152

- “D. João, marquês de Montemor” in *Almansor. Revista de Cultura*, 13, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1995-1996, p. 61-72
  - *Cidades, vilas e aldeias de Portugal. Estudos de História Regional Portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Colibri, 1995
  - “As relações com Castela no século XV”, in *El Tratado de Tordesillas y su época, Actas do Congresso Internacional de História*, vol. 2, Madrid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas/ CNCDP, 1995, p. 835-847
  - “As Ordens de Cristo e Santiago nos primórdios da expansão portuguesa (séculos XIV – XV)”, in *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. 2, Lisboa, Colibri, 1995, p. 859-884
  - *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Colibri, 1994
  - *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Colibri, 1991
  - *D. João II um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991
  - “Alguns aspectos das relações externas de D. João II” in *Bartolomeu Dias e a sua época. Actas do Congresso Internacional*, Porto, Universidade do Porto/CNCDP, 1989, p. 333-351
  - “Problemática das conspirações contra D. João II” in *CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 5, Lisboa, 1984-1985, p. 29-48
- MENDONÇA, Manuela, FERREIRA, Fernanda Lucena, “O tratado das Alcáçovas e a divisão do mundo” in *Revista História*, n.º 14, Lisboa, 1979, p. 33-47
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, “Los Reyes Católicos”, in *Archivum*, Oviedo, I, 1951
- MERÊA, Manuel Paulo de, “As teorias político-medievais no tratado da Virtuosa Bemfeitoria”, in *Revista de História*, 29. Lisboa, 1919, p. 5-21
- MESTRE, Joaquim Figueira, *Beja. Olhares sobre a cidade*. Beja: Câmara Municipal de Beja, 1991
- MEYRA, João de, “Gafarias”, *Gazeta dos hospitais do Porto*, II, Porto, 1908-1909
- MIGUEL, Carlos Frederico Montenegro de Sousa, “Açúcar”, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. 1. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1964, p. 24-25
- Miscelânea Histórica de Portugal*, feita, ilustrada e apresentada por António Albuquerque de Sousa Lara, vol. 5, Lisboa, 1983
- MITRE, Emílio, *La España Medieval. Sociedades. Estados Culturais*. Madrid: Istmo, 1994
- MONTEIRO, Florival Baiôa, *Azulejaria do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, dissertação de mestrado em História de Arte. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1998, policopiado
- MONTEIRO, João Gouveia, “Orientação da cultura de corte na 1.ª metade do século XV: a literatura dos príncipes de Avis”, in *Vértice*, 2.ª série, 5, 1988, p. 89-103
- MONTEIRO, João Gouveia, ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, “Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão” in *Revoltas e revoluções*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, p. 25-160

MORALES CASTRO, Carmen Alicia, “Isabel de Barcelos: su importancia en la niñez de Isabel de Castilla” in *Iacobus. Revista de Estudios Jacobeos y Medievales*, 25-26. Sahagún (León). Centro de Estudios del Camino de Santiago, 2009, p. 90-97

MORATO, F. M. Trigoso de, “Memória em que se pretende mostrar que até ao tempo de D. Dinis não existiu lei alguma em Portugal que proibisse geralmente às igrejas e mosteiros a aquisição de bens reais”, in *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. 7. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1821

MORENO, Humberto Baquero, *D. Afonso V o Africano, 1438-1481*. Matosinhos: QuidNovi, 2009

- “Portugal Quatrocentista no contexto das relações peninsulares” in *Iacobus. Revista de los estudios jacobeos y medievales*, 13-14, Sahagún (León), Centro de Estudios del Camino de Santiago, 2002, p. 151-158
- “Relações castelhana-portuguesas no século XV: os exilados políticos” in *Revista de Ciências Históricas*, vol. 14, Porto, Universidade Portucalense, 1999, p. 81-92
- “O Mestrado de Santiago no século XV” in *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura*. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998, vol. 1, Lisboa, Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 1998
- “O Infante D. Fernando, Mestre da Ordem de Santiago” in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares. Lisboa, Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1997, p. 325-343
- “O Infante D. Fernando, donatário da Ilha da Madeira” in *Actas do III Colóquio Internacional sobre História da Madeira*, vol. 3, Funchal, 1993, p. 239-252
- “Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos” in *La Península Ibérica en la era de los descubrimientos 1391-1492. Actas das III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval. Sevilla 25-30 de Noviembre 1991*, Junta de Andalucía, Universidad de Sevilla, p. 1705-1715
- *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*. Lisboa: Presença, 1990
- *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV (Estudos de História)*, Lisboa, Presença, 1990
- “La lutte de la noblesse portugaise contre le royaume à la fin du Moyen Âge” in *Le Portugal du XV<sup>e</sup> siècle. Actes du Colloque. Paris, 12 Mars 1987*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1989
- “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média” in *Ler História*, n.º 13. Lisboa, 1988, p. 3-14
- *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*, Coimbra, Athena, [1975]
- *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques, 1973
- “A conspiração contra D. João II: o julgamento do Duque de Bragança” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 2, Paris, 1970, p. 47-103
- “Algumas mercês concedidas pelo condestável D. Pedro, rei da Catalunha, a súbditos portugueses” in *Revista das Ciências do Homem*, vol. 3, n.º 1, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1970, p. 147-169

- “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo”, in *Revista de Ciências do Homem*, vol. 3, 1ª série. Lourenço Marques, 1970
- “Os itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)”, separata da *Revista das Ciências do Homem*, vol. 1, série B. Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1968
- MORENO, Humberto Baquero, FREITAS, Isabel Vaz de, *A Corte de D. Afonso V. O tempo e os homens*. Somonte: Ediciones Trea, 2006
- MOXÓ, Salvador de, “Los señoríos. Estudio metodológico”, in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, vol. 2 *História Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, p. 163-173
- NASCIMENTO, Aires Augusto, “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia em português. Percursos da tradução e seu presumível responsável”, in *Euphrosyne*, nº 29, 2001, p. 125-142
- “As livrarias dos príncipes de Avis”, in *Biblos*, vol. 69, Coimbra, 1993, p. 266-287
- OLIVERA SERRANO, César, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, 2005
- OLIVEIRA, António Resende de, ANTUNES, José, MONTEIRO, João Gouveia, “Conflitos políticos no Reino de Portugal entre a reconquista e a expansão” in *Revoltas e revoluções*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, p. 25-160
- NUNES, Eduardo Alexandre Borges, “O parecer do infante D. João sobre a ida a Tânger”, in *Brotéria*, n.º 66, 1958, p. 269-287
- OLIVEIRA, Ana Maria Tavares da Silva Rodrigues, *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa (séculos XII-XIV)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, policopiado
- OLIVEIRA, Luís Filipe, “Em torno das casas senhoriais do final da Idade Média” in *Media Aetas*, n.º 3-4, 2000-2001, p. 87-102
- *A casa dos Coutinhos. Linhagem, espaço e poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimónia, 1999
- OLIVEIRA, Maria Dalila Duarte de, *D. Duarte educador: uma abordagem interdisciplinar das relações da vontade com a razão no Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais, apresentada à Universidade do Minho. Braga, 1988, policopiado
- PACAUT, Marcel, *Les structures politiques de l'Occident Médiévale*, Paris, Armand Colin, 1969
- PALMA, Manuel José da; RIBAS, Tomás, *Beja: á descoberta de um passado*. Carnaxide: Difel, 1995
- PAVIOT, Jacques, *Bruges 1300-1500*. Paris: Autrement, 2002
- PEREIRA, Isaías da Rosa, “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais”. Separata de *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, 1974
- PEREIRA, João Cordeiro, “A renda de uma grande casa senhorial de quinhentos”, in *Primeiras jornadas de História Moderna*, vol. 2, p. 789-819
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000

- PEREIRA, Rosa Gertrudes Longo Cameira, *Nuno Álvares Pereira na corte de D. João I: Poder senhorial/poder real*, dissertação de mestrado em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, policopiado
- PERES, Damião, *A Madeira sob os donatários, séc. XV-XVI*. Funchal, 1914
- PEREZ BUSTAMANTE, R; CALDERÓN ORTEGA, Jose A., *Enrique IV, 1454-1474*, Burgos, 1998
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2002
- PINA, Isabel Castro, “Linhagem e património. Os senhores de Melo na Idade Média”, in *Penélope: Fazer e desfazer a História*, 12, 1993, p. 9-26
- PINHEIRO, Bernardino, “Dona Guiomar Coutinho” in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, vol. 4
- PINTO, Aida Maria Martins da Silva, *Casamentos da Casa Real Portuguesa no Século XV*, dissertação de mestrado em História e Cultura Medieval, apresentada á Universidade do Minho. Braga, 1998, policopiado
- POMAR, Alexandre, “As imagens do poder” in *Revista Expresso*, 1998-11-21, p. 172-180
- PONTES, José Maria da Cruz, *A controvérsia com os muçulmanos e as fontes árabes do “Livro da Corte Imperial”*, sl. 1967
- *Estudo para uma edição crítica do “Livro da Corte Imperial”*. Coimbra, 1957
- PONTES, Luís Filipe Monteiro, “A memória da guerra em epitáfios de cavaleiros 1400-1521”, in *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*, vol. 2, p. 337-358
- PORTUGAL, Fernando F., “Um tratamento deferente de D. João II para com D. Manuel I”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 9, nº 1. Lisboa, 1994, p. 178-180
- PROENÇA, Alexandre, *As terçarias de Moura. A herdade da Coroada. A entrada em Portugal da Infanta D. Isabel de Castela*, 3.<sup>a</sup> edição. Moura: Câmara Municipal de Moura. Biblioteca Municipal de Moura, 2000
- RASTEIRO, Joaquim, *Quinta e palácio da Bacalhoa de Azeitão. Monografia historico-artística*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895
- RAU, Virgínia, *Estudos de história*. Lisboa: Verbo, 1968
- RIBAS, Tomás; Palma, Manuel José da, *Beja: á descoberta de um passado*. Carnaxide: Difel, 1995
- RIBEIRO, Aquilino, *Príncipes de Portugal. Suas grandezas e misérias*. Lisboa: Livros do Brasil, [1952]
- RIBEIRO, Deolinda Margarida, *Acção da Rainha D. Leonor na vida portuguesa. 1458 – 1525*, Lisboa, Editorial Restauração, 1947
- RIBEIRO, Vítor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Subsídios para a sua história*, estudo introdutório de José Vitorino de Pina Martins, edição facsimilada. Lisboa: Academia das Ciências, 1998
- RICARD, Robert, “L’Infant D. Pedro de Portugal et O Livro da Virtuosa Bemfeitoria” in *Études sur l’Histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1970, p. 87-129

- RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida, “Rainhas medievais de Portugal: funções, património, poderes” in *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17, 2008, p. 139-153
- *Espaço, gentes e sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*. Cascais: Patrimónia, 1996
  - *Torres Vedras: a vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, *Organização dos poderes e estrutura social: a Ilha da Madeira, 1460-1528*. Cascais: Patrimónia, 1996
- “Arquipélago da Madeira”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. de Luís de Albuquerque, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 637-638
- ROGERS, Francis M., *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge-Machassussetts: Harvard University Press, 1961
- ROMERO PORTILLA, Paz, *Dos monarquías medievales ante la modernidad. Relaciones entre Portugal y Castilla (1439 - 1479)*, A Coruña, Universidade da Coruña, [1999]
- ROSA, Maria de Lurdes, “A fundação do Mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa D. Beatriz” in *O tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto. Lisboa: Difel, 1998, p. 265-270
- *O morgadio em Portugal, séc. XIV XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Estampa, 1995
  - *Pero Afonso Mealha: os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimónia, 1995
  - “Quadros de organização de poder na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, património e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre”, in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, nova série, 6. Portalegre, 1991, p. 47-65
- RUAS, Henrique Barrilaro, “A dinastia de Avis, a mais portuguesa das dinastias” in, *A monarquia portuguesa. Reis e rainhas na História de um povo*. Lisboa: Selecções do Readers’s Digest, 1999, p. 59-85
- RUCQUOI, Adeline, RUCQUOI, Adeline, “Rois et princes portugais chez les auteurs castillans du XV<sup>ème</sup> siècle”, in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0, 2003, p. 39-51
- *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995
- SÁ, Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001
- SABUGOSA, Conde de, “D. Brites de Lara” in *Neves de Antanho*, 3.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Portugal – Brasil, [1936]. p. 81-107
- “Excellent Senhora. Rainha e Monja” in *Gente d’ algo*, 3.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Portugal – Brasil Lda. Companhia Editora, 1923, p. 127-148
  - “A corte em Setúbal e os porquês anonymos”, in *Gente d’ algo*, 3.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Portugal – Brasil Lda. Companhia Editora, 1923, p. 173-196
  - *A Rainha D. Leonor (1458-1525)*. Lisboa: Portugália, 1921

- SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastásia Mestrinho, *Testamento da infanta D. Beatriz (Duquesa de Beja)*. Beja, 1988
- *O espírito das misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 1999
  - *A extinção do marquesado de Montemor-o-Novo e o Foral dado por D. Manuel: sua relevância na génese do Estado absoluto em Portugal*, separata de *Revista de História*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, vol. VIII, 1988
- SALRACH, Josep M., “Matrimonio de interés” in, *La aventura de la Historia*, n. 30, Abril de 2001, p. 58-62
- SANCEAU, Elaine, *D. João II*. Porto: Livraria Civilização, 1952
- SANTOS, Maria José Azevedo, *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004
- “As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séc. XII-XV)”, in *Estudos de diplomática portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2001, p. 235-246
  - *Ler e compreender a escrita na Idade Média*, Lisboa, Colibri, 2000
  - “A cultura portuguesa do século XV: Da universidade à corte”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LIII, p. 429-451
- SÃO PAYO, Manuel de Meneses de Mello; Luís de Mello Vaz de, *O parágrafo segundo. A casa de Ribalonga*. Lisboa, 1984
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, “O quotidiano da Casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364): notas de investigação” in *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, 17, 2005, p. 419-438
- SARAIVA, António José, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1990
- SARAMAGO, Alfredo, *Fé e grandeza. A boa vida de uma casa monástica: para uma história do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja. Ensaio histórico*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005
- *Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*. Sintra: Colares Editora, 1994
- SARMENTO, Alberto Artur, *História do açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, 1945
- SCHAEFFER, Henrique, *História de Portugal*. Porto, 1893
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Portugal e Castela no séc. XV”, in *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 13-28
- *Os Itinerários del Rei D. João II (1481-1495)*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993
  - *Portugal e o mundo nos séculos XII a XVI*. Lisboa: Verbo, 1992
  - *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975
  - *A historiografia Portuguesa: doutrina e crítica*, vol. 1. Lisboa: Verbo, 1972

- “Afonso, D., conde de Barcelos e 1º duque de Bragança” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 35-36
  - “Afonso V, D.” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 42-44
  - “Alfarrobeira” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 96-97
  - “Alpedrinha, Cardeal” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 123-124
  - “Bragança, Casa de” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 371-372
  - “Leonor, D.” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 708-709.
- SERRÃO Joel, “Fernando, D.” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 212-213
- SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “A Ordem de Cristo (1417-1521)” in *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 6, Porto, 2002
- SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses*, 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002
- SILVA, Manuela Santos, “A casa e o património da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento das Casas das Rainhas na Idade Média”, in *Revista Signum*, vol. 11, 2, 2010, p. 207-227
- “Filipa de Lencastre e o ambiente cultural na corte de seu pai (1360-1387)”, in *CLIO*, Revista do centro de História da Universidade de Lisboa, 16/17, 2008, p. 243-258
  - *Óbidos medieval: estruturas urbanas e administração concelhia*. Cascais: Patrimónia, 1997
  - *Terras do Bombarral no concelho medieval de Óbidos*. Bombarral: Museu Municipal, 1997
  - *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996, policopiado
  - *A região de Óbidos na época medieval: estudos*. Caldas da Rainha: Património Histórico, 1994
  - *Óbidos “terra que foi da rainha D. Filipa”:* o senhorio de Óbidos de 1415 a 1428. Lisboa: História & Crítica, 1988
  - *A assistência social na Idade Média: estudo comparativo de algumas instituições de assistência de Santarém*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1987
- SITGES, J. B., *Enrique IV y la excelente señora, llamada vulgarmente doña Juana la Beltraneja, 1425-1530*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1912
- SOARES, Eduardo de Campos de Azevedo, *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. 1. Porto, 1944
- SOISSON, Jean-Pierre, *Charles le Téméraire*. Paris: Bernard Grasset, 1997
- SOMMÉ, Monique, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV siècle*. Villeneuve d’ Asq, Presses Universitaires du Septentrion, 1998

- SOUSA, D. António Caetano de, *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1755
- SOUSA, Armindo de, “O poder político no séc. XV - Imagens e utopias. A imagem consentida de Rei” in *Actas do Colóquio Internacional de História Atlântica*, Ponta Delgada, 1992
- *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. 1. Porto: INIC, 1990
  - “As cortes de Leiria-Santarém de 1433”, in *Estudos medievais*, 2, 1982, p. 144-146
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, *D. Afonso IV (1291-1357)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005
- *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991
  - *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Lisboa: INIC. 1990
- SOUSA, Ivo Carneiro de, *A rainha D. Leonor (1485 – 1525) poder, misericórdia religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.
- “Introdução ao estudo do património, da casa e da corte de D. Leonor”. Separata da *Revista da Faculdade de Letras, Anexo 5. Espiritualidade e corte em Portugal, séc. XVI-XVII*, Porto, 1993
- SOUSA, João José de, «Capitães donatários do Funchal: séculos XV a XIX», in *Islenha*, n.º 1, 1987, p. 66-85
- SOUSA, João Silva de, *Senhorias laicas beirãs no século XV*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- “Casas Senhoriais no Portugal Quatrocentista” in *Revista de Ciências Históricas*, vol. 9. Porto: Universidade Portucalense, 1994, p. 95-104
  - “Das isenções do pagamento de impostos e de prestação de serviços régios e concelhios. 1449-1451”. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992. Separata da *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 5
  - *A Casa senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991
  - “D. Duarte, Infante e Rei, e as Casas senhoriais”. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1991, p. 3-18
  - “As origens da casa senhorial de D. Fernando, duque de Viseu e de Beja. Conjunturas”, separata de *Anais do Município de Faro*, Faro, Câmara Municipal, 1991
  - *Os Açores nas colecções documentais*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985
  - “Das autorizações de porte de armas e de deslocações em besta muar em meados do século XV. Algumas notas para o seu estudo”. Separata de *Estudos de História de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Estampa, 1982
- SOUSA, José Maria Cordeiro de, “Documentos para a biografia dos filhos de João de Albuquerque” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 3. Lisboa: 1951
- SOUSA, Tude Martins de, «Comendadeiras de Santiago». Separata do IV volume do *Arquivo Histórico de Portugal*. Coimbra, 1940
- SOUTO, Rocha, “O mistério das quatro cabeças de Setúbal e os atentados contra D. João II” in *Revista Nvmvs*, vol. IV-2 (13-14). Porto, 1957

STRAYER, Joseph, *As origens medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, s. d.

SUÁREZ FERNANDEZ, Luís, *Enrique IV de Castilla. La difamación como arma política*. Barcelona: Ariel, 2002

- “De la hostilidad a la concordia. Relaciones entre Portugal y Castilla en el siglo XV” in *Revista de Ciências Históricas. A geração de Avis na historiografia, séc. XV-XX. Actas do Congresso*, vol. 9. Porto, Universidade Portucalense, 1994, p. 165-179

- *Los Reys Católicos. La conquista del trono*, Madrid, Ediciones Rialp, 1989

- “Relaciones Hispano-Portuguesas en torno a 1488” in *Bartolomeu Dias e a sua época. Actas do Congresso Internacional*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto/CNCDP, 1989, p. 65-79

SZÁSDI LEON-BORJA, “Los Portugueses y el nacimiento de la Casa de la Contratación sevillana en el año de 1503. La huella de don Alvaro de Portugal”, in *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 285-324

SZÁSDI NAGY, Adam, “Una ojeada furtiva a la realeza bajomedieval: los deudos de la mujer de Cristóbal Colón” in *Iacobus. Revista de Estudios Jacobeos y medievales*. vol. 19-20. Sahagún (Léon): Centro de Estudios del Camino de Santiago, 2005, p. 295-325

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385” in *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, 1983, p. 45-89

- “Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (Tentativa de estudo comparativo)”, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, 1982, p. 75-89

- *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982

TOMÉ, Irene, “A imagem da mulher nas crónicas medievais” in *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 5, Ano de 2001. Lisboa: Colibri. Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 117-129

THOMAZ, Luis Filipe R. F., *De Ceuta a Timor*, 2.ª edição. Lisboa: Difel, 1998

- “Le Portugal et l’Afrique au XV siècle: les debuts de l’expansion” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 26. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989

TORRES, Rui d’Abreu, “Terçarias de Moura”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1971, p. 156

TUDELA Y VELASCO, Maria Isabel Pérez de; RÁBADE OBRADÓ, Maria del Pilar, *Dos princesas portuguesas en la Corte castellana: Isabel y Juana de Portugal*, Porto, 1986

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del, “Una reflexión sobre el contenido de la Historia de las Instituciones medievales”, in *Nuevos enfoques para la enseñanza de la Historia. Mujer y género ante el espacio europeo de educación superior*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 2007, p. 77-94

- *Isabel la Católica y su tiempo*. Granada: Universidade de Granada, 2005

- “Isabel la Católica. Una princesa “portuguesa”, in *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 33-55

- “Reacción de la nobleza viscaína ante la crisis bajomedieval” in *La España Medieval*, V, *Estudios en memoria del Professor D. Claudio Sánchez-Albornoz*, vol. I, Madrid, Universidad Complutense, 1986

- VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del; VALDEON BARUQUE, Julio, *Isabel la Católica, reina de Castilla*. Valladolid: Ambito, 2004
- VALE, Alexandre de Lucena e, “D. Isabel de Portugal, condessa de Gijón e de Noronha”, separata de *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 9. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1959
- VENTURA, Margarida Garcez, D. Duarte. *O Eloquente 1433-1438*. Matosinhos: QuidNovi, 2009
- “Deambular com D. Duarte pelas casas do nosso coração”, in *CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, 16/17, 2008, p. 305-313
  - “Apontamentos para um sistema de representações do Príncipe Perfeito”, in *O tempo Histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 103-115
  - “Fernão da Silveira perante D. João II: o direito à resistência”, in *Iacobus. Revista de estudios jacobeos y medievales*, 13-14. Sahaagún (Léon): Centro de Estudios del Camino de Santiago, 1996, p. 169-191
  - *Estudos sobre o poder: séculos XIV-XVI*. Lisboa: Colibri, 2002
  - *Movimentos sociais e poder na Idade Média*. Cascais: Câmara Municipal, 1996
  - «Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo», in *Revista da Faculdade de Letras*, p. 601-625
  - “Algumas reflexões necessárias sobre a intervenção de D. João I nos feitos matrimoniais”, in *Amar, sentir e viver a História. Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Colibri, 1995, p. 885-896
  - *João da Silveira, diplomata português do século XVI*. Lisboa: Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983
- VERDON, Jean, *La femme au Moyen Âge*, 7<sup>a</sup>. édition. Paris, Jean Paul Gisseront, 2006
- VERRIEST, Léo, *Noblesse. Chevalerie. Lignages*. Bruxelles, 1959
- VIANA, Abel, “Mosteiro da Conceição e palácio dos Infantes”, in *Arquivo de Beja*, série IV, n.º 1, 1º semestre de 2007, p. 123-305
- “O tombo do hospital de Beja”. Separata da revista Brotéria, vol. 38, fasc. 4, 1943
- VICENS VIVES, J., *Monarquía y revolución en el siglo XV, Juan II de Aragón*. Barcelona, 1953
- VIEIRA, Alberto, “O Infante e a Madeira: dúvidas e certezas” in *O Infante e as Ilhas*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994, p. 75-154
- *Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira, séculos XV a XVI*. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, “A ascensão de uma linhagem: a formação da casa senhorial de Abrantes”, in *Arqueologia do Estado*, vol. 1. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1991, p.
- VILHENA, D. Tomás Maria de Almeida Manuel de, *A Casa de Bragança. Memória histórica*, Lisboa, Typographia do Dicionário Universal Portuguez, 1886

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Amas, amos e collaços de pessoas reaes e personagens illustres*. Separata dos n.º 6, 7 e 9 da *Revista de História*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1914

- “Occorrencias da vida mourisca” in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 5, Lisboa, 1907, p. 81-265
- “D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha. Notas documentais para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a Corte da Borgonha” in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 3, Lisboa, 1905, p. 81-106
- *Artes e industrias metallicas em Portugal. Minas e mineiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1904
- “Artes industriaes e industrias portuguesas. Industrias texteis e congéneres” in *O Instituto*, vol. 51, 1904
- *A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel*. Memória apresentada á Academia Real das Sciências de Lisboa. Lisboa: Academia Real das Sciências, 1901

WARD, Jennifer, *Women in England in the Middle Ages*, London, Hamplendon Continuum, 2006

WILLIAMSOM, David, *The kings and queens of England*. London: National Portrait Gallery Publications, 1998

WITTE, Charles Martial, *Les bulles pontificales et l’expansion portugaise au XVe siècle, extrait de la Revue d’ Histoire Ecclésiastique*, t. 48 (1953), t. 49 (1954), t. 51 (1956), t. 53 (1978). Louvain, 1958

## Índice Onomástico

### A

- Abarca, Maria, 181
- Abraão, Meier, 140, 202
- Abreu, André de, 149
- Abreu, Brites Rodrigues de, 176
- Abreu, João de, 182
- Abreu, Leonor de, 164
- Abreu Maria de, 144
- Abreu, (Frei) Pedro de, 106-107, 135, 204
- Acenheiro, Christóvão Rodrigues, 3, 43, 66
- Afonso, Álvaro, 144, 145
- Afonso (D.), conde de Barcelos, 1.º duque de Bragança, 12-13, 21-22, 84, 141
- Afonso (D.), conde de Faro, 24, 54, 125
- Afonso (D.), conde de Ourém, marquês de Valença, 22, 74, 82, 84
- Afonso (D.), condestável de Portugal: bastardo do duque D. Diogo, 29, 61, 63-64, 135, 150
- Afonso (D.), príncipe: filho de de D. João II, p. 2, 5, 26-27, 48, 53, 55, 59-60, 89, 164, 180, 191
- Afonso (D.) IV, rei de Portugal, 24
- Afonso V (D.), rei de Portugal, 2-4, 7-8, 10-15, 17, 19, 21-23, 25, 33-37, 43-44, 49-50, 54, 74-77, 79, 81-82, 84-87, 92, 99, 101, 106, 110, 115, 117-118, 121, 123, 125, 128-130, 137, 139, 141, 143, 145-149, 153-159, 162-164, 166-167, 169-171, 173-179, 183, 185, 190-191, 195-196, 198-199, 203-205, 207-209, 212-213
- Afonso, (D.) Álvaro, bispo de Silves, 30
- Afonso, (Frei), 143
- Afonso, Ana, 91
- Afonso, Diogo, 46-47, 112, 154, 195
- Afonso, (Frei), 143
- Afonso, Garcia, 166
- Afonso, Gil, 168
- Afonso, Isabel, 184
- Afonso, João: apontador, 183
- Afonso, João: capelão, 182
- Afonso, João: contador, 46,91
- Afonso, João: despenseiro, 183

Afonso, João; escudeiro, 171, 182  
Afonso, João: estudante em Siena, 98  
Afonso, João: pedreiro, 64  
Afonso, João: sapateiro, 97, 183  
Afonso, João: tabelião, 108  
Afonso, Leonor, 193, 201  
Afonso, Lopo: prioste da Sé de Viseu, 179  
Afonso, Lopo: tecelão, 195  
Afonso, Manuel, 198  
Afonso, Martim: comprador, 201  
Afonso, Martim: pobre da ermida de S. Sebastião, 173  
Afonso, Martim: tabelião, 200  
Afonso, Mendes, 196  
Afonso, Mendo, 112  
Afonso, Nuno, 203  
Afonso, Pedro: carnicheiro, 205  
Afonso, Pedro: contador, 135, 205  
Afonso, Pedro: reposteiro, 169, 205  
Afonso, Sebastião, 211  
Afonso, Teresa, 180  
Afonso, Vasco, 203, 212  
Afreixo, José Maria da Graça, 175, 208  
Aguiar, Pero de, 64  
Aires, Fernando, 162  
Aires, Gil, 128, 155  
Albuquerque, Afonso, 83  
Albuquerque, Brás de, 83  
Albuquerque, Catarina de, 203  
Albuquerque, Henrique de, 130, 133, 137, 154, 175  
Albuquerque, (D.) Joana de, 160  
Albuquerque, João de, 154, 175  
Albuquerque, (D.) Maria de Mendonça e, 83  
Albuquerque, Teresa de, 146  
Alcáçova, Pero de, 60  
Alenquer, Gomes Lourenço de, 193, 201

Alfonso: infante de Castela, filho de Juan II, 25  
Alfonso V, *el Magnânimo*, 12-13, 85  
Alfonso X, *el Sabio*, 39  
Alfonso (D.), de Aragon: duque de Villahermosa, 28  
Almada, Branca de, 127, 136, 152-153  
Almada, Brízida de, 127, 136, 152-153  
Almada, Catarina de, 151, 160, 203  
Almada. João de, 90  
Almada, João Vaz de, 151  
Almada, Vasco de, 136, 152  
Almeida, Álvaro de, 55, 127-129, 134, 137, 145, 177  
Almeida, Branca de, 128, 145, 179, 190, 194  
Almeida, Constança, 209  
Almeida, Diogo Fernandes de, 129, 145, 179  
Almeida, Estevão Dias de, 146  
Almeida, Isabel de, 127-128, 137, 146, 160, 177, 203-204  
Almeida, João de, 183  
Almeida, Lopo de, 13, 129, 145, 179  
Almeida, Mendo de, 202  
Alvares, Afonso, 143  
Alvares, Antão, 149  
Alvares, Beatriz, 152  
Alvares, Diogo, 134, 155, 213  
Alvares, Fernão, 162  
Alvares, Garcia, 167  
Alvares, Gil, 168  
Alvares, João, 170  
Alvares, Lopo, 89, 92, 103, 205  
Alvares, Luis, 146  
Alvares, Manuel, 198  
Alvares, Nuno, 203  
Alvares, Pero, 112, 157  
Alvares, Rodrigo, 208  
Alvares, Urbano, 212  
Álvaro (D.): chanceler-mor do Reino, 54, 60

Alves, Paulo, 91  
Alvim Brites Pereira de, 13, 21, 141  
Alvim, Violante d', 178  
Amado, Duarte, 159  
Amigo, Afonso, 159  
Amigo, Duarte Afonso, 159  
Andorinho, Álvaro Fernandes, 148  
Andrade, Constança da Silva de, 200  
Andrade, Filipa, 179  
Andrade, Gomes Freire de, 128, 160, 203  
Andrade, João Freire de, 172, 187  
Andrade, Luis Freire de, 210  
Andrade, Pero de, 205  
Andrade, Teresa Freire de, 202  
André, 149  
Anes, Afonso, 189, 198  
Anes, Álvaro, 43, 83, 146  
Anes, Catarina, 159, 193  
Anes, Estevão, 177  
Anes, Fernão, 89  
Anes, Gonçalo, 112  
Anes, Inês, 157  
Anes, Lourenço, 196  
Anes, Maria, 83, 200, 203  
Anes, Olinda, 186  
Anes, Pero, 147  
Anes, Rodrigo, 147  
Anes, Teresa, 28, 178  
Anes, Vicente, 212  
Antónia, 150  
António: filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, 173  
António: filho de João Afonso, 182  
António,(Fre)i, 54  
Aranda, (D.) Pedro de, bispo de Calahorra, 55  
Arco, João Fernandes do, 184

Arouche, João de, 201  
Ataíde, Álvaro de, 125-126, 136  
Ataíde, Álvaro Gonçalves de, 125, 136, 202  
Ataíde, Branca de, 191  
Ataíde, Catarina de, 127-128, 136-137, 153, 161, 177, 188  
Ataíde, Isabel de, 128, 136-137, 153, 161, 166, 177  
Ataíde, João de, 191  
Ataíde, Martinho de, 131, 202  
Ataíde, Nuno Gonçalves de, 177  
Ataíde, Pedro de, 125-126  
Atouguia, Luis de, 47, 50, 114, 143, 196, 211  
Atouguia, Nuno, 203  
Atouguia, Rodrigo Afonso de, 55, 61, 103, 127, 136, 152, 207  
Austria, Alberto de, 10  
Ayala, Maria de, 158  
Azevedo, Beatriz de, 178  
Azevedo, Filipa de, 131, 202  
Azevedo, Gonçalo de, 56  
Azevedo, Leonor de, 170, 186, 187  
Azevedo, Luis, 196  
Azinhal, Beatriz do, 186

## **B**

Badilho, Afonso de, 131, 143  
Baena, Sanches de, 160  
Bairros, Diogo de, 134, 171  
Barbosa, Gonçalo Anes, 169, 180, 186  
Barbosa, Luis Gonçalves, 175  
Barcelos, Pero de, 202  
Barradas, Luis, 191  
Barreto, Álvaro, 132, 146, 174, 191  
Barreto, Gonçalo Nunes, 134, 173  
Barreto, Pedro, 132, 145  
Barriga, Fernão Lopes, 158, 175, 181  
Barriga, Lopo Fernandes, 176  
Barroso, Fernão Rodrigues, 89

Barzano, Adella, 91  
Barzon *ver* Barzano  
Basto, Martim Rodrigues, 90  
Beatriz, 145  
Beatriz, 161, 180  
Beatriz (D.), de Bragança, 23, 29, 60, 123  
Beatriz (D.), infanta de Portugal, rainha de Castela: mulher de Juan I, p. 2  
Beja, João Afonso de, 150  
Beja, Luís de, 97, 192  
Beja, Pero de, 202  
Bernardes, Estevão, 155  
Berredo, João Pereira de, 184  
Berredo, Rui Pereira de, 207  
Bettencourt, Maria, 206  
Bettencourt, Maciot, 206  
Bispo: de Tânger, 106  
Boa Viagem, Martinho Eanes, 203  
Bobadilho, Inês, 161  
Bocarro, Rui Dias, 87  
Bom Dia, (Mestre) António de, 140, 150, 192  
Borges, João, 178  
Botelha, Fernão de Sousa da, 125  
Braga, Fernão de, 157  
Bragança, Filipe de, 167, 190  
Branco, João, 181  
Brites (D.): duquesa de Viseu e de Beja, 1-8, 10, 13-17, 20-21, 26-28, 33, 36-79, 81, 84, 87-88, 96-10-106, 110-111, 112-113, 115-118, 121-122, 124-126, 132- 135, 138-139, 141-142, 144-146-150, 152, 156-159, 161-163, 165-166, 169-170-175-181, 184-186, 188-189, 191-194, 197, 199, 201, 203-205, 207-208, 210  
Brites (D.), de Lara, 62, 82  
Brito, Artur de, 125, 147, 155, 181, 205  
Brito, Estevainha Gomes de, 157, 177  
Brito, Estevão de, 125, 127, 147, 155  
Brito, Francisco de, 89  
Brito, Guiomar de, 204  
Brito, João de, 178

Brito, Helena de, 125, 147  
Brito, Isabel de, 211  
Brito, Leonor de, 87, 177  
Brito, Luis de, 199  
Brito, Margarida, 160  
Brito, Mem de, 125, 199  
Bruges, Jacome de, 47, 117, 120

## C

Cabaço, João Martins, 170  
Cabral, (Frei) Gonçalo Velho, 132, 169  
Cáceres, Luis de, 129  
Cadamoto, 146  
Calado, Manuel, 193  
Calado, Martim, 198  
Caldeira, Gonçalo, 91  
Calisto III, papa, 97  
Câmara, Catarina Gonçalves da, 155  
Câmara, João Gonçalves da, 45, 49-50, 106, 110-111, 113, 115, 125, 145, 176, 180, 185, 206  
Câmara, João Rodrigues da, 125, 133, 133-134, 171  
Câmara, Rui Gonçalves da, 46, 125, 171, 176, 185  
Câmara, Simão Gonçalves da, 180  
Camões, Leonor de, 149  
Campo, Afonso Eanes do, 144  
Cardenas, (D.) Alfonso de, 54-55, 79  
Cardoso, Fernão, 127, 158  
Cardoso, Gonçalo, 134, 165, 173  
Cardoso, Jorge, 138  
Carlos (D.) de Trastâmara y Evreux: príncipe de Viana, 29  
Carvalho, Brites de, 198  
Carvalho, Fernão Martins do, 152  
Carvalho, Rui, 205  
Carvalho, Afonso de, 131, 143  
Castañeda, Inês, 194  
Castanheda, João Gonçalves de, 180  
Castelo Branco, Gonçalo Vaz de, 127, 130, 168-169

Castelo Branco, Lopo Vaz de, 168  
Castelo Branco, Martinho de, 168  
Castro, Álvaro de, 131, 208  
Castro, Catarina de, 199  
Castro, Fernando de, 199  
Castro, Guiomar de, 153, 202  
Castro, Inês de, 24, 82  
Castro, Joana de, 23  
CastroJoão de, 23-24  
Castro, Maria de, 149  
Castro. Pedro de, 174, 202  
Castro, Rodrigo de, 131, 208  
Catalina: de Lancaster, rainha de Castela, 16, 17  
Catarina, 149  
Catarina (D.), infanta de Portugal: filha do rei D. Duarte, 36  
Catarina (D.), infanta de Portugal: filha do infante D. Fernando, 14  
Cerejo, Estevão Rodrigues, 206  
Cerejo, João, 89  
Cerveira, Duarte, 168  
Cerveira, Inês, 179  
Cerveira, Pero de, 203  
Cerveira Rui Mendes de, 205, 207  
Chainho, Lopo, 189  
Charles de Valois-Bourgogne, *le Téméraire* : duque de Borgonha, 30-31, 138  
Chaves, Gonçalo, 165  
Chaves, João, 130, 178  
Coelha, Isabel, 156  
Coelho, João, 163  
Coelho, Pero, 193  
Cogominho, Nuno Fernandes, 56  
Coimbra, Pero de, 103, 207  
Colombo, Cristovão, 147  
Conde: de Atouguia, 199; de Gijon e Noronha, 23; de Marialva, 197; de Monsanto, 131, 205, 208,  
Corça, Isabel Gonçalves, 167

Cordovelos, Aparício de, 129, 146  
Correia, Brás Afonso, 147, 153  
Correia, Brites, 204  
Correia, Cristovão, 124, 131, 133, 148-149  
Correia, João, 54, 178  
Corte Real, 150  
Corte Real, João Vaz, 47, 117-120, 176, 186  
Corte Real, Vasco Eanes, 137, 181  
Costa, Afonso da, 58, 89, 187, 197  
Costa, Afonso Vasques da, 144  
Costa, Bartolomeu da, 147  
Costa, Beatriz da, 142  
Costa, Isabel da, 156, 177  
Costa, João da, 164, 179  
Costa, Jorge da, 147  
Costa, (D.) Jorge da, cardeal de Alpedrinha, 35-36, 80  
Couca, António da, 151  
Couros, Lopo Afonso de, 181  
Coutinho, Fernão, 197  
Coutinho, Filipa, 176  
Coutinho, Francisco, 132, 169  
Coutinho, Gonçalo, 134-135, 176, 197  
Coutinho, Guiomar, 136, 174  
Coutinho, Isabel, 127  
CoutinhoJoana, 125, 134, 155, 176  
Coutinho Leonor, 202  
Coutinho, Maria, 135, 194  
Coutinho, Maria Teles, 135, 197  
Coutinho, Rui Vaz, 194  
Coutinho, Teresa Vasques, 157  
Coutinho, Vasco Fernandes, 47, 125, 127, 155, 197, 210  
Cristovão, 158  
Cunha, Álvaro da, 132, 146, 148, 153  
Cunha, António de Castelo Branco da, 101  
Cunha, Filipa da, 144, 164, 197, 210

Cunha, Gil Vaz da, 122, 126, 131-132, 164  
Cunha Isabel da, 199  
Cunha, Leonor da, 23, 200  
Cunha, Manuel da, 193, 196  
Cunha, Maria da, 197  
Cunha, Maria Rita de Castelo Branco Correia e, 6.<sup>a</sup> condessa de Pombeiro, 101  
Cunha, Martim Vaz da, 24  
Cunha, Mateus da, 199  
Cunha, Mécia da, 207  
Cunha, Nuno da, 187, 189, 191  
Cunha, Pedro de Castelo Branco da, 101  
Cunha, Tristão da, 209

## **D**

Dantas, Leonor, 127, 158  
Dantas, Pedro, 165  
Dantas, Vasco, 127, 158  
Delgado, Vasco, 209  
Dias, Álvaro, 126, 143, 187  
Dias, Brites, 162, 188  
Dias, Inês, 144, 174, 191  
Dias, Joana, 176  
Dias, João, 179  
Dias, Pedro, o beguino, 101  
Dias, Pero, 131, 203  
Dias, Rui, 98  
Dinis (D.), infante de Portugal: filho do infante D. Fernando, 15  
Dinis (D.), rei de Portugal, 96, 109, 124, 205  
Dinis, (D.) de Bragança, 28  
Diogo (D.) :duque de Viseu e de Beja, 3, 8, 14, 28-29, 41, 45, 47, 49, 52-56, 60, 73-74, 76, 78-80, 105, 107-108, 111, 118, 120, 124, 131-132, 141-142, 147, 152-153, 156, 158, 160, 163, 165, 180, 184, 188, 190, 193, 198-199, 201, 208-209  
Diogo (D) :infante de Portugal: filho do infante D. João, 81  
Domingues, Domingas, 166  
Duarte (D.), infante de Portugal: filho do infante D. Fernando, 14, 75  
Duarte (D.), rei de Portugal, 10, 11, 23, 25-26, 33, 35-36, 39-42, 82-83, 106, 137, 141

## **E**

Eanes, Afonso, 30, 139  
Eanes, Álvaro, 112, 148, 164, 169, 176, 181  
Eanes, Estevão, 160  
Eanes, Fernão, 58, 88, 89, 187, 196, 208  
Eanes, Inês, 200, 209  
Eanes, Lopo, 195  
Eanes, Pedro, 197  
Eanes, Pero, 104, 206  
Eanes, Rodrigo, 53, 208  
Eça, Isabel de, 153  
Eça, Pedro de, 153  
Edward III, rei de Inglaterra, 32  
Edward, IV, rei de Inglaterra, 32  
Ehingen, Jorge de, 10  
Enrique, infante de Aragão, 12  
Enrique II, rei de Castela, 21  
Enrique IV, rei de Castela, 2, 12-13, 25, 44, 49, 178  
Escobar, Leonor de, 29  
Esteiro, Pero Lourenço, 207  
Esteves, Guiomar, 195  
Esteves, João, 197  
Esteves, Leonor, 180, 186  
Esteves, Margarida, 163, 212  
Esteves, Pero, 179, 184, 206  
Eugénio IV, papa, 10, 25, 30

## **F**

Falcão, Gonçalo, 130, 166  
Falcão, João, 161  
Falcão, Leonor, 183  
Falcão, Rui, 140, 201  
Falcão, Teresa, 140  
Faleiro, Rui, 205  
Faria, Antão, 29  
Farpado, Catarina, 190

Fernandes, Afonso, 109  
Fernandes, Álvaro, 148  
Fernandes, António, 91  
Fernandes, Brites, 167, 190  
Fernandes, Catarina, 162, 188, 190  
Fernandes, Estevão, 87, 156  
Fernandes, Filipe, 160  
Fernandes, Gil, 163  
Fernandes, Gonçalo, 130, 166  
Fernandes, Helena, 210  
Fernandes, Isabel, 134, 165, 168, 173  
Fernandes, João, 99  
Fernandes, Jorge, 192  
Fernandes, Leonor, 144, 175, 181, 189  
Fernandes, Luis, 192  
Fernandes, Margarida, 89, 162, 187, 196, 208  
Fernandes, Pero: cozinheiro, 203  
Fernandes, Pero: escudeiro, 203  
Fernandes, Vasco, 173, 210  
Fernandez, Beatriz, 22  
Fernando, 157  
Fernando (D.), conde de Arraiolos, marquês de Vila Viçosa, 2.º duque de Bragança, 22-24, 34-37  
Fernando (D.), 3.º duque de Bragança, 3, 5, 14, 28, 37, 48, 53, 122  
Fernando (D.), duque da Guarda, 133: filho de D. Manuel I, 169  
Fernando (D.), infante de Portugal, duque de Viseu e de Beja, 1, 3-4, 8, 10-15, 21, 30-31, 33-35, 37, 41, 43-44, 74-76, 83-84, 86, 91, 97-98, 102, 109-112, 121, 125, 133, 135, 137, 139-141, 143-147, 150-153, 155, 156, 158, 161-164, 166-168, 170, 172, 179, 184, 186, 188-189, 191-194, 197-199, 201-203, 206-210  
Fernando (D.), "infante santo", 83, 85, 137  
Fernando (D.), rei de Portugal, 2, 21, 24, 82, 105, 107  
Fernando, *el de Antequera*, rei de Aragão, 12, 25  
Fernando, *o Católico*, rei de Aragão e Castela, 1, 27-29, 50  
Ferrante, rei de Nápoles, 13  
Ferreira, Aires, 201  
Ferreira, Branca, 47, 145, 208

Ferreira, Catarina, 151, 198  
Ferreira, Esteves, 198  
Ferreira, Guiomar, 201  
Ferreira, Inês, 198  
Ferreira, João, 145, 208  
Ferreira, Leonor, 209  
Ferreira, Martim, 199  
Fialho, Rui Pires, 147, 181  
Fidalgo, Diogo, 129, 131, 150  
Figueiredo, Gonçalo de, 169  
Filipa (D.), infanta de Portugal: filha do infante D. João, 57, 59, 81  
Filipa (D.), de Lencastre, dita de Odivelas: filha do infante D. Pedro, 36, 52  
Filipa (D.) de Lencastre, rainha de Portugal, 32-33, 40-42  
Filipe (D.) de Bragança: filho do 3.º duque de Bragança, 28  
Filipe (D.), I, rei de Portugal, 46  
Filipe Augusto, rei de França, 31  
Fogaça, Diogo, 125, 161, 211  
Fogaça, Isabel, 125, 132, 172  
Fogaça, João, 125, 132, 172  
Fogaça, Violante, 125, 211  
Fonseca, Diogo da, 184  
Fonseca, Fernão da, 180  
Fonseca, João da, 59  
Fonseca, Lourenço Vaz da, 152, 197, 206  
Fonseca, Rui da, 64, 87, 90, 128, 152, 197, 206  
Fossem, 161  
França, Antão da, 178  
Francisca, 161  
Franco, João, 178  
Frederico III, imperador, 10, 12, 31, 43  
Freire, Gomes, 172  
Freire, Guiomar, 128, 160  
Freire, Joana, 125, 155  
Freire, João, 90  
Freire, Margarida, 160

Freire, Nuno, 134, 172  
Freire, Nuno Fernandes, 125, 131, 134, 140-141, 147, 149, 155, 172  
Freire, Vasco, 7  
Freitas, Gonçalo, 166  
Frielas, Álvaro Dias de, 134, 147  
Frois, Joana, 176  
Frolentim, 162  
Furtado, Beatriz, 208  
Furtado, Duarte, 54-55

## **G**

Gabay, Isaac, 130, 136, 171  
Gago, João, 176, 181  
Gago, Rui, 61  
Galafi, Abraão, 96, 128, 136, 139  
Galiardo, Martim, 181  
Galo, João: filho de João Rodrigues Galo, 57  
Galo, João Rodrigues, 57  
Galvão, Álvaro, 184  
Galvão, João, 179  
Galvão, (D. João), arcebispo de Braga, 55  
Gama, Aires da, 129, 144  
Gama, Estêvão da, 131, 156  
Gama, Paulo da, 156  
Gama, Vasco da, 156  
Garcia, 190  
Garcia João, 193  
Gil, Gonçalo, 96  
Gil. Lisuarte, 189  
Gil, Mécia, 155  
Gil, Teresa, 175  
Godinho, Gonçalo, 110, 167  
Godinho, João, 89  
Godinho, Luis, 50, 113, 162, 188, 192  
Godinho, Pero, 87  
Godins, Fernão, 158

Godins, João, 64, 163, 179, 192  
Godins, Maria, 194, 197  
Góis, Brites de, 141-142  
Góis, Estevão de, 125, 131, 133-134, 149, 151, 156-157, 161, 172-173, 182  
Góis, Francisco de, 125, 157, 161  
Góis, Inês de, 204  
Góis, Isabel de, 89  
Góis, Luís de, 60, 63  
Góis, Nuno de, 45, 47, 87, 181, 207  
Góis (D. Frei) Nuno Gonçalves de, 141, 156  
Góis (D: Frei) Pedro de, 204  
Gomes, Beatriz, 45, 51, 148, 181, 207  
Gomes, Catarina, 142, 188  
Gomes, Isabel, 173, 206  
Gomes, João, 179  
Gomes, Luis, 192  
Gomes, Pero, 164, 203  
Gomes, Simão, 209  
Gonçalo, 142  
Gonçalves, Aires, 145  
Gonçalves, Álvaro, 148  
Gonçalves, Antão, 111  
Gonçalves, (Frei) Antão, 105, 145  
Gonçalves, Branca, 151  
Gonçalves, Catarina, 185  
Gonçalves, Diogo, 151  
Gonçalves, Fernão, 158  
Gonçalves, Inês, 120, 191  
Gonçalves, Isabel  
Gonçalves, João, 16, 87, 158, 179, 192, 201  
Gonçalves, Lopo, 131, 158, 190  
Gonçalves, Lourenço, 190  
Gonçalves, Luis, 192  
Gonçalves, Maria, 150  
Gonçalves, Martim, 199

Gonçalves, Mor, 164, 175, 181  
Gonçalves, (Frei) Nuno, 49, 107  
Gonçalves, Pero, 111, 120, 203  
Gonçalves, Pedro, 209  
Gonçalves, Rodrigo, 112  
Gonçalves, Vasco, 210  
Gouveia, Vasco de, 84  
Grã, Dinis Eanes da, 160, 196, 203, 211  
Grã, Mécia da, 142  
Guimarães, Lourenço dos, 197  
Guiomar, 163  
Guiomar (D.), de Bragança, 125, 128

## H

Henrique (D.), infante de Portugal, 8, 10, 30, 33, 80, 83-85, 105-106, 108-109, 111, 135, 137, 140, 143-144, 146, 150-151, 154, 159, 169, 179, 188, 202, 209-210, 199  
Henriques, Brites, 170  
Henriques, Catarina, 133, 149, 170  
Henriques, Fernando, 133, 149, 170, 174, 185  
Henriques, Joana, 174, 185  
Henriques, Mécia, 156  
Henriquez, (D.) Alfonso: conde de Gijon e Noronha, 21  
Homem, Antão Martins, 120, 146

## I

Ichoa, Lopo Afonso, 131, 195  
Ichoa, Martim, 157, 177  
Ichoa, Mor, 157, 177  
Ilha, Lançarote da, 188  
Isabel, *a Católica*, 1-3, 5, 25, 27-28, 48, 50-52, 75, 122  
Isabel (D.), duquesa de Bragança, 13, 14, 28, 48, 57-58, 62, 122, 188, 198  
Isabel (D.), infanta de Castela, rainha de Portugal, 2, 5, 26-27, 52, 54-55, 59, 61, 87, 136, 159, 174-175  
Isabel (D.), rainha de Portugal, 12, 14, 36, 43, 47, 162, 170  
Isabel (D.), de Barcelos, 1, 8, 14, 17-19, 21-22, 25, 43, 73, 83, 137  
Isabel (D.), de Portugal, condessa de Gijon e Noronha, 21  
Isabel (D.), de Portugal, duquesa de Borgonha, 26, 30

Isabel (D.), de Portugal, rainha de Castela, 16, 24-25, 28, 43, 81, 173

Isabel Clara do Céu, abadessa do mosteiro de Santa Maria de Beja, 65

Isabelle de Bourbon: duquesa de Borgonha, 31

Isasaga, Ochoa de, 61

## **J**

Jaime (D.), 176

Jaime (D.) de Bragança, 28

Jaime (D.), conde de Urgel, 30

Jara, Gonçalo, 111

Jenoco, João Rodrigues, 102

Joana (D.) de Portugal, rainha de Castela, 12, 25, 42-43

Joane, 167, 182, 195

João, 155, 189

João (D.), bispo da Guarda, 187

João (D.), duque de Viseu e de Beja, 14, 44-45, 73-74, 78, 80, 86, 107, 110-111, 146, 147, 177, 180, 207

João (D.): filho do marquês de Vila Real, 58

João (D.), infante de Portugal: filho de D. João I, 1, 10-11, 13, 16, 18-22, 35, 41-43, 82-83, 109-110, 137, 147, 152

João (D.), marquês de Montemor, 23, 78, 122

João (D.), príncipe, futuro D. João III, rei de Portugal, 62-63, 148

Juan (D.), príncipe de Castela: filho dos Reis Católicos, 27

João (D), príncipe de Portugal: filho de D. Afonso V *ver* D. João II

João (D.) I, rei de Portugal, 2, 11, 13, 21, 24, 26, 30, 33, 81-83, 100, 108, 137, 141

João (D.) II, rei de Portugal, 2-8, 13-14, 25-29, 35, 38, 44-45, 47-48, 51-55, 57-58, 65, 73, 78-79, 82-83, 88, 97, 99-100, 107, 116-117, 122-124, 126-128, 130, 134, 142, 153, 155-156, 159-160, 162, 166, 168-170, 180, 183-184, 189, 197, 204-206

João (D.) VI, rei de Portugal, 101

João XXII, papa, 109

Jorge (D.), de Lencastre, 29, 59

Juan I, rei de Castela, 2

Juan II, rei de Aragão, p. 28-29

Juan II, rei de Castela, 12, 16, 43, 50

Juan II, rei de Navarra, 12

Juana (D), a *Excelente Senhora*, 2, 13, 29, 48, 52-53, 58, 75, 79

Juana (D.), infanta de Castela: filha dos Reis Católicos, 26

## L

Lacerda, Diogo Nunes Pereira de, 171

Lacerda, Nuno Pereira de, 170

Laço, Diogo Gonçalves, 90

Lamego, João de, 180

Leiria, Fernão de, 158

Leitão, Diogo, 152

Leitão, Duarte, 154

Leitão, João Pires, 184

Leitoa, Guiomar, 148, 174

Leonor, 155

Leonor (D.), de Aragão, rainha de Portugal, 11-12, 16, 22-23, 25, 40, 83, 171

Leonor (D.), de Lencastre, rainha de Portugal, 6, 8, 13-14, 21, 26, 36, 39, 44-45, 47-48, 57-58, 63, 83, 133, 135, 143-144, 148, 160, 169-170

Leonor (D.), imperatriz, 12-13, 26, 31, 43-44

Leonor (D.), Urraca de Castilla, 12

Lima, Álvaro de, 127-129, 134, 148, 208

Lima, Catarina de, 205

Lima, Fernão de, 194, 197

Lima, Leonel de, 125-126, 144, 197

Lima, Maria de, 125, 194, 197, 210

Lisboa, João de, 132, 180

Lisboa, Pero de, 102, 203

Lobo, Diogo Lopes, 160, 183

Lobo, Fernão, 127, 130, 158

Lobo, Maria de Sousa, 160

Lobo, Rui Dias, 134, 194

Lomelino, Batista, 46, 49, 115

Lopes, Afonso, 111, 140, 173

Lopes, Álvaro, 149

Lopes, André, 149

Lopes, Branca, 177

Lopes, Brites, 175, 181, 188

Lopes, Diogo, 148

Lopes, Fernão, 21, 40, 82, 137

Lopes, Isabel, 173, 180  
Lopes, Marcos, 193, 196  
Lopes, Pero, 204  
Lopes, Rodrigo, 112  
Lopes, Rui, 111, 176, 206  
Lourenço, Catarina, 163  
Lourenço Diogo, 97, 152  
Lourenço, Estevão, 129, 156  
Lourenço, Fernão, 162  
Lourenço, Gil, 182  
Lourenço, Gonçalves, 166  
Lourenço, Pedro, 98  
Lourenço, Pero, 111, 202  
Lucena, 191  
Lucena, Isabel de, 173  
Lucena, Vasco Fernandes de, 33  
Luis, 164  
Luis XI, rei de França, 4, 49, 76  
Luis, Inês, 143  
Luis, Martim, 198

## **M**

Macedo, Jorge de, 192  
Machado, Pero, 204  
Magalhães, Gil de, 134, 163, 173  
Magalhães, João de, 163  
Maia, Estevão da, 103  
Maia, João da, 180  
Malafaia, Luis Gonçalves, 128, 199  
Manuel (D), duque de Beja, rei de Portugal, 3-5, 8, 13-14, 16, 27, 29-30, 37-39, 41, 44, 52-55, 58-62, 64, 75, 79, 81-83, 87-88, 91, 97, 101-103, 118, 124, 130, 133, 139-141, 145-146, 148-150, 152-154, 156, 159-165, 167-170, 172-175, 176, 185-187, 189, 191-192, 197-199, 201, 202, 204, 207-208  
Manuel, Constança, 194  
Manuel, Jerónimo, *o Bacalhau*, 82  
Manuel, Juan, 194  
Maria (D.). I, rainha de Portugal, p. 101

Maria (D.), de Aragão, rainha de Castela, 25  
Maria (D.) de Castela, rainha de Portugal: mulher de D. Manuel I, 27, 59, 61, 148  
Marie de Bourgogne, duquesa de Borgonha, 26, 31  
Marta, 197  
Martin, *el Humano*, 12  
Martinho, 158  
Martinho V, papa, 42  
Martinho, Nuno, 201  
Martins, Afonso, 168  
Martins, Álvaro, 48, 118-121, 150  
Martins, Antão, 110, 144  
Martins, Estevão, 103  
Martins, Fernão, 158, 188  
Martins, Gil, 163, 209  
Martins, Gomes, 164, 203  
Martins, Gonçalo, 167  
Martins, João, 156, 181, 191  
Martins, Jorge, 148  
Martins, Lourenço, 191  
Martins, Mor, 147  
Mascarenhas, Fernão de, 131, 159, 183  
Mascarenhas, Fernão Martins, 56, 127, 172, 183  
Mascarenhas, Isabel de, 148  
Mascarenhas, J. Fernandes, 5, 52  
Mascarenhas, João de, 125, 131, 183  
Martins, Lopo, 205  
Martins, Vasco, 210  
Mascarenhas, Martim Vaz de, 125, 159  
Mascarenhas, Nuno, 156, 163, 192, 201, 209  
Mascarenhas, Nuno Vaz de, 125, 134, 172  
Matos, Isabel, 87  
Maximiliano: de Habsburgo, duque da Borgonha, 26, 30  
Meira, Francisco de, 161  
Meira, João de, 183  
Meira, Mécia de, 172

Mel, Diogo Gonçalves do, 151  
Melo, Beatriz de, 135, 176  
Melo, Branca de, 133, 149, 174, 185  
Melo, Catarina de, 149  
Melo, Diogo de, 125, 152  
Melo, Estevão Soares de, 199  
Melo, Garcia de, 55, 125-127, 130, 132, 134, 162, 176  
Melo, Guiomar de, 202  
Melo, Heitor de, 169  
Melo, Henrique de, 125, 170  
Melo, Inês de, 171  
Melo, João de, 98, 125, 131, 149, 160, 162, 170, 171, 183  
Melo, (D.) João de, : bispo de Silves, 52-53  
Melo, Leonor de, 123, 133  
Melo, Manuel de, 172  
Melo, Maria de, 133, 171  
Melo, Martim Afonso de, 137, 148, 165, 199, 200  
Melo, Martim Afonso de Melo, *o moço*, 188  
Melo, Nuno de, 174  
Melo, Pedro Vaz de, 1.º conde de Atalaia, 24, 123  
Melo, Rui de, 158  
Mendes, Alda, 141  
Mendes, Álvaro, 186  
Mendes, Fernão, 159  
Mendes, Gonçalo, 151  
Mendes, Rui, 207  
Mendonça, Ana de, 29  
Mendonça, Brites Furtado de, 147  
Meneses, Brites ou Beatriz, de, 23, 132, 169  
Meneses, Catarina de Andrade e, 210  
Meneses, Diogo da Silva de, 54, 59, 153  
Meneses, (D.) Duarte de, 10, 84, 123  
Meneses, (D.) Fernando de, 59, 123, 127, 157  
Meneses, Fernão Teles de, 135, 144, 160  
Meneses, (D.) Garcia de: bispo de Évora, 78, 123

Meneses, (D.) Henrique de, 123  
Meneses, Isabel de, 89, 132, 134, 153, 163, 172  
Meneses, Leonor, 13-14, 149  
Meneses, (D.) Martinho de, 135, 157, 194  
Meneses, (D.) Pedro de, 1.º conde de Vila Real, 14, 55  
Meneses, (D.) Pedro de, 7.º conde de Ourém, 3.º conde de Vila Real, 1.º marquês de Vila Real, 23, 29, 123, 153  
Miguel (mestre), 199  
Miguel (D.), da Paz: príncipe: primogénito de D. Manuel I, 27  
Migueis, Catarina, 187  
Milheiro, João Afonso, 198  
Mina, Fernão Gomes da, 115  
Miranda, Francisca de, 161  
Moniz, Diogo Gil, 125-127, 134, 151, 189  
Moniz, Filipa, 147  
Moniz, Isabel, 126, 147, 151  
Morais, João de, 184  
Moreno, Fernão, 159  
Moura, Álvaro de, 99, 166  
Moura, João, 90  
Mourinho, Duarte, 154

**N**

Nápoles, Estevão de, 33  
Negro, Duarte, 154  
Nogueira, Catarina, 145  
Nogueira, Violante, 132, 145  
Noli, António da, 121, 151  
Noronha, Constança de, 21-22  
Noronha, (D). Fernando de, 2.º conde de Vila Real, 23, 123  
Noronha, Henrique, 24, 183  
Noronha, Henrique Henriques de, 166, 193  
Noronha, Isabel de, 23, 123, 162, 162  
Noronha, Joana de, 29, 132, 146, 183  
Noronha, João Henriques de, 145, 179  
Noronha, Leonor de, 174

Noronha, Maria de, 24, 123, 179  
Noronha, Mécia, 179  
Noronha, D. Nuno de, 24, 183  
Noronha, D. Pedro de, arcebispo de Lisboa, 22, 123  
Noronha, D. Pedro, 23  
Noronha, D. Rodrigo de, 35  
Noronha, D. Sancho de, 1.º conde de Odemira, 23, 123, 151  
Novais, João Rodrigues, 128  
Nunes, Catarina, 155  
Nunes, Gonçalo, 167  
Nunes, Jordão, 128, 186  
Nunes, Pascoal, 103-104  
Nunes, Silvestre, 208

## **O**

Oliveira, Antão de, 132, 146, 154  
Oliveira, Diogo de, 127, 152  
Oliveira, Jorge de, 140, 192  
Oliveira (Frei), Mendo de, 6  
Oliveira, Rui de, 207

## **P**

Pacheca, Beatriz, condessa de Medellin, p. 78  
Pacheco, Diogo Lopes, 82  
Pacheco, Gonçalo, 139  
Pacheco, João Fernandes, 82, 151  
Pais, Inês, 189-190  
Pais, Rui, 207  
Paim, Roberto, 33  
Palencia, Alonso de, 25  
Palhais: conde de, 160  
Palma, Fernão da, 189  
Papudo, João Lourenço, 147  
Passanha, Aboim, 65  
Passanha, Catarina, 168  
Patalim, Rui de Brito, 205  
Paulo II, papa, 30, 79

Pedro, 168

Pedro (D.), infante de Aragão, 12

Pedro (D.), infante de Portugal, regente do Reino, 10-11, 19-20, 22, 24, 29, 33, 35-36, 123, 145, 171, 174, 180, 186

Pedro (D.), rei de Aragão, 29-30, 34-35

Pedro: escravo, 201

Pedro, (Mestre), 178

Pedro I (D.), rei de Portugal, 24, 82, 194

Peraça, Inês de, 153

Pereira, Brites, 169-170

Pereira, Diogo, 132, 134, 152, 159, 173

Pereira, Fernão, 64, 87, 89, 91, 159, 175, 182

Pereira, Filipa, 141

Pereira, Henrique, 128, 132, 170-171

Pereira, Isabel, 134, 162-163, 170, 171, 173

Pereira, Leonor, 144

Pereira, Luis, 192

Pereira, Maria Teresa Lopes, 7, 107

Pereira, Nuno, 89, 100, 103, 201

Pereira, (D.) Nuno Álvares, 13, 17, 21, 79, 84, 101, 104, 128, 141, 155, 157

Pereira, Rui, 163

Pereira, Rui Dias, 133, 171

Pereira, Violante, 160

Perestrelo, Bartolomeu, 109, 126, 147, 151

Pestana, Duarte, 154

Peto, Fernando Alvares, 162

Philippe, *le beau*, 26

Philippe, *le bon* : duque de Borgonha, 30

Pimentel, Beatriz, 193, 196

Pimentel, Juan Alfonso, 199

Pimentel, Pedro Álvares, 192

Pinel, 162

Pinheira, Beatriz, 148

Pinheiro, João, 143

Pinheiro, Leonor, 198

Pinheiro, Maria, 133  
Pintado, Abraão, 172  
Pinto, Gonçalo, 167  
Pinto, Gonçalo Pires, 167  
Pinto, Isabel, 187  
Pio II, papa, 10  
Pires, Brites, 181  
Pires, Catarina, 193  
Pires, Diogo, 129, 153  
Pires, Gonçalo, 82  
Pires, João, 184  
Pires, Leonor, 182  
Pires, Rui, 90, 207  
Pisan, Christine de, 36  
Pisano, Mateus de, 33-34  
Pita, Martim, 198  
Plínio o jovem, 33  
Porto, João do, 111, 184  
Póvoa, Frei João da, 58, 97  
Portugal, Inês de, 185  
Portugal, (D. )Leonor de Sottomayor y: duquesa de Villahermosa, 28-29  
Prado, (Frei) André do, 33  
Preto, João, 111

## **Q**

Quaresma, Beatriz, 64, 90  
Quadros, Pero de, 204  
Queimado, Vasco, 210

## **R**

Raposa, Mor Gomes, 181  
Raposo, Gil Vaz, 90, 160  
Raposo, Vasco Moniz, 90  
Rebelo, Pero, 204  
Regras, João das, 24  
Reis: Católicos, 2  
Reixa, Rui, 207

Resende, Isabel, 9  
Ribadaneira, Mencia de, 24, 183  
Ribeiro, João, 184  
Ribeiro, Jordão, 187  
Ribeiro, Maria, 183, 193  
Rodrigues, Beatriz, 172, 187, 206  
Rodrigues, Cid, 129  
Rodrigues, Constança, 145, 179, 206  
Rodrigues, Diogo, 90, 153  
Rodrigues (Dr.), Fernando, 53  
Rodrigues, Francisco, 162  
Rodrigues, Garcia, 111, 167  
Rodrigues, Guiomar, 174  
Rodrigues, Isabel, 187  
Rodrigues, João, 87, 90, 184  
Rodrigues, Jorge, 192  
Rodrigues, Justa, 187  
Rodrigues, Lançarote, 175, 188  
Rodrigues, Leonel, 55, 63, 132, 162, 178, 188, 190, 197  
Rodrigues, Leonor, 187, 207  
Rodrigues, Lourenço, 191  
Rodrigues, Manuel, 53  
Rodrigues, Mor, 170  
Rodrigues, Paio, 87, 102, 205  
Rodrigues, Pero, 90, 180  
Rodrigues, Vicente, 210  
Rodrigues, Violante, 211  
Romano, Frei Egídio, 33  
Rosa, Luis da, 192  
Ruas, Álvaro Eanes de, 148

## S

S. Francisco, (Frei) João de, 7  
S. Luis, rei de França, 37  
Sá, Fernão de, 164  
Sá, Francisca Pereira de, 161

Salema, Diogo, 131, 153  
Salgado, Fernão, 159  
Sampaio, Genebra Pereira de, 198  
Sampaio, Vasco Pereira de, 171  
Sancho IV, rei de Castela e Leão,  
Sanha, Manuel Afonso, 198  
Sande, Rui de, 61  
Saramago, 166  
Saxónia, Ludolfo de, 39  
Sebastião, 208  
Sequeira, D. Fernando Rodrigues de, 30  
Sequeira, Gonçalo Fernandes de, 166  
Sequeira, D. Garcia Rodrigues de, 191  
Sequeira, Lopo Vaz de, 144  
Serrão, Gil, 163  
Serrão, Inês, 28, 173  
Serrão, Isabel, 28, 173  
Serrão, João, 28, 173  
Silva, Brites, 174  
Silva, Diogo Gomes da, 135, 174  
Silva, Fernão, 174  
Silva, Filipa da, 126, 134, 161, 164, 174, 176  
Silva, Filipa Pereira da, 162  
Silva, Francisca da, 127, 151  
Silva Gomes da, 198  
Silva, Gonçalo, 174  
Silva, Henrique Pereira da, 162  
Silva, Isabel da, 127, 159, 164  
Silva, Joana da, 134, 176  
Silva, João da, 126-127, 159, 174, 184  
Silva, José Custódio Vieira da, 101  
Silva, Leonor da, 124, 126, 134, 173,174, 181, 189  
Silva, Maria da, 101, 163  
Silva, Rui Gomes da, 126, 135, 141, 151, 153, 163, 174, 184, 189  
Silva, Rui de Sousa da Silva, 174

Silveira, Diogo da, 163  
Silveira, Fernão da, 156, 184  
Silveira, Fernão da: filho de Nuno Martins da Silveira, 54, 127, 159  
Silveira, Fernão da: filho do barão de Alvito, 125-126, 160  
Silveira, Henrique da, 163  
Silveira, Inês da, 133-134, 171, 176, 184  
Silveira, Isabel da, 162, 170-171, 183  
Silveira, João Fernandes da, barão de Alvito, 52-53, 125-126, 130, 160  
Silveira, Nuno Martins da, 123, 159, 162, 183  
Simão, infante de Portugal: filho do infante D. Fernando, 15, 30  
Simões, Vicente, 152, 210  
Sintra, João de, 111  
Sisto IV, papa, 8, 78-79, 97, 105  
Soares, Briolanja, 185  
Soares, Diogo, 185  
Soares, Fernão, 185  
Sodré, Duarte, 132, 155  
Sodré, Fernão, 174  
Sodré, Isabel, 156  
Sodré, Francisco, 155  
Sodré, João, 173  
Sodré, Manuel, 155  
Soares, Francisco, 162  
Soares, João, 47, 142, 185  
Sottomayor, Catarina de, 125  
Sottomayor, Inês de, 125  
Soure, João de, 185  
Sousa, Beatriz de, 125, 184  
Sousa, Branca de, 161  
Sousa, Briolanja de, 148, 183, 197  
Sousa, Brites de, 126, 160, 194  
Sousa, Catarina de, 150  
Sousa, Diogo Lopes de, 162  
Sousa, Fernão de, 132, 160  
Sousa Filipe de, 125-126, 130, 160, 164

Sousa, Inês de, 134, 171  
Sousa, Isabel de, 27, 54, 57, 60, 124, 126, 135, 147, 158, 163, 165, 174, 181, 183, 187, 188, 191  
Sousa, Isabel Vasques de, 174  
Sousa, Joana de, 125, 162, 177  
Sousa, João de, 131, 148, 186  
Sousa, Leonor de, 151, 161  
Sousa, Manuel de, 186  
Sousa, Martim Afonso de, 191  
Sousa, Mécia de, 160, 183  
Sousa, Pedro de, 133, 155  
Sousa, Rui de, 124, 208  
Sousa, Vasco Martins de, 174

## T

Taborda, Diogo, 154  
Talavera, (Frei) Hernando de, 53, 55  
Tavira, (Frei) Gil Lobo de, 33  
Tavares, Lopo, 148  
Távora, Álvaro Pires de, 200  
Távora, Lourenço Pires de, 135  
Távora, Violante de, 133, 186  
Teive, Diogo de, 111  
Teixeira, Branca, 209  
Teixeira, Lançarote, 188  
Teixeira, Rui, 47, 145, 208  
Teixeira, Tristão Vaz, 45, 50, 106, 108-109, 209  
Teles, D. Leonor, rainha de Portugal, 144  
Tinoco, Fernão Lopes, 197  
Tinoco, francisco Lopes, 197  
Tomé, João Afonso, 91  
Torneiro, Estevão Gomes, 181  
Torneiro, Rui Gomes, 181  
Toscano, Rodrigo, 89  
Travanca, Afonso Anes, 90

## U

Ulmo, Fernão de, 160

## V

Valadares, Gonçalo Gomes de, 127, 167

Valente, Afonso, 2, 184, 187

Valente, Brites, 168

Vasconcelos, Diogo de, 209

Vasconcelos, João Rodrigues de, 149

Vasconcelos, Luis Mendes de, 192

Vasconcelos, Martim Mendes de, 198

Vasconcelos, Mem Rodrigues de, 199

Vasconcelos, Rodrigo de, 209

Vasconcelos, Rui Lopes de, 206

Vasconcelos, Rui Mendes de, 172

Vasques, Afonso, 131, 144

Vasques, António, 198

Vasques, Estevão, 157

Vasques, Gil, 18

Vaz, Catarina, 184

Vaz, Cristovão, 150

Vaz, Diogo, 154

Vaz, Estevão, 157

Vaz, Fernão, 142

Vaz, Filipe, 150

Vaz, Gil, 164

Vaz, Gonçalo, 107, 168, 204

Vaz, Henrique, 88, 102

Vaz, João, 51

Vaz, Lopo, 190

Vaz, Lourenço, 156

Vaz, Mécia, 188

Vaz, Pero, 156, 204

Vaz, Rui, 141

Vaz, Teresa, 57, 87, 181

Vega, D. Juan: bispo de Cória, 53

Vegécio, 33  
Veiga, Diogo Vaz da, 102, 203, 205  
Veja, Elvira Iniguez de la, 22  
Velho, Fernão, 169  
Velho, Nuno, 89, 201  
Velosa, Gonçalo Eanes da, 170  
Vicente, Afonso, 179  
Vicente, Gil, 63  
Vides, Afonso, 126, 140  
Vieira, Fernão, 189-190  
Vilarinho, Diogo, 154  
Vilela, Aires Pires, 131, 145  
Vilhena, Branca Manuel de, 196  
Vilhena, Henrique Manuel de, 196  
Vilhena, Margarida de, 137, 148, 165, 199  
Vilhena, Maria de, 135, 143-144, 160  
Violante, 209  
Visconde: de Vila Nova de Cerveira, 197, 210

## **Z**

Zarco, João Gonçalves, 109-110, 128, 149, 159, 184, 209  
Zurara, Gomes Eanes de, 106

## Índice Toponímico

### A

Abrantes, 13, 129, 133, 145, 174, 179

Açores, 48, 81, 86, 95, 128, 138, 146, 174, 176, 209. *Ver também* Ilhas.

África, 35, 79, 81, 84-86, 123, 141, 158

Aigualva, 86

Alagoa Alva, 84

Albernoa, 89, 187

Albufeira, 210, 213

Alcácer Ceguer, 123, 147, 189

Alcácer do Sal, 42, 58, 61, 98, 107, 152, 158, 165, 176, 185, 194-195, 1184-185; 98, 200, 203, 208, 210

Alcáçovas, 1, 26, 42, 58, 77, 108, 130, 150, 168, 172, 185

Alcambar, 147

Alcântara, 1, 3, 51, 66, 78, 142

Alcochete, 14, 42, 44, 82-83, 145, 170, 193, 200, 209

Alcongosta, 170

Alcoutim, 169, 180, 189

Aldeia Gavinha, 169

Aldeia das Lageas, 85

Aldeia Nova do Cabo, 147

Alenquer, 82-83, 111, 162, 176, 178

Alentejo, 7, 81, 88, 110, 180

Alfarrobeira, 30, 125, 176, 185, 196

Algarve, 23, 59, 75, 81, 129, 137, 146, 176, 182

Alhos Vedros, 103, 160

Aljezur, 152, 180

Aljubarrota, 2

Aljustrel, 90-91, 99, 131, 160

Almada, 7, 9, 17, 57, 63, 81, 91, 100, 102-103, 145, 149, 176, 203

Almeirim, 1, 10, 102, 140, 149

Almendra, 205

Almodovar, 157, 169

Alpedrinha, 143, 150

Alvalade, 131, 188  
Alvarando, 130, 168  
Alvito, 130, 165, 168  
Anafé, 78, 80, 86, 120, 210  
Anexamez, 172  
Angeja, 150  
Angra, 47, 118, 188  
Anissa, moinho da, 165, 209  
Antre Tejo além Odiana, 74  
Aragão, 12, 30  
Arévalo, 25, 126, 141, 159  
Arrábida, 160  
Arronches, 48, 74  
Arzila, 91, 120, 170, 192, 210  
Aveiras, 97  
Aveiro, 151  
Avinhão, 161  
Avis, 51, 65, 197  
Azeitão, 42, 82, 103  
Azinhaga, 203

## **B**

Badajoz, 105  
Baleizão, 64, 88, 91, 179, 184  
Barbacena, 176, 185, 196  
Barcarena, 177  
Barcelona, 30, 50  
Barreiro, 154  
Beira, 80, 144, 150, 165, 167, 180, 187, 203  
Beja, 1, 2, 4, 6-10, 28, 30-31, 33, 42, 44-46, 48-49, 51-52, 54, 56-57, 60, 62-64, 74, 82-84, 87-91, 96-98, 101-103, 107, 111, 114, 116, 125-127, 132, 137, 142, 146-149, 151, 153-161, 163-170, 174, 177-179, 181, 183-184, 186, 188-195, 199-201, 205, 207-209  
Belas, 42, 60, 64, 82, 101  
Bem Viver, 80  
Bemposta, 169  
Benavente, 180

Beringel, 157  
Besteiros, 85, 186  
Bobadela, 157, 174, 200  
Borba, 88  
Borgonha, 30, 31  
Bragança, 48, 112  
Brinches, 64, 88, 177, 190  
Bruges, 31

## C

Cabo Verde, 80, 86, 120, 141, 148, 151  
Cachoeiras, 159  
Cacilhas, 7, 102  
Câmara de Lobos, 145  
Campanário, 46  
Campo de Ourique, 82, 96, 99  
Campo Maior, 155, 165  
Cantanhede, 159  
Caparica, 197  
Carnide, 60  
Carrascosa: terra de pão, 90, 101  
Casal: do Queimado, 140  
Castela, 2, 24, 25, 26, 48, 52, 53, 54, 55, 58, 78, 82, 99, 108, 135, 140, 153, 155, 161, 171-172  
Castelo Branco, 130, 163, 170  
Castelo de Vide, 161  
Castro Verde, 96, 132  
Catalunha, 30  
Celorico da Beira, 85, 155  
Celorico de Basto, 125  
Cercal do Alentejo, 134  
Ceuta, 14, 23, 24, 120, 135, 144, 153, 166-167, 179, 186, 195, 209-210  
Chacoteca, paul da, 130  
Chafariz, 89  
Chamusca, 126, 142, 176  
Chantaria, 60

Coimbra, 30, 36, 82-83, 129  
Coina, 60, 103  
Colares, 83  
Colos, 131, 149  
Companheira, 170  
Corval, 161  
Covilhã, 10, 84-85, 126, 143-144, 168, 205  
Crato, 142, 158  
Cuba, 168

## **E**

Elvas, 88, 126, 141, 179, 184, 200  
Entradas, 89, 131, 143  
Entre Douro e Minho, 127  
Entre Tejo e Odiana, 163  
Estepa, 185  
Estombar, 166  
Estremadura, 80  
Estremoz, 42, 83, 129, 198  
Évora, 23, 28, 42, 47, 51, 56, 59, 65, 80, 82, 96, 100, 107, 113, 116, 118, 128-131, 140, 142-143, 146, 153-154, 161, 164-168, 170-172, 178, 181-182, 185, 188, 192, 196, 198, 200, 205-206, 209

## **F**

Faro, 166  
Faro do Alentejo, 92  
Ferreira do Alentejo, 171, 187, 191  
Figueira, 184  
Figueiredo, 151  
Flamenga, 168  
Flandres, 30-31, 115, 120, 161, 179, 199  
Folhadal, 84  
Fonte: da Erra, 170; do Almeno, 144; do Sem Vinho, 90  
Fornos, 129  
Foros de Guisando, 25  
França, 31, 161

Funchal, 8, 31, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 106, 108, 110-111, 113-115, 125, 141-142, 145-146, 156, 168-169, 181-182, 202, 206

Fundão, 144, 167

## G

Gaião, 174

Galiza, 24

Gand, 31

Génova, 115

Gestação, 159

Golegã, 140

Gouveia, 84, 155

Guarda, 85, 131, 164, 188

Guimarães, 197

Guiné, 82, 91, 146, 178, 190, 193, 202

Gulfar, 80, 84, 141

## H

Herdade: da Alagoa, 184; de Albernoa, 179, 200; da Arruda, 57, 64, 88, 184, 194, 205; da charnequinha, 183; da Ciosa, 143; da Coroada, 26, 52; de Escaroupim, 130, 185; do Estudo de Lisboa, 89; da Figueira, 201, da Fonte dos Cantos, 177, 190; do Freixo, 148, 183, 205; do Fuseiro, 64, 90; da Gravia, 62, 89; da Lobata, 64, 89; de Maria Viegas, 172; do Mosteiro, 148; de Odiarça, 64, 80; do Paço do Baleizão, 89, 184; da Pipa, 142; do Pombal, 183; da Rotea, 89; do Vale de Marianes, 168; do Vale da Silva, 168

Holanda, 150, 179

Horta: da Apolinária, 64, 90; da Calça, 62, 64, 89, 154, 158, 206; da Faleira, 64, 90; da Fonte da Rata, 89

## I

Idanha-a-Velha, 107

Ilha: Boavista, 120, 203, 148; Brava, 86; Canárias, 86, 108, 155, 187; Corvo, 85; Deserta, 80-81, 85, 106, 146, 182; Faial, 85, 120; Flores, 85; Fogo, 85, 148; Graciosa, 85; Madeira; 31, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 80-81, 85-86, 105, 106, 108, 115-118, 125, 141-142, 145-146, 151, 153, 156-157, 161, 165, 167-169, 181-182, 186, 193, 195, 198-200, 203, 206, 208-210; Maio, 86, 120, 148; Pico, 85; Porto Santo, 80-81, 85, 105-106, 108-109, 146, 149, 152; Sal, 86, 120, 148; Santa Iria, 85; Santa Luzia, 86; Santa Maria, 85, 143, 171, 187; Santiago 86, 120, 148, 203; Santo Antão, 86; São Cristovão, 86; São Dinis, 85; São Filipe, 86; São Jorge, 85; São Luis, 85; São Miguel, 46, 85, 125, 171, 173, 135, 187, 206, São Nicolau, 86; São Tomás, 85; São Vicente, 86; Terceira de Jesus Cristo, 46-47, 85, 117-118, 120, 147, 188

Ilhéu: Branco, 86; Bravo, 49, 182, Raso, 86

Inglaterra, 32

## **J**

Joane, 182

## **L**

Lafões, 84, 145

Lagos, 10, 83-84, 155, 207, 209

Lalim, 80, 84

Lamego, 97, 167

Landeira, 129

Lavre, 185

Leão, 24

Leiria, 19, 144

Leomil, 157 Sarzedas, 157

Levante, 161

Ligúria, 148

Linhares, 85, 144, 150, 153

Lisboa, 31, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 60-63, 65, 73, 80, 86, 96, 99, 103, 109, 113, 116, 123, 127, 129, 142, 147, 153-155, 159-160, 164-166, 169, 171, 175-176, 180-181, 182-183, 192, 200, 202-203, 208-209

Longoirão, 194

Longroiva, 132, 164

Lorpio, 170

Loulé, 81, 166, 210

Louredo, 64

Loures, 60, 153

Lousã, 203

Lousada, 82

Lumiar, 153

## **M**

Mação, 126, 176, 187

Machico, 44, 45, 50, 106, 108, 110, 113, 115, 142, 157, 168, 195, 209

Madrid, 54

Mafra, 176

Magorras, 64, 90

Manresa, 30

Manteigas, 193  
Marmelar, 168  
Marrocos, 170, 182  
Marvão, 107, 127, 130, 172  
Matança, 84  
Matosinhos, 97, 155  
Melo, 199  
Melres, 159  
Mérida, 78  
Mértola, 87, 91, 99, 125, 131, 134, 155, 158, 163, 174, 195, 203  
Mira, 159  
Miranda do Douro, 48, 176  
Mogadouro, 169, 197  
Monchique, 58  
Monfalim, 166  
Monforte do Rio Livre, 123  
Monsaraz, 158, 163  
Montemor-o-Novo, 129-130, 141, 156, 160, 165, 176, 185, 203  
Morágua, 176, 188  
Moura, 2, 5, 8, 10, 11, 26, 27, 38, 52, 53, 54, 55, 65, 74, 84, 98, 88, 108, 120, 135, 142, 150, 158-159, 163, 176, 186, 188, 193, 195, 208  
Mourão, 158, 163  
Mouro, 91

**N**

Nancy, 31  
Navarra, 12, 24  
Nespereira, 190  
Noli, 151  
Noudar, 201

**O**

Óbidos, 86  
Odemira, 160, 174, 180, 201  
Odiana, 91  
Olivença, 158, 163, 196  
Orgens, 187

Oriola, 148

Otranto, 78

Ouguela, 155

Ourense, 120

## **P**

Padrões, 131, 143

Paio Alvarinho, 170

Paiva, 82

Palmela, 42, 56, 65, 103, 129, 151-152, 179

Pecenas, 143

Pelamos, 168

Penacova, 188

Penajoia, 129, 159, 169

Penalva, 80, 84, 141

Peroguarda, 208

Pia Quebrada, 101

Piçarra, 167

Pinheiro, 151

Ponta do Sol, 52, 113, 182

Ponte da Barca, 165

Ponte de Lima, 210

Portalegre, 126, 155, 163-164, 170, 201

Portel, 29, 56, 124, 129, 143, 172

Porto, 16, 48, 49, 74, 76, 82, 140

Povolide, 176

Praia, 46, 118, 147

## **Q**

Quarteira, 175

Quinta: de Barra a Barra, 82, 91, 100; dos Calvos, do Calhariz, 166, 179; de Carnide, 153; da Coutada, 158; 84, 179, 184, da Magalacra, 144, de Poches, 185

## **R**

Redinha, 10, 84, 152

Represa, 188

Reriz, 80

Riba do Vouga, 187

Ribeira: dos Acorridos, 47, 146, 208; de Água do Alto, 182; de Córdova, 129, 143; do Freixo, 148, 183; de Nisa, 194; de Odiana, 89; de Pecenas, 129; de Quintos, 181, 194; de Santarém, 171, 188; Seca, 206

Ribeiro: do Couto, 167; da Faleira, 89; do Louredo, 90

Rio de Caniço, 209; Douro, 167; do Ouro, 86; Tejo, 109

Rio de Moinhos, 141, 152, 158

Roma, 78

Romão, lezíria do, 85, 203

Romeira Velha, 102, 203, 205

## S

S. Romão, 85, 155

S. Clemente das Penhas, 97

Sabugal, 192

Sacarabotão, 85

Safim, 159

Sagres, 109

Salgueiro, 170

Salvaterra de Magos, 85, 97, 129, 132, 161, 203

Samora Correia, 130, 160

Santa Cruz, 168

Santa Marinha, 155

Santarém, 10, 19, 65, 83-85, 91, 96, 105, 109, 126, 129-131, 140, 142-144, 150-151, 153, 156, 166-168, 170, 176, 179, 180, 182, 186, 188, 195, 206-207, 209

Santiago: arrabalde de Beja, 87, 101

Santiago de Cacém, 91, 96, 131, 151, 174, 201, 203

São João da Foz, 155

São Martinho de Sande, 161

São Tiago de Pinhão, 97

São Vicente da Beira, 150

Sardoal, 142, 173, 176

Satão, 141

Segóvia, 99

Seia, 80, 84, 156

Sequins, 151

Serpa, 10, 11, 54, 55, 62-64, 83, 88-89, 98, 102, 125, 128, 130, 134, 154, 158, 164, 172-173, 178, 180, 185, 197-198, 200-201, 205-206, 208

Serra da Estrela, 99, 155

Sesimbra, 81, 103, 132, 174, 179

Setúbal, 10, 14, 43, 44, 56, 58, 62, 65, 81-83, 91, 101, 103, 110, 124, 129, 143, 148, 152, 157, 187, 189-190, 193, 195, 203, 205, 210

Sever, 166

Siena, 97

Silveira, 161

Silveiras, 129

Silves, 84, 144, 155, 166, 192, 209

Sintra, 62, 81-83, 91, 96, 99, 100, 128, 154, 161, 169, 172, 190, 202

Sobreira Formosa, 157

Sosa, 152

Soure, 196

Suímo, minas do, 60, 82, 101

Sul de Reriz, 84

Sul, 80

## T

Tânger, 83, 106, 120, 138, 188, 192

Tarouca, 80, 84, 97

Tavira, 10, 128-129, 134, 154, 158, 166, 178-179, 184, 192, 202

Teixoso, 84-85

Telhada, 200

Tentúgal, 46

Terena, 161, 185

Terra de Sá, 84

Tiana: arrabalde de Alenquer, 175

Toledo, 1, 23, 50, 77, 108, 178

Tomar, 8, 11, 14, 45, 65, 105-106, 143, 146-147, 150, 153, 156, 164, 167, 180, 186, 198, 201-202, 207

Toro, 48, 78, 129-130, 170-171, 173, 175

Torrão, 144, 152, 158

Torre de Coelheiros, 56

Torres Vedras, 120, 131, 185

## U

Ulme, 129, 145, 179, 190

Unhão, 138, 148, 165

## V

Valdigem, 85, 167

Vale Bom, 184

Vale de Grou, 168

Vale do Mosteiro, 189, 101

Vale de Mourelos, 57

Vale de Pegas, 88

Vale da Silva, 168

Valência, 30

Valência de Alcântara, 60

Valezim, 155

Valhelas, 205

Vargem do Meirinho, 91

Várzea, 168

Veleda, 171

Veneza, 115

Vera Cruz, 56

Viana a par de Alvito, 54, 57, 58, 96, 100, 128, 130, 148, 158, 165, 168, 174, 192, 207, 210

Vila Cova de Valezim, 84

Vila Cova, 155, 187

Vila Nova de Cerveira, 125

Vila Nova de Foz Coa, 126, 176

Vila Nova de Foz Coa, 187

Vila Nova de Milfontes, 131, 149

Vila Nova de Portimão, 130, 170

Vila Viçosa, 144

Viseu, 10, 28, 30, 31, 84, 144, 176, 202

Vouga, 127

## Y

Ypres, 143

**Z**

Zamora, 49, 190